REINALDO DE MONTALVÃO DE MORAES CUNHA

A MORAL DA ECONOMIA EM QUESTÃO: o papel do parlamentarismo na evolução da economia e sobre a educação e a (des)organização da cultura

FORTALEZA - CE

2000

REINALDO DE MONTALVÃO DE MORAES CUNHA

A MORAL DA ECONOMIA EM QUESTÃO: o papel do parlamentarismo na evolução da economia e sobre a educação e a (des)organização da cultura

Tese apresentada à Universidade Federal do Ceará-UFC, Curso de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Haguette

FORTALEZA - CE

2000

Esta Tese foi submetida como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Educação, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Tese é permitida, desde que seja feita em conformidade com as normas da ética científica.

Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha

Dissertação aprovada em 16 de outubro de 2000

André Haguette

Jawdat Abu-El-Haj

José Gerardo Vasconcelos

José Maria Arruda de Sousa

Werner Market

Fortaleza-Ceará

2000

A Deus

e

À Paz do Planeta

Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO I

1 O MARCO TEÓRICO E O MÉTODO DA PESQUISA 14

1.1 1 A teoria da escolha racional e o jogo da garantia 14

1.2 Caminho apontado por Marx para a superação das classes e a construção do Estado 25

1.3 Enigma contido no método de Marx 39

1.4 Dúvida metodológica sobre o dilema do prisioneiro 60

1.5 Classes sociais e a inversão do caminho da superação 78

1.6 Método da economia política 95

CAPÍTULO II

2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PESQUISA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA 104

2.1 Representação política e a consciência moral da classe 104

2.2 Forma de governo e o enigma contido no materialismo dialético 121

2.3 Natureza e desenvolvimento do Estado e o dilema de representação política 139

2.4 A cultura como princípio educativo 152

2.5 Hermenêutica da tradição e o caminho de construção do Estado 166

2.6 Aporias da teoria do conhecimento em Marx 177

CAPÍTULO III

3 EDUCAÇÃO E A (DES)ORGANIZAÇÃO DA CULTURA 196

3.1 Destotalitarização e formação socioeconômica 196

3.2 Dilema do prisioneiro e o enigma contido no materialismo dialético 215

3.3 Expropriação hermenêutica da tradição ou os fundamentos da história 234

3.4 Dominação carismática funcional e o parlamentarismo fora do parlamento ... 254

3.5 Ilusão democrática em Habermas e ilusão religiosa em Arendt 268

3.6 Destotalitarização ou a nova forma de governo 277

CAPÍTULO IV

4 O PARLAMENTARISMO NA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA 302

4.1 Modelo sistêmico do estado totalizador 302

4.2 Papel do parlamentarismo na formação do Estado-Nação 316

4.3 Primórdios da industrialização e o papel do parlamento 336

4.4 O caso do Porto de Santos e a hermenêutica da tradição 355

4.5 Crises periódicas e a marcha cíclica da produção capitalista 369

4.6 Fundo histórico das práticas econômicas e o imaginário a sociedade burguesa 386

CAPÍTULO V

5 A MORAL DA ECONOMIA EM QUESTÃO 406

5.1 O começo da história ou sobre a matriz histórica 406

5.2 O lugar da fundação da esfera pública 417

5.3 A aliança entre a ralé e a elite 436

5.4 A lei geral da acumulação capitalista e a garantia antecipada do lucro 454

5.5 O papel histórico da representação política 473

5.6 A moral da economia e a juridificação das relações sociais 489

CONSIDERAÇÃO FINAL 506

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 523

INTRODUÇÃO

O século XXI traz na expansão do desenvolvimento econômico e no avanço da tecnologia o legado político da Revolução Francesa, contido na dialética do liberalismo e democracia radical. Este se traduz em tensão normativa entre razão prática e vontade soberana, cujos princípios contidos nas leis reduzem o universal direito de sobrevivência humana à racionalidade técnico-objetiva. Na verdade, há, no nosso tempo, avanços tecnológicos que colocam direitos humanos e democracia representados naquela racionalidade, mas de modo tal que um significado de idéia de necessidade – elaborado pela classe que interpreta o mundo sociocultural – reduz a cidadania, entendida como universalidade dos direitos, à idéia da técnica.[1]

Reside aí o ponto crucial da explicação do evento histórico Estado. Ele consiste na possibilidade de indivíduos associados, reais sujeitos da política, que se colocam representados de maneira tal que eles próprios elaboram as idéias que estruturam o Estado, separando sujeito de objeto. Significando os interesses daqueles indivíduos que se colocam numa forma política prático-racional de representação – ou como prática de autolegislação.

Essa reflexão traz consigo toda a problemática da representação política. Tal forma [política prático-racional] de representação dará contorno aos argumentos de nossa Tese.

---

[1] HABERMAS, Jurgen. Revolução francesa e sobrevivência popular. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Marco, 1990b. p. 100-113.

Neste caso, a passagem dos indivíduos associados do *em-si para-si* ou da relação objeto/natureza é dada pela representação política.

A construção do espaço público como direito de todos nasce da razão e o homem a utiliza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. É evidente que a construção das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais são constituídas de uma trama de relações sociais nas quais a interpretação *a priori* do mundo sociocultural vem a ser o ponto de partida para a construção da riqueza social que se põe produzida de acordo com as necessidades humanas.

As riquezas produzidas por um certo grupo de homens não são abstratas, elas implicam ações que visam conciliar igualdade e liberdade, unidade e multiplicidade, direito da maioria e direitos da minoria. Isto implica que tais ações se orientam por princípios e se colocam conflituosas quando concretizadas em estruturas sociais.

Hoje, este é o caso Brasil, os conflitos sociais que impedem a acumulação continuada são corrigidos por processos políticos que visam regulamentar as relações do trabalho com fins de promover a rentabilidade do capital. Daí uma coesão social é obtida ao nível de integração social, sendo sancionada pela regulamentação dos processos do trabalho.

Isto implica uma direção da superação das classes sociais, que se colocam realizando na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana a síntese mediada pelo trabalho social, quando da elaboração da ação estratégica – a ação intermediária entre interação e trabalho [Habermas]; logo, existe a possibilidade de construção do Estado, que se realiza através de interações ético-morais.[2]

Por sua vez, tudo isso nos leva a supor a presença da representação política exercendo um papel de relevância no processo de acumulação e da produção da mais valia daí decorrente. O que nos faz a pensar na possibilidade do sistema partidário de uma certa região determinar – pelos discursos nos quais está contido o elemento tecnocrático

---

[2] HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

(ciência e técnica como "ideologia" [Habermas]) - o sentido pelo qual se realiza a acumulação. Neste caso, um modo de produção capitalista específico e em parte autônomo frente às estruturas locais ou níveis de desenvolvimento pode ser vislumbrado.

É recorrente nossa tese – uma pesquisa política de orientação materialista sobre a natureza e desenvolvimento do Estado Brasileiro – que busca explicar, na dialética da representação política e formação da vontade soberana, o surgimento do capitalismo como "evento único", cuja via singular tem sua peculiaridade sendo dada por fatores históricos e culturais da região que mediaram os mercados. Desta forma, podemos empreender esforços de pesquisa, visando apreender a via singular de capitalismo que se colocou possível na história do Brasil e, deste modo – aí está a fonte inspiradora do estudo de caso - explicar essa via através do caminho de construção do Estado.

Nessa via singular, a multiplicidade dos eventos que constituem o todo na construção do Estado brasileiro é compreendida em sua unidade pela concatenação de modos, antigo e feudal, produção econômica, através de conexão necessária, posta, via representação política, como conexão funcional entre estrutura-classe e sistema de direito. Portanto, modo de produção econômica e conduta racional de vida se articulam pelo recurso de significado de idéia de necessidade que se afirma no processo histórico.[3]

Delinea-se, assim, o argumento base que sustenta nossa tese, a suposição de que a estrutura do Estado brasileiro foi realizada através de um conjunto de atos de representatividade política, cuja validade é dada pela forma como se estrutura o sistema de direito com fins de garantir a legitimidade de representação. Neste caso, a dominação social é posta pelas doutrinas jurídicas na forma de idéia da técnica contida na lei, cuja idéia produz o valor das mercadorias pelo ocultar de classes que disputam entre si a riqueza social.

Daí a luta de classes, caracterizando a presença da dominação carismática funcional. Neste caso, tem-se a legitimação social sendo dada pela classe através de relação causal interna, e de modo tal que a dominação produz, em tempos diferentes,

---

[3] Sobre o tema, a concatenação dos modos de produção antigo e feudal, como necessária para engendrar o capitalismo na Europa, ver ANDERSON, apud REIS, 1982, p. 176.

formas de legitimação também diferentes. A classe social se coloca, então, como resultante histórica na forma de imaginário social. Tem-se, pois, o fato histórico, a classe, representando-se em imagem do Estado na forma de vontade geral, pondo-se esta vontade como fator que legitima os atos intervencionistas do Estado na economia.[4]

A singular via de capitalismo brasileiro nos leva, então, no decurso da tese, à busca de parâmetros que nos permitirá analisar os procedimentos técnico-burocráticos do Estado em diversos estágios de desenvolvimento social, visando demonstrar o papel do parlamentarismo na evolução da economia e da educação na (des)organização da cultura.

Do ponto de vista do marxismo, a questão da representação política – que na nossa tese recebe tratamento metodológico na ótica do parlamentarismo – passa pela reflexão na qual Marx e Engels compreenderam o papel dos partidos políticos, explicando-os pela metodologia de uma direção política de sentido negativo.

Sob este aspecto, podemos repensar a questão da representação política através da cultura, que se coloca como elemento intermediário no conjunto dos atos de representação dos interesses de classes. Recorrente também repensar o vetor que aponta a direção da superação das classes, e com isso, reconstruir na metodologia de Marx aquela direção. Entretanto, isto faremos, no contexto do estudo de caso Brasil, integrando ao seu método o terceiro elemento, ou seja, a cultura como princípio educativo.

Posta a problemática da nossa tese, planejaremos argumentos visando reconstituir a construção do Estado brasileiro. Isto faremos reavaliando questões teóricas e metodológicas relativas a problemas associados à história e mudança contidos no método de Marx. Buscaremos aí localizar a presença de um enigma, demonstrando que Marx não elaborou o método capaz de compreender a ação humana na globalidade de seus valores. Daí a necessidade de, sem abandonar sua intuição, reformular seu método, buscando contribuição no campo das Ciências Sociais, em especial de Weber e Durkheim.

---

[4] Marx percebeu o dinheiro se *mimetisando* em formas imaginárias, como razão que *age*, através da ideologia, na forma dupla. Devido não ter vivido as *experiências* do capitalismo de hoje, não pôde aprofundar estudos sobre isto e verificar que a contradição capital/ trabalho – analisada por ele, na sua forma empírica, através da relação lucros/salários – pode ser compreendida pelo método comparativo de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia. MARX, Karl. **Le capital**. Paris: Flammarion, livre I - sections V a VIII, 1985. p. 197.

E ainda com base no pensamento de Habermas e Arednt, integrando-os na reformulação do método da economia política.

Descreveremos a construção do Estado, tomando como recurso metodológico uma tipologia sociohistórica do Estado brasileiro, que se colocará, no método, como momento teórico da pesquisa. Identificando, nessa construção, a presença de éticas políticas, em especial a ética da aventura - ética que permeou a expansão das relações capitalistas no Brasil. Para tanto utilizaremos, como instrumento metodológico complementar, o conceito de totemismo sociológico, que guiará, no decurso da tese, a seqüência da pesquisa.[5]

O quadro ideal de éticas políticas nos fornecerá o peculiar da formação socioeconômica do capitalismo brasileiro, a presença da inovação institucional que expressa o empírico do conflito social em formas abstratas jurídicas. A inovação como expediente político típico do Brasil caracteriza o parlamentarismo como essência móvel – causa que se coloca oculta no passado, revelando o presente. Na verdade, trata-se de traço cultural que dá sentido histórico àquela formação, produzindo, no tempo, governos autoritários que rememoram a tradição.[6]

A esse modo de analisar a via singular do capitalismo brasileiro e que constitui, na verdade, uma análise conjetural do Estado, nós o denominamos, modestamente, de *método de intervenção sociológica*. A educação como mediador da cultura política vai se colocar nessa análise como elemento heurístico ou princípio fundador de vontades políticas. Esse método nos permite buscar, pela crítica ao sistema social – nesse método a educação tematiza contradições da sociedade brasileira –instrumentos políticos capazes de ampliar espaços de cidadania e democracia.[7]

---

[5] No aspecto descritivo, estudam-se as formas de governo buscando-se as tipologias. Mas ao sociólogo não interessa apenas a descrição, pois é de sua competência, por tratar-se da análise de uma realidade histórica, emitir julgamentos quanto aos fatos. CUNHA, Reinaldo. Fomação política e construção de identidade coletiva. In: **Movimentos sociais nos anos 90**. (Org.) Raimundo B. Junior, Teresina: CEPAC, 1993. p. 225.

[6] A inovação institucional é uma categoria compreendida como conceito normativo de espaço público. Trata-se de expediente político, típico brasileiro, com o qual o parlamentarismo, na figura do parlamento, movimenta a economia (caso Brasil).

[7] Notre problematique peut être ainsi exprimée : quelle est aujourd' hui la contribution du phenomène de l'éducation comme mediateur politique de la transformation sociale ? Mais plus specifiquement nous voulons savoir comme une catégorie de professionells peut entreprendre d'être un mouvement dont la force

Diante de tal realidade, a educação assume papel importante na produção da cultura democrática, pondo-se como fator de integração cultural, quando lhe é destinada, como instituição social, a função de qualificar trabalhadores para o mercado; um papel que se realiza como exercício de crítica às políticas econômicas que visam a rentabilidade do capital. Por sua vez, na relação entre o mundo e a crise da educação, percebe-se que o sistema escolar seguindo a trajetória do modelo liberal passou a ser progressivamente o instrumento a mais no mundo orientado para a lucratividade econômica.

Quais parâmetros nos permitirão compreender como o Estado Brasileiro hoje obtém para si a idéia de eficácia traduzindo-a em razão de Estado? Ou ainda, o atual Estado brasileiro no seu modo de operar poder repete a tradição da política brasileira e tem naquela razão o tacó cultural histórico que o caracteriza como Estado autoritário ?

É possível obter-se parâmetro de análise satisfatório que permita compreender o Estado sendo explicado pela classe social, que interpreta o mundo sociocultural através de regras lógico racionais que se colocam como « ideologia » da ciência e da técnica? É possível compreendermos a evolução social brasileira pela expansão de motivos políticos, postos na classe como discursos mobilizadores de consenso, que se traduzem em atos individuais ontológicos decorrentes de acordo de indivíduos entre si ?

É a educação instrumento político capaz de ampliar espaços de cidadania e democracia, de tal forma que reivindicações libertárias se coloquem como comunicação isenta de relações de dominação? Ou, ainda, é possível explicar a ética comunal se

---

politique qu'il exerce fait des individus eux-mêmes des organizateurs de la culture. Nous estimons cela possible dans la mesure où laquelle catégorie fait une éducation dont la connaissance transmise, permettra aux hommes de satisfaire leurs désirs, en accord leurs volontés. Ils motiveront les actions individuelles pour qu'elles deviennent relations sociales, qui se traduirons par des actions sociales qui elles-mêmes se manifesterons dans les structures sociales. En vertu de quoi l'éducation comme *instrument de formation democratique* de la volonté politique, se met en place comme mediateur entre structures et résultats, cest-à-dire, le phénomene de l'éducation fait la mediation entre les actions individuelles des personnes qui appartiennent à un groupe specifique dans la relation entre les actions communes développées par le groupe en question. CUNHA, Razão e política: a cultura como princípio educativo. CUNHA, Reinaldo. Vérification de la présence de l'éthique de l'aventure dans les pratiques politiques brésiliens.Faculté de Sciences de L'Éducation. Département d'administration et politique (Projet de Stage). Québec-Canada: Université Laval, 1996a. (Mimeo). p. 61.

construindo na forma de (co)operação no trabalho, restabelecendo uma forma ética de representação política?

Eis, pois, as interrogações que procuraremos responder nas páginas seguintes.

CAPÍTULO I

I O MARCO TEÓRICO E O MÉTODO DA PESQUISA

1.1 A teoria da escolha racional e o jogo da garantia

A crise de paradigmas científicos da área da Sociologia, em especial da política, faz crescer a insatisfação com os atuais métodos de pesquisar a realidade social existente. Parece-nos que a crença na progressão histórica linear, presente, subliminar, na metodologia de Marx, nos leva a uma questão política relevante: à perda da confiança no ideal revolucionário, tendo que conviver, assim como conviveu Hegel, em seu tempo, com as contradições de uma época.

Tudo isso instiga à realização de nossa pesquisa e nos leva a alguns apontamentos metodológicos iniciais, como *Introdução à critica do método da economia política*. Método que usaremos nesta tese. [8]

---

[8] Marx inicia com uma Introdução seus apontamentos econômicos dos anos de 1857 a 1858, que foram publicados em conjunto em Moscou, 1939, sob o título *Grundrisse der Kritik politischen Ökonomie*. O título [Introdução à crítica da economia política] não é do seu próprio autor, mas refere-se ao nome com que foi publicado pela primeira vez e que se tornou tradicional. Essa Introdução não foi preparada para publicação e Marx refere-se a ela como esboço. O caráter inacabado é mais visível na parte final, onde Marx alinha os temas que pretendia desenvolver no futuro. Nessa introdução, na qual Marx expõe o método – esboço do método da economia política que ele usará em **O capital** - está contida, ao nosso ver, uma *dúvida metodológica*. (**grifo nosso**). MARX, **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 103. (Coleção os Pensadores).

Marx ao elaborar seu método buscou incorporar o caminho apontado pelo movimento da realidade para a superação das classes sociais: um movimento teórico de contradição posterior à formação da Sociedade Civil. Tal movimento "amadurecia ao mesmo tempo os elementos formadores da nova sociedade bem como os elementos destruidores da sociedade antiga."

Cremos que Marx na intenção de integrar Kant a Hegel, no desenrolar das ações humanas de produção da existência, socialmente determinadas como especulações (sua crítica a Hegel), não pode, porque limitado ao seu tempo, perceber as formas do aparecer social do fenômeno Estado que manifesta a forma de legitimação em tempos diferentes e em formas diferentes. Ficou, assim, preso a uma camisa de força metodológica, que o levou a centralidade econômica do método.[9]

Em uma carta de Engels a Bloch, em 21/22 de setembro de 1890, ele reafirmava que a concepção materialista da história passava pelo fato econômico apenas como centralidade metodológica: "Nem Marx nem eu afirmamos uma vez sequer algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda." Mais à frente diz: "A história se faz de tal modo que o resultado final decorre sempre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais. É, pois, de um conjunto inumerável de forças que se somam, de um grupo infinito de paralelograma de forças, que se obtém em conseqüência uma resultante – o acontecimento histórico."[10]

Contudo, o que aqui nos chama a atenção é a forma como Engels delineia o método. Para ele, os desejos de uns tropeçam com a resistência de outros, a ponto do resultado final ser o que ninguém deseja. Deste modo, as diferentes vontades, todas elas, contribuindo, fundem-se na resultante comum e nela se incluem, entretanto, elas são, em última instância, circunstâncias econômicas, ou seja, condições particulares dos indivíduos subsumidas a condições gerais da sociedade, na direção de uma soma de vetores de forças que, como um todo, atua inconsciente, involuntariamente.

---

[9] MARX, **A miséria da filosofia**. Vol. I São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

[10] MARX, K. & ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961. p. 285.

Marx pensou o processo de formação do *ator coletivo* como um processo no qual se dava a *somatória empírica das vontades individuais* e, assim, preferiu explicá-lo, através de categorias do macro. O que evidencia que Engels e Marx – a carta a Bloch tem o "selo" de ambos – apesar de toda formação ontológica hegeliana, buscavam em categorias macro, tais como: classes sociais, ideologia, analisar fenômenos do capitalismo, acreditando que este seria compreendido em toda sua totalidade, mas do ponto de vista da análise das estruturas sociais, ou seja, através de argumentos explicativos dos processos macrosociais.

Desta maneira, os indivíduos tecendo a trama social que se desenvolve no cotidiano da sociedade, trama que, ao nosso ver, se desenvolve mediada por significados culturais, não teve destaque na análise marxista. No marxismo, aos microfundamentos sociológicos não foram dados o papel de criar, no movimento de contradição da realidade, um caminho de construção do Estado. Pode se afirmar que este tema é muito atual, em virtude de que, hoje, ele se põe no centro de debates do chamado marxismo analítico, um método que utiliza de suposições marxistas, as quais aplicam procedimentos científicos de dedução e observação empírica, visando proporcionar fundamentos sociológicos da conduta humana, que não estão presentes no arcabouço teleológico das análises de Marx.[11]

Vale assinalar que o individualismo metodológico, método que utiliza da argumentação explicativa dos processos sociais, que se desenvolvem a partir de sistemas elementares até aos mais complexos, tem muito a contribuir para o marxismo, pois, nas análises de Marx, não foi privilegiada a explicação do comportamento dos indivíduos no interior da classe, como elemento importante para a conquista do objetivo final visado pela ação política, de natureza coletiva.

Tal fato nos leva à descrição do método contido na *Teoria da Escolha Racional* – ou teoria dos jogos, nela contido o método reformulado da *teoria neoclássica* –

[11] Haguette trata com clareza, e de modo bastante didático, as intrincadas vinculações entre Holismo e Individualismo metodológico no marxismo recente. Para ela, os seguintes pesquisadores são incluídos no grupo do marxismo analítico: Jonh Roemer, Alex Nove, Jonh Elster, Erik Wright, Klaus Offe, Adam Prezeworski, A. Levine, E. Sober, Allen Cohen. HAGUETTE,Tereza. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1989.

buscando identificar no pensamento do pesquisador marxista analítico (John Elster) a presença de um conceito-guia de pesquisa que nos interessa pela perspectiva metodológica que prenuncia.[12]

Em *marxismo, funcionalismo* e *teoria dos jogos* (1982), Elster faz uma explanação acerca da teoria dos jogos, um ramo da Teoria da Escolha Racional, em que, no método, por ele empregado, se analisam decisões individuais tomadas no contexto de indivíduos que se colocam associados. A teoria dos jogos visa a compreensão da ação individual realizada pelo ator em seu benefício, no contexto de formação da ação coletiva.

Ele parte do pressuposto – esta é sua principal crítica ao marxismo – que o ator, quando da formação na coletividade, realiza a ação em benefício de si, mas como ação intencional. Seu modelo de análise tem, na racionalidade instrumental, o fator motivador das ações individuais que permite aos agentes elaborar, no confronto com outros, estratégias que almejam o objetivo final da ação política, entendida como relação estratégica. Logo, o fator solidariedade é fundamental para o sucesso da ação política desenvolvida pelo ator, no contexto da relação estratégica.

Em suma, as ações individuais que estão a ocorrer no interior dos grupos sociais são compreendidas, desenvolvendo-se em espaços de sistemas de interesse e solidariedade que se inter-relacionam. A teoria dos jogos visa, pois, a compreensão da formação da ação política e, em especial, estuda a abordagem estratégica individual, que se realiza no processo de formação do ator coletivo.

A compreensão do processo de formação do ator coletivo, um dos problemas fundamentais da política, tem a explicação dada pelo modo de interação, no qual se forma a ação política, que envolve confronto de indivíduos portadores de vontades, determinadas por fatores objetivos econômicos, políticos e culturais. Quando determinado grupo almeja um objetivo final, disputando entre si os bens escassos da sociedade, os indivíduos, nele contido, sofrem interferências em seus objetivos, devido a preferências e interesses. Isto vai alterar, de forma negativa, o resultado final obtido.

---

[12] Id. ibid.

Elster vai buscar na *noção de ganho* o elemento motivador que orienta a formação do ator político que tem no agir estratégico-utilitário o resultado da relação estratégica, que o indivíduo mantém com outros, no seu grupo. Neste caso, a motivação dos agentes é dada pela expectativa de ganhos de bens materiais, sendo descartadas, no caso de sua análise, ações motivadas por valores de ordem moral, afetiva e ideológica, justificando-se este procedimento, pela argumentação de que este tipo de ação é produzido, aleatoriamente, como efeito acidental de justaposição de comportamentos.

Motivações dessa natureza, no seu entender, são desprezíveis em seus dados estatísticos; logo, podem ser excluídas do objetivo final dos atores. A partir daí delineia-se o método de análise, no qual as ações racionais individuais são executadas por atores conscientes da sua ação. Tal modelo toma a forma básica de um jogo entre duas pessoas, estas são entendidas na relação indivíduos e grupo, que se confrontam, utilizando-se de diversas estratégias, tendo como resultado do jogo a *soma zero*, ou seja, o que uma ganha a outra perde.

No desenvolver do processo em que se forma a ação coletiva, na qual se forma a ação política desenvolvida pelo ator, as ações individuais vão se confrontando umas com as outras, moldando-se em ação comum.

Elster busca em Charles Taylor a noção de significado que produz o consenso, dizendo que este é o elemento novo trazido pelo método. Assim, o consenso é obtido pela interpretação do significado comum ao grupo, ou seja, pela presença de um elemento heurístico, que traduz a unidade existente entre o indivíduo portador do ato e o ato como resultado de ações efetivadas nas estruturas sociais.

O supramencionado autor vai dizer que, deste modo, o método se torna vinculado à ontologia, concluindo que aquela tradução se constitui na transformação do valor dado pelo significado em uma regra lógico-racional, que comanda o desenvolver do jogo: "é necessário que todos compartilhem o que deve ser compartilhado, que cada um aja de maneira solidária, porque sabe que os outros também agirão da mesma forma." No caso, pode-se deduzir, o compartilhamento de significados põe-se como fator de consenso

ou critério de identidade social, proporcionando, segundo Elster, o que Taylor afirma: a noção de um sujeito que possa ser *nós*, assim como ***eu***.[13]

Trata-se, portanto, de um método que contém uma direção política, dada por um fator de natureza subjetiva e traduzido no seu sentido objetivo por um saber lógico-racional, o qual orienta a ação individual a adoção de estratégias de acordo com o objetivo final da ação desenvolvida pelo ator. Deriva daí que o método parte do pressuposto de que as ações individuais desenvolvidas no âmbito do sistema de interesses, motivadas por um egoísmo, têm nelas embutido um caráter altruísta, o qual induz comportamentos de cooperação.

A conquista final da ação desenvolvida pelo ator é dada, pois, no limite lógico da expansão das ações de caráter altruísta, em equivalência com ações de caráter egoísta que se movem no interior do sistema de interesses. Produz, deste modo – e aí está, nas entrelinhas a direção política – ação estratégico-utilitária cuja eficácia é medida pela capacidade do saber técnico-argumentativo nela contido.

O método contém, além disso, pressupostos que configuram uma noção de solução. Os atores participantes vão adotar estratégias mistas, ou seja, estratégias de caráter egoísta e altruísta, mas de acordo com as possibilidades de sucesso interpretadas por cada um. Isto implica que todos os indivíduos do grupo são portadores de estratégias racionais e todos têm a informação perfeita, acerca do ambiente social no qual se desenvolvem as ações; somente, assim, os indivíduos podem se deslocar do plano individual de escolha para o plano coletivo de escolha.

Isto significa que o modelo apresenta como condição básica de solução o fato de os atores terem plena informação acerca dos aspectos relevantes da situação, inclusive dos recursos disponíveis ao grupo a que pertencem, os quais orientam as ações que eles

---

[13] A respeito do tema, ver o texto original publicado na Revista **Theory and Society**, Marxism, functionalism and game theory: the case for methodological individualism. Washington University, St. Louis, v. 11, n. 4, July 1982.

compartilham, tais como interesses e preferências e dados sobre a estrutura de recompensa que vão mapear uma série de estratégias relacionadas aos resultados.

Todavia, como esta condição de informação perfeita só ocorre em grupos pequenos, estáveis e com instância de coordenação, a noção de solução é dada pelo conjunto de estratégias postas como resultado de *aliança tácita,* entre atores racionais com informação perfeita. Tal situação, em que o ator deve, no conjunto de opções disponíveis, adotar estratégias, inclusive, contra sua vontade, porque é esta a condição racional dele alcançar seu objetivo, que é dependente das ações de outros, denomina-se de *dilema do prisioneiro.*

Como pessoas que se encontram nesta situação resolveriam o dilema comportando-se de forma cooperativa? Elster parte do postulado de que cada ator vai escolher entre duas opções possíveis: estratégias de natureza solidária ou estratégias de natureza egoísta, e sua estratégia preferida é escolhida na função *de si* e dos interesses. Neste caso, o ator vai escolher a melhor estratégia independente da escolha de outros, solução do jogo dá-se por uma escolha motivada pelo *egoísmo universal*, pois a outra escolha é fator de instabilidade, e todos dela se afastam.

Contudo, o método deixa claro que os significados compartilhados que compõem o conjunto de valores que levam ao egoísmo universal não definem, *por si sós*, o resultado do jogo. Ainda há riscos, a racionalidade no plano da prática política é dependente de atores concretos, aos quais não se impõe nenhuma condição rigorosa de informação, e isto poderia levar a todos à escolha de estratégias que, no entender de cada um, é a que lhe interessa: o resultado do jogo é nulo, tem a soma zero e seria o desastre de todos.

Neste ponto, mesmo admitindo não existir consenso na literatura, Elster aponta a saída promissora: o jogo da garantia. Os indivíduos no processo de interação adquirem mais informações e, no âmbito das experiências vividas, passam a se preocupar uns com os outros, percebendo que a solução do jogo só se dará pelo princípio da cooperação universal, em detrimento do princípio do egoísmo universal. A garantia do jogo torna-se, portanto, o fator responsável pela mudança nas estruturas das preferências dos atores, os quais interagem no interior de grupos, como entidades associadas.

Decorrente da exposição do método, anteriormente descrito, gostaríamos de destacar, para análise, dois elementos básicos, os quais nos interessam pela sua perspectiva metodológica. Esse é um método que se estrutura em forma-conceitos, que se representam como *guia* ou condutores dos passos de pesquisa e, dentre esses, destacamos o jogo da garantia, que, como elemento intermediário traduz a noção de uma idéia de significado, compartilhado por todos como sendo comum. Neste caso, tal elemento separa sujeito e objeto, produzindo a síntese teórica entre a realidade exatamente como ela é e o conceito que dela se tem.

Logo, o resultado, a ação política como relação estratégica são definidos pelo consenso dado pelo compartilhamento comum de significado cultural do mundo, em que os atores vêm, interpretam e agem. Daí concluir-se que no método está presente o par de elementos lógico-racional que, via cultura, traduz pela *razão medium*, como elemento intermediário, uma interpretação do mundo sociocultural. Neste sentido, o jogo da garantia se coloca na forma de feixe de normas, as quais se colocam como dever a que todos os indivíduos se obrigam, como condição de sucesso da ação. Conforme se pode observar, aí está o artifício empírico, que, na concepção de Elster, permite ligar o método à ontologia.

Destaca-se, ainda, que o método tem a explicação do processo de formação do ator coletivo na idéia do saber-ciência, de modo tal que a cultura é "fonte histórica de valores". E, através dela, como fator de determinação, articulam-se ações teórico-cognitivas e prático-racionais; logo, a ação egoísta e altruísta conjugam-se, produzindo, afinal, a ação de (co)operação – aí está a vinculação método/ontologia – estabelecendo, assim, a moral das atividades produtivas fora do âmbito da economia, ou seja, pela *política.*

O método de Elster, em suma, dá ao egoísmo universal um papel socialmente positivo e justificado pelo princípio da utilidade e tem como principal forma-conceito o jogo da garantia. Este jogo poder ser definido como tradução da relação existência e modos de existência – via cultura.

O que nos revela que o princípio básico que inspira o modelo analítico do método de Elster é semelhante ao de Smith, (*A riqueza das nações*, 1776), tendo em vista que esse modelo se configura por uma distribuição geométrico-espacial das rendas contida

na noção de ganho, que ocorreria sob condições de competição perfeita no âmbito de competências individuais.

Na verdade, o filósofo Hutcheson mestre de Smith na Universidade de Glasgow reivindicava a originalidade do sentimento moral proposto por David Hume, mostrando que as ações racionais se referiam a dois objetivos que articulavam ações, impulsionadas pelo egoísmo e altruísmo. Hutcheson colocava em evidência a presença da razão tanto de ordem teórico-cognitiva quanto prático-racional.

O que levou Smith à compreensão do papel do egoísmo que orienta as ações racionais, desenvolvendo-se numa forma diferente. É recorrente ele admitir a presença da razão que age na forma dupla, traduzindo atos concretos, compreendidos pelo dom, inato, presente no homem como arte de se comunicar ou como capacidade que indivíduos têm de operar de modo racional a natureza.[14]

Em *Teoria dos sentimentos morais* (1756), Smith vai afirmar que a tendência do homem à troca de riqueza material deve-se ao fato de que nele existe inata a necessidade do persuadir. Desta maneira, tal tendência resulta da racionalidade da natureza humana expressada na divisão do trabalho, em que indivíduos especializados em seus trabalhos aperfeiçoam-se em suas competências e, pela palavra, realizam sua própria natureza ao submeter cada atividade que desempenhe à lei da comunicação e da troca.

Smith substitui, afinal, a idéia *hobbesiana* do estado natural, da guerra de todos contra todos, pela idéia da sociedade capitalista em franco desenvolvimento econômico, tendo na utilidade o princípio da moralidade. Na verdade, ele homem de seu tempo. Pode-se dizer, então, que seu pensamento filosófico foi marcado pela reação ao *estado natural*, em que o Estado se realiza posteriormente à formação da sociedade ou como Sociedade Civil, composta de leis naturais, que, no sentido lógico, evitaria a desagregação do tecido social, que ocorreria, necessariamente, em virtude do egoísmo ser fator natural do comportamento humano.

---

[14] SMITH apud NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo, Marx**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 40.

O mencionado autor, assume o sentido filosófico de autonomia da moralidade, do dever em Hume, sentido este que seria levado a cabo por Kant, e o aplica a economia. Propõe a moral estabelecida pela economia sendo conquistada no âmbito das atividades produtivas. Dá ao egoísmo um papel social positivo.

Surge daí sua metodologia e direção política nela encerrada. Ele vai interpretar o comportamento humano não objetivando, exclusivamente, a autoconservação, propondo a moralidade das atividades produtivas estabelecidas na lista de atividades do quadro do trabalho. É recorrente derivar de seu pensamento econômico o papel da Estado "inútil".

A direção política aí está contida, enraíza-se na idéia das ações racionais humanas, desenvolvendo-se através do altruísmo e egoísmo, de tal forma que a razão lógica capta a realidade como fato empírico, ou seja, a realidade social na qual as ações se orientam no contexto de sistema de interesses, mas que manifestam, subliminar, o sentido subjetivo de natureza altruísta. Neste caso, a razão *age-de-forma-dupla*, traduzindo o significado de idéia de necessidades, contudo, como leis de mercado. Portanto, essas leis são o dever ou a moral a que todos se obrigam .

O pensamento de Smith opõem-se ao Direito Natural, ou seja, em sentido contrário ao de Rousseau, seu contemporâneo, que entendeu o direito como autonomia do povo ou como participação igual de todos na prática de autolegislação. Entretanto, para Smith, essa autonomia era decorrente das relações de mercados nas quais o preço natural das mercadorias tendia aproximar-se do preço corrente, que se realizava através da racionalidade da economia, a vontade geral, mas de tal forma que as leis de mercados eram as próprias leis dos homens. Ele colocava, portanto, no centro da sua análise – e no seu método - a racionalidade econômica que visava o bem estar de todos, porém através da utilidade de mercados.

Tal interpretação nos sugere ter sido esta a fórmula empírica encontrada por Smith para solucionar o problema político com o qual se confrontava com teorias que buscavam explicar, à sua época, a realidade econômica mercantilista.

Por sua vez, Smith não aceitava o pensamento racionalista de Locke que via o Estado absolutista como instituição que devia garantir a propriedade privada, justificada pela racionalidade inerente às competências individuais. No pensamento de Locke, a sociedade mercantilista representava o progresso; deste modo, representava a necessidade de garantia institucional para proteger a propriedade privada. Entretanto, para Smith esta proteção era desnecessária, visto que os indivíduos tinham esta garantia no próprio âmbito das atividades produtivas. Ele pensava numa garantia que prescindia do Estado.

Na verdade, a divisão do trabalho era para Smith o instrumento de expansão da economia e garantia da propriedade privada, pois a propriedade detinha frutos de competências individuais que se faziam em relações de mercado.

O mercantilismo era fruto do progresso no qual forças individuais do trabalho aprimoravam-se através da divisão do trabalho. Mas de tal forma que as interações que os indivíduos mantinham na produção – fixada pelos costumes em moral na própria arte de comunicar – produziam o aperfeiçoamento das tarefas, traduzindo competências individuais e, subliminar a estas competências os valores morais, tais como disciplina, solidariedade e outros. Em suma, valores constitutivos das competências individuais. Estabelecia-se, portanto, no mercado, a competência e esta era resultado da divisão do trabalho.

Desta maneira – e aí a razão da direção política contida no seu método – as ações racionais produtivas, impulsionadas individualmente pelo desejo de bens, produzem – via aprimoramento das competências individuais, através de interações que se expandem de relações simples a relações mais complexas.

É a divisão do trabalho em Smith o elemento fundamental de seu método. Ela de *per se,* assim como ele pensara, produzia o sistema social para além do princípio de utilidade.

A sociedade mercantil – e isto está subliminar ao seu pensamento - desenvolvia-se pelo trabalho, que era a causa do progresso e tinha o caminho das ações racionais produtivas humanas traçado em sua metodologia. Nesse procedimento, as

atividades econômicas desenvolviam-se com base em ações produtivas, interativas simples, por serem realizadas no cotidiano do trabalho, estendendo-se à rede de interações complexas, percebidas como relações de mercados.

É comum as ações humanas de produção introduzirem-se em mercados, abrindo novas divisões de trabalho e, com isso, ampliando-se os mercados e o comércio, produzindo um excedente de riqueza social passível de troca.

Em suma, podemos dizer que a divisão do trabalho tem no seu método o papel gerador de fatos, que se manifestam como expansão de mercados. A divisão do trabalho é o fator que estimula o nascer e o diferenciar de talentos, mas para além das diferenças inatas existentes nos indivíduos, adquirindo, esse elemento, importância social na economia geral da sociedade.[15]

1.2 Caminho apontado por Marx para superação das classes e a construção do Estado

Esse universo de informações ora apresentado nos instiga, então, a visitar Smith, no nosso tempo, em *A riqueza das nações* (1756) – assim como Marx o fez, em seu tempo, evidenciando em seu método a presença de uma armadilha metodológica que, revelada, torna compreensível o papel das classes sociais como fator gerador de mudanças na história, bem como revela a nova forma de governo e a legitimação política pela qual o Estado obtém razões de validade para as ações intervencionistas. O que nos levará, visando compreender esse modo de produção de governo, a uma crítica do seu método exposto em a como *Introdução à critica do método da economia política.*

Desde os tempos de Smith até os dias de hoje, o processo de dominação social do capitalismo foi concretizado operando-se no vínculo do quadro do trabalho e quadro institucional, através de interpretações do mundo sociocultural traduzidas por discurso técnico argumentativo de ordem utilitária incrustado nas leis. Assim como Marx analisara

---

[15] SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas). p. 44-51.

em seu tempo, o processo de dominação social do capitalismo tem na racionalidade técnica a racionalidade que produz o domínio. Melhor dizendo – e esta é a hipótese que estamos levantando - o capitalismo desenvolveu o processo de dominação social, no qual formas diferentes de legitimação se realizaram, no tempo, através de discursos argumentativos que se puseram em acordo com a expansão do espaço da racionalização, dado por um determinado nível de desenvolvimento forças produtivas.

Nos tempos de Smith, gestavam-se, na sociedade, ações lógico-racionais em que a racionalidade de domínio, contida nas leis, realizava-se na forma de discurso de natureza econômica. Tal racionalidade motivava ações individuais à formação de comportamentos padrões com os quais se validavam a ordem legítima. Deste modo, a luta de indivíduos desiguais de base econômica diferente produzia-se no aparecer social do fenômeno Estado, refletindo a classe social no seu *todo*. No nosso tempo há a ampliação do espaço de racionalização e, como conseqüente, um outro nível de desenvolvimento das forças produtivas, ampliando-se o espaço de racionalização. Em decorrência disso, gestam-se, hoje, na sociedade, ações lógico-racionais em que a racionalidade de domínio, contida nas leis, se realiza na forma de discurso de natureza política. Com isso, modificam-se a forma da legitimação e o modo pelo qual os indivíduos operam o poder, transformando-o em domínio. Mas, diferente do passado, a luta de indivíduos desiguais de base econômica diferentes reflete, no Estado, apenas a parte do seu todo.

Isto nos leva a supor que formas de legitimação ocorreram de maneiras diferentes, porém com conteúdo ideológico idêntico, expressando, diferentemente, no decorrer do tempo histórico do desenvolvimento do capitalismo o processo de dominação social. Conclui-se, então, que o processo de dominação social da sociedade capitalista desenvolveu-se segundo regularidade com a qual o fenômeno se apresentou à razão sensível; logo, formas diferentes de ideologias, embora com conteúdos idênticos, foram evidenciadas de maneiras diferentes dos fenômenos aparentes da vida social, produzindo o movimento da realidade no qual as atividades produtivas se puseram em contradição com o quadro institucional.

Acreditamos que isto só foi possível em virtude da práxis social de natureza dupla, que põem em movimento as forças produtivas, de tal forma que tipos de força de

trabalho – manual e intelectual – valorizavam o capital. Como as ações racionais são de natureza dupla, elas se concretizaram nas estruturas sociais representadas em formas diferentes nos espaços do público e do privado. Nos tempos de Smith, os momentos de contradição entre quadro de trabalho e quadro institucional representavam-se na forma de legitimação de imediato econômica e nos nossos tempos, na forma de imediato política . O que nos leva a supor que em tempos diversos, forças de trabalho manual e/ou intelectual, se "ajustam" à lógica que valoriza o capital.

Hoje, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo têm-se o processo de dominação social e sua forma de legitimação que se realiza por escolhas racionais, ou seja, escolhas dependentes de competências individuais. Aí, o Estado põe em funcionamento mecanismos de poder, articulando existência social e modos de existência, de tal forma que, a razão *médium* traduz o discurso interpretativo do mundo sociocultural. Tais mecanismos operam na parede que articula a força produtiva que valoriza o capital e forma ideológica com a qual se valida a ordem legítima, a qual é dada pela percepção que os indivíduos têm acerca das certezas ou incertezas, contidas nas ações racionalizadas nas estruturas sociais, institucionalizadas. Neste caso, a teoria as justificam - ou a ideologia, que aparece na forma de doutrina jurídica, põe-se representada *a priori* como idéia da técnica que circunscreve toda a cultura da civilização humana.[16]

Por conseguinte, essa forma ideológica de dominação social, que se manifesta no atual aparecer social do fenômeno Estado, reflete parte do todo da luta de classes, produzindo a dominação que diminui as resistências ao poder, tendo em vista que tal processo se realiza no mesmo patamar em que se fortalece a dominação, ou seja, ao nível do político. Realiza-se como processo de juridificação das relações sociais, ou seja, através de discursos argumentativos de ordem utilitária que são postos – via elemento intermediário tradutor de síntese interpretativa do mundo sociocultural – como formadores de comportamento padrão, no qual a moral é obtida como utilidade do mercado.

---

[16] Esta era uma característica da *polis* grega: as leis se faziam em espaços neutros, ou seja, na parede que separava com nitidez a esfera pública da privada e eram encomendadas àqueles que a sabiam fazer. Esses espaços neutros (das leis), concomitante com a ampliação do social *obturaram-se* para o interior da *polis*, configurando-se no moderno nas Constituições dos Estados. ARENDT, Hanna. **Condition de l'homme moderne**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

Nas análises de Marx, estava presente uma armadilha metodológica, que lhe exigiu a centralidade econômica do método. Daí, ele vai elaborar o método no qual se mantém uma interdependência entre o acesso dos indivíduos a um saber que gera o agir instrumental e acesso a um saber racional prático interpretativo do mundo operativo ou empírico, o qual gera o agir comunicativo-simbólico.

Deste modo, a dialética entre forças produtivas e acesso dos indivíduos a um saber não distorcido pela ideologia se pôs enigmática. Para nós, isto se deu em razão de Marx considerar as ações racionais oriundas da *praxis* de natureza simples, o que o levou a uma centralidade econômica do método e à necessidade de integrar Kant em Hegel, no desenrolar das ações socialmente especuladas do modelo hegeliano de análise.[17]

No seu modelo de análise, o momento racional interpretativo foi subsumido ao momento prático-instrumental, com isso, operava-se a síntese da dialética hegeliana em dois níveis explicativos da realidade: ao nível da *lógica* captava-se a realidade social tal como ela é, ou seja, como resultado de práticas econômicas emergentes da práxis concreta que se constituía de minúsculos atos produtivos, estruturados em classes sociais; e, ao nível do racional, captava-se o conceito ou a idéia que se tinha do movimento da sociedade e de suas práticas produtivas expressadas no Estado, uma sociedade em movimento, na qual as classes concebidas como totalidade disputavam, entre si, a riqueza social.

Nesta realidade, segundo Engels, as vontades de uns tropeçam nas vontades dos outros e dão como resultante histórica a classe. O que nos leva a supor que o fenômeno Estado foi captado, empiricamente, pelo instrumento de pesquisa classe social, posto no método como conceito-guia. No primeiro nível, as classes sociais se põem como elemento de explicação, dando a idéia de duas classes fundamentais - capitalista e trabalhadora – e, no segundo, essas se põem como elementos em conflito, dando rumo ou sentido à realidade social em transformação.[18]

---

[17] HABERMAS, Jurgen. **Conaissance et intérêt**. Paris: Éditions Gallimard 1976 (pour la traduction française e la préface). p. 66.

[18] MARX, K . & ENGELS, F . **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961. p. 285.

Marx, com seu método, buscava analisar o movimento da contradição que lhe mostrava o caminho do movimento da realidade na direção da sua superação, por isso, as atividades produtivas bem como as leis que as regiam foram por ele evidenciadas, no seu tempo, como fenômeno de dominação de classe.

Na análise da *Legislação Fabril Inglesa* (Lei Inglesa de 1860), havia um discurso argumentativo de natureza econômica, interpretado por Marx como substrato que permitia o agir, através de direção política contida na sua metodologia e que produzia, na realidade, aquele agir pela ideologia. Porém, este tipo de discurso Marx o analisou, incorporando-o subliminar ao conceito de classes sociais, que era captado, representado no Estado e expressado como imagem das classes em configuração jurídica.

A supracitada lei proibia o emprego de menores de 10 a 12 anos nas minas e prescrevia a fiscalização oficial como instrumento de execução da lei, visando evitar a presença de menores no emprego, excetuando-se os que tinham certificado escolar ou que freqüentassem a escola durante certo número de horas. Os trabalhadores das minas ridicularizavam a forma de fiscalização, tornando a lei letra morta. Eles reivindicavam lei compulsória que tornasse o ensino obrigatório para menores de 14 anos, como a que existia para outras fábricas.

Para Marx, a Lei de 1860 tinha a forma política de discurso argumentativo, que oculta instantes de movimento de contradição do modo capitalista de produção econômica. Ele chama a atenção para o modo de inquirição feito através de perguntas capciosas, inesperadas e, ao mesmo tempo, torcendo o sentido das palavras. Os advogados, segundo ele, são inquiridores parlamentares, entre eles donos ou exploradores das minas.

Uma leitura em *O Capital* indica a presença de uma direção política contida na argumentação explicativa desta lei, e de outras leis, por Marx, procurando evidenciar momentos do movimento da contradição da realidade que se escondiam, *e,* com isso, era revelada a estrutura objetiva da racionalidade dos processos do trabalho. Ela estava ali, na lei, posta na forma política institucional de discurso de natureza econômica. Por isto, Marx a identificou como e*spírito do capital.*

Para ele, a extensão das leis fabris – e a lei de 1860 era apenas uma delas – acelerava a transformação dos processos de trabalhos dispersos e de diminuta escala em processos de trabalho combinados que operavam em larga escala social e que, em conseqüência, produzia a concentração do capital e o domínio exclusivo do sistema fabril.

Contudo, Marx prefere analisar as combinações sociais do processo de produção a partir das classes sociais, ou seja, como caminho percorrido pelas ações produtivas do simples ao complexo, mas de modo tal que essas combinações aguçavam as contradições e os antagonismos do modo capitalista de produção, amadurecendo, ao mesmo tempo, os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga.[19]

Pela lógica da dialética hegeliana, ele apreendia a realidade através de categorias que representavam a totalidade das práticas produtivas em permanente transformação, práticas que expressavam os condicionantes subjetivos da práxis, cujos atos produtivos tinham na noção hegeliana de força a somatória das vontades humanas expressas na ordem jurídica que validavam a ordem legítima.

Estava ali representada, ao nosso modo de ver, precisamente na ordem jurídica do Estado, a imagem das classes sociais, como imagem das práticas produtivas que se desenvolviam no contexto do sistema de interesses. Desenvolvendo-se em conflitos, as classes eram captadas pelo método de Marx, porém, na forma política de vontade geral. Os interesses de classes, opostas, antagônicas mostravam-se na forma empírico-jurídica de propriedade privada dos meios de produção, como processo de legitimação democrática.

A ordem jurídica representava, pois, a medida exata das relações complexas socioculturais que realizava a direção política das práticas econômicas, evidenciando relações de antagonismos de classes. Na verdade, o Estado e seu modo de operar mecanismos de poder representava a imagem das classes na ordem jurídica e essa imagem era colocada como explicação da relação dialética entre existência social, dada pela força de trabalho que valorizava o capital e modos de existência, dados pela idéia de Estado, a

---

[19] MARX, **O capital** . 7. ed. São Paulo: Diffel, v. 1. 1982. p. 575.

qual traduzia a forma ideológica com a qual se operava o mecanismo de dominação e a conseqüente forma da legitimação.

Classe social era assim compreendida, por Marx, como minúsculos atos produtivos, caminhando no sentido do simples para o complexo, representando a vontade geral. Constituía, e aí estava um equívoco, a somatória empírica das vontades individuais as quais produziam a legitimidade da ordem democrática de direito.

Neste caso, para Marx, o processo de formação de classe dava-se no contexto histórico de construção do Estado, representando-se através de minúsculos atos produtivos, cujas vontades individuais moldavam-se no confronto com outras, em ação comum, expressando-se em classes sociais.

Marx trabalhava sua pesquisa utilizando-se do par de elementos *lógica/racional.* Captava pela lógica a realidade social existente, a sociedade dividida em duas grandes classes sociais e pelo racional captava a imagem das classes sociais no Estado, que, subjetivamente, representava a racionalidade que se colocava como motivo das práticas produtivas. A racionalidade do domínio a ele se revelava por este par de elementos de seu método. Ela estava ali representada pela imagem das classes sociais, e dava-lhe a idéia geral da sociedade burguesa, movendo-se pelas atividades produtivas em movimento de contradição.

Para Marx, o conceito de classe social estava contido em imagem no Estado, pondo-se como resultante histórica dos múltiplos atos produtivos, singulares, tecidos na trama das relações socialmente determinadas como relações de dominação.

Com a clareza do método, ele apreendia pelo conceito a sociedade burguesa no seu movimento histórico, desenvolvendo-se através de atividades produtivas, que se gestavam como ações lógico-racionais, com as quais o Estado obtinha razões de validade para si. O Estado era compreendido, constituindo-se como relações de produção. Política em Marx era reduzida a relações de produção.

A metodologia traduzia-se em caminho de construção do Estado: ações produtivas, tipo lógico-racionais, eram pois compreendidas pela categoria mais simples,

socialmente determinada como relação dominante e que já existia antes que o todo se expressasse na direção em que é expresso pela categoria mais complexa.

Marx tinha aí o caminho histórico das ações humanas que resultavam na construção do Estado: minúsculos atos individuais produtivos caminhavam com base no simples, no cotidiano no trabalho, em direção ao complexo. Neste caso, o Estado representava o caminho percorrido pela classe social, movendo-se numa realidade social em contradição.

Em outras palavras, Marx evidenciava no Estado, nas leis, o movimento de contradição da realidade, cujo movimento da história era dado pelas classes sociais que se colocavam na forma de relações de produção; logo, numa forma política. Este movimento histórico era possível de ser captado na forma empírica quando o pensamento se eleva do abstrato ao concreto, apropriando-se do concreto e reproduzindo-o como coisa concreta: "o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações."[20]

Na análise da Lei de 1860, os motivos que levavam os indivíduos a validar a ordem legítima eram captados como idéia geral da sociedade ou idéia das classes sociais em movimento que se punham representadas no Estado, expressando a forma de organização de indivíduos associados, que, em classes, antagônicas, disputavam entre si a riqueza social. Isto implica dizer que Marx pensava a práxis social simples. Nela, as ações humanas eram compreendidas como ações produtivas, motivadas por valores contidos no interior de um sistema de interesses.

Marx não nos deixa dúvidas. Evidencia o processo de dominação social expresso na idéia de classes sociais, representadas como imagem ou realidade imaginada, no Estado. O que nos permite afirmar que ele compreendia o fenômeno Estado refletindo a classe social no seu todo.

Um outro aspecto relevante é que devido às ações humanas serem compreendidas, no seu sentido de práxis simples, ou seja, na qual ações de natureza prático racional ou interpretativas da realidade sociocultural se subsumiam às ações de

[20] MARX, op. cit., 1978, p. 103.

natureza instrumental, Marx se obriga a manter interdependência, de ordem metodológica, entre o acesso dos indivíduos ao saber teórico-técnico e ao saber teórico-prático.

Em suma – aí está a dúvida metodológica com a qual Marx se confrontou – tinha-se, na verdade, a práxis que separava o momento no qual indivíduos assumem para si o saber teórico-cognitivo, promovendo o avanço das forças produtivas, do momento no qual esse saber era acessado, pelos indivíduos, na classe, mas como saber não-distorcido pela ideologia, ou seja, a práxis produzia na forma de ação estratégica – ou ação intermediária entre interação e trabalho – o momento síntese ou a síntese mediada pelo trabalho social. No entanto, em virtude de uma dúvida metodológica, Marx vai estruturar seu método, tendo a classe social e a ideologia conceitos básicos com os quais vai direcionar suas pesquisas, na linha de conceitos que se formam na própria evolução da economia. Isto leva seu método a uma centralidade econômica.

Marx visava com isso conduzir a análise da ciência articulada ao movimento histórico, visto que, assim, se fazia a ciência social articulada à história, concebendo-a como ciência da natureza, ou seja, do homem como ser real historicamente situado como sujeito e objeto do conhecimento. A ciência humana ficava devendo à ciência social o fato de que o homem se caracteriza, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto do conhecimento. Cremos que nasce dessas preocupações a metodologia de Marx, a crítica metodológica da ciência natural que não era associada à história.

Ele critica a ciência natural nos seus pressupostos metodológicos enraizados no empirismo, que considera os fenômenos tanto da natureza quanto do social, descartando a compreensão histórica. A ciência natural não estava completa em seu desenvolvimento apenas com conceitos comprovados, empiricamente, do ponto de vista da razão lógica.

A centralidade econômica do seu método atendia à preocupação contida em sua dúvida metodológica. Na verdade, a contradição entre forças produtivas e relações de produção identificava o processo de dominação social, justificado via discurso argumentativo de natureza econômica, captado na forma empírica de propriedade privada, no aparecer social do fenômeno Estado que refletia o todo da luta de classes.

BCH-UFC R14118750

Tal aparecer social o levou a produzir o conceito da realidade social expresso na idéia de Estado, tomando como base a economia. Assim, na esteira das ações que se orientavam pela busca de interesses, produzia-se a organização social por sobre a economia: a superestrutura, traduzida na trama de relações sociais condicionadas por fenômenos da economia.

Cremos que a dúvida metodológica demonstrada por Engels na carta a Bloch se esclarece. A resultante histórica como indicador do movimento da realidade encontrava-se, na superestrutura, expressa na idéia da lei fabril de 1860 e nela, como idéia de classe social representava-se a força de trabalho que valorizava o capital.

É neste sentido que a lei é *espírito do capital*. Marx tinha no conceito do Estado, precisamente na ordem jurídica, no Direito Privado, o fato histórico: a luta de classes que se desenvolvia na Sociedade Civil. Esta, fruto da contradição, apontava o movimento da realidade na direção da superação das classes: um movimento de negação da contradição através de ações individuais que iam das relações simples, socialmente determinadas como relações de dominação, a relações complexas.[21]

O caminho apontado para superação das classes sociais deu a Marx a metodologia, mas não deu a direção política. Isto devido o fenômeno Estado aparecer em tempos diferentes, produzindo a dominação social em formas diferentes de legitimação.

Marx, ao evidenciar a presença das classes sociais em conflito, refletindo o todo da luta de classes, representada em imagem no Estado, não detectou um movimento teórico de contradição se realizando na relação da força que valorizava o capital e a forma ideológica com a qual se operava o mecanismo de legitimação.

De maneira similar, Marx não privilegiou no método um movimento teórico de contradição, cuja síntese é realizada por um elemento intermediário. Neste caso, o movimento teórico de contradição é anterior à formação da Sociedade Civil, tornando-se ponto de partida para o surgimento de uma nova ordem social.

---

[21] MARX & ENGELS, op. cit., 1961, p. 285.

Cremos que seu método captava, conforme Hegel, a essência móvel ou a ideologia que escondia momentos de movimento da contradição. Ela ocultava os momentos do movimento, cujo movimento teórico de contradição era a posteriori, segundo o modelo de análise hegeliano. Neste caso, a síntese se dava posterior à formação da realidade social, o que implicava uma progressão linear da história, cuja Idéia de Estado se põe posterior à Sociedade Civil.

Em outras palavras, isto significava que o caminho da superação das classes sociais era dado a partir de movimentos de negação das contradições da realidade, ou seja, significava o movimento da classe trabalhadora que se via obrigada a assumir o Poder de Estado como primeiro movimento estratégico necessário para o advento da nova ordem social.

Cremos que a passagem de Marx em *Os Manuscritos Filosóficos* (1844), nos confirma que, para ele, a análise da Lei de 1860 manifestava-se em dúvida metodológica, expressa por Engels, quando diz que a concepção materialista da história passa pelo fato econômico apenas como centralidade metodológica.[22]

Ele dizia que, em Hegel, um papel peculiar desempenha a superação, onde a negação, a conservação e a afirmação estão vinculadas. Na *Filosofia do Direito* de Hegel, o direito privado superado é igual à moral; a moral superada é igual à família; a família superada é igual à sociedade civil; a sociedade civil superada é igual ao Estado = Estado superado que em síntese é a história universal. Entretanto, na realidade, direito privado, moral, família, sociedade civil, Estado etc, continuam de pé, só que se converteram em momentos, em existência e modos de existência do homem carecendo, portanto, de validez separados, pois tratam-se de momentos do movimento que se dissolvem e que se engendram, reciprocamente. Na existência efetiva, esta *essência móvel* está oculta. Só no pensamento, na filosofia aparece.[23]

---

[22] Ver a carta de Engels a Block, datada de 21-22 de setembro de 1890. Em Marx & Engels, p. 285.

[23] MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (coleção os Pensadores). p. 43.

Marx buscava captar os momentos do movimento que articulavam a realidade tal como ela é, e o conceito que dela se tem, expresso no Estado como idéia ou conceito desta realidade, movendo-se pelas contradições existentes entre o quadro do trabalho e o quadro institucional. Não temos dúvida, ele buscava captar a realidade tal como ela é e o conceito *a priori* que se tinha desta realidade representada no Estado.

Marx, na verdade, arquitetava um artifício empírico que o permitia captar o movimento da realidade social naquilo que ela ocultava, ou seja, os momentos do movimento, que, objetivamente, eram dados pela força produtiva que valorizava o capital e que articulava existência social e modos de existência, produzindo a forma ideológica com a qual se validava a ordem legítima e com a qual se operava os mecanismos do poder. Só que, o movimento teórico de contradição, ou seja, a síntese teórica que produziria no movimento da realidade a passagem do momento do *em si*, no devir da vida, ao *para si*, no qual a consciência se reconhece no objeto e se supera no próprio movimento da realidade se realizava *a posteriori*.

Marx analisava a Lei de 1860 buscando integrar Kant no desenrolar das ações racionais, as quais eram compreendidas por Hegel, mas como especulações socialmente determinadas. Neste sentido, ele obteve a fórmula empírica de seu método. *A priori,* Kant se pôs invertido no *a posteriori* de Hegel, o que lhe permitia captar o fato histórico, a classe social, como imagem no Estado.

Esta foi a fórmula encontrada por Marx para denunciar o papel social negativo do egoísmo, demonstrando a real racionalidade inerente às competências individuais que se punham como moral ou dever a que todos se obrigavam.: forças produtivas simples, acionadas no terreno do trabalho, que, como essência subjetiva do trabalho, se cristalizava na ordem jurídica do Estado nos moldes de propriedade privada.

Observa-se que o caminho apontado para a superação das classes sociais dava-lhe falsa direção política. Punha-se como armadilha metodológica. Na verdade, ela se configurava na ilusão provocada pelo aparecer social do fenômeno Estado que refletia a classe social no seu todo. E tal modo de aparecer social produzia essa ilusão provocada pelo Estado dada pela ideologia ou pelo discurso técnico de natureza econômica que se punha para além da experiência que é dada à razão sensível.

O fenômeno Estado e seu aparecer social, à época de Marx, o leva à exigência de centralidade econômica do método e a manter interdependência entre o acesso dos indivíduos ao saber téorico-técnico necessário à integração à atividade econômica coerente com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e acesso ao saber prático interpretativo do mundo empírico como saber prático-racional. Notamos, portanto, que o discurso argumentativo de ordem utilitária, presente na análise de Marx sobre as leis fabris inglesas, e em especial na Lei 1860, era a essência móvel que ocultava o movimento da realidade que era dado pela relação força produtiva que valoriza o capital e forma ideológica com a qual se realiza a legitimação, pondo em funcionamento mecanismos de dominação no Estado.

Em função disso, não se descarta a probabilidade de o elemento normativo presente ilusoriamente na lei de 1860 estar produzindo a síntese teórica entre o conceito da realidade tal como ela é e o conceito que dela se tem na imagem do Estado, mas através de um elemento intermediário que traduz as ações humanas guiadas por uma razão de natureza dupla. Neste caso, a análise das ações sendo compreendidas, por Marx, como práxis de natureza simples impedia o trabalhador de ter acesso ao saber interpretativo racional operativo do mundo empírico no qual ele agia. O elemento de caráter normativo punha-se na forma de ilusão ou como teoria ou doutrina jurídica, justificando os elementos de poder, com os quais o Estado produzia a dominação e, com, isso, permitindo, ao contrário do que pensara Marx, acesso ao saber distorcido pela ideologia.

Em outras palavras, a ideologia tem sentido positivo, produzindo não uma descrição falsa da realidade, mas falsas motivações que guiavam ações lógicas e racionais no contexto do mundo operativo empírico. O que significa dizer que interesses imediatos dos indivíduos eram satisfeitos pela idéia da técnica, posta como significado de idéia de necessidades. O Estado – via ordenamento jurídico – sancionava a ilusão na forma de satisfação de objetos desejados.

Por isto, Marx não pode perceber conteúdos políticos com significados normativos presentes nas falas dos trabalhadores das minas de carvão, quando analisa a

inquirição contraditória da Justiça Inglesa. Esta inquirição é relatada no *Report from de Select Committee, together with.... Evidence, 23 July 1866.*

Do trabalho do comitê de membros da Câmara dos Comuns Marx retira alguns extratos para leitura; dentre estes, selecionamos alguns:

> "Por que os trabalhadores não se opõem a que se empreguem esses menores? Não é matéria de sua competência (nº 1634)."

Quanto a lei obrigatória:

> "Deve isto ser feito para todos os trabalhadores da Grã-Bretanha ou apenas para os dos trabalhadores das minas?"
>
> "Estou aqui para falar em nome dos trabalhadores das minas (nº 1638)."

E quando o inquiridor pergunta se os trabalhadores das minas melhoram sua educação depois de empregados:

> "Em geral se tornam piores; adquirem maus costumes; entregam-se à embriaguez e ao jogo e se arruinam totalmente (454)."

Daí conclui o burguês:

> "Sois contra a educação?"
>
> "De modo algum etc. (443)."[24]

Torna-se pois impossível analisar o Estado pela lógica da dialética hegeliana, sem a contribuição da dialética transcendental de Kant, que, no entanto, Marx não utilizou ou a utilizou parcialmente. O fenômeno Estado punha-se para além da experiência dada à razão sensível, significando que somente uma metodologia que capta o Estado por avaliação ou juízos quanto ao seu fim, dado pelo modo de produção de governo ou de

---

[24] MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. p. 569, n. 1638.

administração de governo se põe satisfatória para resolver o dilema do prisioneiro. Este é um dilema que está contido no método de Marx.

1.3 Enigma contido no método de Marx

Concordamos com o vincular do método a ontologia, cuja justificativa encontra-se na natureza do próprio método de Elster. Aliás, esta característica é, na concepção de Elster, a novidade do método. Mas o que isto significa? Significa que, quando se tem um método, cuja concepção de metodologia é abrangente, não se limitando a entendê-lo apenas como conjunto de técnicas de pesquisa, o método vincula-se a ontologia, pois os indivíduos, tomados como agentes ou atores de sua própria história, não desvinculam o pensar, o conceituar do objeto, da ação.

Na verdade, o elemento intermediário permite ligar método e ontologia, tornando possível a análise que vai de microfundamentos sociológicos a explicação dos processos macrossociais. Isto porque a síntese produzida articula indivíduo portador ontológico do ato ao ato concretizado nas estruturas sociais, revelando a compreensão da ação individual que se faz como ação política em confronto com outras ações nas classes, explicando no todo as condições objetivas e subjetivas que motivaram o ato concreto. Mas, como vimos, o método de Elster abstrai, justamente, a condição subjetiva que explicaria o comportamento se realizando, mesmo contra a vontade do indivíduo.

Aí, a metodologia proposta rompe com a unidade existente entre indivíduo, portador do ato efetivado e ato decorrente das relações estratégicas mantidas por ele. Não consegue o método de Elster atingir o objetivo a que se propôs: a explicação satisfatória do problema do dilema do prisioneiro.

Para nós, este método guarda semelhança com o método de Marx. Este, no entanto, preferiu a análise proposta pela lógica hegeliana, que determina categorias racionais para a apreensão da realidade concebida como contradição, totalidade e realidade em permanente transformação. Neste sentido, Marx não optou, assim como fazem os marxistas analíticos, pela dialética transcendental de Kant, que se lhe permitiria

utilizar o recurso do elemento intermediário no seu método, sem abandonar o modelo de análise hegeliano. Isto, em nossa opinião, o levaria a uma interpretação diferente na sua crítica à economia política.

Marx, em suas pesquisas, buscava demonstrar a presença da ideologia que ocultava o real papel político do Estado, na garantia da ordem democrática, ou seja, visava denunciar o papel negativo dado ao egoísmo universal, fonte inspiradora do modelo de análise de Smith. Para nós, no mundo globalizado da economia, hoje, os feitos do homem – iludidos no parafrasear de discursos racionais que os oculta pela ideologia, com a qual se disfarça a natureza classista do Estado – não podem ser considerados quanto a alternativas metodológicas que buscam explicar as motivações da ações racionais, como instrumento analítico de produção de conhecimento de nível baixo.

Isto nos leva a reconceituar o "Estado Capitalista" que representa a idéia geral dos interesses corporativos da atual sociedade, visando esboçar modelo alternativo de análise, no qual podemos recuperar o indivíduo – não privilegiado em suas ações racionais simbólicas no método de Marx – como elemento central do evento histórico – ele, o homem com suas motivações e seus feitos. Daí a necessidade de se reformular o método de Marx, visando nele incorporar um terceiro elemento – a cultura. Aí, a contribuição de outros pensamentos no campo das ciências sociais pode nos ajudar a compreender o problema da legitimação política, realizada como feitos de indivíduos que se estruturam em classes, sem, contudo, abandonar o tratamento metodológico que ele deu a categoria chave de *O Capital*, o trabalho.

A intenção primeira é a de vincular a metodologia à ontologia, o que vai nos exigir confrontação entre o marxismo e outras orientações no campo das ciências sociais já constituídas, e, em especial, retrabalhar o papel político reservado às ações (co)operativas que, no pensamento sociológico de Durkheim, configuram os corpos intermediários. Neste sentido, a cultura como terceiro elemento integrado ao método de Marx torna-se fonte histórica de valores – base de interpretação do mundo material – estabelecendo relação causal interna de continuidade histórica entre fenômeno Estado e Ideologia, com a qual as classes produzem – no próprio espaço no qual se realizam,

ocupando determinada posição na estrutura de produção – a legitimação política, a qual se realiza como processo de formação da vontade soberana.

Acreditamos que Marx não privilegiou na análise do advento da indústria moderna valores que se põem para além do simples agir instrumental, constituídos em normas cujos princípios que traduzem modos ou estilos de vida são trazidos pelo avanço das forças produtivas. Se o trabalhador permanecia submetido a um padrão de comportamento anterior, como fragmento humano que repetia sempre uma operação parcial, sem preparo, sem tempo suficiente para aquisição de novas habilidades para execução do trabalho exigido pelas novas técnicas de produção, era porque novos valores que se expressavam na forma corporativa de interesses de classes estavam dirigindo os processos do trabalho e diminuindo a capacidade de formação de ações solidárias de (co)operação no campo das atividades produtivas ou sociais.

No caso, a lei geral e social do modo de produção capitalista exigia do trabalhador maior versatilidade e este punha tolhido no seu processo de autonomização. O trabalhador estava tolhido na sua capacidade de, na relação de *si* com a imagem da classe expressada no Estado, formar representações do mundo no qual ele, em interação, o habita em comunhão de interesses e no qual ele age coletivamente, através de ações guiadas pela razão de natureza dupla que se concretizam nas estruturas sociais. Ações estas que se estruturam em formas diferentes e em espaços sociais diferentes, ou seja, nos espaços do público e do privado.[25]

A razão técnico-argumentativa que estava presente na lei de 1860 não se punha como elemento ideológico funcionando subsumida à produção econômica, na forma em que as ações se apresentavam à razão sensível. Nisto, Marx se equivocou. Esta razão se representava como imagem das classes sociais no Estado configurada na ordem jurídica por um discurso formador de padrão comportamental, ditado pelo nível das forças produtivas que trazia novos modos e estilos de vida. O trabalhador das minas de carvão estava tolhido na sua capacidade de retirar significado cultural comum a todos, com os quais ele mantinha relações mútuas de semelhança, com aqueles que ocupavam posições

[25] Ibid., p. 558-559.

iguais na estrutura produtiva. Deste modo, ele não se identificava no sistema social nem como indivíduo nem como classe, à sua nova situação de trabalho.

Cremos que o fato de Marx não ter percebido que o quê se ocultava era a luta de homens desiguais de bases econômicas diferentes que apareciam no fenômeno Estado em formas diferentes e em tempos diferentes. Tudo isso o levou a exigência metodológica de manter a interdependência entre modo de acesso dos indivíduos ao saber teórico-técnico e ao saber teórico-prático. Ele ficou submetido a uma camisa de força metodológica, que se traduzia na centralidade econômica do método.

Marx busca em *Introdução à crítica da economia política* (1857) revelar as causas econômicas como fato político – critica o pensamento econômico liberal tradicional (Adam Smith, David Ricardo) de seu tempo – e investiga elementos para definir no campo econômico a causa daquele fato: a classe.

A classe social é o elemento que produz a mudança social em momentos diversos e conjunturas econômicas diferentes, porque contém em si algo que se esconde, permitindo a acumulação se realizar sem precisar de crescimento proporcional da parte fixa do capital. Deste modo, a mudança aparece configurada como composição técnica do capital, que, contudo, reflete a classe social – o elemento base da produção – na relação preço/salário correspondente à relação capital adicional/ oferta do trabalho. Marx, descreve na sua análise, a nosso ver, a presença de uma idéia de realidade imaginada, a qual ele vai criticar como sendo dogma doutrinário do capital fixo.[26]

Nessa perspectiva, o movimento de expansão e de contração do capital produz a acumulação em momentos alternados de insuficiência e abundância da oferta de trabalho, mas não é nem o crescimento absoluto ou proporcional do número de operários que dá ao capital a superabundância, no primeiro caso, e nem o decrescer absoluto do número de operários, que lhe vai proporcionar a insuficiência, no segundo caso. Aquele

---

[26] Le dogme de la quantité fixe du capital social à chaque moment donné, non seulement vient se heurter contre les phenomènes les plus ordinaires de la production, tels que ses moviments d'expansion et de contraction, mais il rend l'accumulation même à peu près incomprehensible . Aussi n'a-t-il-été mis en avant par Bentham et ses acolytes, les Mac Culloch, les Mils et *tutti quanti*, qu'avec une arrière-pensée " utilitaire". Ils s'appliquent de préférence à cette partie du capital qui s'échange entre la force ouvrière et qu'íls appellent indifféremment "fonds des salaires", fonds du travail. MARX, 1985, p. 80.

movimento dá-se em razão de que, na crise, os preços das mercadorias "impõem-se" à baixa geral dos preços. Esta baixa se reflete na alta do valor relativo do dinheiro, e, quando a confiança reina, os preços das mercadorias sobem e esta alta se reflete na baixa do valor relativo do dinheiro. Contudo, nos dois casos, o valor real do dinheiro não sofreu nenhuma transformação.[27]

Marx toma como ponto central da análise sobre a acumulação o que ele denomina de fundos de trabalho que assumiam forma política nos contratos de locação como aluguéis de fazenda (*loyer d'un fermier*). Fundos que têm como ponto de partida a expropriação da classe trabalhadora, que, no campo, aparecia, não na forma completa de trabalhador, mas como moradora das fazendas.

O que nos permite pensar o movimento de metamorfose de mercadoria como fundo histórico de práticas econômicas no Brasil, diferente de como Marx o pensara para a Europa; ou seja, um fundo acumulado através da expropriação hermenêutica das tradições ou como práticas que rememoram (na descrição de Smith) a passagem do campo para a cidade, produzindo o progresso das metrópoles, através da representação política ou de um corpo político de interesses das classes rurais não emancipadas.

Neste sentido, com os "olhos de Marx", vemos a manifestação empírica do fundos de trabalho (caso Brasil) no constitucional – ou nas leis que engordam as rendas das classes rural e industrial e, com isso, o aumento seus patrimônios. Sendo esse fundo resultados de classes rurais que se apossaram dos meios de produção pela expropriação da tradição; logo – aí está nossa crítica a crítica da economia política – aquelas rendas, mesmo não sendo investidas nos melhoramento das terras (Smith, 1776) e nem em instalações que permitiriam melhor capacidade de produção de alimentos, poderiam ser esbanjadas com clientes e dependentes.

É recorrente um processo de acumulação sendo realizado pelo Estado como indutor e regulador dos processos dos trabalho – pelas mãos mágicas da representação política que produz o milagre das rendas dos proprietários do capital crescerem

---

[27] Ibid., p. 88.

continuamente– e, com isso, o capital não precisar do crescimento proporcional de capital fixo na relação com capital variável.[28]

Neste sentido, pode-se denunciar os contratos de locação, pelo quais proprietários rurais, nos primórdios da industrialização brasileira, descontavam dos salários dos trabalhadores, já magros, aluguéis de terra, moradia etc, como recompensas (fornecida pelo Estado na forma militarizada), da perda de prestígio (e não de rendas).

Aí começa a esclarecer a singularidade do capitalismo brasileiro. A classe rural em decadência – conseqüência do crescimento industrial às custas do sistema financeiro – existe como resultante de classes proprietárias em concorrência e a harmonia entre elas era necessária para o capital prosperar. Daí o papel histórico da representação política, explicando a gênese do capitalismo brasileiro que se realizou na dialética da classe e estamento. O que guarda semelhanças – e também diferenças particularizadas com relação ao Brasil – com as análises de Marx sobre o capitalismo na Europa no século passado.[29]

Emerge daí um fundo histórico de natureza econômica que só podia se realizar – como no caso Brasil – disfarçado em forma política, ou seja, uma forma que garantisse que a continuidade do processo de acumulação se fizesse através de intrincadas relações entre governo/sistema financeiro e bancos.[30]

Este fato recebeu que recebeu atenção metodológica de Marx aproxima nosso estudo (do ponto de vista metodológico) às análises de Smith. Para Smith, os arredamentos a longo prazo tiveram como conseqüência os rendeiros se libertando do Senhor da terra, porque a classe rural não tinha nada a oferecer em troca – por ser não produtiva – entrara em decadência.

---

[28] Ibid. p. 135.

[29] En France, où vers la moitié du XVII siècle les truands avaient établi leur royaume et fait de Paris leur capitale,on trouve des lois semblabes.Jusqu'au commencement du régne de Louis XVI (ordonnance du 13 juillet 1777), tout homme sain et bien constitué, agê de size à soixante ans, et trouvé sans moyens d'existence et san profession, devait être envoyé aus galères. Il en est de même du statut de Charles Quint pour les Pays- Bas, du mois d'octobre 1537, du premier édit des États et des villes de Hollande, du 19 mars 1694, de celui des Provinces-Unies, du 25 juin 1649. Ibid., p. 185.

[30] Ibid., p. 135.

Por outro lado, aqueles arrendamentos – é o que se deduz do nosso estudo – têm a origem nos contratos de locação, nos quais havia a produção excedente, porque neles estava contido o trabalho "excedente" – ou o que é expropriado do trabalhador como produção de valor ou como mais valia, entendido este conceito no sentido amplo do termo.

Está aí o fundamento teórico e epistemológico que nos permite resgatar o método de Marx para o nosso tempo, mas através da ênfase metodológica dada por Smith às competências individuais no trabalho, sendo desenvolvidas através – no sentido negativo ao atribuído por ele – da Divisão do Trabalho.

Os arrendamentos a longo prazo, como no caso do Brasil, produziram riqueza social às custas da classe trabalhadora, porque o fundo histórico das práticas econômicas liberais, tinham sua gênese na Divisão do Trabalho.

Esta divisão aparece, hoje, no País, e se expressa em fundos de investimentos acumulados nos bancos (poupança nacional), produzindo a acumulação específica capitalista brasileira ou o gene do capitalismo nativo: a exploração do trabalho pelo capital que se realiza pela lei imposta pela força (mesmo que disfarçada como legal-racional); logo, a sociedade capitalista brasileira – nela o Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho – não pode dispensar, na forma parcial ou completa no *continuum* do processo histórico, a presença Estado do militarizado (mesmo que na forma disfarçada ou "desmilitarizado").

Este nem sempre consultado nos momentos de crises sociais graves, mas sempre presente, colocando como "obrigação" de cumprimentos de lei (ou leis que favorecem as elites), regendo contratos que permitem – e é o que acontece ainda hoje – salários já magros, serem sempre reduzidos mais e mais. No passado, pelos aluguéis de fazenda (tal como Marx descrevera) e no presente, através de impostos – cuja carga bruta recai sobre as costas dos menos afortunados – que têm o fisco como monopólio exclusivo do Estado; fato que por analogia pode ser comparado com o que hoje conhecemos pelo nome de ajuste fiscal.

No caso Brasil, o fisco é expressão da medida da exploração do capital pelo trabalho e tem como principal agente colaborador do governo o sistema bancário. O que explica o fato de que aqui se inverte o ponto nuclear do movimento circular do dinheiro, a ponto do fetiche da mercadoria a se realizar como lugar no qual as classe lutam entre si, sendo sempre vitoriosas as "classe dominantes" – ou as que têm na história a possibilidade da dominação – porque são classes geradas do estamento e articuladas à oligarquia. Isto devido a força da tradição e a circunstâncias históricas e culturais que mediaram os mercados brasileiros.

Na verdade, Marx via, também, nos contratos de locação relações produtivas que se estabeleciam como relações sociais com base em um modo específico de produção capitalista. Para ele, estas relações – vistas como relações dominantes que se colocavam na história em antecipação – produziam a propriedade das coisas, dos elementos materiais da produção e apareciam na forma de figuras do capital como agentes efetivos e suportes imediatos da produção. Figuras fixas, personificadas por personalidades autônomas ou representantes das coisas personificadas; logo, apareceu e desenvolveu o parlamentarismo (caso Brasil), indo de forma rudimentar (posta pela tradição lá em Portugal) à forma desenvolvida de parlamentarismo.

Em suma, Marx viu nos contratos jurídico-formais o valor-trabalho incorporado aos meios de produção já contabilizados no custo de produção, mas não os interpretou como conseqüência da circulação das mercadorias nas quais o Estado é o indutor e regulador dos processos do trabalho, lembrando mais uma vez o caso particular do Brasil. Ele viu os contratos jurídico-formais apenas como elementos que compunham a renda nacional global. Não os interpretou como valor-trabalho ou como preço corrente que se afasta do preço natural que têm o Estado como indutor e regulador dos próprios processos do trabalho.

Diferente de como Smith pensara o afastamento do preço corrente do preço natural – e diferente de como Marx pensara, embora o criticando – tem como fundamento um ponto nuclear do movimento de metamorfose da mercadoria, que tem o gene do capitalismo se explicando pela relação governo, sistema financeiro internacional e sistema partidário O sistema bancário (braço ou prolongamento do sistema financeiro)

presente em forma simples na sociedade mercantil evoluiu, mais tarde, para um sistema complexo quanto a obtenção de lucros através de empréstimos de dinheiro a juros.

Contudo, a garantia de isso ocorrer, aparentando forma democrática (sic), foi dada pela relação governo sistema financeiro internacional e sistema partidário, mas de modo tal que a força militarizada do Estado é substituída pelo sistema de comunicação que evoluiu no tempo. Hoje, evidencia-se um sistema de comunicação de *mass media* que tem nele contido um elemento tecnocrático – aqui nos reportamos aos estudos de Habermas - que imuniza classes frente a ideologia.

Em nossa concepção, o que caracterizou a análise de Marx no século passado e que hoje se põe como reflexão na crise do marxismo diz respeito a problemas metodológicos associados com a história e a mudança. Isso nos instiga – na confrontação entre o marxismo e outras orientações no campo das ciências sociais – a reconstituir o conceito de Estado "capitalista", visando preservar a intuição de Marx que, na sua análise, tem no conceito de classes sociais e ideologia as categorias-chaves para a compreensão da sociedade capitalista.

Cremos poder fazê-lo, visando reconstituir o conceito de Estado "capitalista" brasileiro – reinterpretando a formação socioeconômica em Marx pelo começo da história, através do instrumento de pesquisa de Weber (o tipo ideal), colocado como força da tradição, que explica a burocracia devido à concorrência entre diversos Estados de modo a exigir do Estado Nacional a produção de poder por meio de administração racional ou burocrática e alianças político corporativas condicionadas a razões fiscais de acordo com os interesses capitalistas.

Em Durkheim, o começo da história é explicado pela presença da força da tradição que tem nele contidos, nas práticas culturais, elementos fundamentais da religião. Visamos com isso, trazer para o nosso tempo – via momentos comparados no espaço/tempo – a noção de totem (Durkheim), que posto no pensamento de Arendt, nos leva à explicação da força da tradição no desenvolvimento histórico geral do Brasil. O que nos permite – pela junção de três fontes do pensamento sociológico (associadas a Marx) –

a trabalhar a noção ideal (Weber) da sociedade brasileira se construindo na correlação qual correlação culto e práticas rituais como elementos fundamentais da religião.[31]

Como Weber pensara, a reciprocidade entre bases materiais e formas de organizações sociais e políticas apresentava-se ao sistema escravagista no regime feudal de tal forma que a crença religiosa se punha *atada positivamente* ao trabalho. Lá, um sentimento subjetivo de necessidade não era contrário ao "bom" funcionamento do sistema escravagista que, tradicionalmente, se enraizava na idéia de que todas as coisas se representam para os indivíduos em harmonia, produzindo a idéia de que direitos de todos – à terra e a própria sobrevivência – eram dados por direitos postos formalmente como iguais.

Pode-se dizer que o tempo se inverte nesse atual nível de desenvolvimento das forças produtivas caracterizadas por avanços tencológicos, pois aqui, no nosso tempo, a crença religiosa se põe atada negativamente ao trabalho, mas por um sentimento subjetivo de necessidades que não se opõe ao "bom" funcionamento do Estado do tipo intervencionista socioestatal.

O Estado Nacional aprimora a burocracia que assume a forma de administração racional monetária e, com isso, a luta de classes é acirrada e expressa como combate por valorização da moeda nacional, sob o peso de divisas cotadas em Bolsas de Valores em mercados de capitais, postas como condição de financiamentos para produção de bens de capital. Este modo de administração rememora a luta entre senhor e direção administrativa feudal, em que o controle sobre os feudos se fazia por nuanças do ordenamento jurídico: por direitos domésticos ou puramente fiscais – *vassal politique*, que, contudo, só produziam o controle total do poder, e permanência nele, pela fidelidade pessoal à direção administrativa, cuja legitimidade de comando se assentava na soberania

---

[31] Outre ces forces à l'état libre qui viennent sans cesse renouveler les nôtres, il y a celles qui sont fixées dans les tecniques et traditions de toute sorte que nous utilisons. Nous parlons une langue que nous n'avons pas faite; nous nous servons d'intruments que nous n'avons pas inventés; nous invoquons des droits que nous n'avons pas institués; un trésor des connaissances est transmis à chaque génération qu'elle n'a pas elle-même amassé etc. C'est la societé que nous devons ces biens variés de la civilizations et si nous ne voyons généralement pas de quelle source nous les tenons, nous savons , du moins, quíls ne sont pas notre oeuvre. DURKHEIM, Emile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. 3. ed. (1994). Paris: Quadrige-Presses Universitaires, 1960. p. 302.

judiciária, sobretudo jurisdição criminal e soberania militar- como *droit d'enseigne* que se caracterizava pela hierarquia como símbolo de comando.[32]

Hoje, a classe capitalista transnacionalizada tem sob seu controle a administração financeira mundial que se caracteriza pela produção de mercadorias em função do valor-moeda posto por exigências de rentabilidade do capital. Em outras palavras, ela se globaliza – via processo de valorização de moedas nacionais – de tal modo que as classes sociais elaboram as idéias que estruturam o Estado (dominante), que se caracteriza pela dominação de países mais avançados tecnologicamente que controlam o valor material da moeda, ao nível global, pela administração monetária racional. O seu domínio totalizador pode ser compreendido, seguindo intuição de Marx, pela explicação histórica dada pela economia, mas de tal modo que os elementos subjetivos que orientam as atividades econômicas se ponham interpretados através do modelo de análise hegeliana mesclada ao de Kant, nos fornecendo a filosofia das formas simbólicas, ou seja, por um começo da história no qual o processo é o progresso e o produto deste é por vezes chamado cultura, outras vezes liberdade.[33]

Por sua vez, o corpo político do Estado-nação se manifesta por atividades que se orientam não pelo princípio de liberdade, mas pelo princípio de igualdade econômica de todos perante a lei e que aparece hoje, no caso Brasil, expresso em corporativismo, reduzindo a vontade de obedecer a mero acordo de interesses entre direção político-administrativa estatal e grupos privilegiados organizados em corporações.

O que nos autoriza a (re)interpretar em Marx o processo de formação socioeconômica, na trilha do pensamento weberiano, mas com "olhos" de Arendt em sua análise sobre o Estado totalitário

---

[32] WEBER, Max. **Économie et société / 1 - les catégories de la sociologie**. Paris: AGORA, Librairie Plon, 1971. p. 339-341.

[33] Neste sentido, o conceito kantiano de história permite compreender o nosso tempo através da intuição de Marx, aproximando sua análise às análises de Durkheim e Weber, através dos "olhos" de Arendt ou de seu método de análise. ARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 451.

Neste sentido, diferente de como Marx pensara no século passado, a exploração do trabalho pelo capital realiza a mais valia pela burocracia estatal como exploração indireta da força de trabalho. O Estado, na exigência de validar formalmente o valor material da moeda nacional, visando aumentar a credibilidade para adquirir empréstimos no exterior, produz a contração de dinheiro que o leva à administração racional monetária típica da economia transacional ou à forma político-administrativa semelhante à análise que Weber fizera acerca da contabilidade do capital.

O que leva a supor a presença de um *dominium* se realizando pela ação solidária interativo-estratégica, posta como ação de (co)operação e expressa em atos político-representativos que se colocam constitutivos do ordenamento jurídico, de tal forma que a representação se põe em conexão funcional entre estrutura-classe e sistema de direito.

A constituição de grupos sociais em comunidades se faz quando o agrupamento tem como resultado um processo de *communalisation*, no qual o fundamento do grupo é dado por um tipo ideal puro em que a média das motivações das vontades se orientam em um sentimento subjetivo de necessidades. Significando que aquelas motivações que levam à obediência produzem a tipologia da dominação, mas através de dupla racionalidade e não como pensara Weber que caracterizou a dominação como resultado do agir de natureza instrumental.[34]

Isto nos permite dizer que um processo de racionalização, que está a ocorrer no tempo, leva a constituição da sociedade porque um sentimento subjetivo de necessidade se expressa no fato de indivíduos pertencerem a um mesmo território (ou de mesma etnia) constituindo-se como corpo político ou como Estado-nação.

Nesse corpo político, a presença desse sentimento leva à produção econômica ilimitada e se coloca dependente de um processo de autonomização, que consiste na

[34] Aqui, preferimos utilizar no francês o termo *communalisation* para sermos fiéis ao próprio conceito de Weber, visto que, no português, não encontraríamos uma palavra que desse idéia de um processo de formação de comunidades e sua possível evolução para sociedades em desenvolvimento. WEBER, Max. **Économie et société/1 - les catégories de la sociologie**. Paris: AGORA, Librairie Plon, 1971. (Le présent ouvrage est la traduction de Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tubingen, Mohr, 956) et de Max Weber, *Rechtssoziologie* (Neuwied am Rhein, Luchterhand, 1967). p. 78.

constituição de agrupamentos em que atividades se realizam como trabalho ou capacidade do homem se organizar dentro da ordem (*stand*), fazendo uso da razão téorico-técnica, visando conhecer o mundo em que se exercem atividades com fins de formação de identidade pessoal e aquisição de habilidades para melhor desempenho das tarefas.

O contrário ocorre em relação a estrutura política. Esta estrutura não pode expandir infinitamente, pois depende de um processo de racionalização, que consiste na formação de agrupamentos em que atividades se realizam como ação político-interativa ou capacidade de o homem se organizar dentro da ordem, fazendo uso da razão teórico-estratégica, posta como razão téorico-prática, visando conhecer o mundo no qual se exercem atividades com fins de formação de identidade social ou constituição do mundo comum.[35]

Isso nos leva a rememorar o papel dos rendeiros como fonte histórica da acumulação capitalista, descrito por Smith em *A Riqueza das Nações*, visando interpretar o papel das classes sociais como fator gerador de mudanças na história, no contexto do mundo globalizado da economia. Isso o faremos, sem abandonar a intuição de Marx, mas com o tratamento analítico de Smith, que visara buscar "solução metodológica" para o problema da moral contido nas atividades econômicas. Tudo isso faremos, também, através dos "olhos de Arendt" e sua crítica ao marxismo.

A intenção, aqui, é repensar em *O Capital* (em o capítulo sobre o dinheiro) o papel da renda fundiária como fundo histórico das práticas político-econômicas, pensado por Marx à sua época, visando com isso, trazer, para o nosso tempo, a problemática da ação funcional político-administrativa. Hoje, os monetaristas, aqueles localizados nos setores centrais da economia, recorrem a formulações que atribuem poder intrínseco ao dinheiro, rememorando concepções metalistas criticadas por Marx, nos tempos de

[35] De todas as formas de governo e organização dos povos, Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida para além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados. ARENDT, 1990, p. 156.

Ricardo. Para eles, modificações bem dosadas na quantidade de dinheiro conduzem à realização da meta da estabilidade econômica.[36]

Entretanto para nós – esta é nossa hipótese – a estabilidade econômica se realiza como déficit de legitimação, ou seja, pela diminuição de poder de administração racional da economia. Devido a uma mudança da forma da mercadoria – massa das mercadorias em circulação a determinados preços e sua relação com o volume das compras e vendas – produz a modificação da natureza da ideologia.

Desta forma, visamos repensar em Marx a mercadoria, pensada como movimento da metamorfose da mercadoria em pequenos circuitos de dinheiro e como valor trabalho medido pelo tempo de trabalho. Os pequenos circuitos da mercadoria – símbolo de dinheiro ou moeda legal em movimento - tendo um número igual de pontos de partida ao de mercadoria e graças à multiplicidade indeterminada, têm esses circuitos escapando ao controle e a toda medida que se queira fazer. No entanto, hoje, o valor trabalho aparece independente da quantidade de tempo de trabalho, ajuizado como dados empíricos ou como valor medido fundamentalmente no seu aspecto qualitativo. É recorrente as mercadorias expressarem esse valor na forma simbólica, tendo o dinheiro e sua manifestação realizando-se pela ação funcional político-administrativa, a qual busca o equilíbrio da economia, pelo controle das influências que atuam sobre as atividades econômicas.[37]

Nos dias de hoje, o fenômeno da especulação realizada ao nível mundial coloca a moeda legal dos países – a que deveria circular como dinheiro ou meio de pagamentos - movimentando-se na ciranda da especulação financeira; logo, pequenos circuitos realizados como moedas em circulação, que entram diretamente na produção, "globalizam-se", ou seja, o dinheiro como símbolo executa um movimento de metamorfose das mercadorias, no qual meios de pagamentos – meios de subsistência

---

[36] O capítulo sobre o dinheiro em **O capital**, juntamente com a parte sobre a história do dinheiro, constitui a parte mais detalhada da teoria do dinheiro em Marx. MARX, 1978, p. 128.

[37] Para Marx, a velocidade no curso do ouro pode substituir sua quantidade ou o modo de ser do ouro no processo de circulação, que não é só determinado por seu modo de ser como equivalente ao lado da mercadoria, mas também por seu modo de ser dentro do movimento da mercadoria. Ibid., p. 193.

daqueles que produzem serviços ou mercadorias – passam a se realizar como meios de investimentos.

Sob este aspecto, os preços, que só existem idealmente, não se realizam mais como "oposição" valor-de-troca / valor-de-uso ou como resultado de trabalho abstrato, mas como trabalho concreto – em que a composição técnica do capital que lhe dá a possibilidade de ele acumular sem precisar de um crescimento proporcional da parte do capital variável – não demanda mais o tempo de trabalho, ficando dependente das "idéias das técnicas", que, aplicadas, geram equipamentos de alto teor tecnológico. Tem-se, então, um outro tempo, em que o operar manualmente o instrumento do trabalho não acrescenta mais valor. Implica daí que a subsistência do trabalhador expressa como *salaire au temps* se modifica na relação preço/salário, em *salaire aux pièces*, o qual não mais expressa relação de valor imediato, mas relação de valor, posta na forma informações científicas geradas como estratégias de mercados. Em suma, tem-se um *tempo* de valor *tecnológico.*

Tem-se pois um tempo de conjunto de leis adjetivas reguladoras do exercício do juízo, em que a faculdade de julgar subsumida às leis da economia produz a história através de um real espaço institucional – o Estado – que transforma poder em domínio, em que o pensar do particular é compreendido como universal.[38]

O valor da força de trabalho ganha um sentido humano, valorizando-se por estratégias administrativas e legislativas, ou seja, na correlação culto e práticas rituais, como *totem*, em que o valor não se põe mais dependente do tempo de permanência no trabalho, mas da correlação espaço/tempo, na qual o tempo comum a todos se manifesta como combate entre nações pela valorização da moeda.

Isto se deve a um novo aparecer social do fenômeno Estado, cuja ideologia expressa a forma de exploração do trabalho pelo capital, realizando-se como

---

[38] De la faculté de juger comme faculté legisltive *a priori* . La faculté de juger en générale est la faculté qui consiste à penser le particulier comme compris sous l'universel. KANT, Emmanuel. **Critique de la faculté de Juger** . Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1993. p. 39.

representação de potencial técnico que determinado país tem de produzir e reproduzir o capital. Significando que um novo conceito de propriedade privada - essência subjetiva do trabalho – é posta no Estado, mas como imagem do *optimum* de rendimento técnico, de determinado país, expresso pelas classes. Daí, as classes sociais representarem-se no Estado pela noção ideal dos interesse gerais capitalistas, hoje, mais internacionalizados do que nunca.

As classes têm, pois, o poder-domínio, o poder que legitima o Estado no próprio contexto do exercício do poder – espaço no qual elas se estruturam – produzindo a imagem de que um país tem de pagar suas contas. Implicando em conflito social ser apanhado, analiticamente, por um movimento dialético diferente de como Marx pensara, ou seja, como ajuizar das formas empíricas manifestadas como conflitos de classes, que são interpretados, através de relação causal interna, em que a cultura como fonte de valor se coloca como determinante entre existência social e política.

Isto nos leva a explicar o papel histórico das classe sociais como fator gerador de mudanças na história por via indireta da política. Podemos compreendê-lo como processo de formação socioeconômica, o qual se realiza na dialética da representação política e formação da vontade soberana. Neste caso, os conflitos sociais podem ser evidenciados como sintomas sociais – resultados da aplicação do Direito – cujos sintomas manifestam-se como conteúdos de legitimação – a contra legitimidade – elaborados pelas classes, em oposição" a conteúdos políticos contidos nas diretrizes de políticas econômicas.

Decorre daí a questão nuclear da nossa tese. A estrutura estatal hodierna – e esta é nossa aposta - tem na representação política em conexão funcional com a estrutura-classe e sistema de direito a essência que põe em movimento o Estado, que manifesta conflitos como resíduos ou como expressão de sentimentos nacionais, enraizados na tradição.

Desse modo, está configurado, em nossa concepção, o preposto da atual dominação de classe, que assim se pode resumir: as sociedades avançadas nas quais o saber técnico acumulado não mais se limita aos afazeres adquiridos de modo pragmático, expropriam as tradições de sociedades menos avançadas e delas tiram proveito na venda

de mercadorias. Visam, assim, o domínio que se realiza pelo saber como relação entre progresso técnico e mundo sociocultural – uma relação natural, que, contudo, é colocada como objeto de reflexão e que pode ser controlada através de discussão racional. Significando que a mudança na história realiza-se pela dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana, como momento que o Estado de instrumento de lei passa a instrumento da nação. Neste caso, o interesse nacional se confunde com o conjunto de interesses corporativos que têm prioridade sobre a lei. A dominação de classe aparece como antagonismo entre sociedade anônima e sistema corporativo.[39]

Entretanto, isto só é possível porque, hoje, uma nova forma de governo tem as classes sociais racionalizadas em formas de pensamento jurídico, ou seja, como conjurto de leis que manifestam a coerção como exercício de repressão do Estado, determinando delitos que, considerados como desvios sociais, levam à perturbação da ordem vigente, e, que, por isso, são puníveis como crimes, através de procedimentos governamentais que são subsumidos às competências jurídicas. Isto permitiu ao longo da história no Ocidente, o aprimoramento da burocracia. Para Weber, as formas jurídicas romanas de pensamento constituem o germe do qual nasceu o Estado ocidental moderno.[40]

As classes sociais racionalizadas em formas de pensamento jurídico constituem a economia, que é substituída pelo significado de idéia de necessidade, configurando a base real que caracteriza componentes de formação social, produção e relações sociais daí derivadas bem como contradições. Das classes, emergem, pois, relações sociais já dominantes que, numa forma política, se põem como ponto de partida da análise dos conflitos sociais, compreendidos em termos de função sistêmica: estratégias legislativas e administrativas - via conjunto de atos técnico jurídicos de representação política - que

---

[39] ARENDT, 1990, p. 261-262.

[40] Cette lutte entre seigneur et direction administrative féodale - que l'on rencontre à maintes reprises en Occident (non au Japon), et qui est en partie identique à la lutte du seigneur contre les corporations (*ordres*) -groupes privilégiés organisés en corporations (*Stand Korporationen*) - c'est partout terminée, à l'époque moderne , par la victoire du seigneur, c'est-à-dire de *l'administration bureaucratique* , d'abord en Occident, puis au Japon, en Inde (peut-être aussi en Chine), en premier lieu sous la forme de domination etrangère. Outres des situations historiquement donées, il y avait pour cela, en Occident, des conditions économiques décisives: d'abord la naissance de la burgeoisie à partir des villes (qui ne se sont developpées, au sens occidental , que là) ;ensuite la concurrence, entre États particuliers, pour la puissance ao moyen d'une *administration rationnelle* (c'est-à-dire bureaucratique) et l'alliance, conditionée par des raisons fiscales, avec les interêts capitalistes. WEBER, 1971, p. 341/1.

põem em movimento a burocracia – no seu componente de conjunto de políticas sociais que visam a produção e reprodução do capital – levando as classes a produzirem conteúdos de legitimação, que vão expressar o valor social do trabalho, através de indivíduos que se diferenciam.

Considerando as supramencionadas colocações, tem-se a racionalidade econômica subsumida à ação burocrática sob regras sociais, produzindo a adequação da economia à política pela ciência da organização, que analisa a relação contribuição dos sistemas e requisitos funcionais do ambiente social. Em outras palavras, o equilíbrio da economia só se realiza através das autoridades monetárias, ou seja, como relação entre volume de mercadorias produzidas e capacidade de produzi-las, em relação à massa de mercadorias e o volume do dinheiro em circulação igual ao nível geral dos preços. Isto exige adequação entre modo de produção de governo e conteúdos de legitimação - como base legal e/ou consensual para reformas do Estado - e volume de impostos provenientes do processo de acumulação, suficientes para manter uma infra-estrutura necessária à produção econômica (qualificação de mão-de-obra, expansão das indústrias, capacidade de importar, exportar etc.).[41]

Leva, em suma, à idéia de preceitos jurídicos vistos como contingentes, adequando conteúdos de legitimação elaborados pelas classes ao conjunto de tarefas que devem ser interpretadas como necessárias ao bom desempenho da economia. Tem-se aí o movimento do dinheiro, realizando um movimento de metamorfose das mercadorias, determinando um modo de ser do ouro – o símbolo dinheiro – que, além de ser equivalente ao lado da mercadoria, passa a se realizar no interior do próprio movimento da mercadoria. Surge daí a necessidade de formas de legitimação com base em consenso popular, que exige a dominação sob nova forma de justificar.

---

[41] A escola monetarista baseia-se na teoria quantitativa da moeda, formulada através de um teorema que estabelece uma relação entre os preços e o volume do dinheiro e que teve uma longa história, especialmente no pensamento econômico anglo-saxônico. Seus principais propugnadores iniciais formam certos economistas pré-smithianos, principalmente David Hume. Hoje, o pensamento monetarista tem influenciado bastante setores centrais e importantes da economia. Isto leva estrategistas de políticas macro-econômicas a adoção de políticas baseadas na quantidade de dinheiro, a qual é considerada como determinante principal do nível de preços, dependendo, portanto, de um fator influenciável pela atuação das autoridades monetárias. ROLL, Eric. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Nacional, 1977. p. 559.

No contexto do mundo globalizado da economia, o movimento do dinheiro, nos dias de hoje, extrapola as fronteiras do nacional. É recorrente governos de diversos países adotarem, ao nível regional, estratégias – e o fazem através de ação funcional político- administrativa – que visam controle dos mercados internos. Significando, com isso, que a contradição entre capital e trabalho passa a ser compreendida pela dialética na qual a atenção dada ao todo se justifica pela existência do particular. É sensato, pois, supor que as classes têm a idéia de progresso em que o universal é levado em conta e o particular é desconsiderado; logo, determinam o real conteúdo de legitimação que aparece na forma de conteúdos hermenêuticos expropriados pela idéia de progresso.[42]

Daí, o valor trabalho se incorpora às mercadorias como realidade pensada *a priori* – a ilusão em Kant – tendo, em conseqüência, a acumulação do capital se realizando pela apropriação hermenêutica das tradições dos países mais avançados, os quais têm suas mercadorias aceitas na comunidade financeira; logo, as mercadorias têm nelas incorporado um valor como movimento do dinheiro, sendo dado *a priori* como imagem que um país tem de seu potencial de produção, em função da tradição - crenças, instituições, capacidade de produção e de exportar e de importar etc.[43]

No mundo globalizado da economia, o *quantum* de mercadorias tem seu processo de valorização gerado por expectativas de mercados alimentados com "sobras de dinheiro", caracterizando a crise de liquidez – ou de demandas decorrentes das reservas tecnológicas acumuladas pelos mais ricos – o valor trabalho aparece como processo de valorização da moeda nacional, expressa como necessidade de administração racional da vida monetária do País, com vistas a diminuir o impacto da dependência tecnológica; logo, o valor do trabalho é dependente, não do tempo de trabalho, mas de

---

[42] Cette savante dispute sur le moyen de répartir, de la manière plus favorable à l 'accumulation , entre le capitaliste industriel et le riche oisif, le butin pris sur la classe ouvrière, fut interrompu para la Révolution de Juillet. Peu de temps après, le prolétariat urbain sonnat à Lyon le tocsin d'alarme, et en Angleterre le prolétariat des campagnes promena le coq rouge . D'un cotê du détroit la vogue était au Fouriérisme et au Saint-Simonisme, de l'autre à l 'Owenisme. Alors l'économie politique vulgaire saisit l'occasion aux cheveux et proposa une doctrine destinée à sauver la société. MARX, 1985, p. 37.

[43] La réflexion exigée va au-delà de la mise au point d'un savoir technique et au delà de l'élucidation hermeneutique de certaines traditions et elle porte sur la mise en oeuvre de moyens tecniques dans des situations historique données, dont les conditions objetives (potentiels, institutions et intérêts) font à chaque fois l'objet d'une interprétation spécifique dans les cadres de la conception que le groupe se fait de lui-même en fonction de la tradition. HABERMAS, 1968, p. 81.

procedimentos de governos, que criam instituições que concebem a valorização da moeda nacional, visando a troca entre Estados Nacionais.

Desta forma, obrigam-se os países dependentes de tecnologia ou os que não são capazes de produzi-la a constantes reformas do Estado em que se criam inovações institucionais, visando controle de mercados internos. Daí, as classes sociais têm um papel de fator gerador de mudanças na história que, no entanto, se realiza como progresso no qual o particular de determinados países avançados torna-se universal para toda humanidade. A contradição entre capital e trabalho é posta, agora, como relação dialética na qual a atenção dada ao todo, se justifica pela existência do particular.[44]

Marx, em suas pesquisas, tem o argumento básico de análise: a racionalidade técnico- instrumental que comanda como lei o desenvolvimento do capitalismo. Com base nele, procedeu em *O Capital* a análise das Leis Fabris, em especial a Lei de 1860, editada num período de apogeu da indústria têxtil algodoeira. Nesse período em que a crise do algodão surgiu para os fabricantes, no momento oportuno, lhes sendo favorável, fato reconhecido nos relatórios da Câmara de Comércio e proclamado no Parlamento de Manchester. Contudo, Marx não percebeu o real conteúdo de dominação de classe, porque o fenômeno Estado produzia no seu aparecer social uma ilusão. A dominação bem como a forma da legitimação representava-se na imagem do Estado, refletindo apenas parte do todo da classe social, tendo a racionalidade técnico-instrumental contida no discurso técnico-jurídico justificador da racionalidade da economia. Neste caso, a realidade social representava-se na imagem do Estado como interpretação *a priori* do mundo sociocultural – a ideologia obscurecia o real valor expresso pela classe como fenômeno de legitimação política.

Nos tempos de Marx, o processo de dominação operava poder através de discurso de natureza econômica, que produzia razões de validade para o Estado. A força de trabalho que valorizava o capital exigia habilidades de natureza operativa, a qual dependia de competências individuais no sentido de um trabalho abstrato. O discurso

---

[44] La métaphisique classique séparant l'universel et le particulier, transforme l'individualité en realité incompréhensible. La génie de Kant, lui, montre que nier la possibilité d'un rapport entre le particulier et l'universel revient à nier la communication : car, c'est toujours "cet" homme qui rencontre "cet"autre

articulava-se à economia, produzindo a racionalidade de domínio e permitia ao Estado se legitimar na forma de ordens ou comandos de natureza legislativa e administrativa com fins, de regular a economia.

Nos tempos de hoje, é o discurso de natureza política que produz razões de validade para o Estado. Mas, diferente do passado, a força de trabalho que valoriza o capital exige habilidades de natureza cognitivo-intelectual, a qual depende de competências individuais postas como ação de (co)operação no trabalho. A racionalidade de domínio se põe numa forma diferente de discurso – não mais de ordem econômica, mas política – articulando ação funcional político-administrativas à ação de (co)operação no trabalho, mas postas como atividades (co)operativas, mas dependentes de escolhas racionais. Diferente, portanto, do passado no qual o processo de acumulação do capital exigia – e assim Marx o analisou – competências individuais postas – via discurso de ordem econômica - como atividades isoladas nos processos do trabalho, porque ajustadas ao ritmo adequado de desenvolvimento da economia.

Isto nos leva a suposição de que no passado, quando o processo de acumulação do capital tinha na forma operativa das habilidades individuais, a força de trabalho que valorizava o capital, a ideologia *ocultava o* real papel político das classes como fator gerador de mudanças na história; logo, as formas políticas associativas ou movimentos políticos de classe que reivindicavam salários - decorrentes da participação individual de cada um – entravavam a realização do processo de acumulação do capital.

Cremos estar aí, nesse fato supramencionado, a principal crítica metodológica que Marx fazia como crítica à dialética hegeliana – e que se encontra presente em a *Introdução à crítica da economia política* – nos evidenciando que ele não realizava seu trabalho em *O Capital*, separando questões de método e problemas específicos do capitalismo, que se apresentavam aos seus "olhos" ou à razão sensível, como dados empíricos. A ideologia ocultava justamente a capacidade do indivíduo de – via autonomização, formar imagens do entendimento do mundo. O desenvolvimento desta

---

homme et que communique avec lui. Kant formulle en termes de communication et 'intersubjectivité le problème de mataphisique classique. En ceci nous demeurons ses héretiers. KANT, op. cit., 1993, p. 15.

capacidade levaria o trabalhador a identificar-se a si mesmo na relação com os outros e com o mundo no qual ele trabalha.

A ideologia tornava, pois, obscura a imagem da realidade social, tolhendo a capacidade do indivíduo de ver a si mesmo na imagem do mundo que trabalha, na relação com os outros que lhe são semelhantes e com quem tem destino comum. Desta maneira, a ideologia escondia os princípios com os quais o Estado realizava a dominação, regulando, no mediato, a economia. Ela ocultava a necessidade da classe, como um todo, desenvolver habilidades téorico-cognitivas que a tornasse consciente nas tarefas do trabalho. Ela, a classe, deveria se restringir à execução de habilidades operativas, manuais. Daí, a classe, no sentido como Marx a concebeu, politicamente associada, punha em "perigo" a organização social, esta assentada no lucro de produtividade econômica que ainda dependia da "mão do trabalhador."

1.4 Dúvida metodológica sobre o dilema do prisioneiro

No modelo do método de Elster, tem-se a análise da moral da economia sob a forma de conceitos que guiam passos de pesquisas em direção a uma imagem de sociedade representada no Estado como idéia geral dos interesses da sociedade, a qual se desenvolve evidenciando fatos empíricos, que se deslocam do ponto de vista da objetividade científica como fatos incontestáveis. Por isso, na razão empírica que marca o método, que, na verdade, rememora a teoria neoclássica, está contida uma dúvida metodológica.

Neste caso, esses fatos, do ponto de vista metodológico, representam a presença na metodologia de um elemento tradutor de sínteses da realidade social, cujo resultado produz a idéia geral de sociedade. Esta idéia vai representar seus interesses gerais em relações humanas que se colocam traduzidas em leis de mercado.

A idéia geral da sociedade é, portanto, no método, compreendida através de um par de elementos lógico/racional e é resultado empírico dos fatos que estão nela contidos. Desse modo, as leis de mercado se colocam como dever ou como leis a que

todos se obrigam – ou ainda como princípio que orienta através de idéia de significado um compartilhar de significados culturais em comum; logo, na classe, indivíduos compartilham aquela idéia a partir de disposição interna do comportamento "guiada" pelo princípio de utilidade e não como dever (moral kantiana) – ou como orientação ética de acordo com valores universais.

Leis de mercado tornam-se fonte de legitimação da organização social, a elas todos se obrigam; logo, a moral da sociedade tem o comportamento humano altruísta justificado como utilidade e se realiza como busca dos interesses guiados pelo egoísmo universal.

Contudo, numa sociedade assim constituída a economia se confunde com política, tendo nas forças livres do mercado o fundamento da democracia. Enfim, tem-se a essência subjetiva do trabalho, objetivada como mercado, ou seja, tem-se a liberdade - essência da cidadania – como direito de acesso, de acordo com competências de cada um, à propriedade privada; logo, o Estado *rosseniano é* dispensável, pois a sociedade se organiza através de leis da economia – ou de leis naturais postas como leis da economia.

Tudo isso nos leva a pensar que, na metodologia de Smith, as leis de mercado têm um papel semelhante ao jogo de garantia do modelo de análise de Elster, posto neste modelo como artifício empírico, ou seja, como elemento intermediário, através do qual se liga existência social, tal como ela é, ao conceito que se tem da realidade. Resultando daí a ação guiada pelo interesses, a forma de ação solidária, a qual se realiza como ação política ou ação interativo-estratégica. Significando, assim, que o elemento intermediário traduz a realidade através de síntese teórica, como processo de formação de padrões de comportamentos. Esse elemento produz a condição empírica de sucesso da ação coletiva.

De maneira similar, as metodologias de Elster e Smith têm nelas contidas a mesma direção política, posta como explicação do processo de formação do ator coletivo no interior de entidades agregadas: ações individuais – via princípio de utilidade, que guia consecução de interesses coletivos – *moldam-se* no confronto com ações de outros, produzindo a ação interativo-estratégica. Tem-se, pois, como resultante a relação estratégica que tem no sistema de interesses o motivo que induz o comportamento individual, compartilhado.

Podemos interpretar o método de Smith, reinterpretanto o método de Elster, já que este método tem sua fonte de inspiração no modelo de análise de Smith. O que nos leva a conclusão de que, devido a transformações radicais do trabalho e da política, o método de Elster tem uma armadilha metodológica, que também está presente no método de Marx, a qual nos leva à *crítica* da Crítica da Economia Política. Preocupação metodológica ausente no modelo de Elster, já que este, em nosso entendimento, vai repetir, em outra dimensão, a *Fábula de Mandeville*.

No método de Elster, semelhante ao método de Smith, um artifício empírico traduz significados a partir da concepção de duplicidade de ações racionais, de tal forma que o egoísmo universal é compreendido pelo par de elementos lógico/racional, mas como relação entre razão teórica/razão prática e não como relação lógica e empiria presentes no método de Smith. Significando com isso, que o elemento intermediário traduz o dever – leis de mercados- a que todos se obrigam como condição de sucesso da ação política, estabelecendo autonomia da economia, através de atividades políticas.

Deste modo, o princípio da moralidade realiza-se segundo concepção contida no pensamento de Rousseau, ou seja, a autonomia da economia é posta como autonomia do povo, como participação igual de todos na prática de autolegislação. A garantia do jogo no qual imperam as forças livres do mercado, é a própria garantia da democracia. Vai ter a força primária constitucional, como regras que regem relações de mercados.

Reforça-se o papel do Estado como imagem da representação da sociedade no seu modo de produção, a qual representa a organização social ou a forma de produção de governo. Está configurada pois, a armadilha metodológica presente no método de Elster. Seu método é diferente do de Smith, mas ambos têm a mesma metodologia e direção política. Restabelecem a autonomia da economia em relação a sociedade, por caminhos diferentes de análise. O que nos leva a suposição de modificações radicais do trabalho e da política.

Em Smith, a ação estratégica realiza-se na correlação da lógica e empírica, deixando claro a natureza empírica da análise, que, apesar de reconhecer princípios universais que norteiam a ação política, admite a experiência como único meio de se chegar à verdade dos fatos, e a conseqüente moral neles embutida. A autonomia da

economia – moral contida nas práticas produtivas - é estabelecida no âmbito das atividades produtivas, mas através de princípios que têm um cunho social, os quais tem sua raízes nos costumes. Em síntese, através de regras, se põem reconhecidas pelo Direito Natural. Em Smith a moral não é dissociada do Direito e dos costumes.

Em Elster a ação estratégica realiza-se na correlação da lógica e do racional, não admitindo uma análise exclusiva, segundo moldes empíricos: reconhece como factíveis as ações racionais motivadas por interesses, mas admite a presença do elemento intermediário que produz a síntese entre a realidade tal como ela é, e o conceito que dela se tem, incorporando, na análise, o papel prático-racional realizado através de ações motivadas por solidariedade.

Em síntese, admite nos fatos, o papel de relevância das ações motivadas pela (co)operação, como meio para se chegar a verdade dos fatos históricos. Dá à moral, um papel racional objetivo – político/ estratégico – que não tem um cunho social e nem raízes nos costumes. No caso, a autonomia da economia – a moral contida nas práticas produtivas – é estabelecida no âmbito da política, do Estado, mas através de regras do Direito Positivo, no qual a moral é dissociada dos costumes e não reconhecida como direito natural.

Desmorona a moral tal como foi pensada pela filosofia tradicional e que estava presente no modelo de Smith, que se realiza pelo princípio de utilidade, como dever contido no âmbito das atividades econômicas. O que o levou a pensar na inutilidade do Estado como instituição reguladora, universal, das atividades produtivas. Daí que, no pensamento de Elster ou do grupo que o adota, como doutrina neoclássica, o princípio de utilidade *escapa* das atividades econômicas e passa a circunscrever toda a cultura da civilização.

Tal pensamento leva Elster a questionar a utilidade do Estado, pois, somente desta maneira, é o que se pode deduzir da direção política contida no seu método, é que se pode ter a garantia do jogo. Esta garantia que se configura em um conceito normativo de espaço público, que hipostasia a vontade geral. Na verdade, no terreno da economia,

nem todos têm o saber pleno ou informações completas para realizar a economia no contexto ideal de competição perfeita.

O método utilizador por Elster – nos moldes do que é usado, com variações pelos que se denominam de "marxistas analistas" – deixa, portanto, a questão do dilema do prisioneiro, para ser resolvido no âmbito explicativo de atividades do Estado, nas quais tem-se a imagem da sociedade e de suas práticas produtivas, configurando a dominação social, precisamente, na análise da atual forma de legitimação social.

Há que se procurar explicações plausíveis para tal problema na correlação Estado/Sociedade Civil, mas como imagem da sociedade expressada por um conceito de Estado, que se realiza como conceito normativo de espaço público, em que discursos técnico-argumentativos são postos através da doutrina jurídica – traduzindo como dever de todos o comportamento político estratégico-utilitário, dando ao egoísmo um papel social positivo.

Elster assume, então, o sentido filosófico do mundo avançado em tecnologias, tal como o é hoje, e o aplica no sentido lógico/racional, mas vai privilegiar pontos da análise marxista, buscando recuperar formas simbólicas, com as quais os indivíduos em interações entram em acordo com eles mesmos.

Em suma Elster engata à análise marxista – de modo geral todos os marxistas analíticos o fazem – o individualismo metodológico de Weber. O que lhe permite trabalhar as classes sociais, no sentido weberiano do termo, ou seja, definindo a classe ao nível do político legal, como conjunto de indivíduos vivendo em situações de classes.[45]

Para nós, o método da *Teoria dos jogos*, exposto por Elster, propõe a autonomia da economia, pela política. Nele, a moral das práticas econômicas – sentimento de moralidade reivindicado por Hume – se estabelece no âmbito das atividades do Estado. Volta-se, a velha fórmula racionalista de Locke, que via Estado absolutista garantindo o equilíbrio social necessário às atividades econômicas, que, contudo, se põem justificadas pela racionalidade inerente às competências individuais de acesso a propriedade privada.

---

[45] WEBER, op. cit., 1971/1.

As metodologias encontradas nos dois métodos – Elster e Smith – se igualam nas artimanhas dos artifícios empíricos empregados. O que nos leva a supor que isto é possível, quando o aparecer social do fenômeno Estado se manifesta diferentemente, em dois tempos históricos, operando mecanismos de poder de modo diferente: a forma da legitimação, no passado, no tempo de Smith, punha em movimento mecanismos de poder justificados por argumentos técnicos de natureza econômica – racionalidade econômica – ao passo que, no tempo de hoje, de Elster, esta forma põe em movimento mecanismos de poder, justificados por argumentos técnicos de natureza política – racionalidade política.

Acreditamos que em ambas as metodologias está presente uma armadilha metodológica, a qual se revela pela ideologia que oculta o real papel do Estado em garantir o jogo democrático. Este é um jogo realizado de tal forma que nem todos adquirem nas experiências vividas, informações completa dos custos e recompensas sociais, não se garantindo a competição perfeita; logo, é jogo realizado no palco de homens desiguais de base econômica diferentes.

Deriva daí que o problema político contido no método de Elster igualmente contém uma dúvida metodológica. Ela pode ser evidenciada na forma como é representada na imagem do Estado, no ordenamento jurídico, o dever ou a moral que está contida nas práticas econômicas.

No caso, a dúvida se põe como moral, que, no terreno concreto da prática política, é posto como dever a que todos se obrigam contra vontades individuais, mas como moral contida nas práticas econômicas que, contudo, se realiza na forma política – leis de mercados são pois as próprias leis institucionais. Dissocia-se, desta maneira, de modo irremediável forma de Estado e modo de administração das coisas públicas – ou forma de governo.

Neste caso, tal problema se coloca como moral kantiana do dever – ou como ideologia na forma de ilusão – que, contudo, tem as regras institucionais que regulam a convivência humana, objetivo maior da política, através de normas que não são válidas no seu sentido universal, pois o jogo da garantia se realiza de tal forma que as ações racionais

humanas orientam-se através de princípios contidos no quadro de um sistema de interesses.

Pode-se dizer que aí está a contradição que movimenta a sociedade capitalista atual, do tempo de Elster, mas ela aparece como princípio da não-contradição. Este princípio, no caso de estudo Brasil, se coloca na forma de parlamentarismo que, via parlamento, movimentando a economia. O que nos leva a supor que o atual processo de dominação se faz por uma forma de legitimação diferente da forma que Marx pensara no século passado: as classes produzem a síntese elaborando processos de legitimidade, os quais fornecem as idéias ordenadoras do Estado, ou seja, têm a passagem ou a determinação do *em-si-ao-outro* se realizando no próprio momento no qual elas se estruturam.

Neste caso, os atos produtivos – ou atos de produção humana de existência [Marx] – e as relações sociais daí decorrentes constroem o Estado através de relação causal interna, na qual a cultura se põe como fonte histórica de valores.

Esta constatação nos permite aproximar a análise de Marx sobre a luta de classes, que constitui um dos fenômenos mais importantes das sociedades até hoje conhecidas, às análises de Arendt, Weber e Durkheim.[46]

Cremos que, neste ponto, se possa deduzir o equívoco de Marx que, para Arendt, constitui a sua principal crítica ao legado marxista. Marx define a unidade-força das atividades do trabalho como conceito de classe social que é concebida na sua forma pura como realidade físico-econômica, e, a partir daí, define o político como existência da luta de classes que como superestrutura.

Não vai, portanto, compreender esta luta de classes realizando-se na forma de combate entre indivíduos no interior da classe; logo, não apreende valorização do capital

---

[46] Na realidade, o que ele fez (Sócrates) foi tornar *público*, no discurso, o processo do pensamento – aquele diálogo sem som que se dá dentro de mim comigo mesmo – ele atuou no espaço do mercado assim como o flautista atua em um banquete. É pura atuação, atividade. E, assim, como o flautista tem que seguir certas regras para atuar bem. Sócrates descobriu a única regra que governa o rumo do pensamento – a regra da consistência (como Kant a chamaria na *Crítica do juízo*) ou, como mais tarde a chamamos, o axioma da não-contradição. Este axioma, que para Sócrates era tanto <lógico> quanto ético, (...) tornou-se com Aristotételes o primeiro princípio do pensamento, mas apenas do pensamento. KANT apud ARENDT, 1990, p. 50.

se fazendo através do significado de idéia de necessidade, compartilhado por todos na classe – ou como ação estratégica na qual os indivíduos na própria classe têm que entrar em acordos entre si.[47]

Isto leva a compreensão da dominação estatal de classes, realizando-se através da classe dominante, a qual apropria do excedente do trabalho da outra, ou da classe dominada, expropriando as energias do trabalho ou o que sobra das atividades de labor. Seu método tem pois como característica fundamental a centralidade econômica.

Marx, no seu método, abandona distinções entre razão teórica e razão prática, ou seja, julgamento do ponto de vista de decisões justas, de caráter normativo, compreendendo as formas simbólicas contidas nas interações dos atos produtivos, subordinadas a classe, de natureza econômica. Está contido aí o enigma do materialismo dialético, ele não separa no seu método movimentos da razão de natureza teórico-técnica e da razão que se coloca como movimento teórico-prático.

Deste modo, somente uma metodologia que possa explicar, satisfatoriamente, a dialética existente entre forças produtivas em desenvolvimento e acesso ao saber distorcido pela ideologia, se coloca capaz de resolver o problema do dilema do prisioneiro.

Para Marx, desacordos entre ações individuais na classe ou lutas de indivíduos entre si – ou a influência dessas na luta de classes – têm a unificação da razão e razão prática, sendo dada pela síntese *a posteriori*, a qual expressa a mudança na história, posta no tempo pelo fenômeno de classes sociais. É recorrente a necessidade de recuperar no seu método, os dois elementos fundamentais nele presentes – razão e subjetivismo.

Em *Mudança, racionalidade e política* (1984), Reis, com base na sua crítica a Habermas, propõe ser o problema ciência política no moderno problema de contenção de poder, ou seja, de constituição e preservação da autoridade democrática. Sua proposição

[47] Voilà ce que savait fort bien saint Augustin qui passe pour avoir été le premier à soulever en philosphie ce qu'on nomme la question anthropologique. Saint Augustin distingue les questions Qui suis je? la première que l'homme s'adresse à lui-même(et je m'adressai à moi même et me dis: Toi qui est-tu? Et je répondis :Un homme (...). ARENDT, 1983, p. 45.

tem a ver com a noção de poder e traz à baila um problema central da tradição liberal: a necessidade de controle do poder para evitar que ele se realize de forma antidemocrática.

É recorrente, e isto é resultado de sua crítica a Habermas, reconhecer a necessidade de um conteúdo "crítico" – que está ausente no pensamento de Habermas – inerente à própria definição mais convencional e corrente do objeto da ciência política. Segundo aquele autor, este conteúdo aponta a condição de convergência esclarecida e eticamente fundada, isenta de relações de dominação, a caracterizar a coexistência política.[48]

Reis interpreta esse conteúdo como limite de controle do poder no contexto de uma concepção de política em que o *constitucional* delimita o problema *analítico* fundamental, que também o é problema prático fundamental, tanto da ciência política quanto da política.

Contudo, diferente dele e de Habermas, vemos tal conteúdo – que tem a ver com a questão da mudança política – como noção de poder elaborada pelas classes que têm em si a contradição; logo, o vemos como condição hipotética de convergência esclarecida e eticamente fundada, mas não isenta de relações de dominação a caracterizar a coexistência política.[49]

Implica daí, nessa crítica a Habermas e a Reis – nossa crítica a Habermas tem seu ponto de origem em Reis, apenas fomos além à critica realizada por este autor - um caminho que é percorrido na história pelas ações produtivas, tecendo a trama de relações sociais daí decorrentes, no qual as ações racionais descrevem um movimento de percepção dos objetos que vai além da simples razão formal.

Em nosso ponto de vista, Marx tinha à sua disposição o método da dialética transcendental de Kant, entretanto o usou parcialmente. Desta maneira, cremos poder fazer a reconstrução de sua metodologia, nos utilizando do conceito kantiano de História -

---

[48] REIS, Fábio. **Política e racionalidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1984. p. 12.

[49] Ibid. p. 137.

que apesar de importante não se coloca central na filosofia de Kant – visando reconstituir o conceito de Estado "capitalista" , sem abandonar a intuição de Marx.[50]

A observação de tal realidade nos leva, então, a repensar caminhos metodológicos presentes no método de Marx, em especial a direção política contida na metodologia. O que, por sua vez, abre perspectiva metodológica que nos permite recuperar para nosso tempo o peso metodológico das classes sociais e ideologia – conceitos-chave com os quais Marx analisava a sociedade capitalista de seu tempo – e, com isso, ultrapassar um paradoxo contido na teoria aporista de Popper.[51]

No decurso da evolução da economia contornos simbólicos que constituem os sub-sistemas sistemas econômico, político e cultural produzem o aparecer social do fenômeno Estado no qual apelos ao bem maior – a moeda multiplicadora do capital – produzem a legitimação, através da ação mais racional de *optimum* de rendimento técnico. Tendo em conta, evidentemente, a rentabilidade do capital.

Aí, podemos dizer que a força de trabalho – a que em Smith pensa como força que valoriza o capital ou como valor trabalho individual – leva à especialização, diversificando mercados, e com isso, gerando excedente de produção. Neste caso, a força de trabalho compõe a relação social fundamental de combate, que ocorre entre indivíduos e classes, e este combate assume a forma de concorrência.

É neste sentido que, no método de Elster, está contida a inspiração que se encontra no modelo de Smith. A moral das atividades produtivas é traduzida na forma-conceito de jogo de garantia, que é dado pela aquisição do saber conjugada com a experiência do mundo vivido.

---

[50] La production capitaliste une fois établie, la grandeur du surtravail variera, toute les autres circonstaces restant les mêmes, selon conditions naturelles du travail et surtout selon la fertilité du sol. Mais il ne s'ensuit pas les moins de monde, que le sol le plus fertile soit aussi le plus propre et les plus favorable au développement de la production capitaliste, qui suppose la domination de l 'homme sur la nature. Une nature trop prodigue retient " l'homme par la main comme un enfant en lisière "; elle impêche de se développer en ne faisant pas de son développement une nécessité de nature. MARX, 1985, p. 8.

[51] La question de la détermination de la Raison en elle-même dans son rapport avec le monde se confond avec celle de la fin ultime du monde. On en a une idée plus précise en disant que cette fin doit être rélisée. Deux choses sont donc à considérer ; d'abord, le contenu de cette fin, la détermination même [de la Raison] comme telle; en suite sa réalisation. HEGEL, 1965, p. 70.

Entretanto, a lógica que a traduz é das leis de mercado, que se põem como normas válidas para todo o sistema social. Neste caso, o jogo de garantia são as leis do mercado, que traduzem o egoísmo universal, o qual assume papel político positivo e que, perseguido, por cada um, traz benefícios que se estendem a todos. A teoria dos jogos recopia em outra dimensão a Fábula das Abelhas do Dr. Mandeville – vícios privados, benefícios públicos. O que nos leva à critica ao método.[52]

O método abstrai a condição que explicaria o comportamento das ações racionais realizando-se mesmo contra a vontade dos indivíduos, ou seja, a que explicaria ações de legitimação que se guiam, dever, no sentido kantiano do imperativo categórico. Não explica, portanto, a passagem do egoísmo para o altruísmo, sendo dada por uma disposição interna dos indivíduos, com base em princípios normativos. O que explicaria a forma de produção de governo, permitindo avaliar o Estado no seu modo de "funcionar" a democracia.

Por conseguinte, ele contém um elemento intermediário – perspectiva metodológica que nos interessa – que articula existência social e política, produzindo, então, a síntese teórica, que, contudo, traduz somente a condição subjetiva do egoísmo, que se põe presente no sistema de interesses; logo, as ações racionais humanas são compreendidas como motivadas pelo agir instrumental.

No método de Elster, o elemento intermediário não traduz a condição subjetiva do altruísmo, contida no sistema de solidariedade, no qual as ações são compreendidas como motivadas pelo agir comunicativo-simbólico.

Isto permite – e esta é a novidade do método – avaliar o Estado quanto a sua forma de produção de governo, do ponto de vista do conflito político, ou seja, do ponto de vista da ação política que se realiza como ação interativo-estratégica, desenvolvida pelo ator na relação com os outros, na qual estão contidos princípios normativos que delimitam moralmente a ação estatal no alcance do objetivo – a democracia.

---

[52] SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Economistas). p. 28.

Significando, com isso, que o Estado, como o é compreendido no método de Elster, tem na racionalidade utilitária – e isto é o que se pode deduzir como conclusão da análise– que é posta, do ponto de vista da análise, como racionalidade do domínio, na forma de princípios normativos contidos na ordem jurídica que se fixa na tradição ou na moral contida nos costumes. Estes princípios justificam o *modus operandi* do Estado.

É freqüente a hipótese de que a autonomia da economia – ou o sentimento moral reivindicado por Hume – tem a moral das atividades econômicas estabelecida, tanto nos tempos de Smith e de Marx, como nos dias de hoje, pela ideologia que oculta princípios com os quais o Estado opera a dominação social, através de interpretação prático-racional, do mundo operativo ou empírico.

Daí que a metodologia contida na Teoria dos Jogos busca analisar a realidade, tendo a ação interativo-estratégica que, no entanto, não é compreendida como ação racional motivada, também, de acordo com valores contidos no sistema de solidariedade. Aí, o dilema do prisioneiro não é, satisfatoriamente, do ponto de vista metodológico, resolvido.

Conclui-se, afinal, que, no método da Teoria dos Jogos no qual o elemento intermediário traduz a síntese teórica, a análise da realidade efetua-se através do par de elementos lógico e racional. Por expediente de pesquisa que não é capaz de captar, no ato concreto do social, as condições subjetivas que induzem à formação de padrões comportamentais, traduzidos em atividades políticas (de ordem interativo-simbólica). Em outras palavras, o jogo de garantia, na forma proposta por Elster, não explica, satisfatoriamente, o problema do dilema do prisioneiro.

Para nós, a moral das atividades econômicas não se estabelece pelas atividades econômicas do quadro do trabalho, mas por atividades políticas do quadro institucional, validando a ordem democrática. Na verdade, não se estabelece como Smith pensara, e, neste ponto, Marx o criticou.

No método de Elster a moral contida nas práticas econômicas se estabelece através de elemento intermediário que faz ligação do conceito que se tem da realidade tal como ela é, com o conceito que se tem desta realidade expressa na imagem do Estado.

Implica daí que moral, tal é o caso do método, forma-se na constelação razão/forças produtivas pela razão *medium* que une conceito a categoria como conjunto de conceitos a própria realidade, permitindo ao homem orientar as atividades econômicas, através de princípios que se põem em acordo com valores universais.

Daí que a cultura – e aí esta a perspectiva metodológica que nos interessa – é colocada no método como elemento intermediário e heurístico – ou como fonte de valor universal, sendo o fator que articula existência social e política, produzindo valor através da moral contida nos costumes. Produz-se, portanto, o valor contido nas práticas econômicas, como valor enraizado na tradição.

Aí, é sensato supor que o processo de juridificação das relações sociais realiza-se como sistema de idéias errôneas e dá a medida exata da sociedade capitalista e das práticas produtivas que se colocam refletidas em imagem no Estado: a sociedade que se desenvolve através de atividades econômicas, nas quais homens desiguais, mas de base econômica diferentes, disputam, entre si, a riqueza social.[53]

Neste caso, tudo indica que a direção política contida no método de Elster – que por analogia podemos dizer que é o método do marxismo analítico – e cuja direção está contida também no método de Marx aponta algo de errado, ou seja, o vetor que aponta a direção da superação das classes sociais; logo, também a direção na qual, no desenvolvimento histórico geral, se constrói o Estado.

É sensato supor, no caso em pauta, a presença da ideologia que aparece na forma da doutrina jurídica, ocultando a natureza classista do Estado, e, com isso, justificando, no caso do método de Elster o jogo da garantia. O que implica, na verdade, a presença da classe, que realiza a síntese através da ação estratégica – ação intermediária entre interação e trabalho – destituída do saber contido nos meios de produção econômica; logo, a classe não tem de modo algum informações completas sobre custos e recompensas sociais, que vão mapear o agir interativo-estratégico, com o qual indivíduos associados disputam, na correlação capital/trabalho, os produtos da riqueza social.

---

[53] DURKHEIM, 1960.

Habermas em *La technique et la science comme idéologie* (1968) tem em mente a proposta de Arednt em *Condition de l'homme moderne (1958).* Para ele, se o privado na organização sociopolítica ateniense era espaço do labor, de relações assimétricas, do poder, da coerção, não sendo, portanto, característica do espaço público, é sensato se pensar um modelo de análise do Estado no qual as ações estratégicas ganham um novo significado.

Para Habermas, estas ações se colocam – do ponto de vista deste novo significado – como relações sociais, realizando-se como comunicação desempedido de constitutivos de poder. Julgamos estar aí o princípio inspirador de seu modelo, conhecido como agir comunicativo. Um modelo que ele vai chamar de contrafactual e utópico.[54]

Ele toma como ponto de partida de sua análise o conceito de racionalização. Como sabemos, em Weber, a racionalização se dá quando as ações sociais assumem um sentido racional instrumental, no qual a ação racional é compreendida pelos motivos, que as conduzem nos seus interesses, formando padrões de comportamentos. Daí, então, retira-se o seu conceito de domínio: este se dá como exercício efetivo da ação político-administrativa estatal, no qual o domínio tem como contrapartida a obediência. Consiste aí, a legitimidade – dada na forma do legal-racional. Ela é um processo no qual as ações sociais se "assumem" como relações sociais, produzindo comportamentos comuns, com os quais se valida a ordem legítima. Em suma, tem-se a conduta racional da vida econômica que se realiza pela transformação do poder em domínio.

Habermas vê racionalidades distintas que orientam ações racionais comunicativas articuladas às ações instrumentais, vendo na conexão – estabelecida pela ação estratégica como intermediária – a possibilidade de as primeiras se realizarem como ações livres ou isenta de relações de domínio. Repensando as atividades humanas – seguindo a intuição de Arendt – elabora um conceito normativo de espaço público, e, a partir dele, constrói um modelo de sociedade emancipada, realizando-se através do par de elementos interação e trabalho: o primeiro dos termos representa o modo do interagir dos homens como ato de compreensão do mundo público – análogo ao da *pólis* – no qual se realiza a política através de acordos racionais entre indivíduos mediados pela linguagem

[54] HABERMAS, 1968, p. 80.

e validados, de acordo com princípios ético-normativos; e o segundo, representa o modo de interagir dos homens em acordo com a natureza, tendo na economia – "a ciência natural do homem"- a realização da história. Em suma, Habermas não leva em conta a diferença sutil entre trabalho e labor, encontrada no pensamento de Arendt.[55]

Por trabalho vai entender o agir racional – com *respeito-a-fins* – orientado através de regras técnicas contidas no saber empírico. Este é o agir instrumental com base em regras técnicas e que implica prognósticos condicionais sobre fatos sociais ou físicos, realizando objetivos em condições dadas. Organiza-se, assim, através desse agir, meios adequados como controle eficaz da realidade, através de predições que se podem revelar corretas e incorretas. A escolha racional é, também, do tipo instrumental, mas compreendida como agir estratégico que se realiza através do saber analítico. Deriva daí ser este agir condicionado a regras, de preferência, escolhidas no interior de um conjunto de valores. Trata-se de um processo lógico-dedutivo realizado com auxílio de valores e máximas e depende da avaliação correta de possíveis alternativas de comportamento. Em suma, o trabalho tem sua vigência em regras técnicas e estratégias.

Por interação vai entender o agir racional comunicativo, o qual é regido por normas consensuais de obrigatoriedade. Este agir orienta ações racionais que são definidas por expectativas de comportamento recíproco. Desse modo, estas ações têm validade quando fundamentadas no entendimento das intenções e acordos, tendo, portanto, como garantia, o reconhecimento universal de obrigações. Para o mencionado autor, a interação que corresponde ao conjunto de ações racionais concretizadas no espaço institucional revela uma nova zona de conflito, de disparidades, localizada na periferia do sistema.

Ali, aquele conflito se dissipa em razão de o sistema de comunicação de *mass media*, manipulador de consciências, ter nele "escondido" um fator que despolitisa indivíduos (elemento tecnocrático), imunizando-os quanto à percepção de relações de poder que se tranformam em domínio, porque são relações pelas quais grupos sociais fazem deles mesmos a imagem da sociedade; logo, aquele elemento tecnocrático aparece

[55] ARENDT, 1961, p. 41.

ilusoriamente na sua forma simbólica, produzindo valores que se representam como ideologia.[56]

Habermas busca nas teorias da linguagem uma ordem epistemológica diferente das ciências positivistas e vai, a partir daí, repensar a relação esfera do trabalho e da política, construindo sua teoria do agir comunicativo. O que lhe permite, distinguindo racionalidades distintas que orientam ações racionais de natureza ***dupla***, elaborar um conceito normativo de espaço público, no qual o conflito gira em torno do processo de unificação das vontades que se realiza como prática de autolegislação. É recorrente ele pensar as atividades do trabalho e interação como atividades humanas concorrenciais, e com isso, estabelecer uma relação entre público e privado como problema prático político de representação da vontade popular.

Isto o leva, então, à metodologia em que a unidade-força – existente entre quadro do trabalho e quadro institucional – se realiza através de coordenação da ação. Neste caso, a ação estratégica se desenvolve ao nível da periferia do sistema social – ou do seu envoltório configurado como mundo sociocultural – reproduzindo de modo virtual o antagonismo de classes.

Para ele, resulta dessa ação – e o Estado, dela tira proveito – a emergência de ações socioestatais intervencionistas que produzem – via controle sistêmico – a adequação das atividades econômicas às políticas, (re)produzindo ao nível das classes relações de poder, que se constituem em conteúdos de legitimação do domínio. Isto, permite a representação de práticas de produção governo, as quais realizam um controle social através de vontades políticas que se configuram em vontade geral, compondo um processo de formação da vontade soberana.

Habermas retoma o conceito weberiano de "racionalização" e nele propõe uma variante que denomina de processo de individuação, caracterizando-o como busca de autonomia dos indivíduos frente as forças da natureza, caracterizando, a partir daí, o que se poderia chamar de trabalho (labor) como sendo algo que é "imposto" pelas forças da

---

[56] HABERMAS, 1968, p. 71.

natureza. Isto o leva a pensar que conhecimento provém do conflito primário homem/natureza, e que este conflito repercute, na mesma medida, sobre o homem, tanto quanto a força produtiva sobre o sistema social, estimulando-o ao desenvolvimento.

Por isso ele diz que conhecimento "move-se " de estágio inferior a superior, através de autoconcepção pragmática de grupos sociais, que, interpretando o mundo sociocultural, produz a teoria da sociedade; logo, tem-se uma teoria do conhecimento como formação de sujeitos sociais conscientes de *si*, que produzem a identidade de si na relação com outros, cuja identidade modifica-se a estágio de desenvolvimento das forças produtivas. É recorrente Habermas pensar um conceito normativo de espaço público, no qual aquela nova zona de conflito (dissipada) se coloque conciliando igualdade e liberdade, conceitos básicos com os quais se definem o conceito de democracia.

Tem-se, nesse caso, a compreensão da contradição entre forças produtivas e relações de produção, determinando o aparecer social das classes sociais, pela contradição entre razão prática e vontade soberana. Isto o leva a supor a dominação de classe se realizando como crise de legitimação, ou seja, como resultado de práticas de governo, em que estratégias legislativas e administrativas produzem a passagem do saber técnico à consciência prática; logo, tem-se como conseqüência – e está aí a base na qual o Estado, conhecido na sua forma de soberania como democrático, a legitimação da forma de produção de governo, realizada como controle social, caracterizando aquela contradição (razão prática/vontade soberana) como ilusão democrática.[57]

Não obstante, a dominação de classe configura-se de informações científicas passíveis de se transformarem em fontes de valor tecnológico; logo, no agir comunicativo, a linguagem natural é utilizada como fonte de integração social, como força que busca a unidade consensual como entendimento do mundo, no qual se habita e que, através da interação, se exercem ações comuns. É decorrente a ação de coordenação se realizar através da linguagem que é mediada pela apropriação hermenêutica de tradições.[58]

---

[57] Ver a respeito em HABERMAS, **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

[58] De nos jours, la conception que les groupes sociaiux se font d"eux mêmes et leur image du monde tellle qu'elle s'articule dans dans la language courant sont médiatisées à travvers l'appropriation herméneutique de traditions en tant que telles. HABERMAS, 1968.

Isto leva Habermas a pensar a sociedade atual – tendo nela presente o elemento tecnocrático – como sociedade na qual a integração social esteja se realizando pela decantação de seus constitutivos de poder. Este elemento analítico o leva a pensar a esfera do institucional – quadro institucional – que se organiza em contraposição ao quadro do trabalho, mas como ilusão democrática. Isto porque o saber técnico acumulado não se limita nas sociedades de hoje a afazeres tradicionais adquiridos de maneira pragmática; aquele saber toma agora feitio de informações passíveis de serem colocadas como valor tecnológico.

O resultado é, pois, a crise de legitimação, já que o saber não se reporta a valores tradicionais, mas a valores associados à técnica, pensados como elemento tecnocrático, colocado como "ideologia". Neste caso, a unidade entre esferas do trabalho e do institucional realiza-se dialógica, restabelecendo a moralidade das atividades humanas pela relação lógica / práxis da vida ao mesmo tempo.[59]

Cremos estar, na verdade, na distinção de racionalidades diferentes que geram diferentes conhecimentos, com os quais os indivíduos elaboram ações de legitimação em espaços próprios às ações racionais que lhes são específicas. Os espaços da interação e trabalho são dialetizados e se realizam pela lógica que busca sua coerência [a ideologia em Arednt]. Na verdade, estes espaços não se separam eles se articulam através do acesso dos indivíduos ao saber distrocido pela ideologia.

Deduz-se daí que, nesses espaços, as ações racionais humanas são justificadas pelo saber científico incorporado à doutrina jurídica; saber que evolui no curso da história, desenvolvendo as forças produtivas – pelo saber do homem que conduz a economia na sua evolução. Tal saber é gerado pela tradição, que, na história, se realiza, desde seu ponto de partida – tradição e elementos fundamentais da religião nela contidos - como sistema de idéias errôneas.

---

[59] Cependant la compréhension herméneutique peut atteindre à l'objectivité dans la mesure où le sujet qui compreend apprend à se percer à lui-même à jour dans son propre processus de formation en s'appropriant, dans la communication, les objectivations étrangères. Une interpretation ne peut saisir et pénétrer son object que dans la proportion où l'interprète réflechit à la fois et l'objet et lui-même comme les moments d'un ensemble objectif qui compprend et constitue également l'un de l'autre. Ibid., 1976, p. 215.

Neste caso, podemos reinterpretar em Marx em [ver *Introdução à crítica da economia política*] o papel do Estado e sua articulação com a economia, tendo o Estado como indutor e regulador dos processo do trabalho, responsável direto pela acumulação e produção da mais valia daí decorrente, movimentando a economia, via parlamentarismo, através de fundo histórico de natureza econômica, posta como valor trabalho na forma de valor tecnológico – hipótese central do estudo de caso Brasil.

Aqui a intenção é a de retratar a singularidade do capitalismo brasileiro – isto buscaremos comprovar no decurso da tese. O que nos leva a organizar do ponto de vista metodológico os parâmetros da crítica da economia política, que nos leva, então, a reformular o método de Marx – método que utlizaremos em nossa pesquisa.

Isto faremos buscando contribuições de outros pensamentos sociológicos, mas sem abandonar a idéia central de Habermas, ou seja, da presença de um modelo sistêmico do Estado que obnubila os fatos, amortecendo consciências. Entretanto, buscaremos preservar na metodologia de Marx – Habermas não o fez – a importância das classes sociais e da ideologia na explicação de problemas metodológicos associados com a história e mudança.

1.5 Classes sociais e a inversão do caminho da superação

O atual momento da globalização da economia, juntamente com a acumulação do capital têm nas habilidades de natureza cognitivo-intelectual a força de trabalho intelectual que valoriza o capital. O que nos leva a supor que a força de trabalho manual, no passado, valorizava o capital, colocando-se, nos dias de hoje, latente.

Sob este aspecto, os indivíduos, embora não admitindo, exigem de si próprios consciência nas tarefas do trabalho, e, com isso, a possibilidade desta consciência prolongar-se às relações sociais complexas, formando o entendimento do mundo no qual se trabalha. Desta forma, a ideologia vai ocultar a capacidade do indivíduo de – via racionalização – formar imagens de entendimento do mundo. Na verdade, a acumulação do capital exige – como também exigiu no passado – habilidades individuais, mas que, hoje,

devem se colocar (co)operativas nos processos do trabalho e dependentes de escolhas racionais individuais.

Pode-se afirmar que a ideologia vai ocultar a necessidade de os indivíduos, na classe, desenvolverem habilidades teórico-cognitivas que os tornem conscientes para além das atividades do trabalho. Os indivíduos, na classe, devem, pois, se restringir às competências que os tornem conscientes apenas na execução das atividades complexas do trabalho moderno; recorrente a classe, no sentido de como Marx a concebeu, agir na forma política associada, mas de acordo com a habilidade de cada um ou como escolha racional. O que significa o ocultar pela ideologia, o perigo que leva a organização social capitalista, assentada no lucro de uma produtividade econômica, ser dependente das "mãos individuais do trabalhador."

A ideologia oculta, portanto, não a necessidade da classe, como um todo, tornar-se mais consciente para além das atividades do trabalho, mas o real papel político dos indivíduos no interior da classe: um papel de natureza interativo – estratégico, no qual os indivíduos vêem o mundo e a si mesmo na relação com os outros que lhes são semelhantes – ou que ocupam o mesmo lugar na estrutura de produção – formando-se como classe social.

Desta maneira, a ideologia esconde os princípios de organização social com os quais o Estado realiza a dominação estatal de classes, através das estratégias legislativas e administrativas – a representação dos interesses da classe – que regulam de mediato, não a economia, mas a política.

Isto nos leva a repensar [ver *Introdução à critica da economia política*] – está aí nossa crítica da crítica da economia política – o papel da renda fundiária, posta como fundo histórico da acumulação capitalista, que, no método de Marx, aparece como valor trabalho incorporado às mercadorias, medido como tempo gasto na execução das tarefas.

Isto faremos, sem abandonar a intuição de Marx, através de artifício empírico; a classe social passa a ser pensada por nós através do totemismo sociológico – um conceito que vai guiar nossa pesquisa, explicando a função político-ideológica da classe, que produz como movimento teórico de síntese, desenvolvendo-se em movimento

perpétuo – categoria da dialética hegeliana – a alucinação imaginada da realidade – ou a realidade posta como imaginário social ou como ilusão (Kant).[60]

Denominamos de totemismo sociológico um traço cultural que, em última análise, conduz a sociedade brasileira à singular evolução do capitalismo. O que nos permite caracterizar a natureza e *o* desenvolvimento do Estado brasileiro como dominação carismática funcional.

O que se vê é que o valor trabalho incorporado às mercadorias é avaliado em como ajuizar de dados empíricos como também é medido no seu valor qualitativo ou de cálculo econômico racional; logo as mercadorias expressam o movimento do dinheiro que se realiza no interior do próprio movimento de metamorfose destas, expressando o controle estatal das influências que atuam sobre as atividades econômicas e que é percebido, pelas classes, como imagem ou capacidade de administração racional monetária da economia.

Isto nos autoriza a dizer – utilizando o argumento da analogia – que os rendeiros de ontem – que tinham no ator econômico a renda fundiária como elemento que lhes sugava o suor do trabalho, transformaram-se, hoje, na classe trabalhadora.

Diferente do tempo Marx, a classe trabalhadora se realiza no contexto do mundo globalizado da economia; logo, nos nossos dias, o capital financeiro internacional apenas rememora com sua "gastança" – uma alusão a Smith – os antigos proprietários de terras que esbanjavam suas rendas. Mas, de modo contrário ao passado, a finança internacional ramifica-se em clientes regionais que se corporificam em Estado-nações, com governos que se colocam como contratados (*retainers*) a serviço do sistema financeiro internacional.[61]

---

[60] Não vamos insistir em *mal*-entendidos (*estes no início do século XXI, postos na forma de preconceito em relação a erudição que parece que nada tem a contribuir* para a pesquisa histórica). Contentamo-nos em estabelecer que fatos empíricos isolados e abstratos *não* são o único ponto de partida da pesquisa. Entretanto, os fatos são o único ponto de partida da pesquisa quando se têm neles a possibilidade de compreendê-los e deles extrair leis e a sua significação; logo, são o único critério válido para julgar o valor de um método ou de um sistema filosófico. Resta apenas saber, *diríamos*, (*sem a preocupação com aquele preconceito*), se é possível chegar no estudo dos fatos humanos a um resultado de outro modo que não concretizando-os por uma conceituação dialética. [**Grifo nosso**]. GOLDMANN, 1979, p. 4.

[61] Em um país que não tem comércio exterior nem manufaturas mais aperfeiçoadas, um grande proprietário de terras, por não ter nada que possa trocar, a maior parte da produção de sua terra que vá além do

Em função disso, o Estado realiza a dominação de classe através da idéia de cidadania, que é dada pelo acesso dos indivíduos em "condições de igualdade" à riqueza social, mas como acesso ao saber – através de ação estratégica elaborada pela classe – de modo tal que a conquista de bens produzidos socialmente é obtida pela ação (co)operativa ou a "ação de classe" no sentido de como Marx a percebeu – mas realizada através de atividades políticas isoladas, porque realizadas individualmente como escolhas racionais.

Isto significa dizer que, na classe, os indivíduos têm peso político preponderante na trama das relações produtivas e das relações sociais daí derivadas, pois a idéia geral dos interesses da sociedade se representam, hoje, como classe social em imagem no Estado, precisamente no ordenamento jurídico no qual esta imagem se realiza como idéia de cidadania.

Por outro lado, o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas exige, pois, uma nova forma de legitimação que corresponda a lucros e ganhos capitalistas, dependentes de um espaço de racionalização ampliado.

Por conseguinte, a idéia geral que se tem da sociedade põe-se coerente com a *coisa em si* – Estado e seu modo de operar mecanismos de poder – e expressa a idéia de cidadania na qual os indivíduos, e não as classes, disputam entre si a riqueza socialmente produzida, elaborando estratégias individuais de acordo com as competências de cada um, moldando suas vontades no confronto com as vontades de outros, com base em escolhas racionais. Neste caso, a idéia geral dos interesses da sociedade refletem-se em imagem no Estado como conceito normativo de espaço público que hispostasia a vontade geral.

A sociedade burguesa, hoje, é cindida pelas classes sociais que se representam em imagem no Estado como idéia de cidadania. A realidade como ela o é, reflete no Estado apenas a parte do todo da classe social. Isto ocorre porque a ideologia tem um discurso técnico-jurídico que justifica a racionalidade da economia, ocultando, no próprio momento em que as classes se estruturam um movimento teórico de contradição.

---

necessário para a manutenção dos agricultores, consome tudo com seus hóspedes na casa de campo. (...) Ele está, continuamente, rodeado de uma multidão de clientes (*retainers*) e dependentes, os quais não possuindo nada de equivalente para dar em troca de seu sustento, e por serem totalmente alimentados por sua bondade, tem que obedecer-lhe pela mesma razão que os soldados precisam obedecer ao príncipe que lhes paga para isso. SMITH, op. cit., p. 346.

Significando que se oculta o momento em que se dá a passagem da consciência do *em si*, no devir da vida, ao *para si,* através de um elemento intermediário, o qual une existência e modos de existência, na parede que articula força produtiva que valoriza o capital e forma ideológica com a qual se valida a ordem legítima.

A classe produz, deste modo, o movimento da história, pelas leis da natureza postas como leis da economia; e estas leis substituem a auto-reflexão crítica da ciência pelo significado de idéia de necessidade compartilhado em comum pelas classes sociais, e, assim, em conformidade com a história ao curso da natureza. Constituem-se as classes e indivíduos que compõem, pela economia, mas através de síntese estratégico-teórica, de modo tal que a razão separa atividades meios de atividades fins.

Em tempos diferentes, o fenômeno Estado que tem seu aparecer social de acordo com a regularidade do fenômeno – as classes – se realiza como movimento da realidade no qual os indivíduos têm um papel político preponderante, tendo em vista poderem revelar as formas *a priori*, com as quais o Estado realiza a dominação, mas de tal forma que a ideologia distorce a imagem que se tem da realidade social.

Neste sentido, a ideologia que justifica a racionalidade da economia guarda relação de continuidade histórica com a *coisa em si* – O Estado realiza o modo de produção de governo, através de ordens ou comandos – produzindo a ilusão como imagem das classes sociais que, no tempo, aparecem refletidas no Estado, ora como um todo, ora apenas como parte do todo.

A relação de continuidade histórica se dá porque em tempos diferentes o Estado tem o aparecer social, produzindo a dominação de forma diferente, mas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a amplitude do espaço de racionalização, levando, em conseqüência, no tempo, a formas de legitimação diferentes com as quais o Estado vai obter razões de validade para si; logo, as razões que validam o Estado o fazem através de forma de legitimação em que o mundo sociocultural é interpretado como idéia contida na lei, como significado de idéia de necessidade.

Desse modo, que a ideologia vai ocultar, justamente, o fim para o qual o Estado foi historicamente instituído, ou seja, o de produzir uma legislação universal como direito de todos perante a lei.

Isto nos permite compreender a dominação de classe gerada através da imagem da realidade em crise, para a qual não existem culpados, em razão de ser originada fora das estruturas do Estado e, com isso, relegando a segundo plano reivindicações imediatas que emergem do cotidiano do trabalho, porque, aos das massas, aparecem como eliminadas, pelos reais centros de poder que animam o Estado. Implicando daí que um elemento de estabilidade política se realiza como interpretação do mundo sociocultural – como traço cultural que conforma diretrizes de políticas macroeconômicas a circunstâncias históricas e culturais de determinada região.

Tal é a condição que permite ao Estado ultrapassar os limites de possibilidade de ação fixados no plano institucional e fiscal, sem contudo, expor a riscos a ação estatal que é vinculada a processos consensuais.

Podemos definir, então, classes sociais como substrato ou base real que, caracteriza, de acordo com a cultura de determinada região, os componentes da formação social, suas relações, evolução e contradições – do qual emerge o Estado. Significando com isso que elas aparecem no Estado como traço cultural, ou seja, como relação culto/práticas rituais, em que práticas de rito se realizam em tempos determinados. O Estado tem, pois, razões de validade garantidas por relações hierarquizadas de poder como conteúdos de legitimação elaborados pelas classes, os quais se transformam em domínio como obediência à ordem estabelecida, conformando-as à força da tradição.

Nesse contexto, o movimento da realidade acontece como caminho de construção do Estado, de tal forma que as forças produtivas se expandem, mudando – via interpretação do mundo sociocultural – modos e estilos de vida, trazendo a tona sentimentos coletivos enraizados na tradição. Neste sentido, as classes executam, no interior do movimento de metamorfose de mercadoria, um movimento teórico de contradição através de elementos não estáticos e ligados internamente em seus contrários;

logo, a relação entre capital e trabalho tem a contradição como relação causal de natureza interna. (dialética transcendental).

Por mais surpresos que possamos ficar, as mercadorias, hoje, e nelas incorporado o dinheiro, configuram-se em *totem*. Na verdade, as classes executam um movimento de metamorfose da mercadoria, que nos permite caracterizar o Estado na sua evolução pela essência que o movimenta; ou seja, pela representação política que traduz – via conjunto de atos técnico-jurídicos – a imagem das classes sociais que representam, no ordenamento jurídico, o totem, como representação de práticas de governo, que se colocam, no entanto, ilusoriamente, como democráticas, caracterizando, o que Arendt denomina de nova forma de governo. Esta é uma forma de governo que difere de todas as outras até aqui conhecidas do pensamento ocidental e reconhecidas desde os tempos da filosofia antiga.[62]

Isto instiga repensar caminhos metodológicos presentes no materialismo dialético, nos levando ao método que possa explicar a ideologia presente na classe como ação imaginada da realidade, fruto de indivíduos que em comunicação se colocam em confronto consigo mesmos – ou com suas vontades. Apontando o caminho de construção do Estado, em uma direção política diferente daquela apontada por Marx em sua metodologia.

É recorrente a alternativa metodológica de integrarmos ao método de Marx um terceiro elemento, a cultura – ou a cultura como princípio educativo e como fator heurístico do método – que vai nos permitir demonstrar a existência de uma conexão necessária entre classes e Estado.

Somente, deste modo, podemos explicar o Estado na dominação através de vínculo dialético entre representação política e formação da vontade soberana, mesmo quando se reconhece que o conhecimento direto de tal conexão é impossível. O que nos leva, do ponto de vista analítico a reconhecer a presença de uma noção de poder,

---

[62] Aqui se põe a grande indagação de Arendt: os regimes autoritários ou antidemocráticos de nossa época devem sua existência apenas ao fracasso, talvez acidental, das tradicionais forças políticas - liberais ou conservadoras ou neles existem uma *essência própria* que se possa chamar de natureza de governo totalitário e que possa ser esta forma de governo, comparada com outras formas já conhecidas do pensamento ocidental. ARENDT, 1990, p. 513.

elaborada pela classe quando se forma a ação estratégica – ação intermediária entre ação interação e trabalho – e que vai constituir uma idéia de "contradição" que é posta na metodologia, como conteúdo "crítico", estabelecendo limites de controle à ação estatal.

Neste sentido, o totemismo sociológico – instrumento de pesquisa que no estudo de caso Brasil concebeu o parlamentarismo como essência móvel, movimentando a economia – nos permite apanhar determinados momentos da história do Brasil na sua significação e seu valor objetivo.[63]

De fato, esse instrumento vai representar, na verdade, uma mudança de direção política contida no método de Marx; logo, o método da economia política que usaremos na nossa pesquisa (método de Marx reformulado) tem uma direção política invertida em relação ao método de Marx. Cremos poder justificá-la pelo que se segue.

Existe um terceiro fenômeno, a cultura, intercalado no tempo, produzindo relação causal de continuidade no tempo entre Estado e ideologia. Neste caso, a cultura interpreta o mundo sociocultural pela racionalidade técnica da produção econômica no antecedente e no conseqüente. No entanto, vai interpretar essa racionalidade como técnica de administração da economia como também em forma de ordens ou comandos, ou seja, tendo na política, precisamente no processo de juridificação das relações sociais, a condição daquela administração.

Na verdade, não existe possibilidade de se demonstrar a compreensibilidade da relação existente entre fenômenos sociais em tempos diferentes, já que dados de experimentação se mostram estanques, nada nos oferecendo como explicação de fenômenos como eventos históricos. Além disso, corremos o risco de interpretarmos

---

[63] Poucas vezes o começo de um período histórico pôde ser datado com tanta precisão, e raramente os observadores contemporâneos tiveram tanta possibilidade de presenciar seu fim definitivo, como no caso da era *imperialista*. Porque foi só a partir de 1884 que o *imperialismo* – surgido do *colonialismo* e gerado pela incompatibilidade do sistema de Estados nacionais com o desenvolvimento econômico e industrial do último terço do século XX – iniciou sua política de expansão por amor à expansão, e este novo tipo de política expansionista diferia tanto das conquistas de característica nacional, antes levadas adiante por meio de guerras fronteiriças, quanto diferia da política imperialista da verdadeira formação de impérios, ao estilo de Roma. ARENDT, 1991, p. 147.

dados que, verdadeiros no antecedente, se mostram falsos no conseqüente. Nesse caso, a compreensibilidade, ao contrário, é dada pela sua impossibilidade.[64]

Ainda mais, um inventário de pesquisa completo de experimentação não se coloca possível, pois a multiplicidade de fatos que ocorrem no tempo são variáveis e não permite a verificação da causa-efeito de todos eles, o que impossibilita estabelecer entre eles relação causal que lhes dê compreensibilidade. Fica, pois excluída a possibilidade de se estabelecer relação causal entre fenômenos sociais que variam com regularidade, no tempo, através de métodos comparativos de experimentação – observação de concordância ou mesmo de concordância da diferença.[65]

No caso, é sensato dizer que qualquer análise visando estabelecer, entre Estado e ideologia, relação de determinação como causa histórica – isto evidenciaria, no plano da explicação histórica, se um processo de dominação social varia ou não no tempo - coloca-se como dilema, mesmo no caso de métodos de experimentação terem analisados com rigorosa correção os fatos acontecidos. Pode ser que no tempo, uma causa que estava presente no antecedente pode estar sendo impedida de produzir efeito, no conseqüente pela ação de uma causa contrária.[66]

Todavia, isto significa apenas que nos fatos históricos os atos humanos são variáveis; logo, corremos risco de análises em que o essencial é tomado pelo acidental, no contexto de fatos conhecidos e contraditos. Entretanto, significa também ser possível compreender os fenômenos sociais que ocorrem no tempo, na sua inteligibilidade histórica, mesmo que no antecedente e no conseqüente eles apareçam distintos um do outro.

É necessário pois reconsiderarmos a distinção habermasiana básica entre trabalho e interação formulada por Habermas (1968) e, por conseqüência, a crítica feita a ele por Reis (1984), muito embora o primeiro veja, do ponto de vista no qual a racionalidade comunicativa se encaixa de modo diferente à ação estratégica, a necessidade

---

[64] DURKHEIM, **Les règles de la méthode sociologique**. 8. ed. (1995). Paris: Quadrige-Presses Universitaires de France, 1937.

[65] Id. Ibid.

[66] Id. Ibid.

de um conteúdo "crítico" como inerente à definição do objeto da ciência política. Para esse autor, a ausência desse conteúdo aponta a crítica a Habermas, para a condição hipotética de convergência esclarecida e eticamente fundada e isenta de relações de dominação. O que nos instiga a continuidade da crítica.[67]

Queremos, com isso, destacar que, tanto do ponto de vista analítico quanto prático-político, a questão da mudança política, hoje, em nossa concepção, envolve a questão do controle social realizado pelo Estado como processo de juridificação das relações sociais. O que nos leva à intenção primeira de preservar a intuição de Marx que tem nas classes sociais uma das categorias-chave para a análise do Estado e na relação fenômeno Estado e classes seu tratamento metodológico referente à questão da mudança política.

Isto nos instiga a refletir sobre a crítica que Habermas faz a Marx, afirmando que a ciência histórico-crítica estaria subsumida aos critérios da ciência natural, e, com isso, uma independência da ciência em relação ao homem, no caminho seguido por Marx – o de síntese mediante o trabalho social – o levaria a um pragmatismo lógico-transcendental. Daí que a ciência histórico-crítica não se questionaria em termos de teoria do conhecimento. Inferimos estar aí a crítica fundamentada por Habermas a Marx e subentendida como crítica que Habermas vai fazer ao positivismo quando analisa a lógica na pesquisa, segundo Charles S. Peirce.[68]

---

[67] A crítica de Reis a Habermas tem a argumentação básica de que, para Arendt, a esfera da fala o é também da ação. Expressão que encerra aspectos percebidos para designar a dimensão correspondente da "vida ativa" por contraposição ao labor e ao trabalho. É difícil não se pensar estes aspectos sem associar a esfera política a elementos de natureza "estratégica" afins ao que se salienta na ênfase do pensamento político de Carl Smitt, nas relações amigo-inimigo e no pressuposto da guerra e da luta real como possibilidade sempre presente. Na verdade, Arendt nega expressamente que os aspectos da violência contidos em tais elementos estejam presentes na esfera da ação e da fala, vendo-os antes como próprios das atividades do fazer e do fabricar. REIS, Fábio. **Política e racionalidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1984. p. 89.

[68] Si les seuls enoncés considerées como *vrais* sont ceux sur lesquels un consensus sans contrainte et permanent peut être réalisé grâce à la méthode scientifique la *réalité* ne signifie alors rien d'autre que la quintessence des états des choses dont nous pouvons nous faire une conception ultime. La réalité est un concept transcendental; seulement la constituition des objets qui se prêtent à l'expérience n'est pas determinée par l'organisation catégoriale d'une conscience transcendentale, mais par le mécanisme du processus de recherche en tant qu'il est un processus d'apprentissage cumulatif autoréglé. HABERMAS, 1976, p. 128.

Habermas quer fazer a crítica ao método de Marx, no qual tem a ação estratégica que se realiza para além da consciência dos atores na classe - sendo substituída por uma direção política contida na metodologia, ou seja, a classe que tem como pressuposto metodológico, a ciência histórico-crítica, subsumindo-se aos critérios da *ciência natural*. Para tanto, lança mão do conceito de racionalização de Weber, que, para ele, tem a noção contraposta à concepção de racionalidade em termos de relação meios e fins. Isto o leva a estabelecer relações entre trabalho, interação e estratégia – com o privilégio metodológico do segundo termo – visando contrapor ação do trabalho e interação, tendo como ação intermediária a ação estratégica. Entretanto para Reis, Habermas não privilegia na sua metodologia a ação estratégica.[69]

Em razão disso, Habermas vai reformular o conceito de espaço público que hipostasia a vontade geral como espaço "utópico" isento de relações de dominação – no molde da *polis* pensada por Arendt – e obter, com isso, a alternativa metodológica de uma concepção "prática" de racionalidade capaz de servir à interação. No entanto, vai abstrair justamente a condição subjetiva em que indivíduos no contexto de comunicação entre espaços da economia e política se orientam no agir racional, compartilhando significados culturais na forma de um sentimento subjetivo de necessidades. Esta é uma crítica que se estende ao pensamento sociológico de Weber.[70]

Os indivíduos, aqueles que se confrontam na luta do homem contra o homem, não realizam comportamento político só a favor de suas vontades, visando não ferir seus interesses; o fazem também contra suas vontades, orientando-se no contexto de um sistema de solidariedade.

---

[69] Reis faz uma crítica na mesma direção da nossa crítica, porém, embora criticando Habermas, admite, como ele, que o caminho seguido por Marx o levaria a uma lógica transcendental – *Même la perception la plus simple est le produit d'un jugement. C'est-à-dire d'une conclusion implicite* (Ver Habermas 1976 p. 130) – Contudo, vai, como crítica a Habermas, estabelecer conexão entre a ação estratégica – pensada por Habermas como ação intermediária que se contrasta com o "saber empírico" da ação instrumental – e a idéia piagetiana da lógica como transposição de operações concretas para um plano virtual ou simbólico caracterizado como reciprocidade. Ele tem em vista dar o devido destaque aos aspectos estratégicos do processo sociopolítico, já que no pensamento de Habermas a ação estratégica foi minimizada no seu papel de ação intermediária entre trabalho e interação. REIS, 1984, p. 80.

[70] WEBER, 1971/1.

Necessárias se fazem pois, as argumentações de Habermas sobre o elo que possa unificar razão teórico-prática à vontade soberana, haja vista nos moldes em que ele propôs seu modelo de análise romper-se a unidade existente entre indivíduo portador do ato efetivado e ato decorrente de relações estratégicas elaboradas por indivíduos em agrupamento. Recorrente a necessidade de corrigi-lo quanto ao aspecto da ação estratégica que no seu modelo é minimizada no seu papel de ação intermediária.

Visamos com isso obter o conceito de política, no qual a ação estratégica não seja diminuída em sua explicação quanto ao seu papel metodológico; logo, é preciso trazer para um método de análise do Estado um conteúdo "crítico" que unifique razão teórica e razão prática e que explique uma razão-unidade que é transposta à vontade soberana.

Isto podemos fazê-lo integrando ao método de Marx a cultura – fator imaginário ou fonte histórica de valores – que, como elemento heurístico ou fator inspirador das vontades humanas, produz a adequação entre forças produtivas e acesso dos indivíduos ao saber distorcido pela ideologia. Neste caso, a cultura se põe realizando a síntese mediada pelo trabalho social como fator de determinação entre sociedade e Estado, existência social e política, tendo como resultante histórica a vontade geral, que aparece em imagem de representação das classes.

Em suma, trata-se de explicar a passagem existente entre nível das consciências individuais ao nível da consciência coletiva, estabelecendo um vínculo dialético entre o

agir estratégico – que tem princípios, orientando ações cognitivas na "passagem" a práticas racionais – e a ação estatal, portadora da ação política na sua forma do racional-legal ou portadora do exercício de poder.

Tudo isso nos leva, então, a repensar no método de Marx, o caminho apontado para a superação das classes sociais, bem como a direção política contida na sua metodologia, pois, no seu método, a análise do Estado fica "aprisionada" a sínteses empíricas. Visamos, com isso, compreender o Estado, a partir do modo como as pessoas vêem o mundo e, na sua relação com ele, produzem o conhecimento que as influenciam, sendo por ele influenciadas.

Implica daí a possibilidade de compreendermos o Estado brasileiro, tendo como ponto de partida as classes sociais e a ideologia, mas de modo tal que as classes elaboram a síntese mediada pelo trabalho social como noção de poder (relações hieraquizadas de poder) e que é posta em função de poder pelo Estado.

No caso Brasil, a moral das práticas econômicas é compreendida diferente de como pensara Smith, e de como Marx o criticara como problema de Estado; logo, podemos pensá-la, no contexto do método de Marx, se realizando como "moral do pensamento de classe" pela dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana. O que nos leva a supor que, de todas as outras divisões do trabalho, a que existe entre o trabalho manual e intelectual é a que explica melhor a contradição base da qual emergem conflitos sociais.

Aqui, em todos os estágios de evolução social os conflitos sociais se colocam solúveis in totum no âmbito do Estado e se tornam mais acentuados e mais evidentes à medida que a sociedade avança; ou seja, na medida que a divisão do trabalho é posta como conseqüência de progressos passados e causa de progressos futuros. Em outras palavras, quando a sociedade brasileira avança em seus progressos tecnológicos, o Estado se coloca na direção dos interesses gerais capitalistas e busca estabelecer a conexão necessária entre estrutura-classe e sistema de direito.

Daí que as crises da economia, aqui, são aparentemente disruptivas com relação ao impacto dos conflitos sociais sobre a economia. Isto se deve a que o fetiche da mercadoria aparece como cálculo econômico racional posto na forma de administração racional da economia. É recorrente reformas do Estado nas quais se criam inovações institucionais que são validadas por conteúdos de legitimação elaborados pela classe, tendo na cultura o fator de determinação que articula existência social e política.

A administração racional da economia manifesta a contradição pela regulamentação dos processos do trabalho, através do constitucional; logo, a economia capitalista em ritmo de crescimento revela – a analogia é o recurso de comparação – a contradição das forças produtivas e relações de produção analisada por Marx no capitalismo de seu tempo.

Está ai posta a singularidade do capitalismo no Brasil, que aparece ilustrando um modelo de acumulação específico. Neste modelo, recompensas e custos sociais decorrentes do desenvolvimento realizam-se através de conceito amplo de democracia, no qual as necessidades se colocam "satisfeitas" nas suas contingências como ilusão sancionada pelo Estado, através da juridificação das relações sociais.

Tal fato leva a sociedade a considerar natural o fato de que a técnica, fator de aumento da produtividade – já que leis da natureza são postas como leis da economia, produzindo a história, através das leis do Estado que são postas como leis dos homens ou mercados – e que conseguirá a produção necessária para todos. Isto significa que o modo de produção econômica e conduta racional de vida articulam-se e produzem um significado de idéia de necessidade que se afirma no processo de formação socioeconômica, através do fenômeno de classes sociais.

Engendra-se, assim, na multiplicidade dos eventos que ocorrem no tempo, o modo de produção capitalista brasileiro, o qual se realiza pela conexão necessária entre classes e representação democrática de práticas de governo, que rememora a tradição e no qual as práticas de governo são postas como ilusão religiosa, na forma de ilusão democrática.

É diferente a formação socioeconômica (Okonomische Gesellschaftsbildung) no caso do Brasil. Na formação social, o vetor-força – ou a unidade que produz o caminho das ações produtivas e a resolução dos contrários – tem a superação das classes sociais se realizando de modo tal que o Estado se coloca anterior à formação da sociedade civil; logo, anterior ao que se concebe como Estado de Natureza (em Hobbes). Modifica-se, assim, a direção política contida na metodologia de Marx.[71]

---

[71] Este termo foi usado por Marx, indicando a *economia* como lugar no qual se centrava a racionalidade que produzia a dominação, ou seja, o lugar que produzia os *efeitos* do poder na consciência social dada pelas forças produtivas como relações já socialmente determinadas como dominantes. Porém, preferimos manter a mesma palavra usada por Marx *bildung*, que indica processo de construção, no qual a classe social representa o real na sua forma ilusória ou *imperfeita;* no lugar da palavra *formation* usada por Habermas que visa, com com isso, a atribuição de um valor que se põe como resultado de conjunto estruturado, dando ao conceito de formação social uma definição de relações socialmente dominantes que aparecem na forma de atividade política. Na ve4rdade, Habermas vai analisar esta implicação (a preferência de para o termo *formation*) como processo de autoobjetivação que é posto no confronto com a autoreflexão. HABERMAS, 1976, p. 340.

No caso em pauta, essa direção aponta o sentido da superação das classes sociais como caminho de construção do Estado, no qual ações produtivas simples se desenvolvem às ações complexas, de modo tal que as ações racionais produzem ilusão religiosa (Arendt), se desenvolvendo em sua forma plena em democrática (Habermas); logo a sociedade brasileira produziu na história o Estado de forma tal que a classe social é representada nos seus interesses através de resíduos ou sentimentos que não têm existência objetiva no real.

Daí que a tradição contém a mudança que se realiza pela classe, em que indivíduos interpretam a realidade através de suas experiências – o mundo vivido colado ao fazer do cotidiano – como resultado de ação estratégica – ou ação intermediária ou de (co)operação no trabalho – realizando a síntese mediada pelo trabalho social na qual indivíduos em comunicação interpretam seu mundo através da cultura.

Em vista disso, o vínculo dialético entre consciência de produção econômica da necessidade e da contingência se realiza no "confronto" de pessoas, contidas na classe, como confronto entre processos de auto-objetivação e auto-reflexão; logo, o real aparece como significado de idéia de necessidade, validando e legitimando comando de ordens emanados do Estado, mas descolados das condições materiais.

Na verdade, a classe social produz uma interpretação errática da realidade, porque embutida naqueles comandos está a ciência, oferecendo conhecimentos; satisfazendo necessidades; logo, idéias válidas, legítimas e resultado de inteligência humana. Está aí uma reinterpretação que podemos fazer sobre a ciência e a técnica como "ideologia". Nós a detalharemos no decurso da tese.

Na verdade, a formação socioeconômica brasileira tem nela contida um dilema, o qual se realiza como ato de representação política, traduzindo o particular que não é derivado do geral, mas que deve com ele concordar.[72]

---

[72] [*Des différents systèmes sur la finalité de la nature*] Personne na'encore contesté la justesse du principe : il faut porter de jugements d'après le concept des causes finales sur certaines choses de la nature (les êtres organisés) et leur possibilité, quand l'on ne fait qu'exiger un *fil conducteur* pour étudier leur constitution par l'observation, s'en prétendre s'élever jusqu'à rechercher leur origine première. [390] Il s'agit donc seulement de savoir si ce principe n'a qu'une valeur subjective, c'est-à-dire, s'il ne qu'une simple maxime de notre faculté de juger, ou s'il est un principe objective de la nature d'après lequel il reviendrait à celle-ci, outre son mécanisme (d'après de simples lois du mouvment), encore une autre sorte de causalité, je veux

O que nos leva a integrar no método de Marx o terceiro elemento – a cultura – e, com isso, obtermos o método da economia política, que vai ao encontro a nossa pesquisa. No decurso da formação socioeconômica brasileira, buscaremos estabelecer – através de recurso antropomórfico e historiográfico como fronteira da ciência e da não ciência – a construção do Estado brasileiro como realização da ação política que constrói o Estado na forma de realidade imaginada.

No caso Brasil, a validade do conhecimento é posta como validade cognitiva e como questão inteiramente objetiva, mas de modo tal que essa validade nada tem a ver com a motivação do sujeito cognoscente.

Esta é a natureza da ideologia que tem origem na nossa cultura e que nos permite – no decurso da tese abordaremos tal questão – demonstrar a semelhança da colonização portuguesa à colonização da África do Sul. Visamos, com isso, retirar do extrato (da tradição) da análise de Arendt a semelhança do nosso regime com regimes totalitaristas que ocorreram na Europa no século XX.[73]

É recorrente a presença de movimento de metamorfose da mercadoria, em que a representação dos interesses das classes se realizam pelo parlamentarismo, através de um corpo político de representação das classes rurais emancipadas – que conforma a idéia dos interesses da sociedade ao seus interesses – ou que conforma a realidade imaginada elaborada pela classe na forma de relações hierarquizadas de poder ao imaginário social ou ainda que conforma a realidade ao conceito de verdade (a mentira propalada via discursos racionais oficiais e não oficiais), que se justifica na idéia de administração racional da economia.[74]

---

dire celle des causes finales, auxquelles seraient subornées ces lois (celles de forces motrices) en tant que causes seulement intermédiaires. KANT, 1993, p. 320.

[73] A formação das elites distinguem-se dos membros comuns do partido por não necessitarem de *demonstrações* (elementos ideológicos nos quais, de um modo ou de outro, as massas havia terminado por acreditar se bem que vaga e abstratamente, em mentiras concretas de natureza universal [o domínio do mundo pelos judeus em lugar da teoria racial e a conspiração de *Wall Street* em lugar da teoria geral das classes] e nem mesmo serem obrigdas a acreditar literalmente na verdade dos chavões ideológicos. Estes são fabricados para atender a uma busca da verdade por parte das massas que, no seu vezo de explicar e demonstrar, ainda tem em comum com o mundo normal. ARENDT, 1990, p. 435.

[74] Do ponto de vista sociológico, o Estado-nação era o corpo político das classes camponesas emancipadas – isto é dos priprietários rurais – e é por isso que os exércitos nacionais só puderam conservar sua posição permanente nesses Estados enquanto constituíam a verdadeira representação da classe rural. "O Exército",

É recorrente o cientismo se transformar em « ideologia », através de conexão profunda. No caso, tem-se a classe realizando a síntese mediada pelo trabalho social como interpretação do mundo sociocultural no qual indivíduos, na classe, se entendem (ou entram em acordo) quanto a idéia que eles do mundo; logo, tem-se a classe que se realiza (no caminho da superação) na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana, posto como prática de autolegislação.

Entretanto, no caso Brasil, o corpo político de representação das classes camponesas produziram o domínio, "como se o tempo estivesse invertido", porque naquele *corpus* estavam contidos, quando da fase de indústria (ato final da produção humana da existência [Marx], representantes de classes rurais metamorfoseados em representantes da classe industrial, e, com isso, produziram o domínio, mesmo naquela fase, como domínio rural.

No caso – e esta é a aposta – isto se deve ao fenômeno do parlamentarismo, que realiza conexão funcional entre estrutura-classes e sistema de direito; nesse caso, o cientismo se coloca metamorfoseado em atos técnico-jurídicos (a forma da ideologia posta como doutrina jurídica).

Emerge daí a inovação institucional ou expediente político típico brasileiro que tem por função elevar a razão teórica à consciência prática, de acordo com o imaginário daqueles representantes – ou conforme a idéia que legitima e valida a intervenção do Estado, garantindo, deste modo, a realização dos interesses sociais no corpo político de representação dos interesses de classes rurais não emancipadas. Este é o caso Brasil.[75]

---

como disse Marx, "era o ponto de honra dos fazendeiros: transformados em senhores, o Exército os corporificava, defendendo no exterior sua propriedade recém-adquiirida. (...) O uniforme era sua roupa de gala, a guerra era a sua poesia; o seu lote de terra era a pátria, e o patriotismo era a forma ideal da propriedade. O nacionalismo ocidental, que culminou com o recrutamento geral, foi produto de classes firmemente enraizadas e emancipadas. Id. Ibid.

[75] Conceituamos, aqui, como corpo político das classes camponesas *não* emancipadas (conceito de Arendt reformulado segundo nosso objetivo de pesquisa), como conjunto de instituições privadas articuladas ao Estado, que corresponde ao *corpus* de interesses de classes, que compõem o conjunto de elementos que determinam a *forma-mercadoria* ou o ponto nuclear do movimento circular do dinheiro, no qual ocorre a mimetização da mercadoria, caracterizando seu *fetiche*. No Brasil, classes camponesas *ganharam* as cidades e iniciaram os primeiros passos da industrialização, na qual se tem a organização social liberal capitalista, emergindo da sociedade tradicional, sem que os indivíduos se libertassem das arcaicas instituições de domínio. CUNHA, 1995.

Por conseguinte, tudo isso nos leva a reformular o método de Marx, visando não só recuperá-lo para o nosso tempo, como também utilizá-lo na nossa pesquisa (o caso Brasil), na qual buscaremos demonstrar a presença do parlamentarismo como fator que leva o Estado, no atual momento de evolução da economia, a produzir a acumulação e a produção da mais valia daí decorrente, bem como demonstrar que é o parlamentarismo que determina, em última instância, a estrutura ocupacional adequada à inserção do País na Nova divisão Internacional do Trabalho.

Por isso, nesta reformulação, buscaremos retratar, do ponto de vista metodológico, no método da economia política (que será por nós reformulado a seguir), o privilégio das ações racionais se desenvolvendo na história através de resíduos ou ações que não têm existência objetiva no real (caso Brasil). Só neste sentido podemos compreender a sociedade brasileira capitalista liberal como alucinação imaginada de ideário burguês.

1.6 Método da economia política

O Estado representa os interesses das classes como noção de individualidade que se desenvolveu no curso da história, sob este aspecto, configura o domínio que se realiza pela idéia da lei na forma de ordens ou comandos, mas de modo tal que leis da natureza se realizam como leis da economia. Para explicar como se desenvolveu aquela enorme extensão de individualidade, é necessário percorrer a linha do tempo no qual ações racionais se delineiam em imaginário social situadas no espaço em que elas ocorrem até o momento em que cessam.

Em razão disto, torna-se necessária uma reformulação do método de Marx, pois, em sua metodologia, a essência móvel ou momentos em existência e modos de existência que se engendram reciprocamente e que só no pensamento e na filosofia aparecem foram traduzidos como ações oriundas de uma práxis simples ou a que se desenvolve no contexto de ações centradas no sistema de interesses. Entretanto, isto faremos, buscando recuperar no seu método os momentos da realidade que traduzem no pensamento do homem – síntese ou momento de superação da contradição – as normas,

valores e signos contidos no mundo simbólico. Neste caso, a realidade é compreendida como ordem ou comando, porque a razão interpretadora de significados culturais vai compreender aquele mundo na forma de eventos empíricos de validade jurídico-normativa, ou seja, como fatos que a lei declara como crime e passível de punição (*delictum*)

Do ponto de vista da economia política a análise da realidade social começaria pela divisão do trabalho, das ocupações e pela descrição dos elementos interiores – de natureza psicosocial colocados como fonte inspiradora do comportamento (co)operativo no trabalho – tais como aperfeiçoamento, destreza e economia de tempo. Esses elementos orientam de acordo com a moralidade contida nas atividades produtivas a divisão do trabalho, cuja divisão, geradora de riqueza social, configura uma forma de governo.

Do ponto de vista da objetividade científica, a análise começaria pela população, divisão da sociedade em classes, seu estabelecimento na orla marítima, nas cidades, nos campos; tendo em vista que, neste caminho em que partes se realizam no todo, destacar-se-iam os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anual, os preços das mercadorias etc. Parece, portanto, mais correto começar pelo que não há de concreto e real nos dados, mas que aparecem, hoje, em formas imaginárias. No entanto, julgamos que este método **não** é falso.

Começando a análise pela economia pela população, que é a base e sujeito de todo ato social de produção, obteríamos uma representação do todo em que fenômenos diversos aparecem desordenadamente, constituindo o aparecer social; apresentando-se à razão sensível como realidade imaginada percebida como ajuizar de manifestações empíricas dos fenômenos sociais, postas como evidências empírico-jurídicas. Contudo, este método não revela sua falsidade, devido a ilusão provocada pelo aparecer social do fenômeno Estado.[76]

---

[76] O parentesco entre as duas análises, a de Marx e a nossa (*das relações inter-humanas gerais e esfera do privado ou do consumo*), é evidente: como o valor de uso, a solidariedade consciente e deliberada entre os homens é relagada ao domínio "privado" das relações de família e amizade; nas relações inter-humanas gerais e notadamente nas econômicas, ao contrário, a função de uma das relações e de outra torna-se *implícita,* ou seja, obscurecida pelos únicos fatores que fazem do agir o egoísmo do *Homo-econômicus*, que

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc. Mas terminam, sempre, descobrindo, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, porém, não levaram em conta, no método, o papel das classes sociais que têm como substrato a tradição (o «começo da história» como história da natureza), em que a cultura, fonte histórica de valores, traduz a base material do mundo em reciprocidade com os princípios de organização social, elaborados pelas classes sociais.

Evidencia-se, assim, a presença da razão de natureza dupla razão ou razão *medium*, que interpreta o mundo sociocultural, compreendendo as categorias mais simples na sua significação e no seu valor objetivo, enquanto o concreto mais desenvolvido as conservam em formas imaginárias; logo, aquelas categorias (população, nação etc.), uma vez que são abstraídas pela cultura, são interpretadas tendo como ponto de partida a técnica dos afazeres tradicionais, adquirida de forma pragmática, que evolui, no tempo, à ciência moderna da natureza, dando origem aos sistemas econômicos que se elevam do simples ao complexo, ou seja, do valor, dinheiro e divisão do trabalho, que se elevam do reino das necessidades, *valor-de-uso*, *valor-de-troca*, devido à lógica - forma de intuição espontânea [Kant], que só a classe contém, pois pertence a ela aquele reino de necessidades – que interpreta o mundo sociocultural para além dos dados sensíveis; logo, a síntese mediada pelo trabalho social é realizada pela classe na forma de ação, de cooperação no trabalho, ou seja, ação estratégica – ação intermediária entre interação e trabalho [Habermas] – que fundamenta o conceito de democracia como ilusão, porque é síntese mediada pelo conteúdo cultural – tradução de um significado de idéia de necessidade – que estrutura o Estado, a troca entre Nações e o Mercado Universal.

A população é abstração se deixa de lado as classes que a compõem, mesmo que estas não apareçam, refletindo no seu todo, na imagem do Estado, justamente porque hoje é ocultado o papel da classe como fator gerador de mudanças na história. As classes tornam-se, por sua vez, palavras sem sentido se ignoram elementos, tais como desejos e

---

administra racionalmente um mundo abstrato e puramente quantitativo de "valores de troca". GOLDMANN em **A reificação**, 1979. p. 120.

vontades dos homens, que, como atores e reais sujeitos da história representam as vontades em formas imaginárias: o trabalho assalariado, o capital etc. Estas formas supõem a troca, os preços entre outros. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc.

O contrário de tudo isso representaria a derrocada do capitalismo, ou seja, a classe perceber-se como real produtora desta ilusão e, com, isso, reivindicar direito de viver trabalhar e existir ou o espaço de cidadania que a elas pertence como real produtora da riqueza social.

Porém, estas categorias simples não têm uma existência independente, histórica ou natural, anterior às categorias mais concretas ? Depende! *Ça depend*! Hegel, por exemplo, começa corretamente sua *Rechtsphilosophie* pela posse, a mais simples relação jurídica do sujeito. Mas não existe posse anterior à família nem às relações entre senhores e escravos que são relações muito mais concretas ainda. Seria justo dizer que existem famílias-tribos que se limitam a possuir, mas que não têm propriedade. A categoria mais simples aparece, pois, como relação de comunidades, de famílias e de tribos, com a propriedade.

Na sociedade primitiva, essa categoria aparece como relação simples de organismo já desenvolvido, mas subentende-se sempre um substrato mais concreto do qual emergem relações mais complexas, representando a relação da comunidade com a posse. Pode-se imaginar um selvagem isolado que possua coisas mas, neste caso, a posse não é ainda uma relação jurídica completa.

Todavia, a posse quando é determinada pela cultura produz sentimentos que não têm existência objetiva no real e vai se manifestar como resíduos postos na forma de relações hierarquizadas de poder. Nelas se tem a idéia do sagrado, obtida pela imagem das coisas das quais se necessita, cuja idéia se esconde nas coisas que se adora; assim, a relação de posse se põe como relação interna entre a consciência das necessidades econômicas e a idéia que os indivíduos têm das contingências da sobrevivência.

Tem-se aí a gênese da crença que evolui para a categoria mais concreta, mas de modo tal que as categorias mais simples têm contidas o concreto menos desenvolvido

se estabelecendo pela crença como relação jurídica. No entanto, trata-se, de crença *sui generis*, em que domina uma certa emoção particular que inspira o homem a idéia de majestade. A partir daí, podemos, mesmo sem virar Hegel de cabeça para baixo compreender, pela análise científica, a categoria mais simples já desenvolvida na sua forma concreta em sociedades menos avançadas. Para tanto, é necessário apenas inverter o caminho percorrido pela ação produtiva – pensado por Marx como vetor que dá a direção da superação das classes sociais, admitindo a síntese mediada pelo trabalho social estar se realizando no próprio momento em que as classes se estruturam.[77]

Assim, fazendo a compreensão da *coisa-em-si* à *coisa-para-nós* – na realidade, se tem o fenômeno Estado, produzindo o aparecer social no qual não se distingue a coisa em si, do fenômeno – se explicaria pela viagem (de volta), na qual a consciência no próprio momento da realidade vai superar a alienação da realidade estranha a ela – porque percebida para além dos dados sensíveis – apanhar a realidade, ou seja, a natureza ou esta sociedade que é produzida por ela e que é, na verdade, sua obra e criação.

Diferente de como Marx pensara – segundo modelo de Hegel e Kant, Marx busca no seu método misturar estes dois modelos de análise – a coisa em si não se coloca conhecida pela razão que existe em si mesma e nem a que encontraria a verdade no fim da viagem. Se coloca conhecida no próprio momento do movimento teórico de contradição e por um ajuizar das manifestações empíricas que apreendem os conflitos de classes, como evidência empírico-jurídica. Só, neste sentido, o conceito dá vida e existência, pois permite compreender categorias simples se desenvolvendo, enquanto o concreto mais desenvolvido vai conservar estas categorias em formas imaginárias.

Diante do exposto, é preciso fazer a viagem de volta, e, aí, os economistas compreenderiam a sociedade capitalista liberal pelo aparecer social do fenômeno Estado, "operando" a ideologia, que tem seu conteúdo na realidade imaginada pela classe, porém

---

[77] Expliquer et concevoir signifie d'après cela montrer quelque chose comme médiatisé par quelque chose d'autre, par conséquent tout contenu n'est qu'un contenu *particulier*, *dépendant* et *fini*, l'infini, le vrai,Dieu, se trouve en dehors du mecanisme d'une telle connexion à laquelle la connaissance serait bornée.Aqui é interessante frizar que em Hegel infinito é o contrário do *dado*, da exterioridade.Cremos que Durkheim poderia ter buscado sua fonte inspiradora para seu método de variação concomitante em Hegel. HEGEL, 1994, p. 145.

que é posta ao nível de Estado como imaginário social, mas como forma da ideologia ou como doutrina jurídica.

A viagem de retorno permitiria apreender a idéia dos interesses gerais que movem esta sociedade – a idéia da administração racional da economia e a burocracia que regula os processo do trabalho – produzindo valor; logo, a viagem chega ao fim, encontrando as ações de (co)operação no trabalho, sendo representadas na classe como ação estratégica, segundo valor atribuído ao trabalho social, mas de maneira tal que a compreensão deste valor trabalho tenha a expressão dos sintomas sociais manifestados como fenômeno jurídico, ou seja, como resultado do afastamento dos indivíduos das normas que ferem sentimentos coletivos, dados pelas consciências individuais, cujos sentimentos comuns são traduzidos como crime pela cultura.

No fim da viagem, obter-se-ia não a representação desordenada do todo, mas uma representação ilusória, dada pela cultura que se põe como fonte histórica de valores, traduzindo a base material existente em organização social e política. Fruto de interpretação sociocultural do mundo, no qual a cultura determina a relação existência social e política. Encontrar-se-ia, então, a rica totalidade de determinações e relações diversas apreendida por um elemento intermediário, a razão *medium* capaz de definir e categorizar o objeto na unidade em seus dois momentos contraditórios: a identidade da coisa e sua múltipla diversidade lhe conferindo sua propriedades. Este método é, manifestamente, o método cientifico exato. O concreto é concreto porque é síntese do múltiplo, da totalidade. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, não como resultado, como Marx pensara, mas sim como ponto de partida da percepção e da representação.

Refazer o caminho implica pois saber quais os princípios que estão contidos na categoria mais completa por uma noção de força que integra a oposição no interior da unidade, ou seja, implica superar as contradições que aparecem como síntese na qual a razão *medium* « separa sujeito do objeto » definindo-o, categorizando-o. Neste caso, a cultura se coloca como fator multiplicador de coisas as quais os homens impõem forma, articulando o nível das estruturas das consciências individuais ao nível da identidade coletiva, mas de tal maneira que a consciência interpreta o mundo sociocultural,

dependente de determinações particulares como idéia geral de necessidades, as quais manifestam-se em idéias e sentimentos que as exprimem.[78]

Só neste sentido o dinheiro, a simplíssima categoria, pode existir, como existiu historicamente, antes que houvesse o capital, os bancos e o trabalho assalariado. Só que essa categoria se manifesta no tempo em formas imaginárias produzidas pela cultura e pelo modo como os homens vêem, interpretam e agem na realidade; logo, pode-se dizer que a categoria mais simples exprimiu relações dominantes do todo pouco desenvolvido ainda – a cultura traduz estas relações "antes mesmo que qualquer linguagem", porque as traduzem como leis da natureza, produzindo a história, através de elementos religiosos fundamentais contidos na tradição – relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, representando este todo no desenvolvimento histórico geral, ora o todo, ora apenas parte do todo, porém sempre na direção expressa pela categoria mais completa.

Isto permite compreender nos dias de hoje o fato de as classes sociais elaborarem relações hierarquizadas de poder, produzindo valor através da interpretação do mundo sociocultural, obscurecendo o liame que articula indivíduos às suas necessidades pela idéia dos seres sagrados dos quais os indivíduos dependem. Emerge daí o gene que legitima o Estado totalizador.

Tanto no passado como hoje, a dominação social bem como a forma de legitimação se situa cósmica, ou seja, para além da economia. Neste sentido, a consciência, que, para nós, "age" de forma dupla – a dialética da interação e trabalho, escopo básico de nossa crítica a Habermas - traduz a realidade no mundo mágico de máquinas. É por isto que, quando o avanço das forças produtivas alcançam como o de hoje e quando o Estado já se encontra desenvolvido na sua forma plena, o valor vai aparecer – aí a medida perfeita do valor não é só uma questão de mudança de ordem de grandeza – passando a ser produzido pelo Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho e posto pela

[78] HEGEL, Georg. **Concept préliminaire de la philosophie**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994. p. 69.

representação política na forma de valor gerado pelas tecnologias que são incorporadas às mercadorias na forma de valor tecnológico.

Hoje, máquinas sofisticadas estão a produzir, pela idéia da administração racional da economia, o aparecer da economia que se coloca percebido como atividades que têm em si o princípio de auto-regulação. O valor aparece como saber tecnológico e é percebido como criação independente de qualquer presença de atividades humanas, por isto, incorporado às mercadorias, de modo tal que sua medida de grandeza quantitativa reflete magicizada a força do trabalho intelectual como principal fator gerador de valorização do capital, expropriando do valor-trabalho, o valor que flui das atividades econômicas.

A diferença é que o mundo mágico atual mudou a face pela qual se manifesta o poder do dinheiro e seu papel de elemento dominante, que não aparece na antigüidade, senão em nações desenvolvidas. A máquina se coloca hoje como majestade no contexto auto-regulador da economia, aparecendo, portanto, independente de quaisquer atividades humanas (alienação).

Concluindo, pode-se dizer que a categoria mais simples é pois a expressão dos fenômenos jurídicos, cujas manifestações empíricas dos conflitos sociais as expressam pelo afastamento dos indivíduos às normas, definindo-as como *delictum*; logo, o concreto mais desenvolvido expressa aquela categoria mais simples – e o fenômeno Estado no seu parecer social a oculta – ainda na sua forma primitiva, ou seja, na forma de sagrado. Daí o concreto aparecer como realidade imaginária.

Por conseguinte, somente um método comparativo de variação concomitante pode apreender uma relação definida entre classe Estado e ideologia, que se estabelece em concomitância com a cultura. Só neste sentido pode-se apreender o fenômeno Estado no seu aparecer social através da compreensão fato, a classe social, que acompanha o fenômeno Estado no tempo, de modo tal que a cultura coloca a classe como produtora de formas imaginárias; logo, a classe, produzindo a realidade através de formas imaginárias e, com, isso, validando ações socioestatais, se constitui na regularidade que acompanha, no tempo, o fenômeno Estado.

Da fonte da qual se alimentam aquelas formas, o Estado depende, ou seja, da cultura que se coloca como fonte histórica de valores ou, na verdade, como elemento heurístico inspirador das vontades políticas com as quais as classes elaboram um conceito de espaço público que hipostasia a vontade geral. Trata-se na verdade, a síntese mediada pela classe social da criação de uma realidade ilusória em que a classe constrói a sociedade como imagem de si mesma.

CAPÍTULO II

2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PESQUISA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA

2.1 Representação política e a consciência moral da classe

No caso do Estado brasileiro a acumulação se explica pela sua matriz histórica. Ela está em Portugal e, lá, se delineia o que poderíamos chamar de "começo da história". Nesse começo, escondido a essência móvel que oculta no passado o que se revela no presente: o parlamentarismo. O que nos ajuda a esclarecer o papel do Estado na sua relação com a economia na industrialização.[79]

No Brasil, o cerne institucional de natureza doméstica – isto nossa pesquisa pretende confirmar – é devido a mercadoria aparecer como ilusão religiosa posta pela tradição, determinando o movimento de metamorfose de mercadoria se realizando através de peculiar forma de governo parlamentar de gabinete. Esta forma de governo pôde ser demonstrada tomando como recurso o método da economia política, no qual se tem nele integrado o método comparativo de variação concomitante entre os fenômenos classe, Estado e ideologia.

---

[79] Là où le principe de charisme hereditaire régit étroitement et complétement un groupement politique, là oú l'appropriation des pouvoirs segneuriaux, des fiefs, des bénéfices, des chances des profit de toute espèce s'effectue selon ce principe. Là existe, san aucune doute, le type de " l'état familial" (*Geschlechterstaat*). Tout le pouvoirs et tout les chances sont traditionalisés. WEBER, Économie et société / 1, 1967, p. 330.

A presença da mercadoria, aparecendo como ilusão, nos faz supor que ela esteve se realizando, na expansão das relações capitalistas, pela ética da aventura que circunscreve toda a cultura, de modo tal que a ilusão religiosa desenvolveu essa ética à ética parlamentar; logo, é possível apreendermos o movimento da mercadoria pelas afinidades eletivas entre crenças e ética parlamentar – tomando como recurso metodológico a tipologia sociohistórica do Estado.

No caso, isto nos permite apreender aquele movimento se realizando na correlação crenças e ética parlamentar e, com isso, verificar, em determinado momento de evolução social (na modernização [64-84]), a presença da forma de governo, bem como sua relação econômica, Estado e ideologia – determinando o trabalho pela juridificação das relações sociais.

Foi no curso da modernização, esta é a hipótese, que o regime totalitário (implícito) aparece, em sua forma plena no Brasil. Ele teve na relação governo, sistema partidário e movimentos totalitários a condição histórica que levou o Estado à nova forma de governo, posta pelo Estado "desmilitarizado".

Cremos poder, então, via historiografia tomada como recurso antropomórfico, identificar na modernização a presença do regime totalitário que aparece na modernização como processo de destotalitarização.

Entretanto, isto faremos, buscando demonstrar que na formação socioeconômica brasileira se tem a forma de governo parlamentar de gabinete, desenvolvendo-se, no tempo, a uma forma de governo totalitário (implícito). Para tanto, utilizaremos o recurso do tipo ideal da colonização portuguesa e da tipologia sociohistórica do Estado brasileiro. O que nos leva a caracterizar a via singular de capitalismo brasileiro se realizando na história como "evento único", tendo como peculiar do seu capitalismo a dominação carismática funcional, que caracteriza a natureza e desenvolvimento do Estado

No Brasil, o Estado no seu sentido moderno pode ser compreendido em seu modo de produção de governo (administração das coisas) através do conjunto de atos técnico-jurídicos posto pela representação política na forma de inovações institucionais; logo, tem-se contida na doutrina jurídica a forma da ideologia que explica pela idéia de

administração racional da economia o conceito de democracia como igualdade econômica dos indivíduos, mas de tal forma tal que o ato da troca é realizado através de contrato social (o equivalente universal mimetizado no ato de troca).

Neste caso, a dominação estatal de classe desloca-se do campo da economia para o político e tem na propaganda de massas as motivações que fundamentam a legitimação do Estado pela idéia da administração racional da economia.

Isto nos leva a supor que o parlamentarismo ocorre ao nível das coisas ou da consciência natural, ou seja, ocorre de modo tal que leis da natureza são postas como leis da economia, produzindo a história.

É recorrente pensarmos a burocracia construindo, através de mecanismos seletivos, uma escala de políticas econômicas ajustadas ao fenômeno da concorrência; logo, podemos admitir um modo capitalista de produção, específico do Brasil, no qual se tem o movimento de metamorfose da mercadoria, cuja mimetização do ponto nuclear do movimento circular do dinheiro, situado na classe, se expressa pelo constitucional.[80]

O Estado realiza, portanto, apenas a política possível, pois a real política é definida no interior da classe em termos de conteúdo de legitimação que dá, a partir do sistema social, a validação do Estado na idéia de administração. Não pertence, portanto, ao Estado a política, mas apenas o interesse político que encontra sua realização nos partidos políticos e na forma de representação política dos interesses sociais; desta forma, a política é compreendida não pelo conjunto de práticas de governo, mas pelo conjunto de estratégias legislativas e administrativas que buscam a legitimação do Estado no sistema de comunicação da *mass media* e nos movimentos de vanguardas que daí derivam.

Isto nos leva a pensar o modelo sistêmico do Estado como totalizador – a intenção é a de buscar reconstituir na história o conceito de Estado "capitalista" brasileiro (na sua via singular) – realizando-se na história por um caminho de construção

[80] Aqui, a intenção é a de buscar a descrição empírica de processos sistêmicos reais, que nos permitirá esclarecer a presença do parlamento, criando inovações institucionais, produzindo a contradição pela incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital. Essas inovações traduzem para o concreto da ação político-administrativa estatal, as estratégias legislativas e administrativas validadas como idéia de administração racional da economia. CUNHA, 1995.

do Estado no qual um imaginário social é posto pela representação política. Nesse caminho, tem-se o Estado tirando proveito da enorme extensão de noção de individualidade desenvolvida no curso da história.

No transcurso da história, em tempos diferentes, o Estado ajusta, via ideologia, força produtiva à lógica que valoriza o capital, sendo o discurso argumentativo utilitário o elemento que justifica a administração racional da economia. O que dá ao Estado a possibilidade de controle social total sobre a sociedade, visto que a racionalidade técnica administrativa da economia tem o pressuposto do domínio, representado na forma de *delictum* (o papel da doutrina jurídica contido no conceito de ideologia), conformando o sistema jurídico à valorização do capital.

No passado, a ideologia aparecia na forma de discurso técnico-argumentativo utilitário e escondia o real papel político da classe, ou seja, o papel das ações solidárias que se desenvolvem no contexto do sistema de interesses, em que aquelas ações são subsumidas às ações guiadas através de interesses. No caso, então, a ação estratégica se manifesta como atividade política de cooperação no trabalho e o Direito é representado como interesses das classes na forma de direitos legítimos de produção.

No presente, em virtude da modificação da natureza da ideologia o Estado se vê na necessidade de esconder o papel das ações solidárias que estão a ocorrer na classe. Esta é uma condição de exercício de poder, ou seja, o domínio só se realiza sem o "empecilho" posto pela classe, que reivindica direitos legítimos de produção. Daí a ação estratégica se manifestar como atividade isolada e o direito legítimo de produção não ser mais percebido como representação dos interesses das classes – ou direito de todos aqueles que ocupam determinada posição na estrutura produtiva. O direito legítimo de produção torna-se dependente de habilidades teórico-cognitivas de cada um, quando da realização da ação estratégica ou ação política compartilhada por cada um, como sendo interesse de todos – ou o que se pode chamar de (co)operação no trabalho (escolha racional).

É recorrente o Estado ter na ética que conduz os comportamentos traduzidos em relações de mercados a possibilidade de produzir a ilusão. A ilusão posta pela moral contidas nas atividades econômicas, e, conseqüente, a explicação da ilusão religiosa – já

que se tem na doutrina jurídica a forma da ideologia ou o elemento que produz o imaginário social – que aparece na forma de ilusão democrática.

Quando uma sociedade se desenvolve, de modo tal que dois ou mais fenômenos apresentam entre eles certa regularidade, é sinal de que existe aí relação de determinação, que, se explica como relação genética ou causal que estabelece, no plano implicativo de valores e signos, aquela relação de determinação.

É recorrente a necessidade de se compreender a relação de determinação em sua inteligibilidade histórica na articulação dos fenômenos classe, Estado e ideologia; logo, podemos compreendê-la através de método comparativo de variação concomitante. Nesse método, a cultura é fator de determinação que leva à razão interpretadora de significados a orientar ações racionais que se desenvolvem em espaços sociais diferentes – público e privado – através de racionalidades distintas, que se colocam explicadas pela razão de natureza dupla.[81]

O que nos faz supor que a evolução do desenvolvimento social pode ser compreendida pela relação dialética, na qual o valor social do trabalho aparece na forma dupla, ou seja, como realidade imaginada (ou realidade pensada) e realidade imaginária, que corresponde àquela realidade posta no Estado em função de poder pela doutrina jurídica, que passa a se constituir na forma da ideologia; assim, tem-se a dialética compreendida pela dialética da representação política e formação da vontade soberana, colocando em conexão funcional entre estrutura-classe e sistema de direito.

Trata-se, portanto, da dialética que se concebe como dialética da interação e do trabalho [Habermas] que se articula à tradição. É a tradição o elemento que associa a história e a mudança, à classe social.

Daí a necessidade de justificar do ponto de vista metodológico, no campo da epistemologia, tanto no plano da explicação científica em geral quanto no plano da explicação histórica, na via singular do capitalismo no Brasil, o processo peculiar de formação socioeconômica. Nele as classes sociais se desenvolvem, constituindo-se no

[81] DURKHEIM, 1967.

fenômeno do parlamentarismo. Este é o caso Brasil e esta é a defesa principal da tese; por caracterizar, no campo da metodologia, a tarefa base de pesquisa a que nos propomos. Enfocar a questão da moral da economia no contexto da gênese do capitalismo brasileiro.

O que nos leva a explicação do papel do parlamentarismo na evolução da economia e da educação na (des)organização da cultura, no contexto da via singular do capitalismo no Brasil. Com essa explicação visamos justificar, do ponto de vista metodológico, a natureza e o desenvolvimento do Estado brasileiro, que, no estudo de caso Brasil, nossa tese, aparece como dominação carismática funcional.

No passado, Marx buscou evidenciar os princípios que orientam as ações racionais e que se referiam, no fundamental, à moral contida no modelo de análise econômica de Smith, que Ricardo, no século passado, no tempo de Marx, visava reformular. Isto o levou a « entrar no debate » e a fazer da crítica da economia política a crítica a uma concepção otimista desta economia política .[82]

Tal fato nos leva a confirmar que no passado recente está contido a problemática do tratamento dos problemas da economia pelo Estado – em especial aos relativos ao problema da balança de pagamentos (ponto nuclear do atual estrangulamento da economia) – uma questão nuclear que se colocava escondida, e, que, devido as modificações contemporâneas do trabalho e da política, reaparece, nas etapas finais de modernização, como dilema de representação política.

Daí as classes sociais elaborarem no espaço no qual se estruturam processos de legitimidade (ou conteúdos da ideologia), validando ordens ou comandos emanados do Estado, levando a uma dominação carismática funcional, que se realiza pela juridificação das relações sociais.

---

[82] *Effets de crises sur la partie la mieux payée de la classe ouvrière.* Il est de mode parmi les capilistes anglais depéindre la Belgique comme les" paradis des travailleurs", parce que là "la liberté du travail", ou, ce que revient au même, " la liberté du capital ", se trouve hors d'atteinte Il n'y a là ni despotisme ignominieux de Trades Unions, ni curratelle oppressive d'inspecteurs de fabrique. S'il y eut quelqu'un de bien initié a tous les mystères de bonheur du 'libre" travailleur belge, ce fut sans doute feu M. Ducpetiaux inspecteur général des prisons et des établissements de bienfaisance belges, et en même temps membre de la Comission centrale de statistique belges. Ouvrons son ouvrage: *Budgets économiques des classes ouvirères en Belgique.* Bruxelees, 1855. MARX, 1985, p. 245.

É recorrente a presença da educação ao colocar-se, na classe – quando da elaboração da ação estratégica – como condição base da reprodução social, sendo compreendida na dialética da interação e trabalho pela lógica que persegue a coerência, produzindo o acesso ao saber distorcido pela ideologia. Evidencia-se a educação pela razão interpretadora de significados culturais – ou razão *medium* – que realiza a síntese ou a unidade do múltiplo cometendo erro; logo, a reprodução das relações sociais dominantes conduz a um conceito de Estado que tem na metodologia vinculada à ontologia a direção política de sentido positivo, a qual se incorpora metodologia e dimensão política no processo de investigação.

Na verdade, a síntese mediada pelo trabalho social realizada pela classe quando da construção da ação estratégica vai aparecer na forma de alucinação imaginada da realidade, expressando a (des)organização da cultura, através da educação que separa necessidades de contingências.

Aqui, este é o caso do Brasil, o método da economia política apreende o movimento da realidade na sua totalidade, porque o concreto só é concreto porque é síntese dos múltiplos, da totalidade.

Tudo isso nos leva, então, a supor que, no caso Brasil, o Estado ainda, hoje, se articula à economia através do corpo político de representação de interesses de classes rurais não emancipadas. Isto, de acordo com a tradição, ocorre, pela presença do fenômeno do parlamentarismo, caracterizando em formas jurídicas abstratas os conflitos de classes. Estes conflitos aparecem, hoje, sendo determinados por um fundo de natureza econômica que movimenta, pela política, a economia.

Julgamos que o atual estado de coisas que nos leva a conceituar o que se pode chamar de "Estado capitalista" brasileiro pode ser resumido da seguinte maneira: temos a sociedade dividida em classes sociais, representando-se em imagem no Estado como luta de homens desiguais de base econômica diferentes. O Estado reflete, portanto, a sociedade que se coloca em um nível de desenvolvimento das forças produtivas diferente da época de Marx.

Tem-se, hoje, a economia que atingiu um alto grau de desenvolvimento tecnológico e, por isto, constitui pessoas, formando-se em um núcleo produtivo ativo – a população assalariada. A economia gera também o seu contrário, exclui pessoas – a outra população – como incapazes de entrar no mundo dos economicamente privilegiados e que se dirigem ou à economia informal ou se condenam à fome e à miséria. Esta última camada é constituída de um núcleo marginal passivo ou a população posta fora do trabalho.[83]

É sensato supor que a sociedade atual, cindida em classes antagônicas, tem a classe (no sentido do marxista) dividida em camadas culturais. Tal fato leva a compreensão do direito de sobrevivência concebido através da interpretação do mundo sociocultural – ou de acordo com o modo como os indivíduos, na classe, vêem, interpretam e agem na realidade. Significando dizer que, no mundo vivido, o direito ao trabalho se compreenderá como direitos do cidadão, que, no contexto do ordenamento jurídico se colocam como direitos naturais.[84]

A presença de camadas culturais em classes antagônicas evidencia o aparecer social dos fenômenos diversos que se desenvolvem na direção que vai do Estado à sociedade, concebida como destituída de relações de dominação – mesmo estando a sociedade dividida em núcleo do trabalho e do não-trabalho (os marginalizados), as partes que compõem o todo, se colocam em harmonia. Daí que a representação dos interesses de classes irá aparecer no Estado na forma de realidade imaginária, ou seja, como representação harmônica do modo de produção no qual classes antagônicas e de origem

---

[83] Estamos entendendo por mundo dos economicamente privilegiados um mundo no qual participam da produção econômica somente algumas pessoas, que, por terem acesso ao saber que lhes permite qualificação, participam da sociedade produtiva e, conseqüentemente têm seu *visto de entrada* no mundo da produção econômica contemporânea. Por outro lado, principalmente nos países de Terceiro Mundo, parte da população é excluída radicalmente do convívio da sociedade contemporânea, sendo impedida, por exclusão radical de seus direitos de cidadania, de participar do mundo moderno do trabalho. CUNHA, 1995.

[84] Para ARENDT, o prolongamento da vida é devido ao direito. Mas a privação dos direitos humanos manifesta-se primeiro na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental que a liberdade e a justiça, que são direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu e quando não pertencer a ela não é um ato de sua livre escolha. Os indivíduos são privados de direitos humanos, não porque perderam o direito à liberdade, mas porque perderam o direito à ação. Não direito de pensarem o que quiserem, mas o direito de opinar. Privilégios (em alguns casos), injustiças (na maioria das vezes), bênçãos ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer. ARENDT, 1990, p. 330.

econômica – porque ocupam posições diferentes na estrutura produtiva – lutam no contexto de interesses divergentes.

É sensato pensarmos a sociedade brasileira pelas classes sociais que encaminharão lutas políticas (ao nível da consciência) de acordo com o entendimento do valor social do trabalho. Mas as classes o farão através de processos políticos que reivindicam o direito natural como direito de trabalhar, viver e existir.

Entretanto, na classe, uma parte encaminhará demandas que lhe permita garantia de direitos (postos em idéia de significado de necessidade), processados politicamente através de normas e valores legais que regem a sociedade do trabalho. Ao passo que a outra parte encaminhará demandas "fora" da ordem legal – o legal-racional é o fator que normatiza os desvios da economia e é pensado orientando o agir instrumental; logo, rege a sociedade do trabalho, e, com isso, a garantia de direitos dessa dá-se através de valores retirados do agir comunicativo-simbólico (sistema de solidariedade).

Em suma, as classes reivindicarão demandas de trabalho e de serviços públicos que lhes garantam a subsistência pela entrada no mundo do trabalho moderno complexo e sofisticado como o de hoje. O que nos leva a concluir que as demandas são, no seu todo, processadas no "confronto" com normas legais que estruturam juridicamente a sociedade do trabalho; portanto, processadas através de questionamentos da ordem ético-normativa da sociedade.

É recorrente a classe ser compreendida realizando a síntese mediada pelo trabalho social através de movimento teórico de contradição, no qual a ação estratégica ou ação comum de ordem política aparece como ação imaginária, ou seja, como se ações racionais – ações efetivas individuais que se conjugam resultando a ação estratégica – executassem movimento teórico de contradição pela razão que se põe no "confronto" entre processos de auto-reflexão e auto-objetivação, visando unificar, na classe, as partes – as camadas culturais nela contida.

Por isso a classe aparece, no tempo, representada em forma de imaginário social, ora no seu todo, ora na sua parte, ou seja, como luta de indivíduos desiguais de base econômica diferentes. O que vai explicá-la se desenvolvendo das partes ao todo, de tal

modo que os indivíduos nela contidos vêem o mundo de forma diferente, porque a classe vê a si mesma como imagem distorcida do todo; logo, a classe se forma no confronto de indivíduos que entram em acordo consigo e com os outros – porque dividida em culturas antagônicas – e tem sua realização traduzindo o mundo através de elemento intermediário, configurando-o como espaço de luta e buscando pela ação de (coo)operação ou ação estratégica – ação intermediária entre interação e trabalho – meio que lhe permita a sobrevivência.

Neste sentido, a classe movimenta-se na oposição entre modos e estilos de vida, que, trazidos na esteira do desenvolvimento das forças produtivas, estabelecem relação causal interna como relação de determinação entre existência e modos de existência; desta forma, demandas processadas têm a fonte de legitimação no valor-trabalho compreendido como valor social, tendo em vista serem interpretadas, na classe, pela razão medium (elemento intermediário), na articulação dos espaços de racionalização da vida econômica e forças produtivas em desenvolvimento e em acordo com a evolução da economia e do conhecimento que a conduz na sua evolução.

Deriva daí a questão nuclear que se coloca, agora, como desafio, que consiste em responder como a classe dividida em duas culturas antagônicas geradas pela sociedade capitalista atual vai apreender o mundo vivido em que exercem suas ações, a ponto de indivíduos nela contidos constituírem a vontade soberana.

Na verdade, a classe, ao projetar a imagem de si mesma na realidade, produz um caminho de construção do Estado no qual a dominação produz, em tempos diferentes, formas diferentes de legitimação, através da tradição que nela contém, nos elementos fundamentais da religião, a própria fonte da legitimação.

Por outro lado isto nos leva a definir a legitimação na relação das forças produtivas e acesso ao saber distorcido pela ideologia; assim, a ação estratégica (síntese mediada pelo trabalho) aponta a sua superação das classes sociais através de vetor com

sentido positivo atribuído à ideologia ou sentido no qual se tem a classe imunizada frente à ideologia.[85]

Em tempos diferentes, o Estado ajusta força produtiva à ideologia, de modo tal que o capital é valorizado através da ação estratégica elaborada pela própria classe, que tem nela contida a direção de um vetor-força que aponta sua superação: atos produtivos minúsculos moldam-se no confronto de múltiplas vontades à ação política; esta, produto de ação estratégica – ou ação de natureza (co)operativa – que interpreta a realidade, traduzindo o mundo operativo empírico e, ao mesmo tempo, simbólico-normativo; logo, o Estado passa a ser compreendido como instância coordenadora de ação em comandos ou ordens. Neste caso, ele é compreendido na sua forma de comando sancionando – através das leis da natureza postas como leis da economia – ilusão que aparece como satisfação de objetos desejados (significado de idéia de necessidade posto na forma do legal-racional concebido como estado de direito democrático.

Daí compreendermos o Estado realizando a dominação de classe através de ação político-administrativa de natureza ético-normativa, cuja ação é assumida como poder (relações hierarquizadas constituindo-se em noção de poder) pelos indivíduos na classe; logo, é recorrente a classe estar realizando a síntese mediada pelo trabalho social, validando ordens emanadas do Estado como valor universal.

A classe tem pois sua função política traduzida como elemento básico do processo de formação da vontade política e a realiza de modo tal que a síntese mediada pelo trabalho social – a razão que compreende o mundo das coisas e dos símbolos – capta o mundo sensível no confronto primário (razão/natureza), porém na forma de intuição espontânea, ou seja, como interpretação *a priori* do mundo sociocultural. Este compreendido como particular no plano de indivíduos em comunicação.

Implica daí a presença da razão que ilude a si mesma, porque os indivíduos vão perceber o particular que não é determinado pelo geral, mas pela cultura, e que não pode

---

[85] O tema acesso ao saber, distorcido pela ideologia, nos instiga a elaborar tratamento metodológico da educação, visando integrar este fenômeno, na sua variação de cultura como princípio educativo, no método da economia política de Marx. CUNHA, 1995.

dele ser derivado e que, no entanto, é o particular - na diversidade de fenômenos postos pela natureza que aparecem como ilusão – que devem concordar com o geral. O que nos leva a pensar que o Estado se realizou tendo como fonte de legitimidade conteúdos significativos elaborados pela classe e que são postos em função de poder, ou seja, o Estado tem nesses conteúdos a idéia válida para as ações intervencionistas na economia, as quais têm seu fundamento legítimo na estruturação da ordem normativa que é colocada como reguladora da troca de mercadorias.[86]

Tem-se aí o fundamento da legitimação democrática – a vontade soberana – a qual é dada pela técnica acumulada nos afazeres cotidianos, adquiridos de forma pragmática, retratando a base material da civilização; por conseguinte, tem-se um processo de legitimação que independe de dados da experiência, e que só tem condições de se realizar como processo de auto-objetivação. Retira-se daí o papel da ideologia – que é o da ciência e da técnica posta como "ideologia" (Habermas) – que, contudo aparece na forma de doutrina jurídica, em que princípios de organização social têm na cultura e nos costumes a fonte histórica de valor.

É recorrente a cultura estabelecer relação de determinação entre existência social e política, mas de tal modo que a razão interpretadora de significados culturais reduz a idéia da técnica à idéia da lei que rege a natureza.[87]

Tem-se, então, a atividade laboral se desenvolvendo como ação de (co)operação, visando solução prático-racional, segundo interesses individuais que se colocam na forma de vontade de saber; desse modo, a lógica (núcleo central da epistemologia genética de Piaget), através da qual indivíduos vêem, interpretam e agem em relação com os outros no mundo, representa-se como significado de idéia de necessidade que se afirma como conhecimento que tem fundamento no curso da

---

[86] Notre entendement a donc ceci de propre pour la faculté de juger que dans la connaissance qu'il procure, le paticulier n'est pas déterminé par le général et qu'il ne peut être uniquement dérivé de celui-ci; cependant ce particulier dans la diversité de la nature doit s'accorder avec le général (par des concepts et de lois), afin de pouvoir se trouver subsumé sous celui-ci; et cet accord doit être sous de telles circonstances très contingent et sans principe déterminé pour la faculté de juger. KANT, 1993, p. 345.

[87] L'éxigence de réduction des enoncés non objectivistes est aujourd' hui remplacée par l'éxigence de rechercher et développer si possibles de nouvelles théories qui permettent de reformuler dans un cadre categorial non conventionnel et mieux approprié au but de l'éxplication théoriques (les énoncés conventionnels- objetivistes aussi bien que) les énoncés non objectivistes. HABERMAS, 1976, p. 339.

natureza. Entretanto, esta é uma lógica, que, aplicada ao mundo empírico, vai descrever um movimento de percepção dos objetos para além da representação desses objetos.[88]

É recorrente no plano da explicação histórica conceber-se o evento "único" – por exemplo, o «Estado capitalista» brasileiro – como produto de um capitalismo singular, que pode ser compreendido, tanto no plano da explicação científica geral quanto no plano da explicação histórica, se realizando pela multiplicidade de eventos históricos – de coisas e fatos interpretados pela cultura própria da região – tendo as seqüências diacrônicas que se articulam à certa altura do tempo a elementos do plano sincrônico.[89]

O que nos leva à compreensão do Estado no seu domínio, sendo dado pela ação político-administrativa, a qual tem sua eficácia explicada pela razão de natureza dupla e que unifica a razão teórico-prática à vontade, através de conceito de racionalização que articula a dialética da lógica que persegue a coerência ao processo de individuação (dialética da interação e trabalho; portanto, aquela eficácia é resultado de interpretação sociocultural do mundo e compreendida como representação de interesses de classes, que se realizam na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana).

É recorrente compreendermos o Estado através de um tratamento metodológico no qual vamos separar (assim como Habermas o fez) o conceito de racionalização (Weber) em racionalização e individuação. Vamos compreender como racionalização o processo a que se submete a classe social, levando à representação de seus interesses como imaginário social e individuação, como processo que leva a classe a elaborar a noção de poder como realidade imaginada. Esta última posta em função de poder pela representação política.

Nossa intenção é a de buscar o explicativo histórico, no plano de explicação científica em geral para o que chamamos de matriz histórica – e que pode ser definida como empreendimento econômico que vai na direção da contabilidade do capital (reporta-

---

[88] PIAGET, 1967.

[89] PIAGET apud REIS, 1982, p. 181.

mo-nos aqui a Weber) e que exige justificação de natureza política. Podendo-se caracterizar no plano do explicativo histórico a matriz histórica como lugar da tradição no qual se funda a esfera pública no Brasil.

É recorrente utilizarmos da orientação contida na genética epistemológica de Piaget, visando destacar que a ação estratégica elaborada pela classe como síntese mediada pelo trabalho social, aparece ao nível de Estado como não oposição – tendo nela contida a contradição compreendida pela conexão profunda entre estrutura-classe e sistema de direito – entre esfera genética ou causal de ações efetivas e esfera implicativa de normas símbolos e valores; logo, essa conexão representa a lógica que aplicada ao mundo empírico produz o social. Tem-se aí a relação lógica/social que articula a dialética da lógica que persegue a coerência como processo de individuação, produzindo a racionalização.

Por sua vez trata-se essa relação de ação executada em comum (ação estratégica) e que é dirigida à natureza, que, contudo se realiza por uma práxis de natureza dupla, ou seja, como ação que ultrapassa o nível de causalidade, porque realizada em movimento de contradição na forma de movimento de percepção de objetos; assim, a práxis se constitui em relações de implicações produzidas como ação estratégica pela intuição espontânea (Kant) e se constituindo em ação que oculta a oposição posta como contradição entre esfera genética ou causal e esfera de normas, símbolos e valores.

É habitual compreendermos a ação estratégica como movimento de percepção dos objetos que realiza, na classe, a síntese (no sentido hegeliano do termo), de modo tal que a lógica aplicada ao mundo empírico constitui o elo que unifica razão prática e vontade soberana; logo, definindo a consciência real – produtora da unidade-razão teórico/prática – como ação racional que se realiza como agir que é, ao mesmo tempo, de caráter operatório (agir instrumental) e simbólico (agir comunicativo), produzindo as estruturas sociais como representação de modos de produção econômica.

A consciência real produz o conhecimento imediato através de movimentos teóricos de reflexão de natureza distintas: um executado pela razão teórica, produto do processo cognitivo, produzindo conhecimento sistematizado e compreendido na forma empírica como ação com características operatórias e instrumentais (práxis tipo teórico-

técnico) e outro, executado pela razão prática, produto de interpretação do mundo sociocultural em normas valores e símbolos, produzindo a contrapartida da obediência às normas – no plano da comunicação ou da dialética interação e trabalho – porque reconhecidas por todos inter-subjetivamente como legítimas (práxis tipo teórico-prático).

A consciência real busca pois as necessidades humanas no mundo da contingência, realizando-se como ação produtiva e, da mesma forma, na história como saber técnico acumulado fundado em afazeres do cotidiano adquiridos de forma pragmática; por isso se tem a ideologia articulando razão teórico/prática à vocação para o trabalho, produzindo o conhecimento com o qual as classes organizam a estrutura social, encaixando informações e crenças.

O que explica a presença de um fundo histórico de natureza econômica que aparece na forma política, gerando, no tempo, a organização social. Isto nos leva a compreender – este é o caso do Brasil – a relação Estado/sociedade através de relação básica dicotômica entre iguais (polis) e desiguais (oikos), caracterizando a sociedade brasileira que se realizou na dialética da coexistência entre indivíduos (política) e modos de produção econômica; logo, uma sociedade fundada numa configuração social semelhante à da Polis grega.

É usual classes sociais no Brasil se formarem na história como entidades culturais – nelas presente na sua estruturação o elemento genealógico (descrito anteriormente) – pela dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

Podemos então compreender a sociedade brasileira fundada no território marcado pela história pelo modo como indivíduos vêem, interpretam e agem no mundo, construindo as estruturas sociais como lugar comum a todos; construindo o espaço institucional comum – ou o espaço público – como lugar no qual se trabalha garantindo para si e os outros, direitos de sobrevivência.

Daí é sensato supor a sociedade brasileira cindida em classes antagônicas – nelas presente camadas que se constituíram em partes ou camadas culturais – produzindo

a realidade social através da razão *medium* que separa sujeito do objeto como representação do para si, no objeto, natureza.

Cremos poder compreender o Estado brasileiro através da problemática da representação política que aparece como fundo histórico de natureza econômica – este pensado por Marx como crítica a Smith. Este fundo tem hoje contido no sistema de direito – este é o caso Brasil e esta é nossa aposta – o conteúdo da ideologia elaborado pela própria classe e que aparece na forma da ideologia posta pela doutrina jurídica.

No Brasil, a doutrina jurídica, posta pela representação política que articula classe e estamento, tem na cultura o ponto de partida das idéias que estruturam o Estado. Aqui, o Estado reflete a tradição e tem a fonte da legitimação nas leis da natureza, postas como leis da economia produzindo a história. Deste modo, podemos pensar que nos debates econômicos do século passado estava contida uma questão nuclear que se colocava escondida e, que, devido as modificações contemporâneas do trabalho e da política reaparece, hoje, como dilema de representação política.

No centro dos debates econômicos do passado, estava o sentimento de moralidade reivindicado por David Hume e que subjazia à aplicabilidade de instrumentos monetários (metalistas), que buscavam, como hoje, corrigir desequilíbrios da economia provocados por influências que atuam sobre as atividades da produção. No passado, buscava-se, sobretudo, evidenciar os princípios que orientavam as ações racionais e que, para nós, se referiam, no fundamental, à moral contida no modelo de análise econômica de Smith, que Ricardo buscava reformular. Isto levou Marx a « entrar no debate » e fazer da crítica da economia política a crítica a uma concepção otimista da economia política.[90]

Hoje, os debates econômicos rememoram intensas polêmicas do passado (século XIX) e os problemas da economia, no Brasil, reaparecem no cenário nacional, girando em torno do confronto de correntes do pensamento econômico monetarista e pós-keynesianos. O sistema de comunicação da *mass media* – via discursos oficiais (e

[90] Dentre outras obras deste autor, podemos citar Princípios de Economia Política e Tributação (David Ricardo em 1817 e 1821). RICARDO apud NAPOLEONI, 1985, p. 85.

também não oficiais) – tem influenciado a opinião pública a favor da utilização de instrumentos monetários.[91]

Isto assemelha os debates econômicos de hoje aos debates que ocorriam no século passado, evidenciando, nos dois momentos, a presença de princípios éticos e morais que compõem o conjunto das idéias econômicas como fatores que orientam ações racionais humanas, em especial, ações intervencionistas socioestatais.

São, pois, os atuais debates econômicos semelhantes aos tempos de Ricardo, quando aqueles que deles participavam procuravam situar o problema das intervenções socioestatais no quadro do comportamento geral da economia. Entretanto, os economistas do passado não deixaram dúvidas acerca dos princípios que orientam as atividades da economia. Marx, inclusive, vai levá-los em conta quando expõe o seu método da economia política.[92]

No Estado brasileiro, hoje, está contido a forma da ideologia que expressa pela doutrina jurídica os elementos tecnocráticos veiculados pelo sistema de comunicação da *mass media* (a ciência e a técnica como "ideologia [Habermas]) – e que oculta, no próprio momento do movimento teórico de contradição, a conexão funcional existente entre classe e sistema de direito, posta pela representação política.

Isto nos leva a repensar o papel da representação política e sua articulação com a economia se realizando por entre o corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas através da inovação institucional, como também a caracterizar os conflitos sociais por meio de fundo de natureza econômica que assume a forma política, movimentando a economia. O que evidencia a presença do tipo particular de representação política no Brasil, aparecendo como iluminação mística. Está pois

---

[91] Sobre o assunto "confronto entre correntes do pensamento econômico". ROLL, 1977, p. 560.

[92] Le période qui suit, 1820 à 1830, se distingue, en Angleterre, par une exubérance de vie dans le domaine de l'économie politique. C'est l'époque de l'élaboration de la théorie ricardienne, issues de la doctrine d'Adam SMITH. (...) La situation contemporaine explique l'ingénuité de cette polemique, bien que quelques écrivains non enrégimentés se fissent déjá de la théorie ricardienne une arme contre le capitalisme. MARX, 1985, p. 220.

definido o conceito do que chamamos de parlamentarismo ou forma típica de representação dos interesses de classes no Brasil.[93]

Definido está também o conceito de parlamentarismo como totemismo sociológico – conceito guia de nossa pesquisa ou condição que permite apanhar determinado momento da história na sua significação e no seu valor objetivo – e que nos permite, no contexto da construção histórica do Estado brasileiro, evidenciar no atual momento da evolução da economia a presença da matriz histórica fixada pela tradição – lugar da tradição no qual se funda a esfera pública no Brasil.[94]

2.2 Forma de governo e o enigma contido no materialismo dialético

A exploração no caso do Brasil tem a presença da forma de governo – ou no modo de administração das coisas públicas – que se explica através do modo de produção de governo, no qual se tem o Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho.

É sensato, pois, afirmarmos que o tratamento dado pelo atual governo aos problemas econômicos no Brasil tem como estratégia principal o conjunto de expedientes políticos que expressam pela representação política a condição que permite ajustar a economia, visando adequá-la à inserção do País à Nova Divisão Internacional do Trabalho.

No caso em pauta, é conseqüente o sistema político partidário se colocar como ponto de partida para fundamentação de um conceito de Estado "capitalista" brasileiro – ponto explicativo central de conceito de Estado corporativo [Marx] e que,

---

[93] Dans ce cas , il n'est pas donc conscience de l éxecution d'une volonté divine mais, au contraire, un *état* d'un genre specifique. La forme plus remarquable, c'est " l' ilumination mistyque " qui elle aussi, ne peut être conquise de haute lutte que par une minorité d'individus spécifiquement qualifiés, et seulement au moyen d'une activité d'un type particulier : la "comtemplation ". Pour arriver à ses fins la comtemplation requiert toujours la mise hors circuits des intérêts de la vie quotidienne. WEBER, 1971, p. 311. / 2.

[94] Si l'on ajoute à cela que ces cérémonies ont généralament lieu l anuit, au milieu de ténèbres que perce, ça et lá, la lumière de feux, on se représentera aisément quel effet doivent produire de semblables scènes sur l'ésprit de tous ceux qui y participent. Elles déterminent une si violente surexcitation de toute la vie physique et mentale qu'elle ne peut être supportée très longtemps : l'acteur qui tient le principal rôle finit pour tomber épuisé sur le sol. Ver Lesformes élémentaires de la vie religieuse. DURKHEIM. 1960, p. 310.

contudo, aparece na história como forma de governo parlamentar de gabinete, [Weber], constituindo o núcleo do Estado totalitário [Arendt].

Está posto o núcleo de argumentação que nos levará no decurso da tese a um desafio de verificação, que passa pela análise do valor trabalho e industrialização. Neste caso – e esta é nossa aposta – o valor trabalho é o determinante da relação de exploração que, no entanto, se realiza pelo Estado. Cremos que a exploração pode ser demonstrada, realizando-se pela juridificação das relações sociais, como resultante de processo de (des)organização da cultura. Este é o caso Brasil.

Aqui, as elites buscam no poder – paradoxalmente através de idéias novas – a conservação dos privilégios. Elas desenvolveram, através dos tempos, a capacidade de organizar massas em torno de reformas estatais. Isto compõe o modelo que confere à sociedade brasileira a presença de movimentos totalitários articulados à forma de governo, que deles deriva, constituindo-se o Estado no modelo sistêmico totalizador. Acreditamos poder definir esse modelo como processo de remoralização do trabalho.

A história econômica do homem pode ser decifrada como história da produção econômica de necessidades pelo curso da natureza. No caso, a história não se realiza por um movimento exclusivo da matéria – onde esta "age" por sobre a cabeça dos homens, e, com isso, produzindo ações não intencionais, privando os indivíduos de necessidades de sobrevivência, porém se realiza em movimento no qual indivíduos são capazes de compreender o mundo e deste conhecimento retirar o sentido prático através de um ajuizar de valores; logo, os indivíduos nas classes, em agrupamentos, seja de ordem econômica ou política, ocupando determinada posição na estrutura produtiva, buscam adequar fins a meios de sobrevivência, compartilhando significados culturais comuns, construindo as estruturas sociais.

As estruturas contêm o saber técnico que as influencia, sendo por ele (por este saber) influenciadas quanto a aspectos do conhecimento que evolui no tempo. Está pois configurado o modelo sistêmico pelo qual o Estado obtém a contrapartida da obediência.

Certamente, podemos detalhá-lo em formulações básicas pelo que se segue: (a) os indivíduos interpretam seus direitos legítimos de produção como direitos naturais,

mas de tal forma que a cultura se põe como causa comum; (b) a razão, na relação forças produtivas e vontade de saber, "age" como medium articulando conceitos que se têm da realidade imaginada ao conjunto de conceitos da realidade em movimento; (c) a cultura como elemento intermediário se coloca como fator de determinação da existência social e política, traduzindo o mundo no senso comum; (d) o núcleo sadio do senso comum o traduz como diminuição da força da tradição, que, em acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e do avanço tecnológico que delas deriva, reforça a necessidade do saber, que, ilusoriamente, se realiza como significado de idéia de necessidade.

Isto significa que o Estado produz a dominação em termos de função de poder, ou seja, pela doutrina jurídica enraizada na tradição e nos costumes, que, como forma da ideologia justifica relações de domínio em termos de procedimentos técnico-jurídicos. Neste caso, as relações de poder se realizam tendo como substrato a tradição, sendo interpretadas no vínculo forças produtivas e vontade de saber – que constituem o núcleo sadio do senso comum que traduz o mundo na causa comum – em concomitância com a cultura, a qual através da forma da ideologia assemelha indivíduos diferenciados nos mesmos sentimentos comuns.

Em função disso, a ideologia circunscreve a cultura na forma redutora da idéia de racionalidade técnica, tendo nela o "ingrediente" estratégico que define para o Estado o conceito de política: a síntese mediada pelo trabalho social que configura a forma de governo como domínio – logo, ele tem origem na economia – que, no entanto, é disfarçado pela própria classe que se auto-regula – em comunicação não desimpedida de constitutivos de poder – no seu interior. É recorrente o Estado produzir consenso em termos de função sistêmica: a idéia da técnica, tendo nela contida a racionalidade da administração da economia define as relações de poder, dando ao Estado sua identidade política.

Ora, isso só é possível quando se tem a razão *medium* cometendo erros, colocando-se como essência móvel entre momentos de existência em modos de existência – de tal forma que o mundo vivido é traduzido em falsas vontades, as quais produzem – pela não somatória empírica das vontades – o viés da validação das razões de Estado. Neste caso, o ator coletivo que se constrói, na classe, pela ação estratégica, tem

como resultante atos individuais que se concretizam em ato social nas estruturas sociais, anulando-se como causa contrária; desta forma, o poder do Estado tem efeito bumerangue, pois a práxis revela-se em movimentos eivados de sentimentos – resíduos traduzidos no aumento da força da tradição – que questionam, justamente, a ordem ética e a normativa em que se estrutura o domínio do Estado.

Em tempos diferentes, os fenômenos classe, Estado e ideologia aparecem em novas constelações, produzindo formas diferentes de legitimação, adequando forças produtivas à lógica que valoriza o capital, tendo na doutrina jurídica – o elemento que justifica a administração racional da economia – a legitimidade do Estado assentada em raízes da tradição na forma de *delictum*; assim, a razão interpretadora do mundo sociocultural – a que produz, na classe, a síntese mediada pelo trabalho social, mas como ação estratégica – traduz significados culturais compartilhados em comum.

Entretanto, a razão produz legitimidade, assemelhando indivíduos diferenciados em sentimentos comuns. Recorrente à forma de a legitimidade realizar-se como delito, ou seja, como processo de diferenciação social em que a razão põe a si mesma uma causa contrária; logo, no antecedente fenômeno Estado e *coisa em si* – ou idéia que o Estado representa – assemelha indivíduos que não se diferenciam; e, no conseqüente, assemelha indivíduos que se diferenciam.

É sensato supor, no passado, os conflitos sociais sendo enquadrados nos limites de criminalidade, estes tomam a forma mediata da economia – assim como Marx os concebeu (no seu método) e no presente a forma mediata da política. Tem-se aí, o concreto como síntese do múltiplo, da totalidade – de modo tal que o *todo* e a *parte* se representam de acordo com o aparecer social do fenômeno Estado ora refletindo o todo, ora apenas a parte, em tempos diferentes.[95]

---

[95] Na Inglaterra, por volta de 1720 em diante e no resto da Europa (com o código napoleônico), um século mais tarde, a emergência das relações capitalistas de produção levou a uma transformação da lei, moldando-a conforme os novos conceitos burgueses de propriedade, e introduzindo não só punições mais severas, mas também um maior número de transgressões puníveis. Os conflitos de classes estavam cada vez mais enquadrados dentro dos limites de criminalidade, assim que o novo sistema penitenciário foi desenvolvido. GINSBURG, Carlo. Morelli, Freud e Sherlock Holmes: pistas e método científico em Carlo Ginsburg. **Theory and society**, I de gids 7, 1979. (Trad. Marta Sofri Innocenti). (Trad. Anna Davin). Londres, History Worshop Journal, n. 9, 1980. p. 25.

Isto implica um caminho de construção do Estado no qual a classe social é o fato que acompanha, no tempo, o fenômeno Estado, tendo na cultura o fator imaginário que dá forma à ideologia, a qual se modifica na sua natureza de acordo com a regularidade daquele fato (a classe).

É recorrente compreendermos os movimentos políticos, aparecendo como distúrbios sintomáticos, invocando o modelo de análise conjetural através de análise de caso particular (caso Brasil), em que o Estado é gerado como idéia a partir de técnicas dos afazeres tradicionais, adquiridos de forma pragmática pelo saber que influencia estruturas sociais e sujeitos nelas envolvidos. No caso, o Estado é analiticamente compreendido através de dados que aparecem como traços, sintomas ou insinuações.[96]

É sensato pois admitirmos um conceito de Estado que retoma a análise de Weber sobre a contabilidade do capital – tendo nele a representação dos interesses de classes que se realiza como endosso de responsabilidade do ato mandante que começa pela conta do outro; por conseguinte, – e buscamos, com isso, caracterizar o conteúdo da ideologia – a classe representa seus interesses em ações efetivas que se duplicam, indo além da representação das coisas materiais.

Ela se representa duplamente: como realidade imaginada – a sociedade pensada e que evolui através da economia – dando a contrapartida da obediência através de indivíduos que interagem, no trabalho. Entretanto, em desacordo com a ética de convicção, sem isso perceberem e como imaginário social – a sociedade que evolui pela economia, na forma política – e que se realiza através da representação política que coloca em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito.

É rotineiro compreender a dominação de classe como conceito de espaço público que hipostasia a vontade geral. Este é um conceito elaborado pela classe como

---

[96] O paradigma conjetural, em que Morelli é seu mais importante precursor, investigava, dentro de um sistema de sinais culturalmente determinado, convenções de pintura, sinais que, como sintomas, eram produzidos involuntariamente. Morelli desenvolveu os princípios metodológicos formulados no passado por Giulio Mancini. O tempo em que estes princípios puderam ser usufruídos talvez não tenha chegado ao acaso. Ele coincidiu com a emergência de uma tendência cada vez mais clara do poder do Estado em impor um esquema de controle bem apertado e rígido sobre a sociedade. Mas, o mesmo paradigma conjetural usado para desenvolver controles cada vez mais sofisticados sobre o indivíduo na sociedade também possui o potencial para entender a sociedade. Ibid, p. 24.

noção de poder no próprio espaço no qual ela se estrutura; logo, a dominação se dá pela ação estratégica – intermediária entre trabalho e interação [Habermas] – pela razão *medium* (inferência) como elemento intermediário que articula conceitos que se têm da realidade ao conjunto de conceitos, com os quais se compreende a realidade no seu movimento, contradição e realidade.

Quando se tem conflitos de classes enquadrados dentro de limites de criminalidade, tem-se os sintomas resultantes de atos de representação justificados na forma distorcida de um sentimento subjetivo de necessidade, cuja satisfação de bens materiais são satisfeitos, porém na forma de satisfação de objetos desejados "sancionados" pela lei; assim, estratégias legislativas e administrativas se colocam como suporte do *modus operandi* burocrático do Estado, explicando a deformação no espaço de comunicação por um falso conteúdo de legitimação que se expressa como vontade geral.

Neste caso, podemos admitir que o fenômeno classe social tem como causa explicativa da relação Estado/sociedade o conjunto de atos de representação política; desta forma, a representação política é o fator que une fenômeno Estado à *coisa em si* (ou a idéia que ele representa), tendo na cultura a fonte histórica de valores que alimenta a ideologia posta como imaginário social.[97]

O que nos leva a pensar o modelo sistêmico do Estado como totalizador – a intenção é a de buscar reconstituir na história o conceito de Estado "capitalista" brasileiro (na sua via singular) – se realizando na história por um caminho de construção do Estado no qual um imaginário social é posto pela representação política. Nesse caminho, tem-se o Estado tirando proveito da enorme extensão de noção de individualidade desenvolvida no curso da história.

No decorrer da história, em tempos diferentes, o Estado ajusta, via ideologia, força produtiva à lógica que valoriza o capital, sendo o discurso argumentativo utilitário o

[97] Foi por isto, ao nosso ver, que fenômeno classe, Estado e ideologia apareceram a MARX como ilusão (aqui nos reportamos ao conceito de ideologia em KANT), ou seja, como relação de determinação entre sociedade e Estado, e com isso, o levou a subordinar o fenômeno político ao econômico. CUNHA, 1995.

elemento que justifica a administração racional da economia. O que dá ao Estado a possibilidade de controle social total sobre a sociedade, visto que a racionalidade técnica administrativa da economia tem o pressuposto do domínio, sendo representado na forma de *delictum* (o papel da doutrina jurídica contido no conceito de ideologia), conformando o sistema jurídico à valorização do capital.

No passado, a ideologia aparecia na forma de discurso técnico-argumentativo utilitário e escondia o real papel político da classe, ou seja, o papel das ações solidárias que se desenvolvem no contexto do sistema de interesses, em que aquelas ações são subsumidas às ações guiadas através de interesses. No caso, então, a ação estratégica se manifesta como atividade política de cooperação no trabalho e o Direito é representado como interesses das classes na forma de direitos legítimos de produção.

No presente, em virtude da modificação da natureza da ideologia, o Estado se vê na necessidade de esconder o papel das ações solidárias que estão a ocorrer na classe. Esta é uma condição de exercício de poder, ou seja, o domínio só se realiza sem o "empecilho" posto pela classe, que reivindica direitos legítimos de produção. Daí a ação estratégica se manifestar como atividade isolada e o direito legítimo de produção não ser mais percebido como representação dos interesses das classes – ou direito de todos aqueles que ocupam determinada posição na estrutura produtiva. O direito legítimo de produção torna-se dependente das habilidades teórico-cognitivas de cada um quando da realização da ação estratégica ou ação política compartilhada, como sendo interesse de todos – ou que se pode chamar de (co)operação no trabalho (*escolha racional*).

É recorrente o Estado ter na ética que conduz os comportamentos traduzidos em relações de mercados a possibilidade de produzir a ilusão. A ilusão posta pela moral contidas nas atividades econômicas e, conseqüente, a explicação da ilusão religiosa – já que se tem na doutrina jurídica a forma da ideologia ou o elemento que produz o imaginário social – que aparece na forma de ilusão democrática.

Sob este aspecto, quando uma sociedade se desenvolve, de modo tal que dois ou mais fenômenos apresentam entre eles certa regularidade, é sinal de que existe aí

relação de determinação, que se explica como relação genética ou causal que estabelece, no plano implicativo de valores e signos, aquela relação de determinação.[98]

É recorrente a necessidade de se compreender a relação de determinação em sua inteligibilidade histórica na articulação fenômenos classe, Estado e ideologia; logo, podemos compreendê-la através do método comparativo de variação concomitante.

Nesse método, a cultura é o fator de determinação que leva a razão interpretadora de significados a orientar ações racionais se desenvolvendo em espaços sociais diferentes – público e privado – através de racionalidades distintas, que se colocam explicadas pela razão de natureza dupla.

Existe entre os espaços do público e privado – a noção de política compreendida como interação dos atores contidos na classe [Habermas] – a relação dialética da interação e trabalho (tema que abordaremos mais adiante), não sendo compreendida como labor ou como metabolismo do trabalhador.

O que nos leva a pensar na relação dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana, na qual o valor social do trabalho é posto como relação de poder pela forma da ideologia – a doutrina jurídica posta como moral da economia – a qual estabelece, através da representação política que se coloca como corpo político dos interesses de classes; logo, tem-se aquela dialética compreendida através de uma conexão profunda entre estrutura-classe e sistema de direito, mas de modo tal que, o primeiro dos termos – que se concebe na dialética da interação e trabalho – é articulado ao sistema de direito pela tradição. Sendo que a tradição é o elemento que associa a história e a mudança à classe social.

---

[98] Or le totem est le drapeau du clan. Il est donc naturel que les impressions que le clans éveille dans les consciences individuelles - impressions des dépendence et vitalité accrue – se rattachent beaucoup plus à l'idée du totem qu'à celle du clan : car le clan est une realité trop complexe pour que des intelligences aussi rudimentaires puissent se le représenter nettement dans son unité concrète. D'ailleurs, le primitif ne voit même pas que ces impressions lui viennent de la collectivité. Il ne sait pas que le rapprochement d'un certain nombre d'hommes associées dans une même vie a pour effet de dégager des énergies nouvelles qui transforment cacun d'eux. DURKHEIM, 1960, p. 315.

Neste ponto, nossa tese pede a análise do fenômeno da educação como elemento heurístico ou princípio formador de vontades políticas. Isto podemos fazê-lo através de um tratamento metodológico de motivos que levam indivíduos, na classe, a desenvolverem ações racionais que se concretizam em relações sociais nas estruturas sociais, de modo tal que a classe social projeta na sociedade, através do Estado, uma falsa imagem de si mesma.

Só assim podemos explicar o Estado no papel de produção da acumulação e da mais valia daí decorrente, pela presença de atores, na classe, que desenvolvem ações intencionais quando da elaboração da ação estratégica; logo, com isso, compreendendo a acumulação realizada pelo Estado através de atores que, na classe, se colocam quando da elaboração daquela ação, ludibriados.

Isto nos permite – já que o fenômeno do parlamentarismo tem na educação os espaços da interação e trabalho dialetizados – a construção de um corpo epistemológico que justifique a presença de atores, desenvolvendo ações intencionais no interior da classe, a partir de corpo metodológico que explique o Estado no papel de indutor e regulador dos processos do trabalho, produzindo – via ação intervencionista socioestatal em acordo com ações intencionais contidas nos planos mentais das elites – a acumulação.

O que nos leva ao tratamento metodológico da questão da acumulação - visando ultrapassar a aporia contida na teoria de Popper – compreendendo a acumulação através da educação como constitutivo do parlamentarismo, porque se coloca na dialética da interação e trabalho como fator de desideologização ou de imunização da classe frente a ideologia.[99]

Isso se deve explicar por que, colada ao parlamentarismo, a Educação "age" como elemento intermediário na formação da ação estratégica, levando os indivíduos a interpretar – pela ciência e técnica como "ideologia" – o mundo sociocultural compreendido *a priori* como extratos que não guardam relação com a experiência (ilusórios).[100]

---

[99] POPPER apud REIS, 1982, p. 197.

[100] HABERMAS, op. cit., 1968.

Isto nos leva, então, à reconstrução do materialismo dialético, visando integrar a educação ao método de economia política de Marx, obtendo, a partir daí, o corpo epistemológico que explica o Estado no papel de indutor e regulador dos processos do trabalho, tendo nele contido a lei geral da acumulação capitalista. Isto se coloca necessário devido a via singular de capitalismo brasileiro.[101]

Nessa perspectiva, cremos poder fazer a reconstrução do materialismo dialético, apreendendo na indústria (ato final da produção humana da existência [Marx]) a Educação como condição de reprodução social.

Por conseguinte, quando Marx fala em indústria, fala da razão, pensa o objeto, reconhecendo-o *a priori* e em seguida conceitua-o e define, categorizando-o relacionado ao seu desejo de possuí-lo. Pela ação do trabalho, seu desejo é concretizado. Passa-se, então, da abstração para o concreto, através da razão sensível e de movimento teórico de percepção que traduz aqueles objetos em idéias, de acordo com as necessidades de sobrevivência.

Esta passagem ocorre no vínculo que articula atividade instrumental e prático-racional interpretativa; logo, o momento do concreto pode ser compreendido como ato do trabalho ou da produção da existência, visando consecução de fins; e o momento da abstração como ato de escolha racional dos meios ou dos fins.

Ao se falar abstração, fala-se da relação sujeito/objeto. Fala-se, necessariamente, na razão que pensa o objeto segundo suas necessidades, buscando caracterizá-lo em suas propriedades como elementos *a priori* de um conhecimento que ainda não guarda relações com o mundo empírico (contingente), constituindo-se, em uma ficção ou ideologia. Desta forma, oculta-se a realidade no próprio momento em que se dá o movimento teórico de reflexão; por isso, aquele conhecimento resulta no movimento de percepção do objeto, em que a mente o "agarra" pela intuição, constituindo-se pois no momento anterior ao momento de teorização. Deste modo, o concreto é dado ao pensamento como processo de síntese dos múltiplos, da totalidade,

[101] CUNHA, op. cit., 1995.

que, contudo, aparece na forma conhecimento como ilusão, porque dado (antes mesmo que qualquer linguagem) na forma de intuição espontânea.

Na articulação razão e mundo das coisas (trabalho) e mundo dos fatos humanos (interação), os homens vêem, interpretam e agem na realidade em conflito primário com a natureza transformando-a em mercadorias – articulando necessidades à contingência. Entretanto, as mercadorias dependem do modo como os homens dividem-se nas tarefas – segundo capacidades cognitivo-intelectuais, racionais e argumentativas – visando modificar a realidade, satisfazendo múltiplas variações de necessidades.

É recorrente os homens estabelecerem entre si momentos de interação – em que forças essenciais humanas interagem visando habitar o mundo e nele construir um conceito de espaço comum – e momentos do trabalho, em que forças essenciais humanas produzem o seu sustento, de modo tal que as mercadorias são pensadas e transformadas objetivamente em indústria, como ato final da produção da existência ou o trabalho. Estão configurados os momentos da realidade impulsionados pelas forças essenciais humanas que se exteriorizam de objetos a mercadorias e finalmente em indústria.

A indústria é, pois, o ato final da realização das ações humanas que transforma a natureza no mundo de mercadorias, cujas mercadorias são concebidas na forma dupla de utilidade e valor; logo, a indústria deriva do conflito primário homem/natureza em que o homem frente à natureza produz o saber, e, com isso, se expande em níveis ulteriores às forças produtivas – configuradas em um sistema do trabalho. Sob este aspecto, o homem é estimulado, a cada estágio do desenvolvimento dessas últimas, a desenvolver o saber – a técnica *a priori* pensada como idéia, que lhe permita transformar a natureza – o mundo operativo ou empírico ou operativo traduzindo em experiências – colocando-a na medida de suas necessidades.

Deriva daí, formas de relações humanas nas quais os homens estabelecem trocas entre mercadorias, estruturando mercados que dependem de suas utilidades e valores, ou seja, das necessidades de uns na relação com os outros. Temos aí, um conceito de mercado econômico. Derivadas das necessidades de atendimentos particulares e gerais, os homens –via interação ou processo de indivíduos em comunicação – vão elaborar princípios de organização social que estabeleçam de forma impessoal os direitos

de todos na troca de mercadorias, respeitando-se as energias produtivas individuais e suas implicações sociais. Daquela necessidade, emerge a construção de estruturas sociais que se responsabilizam pela garantia da vida, do trabalho e da existência a instituição Estado que é colocada como reguladora de trocas de mercadorias, em que os direitos de uns são respeitados como direito de todos. Temos aí um conceito de mercado político.

De maneira similar, estamos falando de formas econômicas e políticas tecidas na trama das relações sociais, em processos de relações humanas; logo, os mercados emergem do contexto prático-racional do mundo operativo ou empírico, tomando a forma política resultante do modo como indivíduos vão interpretar o mundo na sua relação com os outros. O que é o mesmo que dizer que os mercados têm sua forma econômica como resultante do agir, no cotidiano do trabalho, tendo como base uma interpretação do mundo que se faz como compartilhamento de significados culturais.

É habitual os homens construírem as estruturas sociais tendo como ponto de partida formas tradicionais, próprias do desenvolvimento de sua história. Eles as constróem como indivíduos que agem no cotidiano, traduzindo as percepções da realidade em conteúdos com significados culturais; logo, as raízes culturais impulsionam a construção das estruturas sociais que se fazem de acordo com necessidades de sobrevivência postas como atividades econômicas. Daí, conseqüentemente, aquelas estruturas se realizarem na relação produção econômica e modos de existência determinados através de interpretações de significados comuns compartilhados pelas classes.

Ao falar de construção de estruturas sociais, falamos de algo que se realiza na articulação do crescimento das forças produtivas – meios ou instrumentos que traduzem o agir instrumental (agir com respeito-a-fim) – como saber técnico acumulado de afazeres do cotidiano, adquiridos de forma pragmática, produzindo pela tradição, a realidade. Daí transformando o mundo através da ação racional instrumental e, ao mesmo tempo, racional interpretativa do mundo empírico, segundo necessidades de sobrevivência.

No entanto, o mundo operativo ou empírico tem seu núcleo enraizado em núcleos familiares que sofrem constantes transformações, devido ao impulso que as ações humanas dão às forças técnicas de natureza produtiva. Desta maneira, podemos dizer que

a mudança na história tem como ponto de partida a classe, e é produzida por uma ampliação do espaço de racionalização, dado pela expansão das forças produtivas.

Hoje, o Estado brasileiro se estrutura com base na classe e tem no sistema de comunicação da *mass media* a presença do elemento tecnocrático [Habermas] que dá a classe seu caráter de conflito. Este é o caso Brasil, a classe interpretando o mundo – traduzindo-o em ação estratégica pela síntese mediada pelo trabalho social – através de técnicas acumuladas nos afazeres do cotidiano, adquiridos de forma pragmática, no confronto com o saber acumulado por fora daqueles afazeres.

Na verdade, o sistema de comunicação trabalha o saber elaborado originado dos afazeres do cotidiano e o executa em discursos feitos, cientificistas, construindo, a partir desse saber, via parlamento funcional – as estratégias legislativas e administrativas; por isso, o saber gerado daqueles afazeres são tratados e refutados pelo estamento burocrático, com rigor diferente daqueles que são veiculados no sistema de comunicação, ou seja, por fora da saber acumulado nos afazeres cotidianos. Esta é a característica que evidencia a modificação radical na natureza da ideologia.[102]

No Brasil, a força de trabalho intelectual é o fator que determina pela lógica a valorização do capital. Daí a compreensão da exploração do trabalho pelo capital estar se realizando pela ampliação do espaço de racionalização. Isto cria base para interpretação cosmológica do mundo que vai além da economia, e, com isso, altera-se a natureza da ideologia na relação valor-trabalho e preços das mercadorias.

Altera-se, como conseqüência, a compreensão do momento subjetivo do processo de objetivação das forças essenciais humanas – cuja metodologia é em Marx pensada centrada na economia – explicando a metodologia pela ideologia que modifica no

[102] Esta "intuição baixa" está arraigada aos sentidos (embora vá além deles) – e como tal não tem relação com a intuição extra-sensorial de vários irracionalismos do séculos XIX e XX. Ela existe em qualquer lugar do mundo sem exceções geográficas, históricas, étnicas, de sexo ou de classe; isto significa que ela é muito diferente de qualquer forma de conhecimento superior, que é sempre restrita a uma elite. GINZBURG, 1980, p. 29.

tempo a formação particular socioeconômica, caso Brasil, cuja mais valia se realiza através de fundo de natureza econômica que movimenta a economia pela política.[103]

Está caracterizado, pois, na força de trabalho intelectual – daí o papel das classes intelectuais na dominação carismática funcional (caso Brasil) coladas ao parlamentarismo – a causa básica do desemprego estrutural, pois o trabalho passa a ser explorado pelo capital em decorrência do fato de que o Estado – hoje, parte integrante do mercado como indutor e regulador dos processo do trabalho – não consegue adequar demandas e ofertas de mão-de-obra.

É usual no planejamento da economia ter-se aspectos técnicos que não levam em conta a natureza política daquela adequação (mão-de-obra/oferta do trabalho); logo, os conteúdos de legitimação embutidos nas diretrizes de políticas econômicas não realizam o desejado equilíbrio social.

Pode-se dizer que isto ocorre devido a compreensão da ciência da economia que evolui pelo fenômeno do parlamentarismo (caso Brasil) – tanto no plano da explicação científica em geral quanto no plano da explicação histórica – através de ações intencionais de indivíduos, que, na classe, vão interpretar o mundo sociocultural, como ilusão. Está aí, o papel da educação como "ideologia" da ciência e da técnica: o acesso ao saber – ou a lógica que permite o homem pensar o acesso à sobrevivência e, com isso, transformar pela prática a própria realidade – não tem como condição, determinando o modo de acesso àquele saber, apenas a condição objetiva como explicativo da razão forças produtivas/relações de produção.

O que leva, por sua vez, ao explicativo da presença de ações intervencionistas socioestatais – nas políticas econômicas, ações intencionais, organizadas de acordo como plano mental das elites – gerando como conseqüência social o fato de atores, que, na

---

[103] Aí, as fórmulas das taxas de mais valia descritas por MARX em **O capital**, vão exprimir ao valor (na taxa de mais valia), no espaço do tempo em que os valores são produzidos, explicitando-se o fato de que o dinheiro que não entra, de modo algum, em todas as relações econômicas. Neste ponto, o texto de MARX, descrito anteriormente, é esclarecedor. Justificando nossa reinterpretação da **Teoria da mais valia**, em MARX. CUNHA, 1995.

classe, sofrem efeitos do poder e, ainda, por conseqüência, efeitos em sua formação profissional.

A formação dos educadores ou dos que vão proporcionar as condições de acesso ao metier (condições objetivas de sobrevivência) **não** é, de forma alguma, *la clé de voute* dos sistemas educativos. Este é, ao nosso ver, o enigma contido no interior do materialismo dialético.[104]

Cremos poder definir a educação como processo de remoralização do trabalho a partir do modelo sistêmico totalizador (caso Brasil). No caso em pauta, tal definição vai se constituir em um método de intervenção sociológica no qual a educação se coloca capaz de tematizar os contraditórios do capitalismo brasileiro. Na estruturação do método, podemos compreender a ideologia, diferente do pensamento contido no método de Marx, realizando-se no sentido positivo (sentido inverso ao sentido negativo atribuído por ele à ideologia). Isto nos permite repensar o fenômeno da educação como remoralização do trabalho.

Está aí a característica que vai determinar a raiz na qual se assenta o sistema de ensino brasileiro e toda uma necessidade de (re)educação política e cultural que daí deriva. Na verdade, na raiz, a educação brasileira produz o conhecimento como perfume e de modo tal que a essência do conhecimento é inútil do ponto de vista de sua aplicação e útil ao nível da ideologia, porque visa adornar as características personalistas das elites, que preenchem, através do conhecimento fútil, as margens do corpo político que buscam representar as massas no exercício do mando.

É recorrente apanharmos a necessidade educacional decorrente da indústria (último ato da produção humana da existência humana [Marx]) nas classes intelectuais coladas ao parlamentarismo e identificarmos nos atos legislativos (postos em inovações

---

[104] La formation de maîtres se retrouve ainsi au coeur des débats actuels sur la crise de l'appareil scolaire et l'on sait fort bien que, de tous temps, elle a été considerée comme la clef de voûte des systèmes educatifs. Or, on emet actuellement des doutes sur la qualité de la formation des mîtres dispensées dans nos universités. Autant, chez les autorités scolaires que secoue la "profession" enseignante où toutes les facettes de la formation sont touchés, des conditions d'admission au mode d'accès au métier. HÁ MEL, 1995, p. 16.

institucionais, típico instrumento político com o qual o parlamentarismo movimenta a economia), o real papel da educação na relação com a estrutura socioeconômica.

No Brasil, a caneta nas mãos dos juristas ou dos "bacharéis" conseguem facilmente " verbalizar " e transformar os interesses das elites através de formas abstratas jurídicas, postas pelo parlamento no interior do jogo do poder. Ressalte-se que o bacharel caracteriza, historicamente, na figura do intelectual, o parlamentar brasileiro.

Daí podermos, pelos argumentos técnico-jurídicos que estão contidos nas inovações institucionais postas pelo parlamento, caracterizar o papel da educação na (des)organização da cultura como sendo aquele exercido pelo intelectual, que, colado ao parlamentar, traduz o mundo da tradição na relação preceito lei/lei causal. Constituindo, assim, o caráter nacional político ou o que dá a forma de governo, determinada pela cultura – a forma de governo totalitário.

Isto nos instiga o (re)pensar da educação com mediação da cultura política e daí situarmos o papel da educação na pesquisa política de orientação materialista, no contexto de Brasil e de nossa pesquisa. Acreditamos pensar o fenômeno da educação libertário e transformador, ocorrendo no interior do processo de remoralização do trabalho.

A moral das atividades da economia não se estabelece pelas atividades econômicas do quadro do trabalho, mas pelas atividades políticas do quadro institucional. Não se estabelece como Smith pensara, resolvendo-se por si mesmas no âmbito das atividades econômicas. Na verdade, a economia tem nas atividades administrativas sua moral e estas atividades pertencem a um processo de moralização do trabalho, no qual se tem o Estado na dialética da interação e trabalho, ajustando aquelas atividades, através da regulamentação do trabalho, aos interesses gerais capitalistas. Neste ponto Marx o criticou.[105]

---

[105] Em 1767, SMITH estimulou resoluções na *Câmara dos Comuns* que suspendiam as funções legislativas da Assembléia de Nova York, que estabelecia delegações da alfândega na América para supervisionar as leis do comércio e propunha taxas específicas. Entre estas últimas estava o famoso imposto sobre o chá (revolução financeira de 2 de junho), que, junto com outros incitamentos provocou o **Boston Tea Party** de 16 de dezembro de 1773, um dos incidentes que levaram à Revolução Americana.(...) Na última fase de sua carreira, SMITH se preocupava em aumentar a receita do governo como delegado da alfândega, controlando o contrabando, promovendo a reforma da alfândega e do departamento de impostos. ROSS, 1999, p. 314.

A moral da economia se estabelece na relação Estado/economia através de um elemento intermediário – a razão *medium* que interpreta na classe o mundo sociocultural – que faz a ligação do conceito que se tem da realidade, tal como ela é, com o conceito que se tem da realidade expressa como conjunto de conceitos da realidade e que aparece em imagem no Estado. Isto implica que a moral se formando na constelação razão/forças produtivas pela razão *medium* une conceito e categoria como conjunto de conceitos à própria realidade.

Neste sentido, a cultura como fonte universal de valor é o fator que articula existência social e política, produzindo o valor universal enraizado na tradição. O que nos leva a reiterar pelo reverso da ação concreta de mediação da educação na cultura política – no papel de desideologização das classes ou de "moralização" do trabalho, e, por conseqüência da economia – a concepção de educação libertária como aquela que cura as classes sociais, ou seja, como antidesideologização das classes, tornando-as não imunes à ideologia.

É, portanto, educação libertária aquela que se realiza vis a vis com a prática política, produzindo pela não imunização das classes, ampliação dos espaços democráticos da produção da cultura. Daí podermos pensá-la como processo de remoralização do trabalho ou educação crítico-elucidativa pedagógica. Esta é a necessidade educacional decorrente da industrialização no Brasil ou no contexto do imaginário de sociedade capitalista liberal, que, aqui, aparece produzida pela classe como alucinação imaginada da realidade. [106]

Neste ponto, a educação pode retrabalhar as inovações institucionais que aparecem na forma de ilusão religiosa e posta como democrática – em nível elucidativo

---

[106] HABERMAS foi quem nos instigou a pensar o conceito de desideologização, uma inovação conceitual que introduzimos, visando apanhar o fenômeno mediação da cultura política através da educação. O conceito de desideologização é, portanto, um conceito-chave que nos permite compreender a educação como *elemento heurístico* de um método de intervenção sociológica. Ele permite, sem abandonar as exigências de rigor científico o resgate da subjetividade humana presente nas práticas políticas. Tendo a educação a função de tratamento de forma crítica de situações de diálogo, produzindo interpretações do mundo vital, que, postas na relação com a realidade social, se transformam em *modelos de ação social* por serem análises reais e produtos de consciência real. Está posto aí o papel da educação como mediação política, um papel que se efetiva pedagogicamente por um *discurso crítico*, cujo fim é o de eliminar, por ato de reflexão, as vontades que nascem das contradições da realidade, revelando o lado oculto da ideologia. Ver em especial o item práxis da natureza dupla. CUNHA, 1996.

pedagógico – no confronto daquelas inovações com o sistema social hierarquizado, transformando-as em idéias válidas ou legítimas como crítica ao sistema social. Na verdade, ela pode tematizar, na crítica o sistema social, as contradições da sociedade capitalista brasileira.

No caso em pauta, ela revela o lado oculto da ideologia. O que nos leva a definir a educação libertária como processo remoralização do trabalho - educação como antidesideologização das classes sociais – ou de produção democrática da cultura. [107]

No Brasil, as classes interpretam o mundo sociocultural através da racionalização (interação) articulada dialeticamente à lógica que persegue a coerência, no contexto de individuação (trabalho), produzindo a realidade como ilusão. Na verdade, aqui, as classes desideologizadas tem os indivíduos interpretando o mundo sociocultural através de análises erráticas da realidade; logo, a educação poder ser integrada ao método da economia política, visando buscar compreensão da realidade na função de tematizar contraditórios do modo de produção capitalista – produzindo através da elucidação pedagógico-crítica da realidade, a crítica ao sistema social.

Tem-se aí, a lógica aplicada ao mundo empírico ou a síntese piagetiana em relação ao social, se realizando através de relações causais internas – próprias de

---

[107] L'éducation comme processus de "anti-*desideologisation*" nous amène a une méthode d'intervention sociologique qui peut ainsi être resumée: les textes d'un langage quotidien se détachent des perturbations des interpretations sociales, sous la forme de textes obscursis, provoqués par des distortions de la pensée. Ils sont derivés d'une analyse tronquée de la réalité. Ils sont les produits d'une fausse conscience qui induit les désirs pour qu'ils se transforment en volontés qui naissent des contradictions de la réalité. Cette fausse conscience formes des convictions qui se traduisent en comportements, constants, inaltérables, exempts de critique et qui se reproduisent, se manifestant par une obéissance aux normes sociales non reconnues par tous de façon subjetive. Ces attitudes comportementales qui sont passibles d'un traitement qui *s'élucide de façon pédagogique-critique* et se réalisent à travers les interprétations en situation de dialogue. Elles produisent des textes clairs interprétatifs rationnels d'un monde vital, qui sont mis en relation avec une réalité sociale et politique. Ces textes se tranforment en modèles de l'action humain pour être des analyses réelles, produit d'une conscience réelle. Cette conscience produit de *nouveaux* comportements qui se manifestent par une obéissance aux normes sociales existantes, reconnues par tous intersujectivement comme légitimes. Par cette méthode, les agents individuels qui développent les actions dans les structures sociales, sont amenés a thématiser les contradictions de la société capitaliste. Ils se présentent commes des acteurs capables des actions collectives. Ils produisent alors des personnes efficaces, articulatrices des demandes et des decisions politiques. De cette façon l'éducation comme processus de "antidesidéologisation " devient un instrument efficace de formation démocratique de la volonté politique. Elle élimine par acte de refléxion les volontés qui naissent des contradictions d'une réalité et à travers un processus discursif, elle revéle *le coté caché de l'ideologie* . Elle produit des désirs qui se manifestent en des actes d'une action politique concréte et pratique. L'éducation comme processus de "*desideologisation* " nous amène a une méthode conjecturale d'analise d'État. CUNHA, 1996a.

indivíduos em comunicação – logo, através de confronto entre processos de interação e trabalho como autoreflexão e auto-objetivação da realidade, produzindo o imaginário social.

Neste caso, a classe realiza a ação estratégica ou a síntese mediada pelo trabalho social, produzindo um conceito aparente de verdade ou um conhecimento que se coloca para além da razão sensível ou da razão formal, ou seja, como ilusão. Está aí, em suma, o arcabouço metodológico do método de intervenção sociológica, no qual a educação é o elemento heurístico formador de vontades políticas. O que nos leva a estruturar o método de intervenção sociológica, integrando a educação, como processo elucidativo crítico-pedagógico, ao método da economia política.

Delineiam-se, a partir daí, as formulações que nos levam a um método de intervenção sociológica. Nele, a educação é integrada ao método da economia política de Marx como elemento heurístico ou como princípio fundador de vontades políticas. O que nos permite evidenciar, na industria, a surda manifestação da educação.

2.3 Natureza e desenvolvimento do Estado e o dilema de representação política

A crítica da reconstrução do materialismo histórico em Habermas vai nos permitir repensar o papel da educação como fator de (des)organização da cultura – ou como ponto hipotético de desideologização das classes sociais. Um papel no qual a educação se coloca como fator de desorganização da cultura, tornando as classes sociais imunes à ideologia.

Visamos, com isso, reconstituir na formação da realidade brasileira – no contexto da contradição da sociedade brasileira que aparece na forma de incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital – o papel da educação como mediação da cultura política. Na formação da realidade, a manifestação da educação coexiste no *continuum* do tempo, lado a lado com o parlamentarismo.

O que nos permite apanhar, no subjetivismo das práticas políticas nativas, a presença da educação como mediador da cultura política. Nestas práticas, a presença da

cultura como princípio educativo – ou vetor que direciona a superação das classes. Na verdade, a "ponte" entre educação e estrutura socioeconômica capitalista se realiza, no Brasil, pela representação política, que contém a forma tradicional de representação imposta pelos partidos políticos.

Isto nos leva, então, no plano real da formação da realidade brasileira – tendo como ponto de referência o período de modernização do País (1930-84) – a compreender a natureza e desenvolvimento do Estado brasileiro como dilema da representação política. Esta problemática aparece como fundo histórico de natureza econômica – fundo histórico pensado por Marx como crítica a Hume.[108]

Este fundo, esta é a hipótese, contém no sistema de direito o conteúdo da ideologia elaborado pela própria classe, que aparece na forma da ideologia posta pela doutrina jurídica em formas abstratas jurídicas ou a inovação institucional, instrumento político com o qual o parlamentarismo movimenta a economia. O que vai caracterizar o tipo peculiar de representação política no Brasil, que aparece como iluminação mística. Portanto, está definida pela forma típica de representação dos interesses de classes a natureza do Estado. Definido está também o seu movimento que é determinado pelo fenômeno do parlamentarismo que aparece como totem, colocando-se no desenvolvimento histórico geral, como essência móvel.[109]

É recorrente compreender a dominação estatal de classes através de um conceito normativo de espaço público que hipostasia a vontade geral. Este é um conceito elaborado pela classe como noção de poder no próprio espaço no qual ela se estrutura;

---

[108] Claramente, o problema crucial da explicação histórica (ou da explicação de eventos históricos) reside em separar o necessário do contingente ou "peculiar ("único" etc). Poder-se-ia talvez pretender que este fosse o problema da explicação científica em geral, envolvendo problemas de causação e da indução de Hume, tal como discutidos, por exemplo em **Objective Knowledge** de Karl Popper. O que é que permite tratar uma relação entre eventos como sendo uma *conexão necessária*? Dois elementos parecem estar presentes aqui, ambos considerados por Popper: a) a idéia de alguma espécie de *nexo* "necessário" ("mecânico", "orgânico" ou o que seja) entre os eventos, a qual diria respeito ao problema da causação propriamente; e b) um elemento nomológico, isto é, a idéia de que os elementos se encontram regularmente associados, ou de que sua associação corresponde a uma *regularidade*. Este último elemento teria a ver com o problema da indução, obervando a idéia de que, se a regularidade observada expressa uma necessidade, então ela terá que ocorrer entre as instâncias não-observadas, da mesma maneira que entre a observada. POPPER apud REIS, 1982, p. 179.

[109] WEBER, 1971/2, p. 311.

logo, a dominação se dá pela ação estratégica – intermediária entre trabalho e interação [Habermas] – pela razão *medium* (inferência) como elemento intermediário que articula conceitos que se têm da realidade, com os quais se compreende esta realidade no seu movimento e contradição.

Está aí o papel da educação, explicando o que vamos chamar de cultura como princípio educativo – ou vetor que aponta (caso Brasil) a direção da superação das classes sociais.

Retira-se daí o conceito-guia de pesquisa que nos acompanhará no decorrer da tese: o totemismo sociológico ou a condição que permite apreender determinado momento da história na sua significação e valor objetivo.[110]

Esse conceito nos permitirá – pelo recurso do que vamos chamar de método de intervenção sociológica, no qual a educação é integrada ao método de Marx – evidenciar, no atual momento da evolução da economia, a presença da matriz histórica fixada pela tradição, ou seja, o lugar da tradição no qual se funda a esfera pública no Brasil. O que nos leva à verificação no plano da história da natureza e desenvolvimento do Estado brasileiro.

No Brasil, a evolução da economia se realiza na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana. Nesta dialética, articulam-se classe e estamento, gerando idéias que estruturam o Estado. Na verdade, aqui, o Estado reflete a tradição e tem a fonte da legitimação nas leis da natureza, postas como leis da economia, produzindo a história.

Daí ser possível apreendermos, na modernização do País, o fenômeno da educação se manifestando surda – por não ser ouvida nos espaços de comunicação entre interação e trabalho – como elemento heurístico e princípio formador de vontades políticas no interior do processo de formação democrática da cultura. Ela se expressa como tal, na classe, constituindo-se em substrato que dá forma ao parlamentarismo, quando da elaboração, pela própria classe social, da ação estratégica.

---

[110] DURKHEIM, 1994, p. 310.

No centro dessa problemática está o sentimento de moralidade reivindicado por David Hume e que subjaz a aplicação dos instrumentos monetários que buscam, hoje, corrigir os desequilíbrios da economia provocados pelas influências que atuam sobre as atividades da produção.[111]

Isto implica o caminho de construção do Estado brasileiro, no qual a classe social é o fato que acompanha, no tempo, com regularidade o fenômeno Estado (produzindo a idéia de que os eventos históricos estão regularmente associados), tendo na cultura o fator imaginário que dá forma à ideologia, a qual se modifica na sua natureza de acordo com a regularidade daquele fato (a classe).

É recorrente compreendermos os movimentos políticos aparecendo como distúrbios sintomáticos – o que invoca um modelo de análise conjetural – de modo tal que o Estado é gerado como idéia geral dos interesses da sociedade, a partir de técnicas dos afazeres tradicionais, adquiridos de forma pragmática pelo saber que influencia estruturas sociais e sujeitos nelas envolvidos. No caso, o Estado é analiticamente compreendido através de dados que aparecem como traços, sintomas ou insinuações.

É sensato pois admitirmos um conceito de Estado que retoma a análise de Weber sobre a contabilidade do capital – tendo nele a representação dos interesses de classes que se realiza como endosso de responsabilidade do ato mandante que começa pela conta do outro; logo, – e buscamos, com isso, caracterizar o conteúdo da ideologia – a classe representa seus interesses em ações efetivas que se duplicam, indo além da representação das coisas materiais.

---

[111] Em SMITH (**A Riqueza das Nações**, 1776), pode-se supor, após leitura apurada do método – e no caso estamos nos utilizando do argumento da analogia – tem a ação estratégica – e, para nós, na reformulação do método de MARX, esta ação é elaborada pela classe como síntese mediada pelo trabalho social (nos espaços da dialética da interação e trabalho) – que se realiza na correlação da lógica e empiria, deixando clara a natureza empírica da análise, que, apesar de reconhecer princípios universais que norteiam as atividades econômicas, admite a experiência como único meio de se chegar à verdade dos fatos, e, conseqüentemente a moral neles contida. A autonomia da economia – a moral contida nas práticas produtivas – é estabelecida no âmbito das atividades produtivas, mas através de princípios que têm o cunho social, os quais têm raízes nos costumes. Em suma, através de regras que se colocam reconhecidas pelo Direito Natural. Em SMITH (assim como o é para Hume), a moral não é dissociada dos costumes (e o direito é consuetudinário). A moral tal como foi pensada pela filosofia tradicional e que está contida no seu método, como dever contido no âmbito das atividades econômicas, caiu por terra. As atuais políticas econômicas – do Estado intervencionista – pressupõem ações racionais interamente *despidas* de quaisquer princípios morais que as orientem. CUNHA, 1995.

Vale ressaltar que a classe se representa no Estado na forma dupla: como realidade imaginada – a sociedade pensada e que evolui através da economia – dando a contrapartida da obediência através de indivíduos que interagem, no trabalho. Entretanto, em desacordo com a ética de convicção, sem isso perceberem e como imaginário social – a sociedade evolui pela economia, na forma política – que se realiza através da representação política que coloca em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito.

Não obstante, quando se tem conflitos de classes enquadrados dentro de limites de criminalidade, tem-se os sintomas resultantes de atos de representação justificados na forma distorcida de um sentimento subjetivo de necessidade, cuja satisfação de bens materiais são satisfeitos, mas na forma de satisfação de objetos desejados "sancionados" pela lei; logo, estratégias legislativas e administrativas se colocam como suporte do *modus operandi* burocrático do Estado, explicando a deformação no espaço de comunicação por um falso conteúdo de legitimação que se expressa como vontade geral.

Produz-se, assim, no curso da natureza a história sendo compreendida - pela relação fenômenos classe, Estado e ideologia – como universal a partir do particular. Neste caso, o particular é definido por relações de causalidade entre fenômenos que variam, em concomitância, com regularidade no tempo, tendo esse particular, a cultura como fonte histórica de valores.[112]

Quando a sociedade se desenvolve de modo tal que dois ou mais fenômenos apresentam certa regularidade, existe entre eles relação de determinação. Daí a necessidade de compreender a relação Estado/sociedade na sua inteligibilidade histórica.

---

[112] Mais comme l'intuition est nécessaire aussi à la connaissance et que la faculté d'une *complète spontanéité d'intuition* constituerait une faculté de connâitre différente de la sensibilité et entièrement indépendente de celle-ci, qui serait donc entendement dans les sens le plus universel, on peut concevoir aussi un entendement *intuitif* (négativement, cest-à-dire simplement en tant que non discursif), qui n' irait pas de général ou particulier et ainsi jusqu'au singulier (pas des concepts) et pour lequel n'éxisterait pas cettte contingence de l'accord de la nature avec l'entendement dans ses productions d'après de lois *particulières*, contingence qui rend si difficile pour notre entendement de ramener la divesité de celle-ci à l'unité de de la connaissance; (...). KANT, 1993, p. 333.

No Brasil, a construção do mundo público realizou-se, paradoxalmente, no sentido inverso da concepção universal na qual todos, em tese, têm os direitos naturais garantidos. Aqui, as classes produziram a interpretação do mundo sociocultural na forma de "suicídio coletivo", mas de modo tal que a cultura vai mediar os mercados e caracterizar o traço peculiar à formação do espaço público, ou seja, o parlamentarismo como representação dos interesses de classes determinando a presença da ilusão democrática, na qual as leis da natureza são postas como leis da economia, produzindo a história. Muito embora sejam as leis da economia determinadas pelo particular, concordando com o geral, devido a presença da ética parlamentar que reflete o espaço público como universal (daí a ilusão), no quadro do imaginário de sociedade capitalista liberal.

A relação existente entre cultura e política tornam os indivíduos coesos e capazes de se constituírem como nação; desta forma, tem-se, no caso Brasil, algo semelhante a anomia que caracteriza processos sociais dos orientais, nos quais os valores religiosos põem os indivíduos tão coesos que estes se tornam capazes de suicídio em nome da causa. Esses processos com origens em regimes despóticos orientais tiveram sua analogia correspondente com os regimes nazista e stalinista.

Aqui, no desenvolvimento histórico geral, produziu-se uma anomia que vai conduzir o processo de formação socioeconômica. A cultura como fonte de valores aprofunda o *apartheid* no qual atores sociais interagem construindo o público que rememora o espaço de sobrevivência da antiga organização democrática ateniense (*oikos*). Neste caso, tem-se o público capturado pelo privado e como espaço vazio do ponto de vista político.

Espaço vazio porque faltaram ao povo informações que lhes permitissem acesso às regras do jogo que compõem a democracia. Aqui, a política rememora a antiga polis e a democracia é jogo de cartas marcadas. Do ponto de vista da participação do povo, a democracia é, no seu conceito, nula: ao povo o que se dá se toma, porque na política ele participa apenas como pano de fundo. A democracia é jogo que se realiza só entre as elites.

A sociedade brasileira – de grande diversidade de raças e variedade etnocultural e de grande extensão de terras – já é por si só fragmentada e de difícil institucionalização. Daí a característica fundamental da cultura política que permeou a construção das estruturas sociais: as transformações provocadas pelo avanço das forças produtivas foram mediadas por um processo cultural *anômico* que vai marcar de modo especial o espaço do público. Isto permite o acontecer do sistema social que se reveste de contorno aventureiro – nele, a ética da emoção própria da manifestação de crenças religiosas tem a moral escondida na intimidade do lar ("presa" nos recônditos da *oikos*).[113]

Nesse acontecer, as ações individuais expandem-se em relações sociais, produzindo resistência a qualquer racionalização da vida; logo, a manifestação empírica da crença vai se colocar implícita no público, refletindo, neste espaço, caraterísticas que o conforma às relações privadas.

Aqui, o "suicídio coletivo" se deu pelo reverso, quando comparado com culturas orientais, a crença reflete irreverência religiosa e produz coesão social, traduzindo comportamento padrão ditado pela cultura: todos são fascinados pelo poder e querem viver em suas cercanias, viver na dependência daqueles que o detêm.[114]

Isto não implica ausência de resistência às teias de poder, mas apenas a evidência da ética, aventura que assume forma de ética parlamentar (caráter político nacional) e que vai determinar na industrialização a aliança entre burguesia e oligarquia, colocando a última como carro do processo de modernização no País. Neste sentido, a modernização encontra, na tradição, a forma de governo peculiar: regime totalitário. O

---

[113] Estamos chamando de processo cultural anômico aquele caracterizado pela negação da autoridade e ausência de regras (entendidas no sentido amplo da psicologia) que regem relações impessoais. Buscamos, com esse conceito, definir no processo de formação socioeconômico o cerne institucional familiar que se torna central no processo de organização social. Esta é uma característica que vai nos ajudar a identificar o caráter nacional político brasileiro da ética da aventura, que aparece na forma de ética parlamentar. As relações capitalistas de produção no Brasil não foram mediadas por uma ética do trabalho, mas pela ética da aventura, do oportunismo ou da possibilidade de ascensão social através de benesses ofertadas pelo poder. CUNHA, 1995.

[114] Daí, o público vai encontrar espaços comuns, racionais, mas resultantes do mundo percebido através de relacionamento pessoal ou o mundo no qual o personalismo é o substrato que compõe as estruturas jurídicas que permitem o acesso ao Direito e ao gozo político (cidadania). Esse relacionamento pessoal (tipo familiar) e que se prolonga às relações políticas na forma de relações hierarquizadas de poder postas em função de poder tem suas principais manifestações expressas em *coronelismo* e *populismo*. Id. ibid.

que explica o fato de a sociedade capitalista liberal aparecer como imaginário da sociedade burguesa.[115]

O liberalismo aqui vingou, aparecendo real apenas no imaginário do povo, visto que se produziu a forma de governo que dá tratamento aos conflitos de classes através de requisitos constitucionais (inovações institucionais), os quais são processados nas estruturas políticas pelo sistema de representação em função de princípios contidos na doutrina liberal. Entretanto, estes princípios são estruturados, na relação classe/estamento, em princípios de organização social e o Estado, paradoxalmente, aparece democrático e sem a presença do pacto constitucional.[116]

A presença do pacto constitucional é condição necessária para se definir não só o mercado político, mas o próprio liberalismo se realizando na história através da figura do parlamento; logo, tem-se a representação dos interesses das classes sociais esvaziada de significados culturais que são compartilhados pelos indivíduos, na classe, na forma de "semelhanças" ou destino comum de indivíduos, que ocupam determinados lugares na estrutura produtiva.

No plano histórico, esse tipo de representação vai aparecer neutro e explicar o fenômeno do parlamentarismo como essência móvel: causa que se oculta no passado e que se revela no presente, movimentando a economia. Isto constitui a singularidade do capitalismo no Brasil naquilo que se pode chamar – em acordo com o pensamento de Marx – de acumulação primitiva.[117]

---

[115] A ética da aventura introduzida pelo colonizador e incorporada pelos brasileiros (herança cultural de Portugal) provocou no decurso da modernização o abandono dos laços de solidariedade próprios da vida em família, devido a valores utilitários trazidos no bojo do avanço das forças produtivas. Com isso tem-se concomitante à modernização o aprofundamento do processo anômico cultural. Id. Ibid.

[116] A ação estratégica (caso Brasil) – ou a síntese mediada pelo trabalho social elaborada pela classe – tem de peculiar o fato de ser uma ação racional-intencional tal qual o trabalho. Isto nos leva a *inferir* que, através dela, agentes interagem, atuando sobre um objeto material; logo, o fim da ação de cooperação implícita na interação tem todos os agentes se dirigindo àquela ação, mas de modo tal que determinado agente que busca atingir um fim através de meios materiais tem a ação *colada* a uma situação a ser alcançada relativamente a outros agentes. Isto implica que o fim da ação tem a ver com o estado de coisas que são alcançadas em relação a outrem e com isso a possibilidade de eficácia sem o recurso a uma forma complexa de operação concreta. Id. ibid.

[117] Le *mouviment historique* qui fait divorcer le travail d'avec ses conditions exterieures, voilà donc le fin mot de l'acummulation appelée "primitive "parce qu'elle appartient à l'âge prèhistorique du monde bourgeois. L'ordre capitaliste est sorti des entrailles de l'ordre écnomique féodal. La dissolution de l'un à degagé les éléments constitutifs de l áutre. MARX, 1985, p. 168.

É recorrente a (des)organização da cultura – nela está presente a educação, que vai organizar a cultura no plano mental das elites e da sociedade idealizada por elas, como produção da cultura democrática, através de virtudes ajustadas aos mercados – as quais não abrangem do ponto de vista do conceito aquilo que se pode chamar de "mercado livre" – no qual está presente a maioria conformada que não compra e nem escolhe "livremente" os bens produzidos.

Isto explica o fato de que aqui a regulação da política se põe mediato à economia – Marx, via aquela racionalidade mediato à política; por conseguinte, o Estado tem sua função de poder dependente de interpretação *a priori* do mundo sociocultural elaborada pela classe social.

Neste sentido, o Estado opera a ideologia obscurecendo o real papel político das classes sociais como fator gerador de mudanças na história, pois a ação estratégica, elaborada pela classe – a síntese mediada pelo trabalho social – vai ajuizar dados empíricos da realidade, e, com isso, interpretar o mundo sociocultural através de racionalidades distintas; deste modo, a ação estratégica – que corresponde a ação política ou ação do ator coletivo – vai definir ela própria o conceito de política. Isto ilustra o modelo explicativo de contradição no qual a ação estratégica tem na tradição o substrato que fundamenta a economia se realizando na forma política.

Um modelo no qual a ação estratégica se eleva de ação social a relações sociais, as quais se realizam como esforço comum, visando a eficácia da ação política, que, contudo, tem na realidade imaginada – que emerge do cotidiano no qual a interação se articula ao trabalho – a ação política eficaz que se expressa na forma valores ou de mundo interpretado no simbólico e que vai além da ação operatória que lhe dá origem; no entanto, aparece, justamente por isto, na forma de imaginário social.

A classe executa pois um movimento teórico de contradição para além das coisas sensíveis, um movimento que vai do simples ao complexo, na forma de representação das coisas, anterior a sua realização como ação instrumental ou ação quanto-a-fins.

Nessa perspectiva, tem-se, no constitucional, o ponto nuclear do movimento de metamorfose da mercadoria, constituindo a resultante histórica, ou seja, a classe social que é representada em imagem no Estado, na forma de imaginário social, mas que tem a mercadoria, na sua origem como elemento econômico, porque fundado no momento de elaboração da síntese, mediada pelo trabalho pela classe; logo, tem-se a mercadoria e nela contido o conceito de produção econômica, pensado pela classe como valor social do trabalho, através da interpretação *a priori* do mundo do trabalho.

É sensato afirmar que os problemas econômicos no Brasil têm como estratégia principal o conjunto de expedientes políticos que expressam pela representação política – ou pelo fenômeno do parlamentarismo – a condição que permite ajustar a economia, visando adequá-la a atual inserção do País à Nova Divisão Internacional do Trabalho. Podemos buscar tal confirmação, analisando o papel do parlamentarismo e sua função em relação à representação política.

Há, pois, que se distinguir a ideologia em seus dois componentes: o imaginário social, posto pela representação social no Estado função de poder e a realidade imaginada, elaborada pela própria classe através de análises erráticas da realidade; portanto, a ideologia tem seu conteúdo na noção de poder elaborada pela classe que a "empresta" ao Estado que dela tira proveito e que a coloca, via representação política, em função de poder. A ideologia é pois a própria ilusão, em que conteúdo e forma da política são radicalmente separados pelo ato da representação política Por isso, está aí o papel da educação como mediação da cultura política.

Implica, desta forma, a presença da ação estratégica que representa os interesses da classe que os manifestam em sintomas sociais, expressado-os como fenômeno jurídico; logo, a realidade é representada por uma intenção tecnocrática (o conteúdo da ilusão), posta como fator de domínio pelo ajuizar de elementos empíricos compreendidos por uma relação causal interna, como relação de determinação entre Estado sociedade; temos a ação estratégica – intermediária entre trabalho e interação

[Habermas] – conseguindo operar o prodígio de transformar o ferro vil do poder no ouro puro da mais luminosa liberdade.[118]

Isto nos leva a admitir a presença de uma cadeia de motivações que dá sentido às ações efetivadas nas estruturas sociais, cuja explicação não se incorpora à análise como dados imediatos ou como dados que se apresentam na sua forma empírica à razão sensível; contudo, não nos parece correto (no caso da análise do Estado brasileiro e de sua via singular de capitalismo) começar pelo que há de concreto e real nos dados empíricos.[119]

Tem-se aí, então, o ponto de partida para a compreensão do Estado, sendo dado por uma direção que aponta a superação das classes sociais, como realidade que é representada em imagem no Estado, como caminho das ações produtivas – e das relações pessoais daí derivadas, que resultam na trama de relações sociais – em que essas ações se desenrolam no contexto de interesses, mas de tal modo que ações de (co)operação no trabalho se põem reforçadas em núcleos de solidariedade.

Neste caso, a resultante histórica, a classe social têm a direção do simples, do cotidiano do trabalho e das relações pessoais que daí derivam, representando-se no Estado como relações dominantes antes que o todo se expresse como categoria mais completa; logo, no próprio espaço no qual as classes se estruturam a razão interpretadora executa um movimento teórico de contradição como percepção dos objetos na direção do todo.

---

[118] Temos, segundo Merquior (que faz crítica a REIS, 1982), a dificuldade apontada como questão da *verstegen* ou do debate holismo-*versus*-individualismo, ao nosso ver, anteriormente superada. No caso, sua afirmação não é válida, quando analisamos sua frase no corpo da própria crítica – *a ação intermediária entre trabalho e interação* **não** *opera o prodígio de transformar o ferro vil do poder no ouro puro da mais luminosa liberdade.*[REIS, 1982, p. 205; 206-b]; ou seja, acreditamos estar implícito no trabalho de REIS (motivo de análise feita antes por nós, no corpo desse capítulo) uma demonstração adequada de como a ação estratégica é capaz de *transformar o ferro vil do poder no ouro puro da mais luminosa liberdade*, posta como ilusão. REIS, 1982.

[119] Les sociétés industrielles avancées semblent se rapprocher d'un modèle de controle du comportement commandé par des stimuli externes plutôt que par de normes. La manipulation indirecte grâce à des stimuli donnés de l' extérieur s'est dévoloppé principalement dans des domaines jouissant apparement d'une certaine liberté subjetctive (comme le vote, la consommation, l'utilisation des loisirs).La marque psycho-sociologique de l époque se caractérise moins par le personnalité autoritaire que par une déstructuration du surmoi. HABERMAS, 1968, p. 48.

Nossa intenção aqui, ao reconceituar a classe social, sem abandonar a intuição de Marx – a classe social é um dos conceitos – guia de suas pesquisas – é o de estruturar o método de intervenção sociológica, visando compreender, no campo da epistemologia, o papel da educação como mediação da cultura política.

A mediação cultural da educação vai aparecer na indústria oculta sob a forma de dominação carismática funcional, e, por isto, pode ser apreendida – através daquele método – como papel da classe intelectual que se coloca na modernização *vis-a-vis* com o papel histórico reservado à representação política.

É recorrente a presença da educação como condição base da reprodução social compreendida na dialética da interação e trabalho pela lógica que persegue a coerência, produzindo, na classe o acesso ao saber distorcido pela ideologia. Evidencia-se, assim, a educação como mediação da cultura política, através da razão interpretadora de significados culturais – razão *medium* – que realiza a síntese ou a unidade do múltiplo cometendo erro.

No caso Brasil, em virtude disso, a reprodução das relações sociais dominantes conduz a um conceito de Estado, no qual, na classe, a síntese mediada pelo trabalho social quando da elaboração da ação estratégica vai aparecer na forma de alucinação imaginada da realidade, expressando a (des)organização da cultura – a educação aí se coloca como elemento intermediário, produzindo a desideologização das classes, separando necessidades de contingências.

O que nos levou à estruturação do método de intervenção sociológica – nele educação tem um sentido antipositivo e no qual a metodologia é vinculada à ontologia, já que a educação como processo de antidesideologização – desvela o sentido positivo da mediação da cultura política – tem na cultura, como princípio educativo, o vetor que aponta a direção da superação das classes sociais.[120]

---

[120] Está aí, escondida, na própria estruturação do método, a contradição que movimenta a sociedade capitalista *brasileira* atual. Ela aparece como princípio de *não–contradição* – na realidade. O que Sócrates fez foi tornar público no processo do pensamento aquele diálogo (*surdo*, porque não ouvido) processo do pensamento aquele diálogo sem som que se dá dentro de mim comigo mesmo [Sócrates *apud* ARENDT]. O que nos leva a supor que a atual dominação social se faz por uma forma diferente que MARX pensara no século passado: as classes produzem a síntese, elaborando processos de legitimidade e fornecem ao Estado, idéias que o estruturam, ou seja, as classes têm a passagem do *em-si-ao-outro*, realizando-se no próprio

Esse é, portanto, um método que tem nele contido – assim como o método de Marx – uma direção política e, deste modo, o método no qual a metodologia incorpora a dimensão política no processo de investigação. Aqui, para o caso do Brasil, o método da economia política apreende o movimento da realidade na sua totalidade, porque o concreto só o é porque é síntese dos múltiplos, da totalidade.[121]

Isto nos leva, então, a um novo passo da pesquisa, que consiste em demonstrar o papel antipositivo da educação – no que se pode chamar educação como processo de formação democrática da cultura.

É nossa intenção evidenciar a educação no reverso do seu papel posto na história da formação da realidade social brasileira. Evidenciá-la como fator de (des)organização da cultura. Ao papel antipositivo exercido pela educação, nos o chamamos, modestamente, de método de intervenção sociológica.

---

momento no qual elas se estruturam. No caso – quanto à análise da moral da economia que nos interessa – elas realizam os atos produtivos e as relações daí decorrentes, construindo o Estado através de relação causal *interna*, na qual a cultura se coloca como fonte histórica de valores. Esta constatação nos permite aproximar as análises de MARX sobre classes, ideologia etc. – que constituem fenômenos importantes das sociedades modernas (inclusive WEBER, no caso da classe, o reconheceu) – às análises de Arendt, Weber e Durkheim. CUNHA, 1995.

[121] A *teoria da escolha racional* nasceu com a doutrina econômica – nela contido o método adotado pelos "MARXistas" analíticos. Para Elster, a aplicação do método tem o cuidado de se limitar à análise do comportamento sem envolver as idéias e concepções de sociedade que estão contidas na teoria neo-clássica. Esse método tem como conceito-guia uma categoria, noção de solução, que leva ao conceito de *dilema do prisioneiro* e que é compreendido como *jogo da garantia*: indivíduos portadores de estratégias racionais, todos tendo informação perfeita acerca do ambiente no qual desenvolvem ações – aspectos relevantes da situação, recursos disponíveis ao grupo a que pertencem, como interesses e preferências, dados sobre riscos de perdas e obtenção de recompensas etc. – produzem estratégias através de aliança tácita entre atores racionais. A situação em que o ator deve, no conjunto de opções definidas, adotar estratégia contra sua vontade é chamada de dilema do prisioneiro. Supomos que somente um método que vincule *ontologia* à *metodologia* é capaz de resolver o problema aí contido. Neste sentido, nosso método de intervneção sociológica tem, no seu interior, a educação como fator que produz aquela *vinculação*. No caso, então, não é a ciência e a técnica como "ideologia", nem o partido político como "consciência da classe" que leva indivíduos, na classe, a adotarem comportamentos de solidariedade, orientando sua ações contra sua vontade. É recorrente o processo de *anti-desideologização* constituir no método o elemento que produz a passagem da opção da escolha racional econômica, para a escolha de ordem normativa, na qual um *feixe de normas* se colocam como dever a que todos se obrigam, de acordo com *destino* e *semelhanças*, daqueles que se põem situados em nível igual na estrutura produtiva. É neste sentido, que a educação se coloca integrada – como elemento heurístico ou princípio formador das vontades políticas – ao método da economia política de MARX. Id. ibid.

2.4 A cultura como princípio educativo

É possível compreender a indústria e sua relação com educação (caso Brasil): a educação se integra ao fenômeno do parlamentarismo que na evolução da economia vai produzir as vontades políticas através de processo de (des)organização da cultura. É recorrente no curso da evolução da economia o parlamentarismo ter na cultura como princípio educativo o princípio fundador da vontade política, constituindo-se no lugar da morada do saber – ou lugar no qual se funda, via racionalização da vida econômica, as classes intelectuais que se põem coladas ao parlamentarismo.

Com base no que foi dito, pode-se afirmar que a educação aparece surda – não ouvida nos espaços dialetizados da interação e trabalho, manifestando-se pela lógica que persegue a coerência como idéia que se emancipa da realidade. No caso, a educação aparece como fator de desideologização de classes, determinando na relação individuação/racionalização da vida econômica a indústria – ato final da produção humana da existência [Marx]; logo, a educação se realiza na dialética da representação política e formação da vontade soberana, no ponto final do percurso das atividades humanas da produção da existência.[122]

Torna-se a educação fonte de poder que se manifesta através do corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas – representação coletiva que expressa a tradição no corpo da doutrina jurídica – como necessidade educacional decorrente da industrialização: não há identidade nacional sem atores que a constitua e nem formação de nação que não tenha raízes fincadas na cultura; logo, a educação é parte constitutiva da ética da aventura que se expressa na sua forma empírica, como efeito de demonstração (imitação), em vanguardas artísticas, políticas,

---

[122] Les individus ont des relations avec la nature à travers des efforts individuels (individuation) et des efforts collectifs (rationalisation) dans le constexte d'un système social, entant que processus de presérvation de la vie. Ces efforts ce font par un processus de réorganisation d'une autocompensation des individus socialisés qui se structurent dans un langage quotidien, capable d'orienter les activités humaines. Le processus d'individuation enveloppe les actions qui visent à la formation des structures de la personalité et ses respectives capacités congnitives intellectuelles. Le processus de rationalisation enveloppe des actions inter-rationnelles entre les individus. Il vise à l'intégration des individus en groupes qui garantissent la solidarité et la coopération. Ces deux processus s'unissent et proposent une interprétation culturelle du monde qui devient la base de comportement d'ordre légitime aux normes sociales existantes. CUNHA, 1996a.

culturais e outras, que, no Brasil, na modernização, vão emergir decorrentes de movimentos totalitários. [123]

Daí que o cerne institucional da sociedade capitalista brasileira – o que justifica seu aparecer na forma doméstica – vai refletir a contradição entre razão prática e vontade soberana, construindo um conceito de mundo público que hipostasia a vontade geral. É neste sentido que a educação manifesta-se surda na industrialização. Ela aparece não ouvindo a tradição bem como responsável pelo papel das classes intelectuais, que se colocam na formação socioeconômica como elemento que deturpa a formação discursiva da vontade política.[124]

Emerge daí a forma de governo ou do modo de administração das coisas públicas que é separada da forma de Estado ou forma de coexistência entre homens que buscam na produção da existência (trabalho) o modo de relações de vida democrática (interação). Está aí o enigma da dialética deixado por Marx.

A democracia aparece, então, na forma de ilusão, pois a sociedade (re)estrutura em suas instituições através de discursos veiculados pelo sistema de comunicação da *mass media* – nele presente o elemento tecnocrático que desideologiza as classes, tornando-as imunes à ideologia – que produz a legitimação do Estado através de processo de formação de elites a partir do sistema partidário.[125]

---

[123] Au Brésil en industrialisation, apparaîssaient ce que nous appellerons "nouveaux mouvements d'émancipation" crées par les contradictions existantes dans une nouvelle constélation de contradictions entre les forces prodctives et les relations de production. Ce sont ces mouvements constitués par les secteurs privilegiés de la societé captitaliste brésilienne. Ils sont des mouvements différenciateurs caractérisés par le manifestations politiques de la volonté qui se réalisent dans l'éxperience vécue. Elles constituent ces mouvements en fausse colectivité (imitation) de la vie sociale, dans lesquelles les individus se définissent et se reconnaissent les uns, les autres dans la perspective de leur participation à ces collectivités. Id. ibid.

[124] Aux vues de ces caractéristiques nous pouvons maintenant définir le phénomène de l'éducation comme mediateur politique. L'éducation comme facteur de médiation politique est un procesus d'autocompréhension des individus socialisés qui se structure dans un langage quotidien capable d'orienter de façon pratique les activités humaines, en produisant des intérpretations rationnelles à propos de la realité sociale et politique. Ceci se fait à travers la formation discursive de la volonté, autant d'un point de vue d'un discours théorico-pratique que d'un point de vue d'un discours technico-théorique. Ibid., p. 60.

[125] A elite não se compõe de ideólogos, toda a educação de seus membros objetiva abolir a capacidade de distinguir entre a verdade e a mentira, entre a realidade e a ficção. Sua superioridade consiste na capacidade de tranformar imediatamente qualquer delcaração de fato em declaração de finalidade. ARENDT, 1990, p. 435.

Na verdade é a classe social o elemento fundador do Estado. No caso em pauta, ela produz a nova forma de governo (que se separa da forma do Estado [Arendt]), a qual se integra ao modelo sistêmico do Estado como resultante histórica que tem na cultura a fonte dos valores; desta forma, a estruturação do Estado dela depende porque se funda no modo como os indivíduos vêem, interpretam e agem no mundo.

Em suma, o Estado se funda na tradição – nela contidas as formas elementares da religião – de modo tal que as classes configuram seu mundo em princípios de organização social. É neste sentido que a representação política – como representação dos interesses de classes – tem aquela representação, aparecendo no imaginário social, ou seja, na forma de idéia redutora da cultura posta em princípios de organização social.

O trabalho passa a ser engendrado através de elos significativos culturais como ação racional que se põe como ação consciente, visto que, na classe, indivíduos interpretam o mundo sociocultural, elaborando – pela ação estratégica intermediária entre trabalho e interação - a síntese mediada pelo trabalho social, mas de modo tal que a lógica (hegeliana) vai apreender o mundo, no qual interage e busca sua sobrevivência, na forma de resíduos ou manifestações de sentimentos que não têm existência objetiva no real; desta forma, valor trabalho vai gerar valor dinheiro – transformação do valor-de-uso em valor-de-troca no movimento circular do dinheiro – através de significado de idéia de necessidade, cujo valor é traduzido na idéia de administração racional da economia.

Isso leva à explicação histórica do problema fundamental da política – que é o da convivência humana – a presença da razão interpretadora de significados culturais que comete erro, ou seja, pela presença de relações internas entre os indivíduos na classe, os quais produzem falsas motivações que orientam ações racionais produtivas, as quais podem ser compreendidas como evidências empírico-jurídicas, postas pela representação política como comandos emanados do Estado. Tem-se, pois, a mercadoria realizando-se como processo de juridificação das relações sociais.

Transforma-se, desta maneira, radicalmente, no modo de produção capitalista, devido à modificação da natureza da ideologia, os preços que expressam o valor dinheiro

como valor-de-troca das mercadorias; portanto, modifica-se, conseqüente, o próprio conceito do trabalho e a relação de exploração.[126]

No Brasil, em especial na modernização, a educação manifesta-se surda, ou seja, na medida da alucinação imaginada da realidade ou na medida das classes que constróem a imagem de si mesmas projetada no Estado, em forma imaginária. Em suma, na medida das classes que vão construir o Estado como instrumento da corporação, transformando-o de instrumento de lei a instrumento da nação.[127]

Daí podermos compreender o fenômeno do parlamentarismo, no qual a cultura como princípio educativo se coloca no interior do processo de formação socioeconômica, como vetor que aponta a direção da superação das classes sociais, quando da elaboração da ação estratégica.

Isto devido a educação se pôr no interior do processo de formação social como elemento heurístico ou como princípio formador de vontades políticas. É neste sentido que a cultura como princípio educativo manifesta-se colada ao parlamentarismo; logo, a cultura explica através da educação, quando da elaboração da ação estratégica, na classe – porque se colocando como fator de desideologização – a natureza e o desenvolvimento do Estado.

O que permite apreender no desenvolvimento histórico geral, no curso da evolução da economia, a ética da aventura – ética que permeou a expansão das relações capitalistas no Brasil – através de afinidades eletivas entre crenças e ética parlamentar, ou seja, permite apreender aquela ética, desenvolvendo-se à ética parlamentar, produzindo, na modernização, a forma de governo que tem a ética da aventura desenvolvendo-se em sua forma plena como destotalitarização.

Na verdade, emerge da modernização, no País, uma nova forma de governo [Arendt], caracterizando a natureza e desenvolvimento do Estado brasileiro. Essa forma de

---

[126] Modifica-se a relação pela qual se produz o valor descrita por MARX, nas fórmulas que exprimem o real grau de *endo*-exploração do trabalho, porque produzido por relações causais internas ou próprias de indivíduos em interação. Só que, o infinito, no sentido "HEGELiano" do termo, é o contrário do *dado*, da exterioridade. Está aí definido o que chamamos de educação como processo de *remoralização* do trabalho. (**Grifo nosso**). MARX, 1985, p. 21- 23.

[127] ARENDT, 1990.

governo pode ser comparada com de mais outras formas de governo existentes desde a Antigüidade, quando a compreendemos no seu modo de produção de governo – ou de administração das coisas públicas – separada de forma de Estado. Ocorreu, no Brasil, ao contrário do ocorreu no século XX na Europa, o totalitarismo implícito.

Aqui, a obra do capitalismo em sua totalidade aparece como construção do Estado determinando um ideário burguês – a alucinação imaginada da realidade – e que foi estruturado na articulação classe e estamento.[128]

Classes rurais desenraizadas da tradição conquistam a cidade e nela projetam a idéia do imaginário de sociedade liberal burguês às avessas, ou seja, organizando os interesses econômicos da cidade subordinados aos interesses das fazendas, mas de modo tal que a política movimenta a economia a favor dos interesses dos proprietários rurais. Aliada a eles, a nata da oligarquia, a classe média urbana, a burguesia em ascensão, subordina-se àquelas classes, retardando, com isso, a industrialização.

Emerge daí a constelação classes rurais e industriais, tendo no corpo político de representação dos interesses de classes rurais não emancipadas o imaginário de sociedade liberal capitalista. Este imaginário se desenvolve em sua forma plena na modernização.

É recorrente a democracia representativa se colocar como imagem das classes sociais, posta, via representação política, como ilusão democrática; logo, sendo possível analisar, e este é o caso Brasil, a acumulação e a produção da mais valia através do parlamentarismo, o qual produz o saber – que tem sua moradia na educação – aplicado à realidade, que, contudo se realiza como ilusão – ou como idéia que não guarda relação com a experiência – dentro da tradição, ou seja, através de condições que medeiam os mercados, construindo o poder em relações hierarquizadas de poder.

Tem-se aí o peculiar do capitalismo brasileiro. O Estado produz acumulação – ou os investimentos do capital pela passagem do trabalho simples a trabalho abstrato

---

[128] Semelhante ao processo que ocorreu na Russia após a morte de Stalin e no período do governo Kruschev. Id. Ibid.

social, mas de modo tal que seu movimento em produto concreto aparece na forma de imaginário social, já que, no caso em pauta, a cultura se coloca, mediando os mercados regionais nos quais a cultura como princípio educativo – ou como vetor que ponta a direção da superação das classes, torna-as imunes à ideologia no curso do processo de formação socioeconômica.

Promoveu-se aqui no Brasil a mesma dominação que se fez em Portugal. São excluídos da vida democrática os apátridas ou aqueles que são cuspidos da sociedade. Com eles são também cuspidos os líderes que defendem sua causa. Fato que, por analogia pode ser comparado ao trabalho realizado pela Liga das Nações – Conferência de Evilan (1938) – que, por insistência de governos europeus interessados, consideravam judeus, alemães e austríacos como apátridas em potencial.[129]

Podemos apreender através de argumentações solidamente fundamentadas – constituindo-se o modelo de análise conjetural do Estado – o papel do parlamentarismo na evolução da economia. Decorrente deste papel, a presença da educação como fator de (des) organização da cultura.

Isto podemos fazê-lo, tomando como recurso o método de intervenção sociológica, no qual a educação no seu sentido antipositivo tematiza as contradições da sociedade brasileira. Recurso que nos permite apreender o papel da educação na (des)organização da cultura, na modernização, o movimento de metamorfose de mercadoria que aparece como Estado destotalitarizado. Este movimento manifesta-se oculto no interior de um processo de formação de elites.

É neste sentido que a tríade governo/sistema financeiro internacional/sistema partidário explica aquele movimento. Esta tríade é, portanto, a condição que permite o Estado comandar a acumulação e a produção da mais valia daí decorrente.

Produziu-se no Brasil o modelo sistêmico do Estado arraigado aos costumes e, com isso, configurou-se a forma de governo que se realizou por um domínio constituído

[129] Naquela época, governos europeus interessados lembravam à Liga que o trabalho sobre os refugiados devia ser feito com a maior rapidez possível, temiam que os expulsos da velha trindade Estado-povo-território iniciassem um movimento político crescente. Ibid., p. 315.

através de movimentos de reunificação do povo em torno de profetas. Povo considerado pelas elites como inferior; logo, carente de proteção especial.

Aqui, a burocracia incorpora a idéia da empresa do Rei como idéia de majestade ou de objeto de adoração pelo povo. O rei provê a satisfação das necessidades e a defesa da comunidade, através do exército legitimado como força legal e que se coloca, na história do Brasil, à disposição da oligarquia. Isto devido a gene da economia capitalista mercantil que aqui se plantou e que se metamorfoseia em trabalho doméstico, produzindo a expansão das relações capitalistas na direção da rentabilidade do capital ou da contabilidade dos donos do poder.[130]

A burocracia expressa o modelo do Estado e o fator ético nele contido, ou seja, a condição que permite que experiências vividas – via racionalização de condutas da vida econômica – se tornem fontes de legitimação de instituições através de razões (postas em formas abstratas jurídicas), as quais são justificadas por totens e subtotens.[131]

Implicando daí o fator ético – contido na doutrina religiosa autoritária, porque fundada em relações de poder (*pater familias*) – que organiza o sentido subjetivo das ações racionais, permitindo à sociedade interpretar (*deuten*) o mundo sociocultural de modo que as classes produzam os conteúdos de legitimação que vão validar um governo despótico, que se disfarça em democrático.[132]

Constituí-se, assim, a sociedade brasileira através da matriz histórica que plantou as sementes do capitalismo mercantil e que, germinadas, aqui, configuram o Estado familiar, convertendo-o no inferno da cobiça e da exploração, do gozo da riqueza sem retribuição, tomada dos frutos do trabalho sem suor. Neste sentido, a tradição

---

[130] En revanche, on fait appel au legislateur, sinon toujours du moins en général, lorsqu'il existe des tensions sociales. Ces qui se produit fréquemment partout où apparaît la situation la plus ancienne qui requière une politique sociale concertée: la différenciation économique des guerriers par l'enrichessement des uns et l'endettement des autres, et, eventuellement, l'opposition entre les aspirations politiques non realisées des couches enrichies par le profit économique et l'ancienne noblesse militaire. WEBER, 1971, p. 194.

[131] Jamais, peu-être, la divinité n'a été plus proche de l'homme qu'a ce moment de l' histoire puisqu'elle est présente dans les choses qui peuplent son milieu immédiat et qu'elle lui est, en partie, immanente à lui même. DURKHEIM, 1960, p. 320.

[132] Toute pieté religieuse authentique, quel qu'en soit le genre, inclut directement ou indirectement, en quelque point de son développement, le "sacrifice de l' intellect" au profit de cette qualité de la conviction

portuguesa se repete e se manifesta nas diretrizes de políticas econômicas postas pelo estamento burocrático ou o corpo científico das elites – corpo diretor dos processos sociais conduzidos de acordo com valores oligarquia absorvidos pelas massas.

Tudo isso produziu o surgimento da ilusão religiosa que aparece na forma de ilusão democrática, posta pelo aparecer social do fenômeno Estado brasileiro que comanda, no contexto do imaginário social ou do jogo liberal, a centralização das decisões políticas, dadas pela força maior que congrega todos ao redor da empresa: a ética da aventura.[133]

Esta ética reproduz no Brasil o peculiar em cada configuração histórica e se manifesta na manutenção dos privilégios da oligarquia e permanência das elites no poder. É recorrente ações intervencionistas estatais terem na idéia de racionalidade, a idéia valida que legitima o Estado.

Aqui há o modelo sistêmico do Estado que é dado pela contradição que aparece como confronto entre conteúdos de legitimação legal (racional-legal) – legislados pelo corpo político de representação política – e conteúdos elaborados pela classe que se enraíza no compartilhar de significados culturais ditados pela ética religiosa; logo, a contradição capital e trabalho aparece e se manifesta na idéia de administração racional da economia. No caso, tem-se o modelo de contradição que aparece como incompatibilidade entre lógica e valorização do capital e que pode ser compreendido através da análise marxista sobre o antagonismo entre sociedades anônimas e sistema corporativo.[134]

---

spécifiquement religieuse, supra intellectuelle, de l'abandon absolue et du "*credo non quod, sed quia absurdum est*" de l aconfiance absolue. WEBER, 1971, p. 337. / 1.

[133] Au Brésil L'État dans sa origine historique a développé *l'apartheid social*, dont le comportement politique traduit une éthique de l'aventure, qui est comprise par rapport à l'éthique "calviniste" de WEBER, et qui se met comme médiatrice d'expansion des relations capitalistes. Cette éthique a, dans sa genèse historique, ce racine dans l'anomie culturelle, c'est-a-dire, un comportement politique auquel les gens porteurs de valeurs solidaires, propre à la vie privée ou l 'intimité du foyer, ceci les ont été transposés vers le public "décacterisées"de ses valeurs de solidarité, en vertu de nouvellles valeurs apportées par le développement du système capitaliste. CUNHA, 1996a, p. 3.

[134] [Sobre] A usura e o capital a juros: (...) Na produção capitalista, o trabalhador é não-proprietário das condições de produção: [não é / nem [proprietário] do campo que lavra, nem do instrumento com que trabalha. A essa alienação das condições de produção corresponde aqui, entretanto, a uma mudança real no próprio modo de produção. O instrumento do trabalho se transforma em máquina: o trabalhador trabalha na oficina etc. O próprio modo de produção não permite essa dispersão dos próprios trabalhadores. Na produção capitalista, a usura não pode mais separar [*pode separar, porque modificou-se a natureza da*

Somente, assim, o ideário de imaginário de sociedade capitalista liberal que buscava se consolidar na modernização (64-84) poderia ter na evolução da economia, ou no crescimento econômico feito as avessas de intenções racionais objetivas, a possibilidade de construção de instituições políticas atrasadas, mas apresentadas – e aceitas como válidas – na nova roupagem, porque originárias da economia e, portanto, modernas.

A intenção, aqui, ao demonstrar a modificação da natureza da ideologia é a de evidenciar na via singular de capitalismo no Brasil a presença de ações intencionais humanas, que, no entanto, são ações racionais que cometem erro, gerando, deste modo, conseqüências sociais intencionais.

Somente assim, podemos justificar a contradição da sociedade que tem o fenômeno do parlamentarismo, aparecendo como essência móvel, tendo o Estado produzindo a acumulação – e a mais valia daí decorrente – como indutor e regulador dos processos do trabalho.

Na verdade, o parlamentarismo coloca a economia em movimento através da lógica que define o político no plano sincrônico – a ação estratégica elaborada pela própria classe resultante de indivíduos em comunicação – que é transposto, pela representação política para o plano diacrônico. Isto nos permite ultrapassar o paradoxo contido na teoria de Popper.[135]

É recorrente compreender o caminho de construção do Estado se realizando por uma enorme extensão da noção de individualidade que se desenvolveu no curso da história em relações pessoais socialmente produzidas, porém como relações hierarquizadas de poder elaboradas pela classe; emergindo daí os princípios de organização social que orientam ações racionais, de tal modo que as leis da natureza são

---

ideologia {**grifo nosso**}] as condições de produção do trabalhador e o produtor (...) A usura apenas centraliza os bens, especialmente sob a forma de bens de dinheiro, onde os meios de produção se encontram dispersos, [*devido à ideologia modificada é possível* juntar *os meios de produção, mesmos que dispersos* {**grifo nosso**}], onde, portanto, o trabalhador produz com maior ou menor autonomia, como pequeno camponês, corporado (pequeno comerciante) etc. MARX, 1982a, p. 321.

[135] POPPER chega mesmo ao ponto de sustentar que a tarefa principal das ciências sociais teóricas "consiste justamente em 'determinar as conseqüências sociais não-intencionais das ações humanas intencionais.' " POPPER apud REIS, 1980, p. 197.

postas como leis da história – mas na forma imaginária ou na forma de idéia redutora da cultura – e estas se realizam pelas leis da economia como idéia válida ou legítima.

Na verdade, as relações hierarquizadas de poder elaboradas pela classe como noção de poder produzem o aparecer social fenômeno Estado. Mas, o aparecer que evidencia o movimento de contradição em sua unidade, ou seja, evidencia a presença de princípios de organização social, que orientam a construção das estruturas sociais, que vão na direção da construção da forma de governo que se legitima pela ilusão religiosa.

É possível apreender através do método comparativo de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia, o movimento de contradição da realidade, sua unidade, tendo a manifestação das ações racionais se desenvolvendo na forma de ilusão democrática.

É recorrente o valor-trabalho que flui das atividades econômicas – sendo posto via representação política na forma de valor tecnológico incorporado às mercadorias – realizar-se na dialética da lógica que persegue a coerência capital). Tem-se, aí, a explicação da classe social em sua forma de representação dos seus interesses que se realizam através da representação política pela forma da ideologia – ou pela doutrina jurídica. O que nos leva a supor que na articulação classe/estamento, onde indivíduos, na classe, compartilham significados culturais, esconde-se a ética da aventura – traduzida em ato político de natureza econômica, que visa a rentabilidade do capital – configurando o que se pode chamar de caráter político nacional.

Na verdade, este é o caso Brasil, a ética da aventura – e o parlamentarismo a expressa configurando o caráter político nacional – manifesta-se na medida da alucinação imaginada da realidade, ou seja, na medida das classes sociais que constróem a imagem de si mesmas projetada na sociedade e colocada no Estado em forma imaginária. Em suma, aquela ética aparece na medida exata da construção do Estado como instrumento da corporação – ou da transformação do Estado de instrumento de lei a instrumento da nação.

Neste sentido, nossa tese exige a verificação tanto no plano da explicação científica em geral, quanto no plano da explicação histórica do papel do parlamentarismo

na evolução da economia como fator explicativo do Estado e sua articulação com educação.

Esta exigência, por sua vez, nos leva à explicação do papel da educação no processo de (des)organização da cultura. No plano histórico da formação da realidade brasileira, a educação exerce um papel surdo, por ser escondido sob a forma de dominação carismática funcional no interior da alucinação imaginada da realidade.

No Brasil, a indústria ocorreu ao nível das coisas ou da "consciência natural", caracterizando o caso particular do capitalismo brasileiro, no qual a dominação carismática funcional se realiza na dialética da representação política como também no processo de formação da vontade soberana.

É recorrente a presença da forma de governo que tem a administração das coisas públicas realizada como alucinação imaginada da realidade – ou sociedade planejada e pensada segundo intenções do plano mental das elites, como sociedade (des)organizada na sua cultura. O que nos leva a supor ser o papel da educação fator relevante na construção desse tipo de sociedade. No curso da evolução da economia colada ao parlamentarismo, a educação manifesta surda. Daí suposição do fenômeno da educação – na função de desideologização das classes sociais – ocorrendo, na classe, quando da elaboração da ação estratégica, como elemento heurístico ou princípio formador de vontades políticas.

Considerando a importância do papel da educação, podemos analisa-lo na (des)organização da cultura pelo exercício de práticas de governos, de administração e de estratégias, buscando evidenciar sua presença – deturpando a comunicação que se estabelece entre os espaços da lógica e do social ou espaços nos quais indivíduos visam habitar o mundo e nele interagir com outro, buscando pelo trabalho a sobrevivência – como fator explicativo da ação estratégica (ação política portadora de vontades comuns), que se desenvolve com base na ética da aventura à ética parlamentar, através de atos legislativos ou de representação de interesses de classes – atos de representação política postos como inovações institucionais.

Tem-se aí, na representação dos interesses coletivos, a educação como lugar – ou morada do saber – que funda o papel das classes intelectuais e seu modo de inserção na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana. No caso do Brasil, na industrialização, as classes intelectuais, constitutivas da classe média urbana – a pequena burguesia em ascensão – aliam-se à oligarquia e vão (des)organizar a cultura – ou então a organizam dentro de parâmetros da sociedade capitalista liberal idealizada pelas elites.

É habitual a formação das classes intelectuais brasileiras realizar-se na parede que articula a racionalização da vida econômica (interação), precisamente, na dialética da lógica que persegue a coerência, à individuação (trabalho); logo, é conseqüente se ter instituições criadas como imagens que as classes sociais têm de si mesmas, projetadas na sociedade e ser essa imagem percebida – antes mesmo que qualquer linguagem (daí a força da tradição) – como alucinação imaginada da realidade.

No processo da formação de classe no Brasil, deve ser considerado o direito romanizado. Ele aportou aqui na terra devido a herança da colonização portuguesa e nele se tem a tradição como morada do saber, o qual funda o modo de produção de governo (modo de administração racional da economia).

Entretanto, trata-se da morada que aponta a direção da superação da classe, tendo na cultura o saber produzido como elemento perturbador da relação lógica e social. Daí, esta relação conferir à classe social o papel de produção da ideologia; logo, ela se coloca sofrendo os efeitos da alucinação imaginada da realidade que ela mesma.[136]

Esta alucinação dá a educação seu conceito de mediação na cultura política, visto que se trata da lógica que aplicada ao mundo empírico, produz um movimento de percepção dos objetos para além dos dados sensíveis, compreendendo o mundo nos aspectos que não têm existência objetiva no real; daí, a produção da existência ser compreendida como relações nas quais indivíduos, em experiência de relações com os outros, traduzem o mundo das necessidades na forma de sinais, simbólicos e valores. Em

[136] A conexão *lógica* e *social* determina a relação Estado / Sociedade ou a presença do *contrato social* unilateral, caracterizando no sistema social, do ponto de vista da ideologia, o núcleo que explica a dominação estatal de classe. CUNHA, 1995.

suma, o mundo é traduzido em normas que visam a produção da existência no próprio âmbito da construção do mundo público.

Desta forma, a educação encontra seu papel de mediação. Na sua especificidade de produzir representações *a priori* da realidade – própria de ato da palavra que se realiza na dialética da interação e trabalho pela comunicação entre os indivíduos – a educação se põe como elemento intermediário – ou princípio formador de vontades políticas – nelas contidas a razão medium capaz de inferências orientando atividades humanas em acordo com o senso prático da razão – produzindo a construção de identidade coletiva, na qual a classe se coloca desideologizada.[137]

É recorrente o parlamentarismo aparecer na fase de indústria – nela inclusa a figura do intelectual, que reflete a formação da classe intelectual como elemento perturbador da relação lógica e social – expressando a surda manifestação da educação que se coloca no processo como princípio formador de vontades políticas, na forma de representação política, expressando a tradição no corpo da doutrina jurídica em formas abstratas jurídicas.

É conseqüente também o fato de que na indústria (ato final da produção humana da existência) esteve presente a educação, manifestada surda – porque não ouvida na interação ou na comunicação dos indivíduos, que, no interior da classe, buscam a produção da subsistência. É nessa comunicação que a educação se expressa, através da lógica que encaixa valores e crenças; o lugar onde a idéia se emancipa da realidade, adquirindo sua coerência.

Isto ocorre Brasil devido a indústria produzir a partir de práticas econômicas que se constróem na junção de forças produtivas e vontade de saber, mas de tal maneira

---

[137] HABERMAS em *Conaissance et interêt* (1976) desenvolve proposta de tratamento crítico-elucidativo das "neuroses sociais", com base no modelo da psicanálise. Reformulada por nós, esta proposta ajuda entender a manifestação surda da educação na industrialização no Brasil e a compreender seu papel na (des)organização da cultura. Esse papel pode ser resumido pelo que se segue: os indvíduos em interação – na classe e no momento da síntese mediado pelo trabalho social – produzem representações imediatas, resultantes da consciência falsamente motivada, e, portanto, produzem uma *consciência desideologizada* na qual as representações destacam-se na linguagem cotidiana como perturbações da relação da *lógica* e *social*, provocando distorções do pensamento derivadas de análise errática da realidade. Essa *falsa* consciência forma posturas comportamentais constantes e inalteradas, imunes à crítica, legitimando a ordem estabelecida. Ibid., p. 80.

que a representação política traduz aquela vontade na forma ilusória de vontade soberana; logo, esta é uma vontade do saber que se situa além das técnicas contidas nos afazeres do cotidiano e adquiridas de modo pragmático, ou seja, uma vontade que se põe desideologizada ou para fora do senso da razão prática ou da consciência das necessidades universais. Está aí definido no plano diacrônico transposto ao plano sincrônico, a educação como mediador da cultura política. [138]

O que explica, no caso Brasil, a cultura como princípio educativo ou como vetor que aponta a direção da superação das classes sociais. Daí sua função de desideologização das classes sociais e, conseqüentemente, sua função atribuída à produção democrática da cultura brasileira.[139]

Esta categoria vai explicar a sociedade brasileira que tem como substrato os fatos sociais, cujos fatos têm a gênese nos costumes, classificando tipo social, como, por exemplo, o caráter político nacional. Este caráter engendra, do interior da sociedade, representações coletivas que são resumo dos seus grupos sociais, os quais adquirem a consciência de identidades culturais marcadas pela história

Em suma, essa categoria explica o peculiar do capitalismo brasileiro, ou seja, o caminho de superação das classes sociais que se cola inverso ao pensado por Marx para o capitalismo na Europa. Essa é uma categoria – e ela pode se colocar como conceito – guia de pesquisa – que representa a "consciência moral da classe" e que pode ser definida como constitutiva do totemismo sociológico.

---

[138] L'éducation comme principe fondateur de la volonté politique, nos amène à donner trois propositions: (a) l'éducation produit des personnes qui s'éfforcent dans la thematisation des contradictions de la société capitaliste; (b) produit des personnes qui s'éfforcent dans l' articulation des demandes et des décisions politiques; (c) produit de personnes capables d'adopter des actions collectives homogènes avec à leur base qui s'orientent atravers principes de solidarité, de reciprocité et de justice. Cette proposition est-il importante, car cette action est de nature politique et personnes qui auraient cette capacité produisent une identité collective à l'interieur des groupes politiques. Ibid., p. 11.

[139] L'éducation produit des interprétations *a priori* de la realité. Elle peut ou non expliquer l'élément central de sgnifications des normes et donner l'obligation d'y obéir quand elles sont reconnues intersubjectiviment par beaucoup de perssones. Elle produit des interprétations *a priori* dans la liaison avec la raison pratique et conduit à la formation de volontés collectives qui se forment comme base de critères d'universalisation des besoins. Elle devient, alors, un instrument efficace de décision politique rationnelle en tant que principe de formation de la volonté politique. CUNHA, 1996a, p. 60.

Portanto, categoria que – como recurso metodológico complementar da tese – nos guiará nos passos de nossa pesquisa, que consiste, principalmente, em demonstrar a presença da Educação como fator de (des)organização da cultura no Brasil.

2.5 Hermenêutica da tradição e o caminho de construção do Estado

Marx, no século passado, procedeu a análise do capitalismo quando este encontrava-se na fase de desenvolvimento liberal burguês. Pode-se afirmar que seu método traduz uma metodologia que se caracteriza pela centralidade econômica. Nele se privilegia, metodologicamente, a razão que produz as forças produtivas como momento subjetivo e que é apreendido, no plano empírico, através de ações racionais guiadas por interesses; logo – este é o ponto crucial do seu método – as ações de caráter (co)operativo que se desenrolam no cotidiano do trabalho. Estas por serem ações comunicativas e simbólicas ficam subordinadas às ações racionais instrumentais.

Está posto aí o ponto fundamental da nossa crítica ao método de Marx. Nele, o momento subjetivo das ações racionais instrumentais – resultante da síntese mediada pelo trabalho social realizada pelas classes – traduzem aquele momento subordinando-o ao processo de objetivação das forças essenciais humanas: o trabalho. Fato que o levou a análise da realidade, contrapondo-se a Hegel, que, metodologicamente, privilegiava no movimento de contradição da realidade o movimento do espírito.

Isso deve explicar por que Marx vai divergir de Hegel não no conteúdo, mas na forma, no sentido em que as ações racionais caminham do simples ao complexo, no movimento de superação das classes sociais. Está aí o ponto de partida que nos leva à crítica metodológica do materialismo dialético.

Quando Marx fala em indústria, é para que se possa entendê-la como força objetivada das energias produtivas humanas impulsionadas pela presença de uma força (no sentido hegeliano do termo) que, na relação do pensar e do agir, produz mercadorias de dupla natureza: valor e utilidade; logo, a indústria – último ato da ação produtiva humana (Marx) – se realiza através das classes, da auto-objetivação das forças essenciais humanas

(o trabalho ou o labor no dizer de Arendt), que substituem a crítica da ciência pela crítica da economia – a "ciência natural do homem". É recorrente, então, aquela força transformar o mundo e serem os conflitos sociais resultantes de conflito primário homem/natureza.

Na análise de Marx, não se distinguem na dialética hegeliana momentos nos quais a razão se coloca traduzida em racionalidade simbólica ou residual e instrumental, e, com isso, ele não privilegia os motivos que levam os indivíduos a executarem ações racionais, de acordo com intenções e acordos dos indivíduos que se estruturam em classes.

Daí ele incorporar o momento subjetivo ao objetivo – sendo apenas o momento que, na totalidade, é compreendido como ação que produz valor no seu sentido objetivo – e aquele último momento se revela em propriedade privada ou momento pensado no qual se dá a conhecer a verdade – ou a economia que produz a reflexão crítica da ciência – a qual se manifesta por violência empírica (o efeito daquela verdade) como conflitos classes. Desta maneira, Marx tem, na classe social, o substrato que define a política e a classe é apreendida – bem como a economia que tem nela conteúdo do conflito – *pos-foestum*, ou seja, após o conflito se manifestar na violência empírica.

Elementos tais como sentimentos, responsabilidade, empatia e demais outros do tipo comunicativo e simbólico, que constituem a esfera da ação humana e que se desenvolve para além da economia – presentes, também, no cotidiano do trabalho – foram menosprezados na análise. Isto devido à centralidade econômica de seu método, no qual o agir instrumental confina o processo de valoração das energias produtivas – que é também de natureza ética e moral – à manifestação empírica da propriedade privada, fruto da essência subjetiva do trabalho, objetivado.

Esta é, no entanto, a condição política pensada por Marx e posta por um fundo histórico de natureza econômica, o qual garante a apropriação ou a posse dos meios de produção. Nela, está contida a essência subjetiva do trabalho, que realiza a economia através de leis que favorecem os interesses capitalistas em geral.

Deste modo, Marx não descartava os resíduos contidos na classe – por exemplo idéias de liberdade religiosa (ou de consciência) presente nas ações racionais com as quais os indivíduos no interior da classe buscam entrar em acordo consigo mesmos – porém preferiu privilegiar o ponto de vista da objetividade científica, confinando aqueles resíduos aos dados empíricos da pesquisa; logo, optou pensá-los no seu resultado, ou seja, do ponto de vista metodológico, no qual a classe tinha aqueles resíduos como produto de relações de produção ou de mercados; por isso superados juntamente com a superação da classe.[140]

Está configurado o fundo histórico de natureza econômica, pensado por Marx, que, no conjunto das relações humanas mediadas pelo trabalho social, se coloca como condição política de reprodução da força de trabalho. Daí a direção política de sentido negativo atribuído à ideologia, contida no método de Marx.

Ele não privilegiou, portanto, do ponto de vista metodológico, uma margem de lucro do capital (real) se realizando através de relação de determinação causal interna – própria de indivíduos em comunicação – com isso, descartou a possibilidade dos fenômenos classe, Estado e ideologia estarem se articulando, no tempo, produzindo, em tempos diferentes, formas diferentes de legitimação; logo, colocou de lado o fato de que a produção da mais valia pudesse estar realizando as custas de ilusão religiosa, posta como ilusão democrática.

Descartou, em suma, o fato de que a contradição entre forças produtivas e relações de produção não impedia, na medida da evolução da economia, o desenvolvimento do capitalismo; assim, não impedia, a contradição capital/trabalho, de o capital continuar a exploração do trabalho, mas através do conhecimento gerado naquela

---

[140] La valeur-capital a été originairement avancée sou forme-argent; la plus- valie, au contraire, existe prime abord comme valeur d'une quote-part du produit brut. La vente de celui-ci, son échange contre de l'argent, opère donc le retour de la valeur–capital à sa forme primitif, mais transforme le mode d'être primitif de la plus-valie (...) le filateur avance l'une comme l'autre dans l'achat des merchandises qui le mettent à même de recomencer, et cette fois sur une plus grande échelle, la fabrication de son article. Mais pour en acheter lés elements constitutifs, il faut qu'ils les trouve là sur le marché. MARX, 1985, p. 59.

evolução, o qual influencia o desenvolvimento do homem que a conduz na sua própria evolução.[141]

Na verdade, Marx buscava evidenciar a dominação estatal de classes, em que a força de trabalho que valoriza o capital produzia a dominação política como domínio do capital. Mas, a razão produtora da síntese hegeliana colocada por Hegel como especulativa o levou a interpretar aquela dominação como relações socialmente determinadas e colocadas antecipadamente como dominantes. É claro que naquela razão estavam contidas motivações que traduziam conflitos apreendidos na forma de violência empírica gerada pela atividade do trabalho.

Marx não privilegiou nas suas análises resíduos ou manifestações dos sentimentos, os quais não têm existência objetiva no real. Com isso, não identificou no movimento de contradição da realidade, a síntese mediada pelo trabalho social se realizando pela classe, de modo tal que um terceiro fenômeno (entre classe e Estado), a cultura, se colocava como fonte histórica de valores – traduzida pela razão *medium* ou elemento intermediário – articulando classe Estado e ideologia. Em suma, não identificou a classe realizando aquela síntese tanto como realidade imaginada quanto como imaginário social, compondo, assim, a globalidade dos valores (subjetivo/objetivo) que estão presentes na síntese.[142]

Daí, não pôde apreender – devido análise centrada na economia privilegiada no seu método – a importância metodológica da ação (co)operativa no trabalho que se realizava pela classe como ação estratégica e a síntese mediada pelo trabalho social ser dependente de condições históricas e culturais de determinadas regiões e do tempo na qual elas ocorrem; logo, não compreendeu aquela ação se realizando através do uso da razão que se manifesta na forma dupla, ou seja, elaborando uma noção de poder – relações hierarquizadas de poder (a realidade imaginada) – porém colocadas como representação dos interesses da classe, em função de poder (o imaginário social); respectivamente conteúdo e forma da ideologia.

---

[141] As idéias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência não fizeram mais do que proclamar o reino da livre concorrência no domínio do conhecimento (Manifesto do Partido Comunista).

[142] MARX, 1985, p. 197.

É recorrente também não compreender a dominação estatal de classe se realizando de modo tal que o Estado tira proveito dos conteúdos de legitimação elaborados pela classe, no próprio espaço no qual ela se estrutura; logo, tendo-se aí a presença da ação produtiva que realiza a superação das classes sociais no sentido inverso (positivo) ao sentido negativo que ele pensara, sentido este que lhe era dado pelo modo de manifestação da ideologia.

Em suma, Marx jamais pensou que a classe poderia estar se realizando através da ação estratégica, e, deste modo, estar se transformando de classe social em massa (como Arendt pensara e o critica quanto ao conceito de trabalho como labor).[143]

A razão que anima o Estado, hoje, tem sido compreendida pela condição subjetiva do egoísmo universal. Na verdade, a ação estratégica como intermediária entre trabalho e interação – e ela define a própria política – se realiza de modo tal que a ação política se realiza como auto-reflexão na relação com a auto-objetivação, mas não como confronto do homem e suas necessidades; logo, a produção do sistema de representação de classes pode ser explicado como ocorrendo na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

Práticas de governo, estratégias e discursos racionais "operados" pelo Estado em função de poder buscam explicar a ação racional em seus motivos pelo agir comunicativo, que, vinculado ao agir instrumental, explica a ação política (como ação da "fala" ou de comunicação entre indivíduos), desenvolvendo-se no contexto do sistema de interesses. Entretanto, nada nos diz sobre o "outro lado da razão", ou seja, da condição subjetiva do altruísmo ou da ação (co)operativa, que, como fator heurístico inspirador de vontades, leva as ações racionais a se desenvolverem no contexto do sistema de solidariedade.

Cremos que este fator – ausência do explicativo de ação simbólico-solidária – tem na condição subjetiva do altruísmo a explicação da vinculação dialética que se realiza entre ação do trabalho e interação (ação comunicativa), cuja explicação é dada pela ação

[143] ARENDT, 1983.

estratégica, que, intermediária entre espaços do público e privado se realiza como dilema de representação.

De fato, aí está, ao nosso ver, o fator que compreende o papel político das classes sociais que se colocam ocultas. É neste sentido que em tempos diferentes a ação estratégica (que tem como condição de realização a ação de (co)operação) aparece ora na forma que caracteriza a condição de sua eficácia, ou seja, a ação (co)operativa, ora na forma isolada, ocultando portanto, sua condição de eficácia.

Hoje, a ação estratégica aparece na forma isolada – configurada na capacidade individual de escolha racional – justificada através de discursos racionais que se expressam como capacidade de administração racional da economia – realizando-se na forma de ordens ou comandos emanados do Estado; logo se pode analisá-la como resultante de síntese elaborada pelas classes que a configura como realidade imaginada ou como noção de poder, cuja noção é posta em função de poder pelo Estado como imaginário social.

Diferente do passado, à época de Marx, a resolução das crises da economia e dos conflitos aí contidos passam, fundamentalmente, pelo Estado, representado através da noção de ideal como idéia geral dos interesses capitalistas.

As crises econômicas se revelam, então, como incoerência entre lógica e idéia que se tem da realidade – a que compreende o mundo como manifestação do empírico num conceito de verdade – obrigando o capital à adoção de formas de sociedades anônimas, cada vez mais compostas de conjunto de empresas ou de conglomerado de empresas.

Isto nos autoriza a dizer que a exploração do capital pelo trabalho, bem como o processo de acumulação e de extração de mais valia fica na dependência de como o Estado é avaliado pelos indivíduos, que, contidos em classes – no sentido marxista do termo – elaboram a forma de legitimação dos processos políticos, através da razão *medium* como produto de inferências, que realiza interpretações do mundo sociocultural.

Daí, é sensato pensar na presença de um terceiro elemento, intermediário, que – no contexto em que se realiza a ação estratégica - produza no curso da história ou

da natureza um compartilhar de significados comuns. Neste caso, este elemento é a cultura que se coloca como elemento intermediário e explica uma causa que é "imposta" à razão prática como sentimento subjetivo de necessidades ou como conhecimento que explica essa causa como conexão necessária; logo, a cultura é fonte de valores e realiza a história (que aparece como movimento da natureza), sendo ela o fator de determinação entre existência social e política.

É recorrente o compartilhar de significados culturais se realizar como noção de poder; deste modo, aquela causa se explica como lógica aplicada ao mundo empírico que tem o antecedente opondo-se ao conseqüente, mas que toma como referência a natureza no significado que ela tem de imaginário social fixado como resíduo pela tradição. Isto gera por conseqüência um tratamento metodológico com referência às classes sociais, diferente do sentido atribuído à ideologia por Marx.

Por analogia, podemos supor que os indivíduos nas classes produzem a história realizando ações de (co)operação, de tal modo que a razão interpretadora de significados culturais tem, no elemento lógica, um conteúdo "crítico" que unifica razão teórico-prática, produzindo a vontade soberana, que, no entanto, é resultado de uma estruturação lógica posta em função de poder. Tem-se aí uma concepção de política definida como ação estratégica que se realiza pelo modo como os indivíduos vêem o mundo "com os olhos de outros" – traduzindo-o objetivamente na forma de ação política que articula meios e fins através de valores subjetivos, que se expressam pela fala ou comunicação.

Está configurado, pois, o gene de um processo de formação de classes que expressa o mundo tendo como ponto de partida normas que produzem comportamentos comuns, padronizados, os quais se colocam como elemento que articula fins e meios – o político definido como classe, ao mesmo tempo, estruturando o sistema de necessidades – ou seja, há comunidades realizando ações de (co)operação ou agir estratégico que correlacionam regras a meios de sobrevivência, expressando o mundo na forma de valores ético-normativos; logo, o mundo é expressado por ações racionais que se orientam de acordo com a vocação do trabalho.[144]

[144] L'ascète ayant conscience que sa force d'agir provient de la possession capitale d'un salut religieux et quíl sert Dieu par son activité, renouvelle ainsi, sans cesse, l'assurance de son état de grâce. Il se sent être un

Tem-se, pois, na classe, a realização da ação estratégica que define o modo como os indivíduos interpretam o mundo de acordo com interesses e objetivos comuns. Este representa na tradição o fundo histórico do processo de produção doméstica da vida (gene histórico que define o fenômeno do parlamentarismo), no qual indivíduos se constituem pela economia, formando-se em classes como massa, ou seja, agrupamentos que realizam a ação comum através de crenças, valores e instituições; como processo de formação étnocultural; logo, as classes têm na tradição o elemento contradição que se manifesta como antagonismo entre trabalho – técnica acumulada dos afazeres do cotidiano obtidos de forma pragmática – e interação – experiências do mundo vivido adquiridas em relações com outros.

Isto leva a compreender a história pelas classes sociais que adquirem consciência de serem entidades culturais e históricas, e a de ser o seu território marcado pela história comum, fruto do trabalho dos ancestrais e cujo futuro dependeria do desenvolvimento de uma civilização comum. A classe realiza, pois, a história, tendo na ação estratégica a concepção de política dada por uma conexão profunda entre Estado e sociedade.

Do ponto de vista metodológico, esta conexão explica fenômenos superficiais que podem ser confirmados quando se reconhece que o conhecimento direto de tal conexão é pois impossível.[145]

Está configurada a classe como substrato analítico do modelo sistêmico do Estado, sendo dada pela força da tradição. O que nos permitirá apreender o caminho de construção do Estado sem perder de vista a intuição de Marx, para quem a filosofia sempre foi parte primordial de uma teoria política. Isto nos leva a reformular no próprio método de Marx o caminho de construção do Estado, através dos «olhos» de Arendt, apontado por ele como superação das classes sociais.[146]

---

combattant de Dieu, peu lui importent l'ennemie qu' il combat et les moyens qu'il emploie dans la lutte. WEBER, 1971.

[145] GINZBURG, 1980, p. 28.

[146] Para ARENDT, os indivíduos na esfera pública, ao se desenvolverem em acordo com a tradição, desenvolvem um mundo comum – espaço público – no qual a fala e ação não se contradizem. Onde quer que os Estados-nações surgissem, cessavam quase por completo os movimentos migratórios; enquanto na

No método de Marx, está contida a direção política que é dada pelo valor trabalho – incorporado as mercadorias – atribuído pela ideologia na forma de asserções de fatos e máximas, como juízos de valor. Para ele, ideologias ou teorias socialmente determinadas por relações de dominação entre as classes resultam em o que se poderia chamar de falsa consciência, ou seja, uma consciência adquirida pelos indivíduos que, na classe – "agem" como o todo – têm na descrição falsa da realidade a orientação para ação estratégica.

Na verdade, ele buscava delinear um sentido para a ação política frente a uma situação retirado do conjunto de teorias nas quais os dados são demonstráveis – o empírico como privilégio da teoria – através de um movimento de metamorfose de mercadorias, no qual o dinheiro como símbolo é interpretado como movimento das classes em direção a sua superação – a articulação da lógica com o racional-prático.

Neste ponto, Habermas deixa pistas ou sinais, que nos permitem compreender o *modus operandi* do modelo sistêmico do Estado, reformulando o papel da ação estratégica que, no seu pensamento, não é colocado como fator metodológico privilegiado.[147]

A classe constrói um conceito do homem no sentido de um *em si* como valor dado pelo contemporâneo, e, com isso, a síntese que unifica razão teórica à razão prática se realiza como conceito normativo de espaço público, mas de modo tal a ação intermediária entre interação e trabalho aparece como razão não formal, unificando teoria e prática, produzindo o conteúdo de legitimação.

Aí, o modelo sistêmico do Estado pode ser compreendido na sua forma de exercício de poder pela presença do elemento perturbador, ou seja, pela lógica que traduz o mundo como razão oculta (*criptica*), na forma de "falso conteúdo crítico", que, no entanto, tem seu fundamento na síntese elaborada pela classe, ou seja, tem a realidade como idéia geral dos interesses daqueles que ocupam a mesma posição na estrutura produtiva.

Europa oriental e meridional, onde fracassou a fundação dos Estados-nações, isso ocorreu porque faltava ainda o apoio de classes rurais firmemente enraizadas. ARENDT, 1990, p. 260.

Tem-se, desta maneira, um conceito normativo de espaço público elaborado pela classe, de modo tal que a razão prática entra em contradição com a vontade soberana. Daí, o modelo sistêmico que explica a dominação – e que é "operada" pelo Estado – no qual aquela contradição se realiza através de uma causalidade definida entre classe, Estado e ideologia, mas como relação causal interna – realizada por indivíduos em comunicação – que, no entanto, aparece produzindo forma de legitimação diferente, em tempos diferentes. Neste caso, tem-se a causa aparecendo no antecedente, mas ocultando-se no conseqüente, alternando-se "como se invertesse no tempo". Trata-se, portanto, de uma causa que, "imposta" à razão, ilude a si mesma.

Está configurado, pois, o processo de socioeconômico que explica as classes elaborando conceito normativo de espaço público como noção de poder. Mas elas o fazem via elemento tecnocrático (a ciência e técnica como "ideologia" [Habermas]) veiculado pelo sistema de comunicação da *mass media* – (re)elaborando o conhecimento produzido no cotidiano do trabalho como saber técnico acumulado e adquirido de forma pragmática.

A dominação de classes se coloca pois esclarecida quando o Estado, como recurso antropomórfico, eleva a razão teórica à consciência prática. Tem-se, aí, a possibilidade de significado de idéia de necessidade, elaborado pela classe como noção de poder, elevado e posto, via representação política em função de poder; logo, aquele significado vai aparecer à consciência como **não** oposição entre razão prática e vontade soberana (o que dá ao Estado sua legitimidade).[148]

Mas, isto, o Estado vai fazê-lo, tirando proveito da comunicação deturpada que se realiza entre espaços do público e privado, ou seja, de modo tal que a ação administrativa política é traduzida como conceito de verdade, via indireta, em razão de ser interpretado por indivíduos na classe que associam experiência de vida ao desenvolvimento das forças produtivas e dos modos e estilos de vida daí derivados.

---

[147] HABERMAS apud REIS, 1984.

[148] En d'autre termes (*la pluralité*) le problème ne concerne pas la force, ni la faiblesse, et il ne s'agit pas d'autonomie. Dans le religions polithéistes,par exemple, même un Dieu, si puissant soit il , ne saurait être souverain; c'est ne que dans l'hipothèse d'un seul dieu que la souvéraineté et la liberté sont identifiques. En

Tem-se aí a condição que nos permitirá, sem abandonar a metodologia de Marx, apreender no caminho de construção do Estado a cultura como vetor que aponta a direção da superação das classes sociais.

A ação estratégica como síntese mediada pelo trabalho social na classe produz sujeitos coletivos interiormente – ou via linguagem característica de indivíduos em comunicação, cuja síntese é perturbada por elementos externos – por exemplo, elementos tecnocráticos divulgados pelo sistema de comunicação – por ser "operada" pelo Estado com fins de colocar a noção de poder elaborada pela classe em função de poder.

Por conseguinte, as classes ficam presas ao modelo sistêmico totalizador do Estado – como indutor e regulador dos processos do trabalho – produzindo o elo (unidade-razão ou teoria/ prática), através da lógica aplicada ao mundo empírico – a síntese piagetiana a que nos referimos anteriormente – a qual realiza a articulação dialética da interação e trabalho (articulação racionalização e individuação produzindo a unidade (sujeito/objeto) através de movimento de percepção dos objetos, em que a razão que ilude a si mesma é posta como razão oculta, não formal.

Portanto, é esta a nossa crítica a Marx e a Habermas. É possível, pois, reviver a experiência sem a eliminação de influências perturbadoras.[149]

Está exposta nas páginas anteriores – visando explicitar o caminho de construção do Estado brasileiro – a (re)interpretação em Marx e em Habermas – a crítica à reconstrução do materialismo histórico centrada na reinterpretação da teoria da mais valia em Marx.

---

toutes autres circonstances, la souveraineté n'est possible qu' imaginaire , et au prix de la realité. ARENDT, 1983, p. 300.

[149] *Revivre l'expérience* est dans un certain mesure l'équivalent *d'observer*; sur le plan empirique ces deux opérations satisfont l'une et l'autre au critère d'une théorie de la copie de la verité; elles garantissent, semble-t-il, la reproduction d'un immédiat dans la conscience solitaire purifiée de toute interférence simplement subjective. L'objectivité de la connaissance est alors définie par l'élimination **des ces influences** perturbatrices. Cette condition ne pourrait en principe être satisfaite par une comprehénsion qui reste prisonnière essentialement d'un contexte de communication. HABERMAS, 1976, p. 214.

Isto nos permite, através da integração de *corpus* metodológicos diferentes (Marx, Weber), apanhar, no desenvolvimento histórico geral o peculiar da gênese do capitalismo brasileiro, ou seja, o sentido da superação das classes sociais com um sentido inverso ao pensado por Marx para o capitalismo da Europa.

2.6 Aporias da teoria do conhecimento em Marx

Marx em *O Capital* conduz o desenvolvimento da ciência articulando a ela o desenvolvimento da história, pois, desta maneira, produzindo a ciência social na articulação com a história, pode-se conceber a "ciência social da natureza", do homem como ser real, historicamente situado como sujeito e objeto do conhecimento. A ciência do homem fica devendo à ciência social o fato de que o homem é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento. Nasce dessas preocupações sua metodologia, que consiste na crítica da ciência natural não associada à história.

Era, portanto, fundamental na sua metodologia, a associação entre ciência e história, na qual o homem executa ações no presente, articulando-as com as ações do passado e com todo o aprendizado histórico que constitui a história da civilização humana.

Justificava-se, pois, seus esforços em produzir conceitos acerca da realidade social, tomando como base a economia, que, na esteira de ações guiadas por interesses, produzia a organização social por sobre a economia. Em suma, produzia a superestrutura, traduzida na trama de relações sociais, condicionada por fenômenos da economia.

Contudo, a superestrutura como elemento político não pode ser reduzida ao econômico, visto que se trata de um complexo de relações socioculturais que representa a idéia geral que os homens têm de seu mundo e no qual agem coletivamente na busca de suas necessidades.

Para nós, ela é construída e reconstruída na história, articulada com as atividades de natureza econômica e só pode ser compreendida como organização política que se ergue de atividades econômicas, elaborando normas que regem as relações

humanas, como forma de compreensão do mundo e da necessidade de, nele, os homens, em interação, habitá-lo. Somente, assim, o Direito torna-se elemento importante para reger relações humanas, as quais possuem no subjetivo os condicionantes ou os motivos de suas ações; logo, vamos concluir que o sistema normativo estruturado no ordenamento jurídico constitui-se num elemento básico para o conceito de Estado.

Para nós, no caminho de construção do Estado, tem-se, diferente de como Marx pensara, a ideologia se manifestando em tempos e em formas diferentes. O que nos leva a supor a presença no sistema de produção de governo de um elemento de estabilidade – em acordo com circunstâncias histórico culturais de determinada região – configurado como *totem*. Deste modo, podemos compreender o Estado no qual está oculto um controle social, realizando-se como processo de juridificação das relações sociais, de tal forma que representações coletivas expressa pelo culto têm as práticas rituais dando contorno ao objeto sagrado do qual os indivíduos dependem.

Tem-se, então, conteúdos de representação democrática, em que o significado de idéia de necessidade expressa a sociedade configurada no totem, que se realiza por um elemento contratual que constitui os indivíduos pela economia, estruturando-se como classes, separando atividades meios de atividades fins no contexto de um sistema de idéias errôneas, através da síntese mediada pelo trabalho ou pela sua resultante a ação estratégica. Em outras palavras, tem-se na análise de Durkheim, o totem que nos permite compreender a relação forma de Estado/forma de governo, que se realiza pelo vício do exercício de soberania.

Durkheim em *Les formes élémentaires de la vie religieuse* (1912) analisa, no seu tempo, a sociedade pela concepção de religião elementar, visando interpretar, através da noção de *totem*, os efeitos que o progresso técnico-cientifico exerce sobre a sociedade moderna. Mas, a nosso ver, vai fazê-lo compreendendo todas as coisas ligadas ao totem, mas diferenciando-o quanto a dados sensíveis, representação e pensamento. No totem, estão presentes conteúdos, atos de representação coletiva e as coisas que se põem como algo para todos, mas interpretadas como determinação do *ser-para-si* ao *ser-para-outro*, como consciências que se opõem e que, do interior para o exterior, produzem a integração social. O que o leva a distinguir o totem, em seus dois componentes culto e

práticas rituais, e, ainda, a presença de subtotens, que, em ocasiões diversas exercem o mesmo papel do totem principal.[150]

Pode-se compreender, então, como fato social os atos de representações coletivas, cujos conteúdos significativos neles contidos correspondem objetivamente a um estado de coisas, posto como resultado de consciências, que, em oposição, expressam a sociedade que adquire consciência de *si* e na qual as atividades sociais se realizam por uma imensa (co)operação. Decorre daí sua teoria sociológica, na qual fato social é considerado objeto da sociologia, mas como algo que se coloca coercitivo aos indivíduos, conferindo a esta ciência sua característica peculiar.[151]

Para ele, as sociedades têm como substrato os fatos sociais e estes têm sua gênese no direito e no costume, pelos quais se classificam tipos sociais, que, por sua vez, caracterizam a sociedade do seu interior engendrando representações coletivas que são resumos de seus grupos sociais, os quais adquirem a consciência de sociedade marcada pela história. É neste sentido, que, certa instituição social, Estado, insinua-se por dentro da sociedade, constituindo-se em imagem como noção ideal de interesses da sociedade.[152]

Vai buscar no método de variação, concomitante a administração da prova em sociologia, a demonstração dos fatos sociais. Se os fenômenos sociais escapam a ação do operador ou do artífice da natureza, estes são agarrados pelo o método, pois, no totem, pelo qual os homens se ligam a si mesmos ou às necessidades impostas pela natureza, está

---

[150] Mais ce qui montre mieux encore que toutes les choses rattachées à un totem ne sont pas d'une autre nature que celui-ci et, par conséquent, qu'elles ont un caractère religieux, c'est qu'à à l'occasion elles jouent le même rôle. C'est sont des totems accessoires, secondaires, ou, suivant une expression qui est aujourd'hui consacrée par l 'usage, des sous-totems. Il arrive sans cesse que, dans un clan il se forme, sous l'influence des sympathies, d'affinités particulières, des groupes plus restreints, des associations plus limitées qui tendent à vivre d'une vie relativement autonome et à former comme une subdivision nouvelle, comme un sous-clan à l' íntérieur du premier. DURKHEIM, 1960, p. 215.

[151] Le droit, les déterminations du droit et des realités du même genre ne se tiennent pas, il est vrai, dans l'exteriorité sensible réciproque (des parties) de *l'espace*. (...) Mais telles déterminations en soi spirutelles se tiennent également *isolées en leur singularité* dans le vaste champ de l'universalité intérieure, abstracte, de l'acte de la répresentation en général. HEGEL, 1994, p. 43.

[152] Tout au contraire, les considérations qu'on vient de lire se ramènent à cette idée que les causes des phénomènes sociaiux sont internes à la société. C'est bien plutôt à la théorie qui fait dériver la société de l'individu qu'on pourrait justement reprocher de chercher à tirer le dedans du dehors, puisqu'elle explique l'être social par autre chose que lui-même et le plus de moins, puisqu'elle entreprend de déduire le tout de la partie. DURKHEIM, 1937, p. 119.

contida, na relação culto e práticas rituais, a causa contrária, a qual impede que os fenômenos manifestem seus efeitos da mesma forma e em todas as ocasiões. Direcionando descobertas por relações definidas de causalidade entre fenômenos que variam regularmente, o método – comparativo – revela a causa pela qual representações coletivas expressam a consciência da sociedade como símbolo ou emblema.[153]

Não conseguimos deixar de ver, no modelo de análise de Durkheim, algo semelhante descrito por Smith acerca da ascensão e progresso das metrópoles e cidades após a queda do Império Romano. Para nós, nesse modelo está contido o princípio básico pelo qual Smith arquitetou sua metodologia que, inclusive, foi criticada por Marx justamente por ocultar o papel do Estado.[154]

Durkheim (re)copia o modelo ideal de Estado – corporação, no qual ações que giram em torno de interesses reforçam-se em ações solidárias. Neste modelo, o papel do Estado é indispensável, pois o elemento contratual, como dever a que todos obrigam, está contido no interior da sociedade, nos hábitos e costumes que determinam as relações econômicas, melhor dizendo, relações de mercados. O que nos leva a supor que, na sua teoria social, existe um elemento interno que estrutura relações de poder e que nos permite compreender o Estado contemporâneo na forma de governo que se realiza pelo exercício do vício de soberania. Aliás, isto aproxima sua análise às análises de Weber, Marx e Arendt.[155]

---

[153] Quand deux phénomènes varient régulièrement l'un comme l'autre, il faut maintenir ce rapport alors même que dans certain cas, l 'un de ces phénomènes se présenterait sans l' autre. Car il peu se faire, ou bien que la cause ait été empêchée de produire son effet par l'action de quelque chose contraire, ou bien qu'elle se trouve présente, mais sous une forme différente de celle que l 'on a prédécedemment observée. Ibid., p. 130.

[154] Isto não era tudo, costumava-se ao mesmo tempo (aí se fala dos burgos livres) constituí-los membros de uma entidade ou corporação, com privilégios de ter seus próprios magistrados e sua própria assembléia municipal, com prerrogativas de construir leis secundárias para seu próprio governo, construir muros para sua defesa e de submeterem todos os seus habitantes à disciplina militar. Na Inglaterra, os burgueses ficavam livres para procurar os tribunais de Centúria e do condado e todas as questões judiciais entre eles, exceto os da Coroa, eram entregues a decisões de seus próprios magistrados. SMITH, 1983, p. 335-337.

[155] O que as massas se recusam a compreender é a fortuidade de que a realidade é feita. Predispõe-se a todas as ideologias porque estas explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e que supostamente está na origem de todo acaso. A propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência. ARENDT, 1990, p. 400.

A compreensão destes fatos nos autoriza a reinterpretar em Durkheim, a relação culto e práticas rituais, através de momentos – comparados no espaço/tempo – visando trazer para o nosso tempo a noção de totem como elemento básico da religião elementar, que, na sua teoria social, se põe como arcabouço do seu pensamento sociológico.

Acreditamos poder fazê-lo, seguindo a intuição de Marx, mas de tal forma que a história se põe compreendida pela economia, através de elementos subjetivos que orientam as atividades humanas, as quais são explicadas no seu todo pelo modelo de análise hegeliana, porém mesclada à de Kant, nos fornecendo a filosofia das formas simbólicas.

Na evolução humana, os indivíduos passam da fase de solidariedade mecânica à fase de solidariedade orgânica e, nesta passagem, a diferenciação das profissões e multiplicação das atividades industriais levam à expansão da consciência coletiva que se põe manifestada na unidade pelo consenso, justamente pela diferenciação em que indivíduos ficam "mais livres" em suas preferências e escolhas. Esta etapa deriva da desintegração da solidariedade mecânica e da estrutura segmentária, em que grupos de indivíduos auto-suficientes se situam local e isoladamente, em suma, uma fase em que os indivíduos se assemelham e em que representações coletivas contidas no culto os unem em torno de objetos sagrados por práticas rituais particularizantes.

Isto implica na passagem da sociedade em que grupos assemelhados e em estágio inicial de desenvolvimento econômico se põem isolados, com pouca comunicação com o exterior, para a sociedade em que os grupos se diferenciam em estágios ulteriores de desenvolvimento econômico, expandindo a consciência coletiva, pondo-se em maior comunicação com o mundo exterior, contudo, agora, os indivíduos neles contidos são capazes de produzir solidariedade.

Neste caso, grupos secundários fortemente em oposição uns aos outros, por serem diferenciados, configuram a sociedade em (co)operação que expressa, pelo consenso, a divisão técnica ou econômica do trabalho. Aí, a consciência da individualidade

se faz no curso da história por uma consciência coletiva e esta vai determinar regras de conduta moral, pois, no contexto de solidariedade orgânica, no qual indivíduos são mais profissionais, interesses particulares tendem a agrupá-los em corporações, isolando-os.[156]

As corporações mantêm pois sua autonomia pela tradição. Significando, com isso, que as representações coletivas se realizam como determinação do *em-si-a-outro,* mas de tal forma que a singularidade de relações econômicas se fixam em fatos sociais os quais são antecipadamente pensados como dados empíricos, pondo-se, essas relações como universais e pertencentes ao direito, à ética, à religião; logo, no pensamento sociológico de Durkheim, nas crenças, repousa o elemento contratual que estrutura a sociedade, configurando-lhe o real espaço de instituição social no seu aspecto global – o Estado – e, que, no culto e nas práticas rituais, regulares no tempo, expressa experiências individuais válidas somente para aqueles que as fazem. Esses são elementos que expressam pelo totem a relação Sociedade/Estado, na qual as atividades sociais e políticas se põem estreitamente solidárias sendo impossível separá-las radicalmente.[157]

Entretanto, isto só é conseguido quando no totem está contida a contradição que leva indivíduos a expressar suas experiências em desacordo com a realidade dos fatos. Neste caso, tem-se a sociedade separada em suas duas partes, que articulam bases materiais e forma de organização social e política, ou seja, quando se tem o culto, no qual o elemento contratual evoca imagem – via cotejo de palavras – constituindo um conceito normativo de espaço público, mas cuja cerimônia se põe em desacordo com procedimentos que levam ao conjunto de práticas rituais consagradas pelo uso ou costume.

Desta forma, pela relação culto/práticas rituais, os indivíduos expressam a sociedade do seu interior para o exterior através do totem, no qual os elementos básicos de noção de religião elementar, nele contido, entram em contradição funcional com a

---

[156] DURKHEIM, 1960, p. 215.

[157] Supposons que la religion réponde à un tout autre besoin que celui de nous adpapter aux choses sensíbles : elle ne risquera pas d"être affaiblie par cela seul qu'elle ne satisfait pas ou satisfait mal ce besoin. Si la foi religieuse n'est pas née pour mettre l'homme en harmonie avec le monde matériel, le fautes qu'elle a pu faire commetrre dans sa lutte avec le monde ne l 'atteignent pas à sa source, parce qu'elle s'alimente à une autre chose. Si ce n'est pas pour ces raisons qu'on est arrivé à croire, on devait continuer à croire alors même que ces raisons étaient contredits par les faits. Ibid., p. 118.

lógica e valorização do capital, ou seja, indivíduos passam a expressar suas atividades econômicas, de ordem intuitiva (primária) e para além do sensível, como experiências que não correspondem à realidade dos fatos. Tem-se, pois, no totem, a falsa imagem da realidade – a ideologia como ilusão, por ser pensada de ponto de vista de conceito como sistema de idéias errôneas.

Isto significa ser possível pensar o desenvolvimento social através de representações coletivas que submetem os indivíduos a falsas vontades, dadas pela idéia de significado de necessidade; logo, por analogia, podemos dizer que o Estado insinua-se por dentro da sociedade, pondo-se como noção ideal dos interesses gerais da sociedade, como regras de conduta moral cujos crimes sociais são sancionados por regras de conduta que regem a moral das atividades econômicas. Desta maneira, a sociedade constrói a partir da classe, na qual os indivíduos entram em acordo com eles mesmos, as idéias com as quais se constrói o Estado. Entretanto, na classe, estas idéias constituem em totem, ou seja, se constituem em um sistema de idéias errôneas; logo, os conteúdos culturais significativos compartilhados pelos indivíduos, na classe, produzem a imagem da classe projetada na sociedade, como imagem de lutas das corporações.

Recorrente os indivíduos na classe se autoconstituírem pela economia, mas de modo tal que a luta de classes aparece como imagem de classe projetada na sociedade; por isso, a classe se representa pela economia, na forma política, através de representação política – a fórmula política que a leva a manifestar-se como entidade de direito, através de atos de legislação.

Na verdade, a luta de classe tem sua expressão dada pelos eventos empíricos de validade normativa e jurídico-empírica, que comandam a passagem do direito repressivo – em que atos considerados criminosos são mais numerosos, levando a sociedade a sancionar delitos e a produzir a força maior da consciência coletiva – a direito restitutivo que, no contexto de ações humanas mais conscientes, tem os crimes considerados como menos numerosos. Neste caso, a representação da consciência coletiva dispensa o uso da força maior – força primária constitucional – substituindo-a pela ideologia.

Isto significa que se tem a ideologia, pela qual sistema de direito e corporações se resolvem na sua unidade através de conteúdos contidos nos atos de representação, cuja determinação do *em si-ao-outro* se afirma no processo histórico como significado de idéia de necessidade. Este significado articula sistema de direito e classes ao modo de produção de governo, mas através de atos representações coletivas, os quais configuram a conexão necessária como representação de práticas de produção governo, que se colocam como democráticas.

Produz, então, devido à fórmula política de representação, a ilusão. Esta ilusão aparece corporificada em conjunto de atos jurídicos que se realizam como representação. O que nos leva a compreender este conjunto de atos construindo um conceito normativo de espaço público que se manifesta como vontade geral; logo, a representação política passa pela deformação da comunicação entre espaços da economia e política, que vai produzir um significado de idéia de necessidade, que toma a forma ilusória de necessidade concreta.

No caso, a vontade geral aparece na forma de conceito normativo que hipostasia a vontade geral. Significando com isso, que a satisfação das necessidades imediatas se coloca sancionada ilusoriamente, pelo Estado, como satisfação de objetos desejados.[158]

Em Durkheim, o mundo tem o aspecto lógico que a razão exprime, compreendendo o estado atual das coisas para além da razão sensível. O que torna necessário juntar aquilo que imediatamente se coloca como dado. Daí que as representações coletivas têm nelas contidas o *totem*, mas de tal forma que o culto

[158] Todas as vezes em que desejamos alguma coisa, esta coisa é para alguém um valor que vale a pena satisfazer. Dai nasce a vontade. Esta pode ser definida como relação entre *sujeito e objeto*, na qual o homem busca preservar-se na contingência desta relação. Evidencia-se, pois, um *vínculo dialético entre vontade e desejo*. A vontade nasce do desejo, mas só é transformada em desejo quando mediada por um valor. Assim, os desejos tomam a forma do *valor do objeto de satisfação*. Neste sentido, os desejos, por serem atos do pensamento do sujeito, da mente que busca a satisfação de objetos desejados, orientam formas concretas de construção dos objetos na vinculação com o pensamento da razão. Os homens só irão entender o objeto de satisfação como valor na relação deste com a realidade empírica, ou seja, na relação deste objeto com o mundo sensível dos fenômenos. Logo, os valores tomam a forma de entendimento da razão ou de representações *a priori* do mundo empírico. São valores, formas de pensamento, conceitos, princípios constitutivos do entendimento que se baseiam em *juízos necessários e universais*, cuja necessidade é dada pela experiência. Quando se tem uma vontade, cujo desejo é mediado por um valor que não guarda

correlaciona-se a práticas rituais como conjunto de normas consagradas pelo costumes. Estas normas devem ser observadas invariavelmente em ocasiões determinadas.

Isto significa que, no momento espaço/tempo, o totem tem nele contido a condição que consegue apanhar o momento histórico na sua significação e no seu valor objetivo; logo, as representações coletivas – as práticas de produção de governo – representam a relação Estado/sociedade e as atividades sociais e políticas, nas quais indivíduos, contidos em corporações, compartilham significados que se põe comum a todos, mas através de significado de idéia de necessidade.[159]

Entretanto, esse significado está contido no totem, mas também em subtotens, na forma de contrato social, pelo qual a sociedade organiza a divisão social do trabalho. Decorre daí que a divisão técnica e econômica do trabalho se realiza por uma instância de contrato que exprime a consciência coletiva, sendo o sistema jurídico sua expressão. Configura-se assim, naquele determinado momento, pelo totem, a constituição que dá a forma de produção de governo no seu modo de operar poder, ou seja, através de atos de representação, caracterizando interesses de grupos secundários – ou da classe, posta como grupos sociais e elementos que elaboram as idéias que estruturam o Estado. Nela está contido o elemento contratual daqueles grupos como contra-força do Estado. Mas, diferente de como Durkheim pensara, no seu sentido inverso, ou no sentido do Estado como elemento disciplinador, porém como fator de (des)organização da cultura, tendo a contradição, gerada na classe, que se manifesta no Estado como parlamentarismo; assim, na classe, precisamente quando da elaboração da ação estratégica, se encontra o conteúdo que define a concepção de política, ou seja, a ação que se realiza pela lógica como movimento de percepção de objetos que vai além da razão sensível.

---

relação com o mundo sensível dos fenômenos, tem-se a *ideologia*, tem-se uma distorção do pensamento, uma ficção. KANT apud CUNHA, 1995.

[159] On voit par la toute la différence qu'il y a entre le complexus de sensations et de images qui sert a nous orienter dans la durée , et la catégorie de temps. Les premières sont les résumé d'expériences individuelles qui ne sont valables que pour l'individu qui les a faites. Au contraire, ce qu'exprime la catégorie de temps, c'est un temps commun au groupe,c'est le temps social, si l'on peut ainsi parler. Elle est même une veritable instituition social. DURKHEIM, 1960, p. 15.

No caso, a razão teórico-cognitiva "age" – na dialética da interação e trabalho (ou dialética da representação política e formação da vontade soberana) como razão *medium*, interpretadora de significados culturais.[160]

Tudo isso nos permite compreender a categoria mais concreta (a mercadoria), já desenvolvida na sua forma em sociedades menos avançadas, produzindo o processo da legitimação dos processos políticos que se realiza na forma de satisfação de objetos desejados. Neste caso, a ideologia aparece como ilusão ou como significado de idéia de necessidade, resultante de motivações que orientam as ações humanas à validação da ordem democrática.

Deste modo, a síntese mediada pelo trabalho social produz a ação estratégica – intermediária entre trabalho e interação (nos reportamos aqui ao pensamento de Habermas) – coloca a classe social como resultante histórica na forma de vontade geral.

A presença, portanto, de um terceiro elemento no método de Marx – a cultura – explicita a categoria mais simples se desenvolvendo antes que a mais concreta, pertencendo em seu pleno desenvolvimento a formações sociais compostas, que determinam condições históricas de reprodução social, através da razão *medium* – que separa sujeito do objeto – reproduzindo o concreto, categorizando-o na forma de imaginário social representado no Estado. Cremos ser este o caso do Brasil. O que vai caracterizar a presença da via singular de capitalismo.

No caminho da construção do Estado, a forma da ideologia – atos de representação política justificados pela doutrina jurídica – manifesta-se em tempos e em formas diferentes. Tem-se, no Estado, a presença do totem.

O que nos permite compreender a formação socioeconômica do Brasil como formação social composta, produzindo o imaginário de sociedade capitalista liberal, cuja alucinação imaginada da realidade é operada pelo parlamentarismo através de inovações

---

[160] Or, c'est parmi les choses diverses classées sous le totem principal que sont choisis les sous-totems des ces groupes secondidaires. Elles sont donc, à la lettre, des totems virtuels et la moindre circonstance suffit à les faires passer à l ácte. Il y a en elles une nature totémique latente qui se manifeste dés que les conditions le permettent oul 'éxigent. Ibid., p. 216.

institucionais. Trata-se pois esta inovação de expediente político que permite ao Estado ultrapassar os limites que lhe são postos como controle no uso excessivo de poder, fixado pelo constitucional.

Este é um traço cultural que explica a via singular de capitalismo brasileiro determinada pela cultura, que, ao produzir a interpretação *a priori* do mundo sociocultural determina um processo de formação social, no qual as classes realizam a síntese mediada pelo trabalho social na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

Isto nos leva à integração do pensamento sociológico de Weber ao pensamento de Marx. Contudo, isto faremos utilizando o par autonomização/racionalização (conceito de racionalização reformulado), visando obter o par de elementos lógica/racional – ou instrumento de análise hegeliana usado por Marx – que tenha nele contidas as motivações que levam indivíduos a concretizar ações nas estruturas sociais.

A intenção é a de caracterizar a dominação carismática funcional (via singular de capitalismo brasileiro) se realizando na conexão classe estamento. Visamos, também justificar, do ponto de vista metodológico, a passagem da ética da aventura à ética parlamentar – mote da contradição da sociedade que tem nele contido um fundo histórico de natureza econômica: o parlamentarismo.

As crises sociais, no caso do Brasil, são controladas através da política – entendida no seu conceito como classe-força, mas de modo tal que um vetor, formador de vontades políticas, aponta a direção da superação das classes, e, com isso, das crises sociais, no sentido inverso ao pensado por Marx, ou seja, as classes não se realizam tendo como ponto de partida o ato de entrar na história sem disso se a perceberem. Elas se colocam, então, «responsáveis pela sua história » ao elaborarem conteúdos de legitimação – a síntese mediada pelo trabalho, posta como ação intermediária entre trabalho e interação – através de interpretação do mundo sociocultural.

Retira-se daí o papel político das classes sociais. Elas têm nos discursos veiculados no sistema de comunicação da *mass media* – e no pico das crises aqueles

discursos se intensificam – os elementos tecnocráticos desideologizantes que tornam as classes imunes à ideologia. É recorrente a classe preparar, antecipadamente, o domínio total do Estado, já que as classes desideologizadas lhes fornecem a condição de legitimação e, deste modo, a possibilidade de realizar através das reformas do Estado e inovações institucionais que daí derivam, a correção de desvios da economia ou dos comportamentos dos agentes que a realizam. Está posto o papel da ideologia.[161]

Os discursos argumentativos veiculados pelos meios de comunicação de massas, os quais se colocam como elementos tecnocráticos e que estão a orientar as ações racionais instrumentais ou quanto-a-fins, produzem a expansão das relações capitalistas, através de conteúdos de legitimação elaborados pela própria classe. Daí a classe guardar íntima relação de contigüidade com a ideologia, tornando-se responsável pela estruturação de dispositivos normativo – constitucional (que regem as relações dos homens); logo, é sensato supor que na correlação classe, Estado e ideologia produz-se a idéia geral dos interesses da sociedade, como interesses gerais capitalistas, os quais se colocam representados no ordenamento jurídico do Estado.

Retira-se daí a função da doutrina jurídica ou a forma da ideologia, ela retrabalha através da tradição – tendo a cultura como fonte histórica de valores – aqueles elementos tecnocráticos, colocando-os em consonância com a ampliação do espaço de racionalização, dado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Daí a classe ser responsável pela história, ao interpretar o mundo sociocultural no qual habita e sobrevive, produzindo a imagem da sociedade como imagem de si mesma, elaborando processos de legitimidade (o conteúdo da ideologia).

É recorrente a estrutura-classe deslocar-se do espaço do poder para o espaço da dominação, constituindo-se parte integrante do modelo sistêmico do Estado totalizador, o qual, em virtude disso, tem como função no contexto da dinâmica da política a eliminação dos focos de conflitos existentes na sociedade; portanto a possibilidade de identificá-los e de saná-los, através da correção dos rumos da economia. É recorrente os conflitos sociais, frutos da contradição que interrompe a acumulação, se transformarem em problemas de regulamentação política dos processos do trabalho.

---

[161] HABERMAS, 1968.

Está configurado em síntese um conceito de Estado – que se cola às necessidades de nossa pesquisa – e que ilustra o modelo sistêmico do Estado, no qual a violência empírica pode ser apanhada, analiticamente – e aí a violência empírica se coloca não *post-foestum*, ou seja, antes de acontecida – mas conhecida através de inovações institucionais que se revelam como intenção dos atores políticos que a imaginam; o Estado, segundo interesses corporativos, antecipadamente, fluindo das reformas do Estado. Na inovação institucional está contida a essência móvel (ocultada) ou o que se pode chamar de natureza que coloca em movimento o Estado.

É recorrente a luta de classes tornar-se latente e esconder-se na aparência dos fenômenos, e assim possibilitar a restauração do equilíbrio social se realizando por amplos acordos entre governo, empresas – que controlam os preços, através de políticas burocrático administrativas e sindicatos de trabalhadores.

É neste sentido que os apelos a comportamentos racionais de mercados – veiculados pelo sistema de comunicação da *mass media* - desideologizam classes, levando-as a ganhar significação e valor objetivo, quando elas (as classes) interpretam o mundo sociocultural, traduzido, através do corpo legislativo ou de representação política, a estruturação do sistema jurídico, configurando, então o que chamamos de totemismo sociológico.

Está configurada no totemismo sociológico – condição que nos permite evidenciar no momento atual da evolução da economia brasileira – a presença da matriz histórica ou lugar no qual se funda a esfera pública. Nela contida a essência móvel que ocultada no presente, revela-se no passado por uma conexão profunda entre práticas de legitimação democrática e administração racional da economia, que estabelece relações definidas de causalidade entre representação política e tratamento econômico dispensado pelo atual governo a problemas de balança de pagamentos.

O que nos leva, por sua vez, ao método de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia, como satisfatório para apreender – no contexto do método da economia política [Marx] – a conexão profunda entre práticas de legitimação democrática e administração racional da economia, constituindo um processo de remoralização do trabalho.

Isto nos permite, através da integração de *corpus* metodológicos diferentes (Marx, Weber e Durkheim) apanhar, no desenvolvimento histórico, a gênese do capitalismo como o peculiar da formação da realidade brasileira: a economia realizando-se pela política.

Cremos poder fazê-lo reinterpretando Marx através do pensamento de Weber, de modo a justificar, do ponto de vista metodológico e epistemológico, a presença de um fundo histórico de natureza econômica que se realiza na forma política, como determinante da evolução do conhecimento da economia, cujo conhecimento que evolui no tempo, evolui também o conhecimento dos homens que constróem com aquele conhecimento a sociedade.

Tal realidade permite pensar o desenvolvimento da sociedade como afinidade eletiva entre crenças e ética parlamentar – compreendida como efeitos recíprocos (dialética) entre bases materiais e formas de organização social e política – constituindo, então, uma tipologia histórico e social do Estado brasileiro. O que explica o fenômeno do parlamentarismo na evolução da economia – aí a educação colada a este fenômeno como fator de mediação da cultura política – realizando-se na dialética da representação política e formação da vontade soberana.

Em outras palavras, nos permite compreender o Estado pelo modelo de análise que nos evidencia causa/efeito (dialética transcendental de Kant) que está a ocorrer na conexão entre estrutura-classe e sistema de direito, posta pela representação política. Neste sentido, a dominação estatal de classe tem significação e valor objetivo, dado pela probabilidade que o ato mandante tem de contar com a obediência daqueles que, em teoria, devem obedecê-lo.

No caso, a representação é apanhada como conexão funcional posta na forma de poder-domínio, ou seja, como dominação exercida pela influência daqueles que, liderando massas no processo de formação da vontade soberana realizam o exercício da soberania; logo, a expressão de legitimidade que tem origem na classe, no sentido marxista do termo, cujos interesses nela contidos, são postos na forma de representação de práticas de governo.

Weber, em *Economia e sociedade* (1922) diferencia racionalidade utilitária em dois componentes: racionalidade técnica – perseguição de fins na interação homem e trabalho, compreendido como cálculo econômico racional ou ações em que os fins perseguidos pelos agentes se realizam como ação interativo-estratégica.

O que leva ao conceito de ordem (*stand*) compreendido como comunidade, ou seja, agrupamento que não se define por uma situação de mercado, mas pelo situar da classe e de seu posicionamento (hierárquico) na estrutura produtiva; logo, o ato de "classe" é compreendido na escala de privilégio (*rang*), pelo modo dos indivíduos entenderem a si próprios e aos outros, interagindo-se no contexto de mercados políticos e econômicos.[162]

Está descrita, pois, nossa reinterpretação em Marx, através de Weber, com fins de integrar a contribuição do pensamento sociológico weberiano à metodologia de Marx. Artifício metodológico que nos permite ultrapassar o paradoxo contido no pensamento de Popper.[163]

Na verdade, com o primeiro daqueles termos, a lógica, podemos distinguir o conjunto de racionalidade técnica da sociedade capitalista em seus componentes de produção e valorização, visando evidenciar reciprocidade entre bases materiais e forma de organização social e política; e com o segundo, o racional, iremos distinguir esses mesmos componentes, compondo o movimento da realidade se realizando na dialética das forças produtivas e relações de produção.

A diferença expressa nos pensamentos de Weber e Marx é que em Marx há uma razão estratégico-teórica que vai nos permitir instrumentalizar a pesquisa, no contexto jurídico-empírico (no campo de significações culturais), e, com isso, assim como Marx o fez, estaremos retirando a "conotação" especulativa que está contida na dialética hegeliana.

Tudo isso nos leva a compreender o Estado brasileiro aparecendo como instância jurídica de contrato ou lugar em que a chance de apropriação de bens materiais –

---

[162] WEBER, 1971, p. 396.

[163] POPPER, 1975.

a propriedade privada em Marx – se concretiza a favor de um corpo político de representação dos interesses de classes, entendido este termo como instituição regulamentada por pessoas de posse de bens materiais disponíveis, e pelas influências de poder contidas naquela instituição.

É recorrente o Estado ser compreendido, na sua significação e valor objetivo, pela avaliação das necessidades imediatas e urgentes de oferta e procura de bens, ou seja, de aprovisionamento de bens e criação de mercados futuros, segundo a contabilidade do capital; logo, compreendido pelo modo como o avalia indivíduos, que, na classe, elaboram processos de legitimidade através de um elemento intermediário (a razão *medium*), como produto de inferências. Aí, a legitimidade é resultado de interpretação do mundo sociocultural; assim, os processos econômicos e políticos têm na cultura a fonte histórica de valores.[164]

Interesses corporativos aparecem, pois, no Estado, configurados no corpo político de representação de interesses de classes, cujos interesses são apreendidos no seu significado de idéia de necessidade, pela correlação de eventos empíricos e seu ajuizar no contexto do ordenamento jurídico. Tem-se, daí, os interesses de classes analisados em sua validade empírico-jurídica; logo, podemos compreender o Estado como conjunto de interesses de corporações, os quais aparecem representados em práticas de governo articuladas à representação política que coloca em conexão necessária estrutura-classe e sistema de direito.

Em outras palavras, a representação política na correlação classe e estamento nos permite compreender o Estado no seu significado e no seu valor objetivo naquilo que

---

[164] HABERMAS, ao refletir sobre a metacrítica de HEGEL por MARX, descreve dois momentos "KANTianos" de um conceito por uma síntese mediada pelo trabalho social, dizendo que o primeiro destes momentos pode ser desenvolvido no contexto de uma teoria instrumentalista do conhecimento. Contudo, admite a impossibilidade de um segundo momento se realizar, pois este se desenvolve a partir de pressuposições idealistas de um conceito "KANTiano" de unidade originalmente sintético de percepção. Ele vai, então, dizer que o modelo da *dialética da moralidade* de HEGEL estava à disposição de MARX e este não o utilizou. O que não concordamos. Nossos esforços tendem a demonstrar a viabilidade metodológica do modelo "KANTiano" da dialética transcendental, integrado ao modelo "HEGELiano" de análise. HABERMAS, 1976, p. 68-69.

o caracteriza como exercício de poder. Está aí o conceito-guia de pesquisa, o totemismo sociológico que nos vai orientar no decurso da tese.

O Estado é. pois, o lugar social em que interesses corporativos aparecem como apropriação monopolista de chances lucrativas ou como monopólios acordados do tipo reserva de domínio. Entretanto, os interesses corporativos têm na forma deturpada da representação política – condição que permite a todos o acesso ao poder estatal – que se realiza pelo vício do exercício da soberania, constituindo, então, um regime caracterizado por uma *nova* forma de governo (totalitário [Arendt]), o qual tem na correlação governo/sistema financeiro e sistema partidário, o ponto de partida para explicação da acumulação, a qual se realiza pelo Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho.[165]

Isto nos autoriza a dizer que a democracia representativa veio e na história se põe explicada pelo sentido positivo dado à ideologia, permitindo o aprimorar da burocracia que substitui – *disfarçando* formas de governos tirânicos – o aparelho estatal forte, promovendo a apropriação dos meios de produção através da contrapartida da obediência e de proteção *militarizada*. É neste sentido que o Estado aparece na forma adicional (acidental) de contratos sociais que prevêem a defesa de comunidades aldeãs e auto-suficientes na sua estrutura produtiva mista de agricultura e artesanato.[166]

Significando que o Estado transformou-se de instrumento de lei a instrumento da nação, ou seja, transformou-se em instrumento das corporações; logo, a cidadania – identificada como nacionalismo tribal – transformou *soberania* em *idéia* de administração racional da economia e os interesses gerais da nação são os próprios interesses das corporações.[167]

---

[165] Cet forme d'appropriation traverse en d'innombrables nuances l'histoire sociales des les contrées de la terre. À l'époque moderne par les *closed shops* des syndicats ouvriers. WEBER, 1971, p.70-185. / 1.

[166] Por todo o período manufatureiro, estendem-se as queixas sobre a falta de disciplina dos trabalhadores (...) *A ordem tem de ser instituída de qualquer modo*. Ao mesmo tempo, a manufatura não podia assenhorar-se da produção social em toda sua extensão nem revolucioná-la em seu cerne. Como obra de *arte* econômica atingiu seu apogeu, apoiada na extensa base constituída pelos ofícios das cidades e pela indústria doméstica rural. Mas seu estreito fundamento técnico, ao atingir certo estágio de desenvolvimento, entrou em conflito com as necessidades que ela mesma criou. MARX, 1982, livro primeiro, vol. 1, p. 421.

[167] Neste ponto, podemos afirmar, como ARENDT também o afirma, que a conquista do Estado pela nação foi facilitada pela queda da monarquia absoluta e pelo subseqüente surgimento de classes. Os REIS

Está aí a gênese explicativa do dilema de representação política. Na verdade, o Estado, na história, acreditou que governava indivíduos (princípio base que rege a doutrina liberal), quando na verdade governava classes. Recorrente o liberalismo só pode estruturar o sistema de direito, tendo como garantia da representação legal, a garantia dos interesses gerais capitalistas.[168]

Podemos dizer que a representação política expressa as classes que na história suplantaram a antiga ordem feudal. O que nos leva a reformular o conceito de classes sociais em Marx, visando explicitar relações interativo-simbólicas que ocorrem entre classes dissidentes e entre indivíduos na classe, cuja forma de ação solidária, posta como ação de (co)operação, que se manifesta por relações entre economia e política, articulando estrutura-classe e sistema de direito.

Neste sentido, o ato político final – ou o que poderíamos chamar de ato de classe – é posto, através de conjunto de atos de representação política, como representação de práticas de produção de governo, explicando a dialética da representação política e formação da vontade soberana. A classe tem nela a contradição que se expressa nos modos de produção socializado e normas de distribuição da riqueza social, cuja contradição se coloca contida na relação razão prática / vontade soberana.[169]

---

comandam os povos e o interesse comanda os REIS. Abolidos os REIS, este interesse comum corria perigo de ser substituído por um permanente conflito entre numerosos interesses de classes e por uma luta pelo controle da máquina estatal, ou seja, por uma guerra civil permanente. O único laço comum que restava aos cidadãos do Estado-nação, sem um monarca que simbolizasse a essência do grupo, era a origem comum. Ibid., p. 261.

[168] Está aí a gênese do dilema de representação política. Na verdade, o Estado, na história, acreditou que governava indivíduos (princípio base que rege a doutrina liberal), quando, na verdade, governava classes. É recorrente o liberalismo só poder estruturar o sistema de direito, tendo como garantia da representação legal a garantia dos interesses gerais capitalistas. ARENDT, 1990.

[169] Logo que se reuniu em Assembléia, o partido da ordem provocou a Montanha – *está aí o corpo político de representação da pequena burguesia à época de MARX* [descrito em 18 de Brumário, Luis Bonaparte]. A burguesia sentia agora a necessidade de acabar com a pequena burguesia democrática, assim como um ano atrás compreendera a necessidade de ajustar contas com o proletariado revolucionário. Apenas a situação do adversário era diferente. A força do partido proletário estava nas ruas, ao passo que a da pequena burguesia estava na Assembléia Nacional. Tratava-se, pois, de atrair a Montanha para *fora* da Assembléia Nacional, para as ruas, e fazer com que ela se destroçasse em sua força parlamentar antes que o tempo e as circunstâncias pudessem consolidá-la. A montanha precipitou-se de corpo e alma na armadilha. *Embora MARX não tenha privilegiado na metodologia, a economia se movimentado através da política, não menosprezou, contudo, a força partidária como componente importante no conjunto das explicações sobre a superação das classes sociais.* [**Grifo nosso**]. MARX, 1978, p. 351.

Portanto, a classe social pressupõe a estruturação da esfera econômica em correspondência à estruturação política, através dos produtos do trabalho, mas de modo tal que subclasses diversas (as classes em relação) produzem e consomem de maneira desigual; logo, temos um processo de formação socioeconômica (caso Brasil), de forma tal que a democracia representativa provém da capacidade humana de estruturação lógica.

Por isso, só neste caso podemos explicar a convergência entre estrutura-classe e sistema de direito (caso singular do capitalismo brasileiro), pelos sujeitos sociais que se põem como reais produtores da economia, interpretando as necessidades de sobrevivência (fonte base da alienação de alienação), no contexto do mundo sociocultural; logo, o saber contido nos indivíduos permite o controle do processo de produção através do saber contido na economia; e o domínio de classes resulta da evolução da economia e do saber dos indivíduos que ajuízam, segundo suas necessidades, tal evolução.

CAPÍTULO III

3 EDUCAÇÃO E A (DES)ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

3.1 Destotalitarização e formação socioeconômica

Marx não compreendeu – daí buscarmos no individualismo metológico de Weber a explicação para a formação socioeconômica no Brasil – devido a ênfase metodológica holística de seu método, a acumulação que estava a se realizar pela ampliação do espaço de racionalização que ocorre a cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas; logo, a exploração do trabalho pelo capital exige como fundamento explicativo – daí ser prioritário também do ponto de vista metodológico – as energias de trabalho manual e intelectual se alternando de acordo com ampliação do espaço de atuação racional das ações produtivas humanas. São recorrentes esses dois tipos de energias produtivas se desenvolverem de modo tal que, em determinados momentos, um deles fica latente.

Tal fato leva o Estado à dominação carismática funcional posta pela representação política (caso Brasil) que, no tempo, no decurso da evolução da economia, realiza aquela dominação com o mesmo conteúdo, ou seja, com os elementos fundamentais da religião contidos na tradição.

Na verdade, o Estado, no Brasil, hoje proclama, como no passado, a necessidade de competências individuais para o trabalho, mas "operou" em tempos

diferentes, formas diferentes de legitimação. Atualmente, as energias produtivas se desenvolveram na sua plenitude e, no momento, a energia do trabalho manual está ocultada. O que exige novas formas de legitimação, que, no entanto, conservam os mesmos conteúdos.

A sociedade brasileira, nos nossos dias, proclama a necessidade de qualificação como fator indispensável para "tocar as máquinas", na atual economia globalizada na qual há o avanço das forças produtivas ao nível alto de tecnologia. Mas, o Estado intervencionista – compreendido regulador e indutor dos processo do trabalho – busca, através da ideologia, reduzir a necessidade de qualificação à ilusão, porque posta como *a priori* ou como idéia da técnica. É recorrente a força de trabalho intelectual produzir o valor das mercadorias na forma de idéia que não guarda relação com a experiência, produzindo a ilusão.

Por mais paradoxal que seja, a força do trabalho intelectual, no Brasil, incorpora à mercadoria, produzindo o valor-de-troca que não tem sua contrapartida em valor-de-uso. Neste sentido, estes tipos de valores não têm correspondência direta entre si; logo, a força de trabalho prioritária na valorização do capital é intelectual, não se tratando pois, no caso Brasil, da exploração que se realiza como trabalho abstrato e genérico da produção da existência humana [Marx].

Aqui, a formação do valor do dinheiro tem no trabalho concreto a dialética contida na mercadoria. O que nos leva à compreensão da forma de exploração se realizar na história pela ação coatora do Estado, posta pela ideologia na forma de expropriação hermenêutica da tradição. É, pois, na hermenêutica da tradição, que poderemos apreender o papel da Educação na (des)organização da cultura; visto que emerge da tradição a função ideológica da Educação e sua relação com a indústria (ato final da produção humana da existência [Marx]).

No Brasil, proclama-se a necessidade de qualificação, mas como virtude que leva a comportamentos de adaptação ao mercado, de acordo com variáveis históricas e culturais de cada região. Está aí a condição que permite o Estado ajustar a cultura, fonte histórica de valores, à idéia da técnica – que é ajustada como idéia que se emancipa da realidade, produzindo a alucinação imaginada da realidade. Isto leva o Estado a realizar a

exploração na forma de expropriação hermenêutica da tradição, tendo como fonte de legitimação elementos fundamentais da religião nela contidos.

Na verdade, no atual estágio de economia globalizada, tem-se a idéia da técnica que emerge na trama das relações de produção, sendo útil apenas – caso dos países periféricos – como valor-de-troca ou idéia de valor no mercado ou ainda como valor que aparenta; logo, tem-se no mercado globalizado – caso Brasil, país periférico – a idéia que se emancipa da realidade, ou seja, que não tem nenhum valor-de-uso, por não ser transformada de idéia técnica em idéia aplicada à realidade.

Está aí, em nossa concepção, o papel da Educação na (des)organização da cultura: o papel de desideologização das classes sociais, tornando-as imunes à ideologia. Ressalte-se aí o papel da Educação que permite aos indivíduos na classe, quando da elaboração da ação estratégica, acesso ao saber distorcido pela ideologia.[170]

É neste sentido que, hoje, no Brasil, a força do trabalho manual se coloca oculta, embora parecendo indispensável, mas não o é. Encontra-se mutante ou na forma reduzida da cultura e se expressa como "ideologia" da ciência e da técnica [Habermas], ou seja, idéia que não guarda relação com a experiência (ou a ideologia que aparece como ilusão [Kant]); logo, a força de trabalho intelectual, nesse modo como ela aparece, é necessária para "estancar" o movimento acelerado da economia capitalista anárquica, que engendra as técnicas de produção que levam a economia, hoje, a enorme grau de produtividade.

---

[170] Ces dernières années plusieurs auteurs brésiliens ont analyses le thème de l'éducation, dans un examen où (re)examem des relations entre Éducation et Structure economico-sociale capitaliste. Une bonne partie de ces analyses convergent sur trois points: (1) Elles mettent dans la comprehénsion de la connexion des forces productives et des relations de production, analysées selon un modèle dualiste de classes sociales, qui posé dans un mode de production capitaliste, sur une base économique, désigne toute la structure de la société. Le phénomène de l' éducation est focalisé dans une position structurelle (supra-structure) et est compris comme production d'idéologie de la classe prolétarienne; (2) Les contenus laissent les vestiges d'une idée centrale, souvenement émise simultanément : une éducation émancipatrice et libératrice de l'homme passe par une structuration contre-idéologique qui est opposée à une structure idéologiique de la classe dominante; (3) Reste aussi implicite les contenus d'une idéologie utopique: l'éducation comme action critique et l'action politique émancipatrice donneront sa participation dans la préparation des bases d'une future société dans laquelle les idées égalitaires se concrétiseront.Pour des raisons que nous allons exposer ci-dessus, nous pensons que ces analyses brésiliennes perdent les sens de l'application pour ne pas avoir capté la réelle articulation entre Éducation et Structure economico-sociale capitaliste (*dans les cas du Brésil*). CUNHA, 1996a, p. 49.

Entretanto, no caso do Brasil, país que não realiza sua economia ao nível de alta rotatividade de tecnologia – incapaz de produzir equipamentos de alto teor tecnológico – vai realizá-la na forma ilusória de administração racional da economia. Daí, a problemática da balança de pagamentos – que leva ao País saídas de exportação/importação – ser hoje o ponto nuclear de estrangulamento da economia.[171]

O Brasil, hoje, como no passado, tem o papel ativo do Estado na economia que adquire a configuração de poder que aparece democrática e que só se sustenta como tal, pela busca incessante de novas formas de legitimação.[172]

Nas reformas do Estado e nas inovações institucionais que daí emergem, está contida a contradição da sociedade brasileira que se realiza, na classe – como relação causal própria de indivíduos em comunicação – posta pela representação política como incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital; portanto, a sociedade se realiza na contradição, na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana, através da razão que elabora o "ato final de classe", como razão que engana a si mesma.

O Estado se encontra, pois, "livre" de amarras constitucionais que visam controlar o uso em excesso de poder. O que permite o uso de técnicas de governo para promover a proliferação de movimentos totalitários – controlados pelo próprio governo através de formas abstratas jurídicas, precisamente para permitir a "perturbação da ordem vigente" desde que sob controle das elites.[173]

---

[171] Ver sobre o assunto saídas de exportação/importação, *Estudos de conjuntura* de MARX e ENGELS, sobre a crise internacional de 1847 e as "grandes saídas de além-mar". MANDEL, 1980, p. 69.

[172] Em sua origem, o conceito de democracia superpõe dois modos fundamentais de concebê-lo: um consiste em compreendê-lo como método de produção de governo ou procedimentos nos quais se expressam as opções políticas desejadas, através do governo; e outro, que o concebe como *real condição social*, ou seja, que tenha o povo, no seu todo, em igualdade de participação na sociedade – igualdade de direitos com base em igualdade econômica. A primeira concepção de democracia encontra-se nos teóricos do racionalismo abstrato, em especial em KANT, que separa radicalmente o conceito de democracia como condição igualitária de participação – via *Carta Política* – no contexto da legislação normativa universal; e a segunda, como crítica à primeira, encontra em MARX um dos principais defensores. No entanto, a diferença entre esses dois conceitos oculta outra diferença: *a diferença entre os procedimentos jurídico-políticos*. CERRONI, 1972, p. 184.

[173] Como técnicas de governo, os expedientes do totalitarismo parecem simples e engenhosamente eficazes. Asseguram não apenas um absoluto monopólio do poder, mas a certeza incomparável de que todas as

Hoje, os movimentos sociais estão arrefecidos devido a presença dos meios de propaganda de massa, tendo pois o sistema de comunicação da *mass media* – produzindo, em grande escala, a obnubilação dos fatos. Daí a possibilidade da ordem legal ser regida em seu princípio pelo *status quo* presente no interior do processo de formação de elites. Levando à forma de legitimação dada pelos movimentos totalitários que se colocam como coluna vertebral desse processo de formação de elites.[174]

Em virtude disso, a sociedade brasileira passa a ser compreendida na sua formação da realidade social, através de relações causais, de natureza interna, definidas, no tempo, entre classe, Estado e ideologia – ou relações causais que se colocam como explicativas da democracia, mas pela diferença de procedimentos jurídico-políticos.

É neste sentido que as inovações institucionais decorrentes das constantes reformas do aparelho estatal representam o todo do processo de juridificação das relações sociais e, deste modo, caracterizam o *modus operandi* da peculiar dominação social, a qual se realiza, produzindo o obnubilar dos fatos, devido ao amortecimento das consciências individuais, na classe, quando da elaboração da ação estratégica.[175]

Está posto afinal e integrado como terceiro elemento no método de Marx o que chamamos de cultura como princípio educativo – ou o vetor que aponta a direção da superação das classes sociais.

A cultura, portanto, define a classe social no contexto da esfera econômica e nos dá a direção que aponta o vetor na superação das classes sociais. Trata-se de movimento teórico de contradição que vai das partes ao todo, e no qual os atos

---

ordens serão obedecidas; a multiplicidade das correias que acionam o sistema e a confusão da hierarquia asseguram a *completa independência do Estado da sociedade*. [**Grifo nosso**]. ARENDT, 1990.

[174] As razões pelas quais tão extraordinária eficiência nunca havia sido antes experimentada são tão simples como o próprio expediente. A multiplicação de cargos destrói todo senso de responsabilidade e de competência, não apenas representa um aumento tremendamente oneroso e improdutivo de administração, mas é realmente um estorvo à produtividade, pois o trabalho genuíno é constantemente retardado por ordens contraditórias até que o *comando do Estado* (no caso Brasil, devido a *presença da dominação carismática funcional*), venha a decidir a questão. [**Grifo nosso**]. Ibid., p. 458.

[175] Em 26/12/36, STM nega *habeas corpus* a Ação Integralista. O governo que já houvera colocado na ilegalidade os comunistas, desde o Estado de Sítio em 25/11/35 (inclusive em 05/03/36 prendera entregara Prestes e Olga Benário à Gestapo) tem agora o controle social dos movimentos de natureza política através das técnicas de governos que asseguram não apenas um absoluto monopólio do poder, mas a certeza incomparável de que todas as normas serão obedecidas. Brasil 500 anos, Revista **Isto É**, 1999, p. 155.

produtivos individuais se realizam como ações sociais, constituindo-se em relações sociais, com as quais valida-se a ordem legítima.

Isto explica a presença da tradição fundando a ética parlamentar na dialética da lógica que persegue a coerência, mas de tal modo que a produção da existência se realiza, via representação política, através de significado de idéia de necessidade. Torna-se assim a tradição fonte básica do poder – nela fixada a moral contida nos elementos fundamentais da religião – posta pelo parlamentarismo na figura de corpo político de representação dos interesses das classes.

Aí, classe e estamento guardam entre si relação recíproca (dialética) na história que se realizou no curso da natureza pela classe, de modo tal que a síntese mediada pelo trabalho social traduz o mundo sociocultural por uma relação causal interior – própria de indivíduos em comunicação – entre fenômeno Estado e ideologia; logo, ações produtivas no cotidiano do trabalho, nas quais estão contidas em potencial relações de dominação têm a contradição na dialética da causalidade (lógica) – razão que percebe a realidade através da razão teórica ou cognitiva, que age no mundo operativo ou empírico e do racional ou a razão teórico-prática que percebe o mundo em movimento através da cultura, traduzindo-o em normas, valores e signos.[176]

Sob este aspecto, somos levados a buscar na compreensão da conexão classe e estamento a explicação histórica da ética da aventura em que se desenvolve a ética parlamentar. O que nos dá, através da metodologia, na qual se tem a construção do Estado, que aponta a superação das classes sociais e que indica na ordem das coisas derivadas geneticamente da ordem dos fatos, a direção política que está contida na própria metodologia.

---

[176] O tempo do desenvolvimento do sistema capitalista na época de MARX o permitiu conceituar a mercadoria como algo abstrato e inteiramente fora do acesso reflexivo do trabalhador (a alienação em MARX), porque esta era a forma-mercadoria do tipo "vendável", ou seja, na sua época o capitalismo colocava o trabalhador como pressuposto da mercadoria. Hoje, a situação é diferente, a mercadoria como conceito vendável sofre reformulações, pois ela ao se tornar, no desenvolvimento histórico geral, dependente de um trabalho "reflexivo" – sendo introduzido nas máquinas onde a racionalidade técnica da produção tem no trabalho intelectual a presença da ideologia (a ciência e a técnica como "ideologia" [HABERMAS] – torna também o trabalhador capaz, mesmo que não queira, de se conscientizar da importância da tarefa de produção. Daí a dialética da causalidade estar mais próxima da dialética da moralidade em HEGEL, que MARX, no seu tempo, buscara criticar. CUNHA, 1994.

Tal direcionamento nos permite utilizar o recurso da observação – ou da análise conjetural do Estado – e, por conseqüência, afirmar que na construção do Estado existe a ordem das coisas que, aparentemente, se coloca fora de qualquer coincidência, nos evidenciando, deste modo, a presença do vetor–força que oculta o papel das classes sociais como fator gerador de mudança na história.

É recorrente que somente no método que contém a metodologia vinculada à ontologia – método de intervenção sociológica – a Educação se ponha como elemento heurístico – fazendo-nos compreender o Estado em sua forma de produção de governo. No caso do Brasil a forma de governo que configura o totalitarismo implícito, pois, no atual estado de coisas, o modo como se produz o consenso – modelo sistêmico que encaixa a crença e ética parlamentar e que dá ao Estado o conceito de "Estado capitalista" – traduz a soberania como conceito normativo de espaço público. Expressando esse conceito em sociedade capitalista cindida em classes sociais – a classe se representando em partes ou em camadas culturais. Nessa sociedade, a ação política se constrói através de conteúdos normativos com significados culturais.

Em suma, somente um modelo de análise que conceba as classes sociais geradas do estamento – aí elas estão se transformando de classes, em massa – através de valores que estruturam o sistema jurídico como instrumento que produz a ilusão de inclusão de todos aos direitos de cidadania se põe satisfatório para se compreender a forma de governo que daí deriva.

Delineia-se, a partir daí, a metodologia, na qual está contida uma direção política que tem a explicação das classes, representando-se em sua unidade no Estado como grupos sociais, mas de tal forma que esta unidade realiza-se no vínculo dialético entre atividades econômicas e políticas que são mediadas pela cultura, tendo a razão que interpreta o mundo quanto às crenças, instituições e outros valores, na relação com as atividades do trabalho; logo, tem-se na metodologia a direção que aponta a superação das classes sociais.

Na verdade, um vetor-força dá sentido as ações racionais, de modo tal que as ações produtivas realizadas no terreno do simples, do cotidiano das relações pessoais – e

das relações interativas daí derivadas – caminham em direção ao complexo, à formação de relações sociais que validam a ordem legítima.

Por conseguinte, a metodologia é vinculada à ontologia através da compreensão do processo de formação social, no qual as classes elaboram a vontade soberana, estruturando o Estado, como resultante de acordos racionais entre indivíduos que, no movimento da realidade, compõem as classes como força, no sentido hegeliano do termo. Isto implica que a vontade geral ou o elemento que produz a legitimação da ordem democrática não é realizada como simples somatória empírica das vontades individuais.

Isto nos leva à hipótese da presença de fator de relação de determinação, a cultura, que produz a unidade razão prática e vontade soberana, articulando existência social e política mediata às relações políticas, diferente de como Marx as interpretara no seu método.

O que ilustra o modelo de análise no qual a relação quadro institucional/quadro do trabalho aparece na forma de imaginário social, em que a explicação do poder do Estado se realiza como adequação de demandas e ofertas provenientes de atividades do trabalho que assumem a forma política, ajustando o sistema corporativo a um processo de formação de sociedades anônimas – conglomerados de empresas (*pool*); logo, aquele imaginário permite pôr o aparelho estatal a serviço da produção econômica, de modo tal que relações hierarquizadas de poder – contidas na noção de poder elaborada pelas classes que articula lógica à valorização do capital – manifestam-se na ação estratégica que executa um movimento teórico de contradição, para além do sensível.

É recorrente produzir-se o domínio do Estado de caráter totalizador, porque tal domínio se realiza através de modelo sistêmico em que o Estado tira proveito das relações hierarquizadas de poder elaboradas pelas classes, pondo esta noção de poder, em função de poder.

Esta forma de domínio do Estado pode ser resumido pelo que se segue: frente às exigências das classes – ofertas que satisfaçam demandas segundo legislação universal na sociedade que se desenvolve em culturas antagônicas – o Estado corrige os desvios da

economia pela introdução de *inputs* que produzem certezas da correta aplicação dos instrumentos monetários; entretanto, estes são instrumentos que só atingem o objetivo – estabilidade relativa da economia e da política – quando se tem a sociedade sob o controle social, como exercício de governo que se realiza como juridificação das relações sociais.

Isto nos leva a concluir que os desvios dos comportamentos dos agentes econômicos são corrigidos nas suas disfunções por *outputs* – emanados do sistema de comunicação da *mass media* – produzindo, assim, mobilização popular em torno de intenções contidas nas diretrizes de políticas macroeconômicas que buscam eliminar as influências que atuam sobre as atividades econômicas; logo, a metodologia de Marx não detectou, devido a ilusão provocada pelo aparecer social do fenômeno Estado, o vínculo dialético entre a classe e sistema de direito, que articula fenômeno Estado à *coisa em si* – ou a idéia que ele representa – na forma de dilema de representação política.

Na verdade, o Estado obtém razões de validade para si, em especial para a ação intervencionista socioestatal, quando se movimenta através das leis da natureza, dando às leis econômicas o curso da natureza como direção da história; logo, tem-se aí uma direção política que é dada pela força da tradição; desta forma, cultura articula existência social e política pela força da tradição, que, diminuída no desenvolvimento das forças produtivas, em razão da evolução da técnica e de novos métodos de produção, reforça a necessidade do saber contido nas técnicas dos afazeres tradicionais adquiridos de forma pragmática.

Desempenha pois a cultura um papel metodológico de elemento que fixa resíduos que não têm existência objetiva no real, cujos resíduos variam, no tempo, de acordo com a expansão do espaço de racionalização dado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, podemos dizer que a cultura é fonte histórica de valores, com os quais através da tradição a classe interpreta a base material do mundo em reciprocidade com formas de organização social e política; logo, a classe tem na força da tradição o elemento que realiza a unidade do múltiplo.

No atual estado de coisas a ação produtiva tem um vetor-força que aponta a direção da superação das classes sociais num caminho inverso ao que foi apontado no método de Marx. A classe – aí contidos os elementos de tradição – tem a mudança se

realizando através da ação estratégica e de uma relação causal interna que explica a relação de determinação entre existência social e política; logo, é a cultura o terceiro elemento (além da lógica e do racional ou elementos de análise hegeliana), que, integrado ao método de Marx se coloca como fator de determinação entre sociedade e Estado.

Em tempos diferentes, o Estado ajusta, operando a ideologia, a ação político-administrativa à lógica da valorização do capital, pondo a noção de poder elaborada pelas classes em função do poder. Neste caso, a cultura como fonte histórica de valores permite a compreensão da globalidade destes valores que são incorporados pelas classes e traduzidos como causa contrária que a razão põe a si mesma.

Estes valores são interpretados interiormente a partir de um substrato (a tradição), em que indivíduos em interação constróem um conceito de espaço público que hipostasia a vontade geral como idéia do mundo – percebida através de estímulos externos impostos pelo sistema de manipulação *mass media* – separando atividades meios e atividades fins, concebendo um espaço público no qual, idéia é separada de intenção; logo, a realidade – fruto da ação estratégica ou resultado da síntese mediada pelo trabalho social – é justificada no curso da evolução da economia, ora através do discurso de natureza econômica, ora através do discurso de natureza política.

No decurso da evolução da economia, emergiram as contradições que resultavam da incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital. Elas expressavam-se em conflitos sociais como protestos de núcleos de classes que surgiam do desenvolvimento social. Entretanto, estes núcleos, por serem constituídos em massa e manipulados como massas, eram prontamente abafados, no doméstico, pela repressão, e no público pelo sistema de comunicação da *mass media.*

A "ideologia" de natureza técnica embutida nos discursos governamentais – nela presente o elemento tecnocrático ou o substrato da ilusão [Habermas]- "agia" pela coação da lógica que persegue a coerência [Arendt], produzindo a formação da opinião pública favorável ao modelo de desenvolvimento econômico, e, por conseqüência, a legitimação do regime.

Entretanto isto se fazia através da cultura que, como vetor, apontava a direção da superação das classes sociais – agrupadas em agregados ou em massa – tendo nessa direção contido o saber que se colocava na dialética da interação e do trabalho, como elemento perturbador da relação lógica e social.[177]

Daí que, na conexão lógica e social, emergiam dos apelos à manutenção da ordem como meio necessário para o crescimento econômico "sustentável" e, portanto, soberano, o terror que, pela supressão da legalidade ou do *ius naturale* – dele se dispensava em especial legalidades menores – permitindo ao Estado a adoção de políticas econômicas nas quais as leis da natureza eram postas como leis da economia, produzindo a história. Do próprio movimento da história, emerge a nova forma de governo – ou a forma moderna de tirania [Arednt].

Ela teve, no caso Brasil, três (03) pontos fundamentais: promovia a destruição jurídica do homem, levando-o à condição política de não oposição; produzia, via inovação institucional, a morte da pessoa moral e morte na prisão dos líderes que abraçavam a causa da oposição e colocava o regime na pedra sagrada do altar, ou seja, dava ao protesto e ao líder que o provocava a condição não-mártir. Na verdade, a condição pela qual o Estado era elevado a sagrado estava na inovação institucional. Ela promove a destruição do valor histórico – porque se têm os governados destituídos na raiz das individualidades jurídicas – dos indivíduos, na classe, pela não capacidade de eles poderem julgar seus atos frente ao regime que os oprime.[178]

---

[177] Buscamos, com isso, a interpretação do significado jurídico contido na inovação institucional. Ela traduz na relação *lógica* e *social*, a relação Estado/Sociedade - a presença do *contrato social* unilateral, caracterizando o sistema social do ponto de vista da ideologia, como núcleo que explica a dominação estatal de classe. CUNHA, 1995.

[178] Dois fatos nos instigam à transposição da análise de ARENDT para a realidade brasileira. O primeiro deve-se ao caso experimentado pelo próprio autor do trabalho, que, em meados da década de 70, se surpreendeu com o relato de um jovem, interiorano, recém-saído do serviço militar obrigatório em Minas Gerais. Este jovem assustou-se com a importância dada pelos meios de comunicação a Dom Jaime Câmara (Arcebispo de Olinda e Recife e um dos líderes da oposição ao regime). O Exército lhe passara a imagem do arcebispo como reles ladrão e ele fora comparado na sua periculosidade a um famoso marginal, chamado "Sete Dedos".

Esses três pontos contêm o substrato do processo de destotalitarização. O meio que permite tudo isso – por onde a ideologia alcança o objetivo – situa-se na evolução do conhecimento que, por conseqüência, evolui também o sistema de comunicação da *mass media*.[179]

A destotalitarização tem como fundamento os discursos técnico-argumentativos veiculados por este sistema. Nestes discursos estão contidos a essência do totalitarismo implícito (caso Brasil), ou seja, o parlamentarismo. Daí que na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana essa essência produz, via parlamento, na figura da forma abstrata jurídica, a condição que desqualifica o governado para colocar no altar do sagrado o governante. O que produz, por sua vez, o surgimento de corporações emergentes que se colocam na rota de "suicídio coletivo." A resultante de tudo isso é a anomização política da classe.[180]

Por outro lado, corporativas, as organizações da sociedade civil buscam com o mínimo de esforço a conservação de modos e estilos de vida trazidos na esteira do avanço tencológico que se põe como idéia da técnica, produzindo a imagem de determinado país como capaz de aumentar a produtividade; logo, capaz de tornar a vida mais racional. É recorrente a presença de atores absorvidos e integrados a uma nova forma radical de domínio: a ciência e a técnica como "ideologia", gerada como simples idéia – a ilusão da técnica que não guarda relação com a experiência.

Tal fato produz a diferenciação funcional dos atores envolvidos no desenvolvimento social, e, com isso, a emergência de uma nova classe de dirigente: a dos

---

[179] Outro fato digno de nota é registrado em o livro *Trinta Anos Esta Noite* (1994), retido nos cárceres do governo. Paulo Francis presenciou a luta do poeta Ferreira Gullar que atendia a todos os companheiros presos, criando regras que os mantivessem firmes nas suas dignidades pessoais. Por exemplo: quando alguém ia ao banheiro que não tinha portas, os outros presos não deviam se aproximar. FRANCIS, 1994.

[180] Pode-se definir como anomização política de classe a presença de classe composta de indivíduos *organizados em massa* [ARENDT] que, pelas condições históricas de um País, não conseguem ter nenhum traço que os definam como participantes do espaço público. A organização de indivíduos em massa precede a instauração de governo totalitário, sendo sua causa. Na Europa, esse processo perpassou as formações sociais de diversos países e foi resultado de classes que entraram em *colapso*. Isto ocorreu quando, na classe, os indivíduos passaram a ter referenciais nos limites do sucesso da estratégia política, com total desprezo pelas ações racionais orientadas com base em princípios ético-morais, enraizados na cultura dos povos. No caso do Brasil, que tem a formação social perpassada pela ética da aventura que se desenvolveu à ética parlamentar, o colapso de classe já se encontra na raiz da tradição: a classe produz a anomia cultural, descaraterizando a individualidades dos atores que buscam estruturar-se em classe. CUNHA, 1990.

tecnoburocratas. A contrapartida da obediência passa ser obtida através de apelos propagados pelo governante, que busca, na ciência e na técnica dela derivada, meios de controle das influências que atuam sobre as atividades econômicas, controle que passa a se realizar, agora, pela idéia de administração racional da economia.

Neste caso, a idéia de administração racional da economia produz, via "ideologia", a contrapartida da obediência e, assim, permite a condução da economia através de juridificação das relações sociais, de modo tal que o próprio governado se torna responsável pela sua exclusão da cidadania.

Em estágios de desenvolvimento ulterior – no próprio movimento da história – o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas vai aparecer dependente de máquinas complexas e sofisticadas; logo aparece independente de ações humanas diretas e produzem o imaginário de sociedade capitalista liberal. Recorrente a acumulação e a produção da mais valia que daí deriva, aparecer na forma de *a priori* tecnológicos – ou idéia da técnica que ainda não aplicada é posta na forma de ilusão – contidos nos equipamentos modernos e sofisticados. Isto por si só – a idéia da técnica contida nos equipamentos – eleva, em potencial, o nível de produtividade.

A relação capital/salário vai exigir para obtenção da margem de lucro a diminuição de salário a um nível que tende a *zero* de tempo do trabalho, pois a idéia da força de trabalho não se coloca como trabalho necessário à subsistência do trabalhador, mas como trabalho ilimitado na sua medida e necessária ao aumento da produtividade. Daí ser prioritária a força de trabalho intelectual; logo, o valor desta força assume um valor qualitativo (não passível de medida direta como tempo de trabalho).

No mundo da concorrência, hoje, se exige a força de trabalho intelectual para "tocar as máquinas", como também o crescimento econômico ajustado à circulação do dinheiro – tendo na idéia da administração racional da economia o controle deste crescimento – de modo tal que a produção de tecnologias que não seja compatível com o trabalho, porque a competência individual "escorrega-se" do corpo do trabalhador e aparece substituída pela imagem que tem o País de produzir tecnologias.

É recorrente a competência no trabalho, bem como o valor-trabalho que daí decorre colocar-se secundária frente ao mundo da economia globalizada, na qual a concorrência é levada às últimas conseqüências; desta forma, a presença de imensa massa de trabalhadores – mesmo que qualificada (isto não importa) – é jogada *para fora* do trabalho, pondo-se à margem dos mercados.

Na verdade, o capital no Brasil não consegue explorar o trabalho na forma direta de consumo de energias produtivas individuais, ao mesmo tempo ocultando, através de discursos de ordem econômica, a necessidade de competências para o trabalho. A relação de exploração se realiza por via indireta, ou seja, é resultante de políticas econômicas, tendo nelas o papel autônomo do fator monetário que se cola às necessidades de regular a economia e de adequá-la às relações do comércio internacional no contexto da economia globalizada.

É recorrente e vital o ajustar do País às novas relações do mercado internacional – que cresce e expande na velocidade diretamente proporcional à capacidade de produção de tecnologias – implicando daí que o capitalista passa a responsabilidade da reprodução da força do trabalho para o Estado e este a dissimula à responsabilidade na idéia de capacidade de administração racional da economia.

Tem-se aí o que se pode chamar de mais valia relativa-excludente. Esta forma de mais valia representa a passagem na qual a relação capital/salário se modifica em virtude da modificação da natureza da ideologia e representa, sobretudo, acrescido a isto, no caso Brasil, da presença do fator autônomo monetário como elemento que garante soberania nacional através de atos de legislatura posta pelo parlamento como inovações institucionais. Essas inovações são expressões da idéia de administração racional da economia e se colocam em formas abstratas jurídicas, regulando o mundo do trabalho.[181]

---

[181] Aqui, é interessante apontar o registro de MANDEL sobre os estudos de conjuntura de MARX e ENGELS, no século passado: "Quanto à "crise" de 1854 -5, o erro de MARX foi mais perdoável porque ele não decorreu simplesmente de raciocínios por anlaogias ou de deduções abstratas. Houve efetivamente uma crise de superprodução na indústria algodoeira, causada principalmente pela baixa das exportações para a Austrália (houve especulação excessiva no curso dos dois anos precedentes, em conseqüência do *boom* do ouro). Houve igualmente flutuações graves no mercado monetário, causadas pela brusca queda da cota do ouro americano e australiano. Numerosas falências nos Países de além-mar originaram falências de importantes casas britânicas. Rjasanov precisa nos seus comentários dos artigos de MARX de 1855, que não

Está aí o papel das inovações institucionais. Elas têm na ciência e técnica como "ideologia" [Habermas] a idéia válida de administração que reduz o "apetite" posto pelo trabalho – o consumo "solvável" das massas – que promove a circulação do dinheiro às necessidades do consumo, em acordo com o ritmo de crescimento econômico controlado. Na verdade, a idéia de administração é resultado concreto das políticas econômicas que exprimem a capacidade de estruturação lógica do estamento burocrático das elites – ou de atores políticos que "cientificamente" coordenam as ações do Estado.

Deste modo, a mais valia relativa representa a Educação que, articulada ao parlamentarismo, dá às condições históricas e culturais a possibilidades de formação dos mercados regionais ou representa a condição base de reprodução social. Esta condição provoca, através da juridificação das relações sociais, a exploração. O que confere a singularidade ao capitalismo brasileiro, ou seja, ele tem a produção da mais valia realizada pelo Estado, mas na forma de expropriação hermenêutica da tradição.

A expropriação tem na força da tradição a Educação se colocando como condição de reprodução social. A Educação, então, colada ao parlamentarismo, via parlamento, produz a exploração como mais valia relativa-excludente. Está aí determinado pela cultura que mediou os mercados brasileiros o processo de acumulação contido no *modus operandi* do Estado.

Em suma, esta é a forma da exploração do trabalho que explica no papel do Estado o papel da cultura, ou seja, da cultura como princípio educativo. A cultura é o vetor que aponta a direção da superação das classes sociais.

Aqui, as formas da mais valia absoluta e relativa pensadas por Marx não tiveram existência histórica em formas puras – mesmo quando pensadas na linha do pensamento de Marx e confirmadas, pelas pesquisas, através de dados empíricos da realidade. Vingou, então, devido ao fenômeno do parlamentarismo a mais valia relativa-excludente. Ela, na tradição, o fator que tem por base a exploração do trabalho pelo capital.

---

se tratava de uma crise geral, mas de uma crise parcial no curso do qual o papel *autônomo* do fator monetário uma vez mais se revelou." MANDEL, 1980, p. 78.

Escapou a Marx o fato de que relações socialmente determinadas como dominantes – e que exprimem o real grau de exploração do trabalho – se invertem no tempo quanto à explicação da realidade em movimento. Modifica-se, então, o papel da classe no modelo hegeliano de análise tal como exposto no método marxista.

O que nos leva a supor que somente um método de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia explique, satisfatoriamente, o aparecer social do fenômeno Estado produzindo a ilusão – que se expressa em formas abstratas jurídicas – operando, no tempo, a dominação estatal de classes com o mesmo conteúdo, mas através de formas diferentes de legitimação.

No Brasil, esta é nossa hipótese, tem-se na inovação institucional a contrapartida da obediência regulamentada em leis ditadas pela moral e costumes e que, por isso, não podem ser recriadas através de simples procedimentos técnico- jurídico formais.

Tem-se pois no capitalismo brasileiro a "medida perfeita do valor", aparecendo como inovação institucional no imaginário social, juntamente com a medida do trabalho, realizando-se através de normas constitucionais geradas, usualmente, em períodos de exceção. Neste caso, aquela medida perfeita de valor aparece na forma de juridificação das relações sociais.[182]

Daí que o valor trabalho se incorpora às mercadorias devido as relações de produção específicas; logo, tem-se a sociedade capitalista que não realiza o valor da mercadoria como medida perfeita do valor, ou seja, como medida que é dada pelo tempo do trabalho ou tempo das energias produtivas despendidas.

---

[182] Não resistimos registrar, aqui, a legislação sobre o trabalho "outorgada" pelo parlamento no governo Vargas, em período de exceção: criação do Ministério do Trabalho (26/11/30; lei de sindicalização, que submete sindicatos a delegados do Min. Do Trabalho (19/03/31; criação da carteira do trabalho (23/03/32); criação da licença maternidade (2 meses) e salário igual para trabalho igual (17/05/32); lei do salário mínimo, (1/05/40) [anunciada em comício para trabalhadores no Vasco, RJ.]; criação do imposto sindical (08/07/40) criação da Justiça do Trabalho (01/05/41) e a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT , (01/05/43). Brasil 500 Anos, Revista **Isto É**, 1999.

No Brasil, o valor trabalho é produzido por contratos jurídico-formais, mas como quebra de contratos solenes – validados pelo código de honra encarnado no estamento. Tem-se o Estado como fiador do contrato social assentado no cerne institucional familiar. Mesmo e ainda nos dias de hoje, o Estado se valida através do princípio social que confere à família, o núcleo da organização social.

Tal princípio permite a acumulação e a produção da mais valia que daí decorre, sendo gerada de fundo histórico de natureza econômica, que estrutura a sociedade pela economia que é subordinada à política; logo, o capitalismo brasileiro manifesta a contradição na forma de tensão normativa ou de confronto entre natureza de contratos. Este confronto rememora o gene do capitalismo ou o começo da história.

É neste sentido que as atuais manifestações do Movimento dos Sem-Terra (MST) são rechaçadas como ilegais ou fora da ordem democrática de direito, explicando pelo procedimento político – o outro lado que compõe com a base do *iceberg* o todo – o fato empírico-jurídico do sistema bancário, lado a lado com o governo, sendo regido por normas constitucionais de *exceção* (resoluções do Banco Central). Esta instituição se constitui pois pelas regras de exceção que ela produz, sendo para-constitucional. É notório hoje no País a grande quantidade de causas jurídicas, em andamento, (ou "paradas") contra os bancos.

Isto na verdade rememora a matriz histórica ou o lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública. Rememora a herança cultural da colonização portuguesa, ao revelar, hoje, a presença da economia subordinada à política – ou o empreendimento econômico que se realiza como justificativa política, através de juridificação das relações sociais. Esta justificativa aparece, hoje, como ilusão, determinando rumos da evolução da economia.[183]

---

[183] O governo enviou ao Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional que altera o Parágrafo 2, do art. 25 da Constituição, suprimindo a expressão *a empresa estatal com exclusividade de distribuição*. Esta emenda, PEC n. 04, foi aprovada pelo Congresso (1995). O argumento principal era que o texto constitucional conferia *reserva de mercado* às empresas estatais, regime não consentâneo com o processo de abertura do mercado e a necessidade de redução de preços e melhoria de qualidade dos bens e serviços da economia. A verdade é que não existe reserva de mercado nem na norma e nem na realidade, pois a *Lei das Sociedades Anônimas* permite a participação de empresas privadas no setor com até 82% das ações. E ainda, até o fim da década de 60, somente empresas privadas atuavam no setor e somente após a falência destas empresas em 9 grandes cidades, em todos os Estados, é que as estatais passaram a atuar no setor do

Diante de tal realidade, podemos pensar o caminho de superação das classes sociais (caso Brasil) através da cultura como princípio educativo ou vetor que aponta a direção da superação das classes, produzindo o saber como "ideologia", com base na imagem que a classe social tem de si mesma e que é projetada na sociedade. No caso, a cultura tem na classe o lugar da morada do saber, nos fornecendo pistas para a explicação da acumulação e da produção da mais valia que expressa, no tempo, a modificação da natureza da ideologia.[184]

Marx pensou a acumulação capitalista, expressando-a em fórmulas diversas de taxa da mais valia, caracterizando a relação de exploração como empreendimento econômico *per si*, não necessitando, portanto, de justificativa política para explicá-la quanto a sua natureza de exploração.

Não pensou a acumulação dependente da política, na qual a relação de exploração pode ser evidenciada na evolução da economia pela presença do fundo histórico de natureza econômica que se realiza através de função política. O que leva a acumulação a expressar a relação de exploração na forma de juridificação das relações sociais, e, deste modo, a caraterizar o particular do processo de formação socioeconômica que se realizou em via singular de capitalismo. Como o é, o caso Brasil.

A formação socioeconômica, bem como os princípios de organização social que dela emergiram não seguiram, no caso Brasil, devido a condições culturais que mediaram os mercados, a padronização que foi evidenciada nas formações sociais de países Europeus. As mudanças provocadas pelo fenômeno de classe, aqui, engendraram a via singular de capitalismo na qual a família, mesmo em estágios ulteriores de evolução social – como por exemplo na modernização – torna-se o cerne institucional.[185]

---

gás canalizado. O que o Governo queria era pois, não só facilitar a formação de conglomerados de empresas, mas o ajuste da economia às novas condições do mercado internacional. CAMARA DOS DEPUTADOS. PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS-ORDEM ECONÔMICA N. 03B, 05B, 07B. MENSAGENS 191/195, 193/195, 195/95.Ver também voto em separado do Deputado Inácio Arruda do PC do B, CE.

[184] A forma de exploração do trabalho pelo capital foi analisada por MARX e interpretada através de fórmulas diversas para a taxa de mais valia, nas quais ele exprime, no tempo, caracterizando a produção da mais valia em diversos estágios de evolução da economia capitalista. MARX, 1985, p. 21.

[185] HABERMAS distingue quatro formações sociais no processo de evolução social do capitalismo na Europa: primitivo, tradicional, liberal capitalista e avançada ou organizada pós-capitalista. Exceto na formação

Na via singular do capitalismo brasileiro, a acumulação e a produção da mais valia que daí decorre tem na política sua fonte alimentadora – ocultando a luta de classe que aparece no âmbito das atividades produtivas, como luta de indivíduos desiguais de base econômica diferente. A acumulação aparece na forma de idéia de administração racional da economia, posta pelo parlamento como perda da soberania.

Daí, podermos explicar a acumulação se realizando pelo Estado como indutor e regulador dos processos do trabalhos e dependente, portanto, da inserção do País à Divisão Internacional do Trabalho. O que submete o País aos acordos comerciais realizados pelos países mais ricos, os quais regulam, ao nível global da economia, o comércio internacional – ou o valor-de-troca das mercadorias transacionadas no mercado internacional.

É sensato, pois, supor que o tratamento dado pelo Estado, hoje, aos problemas da acumulação, desde o século passado, é, até certo ponto, marcado pela tradição, em especial por fatores históricos e culturais portugueses que mediaram os mercados em fins do século XIV.

Passamos, então, ao passo inicial da pesquisa – que consiste em demonstrar o papel da Educação na (des)organização da cultura e a presença de uma matriz histórica no atual momento da evolução da economia. Esta matriz é posta pela força da tradição. E, com isso, a possibilidade de demonstrar – esta é nossa hipótese principal – a força da tradição posta no decurso da evolução da economia, configurando a expropriação hermenêutica da tradição.

---

primitiva, todos os outros processos de formações sociais tratam de sociedade de classes. O último estágio de sociedade pós-capitalista é compreendido por ele pela disposição elitista dos meios de produção. Sua intenção (isto ele deixa claro) não é a de produzir nem substituir uma teoria da evolução social, mas introduzir um conceito científico-social útil às crises sociais: *princípios sociais de organização.* Estes definidos como *regulamentações abstratas* que caracterizam cada estágio de evolução social no seu desenvolvimento, limitando a capacidade da sociedade de aprender sem perder a identidade. Ele dá, assim, às crises um significado normativo. Para tanto se utiliza do conceito de formação socioeconômica em MARX, para compreender cada estágio de evolução social, sua formação capitalista sendo determinada por um *princípio fundamental de organização social.* Este delimita, no abstrato, as possibilidades de alterações sociais. HABERMAS, 1980, p. 30.

3.2 Dilema do prisioneiro e o enigma contido no materialismo dialético

Daí a necessidade de apanharmos, no campo da metodologia e da epistemologia, a contradição da sociedade brasileira que se desenvolve através da lógica que persegue sua coerência, mas de modo tal que a idéia se emancipa da realidade - a ilusão religiosa em Arendt que Habermas subestimou.

É este um ponto crucial de ordem metodológica não esclarecido por Habermas em *La technique et la science comme ideologie* (1968) e que nos instiga a compreender a relação de exploração e a produção da mais valia através do Estado que se coloca como indutor e regulador dos processos do trabalho. Tais questões nos levam a compreender a gênese do capitalismo brasileiro (como "evento único"). Nele presente o parlamentarismo que realiza a exploração pela expropriação hermenêutica da tradição.

Temos em Weber um método que explica a ação social por um caminho em que esta ação tem como ponto de chegada a relação social, caracterizando o Estado como apropriação de poderes do tipo senhorial. Na sua metodologia, o agente motivado em sua conduta produz a relação social na multiplicidade de eventos e de modo tal que a unidade dos múltiplos é apresentada à razão sensível que apreende a realidade na forma de significados culturais compartilhados; logo, a partir da cultura a ação social adquire um significado como processo particular de ação que orienta o indivíduo quanto a conduta racional da vida econômica.[186]

Os agentes moldam sua ação, no confronto com outras, traduzindo a realidade, mas dando à sua ação um caráter social que se eleva do concreto ao abstrato ou da ação simples do terreno do trabalho à relação social; deste modo, a ação humana é concebida no seu ato final como relação hierarquizada de poder, que expressa a

[186] On appellera fiefs l'appropriation des pouvoir segneuriaux quand ils sont accordés principalement à l'individu qualifié en vertu d'un contrat et quand les droits est devoirs réciproques sont principalment orientés vers une conception de l 'honneur de l'ordre conventionnelle et en fait *militariste*. On appellera *feodalité* l éxistence d'une direction admnistrative pourvue principalement de fiefs. WEBER, 1971, p. 313. /1.

racionalidade na forma de dominação. Tem-se, então, nesse caminho, uma noção de poder que é posta em função de poder como domínio, pelo Estado.

Sob este aspecto, temos em Marx, no seu método, o caminho que leva à construção do Estado, sendo percorrido como ações humanas que subjugam as ações solidárias às ações guiadas por interesses. Por isso, os motivos que as impulsionam – implícito no método de Marx e explícito no método de Weber – se compreendem através da lógica que os apreendem na análise como ações que se colocam motivadas apenas pelo agir instrumental. Tanto no marxismo quanto no individualismo metodológico de Weber, visto que o elemento heurístico inspirador das vontades humanas é elemento estranho ao método.

Em Marx, há o método que retoma o abstrato da teoria econômica clássica, enquadrando o fenômeno do capitalismo em um sistema de leis ou de repetições históricas, mas de modo tal que os condicionantes subjetivos se explicam por uma lógica racionalista, característica do *iluminismo* do século XVIII. Deriva daí que, no marxismo, o conceito de Estado vai do genérico ao abstrato, pondo para o plano secundário de análise os motivos que levam as pessoas racionalizarem o ato político concretizado nas estruturas sociais.

Marx reportava-se às análises de Hegel na mesma trilha em que este se portou na relação com Kant. Buscou apreender no Estado uma concepção da realidade social que não consistia em compreendê-la do ponto de vista abstrato da idéia, mas da articulação da idéia enquanto conceito que se tinha da realidade e condicionantes subjetivos presentes nas práticas humanas. O Estado é compreendido como realidade complexa composta de atos individuais que produzem a ação comum, entendida como classe social.

O método de Marx centra-se no subjetivismo e razão, desta forma, a manifestação empírica dos fenômenos sociais é analisada pelo par de elementos lógica/racional. Implica daí que a lógica traduz apenas os momentos da realidade em leis do pensamento, caracterizando-a como conceito que dela se tem em um sistema de leis e de repetições históricas; por conseguinte, o racional compreende a realidade social em movimento na sua contradição, movimento e totalidade. Deste modo, a lógica da dialética explica o movimento da história, desenvolvendo-se como práxis em seus condicionantes

subjetivos, os quais orientam as ações humanas que se desenrolam no contexto do sistema de interesses; logo, devido ao modelo de análise, as ações que se desenvolvem como ações de (co)operação (sistema de solidariedade) são descartadas. Isto em conseqüência do movimento teórico de contradição – pensado por Marx em molde do sistema hegeliano de análise – que se dá *a posteriori*.

No método de Marx não há privilégio metodológico dos microfundamentos sociais como fatores explicativos da ação humana; logo, Marx subestimou o papel da ação estratégica na qual os indivíduos, na classe, teriam que entrar em acordo consigo mesmo. Isto amarrou 'seu método a uma centralidade econômica e as classes ficaram presas à armadilha metodológica: a interdependência entre relações de produção embutidas no conceito de forças produtivas e acesso dos indivíduos ao saber não distorcido da ideologia, categoria base do seu conceito de ideologia.[187]

É recorrente ele pensar a classe social em dois momentos distintos, 1 classes antagônicas de natureza econômica, estanque, dando sentido ao conceito de ideologia que é apreendido na forma empírica; e, 2 classes diversas e subclasses, realizando-se pela luta de classes, dando sentido à realidade em movimento apreendida como contradição na sua totalidade; logo, Marx não supôs que, em tempos diferentes, tipos de forças de trabalho – razão que se traduz em trabalho manual e o intelectual constitutivos das forças produtivas – se alternam quanto ao papel de força (sentido hegeliano do termo) que ajusta lógica à valorização do capital.

Em suma, Marx não levou em consideração a possibilidade de que em tempos diferentes o Estado tem o aparecer social diferente que o leva a uma dominação social na forma diferente da legitimação.

Daí a necessidade de reinterpretar no método de Marx o papel das classes sociais como fator gerador de mudanças na história, quanto ao sentido do vetor-força – a somatória empírica das vontades individuais presentes no método de Marx – frente a ideologia e sua relação com o Estado, no qual segundo Habermas – que tem em vista a

[187] La postface de la deuxième édition Allemande. MARX, 1985, p. 217-224.

descrição de Marx em Introdução à critica da economia política – tem a classe social se realizando como moral concreta, mas também como prática de autolegislação.[188]

Isto nos instiga a repensar a problemática da lógica que se realiza como "moral do pensamento de classe" – ou moral reivindicada por Hume como sentimento de moralidade contida nas práticas econômicas que, no método de Marx, foi posta como moral concreta, ou seja, como somatória empírica das vontades individuais. Contudo, isto faremos através dos "olhos" de Arendt e de sua crítica ao marxismo. O que nos levará a crítica a Habermas.

Em *Logique et connaissance cientifique* (1967), podemos retirar da epistemologia genética de Piaget a idéia do elo que unifica razão teórico-prática à vontade soberana de modo tal que as vontades individuais movidas pelos interesses parciais de classe – as partes ou camadas nela contida – têm a ação lógica na relação com a razão prática, realizando a antítese (a radical luta do homem contra o homem *communalisation* [Weber]) como síntese que se realiza pelo seu contrário.[189]

Isto nos leva a buscar, no contexto do pensamento de Piaget, um fundamento teórico que explique o papel das classes sociais e da ideologia, através de vínculo produzido pela reciprocidade entre bases materiais e formas de organização sociais e políticas – e que, em nossa concepção pode ser evidenciado nos moldes de paradigma conjetural de análise do Estado – através de afinidades eletivas entre crença religiosa e ética parlamentar [Weber].

Visamos com isso dar tratamento metodológico ao individualismo metodológico, visando a convergência de corpus metodológicos diferenciados (Marx E Weber), de modo a apanhar o conceito de Estado capitalista brasileiro concebido como modelo sistêmico de Estado totalizador.

Está aí, o modelo sistêmico do Estado que o explica como reconstrução planificada da sociedade – ou como modelo emprestado da teoria dos sistemas que contesta Habermas, mas que conserva o corpo principal de seu pensamento sociológico.

---

[188] HABERMAS, 1990b, p. 102.

[189] CUNHA, 1996.

Nesse modelo, a contradição é explicada por uma causa contrária, que a razão impõe a si mesma.[190]

No Brasil, o Estado tem nele contido um dilema de representação política. Isto implica a forma de representação que expressa os interesses das classes como relações pessoais, de tal modo que, no processo de formação socioeconômica a classe articulada ao estamento se coloca romanizada em formas de pensamento jurídico.

Isto implica um processo de formação social e econômica no qual a razão através da lógica traduz a realidade em movimento, por meio de princípios de organização social, mas como conhecimento daquilo que é inescrutável à própria razão; trata-se, portanto, essa lógica de intuição, arraigada nos sentidos, de uma lógica que exerce o papel da "moral do pensamento", porque vai além daqueles sentidos, expressando a capacidade dos indivíduos de passar, com base em inferências, do desconhecido para o conhecido; logo, é uma lógica que produz o conhecimento que só encontra sua realização – a lógica posta como ação eficaz – quando demonstrada na sua eficácia ou não no contexto de indivíduos em comunicação.

Trata-se, em suma, da razão que ilude a si mesma e que está apontando o caminho da superação das classes por uma relação interna – própria de indivíduos em comunicação – através de atores que se contradizem, porque o particular dos seus interesses (derivado de necessidades) não é determinado pelo geral e nem derivado só deles; logo, a contradição (forças produtivas e relações de produção) se realiza pela intuição espontânea (Kant) – no que se pode chamar de cerne de um método de análise conjetural, próprio de análises em que há a presença de fatores em jogo que não admitem medidas, levando a descobertas através de relações definidas de causalidade entre fenômenos que variam regularmente no tempo.[191]

---

[190] HABERMAS, 1976, p. 130.

[191] O rigor é compatível com o paradigma conjetural? A direção quantitativa e anti-antropocêntrica tomada pelas ciências naturais desde Galileu colocou um embaraçoso dilema para as ciências humanas: será que elas deveriam conseguir resultados significativos a partir de uma posição cientificamente fraca ou se colocar numa posição cientificamente forte, mas obter resultados estéREIS? Somente os lingüistas tiveram sucesso (durante o decurso deste século) em escapar deste dilema. GINZBURG, 1980, p. 29.

Compreende-se, então, que somente o método de variação concomitante torna-se capaz de "agarrar" aquela contradição", dando-lhe inteligibilidade histórica, implicando, daí, podermos explicar o fato de que a classe aparece, hoje, em imagem no Estado como luta de indivíduos desiguais de base econômica diferentes, bem como o fato de ela se colocar representada nos seus interesses apenas como parte do todo.

Nesta perspectiva, tem-se o método que leva a compreensão da realidade na sua multiplicidade de fenômenos sociais em movimento, no mundo, interpretado em sua forma simbólica, que, do ponto de vista analítico, tem a explicativa daquela multiplicidade de eventos – como contradição entre esfera da genética ou causal das ações efetivas e esfera do implicativo de normas valores e signos – apreendida pela ação estratégica que se realiza como *momentum* independente dos momentos que a antecedem ou se sucedem, visto que é mediada pela razão interpretadora de significados culturais que comete erro; deste modo, a lógica é compreendida por uma razão transposta para um plano virtual, executando movimento teórico de contradição de percepção dos objetos que nada tem a ver com as ações que inicialmente se realizaram como sendo de caráter instrumental, o que explica o elemento sincrônico sendo transposto para o plano diacrônico.

À vista disso, podemos dizer que a lógica da dialética hegeliana, presente no método de Marx, não apreendeu, a razão, executando um movimento de percepção dos objetos, de modo tal que a lógica se realiza através de ações efetivas que se duplicam, indo além da simples representação das coisas. Não assimilou, pois, o conceito de Estado no qual a idéia dos interesses de classes tem na ação estratégica o caminho de superação das classes que vai do simples, no concreto do trabalho – concebendo o mundo como realidade imaginada – ao complexo, porém representando aquela realidade como imaginário social. É este um caminho de construção que vai caracterizar o Estado na sua natureza e desenvolvimento como nova forma de governo ou Estado totalizador.[192]

Isto implica um conceito de Estado representado por um tipo ideal, abstrato, o qual contem a interpretação da multiplicidade de eventos explicados na sua compreensão

[192] A questão aqui colocada é a mesma de ARENDT, se a nova forma de governo tem essência própria, se pode ser comparada com outras formas de governo conhecidas no pensamento ocidental, reconhecidas desde os tempos da filosofia antiga e definidas como elas podem ser definidas. ARENDT, 1990, p. 513.

como derivado de relações pessoais. Neste caso, a dominação estatal de classes traduz a unidade dos múltiplos como resultante de acordos racionais entre os indivíduos na forma de contrato; logo, o Estado resulta da trama de relações pessoais nas quais o ato individual motivado na sua conduta, traduz a ordem das coisas na forma de idéia válida ou legítima, e, com isso, obtém-se como contrapartida a obediência aos comandos emanados do Estado.

É recorrente ter-se o Estado que (re)elabora o saber técnico acumulado na história, enraizado na tradição, tendo nas práticas de produção de governo o *fetiche de mercadoria*, ou seja, tendo as práticas de governo transformando o saber em valor tecnológico; desta forma, as mercadorias se realizam pela idéia de administração racional da economia, traduzida em solução prático-racional, como saber técnico que não mais se limita às técnicas dos afazeres tradicionais, adquiridos de forma pragmática.

No caso, tem-se o elemento tecnocrático – a ciência e técnica como "ideologia" [Habermas] – traduzido na forma da ideologia, como doutrina jurídica que expressa em resíduos a experiência da classe; por conseguinte, a ideologia não exprime a experiência somente do ponto de vista do "simplesmente subjetivo" ou do que resulta da ação comunicativa, exprime-a também no seu valor objetivo – ou do que resulta das atividades do trabalho. Portanto, em nossa concepção, é este o equívoco de Habermas.[193]

Nessa perspectiva, o Estado vai manifestar a experiência de classe em forma de mercadoria magicizada, através da representação política como significado dos interesses de classes; logo a mercadoria tem na realidade imaginada o conceito de verdade como idéia válida para ações de natureza operativa, que, contudo, incorpora a ação político-administrativa como imaginário social, subvertendo a lógica da mercadoria.

A mercadoria aparece na forma de significado de idéia de necessidade, expressando uma dominação autoritária, típica de Estado totalizador, ou seja, o que tem no reforço dos elementos da tradição a unidade do contrário posta como processo de

---

[193] L'objectivité des expériences consiste seulement en ceci qu'elles peuvent être partagées de manière intersubjectitive. Parce que les expériences se présentent avec la prétension à l'objectivité, il existe la possibilité de l érreur ou d'illusion - dans tel cas l'opinion, qui exprime une experiénce (présumée), est *simplement subjective* – Toutefois, cette objectivité d'une experiénce affirmée n'est pas identique à la *verité* d'un ennoncé affirmé. Grifo nosso. HABERMAS, 1976, p. 348.

juridificação das relações sociais. No caso, em pauta, o concreto é concreto porque é síntese dos múltiplos, da totalidade.

Isto nos leva a compreender o Estado e o conteúdo real da dominação de classe, como também nos permite apanhar a condição daquela dominação, manifestando-se como necessidade de reaparelhamento estatal no qual se cria a inovação institucional – forma empírica do conflito de classe, que o explica através da ação estratégica – instrumento político pelo qual classes antagônicas se resolvem na sua unidade, como ação do tipo racional-legal. Este mecanismo é um expediente político que permite ao Estado enfrentar as crises econômicas, em especial, hoje, quando elas se expressam por desequilíbrios da balança de pagamentos.

Aliás, o que implica a ação estatal ser compreendida através de tensões normativas que se revelam como crítica ao sistema social, evidenciando relações de interdependência técnica dos processos do trabalho e oscilações cíclicas de crises da economia, as quais impõem ao processo de valorização do capital tanto a necessidade crescente de formação de sociedades anônimas em conglomerados de empresas, quanto a de reaparelhar o Estado, tornando-o mais eficiente na regulamentação das relações do trabalho.

Weber em sua metodologia não privilegiou, assim como Marx, a globalidade dos valores que condicionam subjetivamente as ações guiadas por interesses. Na explicativa supramencionada, buscamos recuperar isto. Nela, a compreensão ou o sentido da ação tem a experiência sendo entendida como sentimento subjetivo de necessidade e que não tem existência objetiva no real, tornando a ação racional de natureza dupla – ação com a qual indivíduos na relação com outros (interação) orientam-se no seu agir, visando operar a natureza (trabalho) – compartilhada como significado cultural quantos aos valores que as motivam.

Está configurado, pois, nas páginas anteriores, o elo que unifica razão teórico-prática à vontade soberana. Trata-se de dilema de representação política e que pode ser concebido pelo que se segue.

Como sabemos, nas fases de desenvolvimento intelectual estudadas por Piaget, a lógica aplicada ao mundo empírico esclarece como o indivíduo nasce para o objeto. No início, ele mantém com o mundo que o cerca (ambiente) uma relação entre o EU e o mundo exterior. Trata-se da fase na qual a personalidade ainda não se formou. Contudo, em fase posterior, simbólica, final, em que o indivíduo tem sua personalidade formada, o mundo teoricamente "pensado", vem a ser compreendido na sua significação na forma de interação com o outro, melhor dizendo, o indivíduo vê a si mesmo, interpretando e agindo no mundo em relação com os outros, que também vêem o mundo, o interpretam e nele agem.

Em suma, os indivíduos relacionam os objetos como representação de um *para si* de tal forma que a lógica se põe coerente com o mundo empírico. A partir disso, eles, em interação com atividades do cotidiano (trabalho), desenvolvem sua ações do trabalho, através de normas ou regras – ou ações de natureza ético-normativas, visando apreender o mundo empírico operatório e simbólico, sem se contradizerem.

Está posta em síntese a epistemologia genética de Piaget: a todas ações concretas realizadas pela inteligência cognitiva correspondem às ações de natureza ético-normativas, de caráter comunal, cuja objetividade da compreensão só é possível no contexto da comunicação.[194]

A síntese piagetiana nos leva, então, a pensar a classe como processo de formação de comunidades, no qual está presente um fator de incompreensibilidade que é posto como causa contrária que a razão "impõe" a si mesma, de tal forma que as atividades do trabalho se desenvolvem segundo estruturação lógica que se realiza por um nexo efetivo entre cadeias complexas de fins e meios, em que indivíduos, através da razão oculta (*crytica*) produzem os requisitos para uma melhor performance de suas tarefas.

Existe aí o dilema que nos é mostrado pela aparente não oposição entre a esfera genética ou causal das ações efetivas (plano diacrônico) e a esfera implicativa de normas, valores e signos, mas de modo tal que as relações de implicação são explicadas

[194] PIAGET, 1975.

por uma lógica que se realiza em ação efetiva deslocada das condições de produção material, representando as coisas para além dos seus aspectos materiais.

Este dilema se configura pela lógica, no plano de validade do conhecimento, que persegue a coerência, mas de tal modo que a ordem das coisas se coloca em conexão necessária com a ordem dos fatos (plano de motivação do sujeito do conhecimento). Configura-se, então, o arcabouço metodológico que nos permite integrar o individualismo metodológico de Weber ao método da economia política de Marx. Na verdade, o dilema consiste em decisões racionais tomadas pelo Estado (razões de Estado), que, no entanto, tem a fonte de legitimidade na classe, no espaço da produção, posto como relações de produção como conjunto de elementos racionais e não-racionais ou resíduos, que se constituem em conteúdos de legitimação que validam o Estado nos seus atos de intervenção da economia.

As decisões do Estado vão aparecer como conjunto de verdades – conhecimento da realidade na qual se atua habitando o mundo e buscando sobrevivência – que não podem ser negadas, no entanto, podem ser refutadas, a partir do momento em que pessoas enraizadas na tradição – ou instituições que regulam as relações sociais (a pessoa abstrata) – produzem a realidade como práxis de natureza dupla, de acordo com a necessidade imposta pelo senso teórico-prático da razão – a razão pura o conhecimento, posto na prática como conhecimento como conhecimento válido – mas também como causa contrária que a razão impõe a si mesma.[195]

É sensato pensar na existência da presença de uma força (no sentido hegeliano do termo), em que indivíduos buscam restabelecer no trabalho a lógica aplicada ao mundo empírico (a síntese piagetiana por nós referida anteriormente), como lógica que fundamenta a ação do trabalho quanto ao sentido da ação estratégica – a síntese mediada

[195] É necessário distinguir critérios de demarcação científica, segundo diversas teorias que preconizam a retomada do passado. Enquanto para POPPER o critério de demarcação científica é a refutação ou a possibilidade de se conhecer através de erros ou de "falsibilidade dos dados" [POPPER, 1980], para ARENDT a demarcação científica tem na tradição o modo lógico-racionalizante da pesquisa científica moderna. Desta maneira, para ela, diversas linhas de demarcação científica vão-se pondo com teorias e métodos, articulando conceitos e dados observáveis na construção do conhecimento que se tem do mundo das coisas e dos fatos que o compõe. ARENDT, 1972]. **Verifications de la présence de l'éthique de l'aventure dans les pratiques brésiliens**. CUNHA 1996a, p. 2.

pelo trabalho social ou a ação intermediária entre interação e trabalho. Entretanto, esta ação se coloca como causa contrária que a razão impõe a si mesma.

Tal contexto leva os atores na classe a se contradizerem quanto aos seus interesses, os quais expressam, via representação política, uma representação imaginária posta nas práticas de produção de governo. Daí a classe refletir, hoje, apenas parte de seu todo como valor social do trabalho, e, com isso, a idéia da realidade se emancipa e transforma-se a realidade ou ilusão que lhe é "exigida", no seu todo, à busca da coerência da lógica.[196]

Por sua vez, a classe realiza, então, o movimento teórico de contradição como causa contrária que a razão impõe a si mesma, ou seja, como realidade imaginada numa direção da representação das coisas descoladas das condições da produção material, caracterizando a sobrevivência como um fim em si mesma; logo, a síntese mediada pelo trabalho social é dada pela razão interpretadora de significados culturais que traduz a necessidade na idéia de satisfação de objetos desejados, revelando, deste modo, o ocultar do real papel político da ação estratégica que esconde o valor que é atribuído a essa ação no conjunto ou no todo da classe. Daí que o todo – a classe – aparece refletido na sua representação apenas na sua parte, como luta de indivíduos de base econômica diferente.[197]

Na verdade Habermas, não apreendeu o real conteúdo "crítico" que leva a classe a elaborar a ação estratégica mediada pelo trabalho social, através da lógica como elemento de natureza dialética, e, com isso, não considerou a ação estratégica, realizando-se como ação imaginada, aparentemente dissociada de condições materiais que lhe são

---

[196] Or le concept d'une chose, dont nous ne représentons l'existence ou la forme comme possibles que sous la condition d'une fin, est inséparablement lié au concept de sa contingence (d'après les lois de la nature). C'est pourquoi les choses naturelles, que nous ne trouvons possibles que comme fin, constituent la preuve principale de la contingence de l'univers et elles sont , pour l'entendement commum aussi bien que pour le philosophe , la seule preuve valable qu'il dépent et tien son origine d'un être existant en dehors du monde et intelligent (à cause de cette forme finale). KANT, 1993, p. 333.

[197] Estamos aqui, apontando conexões entre lógica, instrumentalidade e interação – tema este abordado por REIS em *Racionalidade política*, 1984. No entanto, ousamos interpelá-lo quanto a sua afirmação de que a intersubjetividade é a garantia única da objetividade (REIS (1982, p. 205-b), pois podemos pensar na possibilidade da lógica estar perseguindo sua coerência, pondo a ordem das coisas na inter-relação com a ordem dos fatos, através de *conexão profunda* fatos-efeitos, de tal modo que aquela conexão explica fenômenos superficiais. Entretanto, cremos poder ser ela confirmada ao se reconhecer que o conhecimento direto de tal conexão é impossível. CUNHA, 1995.

pressupostos. Não considerou essa ação sendo resultante da ideologia operada pelo Estado que a determina, como relações socialmente dominantes – anterior a sua realização.

Deste modo, não pôde perceber que a lógica da dialética hegeliana no método de Marx tinha nos sentimentos comuns ou resíduos dados pelas consciências individuais a eficácia da ação, que se realiza antes da "fala" – antes mesmo de qualquer linguagem – situação que se estabeleceu como fundação da esfera pública dada pela força da tradição, que traduziu a ação político-administrativa estatal como eficaz na idéia da técnica e de seu significado cultural (dialética da moralidade).[198]

Está aí um ponto crucial da crítica que Reis faz a Habermas. Ele vê a ausência de um elemento de natureza dialética como necessário à explicação da ação intermediária entre trabalho e interação, que é dissociada das condições que a levam a se desenvolver como ação eficaz.

Desta forma, ele vai – na trilha de Habermas e de seus estudos das ciências hermenêuticas – buscar a explicação histórica que admite não ser satisfatória naquele pensamento, e, com isso – no campo da psicologia entendida amplamente – a encontra na dimensão genética e diacrônica no pensamento de Piaget, compreendendo – através da lógica dos movimentos e das percepções (dimensão sincrônica) que é transposta para o plano diacrônico. Entretanto, ressalta que a explicação histórica é algo que esta além de qualquer coincidência.[199]

---

[198] Esta hipótese nós a consideramos crucial para um melhor entendimento do papel da *educação* e da *cultura* como fonte histórica de valores, e, portanto, como vimos anteriormente, contido no *interior* da ação estratégica, resultante de atos ontológicos, em que indivíduos vêem o mundo e as normas institucionais que regem as relações humanas derivadas da produção da sobrevivência, na forma de mercadorias. CUNHA, 1996.

[199] Em Piaget – e este é o ponto que REIS vai destacar – as etapas de evolução dos indivíduos começam com as funções sensório-motrizes iniciais, em que, antes mesmo de qualquer linguagem, as estruturas perceptivas e motrizes são suficientes para levar a "descobrir os esquemas do objeto prático permanente, da organização espacial dos deslocamentos próximos (com idas e vindas), da causalidade e do tempo elementares; esquemas estes cuja organização, sem ser estruturalmente comparável ao pensamento conceitual posterior, "o anuncia entretanto do ponto de vista funcional e constitui, assim, uma espécie de lógica dos movimentos". Em seguida, entre os dois e sete anos, "as ações efetivas do período precedente se duplicam de ações executadas mentalmente, isto é, de ações imaginadas, dirigindo-se às representações das coisas, não mais somente aos objetos materiais mesmos. A forma superior deste pensamento superior representativo ou figurativo é o que Piaget chama de pensamento "intuitivo". PIAGET apud REIS, 1984, p. 44.

Em suma, Reis busca o privilégio da explicação histórica como recurso necessário, mas muito mais pelo que ela tem de "não explicativo" – que abre espaço para o fortuito – muito menos por ser uma forma privilegiada de explicação. No entanto, mesmo admitindo que a lógica (a dimensão sincrônica) possa ser transposta para o plano diacrônico, vê dificuldades de ordem metodológica em se explicar eventos históricos através de leis repetitivas da natureza, pois tal empreendimento levaria à impossibilidade de comparar numerosos casos ou instâncias e, assim, inferir como conjetura leis repetitivas da natureza, ocorrendo com regularidade.[200]

Acredita-se, deste modo, que a dificuldade que Reis tem a sua frente é a de estabelecer a analogia entre lógica – elemento piagetiano – e a lógica da pesquisa científica em Popper. Reis pensa a lógica piagetiana como um subjetivismo que tem como princípio uma decisão irracional, ou seja, uma refutação ou negação de dados da experiência que se presta a demarcar a fronteira entre ciência e não ciência e, desta maneira, assim o fazendo, cai numa "armadilha metodológica", porque os critérios de demarcação científica que se põem, subjetivamente, como linhas básicas de argumentos que se baseiam em decisões irracionais – que se prestam a definições científicas que marcam irremediavelmente a teoria popperiana como teoria aporista – não o permite ultrapassar o paradoxo contido na teoria de Popper.[201]

Isto nos leva a buscar na (re)interpretação da ideologia em Marx, como crítica a Habermas, que não admite a razão, revivendo a experiência se a eliminação de influências perturbadoras presentes na auto-reflexão, na qual a razão se coloca como crítica da ciência, visando buscar solução para a problemática supramencionada. O que, por sua vez, nos leva a pensar a gênese do capitalismo brasileiro através da ideologia que se modifica na sua natureza no decurso do desenvolvimento histórico geral, constituindo a ideologia como razão que ilude a si mesma.

---

[200] Esta aí correlacionada à crítica de HABERMAS sua crítica a Anderson (*Lineages of the Absolutist State,* 1979). "Anderson tem fatalmente que levar a cabo certos "exercícios mentais "para poder pretender fundamentar a tese da concatenação da antigüidade clássica e do feudalismo como condição necessária para o surgimento do capitalismo na Europa. (...) Pois, a tarefa que ele mesmo se propõe tem a ver inequivocamente com a apreensão das *determinações internas* de um processo de longo prazo, aquelas determinações graças as quais podemos ver seu resultado " final "como algo distinto de um mero produto do acaso. (**Grifo nosso**). REIS, 1982, p. 178.

[201] Ibid., p. 207-b.

Não é possível admitir-se a existência de *a priori* como momento metodológico da pesquisa, sem que se admita a razão que pensa a si mesma, e que, portanto, é uma razão que existe e que se vincula aos sentidos, que capta o espaço e o tempo; logo, é apenas por convenção ou por motivos ideológicos – consciência produzida por motivos "falsos" que permeiam as vontades – que se pode admitir a presença de um *a priori* como representação do para si como ação imaginada, que busca a verdade, mas que, para tanto, tem que refutá-la como verdade.

Isto nos leva a admitir a presença no Estado, do lugar de representação de interesses das classes produzindo interiormente – ação de indivíduos próprios em interação ou comunicação (na classe), as motivações que levam a ação estratégica como compreensão do mundo *a priori*; logo, tem-se aí a presença de uma consciência falsamente motivada quanto aos seus interesses. Neste caso, toda e qualquer verificação da experiência fica fora dos dados de experimentação. Esta aparecerá à razão sensível como dilema, ou seja, de tal modo que fenômeno Estado e *coisa em si* não se distinguem.

Isso devido às atividades humanas produzirem representações em estruturas e modos de produção determinados como resultante de práxis de natureza dupla (orientações de ordem teórica dada tanto para o agir instrumental quanto para o comunicativo). Deste modo, a consciência contingente produz um conhecimento imediato, executando dois movimentos teóricos de naturezas distintas: um movimento do pensamento, realizado pela razão como produto de processo cognitivo sistematizado – conhecimento que se concretiza em ações operacionais, com características instrumentais – na forma empírica de práxis do tipo teórico-técnico e um outro movimento, realizado pela razão como produto de um processo de natureza prática – conhecimento que se realiza por indivíduos em comunicação – em que se interpreta valores que se concretizam em ações de obediência às normas existentes, reconhecidas como derivadas de idéia válida ou legítima. Este configurado como núcleo sadio do senso comum ou práxis do tipo teórico-prático.[202]

---

[202] Nossa posição teórica segue a argumentação de uma crítica imanente a KANT, iniciada por HEGEL e vai na direção de uma crítica imanente a MARX. Sustentamos que as ideologias, entendidas e compreendidas por MARX, não podiam se explicar como falsa consciência de produtos racionais elaborados pelos homens, exclusivamente, através de conhecimentos empíricos (tendo o privilégio da prática) e, com isso, não podiam

Em Marx, temos que as ideologias são idéias ou teorias socialmente determinadas pelas relações de dominação entre classes. Esta determinação resulta de um processo de interação humana na qual a razão produz a realidade como falsa consciência, ou seja, a razão tem na descrição da realidade uma orientação política não condizente com a realidade dos fatos e das coisas (objetos) com os quais a razão interage.

Trata-se pois, em Marx, a ideologia, de um conceito que visa delinear um sentido para a ação política que se realiza frente a uma situação dada. Entretanto, para ele, o ator coletivo (compreendido por ele como classe) entra na história como ator que de início não tem a consciência clara da ação; logo, tem-se na definição a relação de incompatibilidade entre sentido dado à ação e suas relações (recíprocas) com o conjunto de teorias como asserções de fatos, coisas e máximas, como juízos de valor.

Isto nos autoriza a reinterpretá-lo quanto a direção ou sentido político que é dado no seu método à ideologia. A consciência que produz a realidade é aquela que executou um movimento teórico de reflexão e que põe em movimento as forças produtivas.

A ideologia se forma como consciência real enquanto práxis de natureza dupla, produzindo representações em estruturas sociais e modos de produção determinados. Entretanto, as representações imediatas contêm nelas contradições da realidade, resultantes de falsas motivações que dão sentido teórico-prático às atividades humanas, as quais se desenvolvem produzindo a realidade pelo uso da razão dupla ou por uma lógica que produz a realidade compreendida como passagem de momento operatório a momento simbólico. Este expressado como atos de representação dos objetos na forma de sentimento subjetivo de necessidade, cuja satisfação de bens materiais e não materiais se realiza na forma de idéia válida da ação efetiva que se realizou como momento operatório.[203]

---

se realizar na relação entre teoria e prática, como *práxis* de natureza simples. Nos opomos a um esquema reducionista "HEGELiano" compreendido de forma negativa. CUNHA, 1995, p. 16.

[203] Tem-se aí a lógica que orienta o trabalho caracterizada no seu caráter duplo: transpõe para o plano virtual ou simbólico operações que são inicialmente operações concretas. Essa tese é semelhante à defendida por Reis, 1984. Id. ibid.

A contradição não é algo que existe compreendida "fatalística" na forma abstrata e negativa, ela é resultante da razão *medium* que, ao cometer erro, se coloca como essência móvel – momentos de existência em modos de existência – de tal forma que o mundo vivido é traduzido em falsas vontades, as quais produzem – pela não somatória empírica das vontades ou na forma de prática de autolegislação – a validação das razões de Estado. Neste caso, o ato coletivo (na classe) se realiza como ação estratégica, resultante de atos individuais que se concretizam em ato sociais nas estruturas sociais, anulando-se por uma causa contrária.[204]

Daí o poder do Estado ter o efeito bumerangue, pois a práxis se revela como ação racional eivada de sentimentos ou resíduos traduzidos no aumento da força da tradição, que questionam, justamente, a ordem ético-normativa que estrutura o Estado no seu domínio. Isto se dá devido a que ação estratégica – intermediária entre interação e trabalho – realiza a síntese mediada pelo trabalho social, interpretando o mundo sociocultural, no tempo, mas através de racionalidades distintas.

A cultura produz a interpretação da base material do mundo num significado de idéia de necessidade, indicando um vetor-força para as ações produtivas, no qual as ações racionais se realizam pela moral nelas contidas, expressando-se como ação ética comunal; logo, tem-se a cultura traduzindo um sentimento subjetivo de necessidade que é posto na forma de "pensamento moral da classe", que vai conduzir, através de princípios éticos e morais a regulamentação das atividades econômicas.[205]

Isto implica a ação estratégica ter como pressuposto indivíduos que, nas classes, buscam fins e meios de sobrevivência como direitos naturais de existir, viver e

---

[204] Retiramos, portanto, da noção de ideologia em MARX o seu caráter de falsidade (entendido no seu sentido objetivo), mas conservamos o significado forte da ideologia pensada por ele enquanto orientação para a *práxis*, que não pode e nem deve nunca sobrepor interesses de poder aos interesses emancipatórios como forma de orientação ético-moral para o exercício da vida pública ou de um espaço no qual os homens interagem, habitando-o. Id. ibid.

[205] Toute a fois pour assurer la *durée* et la regularité de la possession des biens religieux, la rationalisation de la méthode de salut a finalement dépassé les méthodes dont nous venons de parler, eet ce, en apparence, dans un sens contraire, c'est-à-dire allant vers une limitation planifiée des exercices à ceux qui garantissaient la *continuité* de l'habitus religieux. (...) Peu importe le but et la façon dont ill atteint. La *diversité des qualifications religieuses* des êtres humains est le fait fondamental de tout fonds commun religieux reposant sur une *méthode* systematique de salut. WEBER, 1971, p. 305. /2.

trabalhar, mas como individualidade que é preservada na sua autonomia por uma ética comunal. Daí as ações produtivas realizarem-se como técnica de formalização.

Tem-se, então, um caminho de construção do Estado compreendido pela dialética das forças produtivas e acesso ao saber distorcido pela ideologia, que tem como ponto de partida significados culturais compartilhados em comum pela classe, em que a passagem do nível de consciência individual ao de consciência coletiva, se dá como momento traduzido na consciência dos indivíduos. Neste caso, as ações racionais orientam-se no contexto do sistema de solidariedade, através de ações solidárias (co)operativas), mas tendo estas ações subsumidas as ações guiadas pelo agir instrumental.

O que nos permite apanhar a classe na sua relação com o Estado e ideologia, quanto ao seu papel de gerador de mudanças na história, através de descrição comparativa de formas de legitimação elaborada pela classe, a qual acompanha, no tempo, o fenômeno Estado, variando quanto à elaboração daquelas formas. Daí, ter-se a explicação genética ou causal da ação estratégica se realizando (na classe) como lógica, mas de modo tal que o elemento sincrônico – a que explica a passagem da lógica daquele momento, para o plano diacrônico – coloca-se como fator explicativo da passagem de um paradigma de escolha econômica, reino da necessidade, para o de escolha sociológica, reino de regras, valores e signos.[206]

A contradição das forças produtivas e relações de produção e, conseqüentemente, o fetiche da mercadoria, não mais aparece como forma pura econômica, como Marx pensara, mas na forma magicizada, no Estado, realizada por um elemento intermediário – a razão *medium* – que articula existência social e política. O que nos evidencia a presença da cultura como fator de determinação entre Estado e sociedade,

---

[206] A lógica aí exerce o papel de "moral do pensamento classe", executando um movimento teórico de contradição como movimento de percepção dos objetos, apontando, assim, o caminho da superação das classes diferente do que é apontado no método de MARX. Isto implica atos produtivos se representarem em imagem no Estado, como modelo competente de comunicação, no qual o interesse emancipatório tem na situação real a ilusão, ou seja, a ação estratégica, a ação efetiva da política, não se caracteriza, como HABERMAS pesnara, *isenta* de distorções derivadas de uma comunicação competente. A comunicação aparece como dominação, nela contida a "ideologia da ciência e da técnica" que "age" como espelho ou idéia que as classes têm de si mesmas. CUNHA, 1995.

levando a classe a elaborar conteúdos de legitimação no próprio espaço no qual estas se estruturam.[207]

O Estado tem aí sua *carona*, conciliando interesses de classes, regulando influências sobre as atividades econômicas, justificadas pelo modo como os indivíduos vêem, interpretam e agem no mundo e configurando-o em princípios de organização social que contêm sua significação e valor objetivo dado pela idéia de racionalidade técnica da administração da economia.

Desta maneira, o Estado "tira proveito" da idéia de sociedade que a classe faz de si mesma, ou seja, pega carona no comportamento adaptativo culturalmente determinado, resultante da ação estratégica realizada como momento de interação (domínio da moral) e que expressa o mundo na idéia de saber técnico, tido pelo senso comum como solução prático racional.

Isto implica que a classe se desenvolveu na história, através do conhecimento das leis da natureza como saber técnico acumulado em afazeres tradicionais, adquiridos de forma pragmática, levando os indivíduos, na classe, a articularem razão teórico-prática e vocação para o trabalho, produzindo um conhecimento com o qual a classe organiza a estrutura social, encaixando informações e crenças; logo, as estruturas sociais que contêm este saber influenciam pessoas e por elas são influenciadas. Este saber assume, então, papel importante no caminho de construção do Estado, moldando as vontades de uns, no confronto com as vontades de outros, formando a vontade geral que valida a ordem democrática.

Deriva daí um processo de formação socioeconômica, no qual a classe realiza a ação estratégica como compreensão do mundo sociocultural e em que atores moldam ações individuais em confronto com outras, transformando-se de classe social em massa. Neste caso, tem-se o papel metodológico da cultura se realizando através de valores contidos nos elementos de tradição, que constituem o substrato social ou a base real que

---

[207] Ainsi, l'existence d'une cause de toute la nature et contenant le principe de cette connexion. KANT, 1985, p. 170.

caracteriza componentes de formação social e suas relações, bem como evolução e suas contradições.

A relação de determinação entre economia e política realiza-se pois na forma de reprodução simbólica do mundo da vida, no vínculo dialético de relações de produção e de vontade de saber, separando sujeito do objeto, e com isso, atividades meios de atividades fins, tornando compreensível, pela explicação da classe, a forma de dominação do Estado, que é dada pelo sentido das relações produtivas – já, antecipadamente como relações de dominação, porque contidas como noção de poder elaborada pela classe, que determina a forma de representação das classes, quanto aos seus interesses.

Conforme se pode observar, esta extraordinária extensão da noção de individualidade – fundo histórico no qual senta raízes a formação socioeconômica pensada por Marx como origem da acumulação – e que, para ele, é devido à relação entre Estado e sua administração, e forças policiais – é a condição que permite ao Estado atual realizar a dominação de classe através de conteúdos de legitimação elaborados pelas classes como noção de poder; assim, podemos admitir que a individualidade se desenvolveu no curso da história como formação socioeconômica que configurou conflitos de classes enquadrados nos limites da criminalidade.

Pode-se dizer, afinal, que com a expansão das forças produtivas e o desenvolvimento tecnológico que hoje caracteriza o capitalismo contemporâneo, tem-se a transformação dos valores que orientam o processo auto-regulativo da economia, o qual se realiza na relação direta capital e trabalho. Daí as economias capitalistas se caracterizarem pela concentração e acumulação de capital, que somam seus recursos financeiros e técnicos, configurando estruturas oligopololísticas que restringem os espaços de competição. Tais estruturas tendem a por fim ao capitalismo do tipo competitivo.[208]

O modelo econômico das atuais sociedades capitalistas orientam no mercado em uma forma dupla: um subsetor regulado por competição com predominância de indústrias de trabalho intensivo, e um setor determinado por estratégias mercadológicas de oligopólios, nos quais se tolera um baixo nível de competição. Por outro lado, no setor

[208] HABERMAS, 1980.

público, surgem grandes empresas controladas diretamente pelo Estado ou por firmas privadas que com ele fazem parceria através de contratos governamentais. Formam-se ao redor do Estado conglomerados de empresas prestadoras de serviços.

O Estado não só assegura as condições gerais para a produção econômica, mas está nela engajado, substituindo de fato o mercado, criando e melhorando condições de realização do capital. Deste modo, o aparelho administrativo estatal fica dependente dos imperativos do sistema econômico; logo, os investimentos podem ser feitos à margem das leis de mercados.

É comum as mudanças provocadas pelo crescimento das forças produtivas, refletirem na política bem como os processos do trabalho serem regulados através de dispositivos constitucionais, os quais são justificados como direitos legítimos de produção. Modifica-se radicalmente a natureza da contradição capital/trabalho e, desta forma, os conflitos de classes vão ter as ações racionais orientadas quanto aos interesses opostos que as compõem, na dependência de ações estatais políticas e administrativas.

3.3 Expropriação hermenêutica da tradição ou os fundamentos da história

No nosso País, a cultura tem a figura do intelectual posta no altar do sagrado, mas sagrado que se coloca apenas no imaginário do povo, o povo adora o intelectual, porque nele vê a imagem *de si* ou da ojeriza que se tem ao trabalho manual. No caso, a cultura por si só já cumpre o papel de gerar a desigualdade social, garantindo privilégios a partir de localização ou do situar dos indivíduos na estrutura produtiva. Nesse situar-se, estruturam-se relações de dominação postas pela tradição – antecipadas, porque "antes mesmo qualquer linguagem" – e que aparecem tecidas em hierarquia social, fixada pela tradição, tendo na força do trabalho intelectual a força que valoriza o capital e que se realiza pela idéia da divisão do trabalho.[209]

[209] Desde a primeira hora da colonização, Portugal, sensível ao plano de governo de terra imensa e selvagem, mandou à Colônia, ao lado dos agentes do patrimônio real, os fabricantes de letrados personificados nos jesuítas. "O gosto pelo diploma de bacharel" nota Gilberto Freyre – "pelo título de mestre, criaram-no bem cedo os jesuítas no rapaz brasileiro; no século XVI já o brasileiro se deliciava em estudar retórica e latim para receber o título de bacharel ou de mestre em artes." Já a beca dava uma nobreza toda especial ao

A própria idéia de divisão do trabalho, tecida na hierarquia social, oculta o fator – o parlamentarismo que aparece, na figura de forma de governo parlamentar de gabinete – que funda o imaginário do povo, e, por aí, permite às elites fundarem o imaginário de sociedade capitalista liberal, pela estruturação do sistema partidário e dos movimentos totalitários que emergem das desigualdades sociais, trazidos no bojo do ideário liberal estrangeiro (efeito de imitação).[210]

Emerge daí a essência da política que vai, através do parlamentarismo, movimentar a economia: a produção da cultura democrática, tendo nela o saber distorcido que o intelectual plasma e que coloca validado no altar do sagrado. Na verdade, o povo vê no saber a possibilidade de ascensão social e "fuga" ao trabalho manual. Neste sentido, o saber tem na tradição o seu substrato. Ele expressa na figura do intelectual o traço cultural brasileiro caracterizado pela aversão ao trabalho manual.[211]

Isto implica ter o saber nele contido a idéia válida e que legitima o Estado, através de resíduos que não têm existência objetiva no real; logo, isto torna possível a economia realizar-se através da prática política pelo imaginário social.

---

adolescente pálido que saía dos pátios dos jesuítas. Nela se anunciava o bacharel do século XIX – o que faria a República, com adesão até dos bispos dos generais e dos barões do Império. O caminho da nobilitação passava pela escola, pelos casarões, pela solene Coimbra ou pelos acanhados edifícios de Olinda, São Paulo e Recife. O alvo seria o emprego, e, por meio dele, a carruagem do estamento burocrático, num processo de valorização social decorrente do prestígio e do mando político. FAORO, 1991, p. 389.

[210] O cenário político após 1831, onde se tinha o Império com traços autocráticos e que se definia na forma de governo parlamentar de gabinete. O sistema partidário se estruturava em 03 partidos, tendo à frente líderes que retratavam a figura do bacharel e sua inserção na política; os patriotas (jururubas) ou exaltados, que pregam o fim do poder moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado (Teófilo Otoni); os restauradores (caramurus) que querem a volta de Dom Pedro I e que contatam o ex-Imperador e buscam apoio dos ingleses (os 03 irmãos de José Bonifácio, tutor de Pedro II); e os moderados (chimangos) que querem a monarquia constitucional autoritária, sem excessos de liberdade, mas não o despotismo à moda de Pedro I (Fernardo Vasconcelos, NicolauVergueiro e Evaristo da Veiga). A unidade dessas forças se define na Regência de Feijó: Feijó dá as províncias o Legislativo próprio, mas não a Constituição ou o governo eleito. Suprime o Conselho do Estado, mas mantém o senado vitalício e com restrições ao poder moderador. História do Brasil 500 anos. Revista **Isto É**, 1999.

[211] Interessante é a análise de LEITE sobre a história da sociedade patriarcal no Brasil, que tem em Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, ressonância nacional. Sob certos aspectos, *Casa Grande & Senzala* só tem um símile em nossa história literária, *Os Sertões* de Euclides da CUNHA. O primeiro é um livro ostensivamente apresentado como de história ou de interpretação geral do Brasil. Vale como reconstrução literária – por isso mesmo ambígua, polivalente e imperecível. *Os Sertões*, é um livro pedante, desequilibrado e pretensioso (....) que procura redimir o grupo incompreendido e desprezado, o sertanejo nordestino; Entretanto, (isto nos chama atenção na análise), embora ambas sejam obras críticas da realidade brasileira, eles não são *percebidas* como semelhantes. LEITE, 1992, p. 300.

É, pois o saber, a essência dos movimentos totalitários, que, articulados à forma de governo totalitário, possibilitam a economia efetuar-se pela expropriação hermenêutica da tradição – o saber que tem origem na tradição como saber expropriado do povo e posto contra o povo – e posto como instrumento político que valida intervenções socioestatais. É neste sentido que o saber contido nas políticas econômicas garante o privilégio das elites e o *status quo*.

Está configurado, pois, o modo de produção da cultura democrática no Brasil. Ela se realiza pela expropriação hermenêutica da tradição, de forma tal que a produção da cultura é extirpada na sua fonte – o saber interpretado do mundo sociocultural que aparece como leis da natureza. Entretanto, estas leis são postas via representação política como leis da economia, produzindo a história; logo, as leis da natureza tornam leis da realidade – que a rege e determina o modo de produção econômica – e são postas no cadinho da cultura na direção dos interesses das elites. Este é o ponto de partida que nos leva à compreensão do papel da Educação na (des) organização da cultura.

Aqui, o povo vê a si mesmo no parlamentar como o aventureiro que ele gostaria de ser. Isto implica a ética da aventura representar a imagem que a classe social tem de si mesma projetada na sociedade e a própria classe projetar-se - no sentido psicológico, amplo, do termo – em fenômeno do parlamentarismo, retratando, na figura do parlamento, o caráter político nacional. Isto em razão de a ética ter sua fundação no substrato da tradição – a cultura como princípio educativo – que eleva, a partir das classes, o saber que interpreta o mundo, de saber «baixo» a «saber alto», como conhecimento que se afasta de sua origem. Implicando daí a ética da ventura se desenvolvendo em ética parlamentar. [212]

O saber que tem origem nos afazeres cotidianos e que é adquirido de forma pragmática não mais se limita àqueles afazeres. Torna-se propriedade das elites, porque é percebido pelas massas como «progresso» e posto como a própria imagem da classe que

---

[212] *Casa Grande & Senzala* e *Os Sertões* retratam *o caráter político nacional* .No primeiro, o negro *se branqueia* e o livro aparece como obra prima da realidade brasileira. Nele, líderes políticos de direita se espelham No segundo, o nordestino torna-se *preto* e a realidade *feia*. Nele, líderes políticos de esquerda vão se espelhar. Isto oculta o fato de que essas obras são traduzidas, pelo povo, na cultura (des)organizada, em conhecimento "alto" (no caso de Gilberto Freyre) e 'baixo" (no caso de Euclides da CUNHA). CUNHA, 1995.

interpreta a sociedade, tendo o sagrado em seu viés, como fonte de legitimação. É recorrente a realidade, através da figura do intelectual, absorvida "de cima para baixo" pelas massas que a retrata em seus sentimentos, possibilitando a direção política e cultural na qual a expropriação hermenêutica da tradição orienta a construção e reconstrução das estruturas sociais, determinando a evolução da economia.[213]

Na verdade, no Brasil, a alucinação imaginada do ideário burguês ultrapassou os limites do racional, porque não há como produzir riqueza sem seu caráter social, ou seja, sem a ação operativa prática manual, que produz a base material de toda e qualquer prosperidade.

Aqui, a indústria realiza os primeiros passos sem a presença dos reais produtores das mercadorias. As primeiras indústrias são localizadas nas fazendas e a maior parte da produção (financiadas em fundos de investimentos cedidos, via governo, pelo sistema financeiro internacional, direcionada para a *gastança* dos fazendeiros). Daí ser possível a construção da sociedade capitalista liberal (entendida no seu conceito estrito), sem a presença da classe trabalhadora – ou aquela que tem no orgulho do trabalho a condição da cidadania.

Contudo, seria exagero se julgássemos as construções apriorísticas da realidade – a ilusão como verdade científica, produzindo a evolução da economia – posta como estratégias exclusivas do liberalismo. O que nos leva a busca de outras causas.

No próprio espaço no qual a classe social se estrutura, produzem-se os conteúdos de legitimação, os quais se traduzem, via representação política, em idéias de administração racional da economia.

---

[213] Em 17/01/1890, Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, cria a política de encilhamento. Avesso ao livre cambismo, inspira-se sua política nos Estados Unidos de Lincoln. Condena a conduta do Império de tratar exclusivamente do café, ainda que tenha que comprar tudo mais. A reação a esta política torna-se fonte inspiradora da estratégia conservadora conhecida como *política de governadores* de Campos Sales (1898 - 1902). O interessante aqui é que a reação – na sua fase preliminar - antecede à eleição de Campos Sales em 01/03/1898. Este, antes de eleito, vai a Londres, contrai o *Funding Loan* (reescalonamento da dívida externa), garantida pela hipoteca da Alfândega do Rio e o compromisso de política de austeridade e proibição de novas dívidas (internas ou internas) até 1901. Com isso, recupera a imagem do País junto aos banqueiros internacionais que consideram indispensável condenar as emissões do papel moeda – fruto da política do encilhamento - como muito danosas para o crédito do Brasil. A nascente indústria fica pois prejudicada e só conta com a proteção da cota-ouro (1898), desde que não contrarie os credores

Daí os indivíduos estruturados em classes elaborarem, a partir da experiência do mundo vivido, conteúdos de legitimação que aparecem interpretados em significado de idéia de necessidade, através de compartilhamento de significados culturais; logo, tem-se, já antecipadas, relações de dominação (antes mesmo que qualquer linguagem) e a direção da superação das classes sociais como direção cultural. Isto nos leva a reinterpretar a teoria da mais valia em Marx e, por conseqüência, o conceito de Estado capitalista no Brasil. Tomaremos como recurso metodológico central para realizar esta tarefa o tipo ideal de colonização portuguesa, constituindo uma tipologia sociohistórica do Estado brasileiro.

O que nos instiga evidenciar, no atual momento da evolução da economia, a forma da exploração do capital pelo trabalho, que aparece como expropriação hermenêutica da tradição. O que, por sua vez, nos instiga também a apreender o papel do parlamentarismo na evolução da economia, pela ética da aventura que se desenvolve à ética parlamentar. Também neste contexto, tomaremos como recurso metodológico central para realizar esta tarefa o tipo ideal de colonização portuguesa, constituindo uma tipologia sociohistórica do Estado brasileiro.

Isto nos leva a apreender a necessidade educacional decorrente da industrialização – como ponto hipotético de desideologização das classes sociais – ou seja, como contradição posta como incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital que manifesta a evolução da economia na idéia da administração racional. O que nos permite apanhar o subjetivismo das práticas políticas, aparecendo como representação coletiva de interesses de classes, posta pela ética parlamentar.

Aqui, na fase da industrialização, a Educação manifesta-se através do corpo político de representação dos interesses das classes rurais, que coloca, via representação política o saber – saber *a priori* ou idéia da técnica como expropriação do saber primário ou do senso comum – para além das técnicas dos afazeres cotidianos. Esse corpo político divulga o saber que, no plano da prática política, orienta, via estamento burocrático, as diretrizes de políticas econômicas.

---

estrangeiros e a grande lavoura exportadora. Fica entregue à própria sorte, História do Brasil, 500 anos, Revista **Isto É**, 1999.

O saber é posto, afinal, no ato concreto da política como estratégia administrativa e legislativa. No Brasil, a força de trabalho intelectual tem na cultura do povo a fonte do saber expropriada pelas elites, mas com consentimento da ralé (a massa que cerca os líderes políticos); logo, esta força constitui propriedade das elites.

Neste ponto, a Educação pode ser repensada como fator de desideologização das classes: produz desejos que, transformados em vontades políticas, vão se concretizar nas estruturas sociais como atos políticos concretos. Isto devido sua especificidade de produzir representações *a priori* do mundo empírico (o conhecimento abstrato) como "ideologia", ou seja, como idéia que não guarda relações com a experiência, produzindo a ilusão ou ideologia (Kant).

É pois a Educação elemento de decisão de política racional, porque se coloca, no contexto da expropriação da hermenêutica da tradição, como elemento heurístico ou como instrumento de formação democrática da vontade política, e, deste modo, determina sua presença como instrumento eficaz de ação política; logo, como componente importante da análise do Estado.

Sob este aspecto, podemos compreender o papel da Educação na (des)organização da cultura – ou a Educação organizando a cultura na direção dos interesses das elites – se colocando no caminho de superação das classes sociais. Este caminho contém a direção política que confere ao fenômeno da Educação seu papel de mediação da cultura política pela produção do conhecimento. A Educação, no contexto da hermenêutica da tradição, se coloca como fator desideologizante das classes e tem na tradição o substrato que a isto permite: a cultura o princípio educativo.

Isto nos permite repensar o papel da Educação como mediação da cultura política e como fator de (des)organizacão da cultura. É recorrente as classes intelectuais, "coladas" ao parlamentarismo, organizarem a cultura nos parâmetros do plano mental das elites e da concepção de sociedade capitalista liberal idealizada por elas.

Todavia, esta tarefa faremos, através do método da economia política – a Educação nele se coloca como princípio formador das vontades políticas – buscando demonstrar a presença das classes se realizando na dialética da representação política e

formação da vontade soberana. É nossa intenção primeira proceder o (re)pensar da Educação como processo de remoralização do trabalho, visando a construção de uma tipologia sociohistórica do Estado brasileiro.

Retira-se daí a contradição que movimenta a economia brasileira. Ela tem origem no confronto primário entre homem/natureza, ou seja, no confronto entre leis da natureza e do homem; logo, o homem interage com outros, habitando o mundo comum; e nele, busca, através da produção e do conhecimento técnico que deriva da evolução da economia e do próprio conhecimento, fundar a comunidade fixada, por meio da cultura, nos elementos fundamentais da religião "colados" à tradição.

O que nos leva a supor a (des)organização da cultura, no caso Brasil – nela presente o intelectual que constitui parte integrante do estamento burocrático ou corpo científico das elites – se realizando a partir do substrato fixado na tradição. Deste substrato o Estado tira proveito da presença do intelectual tipo aventureiro que organiza a cultura nos parâmetros do plano mental das elites e da sociedade burguesa por elas idealizada, onde ele, como a classe, também se transforma em massa. Está aí, no plano da explicação científica em geral, a explicação do que chamamos de cultura, o princípio educativo. Vale enfatizar que a ética que produz a postura comportamental ou a manifestação do espírito da aventura traduz a realidade, no plano da explicação científica em geral, a cultura como princípio educativo.

Isto permite identificar o papel da Educação e sua relação com a indústria (último ato de produção humana da existência [Marx]), pela presença do intelectual como constitutivo do estamento burocrático ou do corpo científico das elites, (des)organizando a cultura ou organizando-a ao nível do plano mental da organização social idealizada pelas oligarquias. Neste caso, a classe se constitui parte integrante do estamento burocrático e se coloca validando a figura do intelectual como diretor dos processos sociais ou mentor de políticas econômicas, os quais têm na cultura o princípio educativo.

A direção da superação das classes é, pois, resultado de interpretação do mundo sociocultural (o mundo interpretado pelo significado de idéia de necessidade), que forma, na classe, o intelectual como (des)organizador da cultura, em moldes do caráter político nacional, que aparece como ética parlamentar, traduzindo no tecido social no qual

se tem fincado, na tradição, a ética da aventura. Esta ética produz o poder pelo fenômeno do parlamentarismo que reproduz a classe na figura de parlamento, através da cultura que medeia a ordem jurídica.

Está configurada a dominação carismática funcional que articula classe e estamento – ela tem a Educação mediando a cultura política – mas de modo tal que se justifica um empreendimento econômico pela sua forma política. Ela se expressa pela ética da aventura que se desenvolve, na trama das relações sociais, a atos de legislatura, postos pela ética parlamentar, caracterizando *delictum* ou fator que corrige, na forma da lei, comportamentos considerados criminosos, por serem contra a ordem estabelecida. Isto só se torna possível por um processo de desideologização das classes sociais, no qual coloca a Educação como elemento heurístico ou como princípio formador da vontade política.[214]

Não obstante, este é o caso Brasil, concebe-se a idéia de mercado dentro da tradição. Aqui, as relações de mercados são mediadas pela cultura específica, que leva a produção da riqueza material e a distribuição de justiça material a serem dependentes de ações racionais, cuja eficácia não é dada pela competência estabelecida pelos mercados, mas pela rivalidade que leva a eficácia da ação a ser compreendida como dano ou benefício que uma das partes possa fazer a outra.[215]

Aqui, as relações de mercados não têm como substrato ações racionais, cuja eficácia se funda nas competências, mas ações que se realizam como prestância, tendo o objetivo material comum um significado secundário; ou seja, a eficácia da ação racional é produzida por resíduos ou sentimentos nacionais, que não têm existência objetiva no real. Isto leva a cultura a ser circunscrita ao sentimento nacional, que, pela tradição, traduz a ética da aventura na figura do líder carismático funcional.

Buscamos, com isso, a interpretação da ética da aventura – a ação intermediária elaborada pela classe como noção de relações hierarquizadas de poder –

---

[214] L'éducation trouve son rôle de mediateur politique, entant que processus de formation discursive la volonté. Ceci est realisé au niveau de l áction de la réflexion comme prémisses cognitives de l'action, à l'explication du signifiant central des normes et d'obligation ou non d'y obéir en conformité avec les interpretations rationnelles et empiriques du monde sensible des phenomène. CUNHA, 1996a.

[215] HOLANDA, 1994, p. 30.

posta como postura parlamentar (caráter político nacional), cuja conduta ética produz, via Constituição, obediência às normas estabelecidas (a contra-obediência ou a legitimidade); logo, tem-se a dominação estatal de classes fundada no Direito Natural que evolui para o Direito Positivo ou naquele que perdeu historicamente todo seu caráter valorativo ou de sentido ético de justiça.

A cultura traduz na relação preceito lei/lei causal a desobediência a ordem vigente como crime, caracterizando a dominação pelas leis da natureza – a validade das leis, tanto naturais como positiva, demonstradas pela evidência empírico-jurídica – que, postas pelo parlamento, na figura do parlamento, como leis da economia, produzem a história. Neste sentido, o fenômeno do parlamentarismo, na figura do parlamento movimenta, via inovação institucional ou norma abstrata jurídica, a economia. Isto nos permite explicar de modo satisfatório a forma típica de governo no Brasil que, pela força da tradição, se utiliza de contornos simbólicos do sub-sistema político para justificar o domínio através de relações de poder, as quais produzem a acumulação pela expropriação hermenêutica da tradição.

Está pontuada a cultura como princípio educativo ou vetor que aponta a direção da superação das classes sociais realizando-se como processo de moralização do trabalho. O que nos permite apanhar o subjetivismo das práticas políticas, aparecendo como representação coletiva de interesses de classes. O que, por sua vez, nos fornece o *ponto de origem* da estrutura e da dinâmica da sociedade brasileira que, através do parlamentarismo, produz o valor-trabalho como expropriação hermenêutica da tradição.[216]

Resulta daí a classe intelectual inserida à matriz histórica ou lugar no qual se funda, pela tradição, a esfera pública; logo, situa-se, aí, também, o lugar da cultura como princípio educativo e o conseqüente papel da Educação na (des)organização da cultura. Aqui, a burguesia na representação dos seus interesses teve todas as chances, e conseguiu,

---

[216] Lorsque l'interventionnisme se consolida comme un phenomène historique, un appareil étatique, en tant que sous-système politique se constitua simultanément dans les processus des trocs des équivalents. De cela emerge un cadre institutionell qui offrait un *programme des substitutifs* (...) et la possiblité d'une ascension sociale scolarité comme attibut de status confomément au rendement individuel). HABERMAS, 1968.

na maioria das vezes – via estamento burocrático ou corpo científico das elites – colocar em movimento ações intervencionistas socioestatais, elaboradas com base no estamento pensado como corpo real e concreto de diretrizes de políticas econômicas. Retira-se daí a função das classes intelectuais.

No âmago da própria formação de classes, na qual as classes se estruturam em maneiras de agir consolidadas e forjadas nas práticas culturais, a classe intelectual se coloca como fator que cimenta articulação classe/estamento. Produz, através do conhecimento, posto como ilusão – a realidade *a priori*, pensada como saber separado da experiência – as motivações que levam a contrapartida da obiediência às normas estatuídas, produzindo a unidade das vontades individuais no processo de formação da vontade coletiva.

Está posta a realidade que se produz imaginada como razão que ilude a si mesma e, que, no desenvolvimento histórico geral, se traduz em dominação que se realiza pela idéia emancipada da realidade, que se coloca como causa contrária à própria razão. Isto implica que, no âmago da formação de classes, no próprio espaço no qual as classes sociais se estruturam em maneiras de agir consolidadas e forjadas nas práticas culturais, a classe intelectual se coloca como fator que cimenta a articulação classe/estamento, sendo parte constitutiva da dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.[217]

Está posto então, ao nível da explicação histórica o totemismo sociológico como causa que se oculta e que aparece na superfície na forma de parlamentarismo, expressando a dominação carismática funcional, mas de modo tal que a ética da aventura evolui para ética parlamentar configurando comportamento padrão da política.[218]

---

[217] A classe intelectual brasileira colada ao parlamentarismo rememora a colonização de Portugal e a ética da aventura que de lá, tivemos como herança cultural. Por analogia, é possível pensá-la rememorando a participação dos indivíduos em lutas "ideológicas" em períodos de colonização. CUNHA, 1996a.

[218] "Quase tão assustador quanto esses novos perigos, que provinham do antigo centro nevrálgico da Europa, era o tipo inteiramente novo de conduta de todos os cidadãos europeus nas lutas "ideológicas". Não apenas se expulsavam as pessoas de um país e se lhes roubavam a cidadania, mas crescia o número de pessoas, que, em todos os países, inclusive nas democracias ocidentais, se apresentavam para lutar *em guerras civis estrangeiras* (o que até, então, só pertencia ao campo de ação de poucos idealistas ou aventureiros) mesmo que significasse a sua separação das comunidades nacionais a que pertenciam. [**Grifo nosso**]. ARENDT, 1990, p. 315.

Esta é, portanto, uma forma de dominação que expressa condutas regulares que legitimam as ações político-administrativas estatais de classes, que, historicamente, no caso Brasil, se realizou pela burguesia, ou seja, por uma classe gerada do estamento. Isto define o parlamentarismo, oriundo da formação das classes intelectuais, definindo, por conseqüência, o caráter político nacional. [219]

Na verdade, a classe intelectual no Brasil emerge das desigualdades sociais como força capaz de filtrar – nela contida sua unidade como idéia-força que a leva na direção da sua superação – nas programáticas político-partidárias o substrato da tradição que dá sentido à ética parlamentar, ou seja, os elementos fundamentais da religião contidos na tradição que estruturam, através da ética da aventura, a democracia. Neste sentido, nasce desse substrato o parlamentarismo, que, na figura do parlamento, movimenta a economia através de inovações institucionais. Está configurada a produção da cultura democrática no Brasil.

A Educação nesse contexto se coloca como sede ou morada do saber que produz, via representação política, a (des)organização da cultura; ela define a figura do intelectual *vis-a-vis* com o líder político. A Educação traduz a realidade como conhecimento, deslocando as atividades intelectuais (produtoras de cultura, de ciência e de crítica da ciência) para o campo do imaginário social, de modo tal que esse conhecimento passa a ser considerado útil para elites, mas inúteis para as massas, por serem tidas como «filosóficas» extemporâneas à realidade.

Podemos, então, definir o papel da Educação na industrialização como fator que produz pela passagem do saber técnico à consciência prática o valor-trabalho pensado de modo simbólico em valor social e posto, pelo parlamentarismo, como valor tecnológico incorporado às mercadorias.

---

[219] Para FAORO, ENGELS e MARX estavam atentos ao bom emprego do conceito de Stand - a burguesia moderna, atualmente uma classe, gerou-se do estamento (o "terceiro estado" da política francesa) *anfangs selbst feudales Stand* (Anti Duhring. In MEW , v, 20, p. 97, 98,152 e 164). Estava claro para eles a distinção entre classe e estamento, que depois se esfumou, em grande parte, devido a perplexidade dos tradutores franceses e de língua inglesa, por meio dos quais, no Brasil, se cultivou o pensamento sociológico. FAORO, 1991, p. 69.

Na verdade, a passagem do saber técnico à consciência prática, que corresponde à passagem dos interesses das classes à representação política destes interesses como prática de autolegislação nos coloca o problema do valor-trabalho que não consiste somente na mudança de ordem de grandeza, visto que se localiza nesta passagem o lugar da tradição e da morada do saber.

No Brasil, os imperativos contraditórios do sistema social coexistem em harmonia porque se esquivam com êxito à reflexão, aparecendo como algo diferente do que realmente são. Entretanto, esses contraditórios traduzem a forma de legitimação como expropriação hermenêutica da tradição, devido a singularidade do capitalismo que, aqui, gerou o valor-trabalho através do fenômeno do parlamentarismo; logo, a cultura, se coloca como fonte histórica de valores, apontando a direção da superação das classes sociais.

Nesta superação está contida a cultura princípio educativo ou vetor que dá direção à passagem da razão teórica à razão prática porque a cultura contém o substrato da tradição, produzindo, na classe, através de compartilhamentos de significados culturais, a formação das classes intelectuais, as quais se colocam nos diversos estágios de evolução social, articuladas ao fenômeno do parlamentarismo.

Neste ponto, a Educação pode ser repensada na sua função de mediação da cultura política no confronto entre inovações institucionais criadas pelo parlamento e sistema social hierarquizado, nos permitindo compreender sua função de desideologização das classes sociais, como processo de remoralização do trabalho. Neste processo a Educação manifesta-se surda.[220]

---

[220] A Educação se coloca neste processo de remoralização do trabalho na categoria de formação democrática da vontade política e substitui o conceito de "mercadoria vendável", em que o trabalhador, não como classe, mas como população trabalhadora, não se coloca como *pressuposto* do capital, mas como preposto ou elemento consciente das tarefas do trabalho e de seus direitos legítimos de produção; iludido nos atos políticos concretos que nascem de desejos transformados em vontades políticas, as quais se realizam, quando da construção na relação com os outros da ação estratégica, mas como ação de *desideologização*. Está, pois, estabelecido o ponto de origem da estrutura e da dinâmica da sociedade brasileira, na qual as relações de produção se realizam mais pela construção de ações racionais de natureza simbólica que instrumental (ou ação estratégico-econômica com base em escolhas racionais). CUNHA, 1995.

A observação da realidade nos leva a (re)pensar o papel da Educação na (des)organização da cultura, dentro de parâmetros da produção da cultura democrática, visando construir um método de intervenção sociológica, no qual a Educação se põe como elemento heurístico e fundador de vontades políticas.

Visamos com isso responder ao objetivo específico: repensar a Educação na relação com indústria, que, no Brasil, tem o valor-trabalho incorporado às mercadorias como valor tecnológico; logo, tendo a acumulação e a produção da mais valia – via fenômeno do parlamentarismo – se realizando, de modo indireto, ou seja, pelo Estado que se coloca como indutor e regulador dos processos do trabalho.

Isto nos explica a acumulação (investimentos de capital) e a produção da mais valia se realizando indireta, pelo Estado que se coloca parte integrante do mercado na função de indutor e regulador dos processos do trabalho.

Na evolução da economia no Brasil, estão presentes elementos de ordem simbólica que se expressam em normas valores e signos; logo, também, o valor do dinheiro, este como símbolo de poder, vai se produzir através da dominação carismática funcional, que aparece como expropriação hermenêutica da tradição.

É recorrente o valor-trabalho que gera valor como acumulação (investimentos de capital que podem ser apreendidos na dialética da representação política e formação da vontade soberana como afinidade eletiva entre crença e ética parlamentar). Trata-se, esta afinidade de processo de racionalização formal que ocorre na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana (dialética da interação e trabalho) que se define como síntese mediada pelo trabalho social.[221]

Isto nos leva a apreender na indústria – através de recursos do tipo ideal de colonização portuguesa se constituindo na tipologia sociohistórica do Estado brasileiro – o papel da Educação na (des)organização da cultura. Este papel aparece escondido sob a

[221] MARX a mené cette critique de l'ideologie bourgeoise dans son *Économie politique*: sa théorie de la valeur-travail détruisait l'illusion de liberté qui avait permis à l'institution juridique du libre contrat de travail de qui est au principe le travail salarié. Ce que Marcuse reproche à Max WEBER, c'est de ne pas tenir compte de cette idée de MARX et de s'en tenir à un concept abstrait de rationalisation. MARX, 1985, p. 36. p. 36.

forma de dominação carismática funcional, como fator de desideologização e explicativo de como, no cadinho da cultura, as classes produzem a imagem de si mesmas projetada na sociedade em forma imaginária.

A colonização do Brasil por analogia pode ser comparada à colonização da África do Sul. Lá, assim como aqui, a possessão ultramarina não almejava como intenção primeira a conquista duradoura, mas visava estabelecer entreposto comercial que facilitasse a troca no caminho das Índias (expansão mercantil). Este é fato marca profundamente as relações do público e do privado no Brasil.[222]

Até fins do século XIX, povos marítimos europeus empreenderam movimentos coloniais que se realizaram de forma dupla: colonização através de centros populacionais e entrepostos comerciais que visavam simplesmente facilitar a troca.

A colonização aconteceu na América (exceção do Brasil) e na Austrália e os entrepostos marítimos foram característicos da Ásia. Essas foram duas formas de empreendimentos que caracterizaram a expansão de povos europeus, que se desenraizaram de sua cultura e, que manifestaram, como entidades culturais, sentimentos nacionalistas; adquirindo, assim, em outras terras, a consciência de um lar e de enraizamento em territórios distantes.

Isto marcou a direção política diferente de empreendimentos coloniais; logo, marcou histórias diferentes nas quais se manifestaram movimentos de emancipação de povos – que se fizeram de acordo com a ética religiosa que determinava a missão a ser cumprida. O que levou os países europeus à colonização na América e Austrália e ao estabelecimento de entrepostos comerciais na Ásia.

---

[222] A condição primeira de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real a constatar é, portanto, o patrimônio corporal desses indivíduos e as *relações que esse patrimônio desenvolve* com o resto da natureza. Não podemos naturalmente fazer aqui um estudo aprofundado da própria constituição física do Homem, nem das condições naturais que os homens encontraram já prontas: condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras. Toda história deve partir dessas bases naturais e de sua modificação, através da ação dos homens, no curso da história. [**Grifo nosso**]. MARX & ENGELS apud IANNI, 1980, p. 45.

Os empreendimentos coloniais se fizeram pois em acordo com éticas religiosas – no caso português de acordo com a ética da aventura – contidas em doutrinas que refletiam nas organizações sociais e políticas dos povos colonizados. A missão divina se manifestava no corpo político de classes rurais emancipadas, desenraizadas da tradição (caso Brasil), que avançavam fronteiras expandindo mercados. A missão traduzia-se na imigração e visava a conquista de mercados futuros e se realizava de acordo com um significado cultural da época: expandir na direção de formação de novos povos, a civilização européia. Cada nacionalidade emprestava ao seu empreendimento um diferente conceito de civilização.

A missão, em suma, traduzia necessidades do desenvolvimento da economia, mas era marcada pelos povos que adquiriam a consciência de entidades culturais históricas. Isto justificou ser a África do Norte, intensamente populosa e muito pobre para estimular o apetite de expansão dos países europeus. Exceção que se constituiu o caso da África do Sul.[223]

Portugal realiza a colonização no Brasil, tendo como fundamento do domínio – daí a gênese do capitalismo brasileiro – a trama das relações de produção capitalistas, postas como relações hierárquicas de poder – formando uma estrutura produtiva posta na forma de hierarquia social – que produziu, no Brasil, apátridas disfarçados de cidadãos. Emerge na formação das estruturas sociais a separação radical entre Estado e sociedade. Produziu a colonização portuguesa o *apartheid*.

Por sua vez, Portugal realiza a colonização tendo como fundamento do Estado os apátridas a quem o País roubava a cidadania. Nas naus que cruzaram o Atlântico, seguiram os opositores ao regime português e também os líderes que defendiam a causa.

Aportam também ao Brasil alguns cavalheiros que vestiram a capa do perigo e resolveram, de acordo com o espírito aventureiro da época, pagar o preço da diáspora. Na verdade, o governo português temia que o povo, sob a liderança de elites opositoras, iniciasse movimentos políticos com conseqüências inesperadas. A diferença não estava na

[223] ARENDT, 1990, p. 71.

moral ou imoralidade desses homens, mas no fato de que, todos tinham sido, de uma forma ou de outra, cuspidos da sociedade. Eles eram vítimas sem função e sem uso.[224]

Este fato confirma que, diferentemente de outros países europeus, Portugal tinha optado na esteira da expansão das relações mercantis capitalistas que vivia a Europa, pela forma mista de colonização para sua colônia: uma colonização que buscava implantar um entreposto comercial, um empreendimento econômico, porém pensado em seu fundamento na forma de expansão comercial, livre das "amarras" de natureza política.

Isto significa que um projeto de colonização estava claro na mente do estamento burocrático ou do corpo científico das elites que traçavam novos rumos para a empresa do Rei.

A opção pela expansão na forma mista de colonização determinou os princípios de organização social que se realizaram na Colônia, através da ética da aventura em que se desenvolveu a ética parlamentar, que emergiu, aqui, decorrente de novas relações sociais produzidas na relação governo português monárquico, inocentes (ou apátridas), líderes de sua causa e aventureiros.

Portugal inicia a colonização, tendo na ética da aventura o fator base de expansão das relações capitalistas, nas quais relações sociais, as quais antecipadamente tinham sido colocadas como relações de dominação; logo, relações que tinham suas raízes na economia e que se realizaram na forma política.

Aí, a colonização mista deu apenas o sentido ou a direção da dominação social, ou seja, permitiu o controle total do Estado sobre a sociedade (colonial ou o Brasil) e o limite em que se encaixou o poder totalizador: a sociedade brasileira estruturada em taxas cobradas pela empresa estatal (empresa do Rei), que representavam o dízimo com o qual se garantia a contrapartida da obediência. Na verdade, a condição da exploração foi dada

---

[224] Não só expulsavam pessoas do País, mas se lhes roubavam a cidadania, crescendo o número de pessoas que se apresentavam para lutar em *outras guerras civis*, o que, então só pertencia ao campo da ação de poucos idealistas ou aventureiros... O cavalheiro perfeito e o canalha perfeito vieram a conhecer muito bem um ao outro na "grande selva selvagem sem lei" e verificaram ser "parecidos" em sua dissimilitude, almas idênticas em disfarces diferentes. Ibid., p. 220.

pela juridificação das relações sociais associado à reunificação do povo em torno de cavalheiros que aqui aportaram.

A sociedade brasileira estrutura-se e manifesta uma realidade que a assemelha a um contos de fadas, no reverso da compreensão mágica do que se entende por fada. Aqui se produziu via circunstâncias sociohistoricas de colonização, a combinação perfeita entre governo português, ralé e cavalheiros aventureiros, que, mais tarde assumem o poder nativo, que rememora a tradição do País de origem. Nessa correlação, o povo, na forma de cidadão, já estava de antemão excluído.

Os cavalheiros que aqui aportaram, ao se fixarem na nova terra constituíram-se em funcionários da empresa do Rei. Eram profetas ou arautos que, em nome de novos tempos, da civilização portuguesa que expandia novos domínios através do espírito da Aventura – tinham na reza da sua pregação a tradição do país de origem, ou seja, pregavam a forma de governo que permitia a exploração do trabalho e sobretaxa que dele derivava.

No Brasil, a expansão das relações capitalistas se realizou pela ética da aventura. A presença do capitalismo organizado, comum a empreendimentos coloniais dos países mais ao Norte da Europa, não vingou. A expansão capitalista em moldes racionais traduzidos pela ética calvinista – reportamo-nos, aqui, aos estudos de Weber sobre a doutrina religiosa não autoritária embutida nessa ética – realizou-se, no Brasil, pela ética que tinha embutida a doutrina religiosa autoritária.

No Brasil, os mercados foram mediados pela cultura própria da região e a economia evoluiu na direção da rentabilidade do capital, mas em moldes de economia doméstica; logo, determinando a expansão das relações capitalistas, de forma tal que modos de produção antigo e moderno coexistiram em harmonia. Isto devido a ética da aventura que produziu relações sociais que levaram a uma organização social e política mediada por uma doutrina religiosa de caráter autoritário.[225]

---

[225] A citação das crônicas de Gil Vicente na época dos descobrimentos marítimos evidencia não haver na sociedade portuguesa uma nítida separação das classes sociais como nos outros países europeus, ao Norte, pois, nos outros países "*não he como nesta terra; porque o filho do lavrador casa lá com a lavradora, e nunca sobem mais nada; e o filho do broslador casa com a brosladora: isto per lei ordenada.*" HOLANDA, 1994, p. 7.

A primazia da política, do constitucional, sobre assuntos da economia foi a herança cultural deixada por Portugal, levando os governantes nativos a resolverem os problemas da economia, através das penas dos juristas.[226]

É neste sentido que a colonização portuguesa embora tendo molde semelhante à da África do Sul vai diferir daquela, pois a intenção da colonização continha o estamento com características culturais específicas que permitiam aos governantes a orientação que determinava as diretrizes de políticas macroeconômicas mercantilistas também no sentido misto, ou seja, tanto de colonização quanto de entreposto comercial.

Portugal tem em mente a colonização, entretanto, a realiza como entreposto comercial, nos moldes das orientações mercantilistas de possessões ultramarinas de boa parte dos países europeus mais ao norte. O Brasil, entreposto comercial, é colonizado com intenção de domínio permanente e de conquista.

Este fato não teria assim tanta importância se não fosse o caso dos nativos ou luso-brasileiros apegarem-se tanto à nacionalidade, e, com isso, gerando o caldo cultural de sentimentos religiosos e nacionalistas que se afastavam de toda e qualquer racionalidade objetiva com o trato do real. Formou-se assim, um caldo cultural nativo que emergiu de etnias diversas, contidas em regiões de cultura diferentes, mas genuinamente brasileira.

Na diversidade, todos buscavam no território ou no que pode chamar de nação as condições que garantiam a vida, existência e trabalho. Emerge daí o gene do processo de *communalisation*, que confrontou com as diretrizes de políticas econômicas impostas pelo estamento de Portugal. O que levou o País a sua Independência de Portugal (1822).

---

[226] Des marchandises que le signeur territorial ou le propriétaire d'esclaves tirent, grâce à leur droit de corvées, de leurs sous-vassaux à titre de <redevances> sont, selon notre terminologie, des marchandises et non des biens d'investissement parce que le compte capital rationnel (le calcul du coût!) faisait defaut *par principe* (et non seulement de fait). Mais se quelques esclaves servent dans une entreprise à des fins de bénéfices, (sourtout s'il existe un marché d'esclaves et si le commerce des esclaves est institutionnalisé) , ils constituent des biens d'investissement (...) Le critère est donc non pas le *fait empirique*, mais la possibilité, le principe, le compte de capital. WEBER, 1971, p. 221. /1.

No caldo cultural nativo que imitava o criador, tornou-se previsível a racionalidade que se colocou no bojo das políticas macroeconômicas. Levando o Estado brasileiro (vestido na capa de monarquia), logo após a Independência, a se reforçar no seu comando da economia – aí a força da tradição portuguesa – com instrumentos políticos autoritários, através de inovações institucionais.[227]

Aí está presente a cultura portuguesa herdada, pois a política toma o sentido que leva o Estado a ser "militarizado" e o exercício de poder a ser exercido através do Exército como força-legal, no contexto do ordenamento jurídico romanizado.

Nasce daí a possibilidade do sucesso das políticas econômicas calcadas em políticas fiscais (aumento de intensidade de taxas cobradas), mas por força legal que produz a militarização do Estado disfarçada na forma de Estado Democrático.

Tal fato, historicamente, ocorreu porque na correlação crença e ética parlamentar, está contida a aplicação rigorosa do direito romano aos criminosos, ou seja, àqueles que não têm os privilégios garantidos pelo *status quo*.

O que nos leva à hipótese de que, no Brasil, se teve a via singular de capitalismo, na qual a economia se movimenta através do parlamentarismo – logo, no caso em pauta, a Educação tem sua relevância porque nela se rememora a sede do saber posto pela tradição – que emerge, em todos os estágios de evolução social, como matriz histórica ou lugar no qual se funda, pela tradição, a esfera pública no Brasil.

É sensato, pois, concluir que a doutrina religiosa, colocada como doutrina autoritária, é a condição posta pela tradição, que permite (o caso Brasil) à política movimentar a economia e, conseqüentemente, todo o processo de produção, o qual se

---

[227] La jouissance ingénue de la vie, le luxe même, ne sont nullement inderdits en soi, dans le mesure où les interdictions et les tabous de la "Loi" sont observés. L'*injustice* sociale, contraire à l'esprit de la loi mosaîque, injustice qui a si souvent été commise par les juifs, et, en autre, la tantation du laxisme dans la pratique de la loi, du mépris ougueilleux des commandements, donc, les promesses de Yahvé, ont fait apparaître la richesses comme quelque chose de très suspect aux yeux des prophètes, dans les *Psaumes*, les *Provérbes* et plus tard encore. Il n'est pas facile d'échapaer aux tantations de la richesse, mais cela est d'autant plus méritoire. WEBER, 1971, p. 384.

realiza na forma de domínio tendo como gene capitalista um processo de *communalisation*.[228]

No caso em pauta, (o caso Brasil), a afinidade eletiva se estabelece quanto a classe que produz a ação estratégica – intermediária entre interação e trabalho – e vai, através da representação política, representar-se quanto aos seus interesses pelo instrumento político da inovação institucional.[229]

Daí a possibilidade do valor-trabalho aparecer como a priori – idéia da técnica que não guarda relações com a experiência (a ilusão em Kant) – ou como valor tecnológico; logo, o valor social do trabalho gera o valor dinheiro a partir de relações hierarquizadas de poder elaboradas pela classe, que são postas, pela representação política em função de poder.[230]

Produz-se, assim, a forma de governo parlamentar de gabinete que valoriza o capital como cálculo econômico racional (a contabilidade do capital [Weber]). Esta aí configurada a relação Educação e estrutura socioeconômica capitalista. Ela aparece na forma de dominação carismática funcional.

Torna-se necessário, pois, justificar no curso da evolução da economia a cultura como princípio educativo – vetor que aponta a direção da superação das classes, sendo colocada como constitutivo do mecanismo político: a inovação institucional. Neste

---

[228]Comme nous l'avons déjà maintes fois signalé, il est vraiement paradoxal que l'ascetisme retombe toujours dans la contradiction qui fait son caractère rationel le conduit à l'acummaltion des richesses. Notamment, le travail au rabais des célibataires ascétiques, par opposiition à celui de l'inidividu chargé d'assurer le minimum vital à sa famille, signifie acquisition bourgeoise et conduit, à la fin du Moyen Âge, à l'expansion du profit personnel; à la même époque, la réaction des burgeois contre les monastères repose justement sur la "concurrence des coolies" exercée par ces derniers sur le plan professionnel, de même que, en ce qui concerne l'enseignement, les monastères font de la sous-enchère par rapport aux maîtres d'écoles laïcs mariés. Certaines attitudes religieuses [*Religiosität*] peuvent souvent s'expliquer par des raisons d'acquisiition économique. Ibid., p. 357.

[229] [...] C'est une tâche qui notre entendement ne peut accomplir que grâce à l áccord des qualités naturelles avec notre faculté des concepts, accord qui est toujour très contingent, mais dont une entendement intuitif n'a pas besoin. KANT, 1993, p. 345.

[230] A inovação institucional traz em si o conflito base gerado na classe, na *dialética da interação* e *trabalho*. Ela aparece na forma de significado de idéia de necessidade. Produz-se, deste modo, uma contradição estrutural primária proveniente de conflito entre razão e realidade. CUNHA, 1995.

sentido, podemos dizer que a formação das classes intelectuais brasileiras se colocam *vis-a-vis* com o fenômeno do parlamentarismo, de modo tal que este último a determina.

3.4 Dominação carismática funcional e o parlamentarismo fora do parlamento

É recorrente pensar a evolução da economia – nela presente o parlamentarismo e a Educação (des)organizando a cultura – que, no curso de formação socioeconômica, teve o parlamentarismo se desenvolvendo da ética da aventura à ética parlamentar.

Na verdade, a ética parlamentar aparece já desenvolvida na sua forma plena no momento da consolidação da modernização do País (1964 - 1984) e expressa pela dominação carismática funcional a natureza e o desenvolvimento do Estado brasileiro. Isto nos instiga a tomar como recurso a tipologia sociohistórica do Estado brasileiro, visando compreender, no curso da evolução da economia, o capitalismo que se realizou na história como "evento único".

Na construção histórica deste capitalismo – via singular de capitalismo – o Estado realiza a exploração pela expropriação hermenêutica da tradição. Neste sentido, podemos proceder a construção da tipologia sociohistórica do Estado, remontando determinados momentos da formação histórica da sociedade brasileira – os cortes históricos, no tempo, tornam-se possíveis através do recurso do conceito-guia (totemismo sociológico) que guiará os passos da tipologia – visando reconstruir, pelo tipo ideal de colonização portuguesa, o caminho de construção do Estado brasileiro.

No caso, interessa evidenciar o *espírito do capital* como traço cultural que se colocou no caminho história na forma de governo doméstico (tipo *Pater familias*), em torno do qual a sociedade brasileira se estruturou.

No desenvolvimento histórico geral, pela força da tradição, desenvolveu-se a dominação carismática funcional, determinando a forma de governo doméstica, que teve, no curso da evolução da economia, o cerne institucional familiar, garantindo a manutenção de privilégios do *status quo*.

Daí a presença surda da Educação. Ela não é ouvida nos espaços da interação e trabalho ou da comunicação entre espaços da economia e política. Está aí, o ponto crucial de ordem metodológica que não foi esclarecido por Offe em *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* (1984). Na verdade, Habermas vai subestimar em *La science et la thecnique comme ideologie* (1968) – um tratamento metodológico das classes sociais produzindo a ilusão de fundo religioso. Ele não pode, portanto, em virtude disso, esclarecer «enigma» da dialética deixado por Marx.

Isto nos instiga pois, tomando como recurso complementar a historiografia, a compreender, pela lógica que se articula à realidade, perseguindo a coerência ou dialética da interação e trabalho, a natureza e o desenvolvimento do Estado, que aparecem, postos como dominação estatal de classes, na forma de dominação carismática funcional.

Isto faremos através de corte histórico. Nosso instrumento de pesquisa (totemismo sociológico) permite apreender na fase de modernização, o aprofundar da industrialização que vai se realizar como capacidade lógica de estruturação da sociedade, relocada na forma de elites constituídas em tecnoburocratas.

Na década de 1960, emerge do curso da evolução social os governos militares. A tradição já preparara este caminho. Instaura-se, portanto, já na mais desenvolvida a nova forma de governo. Nela os novos donos do poder, ou seja, as elites, agora, diferenciadas em tecnoburocratas assumem o Estado. Precedeu a isso um processo de organização de massas, nas quais líderes políticos se colocaram como profetas anunciando o "caos" proveniente da difusão do comunismo no Brasil.[231]

Emerge da relação movimentos totalitários/governo, um alimentando o outro, os passos iniciais que preparam terreno para o aprofundamento da industrialização e, com isso, a consolidação da modernização no País. (Governo Castelo Branco [64/68]). Em 1960, contrapondo-se à presença da sociedade, na qual movimentos operários criticavam o sistema social e pediam reformas sociais, surgem do caldo cultural nutrido pelas elites

[231] [Solidão não é estar só] A solidão é o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e é a ideologia ou a lógica que preparação seus carrascos e vítimas. ARENDT, 1990, p. 528.

movimentos totalitários. No geral, eles podem se denominar de "marcha com Deus, Pátria e Liberdade" contra o avanço do comunismo.[232]

Coube aos primeiros governos militares propor políticas de desenvolvimento que retomassem a fase de aprofundamento da industrialização, já preparada no caldo cultural presente durante o governo Vargas (37-45). Os burocratas ou as classes intelectuais já diferenciadas traçam os rumos da "nova" política da economia. O País vive momentos semelhantes de euforia, semelhante aos momentos de industrialização que ocorreram na década de trinta. A diferença estava apenas no estágio ulterior de evolução do sistema social.[233]

Das fases iniciais de evolução da economia, devido, em especial, ao estancar das condições políticas que a imperavam, surge novo ciclo de expansão econômica. Na verdade, havia inclusive, quando da emergência de governos militares, a desaceleração da economia. Os gestores das políticas econômicas pós 64 – o estamento burocrático das elites – não apresentaram nenhuma tendência racionalista que pudesse indicar o aprofundamento da industrialização. Pelo menos não se produziram efeitos curativos e temporários da expansão da economia. Nada indicava naquelas políticas, portanto, a presença de condições que levassem, através do crescimento interno, à expansão da economia. Era a tradição que, mais uma vez, voltava a rememorar o passado, no presente, projetando o futuro.[234]

Governo e burocratas estavam preocupados em cunhar, com traços personalistas, a administração estatal. Foi o período de realização de obras grandiosas. O governo apostou na aliança político-econômica com grupos mega-empresariais, em

---

[232] Incrível a capacidade das elites brasileiras para liderar movimentos de massas, ajustando, via parlamento, lógica à valorização do capital e, com isso, o poder aos seus interesses. Graças à ética parlamentar que medeia, pelas estratégias legislativas e administrativas, a partir de reformas do aparelho estatal, a (re)construção das estruturas sociais. CUNHA, 1995.

[233] Francis nos relata que no período 64/71, procurava forçar a "cabeça" para analisar os fatos na situação específica do Brasil. Havia estado em uma reunião na embaixada da URSS, na qual compareceu Roberto Campos, Ministro do Planejamento. Na ocasião, o embaixador da Rússia lhe afirmava que Campos era gênio e que a política econômica do governo Castelo Branco era ideal para o País. FRANCIS, 1994, p. 194.

[234] O Brasil é obviamente o País cuja história recente combina melhor com a hipótese de que é necessário o regime autoritário para realizar a transição. Só o é assim, parece agora, porque o autoritarismo chegou muito cedo ao Brasil. As políticas que parecem no Brasil como se fossem devidas à mudança do regime que

especial, externos e deu asas ao imaginário do ideário burguês que submergia do próprio movimento de crescimento da economia: a meta era, a qualquer custo, mesmo que ao custo de dependência econômica externa, aprofundar a industrialização e, com isso, "fechar com chave-de-ouro" a etapa de industrialização no País.[235]

No País, perpassado tradicionalmente pela ética da aventura que se desenvolvera na forma plena à ética parlamentar, o aprofundar da industrialização obteve relativo sucesso. Seguiu-se ao crescimento da economia a explosão do imaginário das novas elites, agora incorporadas pelo ideário *laissez-faire* ao desenvolvimento social e aliadas, pela força da tradição, aos militares.[236]

De Castelo Branco a Figueiredo (64-78), o desenvolvimento econômico fluiu da forma de governo ou modo de administração das coisas públicas, na dança da "orgia monetária". Direcionadas às políticas econômicas para rumo de bens de consumo duráveis, os problemas principais da condução da economia – inflação e desequilíbrio da balança de pagamentos, especialmente quando as reservas estrangeiras estavam ameaçando acabar – encontraram "solução" no imaginário brasileiro, agora, de sociedade capitalista dependente "avançada" os investimentos externos favoráveis naquela conjuntura.[237]

---

teve lugar em 64, foram adotadas subseqüentemente alhures sob diversos auspícios políticos. Ver "Regimes autoritários na América Latina de Fernando Henrique Cardoso". COLLIER, 1982, p. 82.

[235] O enfoque de O'Donnel para descrever os diferentes sistemas políticos (na *América Latina*) é semelhante de muitas maneiras àquele empregado na literatura populista/ pós-populista. Ele, na verdade, se concentra em três dimensões distintas, envolvendo: a estrutura do *regime* político nacional (inclusive liberdade de competição eleitoral, liberdade de associações de interesse e nível de repressão); a classe e a composição setorial da *coalização* política dominante; e certas *políticas* públicas decisivas (particularmente pela sua relação com a distribuição de recursos entre diferentes grupos de classes e setores da economia). Ibid., p. 30.

[236] Como é do conhecimento geral, o componente mais absolutista deste movimento (do autoritarismo-burocrático que á época espalha-se na América Latina) foi um grupo de economistas latino-americanos que havia recebido treinamento de graduação na Universidade de Chicago, em cujo departamento de economia as opiniões rigorosas do *laissez-faire* prevaleciam há muito tempo. Ibid., p. 80.

[237]Subsídios fiscais de 1977 representaram 6% do PIB, correspondente à metade (121 bilhões de cruzeiros) da receita total do tesouro naquele ano. Dados liberados pelo presidente do Banco Central mostram que os subsídios, somados aos incentivos fiscais, alcançaram 80,32% de impostos federais, em 1979, e 99,28% em 1980. Conclui-se que a escala irracional dos "subsídios" atingiram a função política precisa, ou seja, ultrapassaram a sua suposta *rationale* econômica - a compra de apoio para a burocracia. Ver a "Liberalização do regime autoritário no Brasil de Luciano Martins". O'DONNEL, 1988, p. 120.

Deste modo, acompanharam a expansão da economia no rumo de bens de consumo duráveis, construções residenciais luxuosas e investimentos públicos doados na forma de subvenções e subsídios às empresas. Os novos "senhores da terra", os núcleos empresariais, atados ao Estado, buscavam na terceirização de serviços, contratos privados metamorfoseados de públicos.

Não foram poucos os casos de insolvência de empresários brasileiros devido à má administração de recursos governamentais a eles destinados – à época foram divulgados relatórios governamentais nas revistas *Veja* e *Isto É*. Muitos, inclusive, recebiam subsídios governamentais para fundar empresas sem terem a menor experiência no ramo. Em quase todos os pedidos de concordatas o governo os socorriam, sem nenhuma preocupação de avaliar a capacidade produtiva das empresas nem de julgar as causas da insolvência.

Isto sem se falar nos grandes projetos nacionais, que, repetindo o populismo na sua nova variante apareciam em construções gigantescas. Foram, neste período, construídos vários Estádios de Futebol, a rodovia Transamazônica e a ponte Rio–Niterói, entre outros.

Na verdade, o regime tinha a consciência do aprofundamento da industrialização, mas através do saber contido nos cientistas sociais que descobriam nos problemas ocultos a serem detectados as tarefas propostas abertamente e em voz alta, à sociedade composta de vozes influentes de dentro e de fora. Daí que os líderes carismáticos – no caso Brasil funcionais - tinham na própria função parlamentar a condição do carisma, no conteúdo de legitimação que, elaborado na classe era projetado por ela na sociedade como imagem de si mesma, determinava não só a continuidade do regime autoritário, bem como seu potencial de legitimação.[238]

---

[238] Muitas vezes se presume que haja alguma proporcionalidade rigorosa entre problemas que uma sociedade experimenta e problemas propostos a ela pelos seus intelectuais, formuladores políticos e outras pessoas influentes. Mas esta presunção pode ser questionada. É concebível que a articulação dos problemas e a elaboração de propostas para sua solução aumentem em certas ocasiões com completa independência do que acontece realmente na economia e na sociedade. Esse aumento autônomo dos problemas e propostas de solução pode obviamente ter conseqüências políticas importantes, e vou agora sustentar como um antítese à seção anterior, que um fenômeno deste tipo esteve surpreendentemente em evidência na América Latina nas últimas décadas. Ver em "A mudança para o autoritarismo na América Latina e a busca de seus determinantes econômicos de Albert Hisrschmann". COLLIER, 1982, p. 85.

O que nos leva à hipótese de que elites brasileiras, aliadas a portadores da segurança nacional (os militares), construíram a etapa final do imaginário de sociedade capitalista brasileira liberal pelo revés do personalismo carismático nascido da ilusão religiosa, posta como ilusão democrática – própria de regime totalitarista – ou seja, pelo carisma nascido da tradição que aparece na forma de corpo político de representação de classes rurais não emancipadas.[239]

Durante os governos militares (64-84), intensifica-se a acumulação e a concentração do capital através de associações de empresas nacionais e estrangeiras, que passam a somar seus recursos técnicos e financeiros, configurando um estágio de desenvolvimento social posto como imaginário de sociedade de capitalismo organizado ou regulado pelo Estado. A suspensão dos direitos civis dava àquele imaginário a legitimação do Estado que procurava na cultura a fonte histórica de valores, com os quais se construíam os mercados. Só neste sentido se pode explicar uma sociedade que experimenta a ausência de ordem democrática de Direito com um parlamento que nunca deixou de funcionar.[240]

Foram as inovações institucionais que produziram, via parlamento, a ilusão da democracia, permitindo, desta maneira, o ajustamento da política e economia através de estruturas normativas que, atrasadas, regulavam os mercados políticos. Destas inovações, a principal, o Ato Institucional n. 05 (1969), determinou, na raiz, a natureza do regime destotalitarizado.

---

[239] A ética da ventura desenvolvida à ética parlamentar produzia os líderes políticos na forma contrária do exercício político da autoridade – como o foi na Europa. Os líderes surgiam posterior à aplicação das políticas econômicas e tinham no seu sucesso o revés do carisma. Eles surgiram, paradoxalmente, não em momentos de crises sociais, mas em momentos de pleno desenvolvimento da economia (como por exemplo no "milagre brasileiro". Aquela ética produzia, portanto, os líderes *necessários* ao regime, através do exercício da autoridade, configurando a presença de líderes próprios de regimes em destotalitarização. Entretanto, nos casos da Europa e do Brasil, o carisma se realiza pelo exercício político da autoridade. No primeiro caso ele é resultante do exercício político da autoridade e, no segundo caso, resulta do próprio exercício político da autoridade. Neste ponto, lideranças brasileiras não guardam identidade com líderes totalitaristas como Hitler, Mussolini e Stalin. Aqui, eles surgiram no período do autoritarismo burocrático, como pessoas que só tinham expressão, quando do momento do exercício político da autoridade. Com exceção de Vargas, todos os demais foram "esquecidos" e não exercem muita influência nos rumos que levam a nação ao futuro. Ver estudos de WEBER sobre carisma em WEBER, 1971.

[240] O totalitarismo no poder invariavelmente substitui todo talento, quaisquer que sejam suas simpatias, pelos loucos e insensatos, cuja falta de criatividade é ainda a melhor garantia de lealdade. Está aí, a condição (material humano) que permite, no Brasil, a realização do modo de produção capitalista como alucinação imaginada da realidade. ARENDT, 990, p. 389.

Na verdade, as estruturas normativas contidas nas inovações – nelas presentes a tradição e as formas elementares da religião – determinavam o contrário do que acontecia nos mercados econômicos.

Na esteira da tradição do mercantilismo ou de mercados fincados na raiz cultural (herança da colonização), as relações econômicas alçavam vôos modernos, na direção do sistema financeiro internacional. Deste sistema, irradiava a coordenação global que produzia a ilusão de crescimento econômico "sustentável", por ser administrativamente controlado.

Cremos poder apreender, tanto no plano da explicação científica em geral quanto no plano da explicação histórica, a presença, na fase de modernização, da dominação carismática funcional, caracterizando a natureza e o desenvolvimento do Estado brasileiro. Isto faremos através dos recursos do individualismo metodológico [Weber], associado ao tratamento metodológico em O totalitarismo [Arednt], ambos os tratamentos associados ao método comparativo de variação concomitantemente [Durkheim]. Porém, todos integrados ao método da economia política de Marx.

Somente assim, podemos justificar, no caso Brasil, a força da tradição produzindo, mesmo na modernização, o cerne institucional familiar e, com, isso, justificar o fato de que aqui, o Estado comanda – como indutor e regulador dos processos do trabalho – o processo de acumulação do capital no interior de um processo de (des)organização da cultura.

A sociedade brasileira no começo do século XX inicia passos rumo à modernização. O Brasil passa de economia tradicional à economia industrial orientada, através de recursos monetaristas, visando, em primeira mão, necessidades de elites exportadoras do setor primário.

Tempos depois, já na década de 30, ainda privilegiando o setor primário, passa à fase de políticas econômicas orientadas em torno de artigos de consumo (Vargas 1930-45). Na verdade, uma política apoiada diretamente pelo Estado com proteções tarifárias e subsídios. Esta era a intenção contida no plano mental das elites agrárias, as quais buscavam, com a modernização, adaptar o cerne institucional familiar aos novos tempos.

A evolução da economia a partir do governo Vargas pode ser caracterizada na etapa inicial de modernização como fase de substituição de importações. O objetivo era, conforme a intenção declarada oficial, tornar a indústria brasileira competitiva no mercado internacional. Entretanto, a política econômica tinha como intenção primeira privilegiar, via reformas político-econômicas, as elites agrárias. Por isto o governo buscou na etapa inicial de modernização contornar a grave crise de superprodução cafeeira.[241]

Na verdade, a produção econômica orientada na forma política para bens de consumo – por ser realizada através de proteções tarifárias e subsídios do Estado – visava colocar as indústrias nacionais ao nível de competição internacional. Ela teve no início, na sua fase "fácil", a economia que permitia margens de lucros suficientes para as empresas, e, com isso, o aumento da renda do setor popular. Mas a importação de artigos intermediários e de equipamentos de bens de capital, necessários à produção dependente de financiamento e de tecnologias de mercados estrangeiros, tornaram os custos bastante caros. Segue-se, tempos depois, a fase "difícil" da política de substituição das importações, que consistiu na busca de soluções para problemas provocados pela balança de pagamentos, que constituía o ponto de estrangulamento da economia, que crescia às custas de investimentos externos.

Esta situação instigava a imaginação das elites – tendo em vista que, o que ganhavam e podiam abocanhar, perdiam para o capital externo, que dava as cartas no jogo da economia – e elas buscavam, via parlamento, legitimar idéias econômico-desenvolvimentistas contidas nas políticas econômicas austeras que visavam deter o aumento da renda popular. É este, portanto, o ponto nuclear da crise, levando o sistema social a aprofundar a industrialização.

---

[241] O que havia chocado MARX por ocasião de seu primeiro encontro com Ricardo e toda a escola clássica era a oposição aparente entre os efeitos da concorrência – as flutuações dos preços resultantes do jogo da lei da oferta e da procura – e a estabilidade relativa do "valor-de-troca", determinada pela quantidade de trabalho necessário à produção (...) Os preços dos mercados variam constantemente, mas se atêm a essas flutuações, arriscam-se a se dissolverem rapidamente todos os movimentos econômicos no acaso. Ora, um momento de reflexão, assim como o exame empírico da realidade econômica, revelam que essas flutuações não se efetuam de maneira alguma ao acaso, mas em torno de um exixo determinado, Se o preço de venda de um determinado produto cai abaixo dos custos de produção, o fabricante tem um superlucro que atrai para esse ramos concorrentes suplementares e provoca uma superprodução temporária. MANDEL, 1980, p. 49.

Neste contexto, na década de trinta, as crises sociais tornam-se constantes e os níveis de tolerância dos sistemas baixos, em razão de a política econômica, que já passara de orientações mercantilistas (nas décadas iniciais do século XX) a orientações monetaristas, não levar em conta níveis maiores de diferenciação funcional dos atores que, agregados em classes, na dialética da interação e trabalho, buscavam sobrevivência.

É recorrente o sistema social ser criticado, tornando o papel da classe intelectual relevante no contexto de crises; ele tem na figura do intelectual a função de "politizar" – via discursos de racionalização da vida econômica – os núcleos de classes que emergem da trama das relações sociais e que se colocam como obstáculos às políticas econômicas.[242]

Emergem dessa situação a coalização de intelectuais – tecnocratas postos a serviço do Estado – e parlamento, que, associados ao capital internacional, propiciam o acesso do Exército ao jogo do poder – de acordo com a tradição da formação realidade brasileira. Daquela coalização, sendo ela legitimada por movimentos totalitários controlados pelo governo, emerge o totalitarismo implícito. Mas como processo de destotalitarização, pois as garantias de direitos democráticos passam a "funcionar" em caráter excepcional, sendo dependente das reformas do aparelho estatal e das inovações institucionais criadas pelo parlamento.[243]

O estágio de evolução social liberal capitalista vai exigir condições estruturais que definam o sistema social e o contorno de suas limitações; ou seja, um sistema de direito civil e comercial adaptado à acumulação do capital através de rede bancária

---

[242] No ano de 1926, vem a lume o livro de Antonio dos Santos Figueirêdo *A evolução do Estado no Brasil.* Não se trata de uma obra sistemática, parecendo bem mais reunião de artigos ou ensaios jornalísticos. Na leitura da obra, verifica-se que o autor conhece a doutrina MARX e a distingue do leninismo, tão em voga, conclusão da qual nem Octavio Brandão escapou. Figueirêdo discorda de Oliveira Viana, então coqueluche da moda sociológica, e o critica acerbamente, quando exige solidariedade social em nosso povo, composto social e economicamente tão desigual. E diz a certo passo: "o seu tipo perfeito, o seu tipo ideal é o de um governo como o de Diogo Antonio Feijó, ao tempo da regência. Seu fanatismo por esse estadista é claro: em toda a parte citada recorda sua ação, sua inquebrantável energia. É, para ele, a tisana salvadora". E isso Oliveira Viana veria plenamente realizado, como confessou mais tarde, no regime do Estado Novo, para o qual foi um dos seus ideólogos e executores no Ministério do Trabalho. REIS, 1991 p. 44.

[243] Em 02/12/37, os partidos políticos foram transformados em associações culturais, logo após a intervenção do Exército nas forças públicas estaduais de São Paulo (15/10/37). Como se tratava de operação militar e não da polícia, pôde-se, durante o intervalo deste tempo, concretizar o Golpe de 37 e, ao mesmo tempo, o chefe do governo, Vargas, no mesmo dia do golpe, outorgar a população a Constituição Polaca (10/11/37). Revista **Isto É**, Brasil 500 Anos, 1999.

eficiente e tributação que promova a distribuição de renda dos núcleos de classes que emergem do desenvolvimento industrial. Em decorrência disto gera-se, de forma indireta, a expansão do mercado interno e o aumento da renda popular.[244]

Exigem-se também os pré-requisitos de produção, tais como transportes, comunicação e educação, visando qualificar trabalhadores e ajustar a força de trabalho à valorização do capital como também o mercado protegido de efeitos colaterais por uma legislação de proteção ao trabalho e comércio, exigindo, ainda, o aprimoramento da polícia e da administração.

A evolução da economia a partir do governo Vargas (1930) pode ser caracterizada em sua etapa inicial de modernização no País, como fase de substituição de importações. Porém, com certa eficiência, formaram-se as bases da economia moderna, o mesmo não se poderia dizer acerca das estruturas normativas que as regulamentavam. Lentas, as estruturas políticas resistiam as transformações sociais que ocorriam e se manifestavam como práticas políticas arcaicas, reproduzindo as relações familiares que davam as suas elites, agora com nova roupagem, a manutenção dos antigos privilégios das oligarquias.

Desde 1930, a modernização teve como condição de aceleração da economia o desenvolvimento social que se realizou, via parlamentarismo, como destotalitarização. O Brasil entra no mundo da economia moderna resistindo às transformações e a sociedade se fazia capitalista com ausência de pactos constitucionais. Na verdade, a ética da aventura, já desenvolvida na forma plena à ética parlamentar, mediou, na modernização, os mercados e produziu a contrapartida da legitimidade dos regimes autoritários que emergiram (Vargas [37-45] e autoritarismo-burocrático [64-84]).[245]

Esta ética se colocou como fator cultural, configurando a sociedade brasileira pela separação radical entre Estado e sociedade, cuja separação aprofundou o *apartheid*

---

[244] COLLIER, 1982, p. 27.

[245] O'Donnel não leva em conta as mediações culturais específicas da formação da realidade brasileira, ou seja, o processo de crescimento econômico no País, realizado no estágio em que o capitalismo alcança o nível alto de concentração e acumulação. Usualmente, um nível igual de diferenciação funcional e social dos atores contidos nas classes e subclasses se colocam em tensão normativa com o Estado. O'DONNEL, 1988.

social com o aprofundamento da industrialização. Entre 30 e 50, neste intervalo, o País se moderniza, mas rememorando a tradição.

Nesses regimes autoritários, emergentes da própria necessidade de modernização, a conexão crenças e ética parlamentar, via fenômeno do parlamentarismo, continham os pré- requisitos antidemocráticos. Ela visava a estabilidade política como garantia não só do crescimento econômico, mas também da garantia de continuidade de investimentos externos.[246]

Esta era uma estratégia das novas classes dirigentes, que promoveram entre 1930 e 1950 a passagem de relações políticas de *coronelismo* a *populismo*, contudo, sem haver nenhuma modificação profunda do cerne institucional. Em 1985, o cerne institucional é ainda centrado em relações tradicionais.[247]

No Brasil, as condições estruturais do imaginário de sociedade capitalista liberal bem como dos pré-requisitos de produção foram se construindo, em especial, a partir da década de 30 na medida de "fórmulas políticas" adotadas, de acordo com estamento, pelas novas classes dirigentes, as quais tinham nas classes intelectuais burguesas o estamento burocrático que dirigia, pela tecnificação das relações sociais, via burocracia, os processos do trabalho.

Na década de 1950, já estavam instaladas em território nacional as bases industriais que caracterizaram o País, no campo da economia, à sociedade moderna. No campo da política estavam instaladas, também, via constantes reformas estatais, condiçẽes

---

[246] Concordamos com O'Donnel, quando afirma que o setor popular brasileiro, por várias razões históricas é frágil em termos organizacionais e pouco ativado politicamente. O que vai justificar um alto grau de controle social que os regimes Vargas e do autoritarismo-burocrático exerceram, produzindo a evolução da economia a uma etapa superior, com o paradoxal atraso verificado nas relações políticas. CUNHA, 1995.

[247] Isso se coloca claro, muito embora não se negue a participação dos movimentos partidários e culturais no período final da Ditadura Militar. Na verdade, as manifestações que antecederam a queda dos governos militares rememoram movimentos totalitários do passado. Em 1985, quando da "transição democrática", o populismo dá o tom às relações políticas que visam o fim dos governos militares e se expressa com clareza na manifestação das Diretas Já (1984). Esse caráter político nacional cimenta o pacto implícito, envolvendo de um lado as Forças Armadas e de outro, tecnoburocratas do Regime Militar. A transição se faz pela tradição, ou seja, rememorando o passado. Id. ibid.

estruturais que davam o contorno ao sistema social e que delimitava a sociedade brasileira, como sociedade capitalista liberal.[248]

Emerge, afinal, da industrialização, já aprofundada, devido, agora, ao alto nível de diferenciação funcional e social dos atores, uma coalização entre elites e burocratas, aliados ao capital internacional – as elites já constituídas em elites tecnoburocráticas – que, articulados aos militares instauram o regime autoritarismo-burocrático (1964). Neste momento, a figura do intelectual mimetizara-se em tecnoburocrata.[249]

A presença do pacto constitucional é condição necessária para se definir não só o mercado político, mas o próprio liberalismo se realizando na história através da figura do parlamento. No caso Brasil, na ausência de pacto constitucional, tem-se a representação dos interesses das classes sociais esvaziada de significados culturais que são compartilhados pelos indivíduos, na classe – na forma de "semelhanças" ou destino comum de indivíduos – que ocupam determinado lugar na estrutura produtiva.

Esta assertiva se coloca nas décadas inicias do século XX como fato, caracterizando, tanto no plano histórico quanto no plano da explicação científica em geral, a dominação carismática funcional, posta pela tradição, como herança da colonização portuguesa. Ele explica, nos momentos iniciais da industrialização no sentido moderno, a representação de interesses de classes dominadas (des)organizadas na sua cultura.[250]

No plano histórico, esse tipo de representação aparece neutro e explica o fenômeno do parlamentarismo (caso Brasil) como essência móvel: causa que se oculta no

---

[248] Entre 1956-61, foram instaladas as indústrias automobilísticas, construção naval, material elétrico pesado e outros bens de capital. Ampliaram-se as indústrias básicas como a siderúrgica, petróleo, não ferrosos, celulose e papel, química pesada etc. Em decorrência disto, a participação das importações na oferta total de produtos industriais foi reduzida drasticamente até o começo dos anos 60. COLLIER, 1982, p. 101.

[249] Esta é, em síntese, a gênese do fenômeno do autoritarismo-burocrático. Tese que guarda semelhança às formulações derivadas da pesquisa de O'Donnel. O'DONNEL, 1988.

[250] O governo Epitácio Pessoa (1919-22) recorreu a uma dupla tática: as manobras velhacas e o punho de ferro. Esse agente do imperialismo norte-americano mascarou-se de "nacionalista". Tratou de dividir os trabalhadores em dois campos: o nacional, governista e reformista; o estrangeiro anarquista e anarco-sindicalista. Encheu as prisões. Multiplicou as violências, a começar pelas surras. Deportou para Portugal, Espanha e Itália uns 100 militantes estrangeiros. A primeira linha de atiradores foi, pois, esmagada. A segunda e a terceira aterrorizadas . A massa trabalhadora, sem direção, começou a recuar. Houve novos erros: greves declaradas por qualquer motivo e greves mal dirigidas. As greves de 1920, a da Estrada de Ferro Leopoldina (pertencentes aos imperialistas ingleses) e a dos marítimos, foram esmagadas pelo governo. Aumentou a desagregação. As massas abandonaram as associações. BRANDÃO, 1978.

passado e que se revela no presente, movimentando, via representação política, a economia. Isto constitui a singularidade do capitalismo no Brasil naquilo que se pode chamar – em acordo com o pensamento de Marx – de acumulação primitiva.[251]

Deste modo, pode-se dizer que a construção do espaço público como direito de todos é fruto da razão e o homem a ela recorre para se socorrer das necessidades . É certo que estruturas econômicas, políticas e culturais encontram-se tecidas numa trama de relações sociais, nas quais a interpretação *a priori* do mundo vivido torna-se ponto de partida para construção da riqueza social produzida de acordo com as necessidades econômicas.

Contudo, esta riqueza produzida pelo conjunto dos homens no confronto primário homem/natureza não é abstrata. O que implica atividades econômicas se estruturando em atividades políticas no confronto de princípios (juízos ou senso da razão prática) que têm na cultura e na religião o elemento de coesão social.[252]

Um país no qual os conflitos de classes são processados pelas estruturas políticas tem que ter na construção da identidade nacional o elemento coesão social que permita aos homens que nele habitam e interagem a composição das estruturas políticas ajustadas à tradição e às práticas culturais nas quais os elementos fundamentais da religião costuram o mundo em totem, através de corpo de conhecimento que vai tecer a trama de relações econômicas, através das crenças. Somente assim estruturas políticas conseguirão processar conflitos que têm origem na economia.[253]

Emerge daí a explicação, no plano da história do parlamentarismo que se coloca em essência móvel – causa que se oculta no passado, revelando o presente,

---

[251] MARX, 1985, p. 168.

[252] L'état de dispersion où se trouve alors la société achève de rendre la vie uniforme, languissante et terne.Mais q'un corrobori ait lieu et tout change. Parce que les facultés émotives et passionnelles du primitif ne sont pas qu' imperfaitement soumises au contrôle de sa raison et de sa volonté, il perde aisèment la maîtrisse de soi. Un évenement de quelque importance le met tout de suite hors de lui. Reçoit-il une heurese nouvelle ? Ce sont des transports d'enthousiame. DURKHEIM, 1960, p. 308.

[253] Queremos frisar que a tipologia da forma de governo brasileiro – nossa intenção primeira é caracterizar a forma de governo na qual o domínio se realiza pela juridificação das relações sociais – tem no aspecto jurídico-social da norma aspectos sociológicos decorrentes de jurisprudência normativa, que favorece o crime. Deste modo, tem-se as leis que reforçam relações hierarquizadas de poder tecidas na trama das

movimentando a economia. No processo de construção da identidade nacional, a cultura como princípio educativo dá a direção da superação das classes sociais, traduzindo o mundo da tradição – nele contido elementos fundamentais da religião que o interpreta na forma de totem – posto em função de poder, via figura do parlamento, na relação preceito lei/lei causal.[254]

Tem-se aí a classe transformada em massa – nela indivíduos "inocentes" não vêem a política como constitutiva da produção da existência – e nas massas está a fonte de legitimação (o sagrado posto pela religião como a própria fonte de legitimação) traduzida em estratégias legislativas e administrativas determinadas pelo parlamentarismo fora do parlamento, construindo, via parlamento, formas abstratas jurídicas que constituem o núcleo do regime totalizador. Está caracterizado pois o totalitarismo no Brasil. No modo de produção de governo ele aparece como totalitarismo implícito.[255]

Cremos que Marx tenha vislumbrado isto quando de seus apontamentos econômicos de 1857-58. Só que não privilegiou do ponto de vista metodológico contornos simbólicos que, na sociedade capitalista – ou na formação social, como no caso Brasil - estão contidos na tradição.

Na verdade, a tradição se realiza através de processo de juridificação das relações sociais, mas de tal maneira que o *delictum* é o comportamento padrão – idealizado pelo estamento na idéia de ordem fora do parlamento – que determina o real conteúdo da dominação.[256]

---

relações econômicas e postas, como relações jurídicas que visam conservar relações extraídas da hierarquia social. CUNHA, 1995.

[254] O que nos leva, a partir do totem, ao conceito de totemismo sociológico ou condição que permite apanhar determinado momento da história na sua significação e valor objetivo. Id. ibid.

[255] Está exposta a nova forma de governo (ARENDT), típica brasileira. Ela tem o vício do exercício da soberania – ou como tirania - que, para Bodin, é indivisível. Ela ocorre pela presença da ideologia e do terror que promove a fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência. Aparece, embora como ilusão, ou seja tendo o poder soberano concentrado nas massas. "Além do escravo *por genearationem*, há também o escravo *por institutionem* – isto é, aquele que não nasce nessa condição, porque a escravidão lhe é imposta; ele tem que se adaptar, ajustando-se ao domínio do senhor, dar- lhe força e estabilidade. BOBBIO, 1985, p. 105.

[256] O partido parlamentar não só se desdobrara em suas duas grandes facções, cada uma dessas não só se subdividia, por sua vez, mas o partido no Parlamento *não* se separara da ordem *fora* desse parlamento. Os arautos e os escribas da burguesia, suas tribunas e sua imprensa, em suma os ideólogos da burguesia e a própria burguesia, representantes e representados enfrentam-se uns alheios aos outros e não mais se

Isto determina no antecedente, a classe que interpreta, no tempo, o mundo sendo traduzido em comportamentos criminosos, mas como idéia válida e legítima que se coloca a favor dos que estão investidos de poder, constituindo-se, portanto, o próprio delito no conseqüente, a causa que a razão põe a si mesma como causa contrária.

No caso, tem-se aí a gênese do capitalismo brasileiro que o explica na singular via de capitalismo e na sua peculiar formação socioeconômica, porque dependente de circunstâncias histórico e culturais que mediaram os mercados.

Nesta perspectiva, está definida a natureza e desenvolvimento do Estado brasileiro. Ele expressa pela relação classe/estamento a (des)organização da cultura – a organização da cultura no plano mental das elites, configurando a sociedade imaginária burguesa por elas idealizada.

Esta categoria tem como constitutivo a racionalização que articula a dialética da lógica que persegue a coerência à individuação e compreende a síntese mediada pelo trabalho social elaborada pela classe como ação estratégica – ou ação intermediária entre interação e trabalho.[257]

Convém salientar que aí se encontra o sentido – ou o vetor que aponta a direção da superação das classes sociais – histórico que produziu, no Brasil, o regime totalitário (implícito) no momento da modernização.

3.5 Ilusão democrática em Habermas e ilusão religiosa em Arendt

Os dados anteriormente citados indicam que Habermas foi vítima de uma armadilha metodológica contida no método de Marx. De maneira similar, tal como Marx, busca explicar resíduos contidos nas especulações do pensamento de Hegel, visando uma

---

compreendem. No caso do Brasil, devido à ética parlamentar que aqui imperou no desenvolvimento da história, o partido no Parlamento constitui-se na *ordem* fora do parlamento. [**Grifo nosso**]. MARX, 1982.

[257] Este conceito tem os elementos da lógica – a razão abstrata que compreende a realidade como fato – articulada a aspectos valorativos contidos nos enunciados de normas jurídicas. Daí poder-se através da lógica, emitir juízos acerca das normas que regem as relações do trabalho e que são postas, via representação política, como *constitucionais*. Ibid., p. 19.

melhor compreensão da articulação dialética da teoria e prática. Entretanto, não percebeu que o fenômeno Estado e *a coisa em si* – ou a idéia que o representa são uma coisa só. Deste modo, intenção e idéia que se tem da realidade aparecem como sendo a própria realidade. Isto devido à ilusão provocada pelo aparecer social do fenômeno que o ajusta a *coisa em si.*

Habermas não privilegiou em *La science et thecnique comme ideologie* (1968) o peso metodológico das classes, assim como Arendt o fez quando de sua crítica radical ao marxismo. Para nós, as classes, hoje, refletem no Estado apenas parte de seu todo, ou seja, aparecem como luta de indivíduos de base econômica diferentes.

Cremos que seu equívoco é o mesmo de Marx, pois as ações racionais não se desenvolvem como práxis de natureza simples, nos levando a supor que Habermas visava, com a separação das esferas do trabalho e da interação, resolver o enigma deixado por Marx, que manteve certa independência entre forças produtivas e acesso dos indivíduos a um conhecimento não distorcido pela ideologia. Contudo, ele estabelece a moralidade no contexto do institucional, tomando como referência a razão interpretadora do mundo sociocultural, cuja razão não interpreta o mundo como progresso. Aí, Habermas produz uma ruptura com o pensamento de Marx que estabelece a moralidade do institucional tomando como referência o processo produtivo. [258]

É comum Habermas não perceber o vínculo dialético existente entre Estado e ideologia, que, diferente de como Marx interpretara, aparece na forma de ilusão, de modo que um discurso que não se separa da lógica que o constrói busca integrar as ações racionais simbólicas e instrumentais, ao tempo em que, persegue a coerência da lógica; logo, o ato que busca a coerência da lógica se concretiza como ato social realizando-se pela razão que ilude a si mesma. Neste caso, tal ato é ontológico e produz a valorização do capital pela razão interpretadora de significados culturais que transformam – no próprio

[258] La régulation permanente du processus économique grâce à l'intervencion de l'État et issue d'une réaction de défense, contre un certain nombre de dysfonctionnements, dangereux pour les système, qui menaçaient le capitalisme abandonné à lui-même, dont le développment réel allait si manifestement à *l'encontre de l'idée*, propre a ce capitalisme, d'une société bourgeoise s'émancipant de la domination et neutralisant les relations de pouvoir. (...) Aujourd'hui, (*le cadre institutionnel*), il ne coïncide plus directement avec les rapports de production (...). la politique n'est plus seulement un phénomène de superestructure. (**Grifo nosso**). HABERMAS, 1968, p. 37.

espaço no qual as classes se estruturam – classes em massa; logo, a ilusão é produzida como causalidade do destino (dialética da moralidade de Hegel), mas proveniente de um fundo histórico de natureza econômica e, por isto, necessitado de justificativa política.

Em suma, Habermas não pensou a síntese hegeliana elaborada pela classe na forma de ação estratégica, como Arendt pensou, ou seja, como condição política e como ilusão religiosa. Desta maneira, esse autor não pôde perceber que, no nosso tempo, o domínio se realiza como ilusão democrática, de tal modo que as liberdades são tidas como igualdade econômica de todos perante a lei e que adquirem significados. Daí a liberdade só funcionar organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações e são representados por elas, ou seja, quando formam uma hierarquia social e política.[259]

Isto nos leva a supor que a atual forma de legitimação democrática (caso Brasil) é resultado de movimentos de vanguardas, os quais recrutam seus membros dentre as massas como pessoas aparentemente indiferentes, produzindo a ilusão de que o povo na sua maioria participa ativamente do governo e que todo indivíduo simpatiza com um partido ou outro.[260]

O que nos instiga, então, a pensar a questão da moralidade contida nas práticas econômicas, através da razão interpretadora de significados culturais, que vão interpretar o progresso através de idéia redutora da cultura e, a partir daí, construir um conceito normativo de espaço público que hispostasia a vontade geral. Neste caso, a forma da legitimação democrática se realiza por uma conexão funcional entre classes e sistema de direito, levando o Estado a uma forma de produção de governo, na qual as classes, ali representadas, aparecem refletindo apenas parte dos interesses gerais da sociedade. É recorrente o Estado aparecer produzindo a história, mas de modo tal que nela os

---

[259] Le progrès de la connaissance dans la dimension des sciences aussi bien que de la critique fonde l' espoir "qui est possible par le travail scientifique d'acquerir des connaissances sur la réalité du monde, connaissance grâce auxquelles nous pouvons accroîte notre puissance et en function desquelles nous pouvons organizer notre vie . C'est cet espoir rationnel, et lui seul, que sepáre *radicalement* l'intention d'une telle philosophie des lumières des traditions dogmatiques. "Mês illsusions ne sont pas irrémédiables comme les *illusions religieuses*, elle n'en non pas le caractère délirant. (**Grifo nosso**). Ibid., 1976, p. 315.

[260] ARENDT, 1990, p. 362.

indivíduos são ludibriados porque criam como espelho de si mesmos a imagem falsa da realidade.[261]

É habitual compreendermos o papel do fenômeno parlamentarismo na evolução da economia como fator que estabelece entre práticas de governo e de legitimação democrática associadas à administração racional, relações definidas de causalidade entre representação política e o tratamento econômico dispensado pelo atual governo aos problemas da balança de pagamentos. Estes problemas podem ser definidos como dilema de representação política.

No Brasil, tem-se na atual evolução da economia privilegiado o monetarismo como doutrina, que, provavelmente, em curto prazo, delineará, ao nível mundial, novo acordo Bretton Woods, que vai configurar em definitivo, em pouco tempo, uma nova ordem mundial. Entretanto, essa doutrina tem produzido rupturas com o pensamento econômico tradicional.

Ela traz problemas tais como tipos de reservas que cada país deve manter para a liquidação final dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e que tem a ver com intenção de assegurar ao nível mundial, nas transações comerciais, o grau de liquidez da economia. Isto devido ao avanço tecnológico das forças produtivas.[262]

Em tempos de economia globalizada, cada país (periférico) aparece como capaz de crédito em imagem (potencial) ou em capacidade na produção de tecnologias. Daí o grau de liquidez ser indispensável em virtude do explosivo aumento das atividades econômicas e devido a capacidade real dos países ricos em produzir as citadas tecnologias. É a liquidez da economia o imperativo que orienta a economia mundial globalizada e o situar dos países quanto às políticas econômicas decorrentes de flutuações da balança de pagamentos.

---

[261] [...] Les deux illusions (*la illusion religieuse et "l'illusion " de la thecnique et de la science comme "ideologie"*) témoignent du pouvoir psycologique de l'imagination, mais ce pouvoir ne peu s'exercer que lorsque la realité du monde et des vivants, où l'on est et paraît ou bien heureux ou bien malheureux, ou bien libre ou bien esclave,et si bien éffacée que les vivants et de monde ne sont même plus admis comme spectateur au spetacle de l'illusion. (Grifo nosso). ARENDT, 1983, p. 300.

[262] ROLL, 1977.

É comum o País, premido pela intensa concorrência comercial imposta pela globalização da economia, ter o Estado realizando a economia através de ações estatais intervencionistas, tendo na idéia de administração da racional da economia a condição de produção, circulação e distribuição de bens sociais gerados pelos mercados; desta forma, tem-se o Estado estruturando a produção econômica, separando forma de Estado e forma de governo ou modo de administração das coisas públicas.

Torna-se necessário, pois, o retomar das críticas de Marx a Adam Smith. Este último tem a abordagem científica e tratamento metodológico dos problemas da economia, que nos leva a pensar que ele não tenha deixado dúvidas sobre o seu pensamento econômico. Isto define, em última instância, a inserção do País à Nova Divisão Internacional do Trabalho.[263]

No Brasil, tanto hoje como antes, o aspecto subjetivo do método de Smith, em A Riqueza das Nações (1776), tem a moral contida nas práticas econômicas – e que foi também preocupação metodológica de Marx – manifestando-se através do ator econômico renda fundiária, apesar de ela se constituir em aparente renda de comércio em definições diferentes como fundos de pensões e fundos mútuos de investimentos e outros.

Acreditamos poder (re)interpretar na trilha da intuição de Marx [em *Introdução à critica da economia política* (1857)] o caminho de construção do Estado brasileiro. É nossa intenção demonstrar uma metodologia contida no interior do método da economia política de Marx, que tem a direção política invertida, quando se trata da análise do capitalismo no Brasil. Nesse caminho, evidenciaremos a presença, inclusive no atual momento da evolução da economia, da matriz histórica fixada pela tradição (lá em Portugal) – ou lugar no qual se funda a esfera pública.

---

[263] A parcela de capital de um país que é empregada no comércio de transporte exterior é totalmente retirada da sustentação de mão de obra produtiva no próprio país para sustentar a mão de obra produtiva de alguns outros países estrangeiros. Embora essa parcela de capital possa, em cada operação repor dois capitais diferentes, nenhum dos dois pertencem ao respectivo país (...) Somente os lucros retornam regularmente *a um determinado país*, constituindo um único acréscimo que esse tipo de comércio necessariamente traz para a produção anual da terra e do trabalho daquele país. (..) Conseqüentemente, o capital empregado no comércio interno de um país normalmente estimula e sustenta um contingente maior de mão-de-obra produtiva, aumentando o valor de sua produção anual mais do que um capital igual empregado no comércio externo de bens de consumo. SMITH, 1983, p. 315-316.

Na verdade, o capitalismo no Brasil tem hoje como imperativo o *continuum* de produção de tecnologias e este esbarra na capacidade que o nosso País tem de produzir a circulação das mercadorias (tanto em nível interno quanto ao externo), no ritmo adequado e ajustado às relações sociais, derivadas da consciência das necessidades humanas que levam homens a produzi-las.

Nesta perspectiva, o que envolve a capacidade cognitiva intelectual de indivíduos que produzem as mercadorias, evoluindo a economia através do conhecimento que eles têm da natureza e, que, no contexto da ciência (da economia e outras) e da técnica daí derivada, produzem o desenvolvimento humano que conduz a economia a sua evolução.

Neste contexto, a doutrina do monetarismo – reminiscência de políticas econômicas metalistas do século XIX – tem se desenvolvido, hoje como no passado, sob a égide de políticas macroeconômicas, as quais, em linha geral, podem ser abrangidas, atualmente, sob o aparente nome de política fiscal. Deslocando o eixo das análises sociopolíticas na direção da (re)interpretação da teoria do valor-trabalho em Marx e Smith, visando compreender a acumulação e a produção da mais valia no contexto atual de transformações radicais do trabalho e da política. Isto nos remete a análise da relação Estado/economia e a estudos sobre o papel do parlamentarismo no atual momento da evolução da economia.

Tal fato nos instiga a organizar uma «crítica da economia» dentro de parâmetros do método da economia política [Marx]. Para tanto, juntaremos as contribuições de outros campos da ciência sociopolítica, em especial contribuições do pensamento científico de Weber, Durkheim, Habermas e Arendt.

O Brasil, neste início de século XX, tem a finança nacional como prolongamento do sistema financeiro internacional como também a multiplicação de financiamentos garantida por novos atores econômicos, os fundos de pensão e fundos mútuos de investimentos. Estes rememoram o passado no que se poderia chamar, no sentido amplo do termo – e tendo em vista a totalidade – renda fundiária. No entanto, esta renda aparece, hoje, como fundo de poupança nacional e pode ser compreendida por

um conceito pensado por Marx no passado – como fundos de salários (*fonds de salaires* [Marx, 1985].[264]

Na verdade, a renda fundiária é transformada em fundos de comércio e é, como no passado, acumulada nos bancos e gerenciada segundo rentabilidade do capital pela tríade governo/sistema financeiro e sistema partidário. Desta forma, leva a rentabilidade do capital a ser garantida pela legitimidade do Estado na idéia de administração racional da economia, posta como condição de produção econômica, circulação e distribuição de bens sociais gerados pelos mercados.

No Brasil, o método da economia política de Marx apreende o movimento da realidade na totalidade, porque o concreto só o é concreto, em razão de ser a síntese dos múltiplos, da totalidade. Daí a explicação da singularidade do capitalismo brasileiro, mesmo em tempos de economia mundial globalizada. O capitalismo, é, portanto, compreendido pela contradição que aparece como incompatibilidade entre lógica e valorização do capital; logo, a direção política contida na metodologia de Marx se inverte.

Cremos estar no momento presente da evolução da economia, a ilusão democrática produzida pela articulação governo/sistema financeiro internacional e sistema partidário compondo o núcleo fundamental da explicação do Estado brasileiro autoritário, que tem a gene histórica na forma de governo totalitário. Quanto a explicação histórica desta forma de governo, vamos encontrá-la evidenciando a presença de uma matriz histórica, posta pela tradição (herança da colonização portuguesa).

Os fundos acumulados no sistema bancário têm o seu crescimento regulado pelo Banco Central com regras próprias, excepcionais (caso Brasil); logo, tem-se o Executivo substituindo o Legislativo e o Judiciário em suas responsabilidades de legislar e aplicar normas constitucionais. É habitual a estruturação da produção econômica realizar-se segundo princípios de organização social – princípios de natureza ética e moral que regem relações humanas – expressando relações jurídicas que, através da representação política, se colocam como normas que regulamentam processos do trabalho.

---

[264] MARX, 1985, p. 79.

Ora, quando se tem o sistema bancário exercendo de modo autônomo o exercício da aplicação de regras sociais geradas como estratégias de relações de mercados, tem-se o Estado subordinado a essas estratégias. Daí ter-se o espaço privado fagocitando o público – nele indivíduos interagem habitando o mundo e buscando sobrevivência – elaborando um conceito normativo de espaço público que hipostasia a vontade geral.

Isto confere singularidade ao capitalismo brasileiro, evidenciando a presença do fenômeno do parlamentarismo, o qual movimenta a economia, determinando, inclusive, a estrutura ocupacional necessária e ajustada (via atos de legislatura) à Nova Divisão Internacional do Trabalho. É recorrente as diretrizes econômicas de empresas privadas, se tornarem diretrizes de políticas econômicas, substituindo o Estado no papel histórico de legislador universal (o que lhe confere legitimidade), e a função de distribuir a justiça "material" passar a se realizar segundo princípios contidos nas diretrizes de políticas econômicas.

O que foi dito nos leva ao tratamento metodológico da evolução da economia no Brasil, que rememora análises de Marx sobre o antagonismo entre sociedade anônima e sistema corporativo, visando explicar a exploração se realizando pelo Estado que tira proveito do conteúdo ideológico elaborado pela classe – noção de poder elaborada como relações hierarquizadas de poder – colocando-o no imaginário social, em função de poder. Entretanto o Estado o faz através de corpo político de representação dos interesses das classes rurais emancipadas.[265]

Não é difícil a partir disso deduzir-se o papel do sistema partidário. Cabe aos partidos políticos, os quais se articulam a movimentos totalitários, o papel de difundir, via propaganda de massas, a idéia de administração racional da economia que fundamenta a organização do Estado, no contexto do ideário de sociedade capitalista liberal, que, contudo, aparece como alucinação imaginada da realidade. Este é o caso Brasil.[266]

---

[265] ARENDT, 1990.

[266] É muito perturbador o regime totalitário, malgrado seu caráter evidentemente criminoso, contar com o apoio das massas. Embora muitos especialistas se neguem a aceitar esta situação, procurando ver, nela, o resultado da máquina de propaganda e de lavagem cerebral, a publicação em 1965, dos relatórios, originalmente sigilosos, das pesquisas de opinião pública alemã 1939-44, realizadas, então pelos serviços secretos [...] demonstra que a população alemã estava notavelmente bem informada sobre o que acontecia ou sobre o ataque contra a Rússia, sem que, com isso, se reduzisse o apoio dado ao regime. Ibid., p. 339.

É sensato supor que na atual evolução da economia no Brasil esteja presente a alucinação imaginada da realidade, ou seja, a idéia que vai se emancipar da realidade e adquirir foro de verdade, quando o ato de representação política se concretiza através da prática de autolegislação. O que leva ao fortalecimento do Executivo em sua função de administração das coisas públicas, a uma composição política – via pactos entre a elite e a ralé (Arendt) – com o Legislativo (enfraquecendo o Judiciário) visando obter formas de legitimação que justifiquem atos de intervenção socioestatais e o controle das influências que atuam sobre atividades econômicas.

Contudo, estes pactos são concebidos através de discursos veiculados pelo sistema de comunicação e os atores políticos que detêm o poder do Estado deles se utilizam. Através de recurso antropomórfico os traduzem no conceito de Estado capaz de solução para problemas da economia. O que leva a imagem do Estado como capaz de ter jurisdição para tudo; logo, tem-se o sistema de direito subsumido às leis da natureza, postas como leis da economia. Neste caso, o ordenamento jurídico é o elemento legal-racional, posto no bojo das reformas do Estado e das inovações institucionais que daí derivam, como solução para problemas atuais de balança de pagamentos.

Esta matriz nos fornecerá a explicação histórica da construção do Estado no Brasil, sendo decorrente de dominação carismática funcional, expressando na relação governo/sistema financeiro internacional e bancos o *espírito do capital*. Neste ponto, o atual governo repete a tradição. Este se realiza através da forma de representação política, tendo o ponto nuclear do movimento de metamorfose da mercadoria (o fetiche da mercadoria), aparecendo na figura do parlamento, determinado pelo fenômeno do parlamentarismo, que se manifesta no corpo político de representação dos interesses das classes rurais – no caso específico brasileiro – não emancipadas.

Daí a explicação da atual forma de governo, que vai ter no parlamentarismo, o elemento principal da exploração, que se realiza através da expropriação hermenêutica da tradição. O parlamentarismo hoje, desenvolvido em sua forma plena, caracteriza o Estado (fincado na tradição) como aparelho autônomo e totalizador, ou seja, Estado que tem o controle social total da sociedade e que realiza a economia através de juridificação das relações sociais ou pelo manejo de leis constitucionais.

3.6 Destotalitarização ou a nova forma de governo

Nos regimes Vargas (37) autoritarismo burocrático (64), forma de Estado ou título da soberania se diferenciava da forma de governo ou modo de produção de governo. Em ambos os regimes aparecia a dominação carismática funcional, demagógico popular. Esta dominação estrutura, a favor das elites, a sociedade que se modernizava.[267]

Esses foram governos que suprimiram a oposição pela presença do Exército que, às claras, dava à forma de governo condições de administração das coisas públicas de modo autoritário, por ser separada da forma de Estado democrático, e por ser desmilitarizada. No Brasil, mesmo em momentos de graves crises sociais, o parlamento não deixou de "funcionar". Inovações institucionais produziam o parlamento que ajustava os mercados aos interesses das elites.[268]

Não obstante, às escuras, a polícia dava ao governo o seu caráter doméstico (no qual a violência se realiza na intimidade do lar ou da *oikos*), fazendo valer – no subterrâneo das ações policiais – a forma de governo (tipo *pater familias*) que ajustava pretensão ideológica à valorização do capital; logo, permitindo ás elites juntarem migalhas, através daqueles que, no exercício de poder, arrecadavam as sobras de dinheiro que o sistema financeiro internacional estrangeiro deixava escapulir.

---

[267] O populismo como fenômeno político é caracterizado por movimentos nos quais as lideranças procuram sustentação política na propaganda e organização de massas. Na verdade, o populismo dá nova tonalidade às relações familiares e se constitui no cimento da integração social. Justifica-se, assim, a afinidade entre o regime que se denomina populista, dialetizado por processos de industrialização, coligações políticas e políticas econômicas que lhes são específicas e o caráter suave e não disruptivo da industrialização brasileira, ou seja, o caráter relativamente pacífico do processo de industrialização. Discordamos de Serra quando este não concorda com a idéia de O`Donnel (1988), justificando que, se isto fosse verdade, o populismo não teria tido vigência após 1945. Serra não leva em consideração o fato de que o populismo subsiste com significado normativo de relações familiares (a legislação, posta pela dominação carismática funcional tem sua expressão mesmo depois que condições empíricas que o gestaram tenham desaparecido. Neste ponto, sindicatos cooptados pelos patrões, pelo governo e conduzidos por lideranças pelegas e pela "atração de natureza umbilical "que sindicatos de empresários têm pelo Estado, protetor de seus interesses, podem ser comportamentos políticos compreendidos como variantes do populismo. O'DONNEL , 1988 e COLLIER, 1982.

[268] Medidas constitucionais derivadas do Tribunal de Segurança Militar (Vargas, 1936) e, mais tarde, o Ato Institucional n. 05 (Ditadura Militar, 1969) representam o todo do processo de juridificação das relações sociais, configurando a *nova* forma de governo (ARENDT) e permitiram a proliferação de movimentos totalitários controlados, via governo, pelas elites, caracterizando através desse processo a formação das elites. Brasil 500 anos, Revista **Isto É**, 1999.

Naqueles dois regimes, no topo, os militares garantiam a continuidade do poder de exceção e no baixo, os movimentos políticos e as vanguardas que daí derivavam, garantiam a legitimidade de governo. Entretanto, no porão, agia a polícia, que se tornou preponderante, caracterizando, como no passado (século XIX), a repressão aos movimentos populares de caráter etnoreligiosos, que, no entanto, presentes, devido ao avanço das forças produtivas, se colocavam mais independentes das elites, como movimentos de oposição. Porém, como sempre, apoiados e fustigados pelas elites conspiradoras, que, no momento, estavam afastadas do poder.

Na década de trinta do século XX, o crescimento industrial teve como condição de aceleração o desenvolvimento social que se realizou como processo de destotalitarização. Esta condição permitiu a ascendência automática do Exército sobre a polícia e, ao mesmo tempo, se constituiu a base do processo de legitimação que fluía de movimentos totalitários – permitidos e tidos como não "perturbação da ordem conceituada como legal-racional", desde que não tivessem caráter etnoreligioso, que, articulados ao governo configuraram o regime totalitário implícito.[269]

Na verdade, na década de trinta já estavam germinadas e crescidas as sementes – plantadas em Portugal, herança cultural da colonização portuguesa – e a

---

[269] Aqui, no *antecendente*, as manifestações de caráter etnoreligiosas foram reprimidas com violência, sendo que, no *conseqüente*, a presença de movimentos de caráter nacionalista impedia aquelas manifestações de aparecerem e tomarem significância em termos de movimentos de oposição. Cremos poder apanhar na seqüência dos fatos, que aparecem "como quê invertidos no tempo", o processo de legitimação que produziu a nova forma de governo como processo de destotalitarização. Podemos descrever esse processo através de fatos que variaram, no tempo, devido ao fenômeno classe social que acompanhou o Estado, dando aos fatos a regularidade da variação. Podemos descrevê-lo pelo que se segue: (a) *fatos do antecedente* – a expulsão pela polícia do Ceará dos fiéis do beato José Lourenço (dois mil fiéis expulsos da região Sítio do Caldeirão (Juazeiro-CE,09/11/36) e a polícia destrói casas e roças; fuzilados pela polícia do Piauí os últimos 35 fiéis da beato José Lourenço (19/01/38; ataque da poilícia baiana aos remanescentes do Caldeirão em Pau de colher (400 mortos, 20/02/38); Lampião, Maria Bonita e 11 cangaceiros, mortos e degolados na fazenda Angicos, Ba, 08/07/38; (b) *fatos do conseqüente* – campanha do petróleo, após a criação do Conselho Nacional do Petróleo (29/04/38); manifestações populares em várias cidades que pediam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (18/08 /42); manifestações das Diretas Já, que antecederam a derrubada dos militares do poder, através de pacto tácito entre militares e Tancredo Neves (1985). No movimento das Diretas Já, consolidou-se a liderança carismática funcional, posta pela tradição, que permanece até hoje. Nesse movimento, vem a tona a liderança carismática funcional de José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, dois líderes ativos juntos aos militares - e que compõe, hoje, em tempos de *democracia*, o corpo representativo proeminente que dá sustentação ao atual governo (ano 2000). Ver sobre o assunto "Método comparativo de variação concomitante entre fenômeno classe, Estado e ideologia" em CUNHA, 1995. Id. ibid.

árvore que de lá se plantou já florescera o fruto. Gerou os atos intervencionistas do Estado determinando pela história da comunidade brasileira – via tribos partidárias – o ponto de partida, na história, do totalitarismo implícito. Aquelas sementes caracterizaram naquela década os momentos de tirania e, pela força da tradição, geraram as inovações institucionais que vão permitir o emergir daquele regime: a volta do Conselho de Guerra, em 1936 (Ditadura Vargas) e o Ato Institucional n. 05, em 1969 (Ditadura Militar).[270]

Na modernização, emerge uma peculiar formação de classes, abafada pelas classes dirigentes, que, na impossibilidade de formação de bloco de poder homogêneo – daí a presença constante do militarismo ser, na história, a opção das elites e meio que as fazem permanecer unidas nas dissidências – promoviam alianças e (re)alianças políticas entre classe média burguesa em ascensão e oligarquia. O que impede, no curso da evolução da economia, que núcleos de classes emergentes da industria se manifestassem autônomos em torno de projetos próprios. Na verdade, esses núcleos se manifestaram dependentes das elites e, ao surgirem, expressaram pelo populismo o cerne institucional familiar.

Nesse período, as elites, devido à tradição, buscaram, como sempre, intensificar a propaganda de massa, divulgando pelo sistema de comunicação da mass media a doutrina liberal na qual se tem embutida a "ideologia" da ciência e da técnica. Nela presente o fator tecnocrático que permitiu a contrapartida da obediência.

É habitual a presença de facções políticas que rememoravam do passado as fórmulas políticas contidas nas programáticas partidárias que levaram à consolidação da República. A primeira das facções, que se pode chamar de doutrinárias, tinha calcada na

---

[270] Vargas promove a desmilitarização do Estado – a volta so Conselho de Guerra - aprovada na Câmara por 158 votos a 52, e no Senado por 23 a 5 (01/10/37).Torna constitucional, dias antes do golpe de 37 (10/1137), a pretexto de suposto Plano Cohen que simulava sangrenta conspiração judaico-comunista, escrita pelo capitão integralista Mourão, o Estado de Guerra que fora aprovado pelo Congresso como transitório, em 21/03/36. Isto lhe permitiu não galgar o posto de principal liderança no partido, que lhe era ameaçada pelo candidato à presidência da situação – ele mesmo era o Presidente da República. Com o golpe de Estado implanta-se, a partir daí, o terror. O Exército foi substituído pela polícia secreta, a qual promove o desaparecimento de toda oposição organizada. O Ato Institucional n. 05 (1969) desmilitariza o Estado, militarizado desde 64, e os governos militares (Geisel e Figueiredo), tempos após, promovem "aberturas democráticas". Fecha-se o ciclo da tirania no Brasil (nova forma de governo) pela ação da polícia, que, na calada da noite, como nos tempos de Vargas, destroça toda e qualquer oposição ao governo. As inovações institucionais como expedientes políticos, no caso em pauta, talvez tenham sido mais eficazes no combate às

estratégia da técnica de profecia – propalada como desenvolvimento social que se realiza de acordo com a evolução natural – uma espécie de *darwinismo* nativo, que rezava pela doutrina o desenvolvimento social que viria necessariamente no próprio movimento da história; logo, o invocar da passagem do País à etapa de evolução social ulterior, a modernização, de acordo com o movimento da história.

Já a segunda das facções, a autoritária, estes proclamavam a necessidade de intervenção socioestatal na economia com fins de manter a ordem social e, com isso, buscavam deter a desintegração do sistema; desta forma, proclamavam a necessidade de o Estado disciplinar movimentos políticos de oposição, que emergiam no curso da evolução da economia. Visavam, com isso, conduzir os rumos do País na direção da sociedade liberal capitalista liberal imaginada.[271]

Em suma, no final, ambas as facções políticas conduziam ao fechamento do regime e tinham estratégias discursos que visavam a manutenção dos privilégios e conservação do *status quo* e tinham, na ideologia, a prova de vocação para governos autocráticos.

Na verdade, aquelas fações expressavam nos discursos pequenas diferenças. O que nos leva a resumir a ideologia contida nas programáticas partidárias das elites, sendo constituída pela força da tradição. Pode-se resumir a ideologia reinante na modernização pelo que se segue:

> a) Não estavam presentes na realidade brasileira formas típicas de sociedade capitalista liberal (sindicatos autônomos, pacto constitucional, classes sociais definidas na sua relação com o governo e com seus direitos de cidadania garantidos, inclusive o próprio sistema político era constituído de relações políticas de natureza clânica (premissa maior).

---

guerrilhas do que às operações polical-militares (em especial a Guerrilha do Araguaia). Ver sobre o assunto "Inovação institucional ou *totem*" em CUNHA, 1995.

[271] A originalidade dessas denominações que estamos empregando, doutrinários liberais e autoritários, encontra-se em SANTOS, 1978a.

b) A ausência de pacto constitucional e de formas típicas que correspondiam ao caminho natural de desenvolvimento social capitalista liberal (sindicatos de massas); logo, era preciso construir no imaginário social tais formas típicas e ajustá-las a um processo de formação de elites – sindicatos atrelados ao governo, via Ministério do Trabalho e toda uma burocracia que orientasse segundo aquele processo aquelas formas.

Era preciso dar à imaginação – sob o controle das elites – o conceito de sociedade capitalista liberal. E isto as elites o fizeram através de estratégias legislativas e administrativas que criaram inovações institucionais – base legal da estruturação social que levou ao imaginário de sociedade capitalista liberal. Era preciso, pois, através desses expedientes políticos criar na sociedade "pactos constitucionais" que se realizam somente entre burguesia e oligarquia (premissa menor). Fazia-se necessário, portanto, (re)colocar as estruturas sociais no rumo da construção de tal sociedade capitalista como alucinação imaginada da realidade (conclusão).

Reformas do Estado se sucederam e delas emergiram as inovações institucionais. Entretanto, fluíam dessas inovações o reformular das estruturas normativas que regulavam os processos do trabalho, os quais "incorporavam" a massa, no interior de um processo de formação de elites, aos mercados políticos e econômicos. Prevalecia na regulamentação do trabalho o fundamento nuclear da sociedade tradicional, o cerne institucional familiar.

As estruturas sociais que decorreram da modernização (re)constituíram o princípio de organização social tradicional: o cerne institucional familiar. Isto vai caracterizar uma dominação carismática funcional, que, através do parlamento, movimenta a economia, a qual crescia graças a investimentos externos. Por sua vez, nos leva a compreender a evolução da economia tendo a democracia representativa, via parlamento, estruturando o todo da sociedade brasileira pela capacidade humana de estruturação lógica, realizada por um processo de juridificação das relações sociais.

Na modernização, os intelectuais tiveram presença marcante, e uma boa parte deles compuseram o estamento burocrático ou o corpo técnico-científico das elites. Eles

se constituíram em (des)organizadores da cultura. O que vai explicar a formação das classes intelectuais e a figura do intelectual *vis-a-vis* com o parlamento, via parlamentarismo, (des)organizando a cultura – ou a cultura sendo organizada segundo plano mental das elites e sua concepção idealizada de ideário burguês.

A classe intelectual emerge na evolução da economia a partir da classe e tem *em si* o gene do parlamentarismo, cuja produção do conhecimento é fixada pela tradição – ou pelos elementos fundamentais da religião nela contida – e se realiza na dialética do trabalho e interação como confronto primário entre homem e natureza. Está configurada, no plano da explicação histórica, a cultura como princípio educativo – ou como vetor (unidade-força) que aponta a direção da superação das classes definindo a origem econômica do fenômeno do parlamentarismo.

É recorrente a compreensão do Estado que (des)organiza a cultura, bem como a compreensão da relação poder/acumulação através da cultura, que se coloca como vetor que aponta a direção da superação das classes sociais. Isto devido à classe que interpreta o mundo sociocultural e a representação política o traduz, ao nível de Estado, em leis da natureza que são postas como leis da economia, produzindo a história.

Neste sentido, o regime político que se colocou possível, devido à capacidade das elites em construir a sociedade liberal imaginada foi o totalitarismo (implícito). Na verdade, aqui, as classes que emergiram na industrialização se manifestaram pela ética da aventura, sendo esta ética fator de expansão das relações capitalistas.

Na sociedade brasileira de profunda desigualdade social, esta ética se colocou como elemento de coesão social. As classes se estruturaram articuladas ao estamento na interseção da produção das contingências e necessidades humanas e tiveram uma típica representação de seus interesses. Esta representação foi posta como dominação carismática funcional, ou seja, se colocou, no curso do desenvolvimento histórico geral em conexão funcional entre estrutura–classes e sistema de direito. É recorrente, de tudo isso, devido a circunstâncias históricas e culturais próprias da região, as classes sociais ficarem presas a formas abstratas romanizadas.

Esta forma de estruturação de sociedade levou a classe social à singular construção de identidade coletiva que – caráter político nacional expresso como ética parlamentar – constituiu a produção democrática da cultura. No interior da produção da cultura, a Educação como mediador da cultura política exerceu um papel negativo, ou seja, o de fator de desideologização das classes.

É relevante, também, nesse processo de estruturação o fenômeno do parlamentarismo. Ele permitiu a construção da alucinação imaginada do ideário burguès, estruturada pela lógica que persegue a coerência – daí a presença constante do terror, que se manifesta na perda de individualidades jurídicas – sendo programada no plano mental das elites a forma de governo totalitário implícito (caso Brasil), que aparece na modernização expressa na forma de governo parlamentar de gabinete. [272]

No Brasil o fenômeno do parlamentarismo se funda na ascendência da polícia sobre o Exército, mas de forma tal que governo, sistema financeiro internacional e sistema partidário compõem a tríade que determina a construção do Estado, o qual realizou pela política a economia.

Na verdade, a sociedade brasileira se fundou carente de pactos constitucionais. É recorrente as leis no País produzirem o terror pela própria mão de quem as faz, ou seja, pela representação política. O que dá à forma de governo – modo de administração das coisas públicas – sua validade na fonte da legitimidade; ou seja, nas próprias leis da moral e dos costumes, nos autorizando, portanto, a dizer que ocorreu no Brasil o totalitarismo que se realizou como destotalitarização, isto é, fenômeno que tem no Estado "desmilitarizado" a forma de domínio das elites, têm em suas mãos o controle total da economia, através do estamento burocrático por elas constituído.[273]

---

[272] Le cabinet des ministres, c'est-à-dire la comission du parti majoritaire, peut être organisé matériellement soit dans un sens plus monocratique (*c'est le cas du Brésil*), soit dans un sens collégial (...) En cas d'absence de partage matériel (effectif) des pouvoirs, ce sistème signifie l'appropriation de la totalité de la pusissance par les états-majors des partis. Les postes des fonctionaires deviennent les bénéfices des partisans: *gouvernement parlementaire de cabinet*. [**Grifo nosso**]. WEBER, 1971, p. 383.

[273] Podemos registrar como ponto de partida da destotalitarização o período de governo Vargas (1930-45). Neste período, ocorre esse processo pela ascendência automática do Exercito sobre a polícia, através da transformação do sistema partidário em apêndice do Estado, permitindo a intervenção do Exército como força-legal, tendo como pano de fundo manifestações de trabalhadores que perturbavam a ordem vigente. Esse foi um processo que se constitui na engenharia política das elites brasileiras, pois, no caso em pauta, as reivindicações dos trabalhadores já tinham sido dizimadas em suas forças políticas, antecipadamente, pelo

Na verdade, o totalitarismo no Brasil guarda semelhança – porque aqui, como lá, se tem a supremacia da política sobre a economia – com o processo da destotalitarização que ocorreu na Rússia (1958) após a morte de Stalin.[274]

Está posto, pois, o conceito de Estado capitalista brasileiro que se explica pelas classes sociais que produzem a imagem de si mesmas projetada na sociedade e que aparece como alucinação imaginada do ideário burguês.

Cremos que, só através da tipologia sociohistórica do Estado brasileiro, explica-se convergência entre estrutura-classes e sistema de direito, que, no caso Brasil, é posta pela dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

O que nos permite explicar momentos da evolução da economia correspondente à modernização através de constelação que leva à configuração da esfera econômica que é colocada convergente à estruturação política, através dos produtos do trabalho, mas de modo tal que classes diversas produzem e consomem de maneira desigual.

Na modernização a doutrina do autoritarismo prevaleceu diante da necessidade de aprofundamento da industrialização, segundo estruturas produtivas necessárias ao imaginário de sociedade capitalista liberal, posta como antecedente, através de política de substituição de importações. Contudo, política dependente de investimentos externos.[275]

---

trabalho da polícia que suprimira, anterior ao golpe de 1937, toda e qualquer oposição ao governo. CUNHA, 1995.

[274] É verdade que, quando Krushchev recorreu ao apoio de Zhukov, a ascendência do Exército sobre a polícia era fato consumado na União Soviética. Essa ascendência havia sido uma das conseqüências automáticas da destruição do império policial, cujo domínio sobre a maior parte das indústrias, minas e propriedades mobiliárias soviéticas fora herdado pelo grupo administrativo, que, de súbito, se viu livre de seu maior concorrente econômico. ARENDT, 1900, p. 349.

[275] David Colier, em livro organizado por ele, critica argumentos de O'Donnel que analisa a emergência do autoritarismo-burocrático-autoritário em países industrialmente "avançados" da América Latina. Segundo O'Donnel, isto se deve ao aprofundamento da industrialização. A análise é explicada pela interação dialética de três aspectos decisivos de modernização socioeconômica: a industrialização, a ativação política aumentada do setor popular e os papéis "ocupacionais tecnocráticos" das burocracias públicas e particulares. COLLIER, 1982.

Neste caso, tem-se a dominação carismática funcional colocando-se como coluna de um governo totalitário que teve, precisamente no mote centralização/descentralização, a estratégia de ação estatal base, que caracteriza na essência o processo de destotalitarização. Entretanto, trata-se, no caso do Brasil, de Estado (des)organizado. Ele se construiu na história no interior do processo de (des)organização da cultura.[276]

Na verdade, o mote centralização/descentralização esteve presente durante o governo Vargas (1937-45), antecipando o governo do autoritarismo-burocrático (1964-84), governo dos militares. Nesse mote se pode, pela tradição, projetar o futuro, através da análise do passado.[277]

---

[276] Acreditamos poder registrar nos fatos que antecedem à Revolução de Trinta (24/10/30), momentos nos quais – as elites constitutivas do corpo político de representação dos interesses de classes – o Estado se realiza como capacidade de estruturação lógica. Podemos descrevê-la através do método de variação concomitante entre classe, Estado e ideologia. Na seqüência dos fatos do antecedente e conseqüente, pode-se compreender pelo mote centralização/descentralização a estruturação lógica do Estado, posta no plano mental das elites como (des)organização da cultura: (a) carta de Artur Bernardes ofensiva a alta hierarquia militar e divulgada pelo Correio da Manhã (09/10/21) ; (b) Oito dias depois, Epitácio Pessoa, então presidente, implementa a Política do Café (17/10/21); (c) vigora o Estado de Sítio no País (de 05/07/22 a 31/12/23) (d) posse de Artur Bernardes cercado de tropas e baionetas (05/11/22); d) Bernardes decreta feriado no dia 01/05/24 (dia do trabalhador); (e) forças legais – governo Bernardes – bombardeiam São Paulo (05/07 a 28/07/ 24 [contra a sublevação tenentista] e no seu governo produz-se a lei que garante férias (15 dias) a industriários, comerciários e bancários (24/12/25) e ainda – em seu governo sob Estado de Sítio (suspenso em 31/12/26), procedeu-se, a reformulação (a única) da Constituição de 1891 (07/09/26) seguida, poucos dias antes da suspensão do Estado de Sítio, da Lei da Reforma Financeira (18/12/26); (f) cartas de Bernardes reveladas como falsas (24/05/29); (g) João pessoa, governador da Paraíba – ex-candidato a vice na chapa de Vargas – assassinado no Recife (26/07/30). Trama pessoal é posta pelas elites conspiradoras como trama nacional e instiga protestos populares que deflagram a Revolução de Trinta (24/10/30); (h) posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório (03/11/30), garantida pelo Exército e legitimada, logo após, pela Manifestação da Legião Revolucionária (25/12/30 [7 mil pessoa em São Paulo]. Triunfo inconteste da Aliança Liberal. Nos momentos finais que antecedem à Revolução (3 meses antes), estimam-se 40 mil operários desempregados no RJ (09/06/30). História do Brasil 500 anos, Revista **Isto É**, 1999.

[277] Aqui, é interessante registrar acontecimentos que se colocaram como ante-sala na preparação do golpe de 1937 (no governo provisório de Vargas) e do Golpe de 1964. O Congresso sob pressão militar aprova o Estado de Guerra (21/03/36); o Senado aprova o uso do Estado de Guerra (30/03/36); e, durante este mesmo mês de março (36), realizam-se eleições parciais, nas quais, inclusive, o Integralismo aparece na cena política (24 prefeitos e 500 vereadores). Entretanto, pouco tempo antes, em 08/03/36, é criado o Tribunal de Segurança Nacional (08/03/36). O mesmo aconteceu quando da criação do Ato institucional, n. 5 (1969). Este ato prenuncia tempos de "democracia" que viriam pouco tempo depois – ainda em plena ditadura militar: a distensão durante o governo Geisel (1974) e a abertura *democrática* (1980), no governo Figueiredo. Ambos expedientes tiveram neles contidos a preponderância da política como estratégia para manter os militares no jogo do poder. A partir desses expedientes – postos na forma de inovações institucionais pelo parlamento – os ideais outubristas, em Vargas, e a consolidação da modernização, nos governos militares, se colocam passíveis de realizarem na história, mas através de medidas que permitem o constante uso da polícia na repressão aos movimentos de oposição ao governo. Na verdade, a polícia, em preponderância, atende a necessidade de não só suprimir a população em casa, como se ajusta à pretensão de domínio. Id. ibid.

Durante a década de 70 – em meados desta década o "milagre brasileiro" não mais se sustentou – a crise do petróleo e a conseqüente diminuição de investimentos externos estancaram o crescimento da economia. Naquele período, já com a ética da aventura desenvolvida na sua forma plena à ética parlamentar, tinha-se nos eventos (in)esperados – e na fortuna que propiciava aos talentosos planejadores de políticas econômicas – a virtude do regime autoritário, ou seja, a condição que permitiu o aprofundamento da industrialização.[278]

Todavia, as inovações institucionais se manifestaram em contradições que se acirravam e o sistema social passou a ser criticado, diminuindo-se, portanto, sua cota de legitimidade, que tinha sua contrapartida da obediência retirada da classe, que, interpreta o mundo sociocultural na forma redutora da idéia de administração racional da economia. O crescimento econômico denominado de "milagre", no ritmo mais lento não mais permitia à margem de lucro que transbordasse para o setor de classe média – o viveiro onde habitam, interagem e trabalham os tecnoburocratas. Esta é uma facção que, historicamente, sempre apoiou governos autoritários.

Na verdade, a causa disso estava lá, no tempo, e se manifestava na conjuntura que se rearrumara no bojo dos acontecimentos (in) esperados que levaram à distensão no campo da política – e que levaram a uma política econômica diferente das fases iniciais dos governos militares. Política essa, agora, planejada não pela boa vontade daqueles que, no passado, assumiram o poder, mas política "racionalmente" planejada segundo as necessidades do capital internacional, que àquela época mudara. Emerge na nova conjuntura políticas econômicas que apontam rumos diferentes da fase eufórica anterior.

O governo Geisel (74) retoma o modelo econômico "clássico" de aprofundamento da industrialização, semelhante à fase "difícil" dos tempos de Vargas,

---

[278] Examinando-lhes as ações e a vida, vê-se que eles não alcançaram da boa sorte senão a ocasião a ser aproveitada, a qual lhes forneceu matéria que moldaram da forma que mais adequada lhes pareceu. (...) Aqueles que, por seu valor, à semelhanças destes (... *Era preciso que Moisés encontrasse o povo de Israel no Egito,escravizado pelos egípcios, para que esse povo, a fim de fugir do cativiero, se dispusesse a segui-lo*), se tornam príncipes, conquistam o principado como dificuldade, mas com facilidade mantém. As diificuldades que encontram no conquistar o principado nascem em boa parte das novas instituições e dos novos costumes que se vêem forçados a introduzir para oganizar o seu governo e prover sua segurança Deve-se considerar que não há coisa mais difícil de fazer, de êxito mais duvidoso e mais *perigosa de conduzir*, do que levar a cabo a introdução de novas instituições legais (...). MAQUIAVEL, 1992, p. 58.

adotando uma política de substituições de importações. O governo visa, com isso, diminuir rendas populares, que, no bojo do desenvolvimento anterior, "escapavam" das mãos capitalistas e fluíam na direção do engordar das rendas da classe média.

A distensão, no pólo da política, tinha como intenção oculta aumentar o superávit de legitimação. No pólo da economia era preciso diminuir o coeficiente de importações, produzia-se, deste modo, o *reengordar* das rendas capitalistas, direcionadas de novo às novas mãos, com o conseqüente aumento das exportações. À distensão, no campo da política, coube o papel de suavizar as necessárias políticas de contenção salarial. Este modelo econômico com os propósitos nele contidos teve continuidade no governo Figueiredo (78-84).[279]

Na vigência desses dois últimos governos, o aprofundamento da industrialização tornara-se necessário, não pela "racionalidade" das intenções presentes no plano mental das elites que dava apoio ao regime militar ou pela intenção daqueles que "comandavam" o Regime e a economia que dele fluía, mas pela necessidade imperativa de administração racional da economia frente a diminuição da cota de legitimidade do próprio Regime.

O planejamento global da economia tinha que refletir o aumento da cota de legitimação produzindo a ilusão da continuidade do crescimento econômico. O "bolo" crescera e agora deveria ser dividido, mas não pela mãos dos planejadores do sistema (alusão ao Ministro do Planejamento à época de Figueiredo). O País tinha que produzir a imagem de País capaz de proporcionar o bem-estar social, através da administração racional da economia.

Em vista disso, políticas econômicas passam a privilegiar o ponto estratégico do governo final do Período Militar, os bens de capital, bem mais pela ampliação da produção

---

[279] No governo Figueiredo, já se havia extinguido os focos de guerrilhas urbanas e tentativas de guerrilhas rurais, fatos políticos que ocorreram, em especial, durante os governos Médici e Geisel. Neste período, o povo, perplexo, alheio a tudo assistia, pelo sistema de comunicação da *mass media*, manifestações totalitárias que apregoavam a apologia do regime. Sem nenhuma condição de identificar- se no sistema social, isolado do mundo público que lhe parecia estranho - porque tranformado em massa e, portanto, em inocente – estava o povo massificado pelo privatismo público, que era mimetizado em estatização da economia, e vivia a abstinência política conjugada aos apelos "nacionalistas", que o convidavam a participar do regime. O povo não conseguia entender seu mundo, não podendo, portanto, nele agir coerentemente. CUNHA, 1995.

de matérias-primas exportáveis – celulose, ferro etc. Isto sendo possível graças a investimentos externos que levam as empresas nacionais a se associarem às multinacionais. Entretanto, os problemas decorrentes do controle da balança de pagamentos se agravam, deste modo, a dívida externa e a inflação vão aos poucos, frente ao crescimento econômico que ainda se expandia à custa de investimentos externos, diminuindo cada vez mais a cota de legitimação do sistema social e, conseqüentemente, diminuindo os espaços nos quais a ideologia "operava" a ilusão da administração racional da economia.[280]

No último dos governos militares, os efeitos das políticas econômicas anteriormente adotadas produzem, por volta de 1983, uma grave crise social . No campo da economia, taxas domésticas de juros e de inflação se elevaram em níveis altíssimos, devido ao aumento de juros do sistema internacional da economia, que iniciava os primeiros passos a uma globalização da economia: a dívida interna alcança o dobro do nível do orçamento federal e a dívida externa chega, já na metade de 1982, a 80 bilhões de dólares. A produção industrial, em relação a 1980, cai 10%. Sob orientações do FMI, a recessão se agrava e eleva-se, em conseqüência, a taxa de desemprego. Só no Estado de São Paulo (anos 80-83) 847.000 empregos são eliminados.[281]

No campo social, as expectativas criadas no clima ideológico de "antecipações" ou de previsibilidade de políticas de desenvolvimento aumentam, pressionando o Estado às exigências de ampliação dos espaços da cidadania. Isto como resultado de diferenciação funcional de atores que, cada vez mais, ocupam espaços que lhes permitem ascender ao nível de "reconhecimento" pelo sistema – diminuindo daí, embora ainda de modo não significativo, a massa de pessoas ou de não povo, que continuam a não ser reconhecida pelo sistema.

A relação oferta/demanda, própria da economia que tendia a crescer, produz a reivindicação de classes quanto à participação no bolo gerado pelo crescimento

---

[280] COLLIER, 1982, p. 129-30.

[281] O'DONNEL, 1988, p. 132.

econômico. Emergem novas classes dirigentes que buscam organizar no tecido social sua participação na economia e também na política.

Níveis externos de desigualdades sociais provocam o acordar das classes sociais. A classe, na trama das novas relações trazidas na esteira do crescimento econômico que muda modos e estilos de vida, manifesta-se no tecido social em convulsões sociais: surgem movimentos que pedem anistia, que exigem novo modelo de desenvolvimento econômico, articulados a esses, emergem o movimento contra a carestia e outros de natureza afins – isolados e particularizados – que somam, aos primeiros, a corrente de insatisfação geral frente à (des)organziação do sistema social.

A inflação e a carestia provocam saques em supermercados do Rio e São Paulo e cidades (mais ao Norte do País) são invadidas por pessoas em busca de comida. No Norte e Nordeste do País, a fome ainda é o termômetro que leva os governantes à busca de novas formas de legitimação.

No campo dos argumentos que levam a uma administração racional da economia, esgotara-se, portanto, a criatividade das idéias que estavam contidas no bojo das inovações institucionais – instrumentos políticos com os quais o parlamentarismo, via parlamento, regula processos do trabalho. As inovações perdem a capacidade de imediato aumentar a cota de legitimação do regime.

Os discursos contraditórios das elites e dos militares, os últimos constituindo seus discursos de conteúdos técnico-racional de associados internos e externos – sistema financeiro internacional que *liga-a-si* o próprio sistema financeiro nativo – não alcançam os objetivos. Não há consenso suficiente para promover a continuidade do Regime. Na verdade, aqueles discursos contraditórios eram expressados pelo estamento burocrático – corpo científico das elites ou diretores dos processo sociais – e demonstravam tensões internas entre elites e militares quanto ao modo de condução do sistema social e do processo de (des) organização social. Estas tensões corroíam o poder dividindo-o. No horizonte da política, prenunciam-se novas realianças políticas.

Os discursos ideológicos com apelos à renovação do sistema social, que vazavam do estamento burocrático que se orientava pela força da tradição como também

a administração racional da economia que se expressava no mote centralização/descentralização, que caracterizara os últimos governos militares – a distensão (Geisel) e a abertura democrática (Figueiredo) – não mais motivavam as classes – e a própria massa nela contidas. Elas não davam, em virtude disso, a contrapartida da obediência suficiente para a continuidade do Regime.

O regime do autoritarismo-burocrático chegará ao fim juntamente com o fim do modelo de administração racional da economia. O sistema social teria que se renovar na sua capacidade de superávit de legitimação.

Por outro lado, novas idéias de administração racional da economia que geravam um novo modelo de administração, antecipadamente, estavam constituindo o universo das idéias no bojo do capitalismo como um todo. Elas exigiam a renovação do capitalismo ao nível global e o término do período das ditadura militares, fenômenos que se estenderam – em suas particularidades históricas e culturais – no todo da América Latina.

Vale lembrar que as elites (caso Brasil) tinham, na força da tradição, posta como herança da colonização portuguesa, naquele momento, a condição que permitiria o Antigo Regime se restaurar: o papel histórico reservado à representação política que, através de alianças e (re)alianças políticas entre suas elites, se colocava como condição para "mudar a face do Estado", sem que ocorresse transformação substantiva que permitisse ao povo brasileiro consolidar-se como nação.[282]

---

[282] O'Donnel, em suas pesquisas, assume uma generalização empírica e considera a democracia política como algo desejável de *per se*. Reforça ser esta generalização da experiência Latino-Americana político-normativa. Nas décadas de 1960/70/80 os acontecimentos políticos desses países demonstraram não ser provável, no futuro a via revolucionária aberta em países que alcançaram um mínimo de organização do Estado e de complexidade social, conseqüentemente, a expansão das relações sociais capitalistas. Segundo pesquisadores que colaboraram nas pesquisas de o"Donnel, países latino-americanos – mesmo com variânças devido a condições peculiares de cada país – que apresentaram o regime patrimonialista conjugado com forças militares de caráter militar profissional têm à frente a tarefa de estabelecer um novo regime político e de completar a criação do Estado Nacional. No Brasil, as Forças Armadas, mesmo não se caracterizando, no sentido estrito do termo, como profissionais, como alguns dos países da América Central – e esta é nossa aposta - as raízes históricas totalitaristas do regime patrimonialista brasileiro, nos leva a mesma hipótese levantada pelo autor. O País tem que estabelecer como tarefa principal firmar a criação do Estado Nacional, pela incorporação de seu povo no processo de formação de mercados políticos e econômicos. CUNHA, 1995.

O Brasil chega, então, após vinte anos de governos militares (1964-84), ao período de sua história política denominado de "transição democrática". Em períodos anteriores de sua história esteve presente o gene que, no passado, projetava o futuro.

Esse gene estava delineado lá em Portugal e permitiria o Regime se restaurar – em momento ulterior de evolução da economia e de pessoas que nela também evoluem, no bojo daquela evolução. Em suma, estava no ocaso da ditadura militar a matriz histórica. Ela anunciava pelo passado, naquele presente, o futuro e se configurava como lugar no qual se funda, pela tradição, a esfera pública no Brasil.

No presente, esta matriz restauraria o regime do autoritarismo-burocrático – na raiz, pela tradição e elementos fundamentais da religião nela contidos – na forma de Estado "desmilitarizado" ou de Estado destotalitarizado. Esta matriz expressava na forma de dominação carismática funcional a natureza e o desenvolvimento do Estado brasileiro.[283]

A matriz é o *espírito do capital* no Brasil e determina, no caso em pauta, a via singular de capitalismo. Ela pode, no plano da história, ser registrada com clareza – através do recurso da analogia – quando da passagem da Monarquia à República. Quando desta passagem as elites demonstravam entre elas e sua representação no poder, na figura do militarismo, tensões internas, as quais levariam o Regime Monárquico a se restaurar, retomando a tradição numa forma de ilusão democrática.[284]

---

[283] Estaríamos faltando com a verdade se não concordássemos que novas idéias, fruto de experiência histórica, foram incorporadas no período de "trasnsição democrática"ao sistema social brasileiro. Neste ponto concordamos com O'Donnel: em diversos países da América Latina, e este foi também o caso do Brasil, a cultura democrática passa, a partir da experiência histórica do regime autoritário-burocrático, a ser componente importante das relações sociais. O que pode vir-a-ser, mas ainda não é, até os dias de hoje, alternativa capaz de subtituir as relações políticas *clânicas* da tradicional vida social brasileira. A "*família brasileira*", 'só agora, em fins do século XX, começa a registrar na memória os avanços das suas forças produtivas. Na verdade, a introdução de ingrediente de uma cultura democrática foi o legado deixado pelos governos militares. Claro que isso não foi intencional e não fazia parte das idéias contidas no plano mental das elites brasileiras. Id. ibid.

[284] A convocação da Constituinte (21/12/1889) prevê a assembléia unicameral exclusiva (para redigir a Carta; o decreto de 22/6/1890) torna-a congressual (composta pela câmara e Senado). Uma comissão dos 5 redige o anteprojeto, revisado por Rui Barbosa, a quem atribui-se a (discutível) autoria do texto. Deodoro, primeiro presidente da República, ao assiná-lo, indaga: "onde está o artigo que autoriza o presidente a dissolver o parlamento?" Rui explica que tal dispositivo não cabe no presidencialismo; e o marechal: "Pois bem. Mas o senhor há de sair um dia do Congresso, como Antônio Carlos, em 1823, tirando seu chapéu à majestade do canhão." Brasil 500 Anos, Revista **Isto É**, 1999, p. 91.

De um lado estava a classe média urbana – a burguesia ascendente – advogava a causa da República, segundo o doutrinário liberal que articulava a causa, a abolição da escravatura e do outro, os fazendeiros representantes da oligarquia tradicional – advogando, todos, burguesia e oligarquia) a causa da república, mas estes últimos dividiam-se em conservadores e liberais, que se alternavam no poder. Todos eram republicanos, desde que o próximo passo em direção à República, fosse também passo que se realizasse de acordo com os interesses de cada um) dos grupos que pretendiam "tomar" o poder.

Todos, articulavam à causa o ideário burguês, mas os fazendeiros (antigos donos absolutos do poder), mesmo estando a fazenda em decadência – e as classes médias urbanas (facção da burguesia ascendente) – isto faziam de acordo com ideais conservadores que os motivavam a ir à luta. Daí, o acesso ao poder ser dificultado, pois dele fazia parte o povo, apenas como massa ou pano de fundo silencioso. A segunda vertente alia-se ao Exército, filho da mesma causa ou da causa de todos. Nasce a República sob o comando militar.

Posta como traço cultural da via singular do capitalismo brasileiro, ela nos permite compreender o porquê de o Estado realizando realizar a acumulação e a produção da mais valia daí decorrente, pela expropriação hermenêutica da tradição. Fator importante do capitalismo brasileiro que nos ajuda a compreender a dominação carismática funcional se caraterizando na natureza e desenvolvimento do Estado brasileiro. É neste sentido que o passado projeta o futuro.

O que nos leva a apanhar, no curso da evolução da economia, em diversos estágios de desenvolvimento social, por isso, nos utilizaremos da historiografia tomada como recurso antropomórfico – a ética parlamentar que determinou no passado a construção do Estado nos dias de hoje.

Nesta construção, a forma de governo típica brasileira realiza a economia pela política e, de modo tal, que minorias são expulsas do Estado. Não diferindo, assim, na sua essência, da forma de governo totalitária que ocorreu na Europa, no século passado.[285]

[285] Era óbvio e até mesmo a Conferência de Evilan o reconheceu (1938) que todos os judeus alemães eram apátridas em potencial; e era natural que os países como numerosos grupos minoritários se sentissem

O que nos instiga, rememorando análises de conjuntura de Marx e Engels no século passado, a prosseguir com as análises de conjuntura, nas quais abordaremos os problemas das crises periódicas e a marcha cíclica da produção capitalista brasileira.[286]

Tudo isso nos autoriza a dizer que o Estado brasileiro tem na tradição o expediente político que lhe permite ultrapassar os limites da ação, que são fixados no institucional e fiscal, sem, contudo, expor a riscos imediatos a ação estatal que é vinculada aos processos consensuais, a inovação institucional. No Brasil este expediente político tem nele contém a alucinação provocada pela realidade e dela o Estado tira proveito. Neste caso, a massa – que ultrapassa os limites da classe – se constitui núcleo central da destotalitarização. O que dá ao atual governo a chance do aproveitamento de Estado.

É sensato pois supor que, na formação da realidade brasileira, se coloca a presença da ética da ventura – ética que permeou a expansão das relações capitalistas no Brasil – a qual nos permite revelar o passado projetando o futuro ou a forma de governo totalitário no qual essa ética se desenvolve à ética parlamentar, determinando o caminho de construção do Estado.

Daí também a suposição de que ética religiosa revela o passado do futuro, ou seja, revela na conjuntura do período correspondente ao fim da Ditadura Militar as contradições que não permitiram a continuidade do Regime na batuta dos militares. A presença dos elementos religiosos contidos na tradição, que conduziram, historicamente, ao surgimento da ética da aventura que se desenvolveu à ética parlamentar, determinando, deste modo, a natureza e o desenvolvimento do Estado brasileiro.

Cremos que o presente rememora o passado e projeta o futuro. Daí que se pode, pelo passado, analisar o futuro para projetar o presente. O que nos leva ao passo

---

encorajados, pelo exemplo da Alemanha, a livrar-se de algumas das populações minoritárias. ARENDT, 1990, p. 315.

[286] Um estudo aprofundado da marcha cíclica da produção capitalista levou MARX e ENGELS a uma conclusão: "a revolução não é possível senão nos períodos nos quais as forças produtivas modernas entram em contradição uns com os outros (uma nova revolução não é possível senão em seguida a uma nova crise. Ela é tão certa quanto esta". Esse estudo se estende principalmente sobre a crise de 1847 e a fase de prosperidade que a sucedeu (e cujos resultados são consgnados antes de tudo no *Neue Rheinisch Zeitung*, diário e depois revista trimestral) e sobre a crise de 1857, cuja análise foi feita na correspondência MARX-ENGELS nos artigos escritos para o **New Iork Dayli Tribune**. MANDEL, 1980, p. 71.

seguinte da pesquisa que consiste em analisar no cadinho cultural brasileiro, posto pela força da tradição, o papel do parlamentarismo na evolução da economia.

Cremos poder revelar, através da matriz histórica ou destotalitarização que demonstra a nova forma de governo, que emerge na modernização o passado desvelado, o papel do parlamentarismo na evolução da economia, realizando, via representação política, empreendimentos econômicos que, contudo, vão necessitar de justificativa política. Está aí demonstrada a força da tradição que vai caracterizar, pela raiz, a natureza e desenvolvimento do Estado brasileiro.

Isto nos instiga a prosseguir com as análises de conjuntura nos diversos momentos da história do Brasil, buscando demonstrar o papel da Educação na (des)organização da cultura colado ao parlamentarismo.

Este papel se manifesta surdo, por estar escondido sob a forma de dominação carismática funcional. Buscaremos demonstrar o fato de que essa dominação também está presente no atual momento de evolução da economia, Evidenciando, portanto, neste momento, a presença da matriz histórica – ou lugar no qual se funda, pela tradição, a esfera pública. Essa matriz revela o passado, projetando o futuro. Demonstrado isso provado está o papel do parlamentarismo na evolução da economia, bem como o papel da Educação na (des)organização da cultura.

Tudo isso nos instiga a repensar a problemática da lógica pela qual a moral da economia se realiza – ou a moral reivindicada por Hume – como sentimento de moralidade contida nas práticas econômicas. No método de Marx, as práticas econômicas aparecem como moral concreta, ou seja, como somatória empírica das vontades individuais.

Na verdade, está aí o que Marx não pôde perceber no seu tempo. Tratam-se as práticas econômicas nas quais a razão ilude a si mesma; logo, são práticas impossíveis de serem apreendidas por meio direto no contexto do método de Marx, já que aquela razão aponta o caminho de superação das classes sociais através de relação interna.

Nessas práticas, a cultura se faz presente como princípio educativo – ou vetor que aponta a direção da superação das classes sociais. Na verdade, é o caso do Brasil a ponte que liga Educação e estrutura socioeconômica capitalista, realizando-se pela representação política contida na forma tradicional de partidos políticos.[287]

No Brasil, e este é o lado oculto do capitalismo, a cultura é o substrato da tradição que explica a formação das classes intelectuais que aparecem em estágios de evolução social articuladas ao fenômeno do parlamentarismo.

É habitual estar presente, no desenvolvimento histórico geral, um movimento circular do dinheiro, tendo como ponto de partida da sua compreensão a cultura como princípio educativo, que, como vetor aponta a direção da superação das classes sociais. O que nos leva a pensar a Educação colada ao parlamentarismo, se colocando no processo de formação socioeconômica como elemento heurístico ou princípio formador de vontades políticas.

Nos diversos estágios de evolução social no Brasil, a Educação – como fator de desideologização das classe sociais (classe que se torna imune à ideologia) – aparece na idéia de administração racional da economia na forma redutora de cultura – ou a cultura que produz a idéia de civilização avançada, pela idéia de inclusão do País no ranking do mercado de capitais. Isto produz, no tempo, em nível crescente, a subordinação da economia nacional ao sistema financeiro internacional.

Ao lado disso, o movimento circular do dinheiro se faz através do significado da idéia de necessidade, caracterizando a singularidade do capitalismo que tem na cultura

---

[287] Uma inversão do atual processo "democrático" no Brasil, cuja representatividade política tenha fundamentos na soberania gestada por práticas culturais, efetivadas por coletividades sociais como reais sujeitos da política, não pode encontrar *solução* na atual forma de representação. Isto porque, nesta forma, institucionalizar-se significa, antes de mais nada, organizar-se sob a *democracia de massas,* na qual vontades políticas se formam dissociadas do contexto de relações sociais vitais. Além do mais, institucionalizar-se significa também, no contexto da produção econômica, sujeitar-se às formas de sobrevivência que retomam situações de classes desprovidas de recursos econômicos. Faz-se necessário, pois, uma Educação política que tenha como ponto nuclear uma reEducação cultural como processo de *antidesideologização* das classes que se faça na junção forças produtivas/vontade do saber. Somente deste modo, pode-se pensar na inversão do atual quadro de representação política no País. Na verdade, naquela junção – que significa um processo de reEducação cultural que está se realizando a partir da classe - encontra-se o fundamento de um *novo conceito de poder* que se enraíza na verdade como diálogo comunicacional. Neste caso, pode-se criar uma real forma de legitimação democrática pela renovação cultura política - que substitua a atual forma que é *ilusória* – sem necessitar da violência como fator de domínio. CUNHA, 1995.

o vetor que aponta a superação das classes sociais, no próprio momento no qual elas se estruturam.

Neste sentido, podemos inferir que a causa básica do desemprego e o valor trabalho estão sendo produzidos pela força da tradição, em formas imaginárias e, que, no caso do Brasil, o movimento circular do dinheiro – bem como a atual inserção do País na Nova Divisão do Trabalho Internacional – é, por isso, realizado na história através de contratos privados que se metamorfoseiam de público na forma de terceirização de serviços prestados ao Estado. Está configurada aí a anarquia da produção capitalista no Brasil.

Neste contexto, a anarquia da produção é compreendida como problema de ordem política; logo, as influências que atuam sobre as atividades econômicas são corrigidas pela idéia da administração racional da economia, já que na articulação governo/sistema partidário/sistema financeiro internacional têm-se, hoje, as grandes empresas, associadas em pools, de modo geral articuladas às empresas multinacionais, controlando os preços das mercadorias, e, inclusive, determinando nossa taxa de desemprego.

No Brasil, não se estabeleceu o capitalismo competitivo, no entanto, vingou o capitalismo de prestância, gerando o regime totalitário (implícito) – hipótese que buscaremos comprovar no curso da pesquisa. Vingaram, na verdade, as corporações que tomam o Estado-Nação em suas mãos, transformando-o de instrumento de lei em instrumento da nação.[288]

Delineia-se, a partir daí, o modelo sistêmico do Estado que explica a construção do mundo público na sua matriz histórica – ou lugar no qual se funda, pela tradição, a esfera pública. Podemos resumi-la no molde da herança cultural da colonização portuguesa, raiz da tradição, pelo que se segue.

O Estado absorve a idéia geral da sociedade, da idéia que as classes têm de si mesmas ou da sociedade que elas produzem. Essa idéia é posta *a priori* – como idéia que não guarda relação com experiência (ciência e técnica como "ideologia" [Habermas]) – ou

[288] ARENDT, 1990.

como momento no qual, na dialética da interação e trabalho, se estruturam as classes sociais, produzindo a ilusão na forma de ações cooperativas (e que aparecem solidárias).

Isto permite ao Estado realizar-se na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana através de dominação carismática funcional. O que lhe permite ser parte integrante do mercado, ajustando, via parlamento, lógica à valorização do capital. Neste sentido, o Estado concilia os interesses de classes, eliminando influências que atuam sobre atividades econômicas, vistas como desvios (disfunções) postos como *delictum* e os justificam como necessidade de controle da economia. O instrumento que torna tudo isto possível são as inovações institucionais, que, postas em atos legislativos, se configuram em manifestações empírico-jurídicas dos conflitos de classe.[289]

No caso do Brasil, o valor-trabalho se incorpora às mercadorias, devido às relações específicas de produção, postas, na história, pela cultura que mediou os mercados; logo, tem-se a sociedade capitalista brasileira que não realiza o valor da mercadoria como medida perfeita do valor, ou seja, pela medida que é dada pelo tempo de trabalho ou tempo de energia despendida na produção, como pensara Marx para o capitalismo da Europa.[290]

Do ponto de vista da análise da realidade capitalista – e com base na presença da não medida perfeita do valor – não há, no Brasil, dicotomia entre trabalho necessário e excedente, em razão de a força de trabalho prioritária ser a intelectual, posta pela tradição. Daí a importância da Educação que, aqui, no campo da prática política, manifesta-se através das classes intelectuais coladas ao fenômeno do parlamentarismo, produzindo o saber contido na administração racional da economia. Nesta administração, está contida,

---

[289] Entendemos por *delictum* um conceito que provém do exercício livre das atividades sociais, que tem na *sanção civil* ou no delito jurídico-civil o exercício de poder ou de dominação estatal. Neste caso, o totemismo sociológico toma para nós o significado de sanção prescrita pela norma, cujo "delito prevê a reparação de perdas e danos só para aqueles que possuem menor *status*", dado pela posição ocupada na estrutura produtiva, que confere na hierarquia das relações de poder, menor influência política. Muito embora no seu sentido jurídico ele tenha características próprias que o definem como reparação de perdas e danos por rompimento de contratos. CUNHA, 1995, p. 225.

[290] Sobre o assunto medida perfeita do valor, consultar Valor absoluto e Valor de Troca. (trabalho de David Ricardo). NAPOLEONI, 1985, p. 226.

pois, a magia da ciência e da técnica que se esconde nas máquinas sofisticadas e, que, no contexto da globalização da economia, eleva potencialmente a produtividade.

É recorrente a transferência do capital extraído do valor trabalho, estar se realizando pelo Estado, sendo este "responsável" – no quadro geral da acumulação e da mais valia que daí decorre – pela subsistência do trabalhador. O Estado substitui, pois, de verdade, o capitalista e se põe como carro-chefe da acumulação (investimentos do capital).

Em relação ao que podemos chamar, aqui, de inovação institucional, está contida a contrapartida da obediência – ou a legitimação do sistema social. Esta obediência é regulamentada em leis ditadas pela moral e os bons costumes e não pode ser criada através de simples procedimentos técnico-jurídicos formais.[291]

No Brasil, hoje, o parlamento em busca de tecer inovações institucionais, expedientes políticos com os quais o Estado, através da juridificação das relações sociais, movimenta a economia. No entanto, no conjunto das estratégias legislativas e administrativas, fonte dessas inovações, coloca-se o parlamento produzindo, através delas, panacéias que não garantem o alcance dos objetivos contidos nas políticas econômicas.

É recorrente as atividades da economia manifestarem os conflitos sociais em formas abstratas jurídicas, devido à representação política que se coloca como representação dos interesses de classes; logo, as tensões sociais resultam da contradição entre administração racional da economia e produção econômica tendente ao crescimento; e ainda se manifestam em tensões normativas, postas pelo Estado como regulador dos processos de trabalhos.

Isto torna possível a existência do domínio totalizador – e o regime totalitário que daí deriva – porque este se realiza através da ação político-administrativa estatal que coloca a lógica em função da valorização do capital. Esta forma de domínio tem sua legitimidade na classe social que interpreta – tendo a cultura como fonte histórica de

---

[291] A inovação institucional é uma categoria compreendida como conceito normativo de espaço público. Trata-se de um expediente político, típico brasileiro, com o qual o parlamento movimenta a economia (caso Brasil).

valores – as leis da natureza. Estas leis são postas em função de poder, pelo Estado, como leis de economia, produzindo a história.

Daí podermos compreender, no caso Brasil, o valor trabalho sendo incorporado às mercadorias como valor expropriado pela hermenêutica da tradição. O que justifica o fato de a economia brasileira evoluir-se em formas imaginárias pela construção da alucinação imaginada de um ideário burguês, que aparece, no entanto, como imaginário de sociedade capitalista liberal.

Isto porque no interior dessa sociedade, naquele imaginário, está contido o mundo da tradição que é extraído da experiência, e que, no entanto, é traduzido pela classe – na qual indivíduos compartilham significados culturais em comum – como idéia válida.

É comum o Estado se legitimar pela moral e pelos bons costumes (fonte de legitimação que tem como base a divindade); logo, é também recorrente a exploração do trabalho pelo capital se realizar pela expropriação hermenêutica da tradição, através da juridificação das relações sociais.

No Brasil, inovações institucionais vão refletir a dominação carismática funcional. Ela é fruto da (des)organização que ocorre nos planos mentais da classe social, quando da elaboração da ação estratégica – ação intermediária entre interação e trabalho [Habermas]; logo, o Estado se coloca como instituição capaz de (des)organizar a própria sociedade. Isto em razão de as classes – só elas têm os conteúdos capazes de legitimar o sistema social – produzirem, via cultura, as idéias que estruturam o Estado.

Isto dá ao Estado a medida do instrumento do domínio: a noção de poder elaborada pela classe (relações hierarquizadas de poder) que, via representação política, é posta em função de poder; portanto, a idéia geral da sociedade é a idéia geral dos interesses de classes como também é a medida da classe que determina sociedade como espelho de si mesma.

O que define a política é a sua realização dependente de movimentos totalitários, (caso Brasil), levando o Estado a buscar sua validade na idéia de administração

racional da economia posta como políticas sociais na burocracia. Nela embutidos os mecanismos seletivos que incluem interesses capitalistas e não capitalistas no quadro dos interesses capitalistas gerais.[292]

Podemos apreender tanto no plano da explicação científica em geral, quanto no plano da explicação histórica – parte importante, e por isso, nuclear de nossa defesa de tese – o papel do parlamentarismo na evolução da economia e o papel da Educação na (des)organização da cultura. Papeis estes – e a Educação tem seu papel colado ao parlamentarismo – que se expressam como dominação carismática funcional, caracterizando a natureza e o desenvolvimento do Estado brasileiro.

Contudo, isto faremos nos utilizando de recursos metodológicos contidos no individualismo metodológico [Weber], associado aos tratamentos metodológicos contidos em O totalitarismo [Arendt, 1951], ambos tratamentos associados ao método sociológico de Durkheim [sd] Porém, todos integrados ao método da economia política de Marx.

Na verdade, nessa integração de métodos, buscaremos evidenciar a presença de um enigma da dialética contido no método de Marx, através da crítica ao papel positivo da Educação. Na verdade, é possível se estruturar um método no qual a Educação tematize as contradições da sociedade brasileira. Nele, buscaremos revelar o papel da Educação como crítica às classes intelectuais, que juntamente com o parlamentarismo (des)organizam a cultura. Isto nos leva a aplicação, no plano da formação da realidade brasileira, desse método, que denominaremos método de intervenção sociológica.

É nossa intenção ao aplicar o supracitado método, rememorar, em outra dimensão de análise, a *Enquete Operária de Marx* (1880) e estudos de conjuntura de Marx e Engels sobre a crise internacional da economia em 1850, publicados na *Revue Neue Rheinische Zeitung*.

---

[292] Estamos entendendo como mecanismos seletivos um conjunto de normas emanadas da burocracia, que, diferente do pensamento de OFFE, produzem a *inclusão* das reivindicações das classes dominantes no plano da organização administrativa, favorecendo os interesses capitalistas gerais. Daí ser possível pensar o conflito de classe não a partir do fracasso da política social demonstrada na sua manifestação como violência empírica (*pós-foestum*), mas pela presença da classe social que, no próprio momento do movimento teórico de contradição – no qual elabora a síntese mediada pelo trabalho social como ação estratégica – se coloca "racionalizada". Ver sobre o assunto mecanismos seletivos, OFFE, 1984, p. 280.

Isto faremos buscando apreender na análise o subjetivismo presente nas práticas econômicas, visando elaborar, em diversos momentos da história, análises de conjuntura, com fim de esclarecer problemas de crises periódicas da economia e a marcha cíclica da produção capitalista. É nossa intenção também, rememorar análises de conjuntura de Marx e Engels no século passado, durante a crise internacional da economia, publicados em 1850.[293]

Acreditamos poder caracterizar através de projeção entre passado e futuro – pelos elementos da tradição e pelas formas elementares da religião nela contidas – a presença no atual momento da evolução da economia do gene do capitalismo brasileiro, ou seja a matriz histórica, genuína brasileira, que permitiu o desenvolvimento da ética da aventura à forma plena de ética parlamentar. Na verdade, aqui, a ética parlamentar, que tem sua origem na ética da aventura, tem no fenômeno do parlamentarismo a condição que permite movimentar a economia.

Por fim, é recorrente, no curso dessa tarefa, apreendermos, na formação da realidade brasileira, a ética parlamentar desenvolvendo na dialética da representação política e formação da vontade soberana a lógica que persegue a coerência – ou a idéia que se emancipa da realidade, produzindo a ilusão religiosa, posta na forma de ilusão democrática.[294]

---

[293] Em uma revisão de conjuntura econômica, MARX e ENGELS sublinham antes de tudo a importância das "grandes saídas de além mar" para a situação econômica da Grã- Bretanha (e da indústria européia em geral). Depois de ter mencionado a esse propósitco a influência das revoluções européias sobre o comércio internacional, eles colocam em relevo a importância historicamente decisiva – "fato mais importante que a revolução de fevereiro" – da descoberta do ouro na Califórnia. A passagem que se segue é de uma cisão profética extraordinária, visto que MARX e ENGELS prevêem a abertura do canal de Panamá, o deslocamento do centro do comércio mundial para o oceano Pacífico (que permanece senão tendencial até os dias de hoje), a superioridade industrial dos Estados Unidos sobre a Europa (que só se tornará fato mais de meio século mais tarde, e até a Revolução Chinesa. [K. MARX, Fr. Engels: "Revue"em Neue Rheinisch Zeitug - Politisch – Ö konomishe Revue, Zweits Heft, fevereiro de 1850 p. 119]. MANDEL, 1980, p. 71.

[294] HABERMAS, 1968.

CAPÍTULO IV

4 O PARLAMENTARISMO NA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

4.1 Modelo sistêmico do estado totalizador

Cremos ser possível apreender no atual momento de evolução da economia (nosso instrumento de pesquisa, totemismo sociológico, permite o corte na história) a presença da forma de governo parlamentar de gabinete determinada pelo parlamentarismo – este já desenvolvido na sua forma plena, que, como essência móvel movimenta a economia, criando inovações institucionais que permitem ao Estado ir além do controle constitucional que o limita no uso do poder.

Visamos com isso caracterizar a presença da matriz histórica posta pela força da tradição, tendo no parlamentarismo a causa que se oculta no passado e que nos revela o presente como passagem de sociedade liberal capitalista brasileira a um estágio ulterior de sociedade pós capitalista dependente.

É recorrente o parlamentarismo manifestar a dominação carismática funcional que rememora a tradição nos moldes avis-bragantinos, de Portugal, produzindo a conexão necessária entre classe e estamento, via representação política que articula estrutura classes e sistema de direito, através da idéia de significado de necessidade que se afirmou no processo de formação socioeconômica brasileiro, constituindo a matriz histórica ou lugar da tradição no qual se funda a esfera pública brasileira.

A matriz histórica determina o modo específico de produção capitalista, bem como a relação de exploração – ou ainda a produção da mais valia realizada como especulação. Determina também a atual forma de produção da mais valia relativa-excludente (forma de produção da mais valia do capitalismo brasileiro, devido às modificações contemporâneas do trabalho e da política. Nesse caso, a matriz é o indicador de que a contradição capital/trabalho, no Brasil, se realiza através de relações determinadas, causais e internas – própria de indivíduos em comunicação – através da classe que elabora conceito de espaço público o qual hipostasia a vontade geral.

Isso nos leva a apreender a matriz histórica ou o lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública no Brasil. É recorrente buscarmos evidenciar esta matriz nos diversos estágios de evolução da economia, desde os primórdios da industrialização brasileira, precisamente na formação do Estado Nação genuinamente brasileiro, através da presença, no curso do desenvolvimento geral, de um fundo de histórico de natureza econômica, que aparece como fenômeno do parlamentarismo: causa que se oculta no passado e que nos revela o presente – ou essência móvel que oculta a contradição no interior do movimento da realidade.

Na verdade o atual governo tem no parlamentarismo e na juridificação das relações sociais as condições que lhe permitem legitimar-se através de processo de destotalitarização. Faz-se presente o militarismo, que, devido à evolução dos modernos meios do sistema de comunicação da *mass media*, está latente. O que não implica seu desaparecimento e nem sua (des)institucionalização quanto a sua função de monopólio da força legal, imposta pelo uso da violência.[295]

Temos aí o ponto de partida que nos leva a compreensão do atual momento de modernização no País, que, na evolução da economia, tem na evolução do conhecimento a idéia de administração racional da economia, a qual conduz aquela evolução. Entretanto, paradoxalmente, a administração racional tem na força da tradição e no *apartheid*-social (elite/povo) a legitimidade das atuais práticas de governo, que,

---

[295] Temos hoje o que se pode chamar de Estado desmilitarizdo (destotalitarizado), ou seja, aquele no qual o Exército é aparentemente substituído – quanto à função de monopólio da violência quando da necessidade de intervir nos conflitos intra-partidários – pelo sistema de comunicação da *mass media*. CUNHA, 1995.

encaixadas na matriz histórica tem estas práticas expressando no próprio *apartheic!* a presença de um governo medíocre.[296]

Nossa intenção primeira é a de interrogar no caminho de construção do Estado Brasileiro o porquê do prestígio dos profetas (Weber) e o papel do parlamentarismo que aparece na figura do parlamento como corpo político dos interesses das classes rurais não emancipadas, ou seja, um corpo (ou corporação) que, na evolução da economia, quando da passagem de níveis evolutivos inferiores para superiores, conserva instituições arcaicas, não permitindo a integração dos trabalhadores como cidadãos ou como indivíduos que vivem relações modernas do trabalho. O aparecimento de profetas é relacionado com as necessidades de domínio – fenômeno que se encontra sempre associado à burocracia – e que são realizadas no plano da prática política através de juridificação das relações sociais.

Neste ponto, o atual Programa de Estabilidade Fiscal implementado pelo Governo, após a reeleição para o segundo mandato (1999), é exemplar. Nele o modo de produção de governo e o papel profeta do Ministro da Fazenda se revela. Basta ver a fala do ministro Pedro Malan: «além disso, este é o ponto absolutamente central do programa de estabilidade fiscal, para tanto, estamos encaminhando para determinação do Congresso uma regulamentação do artigo 163 da Constituição».

Aqui a representação dos interesses de classes produz no desenvolvimento histórico geral a relação de exploração pela juridificação das relações – ou exploração do trabalho pelo capital e que se realiza como mais valia relativa-excludente (conceito próprio ao modo de produção capitalista brasileiro cujos detalhes definiremos mais à frente) – caracterizando a via singular de capitalismo. Daí a presença de um totalitarismo implícito que, no Brasil aparece como fenômeno de destotalitarização, configurando, nos dias de hoje, a forma de governo totalitária, hipótese que buscaremos comprovar.[297]

---

[296] Por volta da mesma época (*fim do século XVIII*), Goethe, ao comentar um livro de poemas, escrevia desapontado que seu autor, embora judeu, "não realizava mais do que um *étudiant en belles lettres* cristão" e, queixava-se de que, onde havia esperado algo genuinamente novo, alguma força além da convenção superficial, encontrara apenas a mediocridade comum. ARENDT, 1990, p. 80.

[297] ARENDT, 1990.

Buscaremos apreender na atual fase de evolução da economia o valor trabalho, gerado através de expropriação hermenêutica da tradição e posto como valor tecnológico, incorporado às mercadorias através de preços, neles incluídos os salários – através do movimento circular do dinheiro, que tem no parlamentarismo o fenômeno que determina a forma de governo parlamentar de gabinete e o modo de produção de governo ou de administração racional da economia.

No nosso País, a expansão das relações capitalistas de produção realiza-se na dialética da representação política e formação da vontade soberana, produzindo, dessa maneira, a calma social, de tal modo que a contrapartida da obediência se modela e se ajusta a apelos motivacionais de discursos ideológicos que visam bases consensuais para um específico caso de intervencionismo do Estado, como é o caso Brasil.

É muito comum práticas de governos nas quais a legitimação democrática se realiza pela reunificação do povo em torno de líderes políticos, que visam, através da legitimidade da representação política, obter bases políticas consensuais para o exercício do poder. Assim, a administração racional da economia tem na presença do corpo político de representação dos interesses das classes rurais – que, busca na administração estatal o domínio – a garantia de privilégios; logo, – e a história da política brasileira esclarece – tem na estratégia de organização de massas a garantia de rumo certo de políticas monetárias adotadas , para levar o País à passagem de evolução social de estágios inferiores à ulteriores. É decorrente a intensa propaganda – veiculada no sistema de comunicação da *mass media* – de idéias "avançadas", tidas no campo da política como neoliberais.

Nos momentos de crise social proliferam discursos proféticos que visam à reunificação do povo girando em torno de intenções e realizações de reformas político-sociais. Esse é um fenômeno que se caracteriza pelo surgimento do profeta legislador e que pode ser compreendido como fenômeno do parlamentarismo – dominação carismática funcional, porque coloca conexão necessária estrutura-classe e sistema de direito – que se coloca na figura do parlamento como elemento central que leva à constituição de novo ordenamento jurídico, mas de caráter excepcional. Trata-se de um fenômeno que pressupõe sempre a economia monetária se realizando no contexto agudo

de conflitos sociais internos articulados a interesses internacionais. A conseqüência é geralmente a produção de poder constitucional de exceção.[298]

No País, os partidos políticos sempre tiveram dificuldades imensas de convergirem forças políticas em torno do projeto nacional de desenvolvimento e, com isso, em determinados momentos da história, não conseguem consenso que lhes permitam acesso ao poder estatal e a realização do domínio através de sufrágios universais. A resultante é a consagração do militarismo presença constante em todos os momentos da história política do Brasil.

Hoje, o militarismo, latente, aparece configurando-se na violência – violência institucional representando o País, no qual o estado de direito democrático é farsa, devido a desigualdades sociais que se aprofundam; logo também aprofundado o apartheid social que se constituiu na história. O povo não é "cidadão" e participa da democracia como pano de fundo silencioso, ou seja, como massa de manobra política.

O que explica o atual governo é a presença da *troupe* parlamentar que o sustenta e que produz, como no passado, a reunificação do povo brasileiro em torno de reformas estatais, através da organização de massas, visando fluir melhor o processo de juridificação das relações sociais e o governo totalizador que daí deriva. Esse fato marcou a vida política brasileira no século passado. Ele se manifestou, como fenômeno de destotalitarização nos momentos de governos ditatoriais: Vargas (1937-1945) e governos militares (autoritarismo-burocrático [1964-84]).

Isso justifica a presença da ética da aventura – ética que permeou a expansão das relações capitalistas no Brasil. A violência é institucionalizada. Tem-se o Estado a

---

[298] No Brasil, a evolução da economia nos últimos anos comprova, através dos discursos justificativos sobre o Programa de Estabilidade Fiscal, o caráter de *profeta-legislador* do ministro da Fazenda, cujo discurso é muito mais crença do que realidade, quando se examina o quadro atual da economia brasileira com relação à crise do ano passado (30/10/97) – a crise asiática, em que os tons dos discursos eram semelhantes. A dívida externa brasileira aumentou de R$ 60 bilhões no início do Real para chegar a mais de R$300 bilhões no final do ano de 1998; a taxa de juros saltou nos últimos três meses deste ano de 19% para 49%; a taxa de crescimento da economia foi reduzida, gradualmente, no governo Fernando Henrique, de 4,2 % em 1995, para 2,9% no ano seguinte, neste momento deve ser menor que 1% e promete virar recessão com o índice de menos (-) 1% previsto para 1999. É preciso, pois, distinguir com clareza os diversos tipos de profetas daqueles portadores de salvação religiosa. Na história, a transição entre o profeta e o legislador é fluída. Como legislador, entende-se, em certos casos particulares, o responsável pelo ordenar e sistematizar um direito existente ou por criar ou constituir um novo direito. WEBER, 1971, p. 193./2.

serviço de interesses dos poderosos, corrupção política e o "crime organizado", todos tendo como ponto de partida a presença da ética da aventura que se desenvolveu à ética parlamentar. O povo brasileiro adora a política – e legitima os crimes cometidos por pessoas e instituições, que, em última instância a ela está ligada – porque vê nas pessoas que as representam (na política) o aventureiro que ele gostaria de ser. Todos adoram o poder e buscam sobreviver nas cercanias do parlamento.

Está aí a manifestação empírica que evidencia a gênese do capitalismo brasileiro. Ele ocorre no tempo caracterizando a dominação carismática funcional, de modo tal que a ética da aventura – ética que permeou a expansão das relações capitalistas nativa – se desenvolve a ética parlamentar. Daí a presença da relação de exploração, posta pela ética parlamentar caracterizando pelo parlamento aventureiro o totalitarismo implícito no Brasil.

É sensato, pois, supor que a atual produção do quadro jurídico de exceção se coloca como alternativa política futura e que pode levar ao (re)surgir do militarismo – hoje latente, mas sempre manifestando-se em momentos de crise social – como meio legal de imposição de violência para aparar arestas que impedem o acesso de partidos políticos ao poder estatal, através de eleições gerais.

Isso nos leva a demonstrar, nas atuais práticas de governo, e na forma de legitimação democrática que tais práticas escondem, a presença da matriz histórica posta pela tradição, caracterizando aquelas práticas – e o processo de modernização nelas contido – como forma de governo totalitário; o que nos instiga a compreender o Estado brasileiro como resultante da tradição na seqüência dos acontecimentos históricos, de modo tal que o Estado se transforma de instrumento da lei em instrumento da nação. Leva-nos ainda retomar as análises de Marx sobre o antagonismo entre sociedade anônima e sistema corporativo. Entretanto isto faremos percorrendo a trilha de intuição dada pela crítica de Arendt ao marxismo, acrescentaremos à análise a contribuição do pensamento de Weber.

Visamos com isso identificar, nas atuais práticas de governo, a forma totalitária que lhe dá contorno e que aparece como dilema de representação política ou como problema de controle da balança de pagamentos.

Segundo notícias nos principais órgãos da imprensa falada e escrita no Brasil, o fato da queda da Bolsa em *Hong Kong*, em 31/10/ 97, abalou o mundo. Foram sentidos no mundo inteiro os efeitos de uma desorganização dos sistemas financeiros, ou seja, daqueles sistemas que operam financiamentos de capitais restringindo-se a negociações de títulos e valores representados por operações monetárias.

Em questão de horas, em alguns casos, minutos, fatos, boatos, cotações, estímulos e informações atravessaram o mundo indo de Nova Iork a São Paulo, de *Frankfurt* a *Moscou*, de *Sydnei*, na Austrália, a *Hong Kong*. O epicentro do «terremoto» foi *Hong Kong*. No mesmo dia da crise, um grupo americano de fundos mútuos que congrega a maioria dos 28 milhões de pequenos investidores retirou 143 milhões de dólares do Brasil, México, Chile e Argentina e colocou 125 milhões de dólares em Hong Kong. A reação do presidente do Banco Central no Brasil foi de perplexidade: «esta bolsona globalizada foge de qualquer racionalidade».[299]

Neste momento Karl Marx foi lembrado e a própria Revista Veja, no Brasil, o citou. A primeira grande crise globalizada do mundo comprova que Marx, apesar de morto e enterrado com a queda do Muro em Berlim, estava certo quando previu a unificação do mercado mundial. Certo também ele estava, segundo o artigo da Revista, ao dizer que nem indivíduos nem governos podem determinar a economia, esta é uma coisa que se move sozinha subjugando classes e países.

Interessante é que a primeira crise mundial dos mercados acontece no momento de euforia econômica: a Europa que esteve anos estagnada nasce para o mercado mundial com visíveis sinais de recuperação de suas economias nacionais; a Inglaterra, após Thatcher, repete o passado glorioso e se mostra estável e próspera; no Brasil, assim como em outros países da América Latina, a inflação que os assolava recuou e esses países vivem momentos em que suas economias se «estabilizam». Dez meses depois, os mercados financeiros continuam instáveis, embora, segundo os analistas, as constantes queda das bolsas de valores no mundo inteiro não tenham tido o efeito "dominó" que caracterizou a queda da Bolsa de *Hong Kong* em 1997.

---

299 Revista **Veja**, ano 30, n. 44, 05/11/97.

Os países asiáticos, centro da crise mundial da economia sem precedentes, transformaram-se em mercados vitrine do terceiro mundo, porque prestigiados pelos ricos; o Brasil e outros países da América Latina; assim como outros Estados Nacionais do Terceiro Mundo devem reorganizar seus Estados com vistas à restruturação de suas economias, segundo especificidades culturais regionais e que se realizarão como «esforços fiscais» a que se submeterá a vontade popular.

Entretanto, algo novo nos chamou a atenção. Durante a crise da queda da Bolsa de *Hong Kong* afloraram, através dos meios de comunicação de massa, manifestações oficiais típicas de momentos eleitorais, que objetivavam reafirmar a legitimidade do exercício de governo, democrático, anteriormente confirmada através de eleições gerais. Estas atividades que visam dar aos partidos ou grupo de partidos, condições de apropriação do poder estatal, voltaram à cena política acentuando os contornos simbólicos do sistema político. Elas pareciam ter o objetivo de cimentar o exercício de governo pela reafirmação do processo de legitimação democrática com fins de adquirir razões de Estado ou validade para reformas sociais e o conseqüente reaparelhamento estatal.

Emergiram da crise discursos mobilizadores de consenso popular que deslocavam todo um processo de formação da vontade soberana para o contexto do mundo sociocultural. Havia nesses discursos conteúdos sociais que se politizavam ao nível global do sistema sociocultural, dando conformação ao poder e ao exercício legal da dominação de classe a um feixe de procedimentos. Os discursos visavam motivar racionalmente as classes com fins de produzir decisões majoritárias e, com isso, reduzia-se o político a técnicas de formação de opinião pública que giram em torno de atividades típicas eleitorais – insumo produto simbólico no qual esses tipos de atividades se põem como condição de exercício de governo.[300]

---

[300] Antônio Kandir, funcionário graduado do Ministério da Fazenda, pôs nos meios de comunicação de massa a síntese de um discurso que proliferou em diversas matizes nos dias que se sucederam à *Crise da Bolsa de Hong Kong* (31/10/97). Compara a crise ao avestruz, um animal que não conhece o perigo e conclama a "brasilidade" – o *sagrado* nacional a encará-la de frente. Seu discurso é claro na finalidade da encomenda, traduz-se em apelos motivacionais que deslocam o processo de formação da soberania popular para a dinâmica cultural das vanguardas formadoras de opinião pública, tais como imprensa especializada, partidos políticos, intelectuais etc. Site Internet, Ministério da Fazenda 05/11/97.

Organizações de vanguardas formadoras da opinião pública puseram-se a divulgar fantásticas mentiras acerca do mundo exterior, que, no entanto, apareciam aos olhos de todos como normalidade. Pioneiras do movimento de renovação da cultura, essas organizações, tendo à frente elites que compunham o estamento-burocrático estatal, aprimoravam-se em discursos e que se constituíam na ante-sala de reformas do Estado, tendo nas eleições gerais passadas a forma da legitimação democrática que permitia o reaparelhamento estatal. Tudo isso nos leva a supor que o impacto dos conflitos sociais perde peso político pela própria reafirmação e consolidação do processo de legitimação democrática que naquele momento estava a ocorrer.[301]

Revigorando contornos simbólicos do sistema político essas organizações produzem um processo de formação de elites ensaiando todo o jogo de competição democrática e, com isso, garantiam seu aval à legitimidade da apropriação estatal abalada pelas disputas internas de um sistema partidário, que, no calor das crise mundial da economia, reascendiam as disputas políticas. O perigo da crise e de suas conseqüências-movimentos que punham na berlinda as razões da legitimidade do Estado passou quando o governo brasileiro tomou medidas econômicas à altura dos interesses corporativos que o sustentavam.

Está posta e configurada ao nível do particular de um Estado, a crise provocada pela queda da Bolsa de Hong Kong e a "saída da crise". Esta chegou ao seu "fim", quando as classes que se assenhoraram do poder estatal puseram em movimento a burocracia. A burocracia, através de regras próprias, acionou de seu interior os mecanismos seletivos, conformando os interesses da sociedade em interesses gerais do capital. O que significa

---

[301] As organizações de vanguarda se dividem em membros comuns (militantes ou idealistas) e simpatizantes. Os primeiros tomam a forma política de associações voluntárias de cidadãos - partidos e suas elites galgam o posto de representantes políticos. Durante a luta do movimento político pelo poder, essas organizações resguardam os membros comuns com uma parede protetora que os separa do exterior normal (...); a engenhosidade desse expediente são as organizações de vanguarda, que não somente isolam seus membros, mas lhes emprestam uma aparência de normalidade externa que amortece o impacto da verdadeira realidade de maneira mais eficaz que a doutrinação. (...) Através dos simpatizantes os movimentos fazem com que suas fantásticas mentiras sejam mais geralmente aceitas, podendo-se divulgar propagandas de formas suaves e respeitáveis.(...) Ainda mais notável (...) os membros do partido mantêm a mesma distância e relação com os simpatizantes - aqueles que dão aparência de normalidade ao movimento pondo-o em contato com o mundo exterior, que as formações de elite do movimento mantêm com os membros comuns. ARENDT, 1990, p. 416.

que os donos do poder têm à sua disposição estratégias político-administrativas estatais e um vasto processo orçamentário legislativo que os protegem.[302]

O estágio aprimorado no qual se encontra a burocracia permite ao Estado operar- através da burocracia e do instrumento de políticas sociais com o qual ela dispõe- o ajustar das vontades políticas à economia de mercados. Este expediente torna possível o exercício de governo de tal modo que o papel das classes sociais as quais estruturam relações de poder é camuflado, não se deixando perceber a presença da doutrina jurídica constituindo a forma da ideologia, colocando as classes como fiel da balança do exercício de governo, o qual se disfarça na sua natureza *classista*.

Decorre daí que o metabolismo inerente ao corpo político do trabalhador e que lhe exige de imediato a satisfação das necessidades passa a ser realizado através de atos de representação ilusória de práticas democráticas de produção de governo, que expressam a vontade soberana. Entretanto, estratégias estatais e discursos, que precedem a crise, vão fortalecer o processo de legitimação democrática, permitindo a resolução da crise através de procedimentos que levam a sociedade ao consenso, garantindo, assim, o favorecer dos interesses capitalistas em geral.

Daí a duração do ciclo de maturação do capital estar na dependência de classe social que, desideologizada, elabora a síntese mediada pelo trabalho social como noção de poder. Deriva daí o papel da educação na (des)organização da cultura, ela torna a classe social imune à ideologia, na forma de relações hierarquizadas de poder (conteúdo da ideologia), produzindo a autoconcepção da economia que suprime a necessidade da auto-

---

[302] Tratam-se os mecanismos seletivos de estratégias estatais político-administrativas que visam reduzir preventivamente os conflitos. Estes buscam reduzir a probabilidade da emergência de conflitos e, ao mesmo tempo, o impacto das manifestações políticas de protesto, fazendo um tratamento das matérias sociais tanto no sentido de "descarregar" o aparelho estatal de expectativas, como no de transferir responsabilidades que diminuem a capacidade do Estado de reagir às necessidades funcionais da economia e que podem gerar conflitos. Neste caso, tem-se uma dominação estatal de classe na qual a burocracia funciona através de *regras de inclusão* na forma de satisfação de objetos desejados - cuja ideologia põe - no significado da lei, o significado de idéia de necessidade satisfeito pela idéia de administração racional da economia, esta geradora de recompensas na forma de "justiça material", que, contudo, disfarçadamente, é outorgada aos proprietários do capital. Neste sentido, nossa tese tem uma explicação contrária a de OFFE, que explica a absorção de conflitos através de *regras de exclusão*. OFFE, 1984, p. 153.

reflexão crítica da ciência. No Brasil, as classes sociais elaboram a partir do terreno do trabalho as idéias que estruturam o Estado.

Nesse caso, tem-se o ato de representação política, colocando a noção de poder elaborado pela classe, em função de poder. Daí a caracterização da dominação social, como dominação carismática funcional. No Brasil o capitalismo realiza-se pela capacidade lógica de estruturação contida nos planos mentais das elites. Realiza-se na história como "evento único".[303]

Na verdade, esse é o caso do Brasil. Todos discursos que orientam ações racionais que se efetivam em estruturas sociais através de proposições constitucionais traduzem posturas políticas manifestadas como incongruência entre a idéia da técnica como solução dos problemas práticos políticos e os efeitos sociais derivados de tais discursos; logo, os discursos postos na forma de estratégias políticas não visam simplesmente ao acesso à garantia da permanência no poder pela viabilização da estabilidade da economia. Eles visam, sobretudo, tornar possível um exercício aparente de produção democrática de governo (a ilusão democrática).

A representação política expressa a vontade geral, através de conjunto de atos técnicos jurídicos, produzindo as regras com as quais a burocracia opera os mecanismos seletivos conformando-os ao elemento subjetivo do agir econômico – insumo-produto substantivo. Este agir aparece como subsídios, compensações de perdas, deduções de taxas, contratos multibilionários etc, transformando o "capitalista ativo" em um mercador ou gerador de rendas. Produz-se, deste modo, a dominação estatal de classes pelo lucro disfarçado, publicamente, na forma de mera recompensa ao proprietário do capital, seja financeiro ou comercial e industrial.

---

[303] O tema do capitalismo como "evento único" tem em Anderson um trabalho bem reconhecido. Este autor tenta explicar certo processo (a emergência do capitalismo na Europa) e não apenas de contar uma história, mesmo se aquele processo é visto como correspondendo a uma experiência ou "evento único" -- e essa tentativa é feita através do recurso à idéia de que um elemento de *necessidade* se afirma no processo hisórico. Anderson diz explicitamente não apenas que a concatenação do universo clássico e do feudalismo foi *necessária* para produzir o capitalismo na Europa, mas também que ela foi necessária para produzir tal passagem no que teve de único. A indagação que surge, naturalmente, é: qual é o significado de idéia de necessidade – particularmente se aplicada para dar conta de uma experiência singular ou única. ANDERSON apud REIS, 1982, p. 177.

Neste sentido, se tem a partir da sociedade ou das práticas econômicas nela contidas, uma conexão necessária com a representação das práticas de produção de governo. Emerge daí o papel da representação política, a qual coloca em conexão *funcional* estrutura-classe e sistema de direito. O que significa, em última instância, que as leis da economia se põem como dever a que todos se obrigam no curso do movimento da história.

Fica, assim, explicitado o fato de que as classes elaboram as idéias que estruturam o Estado. Em outras palavras, a representação política, que expressa a vontade geral e que legitima a democracia, é o ponto de partida pelo qual é acionado o instrumentário de políticas sociais ditadas pela burocracia segundo os interesses gerais do capitalismo e, com isso, aumenta-se a renda do proprietário do capital produzindo-se, então, o aumento da taxa geral dos lucros no País. Assim o lucro realiza-se às expensas de investimentos estrangeiros através do "jogo mundial" de balanças comerciais.

Acreditamos que a classe capitalista brasileira pode ser compreendida no seu domínio total pela explicação histórica dada pela economia, desde que os elementos subjetivos que orientam as atividades sociais se ponham interpretados através do modelo hegeliano de análise associado ao modelo da dialética de Kant. O que nos fornece a filosofia das formas simbólicas, ou seja, a filosofia na qual a classe é compreendida pelo começo da história e na qual o processo é o progresso e o produto deste é por vezes chamado cultura, outras vezes, liberdade.[304]

A classe social pode ser compreendida pelo conceito de domínio totalizador, o qual é validado na sua forma universal através de culturas próprias de diversas regiões, mas dependente de como os indivíduos, nos diversos países e no contexto de circunstâncias históricas e culturais, se estruturam em classes construindo e reconstruindo as instituições nas quais estão contidas as práticas cotidianas racionais, as quais se conformam a vocação que é imposta pelo trabalho. O que nos leva a pensar, em acordo com Weber, a natureza

[304] Para KANT, a história é parte da natureza; o objeto da história é a espécie humana entendida como parte da criação, como seu fim último e, por assim dizer, sua coroação. O que importa na história, cujo caráter fortuito e cuja contingência melancólica KANT jamais esquecera, não são as histórias (stories) ou os indivíduos históricos, nada que os homens tenham feito de bom ou de mal, mas a astúcia da natureza que engendra o progresso da espécie e o desenvolvimento de todas as suas potencialidades na sucessão das gerações. ARENDT, 1983a, p.15.

da contradição – posta como relações causais internas, próprias de indivíduos que interagem em comunicação – que movimenta a sociedade capitalista brasileira na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.[305]

Esclarece-se, desta maneira, o domínio do Estado. Esse se faz através de conteúdos de legitimação elaborados pela classe, os quais validam os processos sociais, sendo estes traduzidos, politicamente, em idéias de administração racional da economia, expressando-se como processo de legitimação democrática, dando caracterização à forma de governo realizada pela tradição. Daí é possível compreender o Estado como instância jurídica de contrato ou como instituição que força o respeito à ordem pela sanção da lei e que tem nela contida o caráter dissimulado de dominação, dada pôr um *a priori* tecnológico que conforma a lei à idéia da técnica, ajustando-a aos interesses de mercados.[306]

O que nos leva supor que a mais valia, em decorrência do baixo valor do trabalho que daí decorre, já que não existe aumento dos lucros sem que haja uma diminuição dos salários, se realiza pela expropriação hermenêutica da tradição; logo, como expropriação de um saber técnico acumulado nas técnicas contidas nos afazeres rotineiros do cotidiano e adquiridos pela classe de modo pragmático. Dessa forma, no decorrer da história o valor-trabalho toma a forma de valor tecnológico incorporado às mercadorias, como valor posto pela tradição sendo compreendido pelo confronto primário entre homem e natureza; derivado, portanto, do conhecimento que o homem dispõe para trabalhar a natureza. Está posta a contradição do capitalismo brasileiro, dela engendra-se a forma de exploração do trabalho pelo capital.[307]

---

[305] En conséquence, le principe de ces attitudes differéntes ne doit pas être recherché uniquement dans des circonstances extérieures temporaires, historico-politiques, mais dans le caractère intrinsèque et permanent des croyances religieuses. WEBER, 1964, p. 35.

[306] La vie bonne celle de citoyen, selon Aristote – n'était donc pas seulement meilleure, elle était d'une qualité absolument différente. Elle était bonne, dans la mésure où, maîtrissant les besoins élémentaires, liberé du travail et de l'ouevre, dominant l' instincte de la conservation propre à toute creature vivante, elle cessait d'être soumise aux processus biologiques. (...) cela au risque gros des conséquences, d'abandonner le comerce et l'industrie aux esclaves et aux étrangers, de sorte qu'Athènes devint, en effet, la *pensionopolis* à [prolétariat de consommateurs], que Max WEBER a bien décrite. ARENDT, 1983, p. 7.

[307] La somme de savoir technique accumulé ne se limite plus aux techniques des métiers traditionnels acquises d'une façon pragmatique, elle a pris la forme d'informations scientifiques susceptibles de mise en valeur technologique. Par ailleurs , les traditions guidant les comportements ont cessé de déterminer de façon naive la compréhension que nos sociétés modernes se font d'elles mêmes. HABERMAS, 1968, p. 80.

É recorrente a representação democrática das práticas de governo ser explicada (*erklären*) pelo conceito normativo de espaço público que hispostasia a vontade geral, tendo nele contido o significado da idéia de necessidade dado por um sentimento subjetivo de necessidade, com o qual se constrói conteúdos de legitimação que levam o Estado a obter razões de validade para si. Isso torna as classes fiéis depositárias da legitimação democrática, por manterem conteúdos de legitimação que são fundamentais para decisões de caráter político administrativo.

Daí ser interessante verificar se a estrutura estatal tem algo que se possa chamar de natureza do Estado, que, como essência móvel, o caracterizaria no movimento da realidade efetivando-se pela dialética da representação e formação da vontade soberana, o qual manifesta como processo de legitimação democrática através de um conceito normativo de espaço público que hipostasia a vontade geral. O que nos exige, no confronto com outras orientações no campo das ciências sociais, (re)interpretar o conceito de infra-estrutura e superestrutura de Marx e o modo de produção de mais valia no contexto do capitalismo brasileiro.

Tudo isso, nos revela que, no Brasil, ações político administrativas intervencionistas têm inspiração no princípio básico que inspirou o modelo analítico de Smith em *A riqueza das nações* (1776), pois a inspiração dessas ações não difere do modelo configurado por uma distribuição geométrico espacial das rendas contida na noção de ganho e que ocorre sob condições de competição perfeita no âmbito de competências individuais. Não difere substancialmente do modelo básico de análise de Smith; logo, a economia, hoje, no Brasil se realiza pela mão invisível do Estado que a opera não pelo confronto entre capitalistas e operários, mas pelo confronto entre classes estéreis, de tal modo que essas classes, em detrimento da classe trabalhadora, buscam paridade de lucros ou ganhos de produtividade, os quais realizam pelo capital especulativo.

No Brasil, a tradição confirma – basta ver o conteúdo das políticas exportadoras do século passado (época do surto do café) – a moeda, símbolo de valor, que deveria expressar-se como meio de pagamento, dinheiro de circulação, funciona como dinheiro de crédito, metamorfoseado na forma pagamento de dívida externa e custos do serviço dessa dívida (juros e amortizações); logo, o dinheiro circulante que move

a produção econômica realiza-se, no País, como alucinação imaginada por um ideário burguês, ou seja, como estratégia política de caráter constitucional, visando obter o dinheiro barato cedido pelo sistema financeiro internacional na forma de investimentos de capital estrangeiro e condição de crescimento econômico.

Tanto no passado quanto no presente – é esclarecedor o fato de que o atual governo tem abusado do número de medidas provisórias "reguladoras" das influências que atuam sobre a economia – a violência empírica (que tem como resultado conflitos políticos que têm na economia sua origem), quando correlacionada à evidência empírico-jurídica, produz, na história, o instrumento político que sempre orientou atividades econômicas no País, no qual relações sociais derivadas da economia são postas como universais; pertencentes, portanto, ao direito, à ética e à religião.

O governo sempre teve o controle social total dos governados – daí a presença da alucinação imaginada da realidade, posta como ideário burguês, devido à relação de exploração se realizar na história através da juridificação das relações sociais, postas, pelo parlamentarismo, na forma de inovações institucionais que, como alavanca, movimenta a economia.

4.2 Papel do parlamentarismo na formação do Estado-nação

A política mercantilista de Portugal e depois as políticas implementadas no período colonial e ainda, pela força da tradição, as políticas econômicas pós-Independência – em todas elas contidas a cultura própria da região que mediou os mercados – fixaram bases para a formação socioeconômica, que ocorreu como construção do Estado-nação.

Daí, o vetor de superação das classes sociais apontar a direção – o sentido das ações produtivas no quadro do desenvolvimento histórico geral), diferente daquela pensada por Marx para o capitalismo na Europa. As classes sociais nativas quando a sociedade atinge a fase de indústria vão se constituir pela idéia de democracia liberal, que, contudo, disfarçava-se na ilusão religiosa – ou nos elementos religiosos contidos na tradição – e vai aparecer na forma de governo parlamentar de gabinete, garantindo,

mesmo e apesar do estágio maior de desenvolvimento das forças produtivas, o *status quo*; garantindo, assim, também privilégios da oligarquia.

No Brasil as instituições se congelam em instituições, fenômeno caracterizado pelas inovações institucionais que manifestam a forma empírica dos conflitos sociais e que, na modernização traduziu-se em idéias novas constituindo o ideário liberal, mas posto na forma de governo autoritário. Na verdade, as instituições criadas quando da passagem da sociedade tradicional à sociedade capitalista liberal retratam a presença da ética da aventura que se desenvolve à ética parlamentar, induzindo movimentos nacionalistas a adotarem como seus a concepção burguesa imaginária de sociedade capitalista liberal, idealizada pelas elites.

É recorrente a presença de instituições antigas com aparência de novas, marcadas no tecido social pela imagem que as classes tem de si mesmas projetada na sociedade e que se representa no Estado como fenômeno do parlamentarismo que, na figura do parlamento, vai representar, por sua vez, o corpo político de interesses das classes rurais emancipadas que tomam a nação em suas mãos; logo, tem-se a classe social realizando um movimento de contradição que produz a ilusão religiosa na forma de ilusão democrática.

Isso nos leva a demonstrar a presença do fenômeno do parlamentarismo, quando da formação do Estado-nação, genuíno, brasileiro, produzindo antecipadamente – antes mesmo que qualquer linguagem, porque no espaço de interação ou comunicação entre indivíduos – relações de dominação, nas quais se oculta um fundo de natureza econômica que aparece sendo justificado na forma política.

No Brasil após 1822, uma forma de governo parlamentar de gabinete – representada, á época pelo Conselho de Estado ou gabinete de Ministros – e na pessoa institucionalizada de agentes fiscais do Rei – "age", embora a serviço do Rei e da sua empresa, para além dela ou seja, colocam a empresa a serviço do sistema financeiro internacional e de seu prolongamento – os bancos, pois, neste estágio de evolução da economia, já se encontra estruturado o sistema bancário complexo.

Daí o Estado Nação brasileiro – aquele se formou após a Independência de Portugal, adentrar ao moderno realizando a produção econômica através da dominação carismática funcional. O Brasil segue o molde da matriz portuguesa e o aperfeiçoa.

Diferente dos idos dos anos de 1383, período em que se consolida o Estado Nação português, no seu sentido moderno, em 1822 o golpe com que o déspota brande sua espada sobre a cabeça dos nobres obrigando-os a colher migalhas ou sobras da empresa real (alusão à formação do Estado Nação português), tem na figura do líder carismático e no modo de representação – ou no que se chama de parlamentarismo sem povo – o motor que movimenta a economia. Nele esconde-se a contradição posta pela lógica que ajusta vontades políticas ao processo de valorização do capital. [308]

O que nos leva a hipótese de que em outros momentos históricos, quando da passagem de estágio de evolução social inferior a ulterior, esteve presente, também a matriz histórica – ou lugar no qual se funda, pela tradição, a esfera pública brasileira. Nele a indústria se espelha.

Cremos que a política dos governadores, em sua primeira aparição, produzindo o sucessor de Campos Sales (1898-1902), ilustra como o parlamentarismo, já na sua forma desenvolvida, produz a passagem do trabalho simples ao trabalho abstrato e seu aparecer em seu movimento concreto em forma imaginária, gerando a acumulação (investimentos de capital) através do Estado, que se coloca como indutor e regulador dos processos do trabalho. Entretanto, essa primeira aparição tem o sistema partidário como ponto de partida para a explicação do fetiche de mercadoria, que vai aparecer, posta pelo parlamentarismo, em formas abstratas jurídicas.[309]

É recorrente a economia se movimentar através do parlamentarismo – nele contido programáticas político partidárias que buscam justificar pela política um empreendimento econômico, privilegiando a fazenda em detrimento da indústria. O que leva a compreender os conflitos sociais através de inovações institucionais, de modo tal

---

[308] Sobre a formação do Estado português, FAORO, 1991, vol. 1, p. 33-68.

[309] No segundo ano de seu mandato, tempos depois do presidente Campos Sales ter se reunido com a bancada federal paulista em apoio a política dos governadores, um decreto federal suprime subvenções à imigração (15/10/1900). História do Brasil, 500 anos, Revista **Isto É**, 1999, p. 116.

que a violência é expressada como evidência empírico-jurídica – encobrindo o que se oculta, a contradição entre normativo constitucionais reguladores dos processos do trabalho e a economia capitalista, posta em movimento pelo desenvolvimento das forças produtivas ou em tendência de crescimento.

No caso em pauta, têm-se os conflitos de classes se expressando na forma de confronto entre governo central e províncias. Esses conflitos têm origem na economia, mas se resolvem na sua unidade através de alianças político partidárias que expressam, na verdade, a aliança entre classe burguesa e oligarquia. O que leva ao acirramento das contradições, que aparecem na forma de movimentos políticos "marginais".[310]

Está posto pois, o sistema partidário como ponto de origem da estrutura e da dinâmica da sociedade brasileira, ou seja, os partidos políticos que constróem, através do parlamento, a sociedade capitalista liberal em função do imaginário social alimentada pela classe, que se representa no Estado pela imagem de si mesma projetada na sociedade.

Está posta também a gênese do capitalismo brasileiro, ou seja, a ética parlamentar que se desenvolve a partir da ética da aventura plantada pela tradição, tendo seu ponto de origem no sistema partidário. Dele flui o fenômeno do parlamentarismo que esconde a contradição da sociedade brasileira posta, via representação política, pela lógica que ajusta vontades políticas ao processo de valorização do capital.

Este é o caso Brasil, o contrato social com o sinete do parlamento, determinado pelo parlamentarismo, vai conduzir a evolução da economia e esta tem sua legitimidade se realizando na dialética da representação política e formação da vontade soberana. Na verdade tem-se a evolução da economia realizando-se através de afinidades eletivas entre crença e ética parlamentar, produzindo o estado de direito democrático na forma de ilusão religiosa.

Daí se ter o líder político e seu carisma, apreendido no modo como os partidos políticos se colocam ao lado dos reais donos do poder, ou seja, dos grupos

---

[310] Cinco dias após o decreto que suprime subvenções à imigração, começa a circular em São Paulo o jornal Avantil, em italiano. Ibid., p. 116.

corporativos que configuram o governo e sua articulação, através do parlamento, com o sistema financeiro internacional. Nesse caso, tem-se a acumulação (investimentos de capital), realizando-se pela tríade governo/sistema financeiro e sistema partidário, produzindo aquela evolução através das leis da natureza, entendidas como leis da economia produzindo a história.

Isto nos leva ao conceito de Estado capitalista brasileiro que representa a idéia geral dos interesses da sociedade através de um caminho de construção do Estado, no qual a ação produtiva vai do simples, do terreno concreto do trabalho ao complexo das relações sociais daí derivadas, o Estado, mas de modo tal que relações socialmente determinadas como dominantes se realizam pela expropriação hermenêutica da tradição.

Durante o governo Campos Sales, seu sucessor é escolhido segundo um plano audacioso, cauteloso e calado. Nele se colocam as decisões de Minas Gerais e na seqüência dos fatos políticos costuram-se elementos que amainam, através da política, a grave crise econômica da superprodução cafeeira.[311]

A hegemonia econômica de São Paulo só poderia prosperar daí por diante se colada as intenções políticas de Minas, o maior colégio eleitoral. O presidente Sales, apoiado pelo governador de São Paulo, busca em Minas o sócio para a direção suprema – Minas que já está comprometida com a oposição comandada pelo vice Rosa e Silva (Pernambuco) – e busca adesão de Pinheiro Machado (líder e senador pelo Rio Grande do Sul). Pinheiro Machado sabe o terreno que pisa, e, por isto, não se comprometerá com oposição, embora o Presidente não recebera sufrágios do Rio Grande do Sul tem a bancada apoiando a política financeira.[312]

Nesta jornada não entram os quartéis e nem a consulta aos parlamentares. O controle do Presidente da República tem agora outra fonte, menos precária, menos submissa. Os interesses que envolvem todos os líderes na necessidade, de todos eles, ter

---

[311] Campos Sales, tendo Rodrigues Alves, Bernardino de Campos e Murtinho na Fazenda comandam a reação: cortam fundo os gastos públicos, enxugam o meio circulante, reduzem impostos de importação, desprotegendo a indústria nativa. Com isso, se recupera a imagem do País junto aos banqueiros internacionais, que consideram "indispensável condenar" as emissões do encilhamento como muito danosas para o crédito no Brasil (Rothchild, 1891). Ibid., p. 92.

[312] FAORO, 1991, vol. 2, p. 585.

em suas mãos a nação. Em suma, interesses que envolvem o latifúndio e que só poderá prosperar com política econômica que não contrarie credores estrangeiros e a grande lavoura exportadora. Fica a indústria nascente lançada à sua própria sorte.[313]

É interessante notar que todo o jogo de estratégias eleitorais visa redirecionar a política econômica do encilhamento criada por Rui Barbosa, quando Ministro da Economia de Marechal Deodoro (17/01/1890). Durante aquele governo é implementada uma política econômica avessa ao livre cambismo, visando levar a República a repousar na democracia do trabalho industrial.

Neste sentido, as estratégias que levaram à sucessão de Campos Sales e a posse de Rodrigues Alves (15/11/1902) têm, para a economia dupla conseqüência: redireciona a política econômica aos interesses do Café ou aos da fazenda – ou aos interesses da grande lavoura exportadora, favorecendo credores estrangeiros e, coloca o latifúndio como obstáculo à industrialização. Com Rodrigues Alves na presidência (1902-1904), iniciam-se doze anos de Presidentes do Partido Republicano Paulista

O Brasil tem, pois, uma via singular do capitalismo brasileiro. O que nos leva à crítica dos acontecimentos históricos quanto à aplicação da realidade social a conceitos sobre o comportamento humano, visando identificar no período na modernização do País a presença da dominação carismática funcional (utilizaremos aqui a historiografia como recurso antropomórfico). Nossa intenção é demonstrar que, no caso Brasil, na passagem de estágios de evolução social de nível inferior à superior, a classe social produz a imagem de si mesma projetada na sociedade. A imagem da classe se reflete no Estado como imaginário social. Em suma tem-se a classe social, via representação política ou representação de seus interesses, provocando a alucinação imaginada da realidade.

Buscaremos, na semelhança da colonização portuguesa com a colonização da África do Sul a compreensão da acumulação primitiva, caracterizando o desemprego no País que se realiza como expropriação hermenêutica da tradição. Daí inferirmos ser esse fenômeno determinado pelo parlamentarismo – já na forma desenvolvida, e, por isto, se colocando no processo de juridificação das relações sociais como a essência móvel - ou

[313] Id. ibid.

causa que se oculta no passado e que revela o presente. Inferimos também ser as inovações institucionais o fator, que, como alavanca, desenvolve a economia desde o nascedouro da formação do Estado Nação genuinamente brasileiro (pós independência de Portugal).

É recorrente compreendermos a singularidade do capitalismo brasileiro na sua gênese, ou seja, no seu ponto de partida do momento da Revolução Portuguesa (1383-85), que explica o modo específico de produção capitalista pelo surgimento do parlamentarismo na sua forma rudimentar – lá, nos tempos da dinastia dos *Avis* ou da formação da matriz histórica ou do lugar no qual se fundou pela tradição a esfera pública no Brasil – e que se desenvolveu em uma forma mais completa.

Daí tomarmos o molde da formação histórica do Estado nação português como matriz histórica ou gene do capitalismo brasileiro, explicando o parlamentarismo como causa estrutural do desemprego no País, devido ao papel autônomo do fator monetário que gera crises periódicas, as quais residem ao mesmo tempo na concorrência capitalista – no caráter irregular de investimentos – e no atraso que a "procura solvável" das massas deve tomar sobre a capacidade de produção global da sociedade.[314]

Contudo, no caso Brasil, essa procura é ilusória – o subconsumo das massas é o contínuo na história – isto devido a que no desenvolvimento histórico geral as massas não participaram como cidadãs, e, desse modo, não usufruíram da riqueza social gerada pelos mercados econômicos.[315]

A intenção é a de demonstrar que a acumulação e a produção da mais valia que daí decorre tem nas províncias, precisamente, nos currais eleitorais, o fundamento que explica a relação de exploração, que, no Brasil, ocorre na forma de aliança temporária

---

[314] MANDEL, 1980, p. 81.

[315] On peut voir, par exemple, dans l'appendice de mon dernier rapport, un cas mentionné par le Docteur Ord, à propos de la fièvre qui avait ravagé Wig dans le Buckinghamshir . Un jeune homme y arriva de Wingrave avec la fièvre. Les premiers jours de sa maladie il couche dans une même chambre avec neuf autres individus. (...) A propos de sa visite a Wing pendant l'épidemie, me cita de faits pareils: "Une jeune femme maladie de la fièvre couchait de la nuit dans le même chambre que son père, sa mère, son enfant illegitime, deux jeunes hommes, ses frères, et ses deux soeurs chacune avec un bâtard, en tout dix personnes. Quelques semaines aupavarant, treize enfants couchaient dans ce même local." MARX, 1985, p. 142.

entre elite e a ralé. Eis aí o conteúdo da exploração se colocando como acumulação primitiva. Daí não se ter na industrialização qualquer intenção das elites, mesmo que, em nome do capital, implementarem políticas públicas, que visem a reprodução da força do trabalho.

Tudo isso nos leva a caracterizar o fenômeno do parlamentarismo no processo de modernização do País (século XX) como dominação carismática funcional, e, por decorrência, a presença do corpo político de representação das classes rurais não emancipadas, que, teve nesse processo papel relevante. O que nos instiga a apreender no processo de modernização do País a presença da matriz histórica em moldes da matriz plantada e germinada como herança da colonização portuguesa.

No caso Brasil um modelo sistêmico do Estado totalizador posto pela matriz histórica gerada em Portugal, configura o regime que se tornou possível. Ele vai por cima das pessoas construir o mundo fictício, o imaginário de sociedade capitalista liberal, que aparece nas práticas de governo como democrática. Na verdade, retratando as classes sociais que são frutos de um processo de racionalização de condutas de vida econômica, estruturando as idéias que conformam o Estado ao sagrado. Entretanto, o sagrado, deve ser considerado como algo do qual indivíduos dependem e que podem, por isso, auferir vantagens.

Isso nos leva a evidenciar na modernização a presença da ética da aventura, que se desenvolve em ações lógico-racionais do trabalho na forma de resíduos. Isto devido a que indivíduos em comunicação interagem, visando construir o mundo público para nele habitar e sobreviver. Está aí, posta, a ética que perpassou a expansão das relações capitalistas no Brasil.

Essa ética devido a singularidade do capitalismo brasileiro se desenvolve em ética parlamentar – resultante de resíduos que a leva a se modificar na correlação crença e ética profissional – e é posta como ato de representação política, definindo práticas de governo na forma de governo parlamentar de gabinete. É neste sentido que o País é conduzido à a etapas ulteriores de evolução social, tendo no sistema partidário o ponto de partida determinante do parlamentarismo que faz evoluir a economia.

É recorrente a economia se subordinar à política (caso Brasil) e ser alavancada através de movimentos totalitários e do fruto que deles deriva: o carisma das elites; logo, tem-se os líderes políticos movimentando massas, buscando alçar o País à etapa de evolução social ulterior, através da representação política que se coloca como elemento que traduz, no ato da legislatura, o fetiche da mercadoria, evoluindo a economia.

A ética da aventura vai expressar a história da evolução da economia. Ela aparece com clareza em 1868 (Manifesto da República) colocando-se na ante-sala da "indústria" que busca se desenvolver atarraxada à Fazenda. Naquele período, Caxias prestigiado pelo Rei (Dom Pedro II) leva ao governo os conservadores puritanos (Itaboraí) – em que liberais e conservadores haviam realizado pacto político, que, até, então, resultara em 5 Gabinetes – muito embora estes fossem a minoria na Assembléia, dissolvida pelo Imperador. Ela volta a se manifestar na história nos primórdios da modernização do País. No golpe de 1937, Vargas, eleito presidente da Constituinte – 175 votos contra 59 para Borges Medeiros em 17/07/34 – aprova a ruptura constitucional, após encontro secreto entre Francisco Campos (Ministro da Educação e da Justiça) e Plínio Salgado, a pretexto do estado de guerra.[316]

Em Vargas temos a indústria que busca crescer e se "libertar das fazendas". Neste governo a indústria compõe a política pragmática em constante negociação, ao sabor do jogo de pressões e contrapressões. Mas, mesmo ao sabor deste jogo, contém no seu bojo o papel relevante da representação política. A inserção do País à Divisão Internacional do Trabalho que emerge nas décadas iniciais do século XX, é fator preponderante que leva o parlamentarismo – que determina o parlamento que dá ao poder do capital o caráter de força legal (caso Brasil) – ao aprimorar dominação carismática funcional. Ela se coloca em conexão necessária como o capital estrangeiro, configurando a evolução da economia que vai se desenvolver na correlação estreita entre

[316] Vargas instaura o Estado Novo em 10/11/37, outorgando a Constituição de Francisco Campos (a Polaca), que se inspira na Carta Polonesa de 23/04/35. Confere poderes discricionários ao presidente, cria um Conselho de Economia Nacional, nomeado por este, de tipo corporativo, esvazia o Legislativo, o Judiciário e os Estados. Limita o voto direto às Câmaras Municipais. Prevê, para legitimar-se um plebiscito, nunca realizado. A rigor, toda a Carta de 37 é descumprida, a pretexto do estado de guerra. Vargas governa por decreto e sem limitações até 45. História do Brasil 500 anos, Revista **Isto É**, 1999, p. 132.

movimentos totalitários e a tríade: sistema financeiro internacional, governo e sistema partidário.[317]

No período de Vargas (como por exemplo o movimento do *Petróleo é Nosso*), movimentos nacionalistas dão ao governo ditatorial o caráter de legítimo. Emergem daí vanguardas (políticas, culturais e artísticas e outras), que articulam aqueles movimentos à forma de governo que lhes corresponde. No outro lado que corresponde aos movimentos totalitários gerados na sociedade, os líderes políticos ao se constituírem em corpo político de representação das classes camponesas, provêm, via parlamento e atos de legislação, as conquistas sociais *outubristas*. Assim as classes médias urbanas se dão por satisfeitas,

calado fica o movimento tenentista; reascendem-se outros movimentos nacionalistas totalitários, que legitimam e garantem a permanência do poder de execeção. O que abre perspectivas econômicas para se dar os primeiros passos rumo à modernização do País. O governo, contudo, tem continuidade da modernização, porque legitimado pelo povo (no primeiro plano), garantido Exército (no segundo plano). O que permite ao governo a permanência no poder sendo dada pela polícia secreta e pelo povo amalgamado aos movimentos totalitários (pano de fundo). Todos esses fatores ajustam – ao nível do público e do privado ou da ideologia que permite o terror penetrar no privativo do lar – ausência de direitos e perda de individualidades jurídicas à violência empírico-jurídica (a "cidadania" aumenta seu espaço, mesmo quando violada no interior da vida doméstica).

Na verdade, esses fatores ajustam, por conveniência de líderes políticos e interesses dos representados – via parlamento e elaboração de formas jurídicas abstratas – pretensão ideológica de domínio e valorização do capital. Esses são os ingredientes,

---

[317] Em novembro/1930, Vargas (como chefe de governo provisório [03/11]) recusa o protecionismo e as indústrias artificiais (termo caro aos agraristas). Acata o relatório (julho 31) da Missão Niemeyer enviada pelo Banco da Inglaterra – nele, o receituário ortodoxo (Banco Central independente), com favorecimento do capital estrangeiro - não aplicado devido ao colapso financeiro internacional. Assume o industrialismo com o passar dos anos, sob o impulso de fatores diversos e, às vezes, fortuitos; adota medida de proteção e fomento da produção nacional, créditos, barreiras alfandegárias, subsídios, alegando apenas a necessidade de cobrir o rombo que a crise do café, abriu na balança de pagamentos. Pelo mesmo motivo, suspende parcialmente (1931) o pagamento da dívida externa. Ibid., p. 124.

capturados no cadinho da cultura, que provocam a alucinação imaginada da realidade, ou seja, a ilusão democrática.[318]

Mais uma vez a ética da aventura volta a se manifestar, quando o País consolida a modernização período do autoritarismo-burocrático [1964-84]. Manifesta-se justamente quando o crescimento econômico e a modernização se completava; não havendo, portanto, nenhuma "razão" objetiva que justificasse a intervenção dos militares. Na verdade, somente após 10 anos de regime autoritário, é que os militares buscam a razão objetiva para a condução da economia, mas esta deriva dos próprios problemas engendrados no estilo de desenvolvimento econômico que prevaleceu.[319]

A partir da Ditadura de Vargas (1937-45), marco histórico do totalitarismo brasileiro – a forma de governo segue a trilha da tradição e mostra de maneira clara que do crescimento das forças produtivas, deriva o aumento da força da tradição, pois aquela forma de governo se pusera num matiz destotalizador, de modo tal que o aparecer social do fenômeno Estado se produziu na distinção radical, ou seja, de modo tal aprofundara a separação radical entre forma de Estado ou de direito democrático, e forma de governo ou administração racional da economia, na qual as leis da economia se colocam como leis da natureza ou da história. Essa forma de governo, tradicional, é caracterizada pelo vício do exercício de soberania.

No Brasil a relação de exploração realiza-se como expropriação hermenêutica da tradição e de modo tal que a classe tem o vetor – ou unidade-força que lhe dá a direção da sua superação – que aparece "como quê invertido no tempo". O caminho de apontado por Marx no seu método para a superação das classes sociais, no caso Brasil, não lhe deu a

---

[318] Muitos espíritos, curvados à evidência dos fatos, já reconhecem a necessidade de profunda renovação social, visto que o processo da Revolução de 1930 pouco a pouco ultrapassa o terreno do meramente político. Todos sentem que é realmente indispensável condensar no futuro o estatuto nacional dos direitos legítimos das classe médias. Poucos, somente, ainda, ousam afirmar que a Constituição de 1891, zeladora exclusivista das pretensões latifundiárias, é o código intangível da nacionalidade. E a maioria aclamará, sem dúvida, dentro de breves meses, as conquistas sociais outubristas, reconhecendo-as como primeiros passos no sentido da remodelação social, acompanhando o ritmo da evolução universal. ROSA, 1976, p. 117.

[319] Em 1964, o regime não demonstrou nenhum talento especial para aprofundar a industrialização. Ao contrário, poder-se-ia até dizer, forçando um pouco os termos, que: (...) a consciência, bem como a necessidade objetiva e as tentativas de aprofundar a industrialização apareceram não no começo do regime, mas dez anos depois, como resultado dos próprios problemas e contradições engendrados a partir do estilo de desenvolvimento que tendeu a prevalecer. COLLIER, 1982, p. 116.

direção política contida na sua metodologia, devido ao fato de que o fenômeno Estado aparece produzindo, no tempo, a dominação, mas em formas diferentes de legitimação.

Na modernização o Estado realiza-se através da dominação carismática funcional, dominação mista, ou seja, é carismática e funcional, porque o parlamento produz a conexão necessária entre classe e seus interesses, postos como representação de interesses coletivos nas práticas de governos e é patrimonial, aparecendo como ideal porque produz o cidadão moderno como abstrato – ou através do Estado, que, assentado no patriarcalismo, relembra a antiga organização democrática de Atenas (a *oikos*).

No dizer contrário de Engels, no Brasil, deu-se a passagem do campo à cidade e, com isto, a supremacia do comércio, mas a classe média burguesa em ascensão era o seu elemento conservador e, veio fazer da religião contra a ciência o instrumento de articulação entre burguesia e oligarquia. A conseqüência é a classe burguesa, que emerge do avanço das forças produtivas, se constituir através do sistema de representação dos interesses da oligarquia e esta classe se constituir através de intelectuais da classe burguesa que se colocam como carro-chefe do estamento burocrático.[320]

Em quase todos os momentos de crises da economia, o governo busca "saída" na solução de problemas de balança de pagamentos, reformulando diretrizes de políticas econômicas, através de estratégias administrativas e legislativas, que visam recompor o forte aparelho estatal. O que implica a presença de afinidades eletivas entre crenças e ética parlamentar, constituindo o conjunto de conteúdos de legitimação, que leva a representação política a colocar em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito.

No caso, em pauta, ou seja, na modernização do País, é sensato supor a presença da ética da aventura se desenvolvendo à ética parlamentar, produzindo a contra partida da obediência em modos e estilos de vida da oligarquia; logo, o contrato social – se

[320] É certo que a Reforma Luterana conduziu a uma nova religião, aquela justamente que a monarquia absoluta precisava. Mal abraçaram o luteranismo, viraram camponeses da Alemanha, rebaixados das condições de homens livres à condição de servos da gleba. Mas, onde Lutero falhou, triunfou Calvino. Cremos que no Brasil pode-se afirmar o contrário. Buscamos, aqui, analogia com os estudos de WEBER, quando este diz que, onde Calvino falhou, triunfou Lutero (cuja doutrina é mais próxima ao catolicismo do que o calvinismo). ENGELS, 1981, p. 16.

encontra embutida a conexão profunda entre Estado e sociedade – produz através do Estado, como instância jurídica, o valor da mercadoria e que é posta em forma abstratas jurídicas.[321]

Nasce da representação política a principal via propiciadora de saídas para as crises econômicas, que levam ao fortalecimento do papel de intervenção do Estado na economia e, com isso, ao aumento dos lucros das classes comercial e industrial; logo, diminuindo-se salários da classe trabalhadora, devido a benefícios públicos que se colocam como custo social das intervenções socioestatais e da garantia de privilégios das elites.

Tudo isso vai estabelecer na história do Brasil o papel fundamental da representação política como representação dos interesses das classes rurais e, com, isso, retardou-se o surgimento da indústria no sentido moderno. A indústria só vai se consolidar como fase definida de evolução de sociedade capitalista liberal (modernização) em meados do século XX.

Entretanto, a classe burguesa, no período (1920 à 1950), emerge triunfante e toma para si as rédeas da história, contudo ela é triunfante não porque se coloca como elemento revolucionário, mas porque vai, nesse período, assim, como em outros, se aliar à oligarquia. Sua influência não decorre da expansão da indústria e de relações capitalistas de produção, que modificam instituições antigas, libertando indivíduos de "amarras feudais", é decorrente da sua aderência ao poder.[322]

---

[321] A classe média burguesa (a burguesia em ascensão), longe de se organizar em torno de um projeto próprio, autônomo, ficou subordinada à oligarquia. Preferiu acomodar-se na defesa de seu *status* junto ao poder que se fazia por uma dominação de natureza elitista. CUNHA, 1995.

[322] Vários autores têm analisado o importante papel político das classes médias na Revolução de 30. Destaca-se, entre outros, Rosa (1976). Os fenômenos políticos ocorridos naquela época representam os primeiros passos para a modernização do País. Movimentos políticos, à época, com intensa participação das classes médias, incluindo aí o tenentismo, manifestam-se como movimentos totalitários; ou seja, pela presença de vanguardas (em especial políticas e artístico-literárias) que organizam massas. Na verdade, trata-se um processo social resultado de diferenciação funcional e social dos novos atores que surgiam no cenário nacional. As massas não tiveram participação decisiva nos acontecimentos, porque foram impedidas na sua participação pela presença da destruição de suas individualidades - elas não participaram como cidadãs. O povo se colocou como pano de fundo silencioso, coisificado nas estratégias políticas que levaram às alianças políticas entre burguesia e oligarquia, mesmo apesar de ele se mostrar "barulhento". A importância das massas nos acontecimentos se deve a que elas se colocaram como massa de manobra das elites. Neste sentido, julgamos necessário redefinir o papel político das classes médias na Revolução de Trinta. Ibid., 1995.

É sensato, pois, admitir que, no caso Brasil, as classes se realizam através da elaboração de princípios de organização social, configurados como totem, com os quais se estrutura o Estado; logo, podemos dizer que, no desenvolvimento histórico geral, as classes elaboram a síntese mediada pelo trabalho social na forma de ação estratégica, remontando a cada estágio de evolução social, um governo doméstico, em torno do qual a sociedade se satisfaz nas suas necessidades materiais – mesmo quando se tem a sociedade avançando no desenvolvimento de suas forças produtivas – estruturando um cerne institucional familiar que garante a manutenção de privilégios da oligarquia. Está configurado, o lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública brasileira. E por extensão o lugar da fundação da esfera pública na modernização.

Na verdade, instaurou-se o regime totalitário implícito, porque tem na tradição o explicativo de sua natureza. Ele tem seu gene na lógica transposta do plano sincrônico para o plano diacrônico, realizada a economia através de indivíduos em interação ou em comunicação e de modo tal que as ações racionais tem sua eficácia dada pela religião; logo, tem-se – e este é o caso Brasil – o privado que fagocita o público e que se estabelece como público, porque legitimado pelas próprias classes sociais que projetam a imagem de si mesmas na sociedade; logo, esta imagem é representada no Estado como imaginário de sociedade capitalista liberal, na qual o privado aparece como público, porque tem, devido à dominação carismática funcional, o próprio público capturado pelo privado.

Isso permitiu no desenvolvimento histórico geral, a adesão fácil das massas à governos autoritários, porque justificados pela religião como concepção de universalidade. É comum a Carta Política se tornar refém de um governo doméstico ideado pelo *Pater familias*, ou seja, um governo que tem a administração das coisas públicas estruturada no espaço do privado.[323]

Se a realidade no tempo de Marx, era, para ele, necessariamente clara do ponto de sua metodologia na qual se articula história e ciência natural, não o é, para nós, pois no desenvolver da história, as sociedades capitalistas não tinham atingido o estágio de

[323] Pour que le totémisme puisse être considéré comme une religion comparable aux autres, il faut donc que lui aussi nous offre une conception de l'univers. Or, ile satisfait à cette condition. DURKHEIM, 1960, p. 200.

avanços tecnológicos que caracterizam, nos nossos dias, o atual modo de produção capitalista.

Diferente de como Marx analisara a exploração do trabalho pelo capital tem a acumulação que passa a se realizar como exploração do trabalho, cujo valor flui da máquina estatal. O Estado brasileiro, periférico, na exigência de aumentar o valor material de sua moeda, e, com isso, aumentar a credibilidade visando adquirir empréstimos no exterior, produz a contração de dinheiro ou da moeda legal.

O País o faz porque se exige, mesmo às custas da perda da soberania nacional, a cumprir regras internacionais de controle de mercados. Isso porque na hierarquia de relações de poder estabelecidas pelos mercados ele ocupa uma posição inferior.

No plano da economia interna a resultante da administração racional monetária produz a seleção (*auslese*) que expropria trabalhadores dos seus meios de sobrevivência, levando-os a se colocar, pelo aumento da taxa de desemprego e que é reflexo da política monetária implementada pelo Estado, como candidatos a assalariados. Produz-se, deste modo, a forma indireta de exploração do trabalho pelo capital, ou seja, pela diminuição do tempo que o indivíduo passa trabalhando.[324]

Deste modo, ele, o trabalhador, é sempre o mesmo, embora esteja trabalhando ou como um desempregado em potencial, ainda que tenha habilidades intelectuais para o exercício da tarefa demandada pela economia. Este fenômeno caracteriza o desemprego estrutural como fato amoral. Nós o denominamos de *mais valia relativa-excludente*.[325]

Imensa massa de trabalhadores coloca-se desempregada vendo suas chances de sobrevivência diminuídas pela massa falida do Estado, resultado de uma política monetária que busca a recuperação da perda do poder da administração racional da economia, que diminuiu frente a ameaças de desvalorização da moeda nacional. É pois, o

---

[324] "Lutte" et "communauté" sont des concepts relatifs; la lutte se développe, en effet, sous le formes le plus diverses, suivant la nature des moyens (violents ou "pacifiques") et la manière plus ou moins brutale de les employer. Toute regulamentation de l'activité sociale, quelle qu'en soit la formule, laisse, comme dit, subsister d'une manière ou d'une autre une veritable *seléction* pure dans la compétition des différents types d'hommes en vue des meilleures chances de vie. WEBER, 1971, p. 80./1.

[325] CUNHA, 1995.

desemprego um fenômeno "monetário", ou seja, é decorrente da inadequação do dinheiro às condições de competições do mercado internacional, caracterizada por moedas de contingências que foram fagocitadas por moedas de transação e, com isso, metamorfoseadas em moedas de especulação.

O que leva o Estado à exigência, devida a demandas efetivas da economia, a criar e melhorar infra-estrutura como condição de produção econômica que visa à reprodução do capital. Daí que, devido à outra ponta da economia que exige o envio de remessas de divisas ao exterior, ou seja, pagamentos de dívidas e serviços de dívidas (juros e amortizações), o Estado desvia dinheiro que poderia ser aplicado em políticas sociais, visando aumentar as chances dos trabalhadores se reproduzirem no moderno sistema de produção econômica

Assim, o maquinário passa a ser compreendido na forma de ilusão, ou seja, na forma de idéia da técnica e posta como valor na forma de a priori tecnológico ou ainda como algo que não se colocou no concreto da produção. É recorrente os conflitos sociais se manifestarem como resíduo na forma de sentimento nacional. Esse resultante do alto grau de dependência tecnológica do país periférico em relação aos países centrais. O que leva indivíduos, estruturados em classe sob a morada do chamado Estado-nação, a validar, de acordo com circunstâncias históricas e culturais, ações intervencionistas socioestatais que visam à "correção" dos desvios da economia.

Somente nesse caso, o Estado pode substituir trabalho e o trabalhador, pois ele, a máquina, transformou-se no meio de aumentar o número de candidatos a assalariados, pondo todos os membros da família, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio do capital, contudo, fora dos limites da tradição e dos costumes, pois, o Estado exclui os indivíduos da participação nos produtos gerados pela economia, transformando o Estado de instrumento de Lei (universal) em instrumento da nação ou dos grupos corporativos que a compõe.

A máquina, decorrente dos avanços tecnológicos que se ampliam, vai aumentar a produtividade através métodos e técnicas modernas de produção, metamorfoseia-se na máquina estatal ou na política que se torna a própria dinâmica da economia. Daí, a máquina não precisa mais repartir o valor-trabalho do homem adulto com a família inteira,

pois o valor não depende do tempo necessário à manutenção do trabalhador e de sua família, mas do tempo em que o trabalhador passa sem trabalhar. O que aumenta a chance do Estado se adequar às regras da economia globalizada ou à Nova Divisão Internacional do Trabalho.

A máquina revolucionou invertendo radicalmente o contrato entre trabalhador e o capitalista, estabelecendo formalmente – via contrato social configurado numa convenção – suas relações mútuas na produção, mas de tal modo que os processos do trabalho se colocam valorizados não como resultados práticos da economia, mas sim pela idéia de que as atividades econômicas contém *a priori* o valor-trabalho na forma ilusória de valor tecnológico.

Na verdade, o valor representa a própria ilusão ou a ideologia ou ainda as leis da economia postas como leis da natureza, produzindo a história através de um significado de idéia de necessidade que se afirma no processo de formação socioeconômica. É nesse sentido que a ideologia produz a ilusão. Agora, capitalista e trabalhador se confrontam como pessoas livres, plenas de decisões próprias ou capazes de escolhas racionais. Um detentor do dinheiro dos meios de produção, outro detentor da força do trabalho, estes interagem entre si e com a natureza, no contexto do capital que compra, hoje, somente os capazes do ponto de vista jurídico.[326]

Está configurado o que se chama de domínio total. Ele explica a dominação estatal de classes, pela expansão do capitalismo como movimento "natural", no qual as leis da economia se realizam como movimento da história universal. Entretanto, ele o realizável somente através da mediação de culturas regionais – dependente da cultura como fonte histórica de valores universais – ou dependente do modo como indivíduos, nos diversos países, conforme circunstâncias histórico e culturais, vêem, interpretam e agem no mundo.

É recorrente as relações de produção que se estruturam em relações sociais, validando a construção e reconstrução das instituições. Nelas estão contidas as práticas

[326] MARX, 1982a, Livro Primeiro, vol 1, p. 450-451.

cotidianas racionais, que realizam a produção econômica em acordo com a vocação que é imposta pelo trabalho.

Tudo isto significa a idéia geral dos interesses da sociedade, conceito com o qual Marx apanhou a contradição básica do capitalismo de seu tempo, tem aquela idéia dada pela razão *medium* que interpreta, no vínculo das forças produtivas e acesso dos indivíduos ao saber, os contrários, que, contudo, aparecem na forma de resíduo expressando o sentimento nacional; logo a idéia geral dos interesses da sociedade, ilustra um modelo de contradição que retoma, em boa medida as análises de Marx sobre o antagonismo entre sociedade anônima e sistema corporativo, tendo sua unidade-força dada pela idéia da administração racional monetária, da economia.

Em suma, o que queremos dizer é que a parafernália de instrumentos técnicos monetários não cria, por si só os conteúdos de legitimação capazes de validar ações de intervenção socioestatais.

Hoje, no Brasil, a forma de exploração do trabalho pelo capital, descrita como Teoria da Mais Valia, a cuja análise ele se dedicou em *O Capital*, aparece como expropriação hermenêutica da tradição, posta pela representação política que coloca em conexão funcional classe e sistema de direito. Entretanto, aparece como apropriação indireta dos meios de produção e se realiza através da especulação financeira.

Este fenômeno – que expressa o antagonismo entre sociedade anônima, hoje em conglomerado de empresas e sistema corporativo – expressa, na verdade, a economia dependente de requisitos constitucionais, tendo na inovação institucional, posta pelas reformas do Estado, como condição de aplicação de instrumentos monetários.

Em suma, expressa através do parlamentarismo, e este é o caso Brasil, a presença deste fenômeno se colocando como elemento endógeno que se engendra do interior do modo de produção capitalista. Ele se manifesta ainda hoje como cisto econômico corroendo por dentro o capitalismo.

A especulação financeira é fato incontestável na atual ordem econômica mundial. É provocada pela incerteza de investimentos de bens de capital que geram

comportamentos de mercados no que se conhece como ataque especulativo às moedas. Todos os governos e, principalmente, os do Terceiro Mundo, a ele estão atentos. É sensato, pois, interpretar a especulação na correlação razão investimentos de capital constante/capital variável, avaliada pelo ajuizar de dados empíricos, os quais são traduzidos em relações estratégicas de mercados. Implica daí que esse fenômeno só se coloca explicado através de instância jurídica de contrato, a qual regulamenta, de acordo circunstâncias históricas e culturais de determinada região, relações de mercados internacionais.

As atuais crises cada vez mais freqüentes, porém, aparentemente menos disruptivas com relação ao impacto dos conflitos sociais na economia, se deve ao fato de que a cultura se coloca como fator de determinação que articula existência social e política, permitindo aos Estados obterem razões de validade para si.

Dessa forma, é sensato admitirmos que o uso de instrumentos monetários – substitutivos aos princípios morais que regem as atividades econômicas – tais como correção monetária de débitos, títulos da dívida pública postas nos mercados, sem se falar ainda do controle sobre o crédito e a taxa de juros, sobre a taxa de câmbio etc., têm colocado problemas que se constituem em um dilema: como se tornar realizável objetivos de política econômica nacional, de tal forma que estes se enquadrem numa estrutura que visa ao equilíbrio da economia internacional.

Os países, cujo nível de desenvolvimento das forças produtivas é menor, e, por isso, com menor capacidade de gerar produção tecnológica, se colocam situados à periferia do processo de acumulação capitalista. Decorrente disso se vêm ameaçados de não adquirir empréstimos no exterior, devido à falta de credibilidade, gerada pela incapacidade do País em produzir tecnologias. Isto porque a que o sistema financeiro internacional impõe um *cours du change* onde moedas nacionais se colocam validadas na sua rentabilidade, pela idéia da capacidade que determinado país tem de seu potencial de produção, levando aqueles países a expressar a valorização no contexto da economia

transacional como produção de bens de capital na forma de investimentos financeiros nas bolsas de valores.[327]

Assim, o problema da balança de pagamentos, que expressa o potencial da produção através da moeda valorizada na forma da rentabilidade do capital, se deve não só a escassez de determinados produtos que determinado país demanda como problemas de economia interna, mas também ao fato da adequação e/ou inadequação dos instrumentos monetários que buscam ajustar a economia interna do País à economia globalizada e que exige o dinheiro como valor-de-troca ou como equivalente universal.

Isto reflete uma hierarquia de relações de mercados configuradas como relações de poder entre os países, colocando os países emergentes, como é o caso do Brasil, em alto grau de dependência de outros países mais avançados na produção de tecnologias.

É recorrente a dependência ou subordinação da soberania de uns países em relação a outros, ser compreendida como problemas de dívidas, resultantes da incapacidade dos países periféricos competirem no mercado globalizado em igualdade de condição ou ainda ser reduzida apenas a não capacidade de respostas a demandas efetivas, impostas pela produção de tecnologia. Daí, a soberania ser medida, não pela necessidade dos países periféricos de se desenvolverem na sua forma plena de modernização, mas pela idéia reducionista de capacidade de administração racional da economia. O que leva necessariamente os países periféricos a via alternativa de responder às demandas efetivas promovendo a contração de dinheiro ou da moeda nacional, visando superar problemas de soberania. Isto eles fazem através da administração racional da economia, a qual se torna administração da vida monetária do País.

Na verdade está aí, ou seja, nas idéias de administração racional da economia e nas estratégias de relações de mercados contidas nas diretrizes de políticas econômicas,

---

[327] Preferimos aqui manter a expressão francesa em virtude de que esta palavra no Francês se põe ajustada à idéia ou pensamento de WEBER. Não encontramos na nossa língua materna a palavra que desse a idéia precisa que está contida na análise do nosso texto. No português, a palavra que mais se aproxima – *câmbio oficial* – se põe definida somente no contexto de um modelo de análise da realidade do tipo "matemático". Ver dicionário: taxa de conversão fixada pelo governo entre a moeda nacional e a de outros países. WEBER, 1971, p. 251.

que buscam adequar a economia nacional a uma economia globalizada mundial a raiz do problema moral das práticas econômicas: a máquina estatal que revoluciona radicalmente o contrato entre trabalhador e capitalista, contrato que estabelece formalmente suas relações múltiplas na produção econômica.

No Brasil, as ações racionais produzem razões que justificam ações de comando e a necessária contrapartida da obediência que daí se exige, quando interpretadas, na correlação eventos empíricos e eventos de validade normativo-empírica, a partir da sua origem, ou seja, das práticas cotidianas que se desenvolvem nas comunidades, as quais se formam como identidades culturais, interpretando o mundo através da tradição. Isso nos leva a supor que, hoje, o Estado é diminuído na sua capacidade de administração racional objetiva da economia pela anarquia do modo de produção capitalista. Nela tem-se o fetiche de mercadoria, aparecendo magicizada ou como cálculo econômico racional, ou seja, aparece como especulação financeira.

Em síntese, essa é a forma de exploração do trabalho pelo capital que aparece como dependência do País ao sistema financeiro internacional, cujo valor de trabalho se realiza através fenômeno do parlamentarismo na forma de poder legislativo, posto como prática de autolegislação.

4.3 Primórdios da industrialização e o papel do parlamento

Para Marx, a relação de exploração que determina a forma da exploração do trabalho pelo capital (analisada no estágio de sociedade de transição manufatura/indústria realiza-se pela mais valia absoluta. Esta dependente do nível do desenvolvimento das forças produtivas e do aumento exclusivo do tempo do trabalho despendido como energia produtiva. Mas, a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é, sobretudo produção de valor, daí o marxismo evidenciar a relação de exploração: a jornada do trabalho; logo, a mais valia é medida na sua grandeza, tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo – e Marx busca na cultura científica da época, o privilegio do objetivo – pelo aumento do tempo de trabalho, no qual indivíduos produzem o valor

(expresso no símbolo do dinheiro ou em preços), para além das necessidades de reprodução da força viva do capital, ou seja, do trabalhador.

A relação de exploração do trabalho se apreende *pos-foestum*, ou seja, como violência empírica do conflito de classe – conseqüência do empírico no seu método (alusão a Kant), que, no entanto, é apanhada pela lógica hegeliana como racional ou momento subjetivo (alusão a Hegel) – gerando a população pobre, miserável, explorada em suas energias produtivas pelo trabalho pelo aumento do tempo do trabalho.

Deste modo, tem-se, através de um artifício empírico em moldes do kantismo, a violência empírica sendo compreendida como fenômeno político, que flui de conflitos de classes; logo, tem-se a política subsumida à economia ou a classe social determinando a ordem social – nessa relação encontra-se presente a essência móvel (oculta), ou seja, o parlamentarismo – que, no entanto, se expressa na forma de Direito Privado. Isto é peculiar no capitalismo brasileiro. Esse é o caso Brasil.[328]

O Brasil entra na revolução industrial aprimorando a força de trabalho nos moldes do escravagismo, mesmo após a Lei de "abolição definitiva" da escravidão e servidão dos indígenas (27/10/1831), fruto de pressão estrangeira que exigia cumprimento de acordo com a Inglaterra (1810).[329]

Os primórdios da industrialização faz-se com intenções contidas em programáticas político-partidárias, segundo interesses das classes rurais enraizadas na

---

[328] Quando, mais tarde, a burguesia tinha alcançado tanto poder que os príncipes fizeram seus os interesses dela. Para derrubarem, por meio da burguesia, a nobreza feudal, começou em todos os países – em França, no séc. XVI – o verdadeiro desenvolvimento do direito, que, à exceção da Inglaterra, se processou com base no código romano. (...) No direito privado, as relações de propriedades vigentes são expressas como resultado da vontade geral. O próprio *jus utendi et abutendi* [direito de usar e dispor arbitrariamente] exprime por um lado, o fato de que a propriedade se tornou completamente independente da comunidade, e, por outro lado, a ilusão de que a própria propriedade se assentaria na mera vontade privada, na disposição arbitrária da coisa. MARX & ENGELS, 1981, p. 101.

[329] O Brasil inicia nesta época uma frágil industrialização. A tarifa Alves Branco em 15/10/1843 (na verdade não cumprida) supera o acordo com a Inglaterra e protege a indústria nacional (15/10/1843). Com a Inglaterra convertida ao antiescravagismo e com o surto do Café no Brasil, geram-se capitais disponíveis e investidores estrangeiros (9 quase todos ingleses) são atraídos. Em 1842, o País contava com 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 4 de colonização e 8 de mineração, 3 empresas de transporte urbano, 2 de gás e 8 ferrovias. História do Brasil, 500 Anos, Revista **Isto É**, 1999, p. 82.

tradição. O Estado traduz, então, na administração racional da economia aqueles interesses e produz, pela legislação, via burocracia, a idéia geral da industrialização da sociedade. Daí transforma o capitalista ativo, em especial, aquele próximo ao poder, em geral o parlamentar ou os interesses dele emanava, em mero rentier. Desta maneira, produz a alucinação imaginada de um ideário burguês, através de rendas de natureza pública natureza pública, que fluíam de serviços prestados ao Estado e que engordavam o patrimônio particular.

Neste sentido, diferente quanto à evolução do capitalismo na Europa, analisado por Marx, o Brasil traduz, via Estado, um empreendimento econômico em fato político, tendo o parlamentarismo se transformado em partido da ordem fora do parlamento. Daí a indústria nascer sob a tutela do parlamento que constitui o corpo político dos interesses das classes rurais, no caso Brasil, não emancipadas, pois a fazenda vai se desenvolver num sistema fechado, retardando a industrialização, a qual ficou ligada pelo umbigo ao governo central e ao sistema financeiro internacional.

A indústria no Brasil nasce resistindo a mudanças de métodos e técnicas de produção, que, durante a revolução industrial, produziam, na Europa, transformações do trabalho e da política. A manufatura de algodão é a fábrica no mundo, no entanto, no Brasil, o algodão perde espaço no mercado externo e, ao contrário de outros países na Europa, fica à disposição da indústria nacional que busca crescer às custas da fazenda. É recorrente os fazendeiros serem os pioneiros da industrialização.[330]

Em 1866, o País conta com 9 grandes fábricas de algodão, com 38 teares em média, e em 1885 as 30 maiores fábricas já tem 67 teares e a média de 67 teares. Os tecidos fabricados são grosseiros, destinados a roupa de escravos, de colonos e para ensacamento substituindo o tradicional pano de Minas Gerais, artesanal e mais resistente. Não surpreende que os manufaturados tivessem pouca aceitação no mercado externo, pois eram fabricados em acordo com a intenção contida nas programáticas dos atores políticos que tinham o Estado em suas mãos, ou seja, visando o café principal produto de

[330] A maioria das fábricas ficam no Rio, perto do porto, já que o carvão que move os teares são importados da Inglaterra, algumas na Bahia, perto da matéria-prima e várias fábricas são criadas dentro das fazendas. Id. ibid.

exportação. Na verdade, a intenção que estava lá contida não era estimular a indústria e nem a de transformar os capitalistas nativos em competidores à altura do mercado internacional, mas satisfazer as "necessidades econômicas das fazendas".[331]

As primeiras indústrias se formam como empresas familiares. Em 1847, o fazendeiro Bernardo Mascarenhas, pioneiro da eletrificação, transporta um maquinário de tecelagem do Rio para sua fazenda Marmelo, em Juiz de Fora (MG). Entretanto, o maior símbolo deste momento foi Irineu Evangelista de Sousa (Barão de Mauá). Socio da firma inglesa Carruters e Cia, o Barão compra em 1846 (três anos após ter-se editado a tarifa Alves Branco) um estaleiro de barcos à vela em dificuldade, na Ponta da Praia, Niterói. Investe 4 vezes o valor da compra e faz dele fábrica de mil operários e, com isso, instala fundição de ferro e bronze, galvanização, ferraria, serralharia e caldeiraria.[332]

Obtém do Estado uma encomenda de canos de ferro, produz caldeiras, engenhos de açúcar , guindastes, prensas e em especial navios: 72 em 11 anos. Mesmo existindo lei que dificultava a formação de sociedades anônimas, a empresa do Barão de Mauá associa-se a outros capitais ingleses e instala 80 km de canos fabricados, na Ponta da Praia, iluminação de gás, a primeira ferrovia do País. Em 1853, obtém o monopólio da navegação a vapor pelo Amazonas, com 5.100 km de linhas, até a fronteira (na época com o Equador). Associa-se à São Paulo Railway (Santos Jundiái) e outras ferrovias. Funda seu banco, a Casa Mauá (1854) com filiais na Argentina e Uruguai, onde tem grandes interesses. Cria uma firma de diques flutuantes (1852), uma mineradora (1857), um curtume (1865), e a primeira linha de bondes (puxados por burros até o Jardim Botânico, Rio) e mais ainda, inicia a construção do cabo telegráfico submarino até a Europa (1872).[333]

Aqueles eram tempos de aguda crise agrária que levaram a uma administração racional da economia centrada em duas frentes. O governo passou a ser, devido ao uso do instrumento de emissão de papel-moeda, o anfitrião da industrialização, que, contudo, viu se realizar – junto à Comunidade Financeira Internacional – pela reestruturação fundiária

---

[331] Os tecidos gROSSeiros de algodão substituíam tecidos mais sofisticados que eram vendidos no mercado internacional. Em 1840 constituem 34% das importações, em 1870 29% e em 1890 13%. Id. ibid.

[332] Id. ibid.

[333] Id. ibid.

que levou à monocultura do Café, em detrimento de culturas já estabelecidas, tais como o açúcar, algodão, tabaco, borracha e outros. É recorrente ele buscar como seu aliado político os proprietários de terras, que, em boa parte, lideravam ou apoiavam movimentos separatistas (farroupilhas, cabanos, sabinos e balaiadas).

Isto só seria possível no contexto do ideário de democracia burguesa – que alimentava com idéias liberais vindas do exterior movimentos separatistas, se ocorresse uma inovação institucional que permitisse o consenso entre forças políticas (liberais e conservadoras), que se produziam no confronto entre governo central e províncias. Neste ponto, a *Reforma do Código do Processo* (1841]) transforma os jagunços dos fazendeiros na força policial dos municípios e traz para o governo central o aliado que este buscava, realizando-se na forma de parlamentarismo, que se traduz na garantia de privilégios da oligarquia, que reforçam o poder político rural, independente das facções político partidárias existentes. [334]

Acresce-se àquela inovação institucional uma outra, a volta do Conselho de Estado (suprimido nos tempos de Feijó), a encerrar o pacto tácito político partidário, que permite o acontecer da administração racional da economia se fazer, aparentemente democrática, tendo naquela administração a ilusão do País cuja economia crescia na direção do novo estágio de sua evolução social, a industrialização, que, contudo, teria que adequar o Brasil à Divisão Internacional do Trabalho, na qual a Inglaterra era hegemônica. Examinando o peso do café nas exportações (média anual em cada década), podemos confirmar o que acima é descrito. O País exporta em 1820, 39 milhões de libras e em 1880 e já está exportando 221 milhões de libras esterlinas. O café que correspondia a 18,4% do total das exportações em 1820, passa, em 1880, a 56,5 %.[335]

Emergem daí programáticas político-partidárias que geram diretrizes de políticas econômicas, as quais determinam a estrutura ocupacional adequada ao imaginário burguês. A fazenda de café chega a ter 400, 500 chegando até a 2000 escravos, os maiores engenhos mal possuíam 200 escravos. Esses constituem de 50 a 73% do investimento e

---

[334] Entre 1840 e 1848, forma-se a facção aulíca ou seita palaciana, onde conservadores e liberais se colocam comprometidos com o Imperador (Pedro II). Ibid. p. 74.

[335] Ibid., p. 78.

bem maior, após a Lei Áurea de 12/05/1888. É de cativos a maior parte da população de Vassouras, Canta Galo, São João do Príncipe, Piraí, Bananal, Areias e Campinas. Os enchadeiros trabalham de 14h a 18h por dia na época de safra. Os trabalhadores especializados e domésticos constituem 33 a 50 % da escravaria adulta e o transporte de burros ocupa 20% da mão-de-obra.

Em 1841-1850 a região do Café importa 371 mil escravos da África, do Nordeste e Minas Gerais, porque lá estava criado, devido às crises do açúcar e do algodão, excedentes de braços. Cada cativo paga-se com um ano de trabalho e a venda em massa de escravos contribui para encerrar as insurreições da escravaria, em especial as do Recôncavo baiano. A Oligarquia do Café concorre com os senhores de engenho, em opulência e prestígio na Corte.[336]

Neste período, tem-se o início de emigração em massa no País. Em 1850, os colonos estrangeiros já são em número de 500 mil imigrantes por década, atingindo a cifra de 883 mil na década de 1890. Entre 1820 e 1921 aportam no Brasil 3,6 milhões de trabalhadores estrangeiros. Na verdade, são eles cuspidos de suas sociedades e fruto do movimento mundial que joga milhares de europeus e asiáticos das áreas povoadas da Revolução Industrial para as Américas, Oceania e Sibéria. O Brasil é o terceiro receptor de emigrantes, após Estados Unidos, 33 milhões e Argentina, 4 milhões.

A chegada dos estrangeiros no Brasil coincide com a ideologia do branqueamento, que propicia o surgir de teses racistas, que levam a convicção de que o sangue europeu contribui para "melhorar" o sangue corrompido dos negros e índios. Em 1890 surge, inclusive, uma lei que proíbe a imigração asiática e africana.[337]

São Paulo ocupa o segundo lugar e será, em pouco tempo, o maior centro do Café (1855). Os primeiros cafezais surgem no Vale do Paraíba. Bananal é o maior produtor da Província em 1854. O "Oeste velho" (Campinas, Jundiaí, Limeira e Rio Claro) troca a cana pelo café na década de 1840, radicaliza a monocultura e, em 1850, passa a importar açúcar, antes seu principal produto de exportação. Apoia-se no trabalho escravo, que

---

[336] Ibid., p. 69.

[337] Ibid., p. 81.

defenderá opondo-se ao fim da abolição, mas é a primeira província a importar levas de colonos europeus. Em 1855 tem 55mil escravos e 62 mil colonos.

O Senador e ex-Ministro Nicolau Vergueiro é o pioneiro. Financiado pelo governo central (1847), traz para sua fazenda IBIACABA, em Limeira, 206 famílias alemãs, suíças e portuguesas. O contrato segue o sistema de indenture (individamento) comum na América do Norte, a relação de trabalho é de parceria ou meia (colono divide ao meio a produção que obtiver). Esse recebe casa de pau-a-pique, gleba de terra para cultivo de subsistência e as despesas contraídas no barracão são anotadas na caderneta e debitadas na dívida de importação. Esse sistema permite trazer uma família inteira da Europa pelo preço de um escravo, reduzindo em até 75% a mão-de-obra de vigilância da plantação.[338]

A Cia Vergueiro passa a fornecer imigrantes a dezenas de agricultores. Há registros de colonos vendidos no mercado mediante pagamento de dívidas ao antigo empregador. Em Ibiacaba, 93 colonos queixam-se da nova escravidão: deturpação de contratos, multas abusivas, censura à correspondência, prisões arbitrárias. Chegam a pegar em armas para que o governo e consulado averigüem a denúncia. (1856).[339]

No Brasil, a industrialização realizou-se, pois segundo interesses da fazenda ou no seu próprio interior ou fora dela, mas construindo-se a infra-estrutura necessária àquele processo, de modo tal que veio permitir a industrialização se realizar segundo interesses da exportação do café. Na verdade, o que ali se ocultava era a renda fundiária que se transformava em fundos de investimentos no contexto de um sistema produtivo fechado que articulava governo ao sistema financeiro internacional. Daí, ter-se o crescimento das cidades não articulado à industrialização, que ficava subordinada às fazendas.

---

[338] O contrato padrão (1870) é de 1 ano, revogável, engaja toda a família. O imigrante recebe salário-base proporcional aos pés de café a seu cargo, prêmios, suplementos pela carpa (limpeza) e colheita, um lote para plantar milho, mandioca, feijão ou licença para o plantio intercalar. Id. ibid.

[339] Em Ibiacaba, 93 colonos queixam-se da nova escravidão; deturpação de contratos, multas abusivas, censura à correspondência, prisões arbitrárias. O movimento é liderado pelo mestre-escola suíço Thomas Davats. Chegam a pegar em armas para que o governo e consulado averigúe a denúncia e o abandono do sistema. (1856). O governo da Prússia proíbe seus súditos de emigrarem para o Brasil, o parlamento suíço protesta; cônsules fazem visitas de inspeção. Ibid., p. 69.

Concluindo, podemos dizer que a indústria brasileira nasce e se desenvolve pelo capital produtivo que é substituído pela reforma do dinheiro, fruto de políticas econômicas que se realizam na articulação governo e sistema partidário, que juntos se articulam ao sistema financeiro internacional. É resultado de administração racional da economia, realizada na dependência tecnológica de outros países.

No Brasil, as classes se realizam na história pelo parlamentarismo, que movimenta a economia, constituindo uma matriz histórica ou lugar da tradição, no qual se funda a esfera pública. Nessa encontra-se contida um fundo histórico de natureza econômica que oculta, no movimento circular do dinheiro, o ponto nuclear de fetiche da mercadoria, que tem seu substrato na tradição ou nos elementos fundamentais da religião. Daí a acumulação aparecer na forma de ilusão religiosa produzindo a exploração do trabalho pelo capital como expropriação hermenêutica da tradição, ou seja, a expropriação que se realiza através de representação dos interesses de classes, nas quais as relações hierarquizadas de poder, elaboradas se estruturam como Poder Legislativo ou Parlamento; logo, tem-se no parlamentarismo o *espírito do capital*.[340]

É através do parlamentarismo que o valor trabalho se transforma em valor que flui das atividades econômicas; logo a acumulação e a produção da mais valia que daí decorrem, têm, naquele fenômeno, a lei da produção capitalista, na qual o parlamentarismo se coloca como lei natural da população ou como essência móvel que se oculta no movimento de metamorfose de mercadoria.[341]

Diferente de como Marx pensara, as classes – esse é o caso Brasil – realizaram-se na história, quando da passagem do campo para a cidade, mas através de um

---

[340] Ricardo, em *Os Princípios* (1817-1821), pinta um quadro econômico pessimista para o futuro. Ainda mais, destrói a harmonia dos interesse sociais que a Adam SMITH dera tanto trabalho para estabelecer. Agora, o interesse do proprietário de terra não só se opõe ao do trabalhador e ao do industrial, como ao interesse geral da sociedade. Esse interesse, exige que o preço da alimentação suba continuamente, enquanto que tanto os capitalistas quanto os trabalhadores desejam um baixo custo de subsistência. Para ele, os tratos do proprietário de terra e o público não são como os do comércio, em que se pode dizer que tanto ganha o comprador como o vendedor, pois neles toda perda é para uma das partes, e todo o lucro é para a outra. ROLL, 1977, p. 176.

[341] La loi de la production capitaliste ainsi metamorphosée en pretendue loi naturelle de la population, revient simplement a ceci: le rapport entre l'acummulation du capital et le taux de salaire n'est pas que le rapport entre le travail gratuit, converti en capital, pour être mis en oeuvre. MARX, 1985, p. 88.

corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas que conquistaram o Estado, transformando-o de instrumento de Lei em instrumento da Nação. Esta aí o fato que permite o ocultar do real papel das classes sociais como fator gerador de mudanças na história: a matriz histórica – que confere ao parlamentarismo o conceito de totemismo sociológico – que, no caso Brasil, tem a forma de governo caracterizando um regime totalitário.

Cremos poder apreender na história do Brasil o parlamentarismo se constituindo no fundo histórico de natureza econômica (o método da economia política nos permite, conforme cap. I) – que aparece na forma política como essência móvel que se oculta no passado, revelando o presente; caracterizando, portanto, o modelo de contradição que aparece como antagonismo entre sociedade anônima e sistema corporativo. Neste sentido, tem-se o modelo que ilustra uma incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital. Entretanto, no caso Brasil, esta incompatibilidade revela-se como inovação institucional ou como instrumento político-jurídico que permite o Estado ultrapassar limites constitucionais que o controlam no uso do poder.

Isso nos leva ao tratamento metodológico sobre a mudança social ocorrendo na dialética da representação política e formação da vontade soberana; tendo-se, assim, na idéia da administração racional da economia, a condição que permite ao Estado recuperar déficits de legitimação, decorrentes de crises da economia.

No decorrer da análise, evidenciaremos a presença de representações coletivas como determinação do *em-si-a-outro* (dialética de Hegel pensada por Marx), caracterizando a singularidade das ações produtivas que caminham de ações simples à relações sociais mais complexas, que, contudo, se colocam como realidade pensada - razão do recurso ao nosso instrumento de pesquisa [totemismo sociológico] – através de fatos correlacionados às evidências empírico-jurídicas.

No Brasil, o período que vai de 1822 a 1864 viu surgirem, logo após o Rei D. Pedro I abandonar o seu posto no Brasil (07/04/1831) para ocupar o de Portugal, movimentos separatistas de caráter nacionalista que visavam à construção do Estado Nação brasileiro no seu sentido moderno. Esses eram movimentos que se caracterizavam como isolados, localizados e de cunho extra-legal e que, em matizes diversas,

configuraram os chamados movimentos separatistas. Na verdade as revoluções dos *cabanos* (1835), dos *balaios* (1838-1840), dos *sabinos* (1837-1845) e dos *farroupilhas* (1835-1845), eram movimentos liderados por antigos proprietários rurais, que só nominalmente se punham possuidores das terras. Os reais donos das terras já o eram os mercadores urbanos que configuravam o mundo bancário em transformação.

Esses movimentos evidenciavam o reflexo de uma política econômica da época, que trazia para os fazendeiros dificuldades de se sustentarem na sua opulência e no poder, em virtude da aguda crise agrária provocada por uma alta dos preços dos alimentos. Não que as dificuldades estivessem na alta dos salários dispendidos por eles e contabilizados no custo da produção. Pelo contrário, àquela época, a relação fazendeiro/trabalhador guardava marca senhorial tipo senhor/escravo característico da Antigüidade grega, na qual o senhor – *Pater familias* – era responsável pela sobrevivência doméstica de seu serviçal e dele fazia o que bem lhe aprovia e, com isso, o numerário dos salários não se punha contabilizado no custo da produção agrícola.

O problema dos fazendeiros era de outra ordem. Consistia na inexorável lei natural da economia, cuja ocorrência punha a quantidade de alimentos em baixa, devido ao aumento da população e à procura de alimentos, cujo o consumo aumentava, – base da *teoria malthusiana* – o que provocava a necessidade de cultivo de terras, cada vez menos férteis e mais longe da cidade e que só se tornariam produtivas com aplicação de métodos racionais geradores de um melhor aproveitamento das terras, articulados a uma política exportadora e importadora, que evitasse a escassez dos alimentos e a diminuição da renda nacional. Mas esse não era o caso do Brasil.

No Brasil, isso era quase impossível. A política tradicional exportadora sempre se realizou segundo os interesses das elites, através das paixões, e com isso, a realidade da agricultura à época manifestava-se em resíduos, que se colocavam como obstáculos para qualquer saída racional para a crise: os lavradores, uma espécie de rendeiros – sem contrato escrito de arrendamento – plantavam cana em terras do senhor do engenho no

velho esquema do século XVI, com o domínio de escravos e lavouras de subsistência. E isto, justamente, num momento em que essa mercadoria estava em alta.[342]

Por outro lado, o País se encontrava no fim do esgotamento das minas e o governo não mais podia contar com o ouro como equivalente da troca comercial e como garantia de câmbio que evitasse o prejuízo da renda nacional. Acrescia-se a esta situação a ausência de restrições alfandegárias que tornavam as importações menos caras.

Utilizava-se, assim, o governo brasileiro do artifício do dinheiro barato. Esse tipo de política de importação aumentava a riqueza do País, através da redução substancial dos preços das mercadorias; contudo, o valor monetário total da riqueza era reduzido, já que diminuía a diferença do valor monetário das mercadorias consumidas, em especial dos alimento que eram escassos e necessários, no que diz respeito ao valor de troca de todas as mercadorias que são exportadas pelas mercadorias importadas. Neste caso, as mercadorias, e em especial os alimentos importados, eram as necessárias ao próprio consumo, ou melhor dizendo, exportava-se aquilo que era necessário ao País; logo, o valor monetário das mercadorias diminuía sensivelmente.[343]

Contudo, produzia-se um baixo valor monetário do volume de mercadorias do País, que, contudo, reduzia a renda anual na mesma medida, porque o aumento da taxa de lucros era falso e mágico, correspondendo ao aumento de taxas de lucros, que eram convertidos em capital do sistema financeiro internacional, já que a classe comercial e a industrial (nascente), pagava seus impostos «lá fora», ou seja, na forma «dedutíveis» em subsídios e outras recompensas políticas, que eram convertidos em remessas de divisas para o exterior. Produzia-se, assim, a baixa generalizada dos preços das mercadorias não só pela ausência de qualquer política de restrição, mas, sobretudo, pela escassez «natural» de mercadorias e pela insignificante capacidade produtiva da economia brasileira.

A insuficiência da indústria que ainda não tinha um conjunto de máquinas que a tornasse capaz de produzir mercadorias de certa qualidade e o uso de métodos racionais de produção inadequado àquele momento – a indústria inicia os primeiros passos no

---

[342] FAORO, 1991, vol. 1, p. 247.

[343] RICARDO apud NAPOLEONI, 1985, p. 223-224.

momento da crise Internacional de 1847 na Europa – colocava a inserção do País no mercado internacional como meio de "saídas de exportações" para mercados deprimidos na Europa. O País não tinha qualquer condição que lhe permitisse esboçar estratégias de competições no mercado internacional.

É usual o baixo valor monetário do volume de mercadorias brasileiras e a redução da renda anual na mesma medida, porque os títulos do governo no exterior, cada vez mais recebiam um valor real menor do que o contratado em empréstimos anteriores. Isto devido ao fato de que a credibilidade da economia brasileira, frágil, nascente e nativa, reduzir o valor desses títulos a níveis baixíssimos. O que tornava a economia brasileira dependente dos capitais especulativos que adentravam o País. Diminuía-se sensivelmente a renda nacional e com ela lucros dos proprietários das terras, os únicos a pagarem a conta, já que a classe trabalhadora "pagava" seus impostos, pelo direito de não sobrevivência no seu território e no qual não tinham participação política. A classe industrial os pagava através de benesses do Estado.

Na verdade, a classe rural pagava os impostos na forma de juros que vinham como conseqüência do déficit da balança comercial e, com isso, boa parte dos fazendeiros já tinham as fazendas hipotecadas e «garantidas» apenas pelo crédito fácil, oriundo do sistema financeiro internacional, justamente no momento em que a economia se via pressionada pelo ritmo excessivo de consumo – a classe média urbana adotava modos e estilos de vida dos povos ricos da Europa – e que, do governo, se exigia um ritmo intenso de inversões que ultrapassava as disponibilidades de recursos. Acrescia-se a isto, ainda, a incipiente produção agrícola e a produção de manufatura que não decolava, imperando o desenvolver da indústria. Tal situação não conseguia aplacar a revolta dos fazendeiros e as terras doadas pelo governo aos fazendeiros e os títulos honoríficos outorgados – estratégia tradicional do governo para manter ligado a ele os opositores – eram, agora, de pouca valia. Daí os movimentos separatistas.

Tudo isto obrigava o governo a constantes emissões de papel moeda para fazer frente aos meios de pagamentos, disponíveis numa rede bancária que iniciava sua estruturação e em que os bancos estrangeiros eram maioria. O governo assim agia porque era pressionado a aumentar o volume dos meios de pagamentos devido ao crescimento de

demanda pela moeda de especulação – e o País adentrava ao capitalismo moderno - que buscava o valor absoluto no mundo da economia, no qual não existe e nem deve existir valor absoluto, já que tudo é funcional e mutável por definição, e, no qual o ouro como equivalente universal se substitui pela emissão de papel-moeda.

O País adentrava, pois, ao mundo moderno da economia repetindo sua história colonial, sob auspícios dos financistas, que não recebem seu lucro nem da produção, nem da troca das mercadorias e nem da operação bancária comum.[344]

No espaço privado, uma ética aventureira provocava o movimento da economia marcada por práticas do mercado negro, configurando a sociedade brasileira moderna, nascente, que vivia o que se poderia chamar de inflação reprimida, ou seja, a inflação na qual a fome do bem não é aplacada, mas apenas não permite que a escassez do bem pressione os preços das demais mercadorias para cima. No nascedouro da indústria, paradoxalmente, os preços dos escravos estavam em alta, o que nos leva a concluir que o racionamento deste bem não se realizava pelas «forças livres» do mercado brasileiro, ou seja, pela distribuição dos bens materiais e não materiais em conformidade com o curso natural da economia, mas de acordo o específico ditado pelo cultural do País: a posse dos bens se dava pelo princípio do "quem chegar primeiro leva".[345]

Do outro lado do espaço do privado, um rodízio econômico se fazia presente: o País importava mais do que exportava, não conseguia expandir a exportação em ritmo suficiente para pagar suas importações e serviços da dívida externa (juros e amortizações); excluído o café, o País, em 1850, exportava menos do que em 1800, e a própria balança de pagamentos caracterizava o ponto de estrangulamento da economia e com isso, os bancos, na sua maioria estrangeiros, acumulavam fundos de "poupança" que engordavam o patrimônio dos financistas no exterior, direcionando a contabilidade do capital para a evasão das divisas do País.

Tudo isso, trazia o ajustar de classe ao estamento, emergindo daí – fruto da conservação de privilégios da oligarquia (que lucrava apenas migalhas produzidas por

[344] ARENDT, 1990, p. 231.

[345] SINGER, 1985, p. 152.

aquele rodízio) – movimentos nacionalistas de cunha separatistas liderados pelas elites. O País vivia o seu período de manufatura e desenvolvia os primeiros elementos científicos e técnicos da indústria que nascia. Só que, no caso, carecia da sua máquina de vapor de Watt ou, precisamente, de um corpo de conhecimento científico próprio que lhe permitisse o crescimento da produção industrial e o conseqüente valor real das mercadorias, postas como real moeda nacional. Desta maneira, não criava estradas e não transportava produtos concentrados nas cidades, que se isolavam do campo.[346]

Aí, o papel funcional do ouro – a moeda metal já se encontrava em alto valor no País e no exterior, porque esgotado nas minas – produzia a ilusão governamental de controle da economia nacional, tornando o crescimento da economia dependente de investimentos estrangeiros e de capitais especulativos. A outra alternativa não estava contida nas intenções das elites, o Brasil conforma-se a uma política monetária diferente de outros países que avançavam na expansão das relações capitalistas de produção.

Adota o modelo econômico pautado na exportação do café, mas no sentido inverso do direcionado pelo movimento da economia mundial, isto é, no sentido de restauração do sistema de produção doméstica, cujo investimento centrava-se na mão-de-obra escrava, já extinta legalmente em outros países. Com isso, dispensava mãos qualificadas para tarefas mais complexas da economia, e a «indústria» de exportação articulada ao mercado externo punha a extensão de terras brasileiras- seja de boa ou má qualidade, seja perto ou longe da cidade – com menor valia.

A conjuntura econômica mundial punha-se satisfatória para o novo papel que o Estado brasileiro desempenhava e, com ele, o sistema de representação política corporativa produzia – via subsistema político – as bases consensuais para atos de intervenção socioestatal, que visavam eliminar as influências que atuavam sobre as atividades da economia.

Entretanto, antecederam a tudo isso discursos proféticos veiculados através de movimentos de vanguardas, que, liderados pelas elites promoviam a reunificação do «povo brasileiro» em torno dos interesses da oligarquia. O País iniciava, então, os primeiros

[346] MARX, 1982a, livro primeiro, vol. 1, p. 430.

passos em direção à indústria e a modernização, buscando superar a monarquia, e com isso, garantir sua entrada, segundo moldes de países mais avançados da Europa (efeito de imitação) ao regime de República.

Neste caso, o desfecho final (a proclamação da República, em 1889) já começara com a oferta de investimentos estrangeiros, em que o preço da moeda se punha na medida do enfraquecimento do poder estatal, estando esse com a caixa em baixa. A cessação do tráfico, já definitivamente proibido em muitos países da Europa, provocava a duplicação do preço do escravo e aumentava a garantia do devedor, mas a médio prazo exigia maiores créditos, que a cidade, não liberta do comércio ilícito, fornecerá com abundância, porém sob o patrocínio bancário.[347]

Na esteira das doações de terras, cujas posses foram legitimadas em 1850, já como terras de pouca valia e das quais os fazendeiros eram apenas donos nominais, abre-se passagem para a articulação do País ao sistema financeiro internacional que permite, a médio prazo, a estruturação do sistema bancário brasileiro e uma ordem constitucional na qual se mantiveram os direitos e os privilégios da oligarquia. A estruturação constitucional de uma nova ordem de direito, precedida de intensa propaganda de massas, são fatos que vão alterar a natureza das bases constitucionais com as quais o Estado busca obter razões para os atos intervencionistas.

Acreditamos, então, poder caracterizar o período 1822-1864 como o de retomada do crescimento econômico, que obteve relativo sucesso, embora o sentido desse crescimento tenha sido o inverso da evolução da economia em alguns países europeus que avançavam na expansão de suas relações capitalistas.

Naquele período buscou-se a recuperação da economia que já vinha tendo melhora, tanto que o comércio exterior, que estava deprimido nos quinze anos que antecederam à Independência, em 1922 já superava os níveis de 1807. Os movimentos separatistas, portanto, não eram conseqüência, em ultima instância, da política econômica da época, na qual os fazendeiros buscavam sustentar-se na sua opulência, buscando manter em nível ascendente a incipiente produção agrícola.

---

[347] FAORO, 1991, vol. 1, p. 328.

O dilema dos fazendeiros era no seu fundamento de outra ordem. Consistia no fato de que a lei natural da economia se realizava como lei do movimento da história, por isto o parlamentarismo aparecia ocultado e se colocava como dilema da balança de pagamentos. Na razão máquinas e métodos de produção *versus* cifra da população que aumentava (a indústria realizava-se atarraxada à fazenda da qual culturalmente dependia) encontra-se presente o aumento dos preços não só dos alimentos como das demais mercadorias.

Isso contém, ainda, a estratégia política governamental – as inovações institucionais a volta do Conselho de Estado (suprimido por Feijó [1834]) e a Reforma do Código do Processo Criminal, em 1841 – que colocou os proprietários de terras, mesmo que revoltados, aliados do governo. Estratégia irracional que levava a economia do País à total dependência do capital estrangeiro. Está aí contida a idéia cara à teoria econômica defendida pela escola fisiocrata, aceita por todos (prova da eficácia da ideologia)[348]

Na verdade, a economia era resultado daquele dilema, a qual teoricamente, abrigava a justificativa fisiocrata e na prática a econômica, sendo orientada pelas idéias de Ricardo, que, naqueles tempos, na Europa eram motivo de intenso debates econômicos. Em suma a problemática da economia, aqui na nossa terra, consistia na dependência total do País ao capital estrangeiro e tinha sua manifestação empírica produzida pela metamorfose do capital produtivo em capital especulativo; logo, aquela problemática tinha o fundo de natureza econômica, que assumia a forma política.

A economia era, portanto, para as elites problema de contabilidade do capital e consistia na capacidade de administração racional da economia – dirigida pelo corpo científico do estamento-burocrático – que via no dinheiro do capital estrangeiro a fórmula política que garantia privilégios. Isso tornou-se possível devido ao parlamentarismo, que tem na figura do parlamento o corpo político de representação dos interesses das classes

[348] Ao contrário do que ocorre no âmbito da natureza física, a sociedade pode se encontrar dissociada de sua própria "ordem", definida como "natural", apenas no sentido de que, se os homens não obstacularizarem o livre desenvolvimento das diversas forças que operam na sociedade, a sociedade tenderá a configurar-se segundo um desenho necessário e, passará a funcionar segundo leis que se impõem automaticamente a todos. Só que, no caso Brasil, estas leis não eram válidas para as elites - no campo prático da economia dominava os princípios da teoria econômica de Ricardo - e eram destinadas a manter seus privilégios das elites às custas da miséria de seu povo. NAPOLEONI, 1985, p. 22.

rurais. Daí, a manutenção do *status quo* da oligarquia e dos privilégios daí decorrentes, os quais eram garantidos pelas inovações institucionais ou pela juridificação das relações sociais. Está, pois, configurada a crise da época, que consistia na parca ou quase diminuta capacidade de produção da economia brasileira, que tinha na balança de pagamentos o ponto de estrangulamento da economia. Isso posto como dilema de representação política.

O que levava o governo brasileiro a manter a tradição da política exportadora, não como «depósito compulsório» na forma de extorsão fiscal, como o faziam os antigos monarcas do período colonial; agora, na modernidade, o problema das flutuações das atividades econômicas se anulavam adotando-se política monetária nos moldes das concepções metalistas da época, na Europa. O Brasil tinha suas minas de ouro esgotadas e aquele era um momento em que o ouro como equivalente universal, era substituído, devido à sua escassez no mundo inteiro, pelo papel moeda.

Tudo isso, nos autoriza a não interpretar as revoltas separatistas como movimentos que visavam à melhoria da produção agrícola e com isso, a recuperação das fazendas e nem como movimentos que caminhavam na direção da construção democrática do Estado Nação brasileiro que adentrava ao mundo moderno e no qual a doutrina liberal fazia a «cabeça» daqueles que almejavam a República. Paradoxalmente, a maioria da nação brasileira se constituía de lavradores e agregados ou moradores, ambos posicionados na estrutura de classes hierarquicamente inferiores, e não se pondo como cidadãos, porque lhes eram negados todos os direitos, pelo princípio de que quem não está incluído, está excluído.

Faoro, em *Os donos do poder* (1991), retrata com clareza a crise econômica daquela época, seus aspectos políticos, caracterizando a economia como crise inflacionária e a política como retomada ao molde patrimonialista, cujas origens estavam na *Dinastia dos Avis* e da *Casa de Bragança*.

As emissões de papel moeda, descarregadas sobre a moeda falsa de cobre (30% da massa circulante), elevam-se de 9.171 contos de réis em 1822 (índice de 100), para 13.391 em 1826 (nível 146) e 20.350 contos de réis em 1830-31(nível 221). Contudo, ao atingir o nível de 431, em 1840, tem paradeiro. Simultaneamente, a taxa de câmbio

parte de Cr$ 4,90 em 1822, para Cr$ 9,60 em 1831, decrescendo em 1841 a Cr$ 7,92. O comércio exterior, profundamente deprimido nos quinze anos anteriores à Independência, em 1822, supera os níveis de 1807, numa estagnação de dez anos. Daí por diante, há um declínio vertical, com o preço de tonelada de açúcar descendo de 24 libras no período de 1821-30, para 16,8 no decênio 1831-40 (...) O açúcar de beterraba, introduzido no mercado mundial, durante as guerras napoleônicas, precipitou o Nordeste na crise de onde não mais sairia (...). A produção algodoeira americana, de outro lado, conquista os mercados, antes sob o controle do Brasil. (...) Depois de uma euforia transitória, os setores tradicionais da agricultura retornam à cultura de subsistência, num processo periódico do fechamento da Fazenda (1831-37). (...) Dentro do mesmo complexo político-econômico atua a desordem financeira com o descrédito do poder central, desarmado da caixa mágica de lançar notas. A província ganha expressão, em réplica à Corte, pobre e desmoralizada.[349]

A Fazenda perde a opulência e com ela o poder político, pela presença inglesa, que não absorve o comissário e o fazendeiro, mas que a eles se superpõe; o comissário torna-se dependente do exportador, que lhe compra a safra e lhe adianta os recursos. A casa de exportação livra-se dos riscos dos negócios, preservando o comissário, dado que antes da compra do café, vende-o em Nova Iorque, negócio possível em conseqüência de sua projeção nacional. O comércio exportador, predominantemente inglês, não engole o comércio nacional, que funciona como agente distribuidor daquele.

No Brasil, quando da passagem de um desenvolvimento social tradicional para a sociedade liberal (período 1822-64), iniciaram-se processos que provocaram a liquidação das classes sociais e o conseqüente aprimoramento da burocracia no seu trato com as classes. A burocracia permitiu a implantação de políticas econômicas que visaram à recuperação da Fazenda, estruturando um sistema bancário complexo – a serviço do capital estrangeiro – que garantia à oligarquia a manutenção dos seus privilégios, sem contudo, recuperar a economia da fazenda que havia perdido a sua opulência. Uma

[349] FAORO, 1991, vol 1, p. 325.

fórmula típica da política brasileira que produzia a manutenção do *status quo*, sem redirecionar o fruto do capital para a oligarquia, que, no campo, havia perdido o poder.[350]

Naquele período, no topo estavam os bancos estrangeiros que comandavam o jogo de competição nos mercados, sustentando o complexo exportador-importador e os negócios das companhias estrangeiras (estrada de ferro, serviços urbanos, portos, etc.). O crédito de exportação e importação reprimia a inflação e suas conseqüências desastrosas, tendo seus efeitos estabilizadores sobre a economia, e com isso, impedindo o crescimento do mercado interno. O que não estimulava a manufatura nacional, retardando a industrialização.

Chegamos, pois, à causa básica que legitima e sustenta a estrutura de poder que está contido nas atuais práticas de governo: o fenômeno do parlamentarismo que movimenta a economia, tendo o ponto nuclear do fetiche de mercadoria se manifestando na figura do parlamento. Daí a forma de gabinete parlamentar tendo nela contido o conteúdo ideológico – *transferido da classe social ao ato de representação* – e que coloca o parlamentarismo como essência móvel ou causa escondida no passado e que se revela no presente. Em suma, a essência móvel (mote da contradição que caracteriza o modo de produção capitalista), aparece nos primórdios da industrialização como empreendimento econômico justificado pela política.[351]

Na verdade, esse é o caso Brasil, a manifestação do corpo político de representação das classes rurais aparecem na indústria (o último ato de produção humana da existência [Marx]) na medida da alucinação imaginada da realidade, ou seja, na medida

---

[350] Ricardo aceitara a afirmação de Say. Este último tem importância pela sua teoria de mercado - *la théorie des debouchés* que desenvolveu no seu *Taité d'économie politique* (1803) - de que toda oferta implica uma procura; que um produto se troca por outro produto; que toda teoria posta no mercado cria sua própria procura e que toda procura existente no mercado cria sua própria oferta. MARX criticava Say, argumentando que sua teoria se dissolvia na prática em considerações sobre a moda, caprichos e o acaso. Ele não aceita a "lei das saídas" entre oferta e procura, que torna incompreensível o fenômeno das crises periódicas. Ver ROLL, 1977 p. 191. Sobre a critica de MARX, ver MANDEL, 1980, p. 44).

[351] Para nós, entre ARENDT e MARX há semelhança nos conceitos sociais de classes sociais pensados por este autores; em ARENDT, há o privilégio de individualidades e ausência de processos; e, em MARX, o privilégio do racional instrumental como orientação para a ação coletiva enquanto formação de consciência de classe. Ambos, por caminhos metodológicos diferentes, conceituaram classes sociais com sentidos inversos quanto à constituição histórica e a capacidade dos indivíduos agregados julgarem as ações efetivas incorporadas às estruturas sociais. Em MARX, a classe superada representa aquela capacidade em sua plenitude; e, em ARENDT, ela se coloca no sentido inverso, ou seja, tem-se a classe (no sentido KANTiano da explicação da produção do conhecimento) transformando-se em massa. CUNHA, 1995.

das classes sociais que constróem a imagem de si mesmas projetada na sociedade e que é colocada no Estado em forma imaginária.

4.4 O caso do Porto de Santos e a hermenêutica da tradição

Torna-se necessário, pois, para melhor compreendermos a acumulação e a produção da mais valia daí decorrente (caso Brasil). Cremos poder fazê-lo pela explicação do papel do parlamentarismo na evolução da economia. O que nos dará esclarecimentos, no plano da história, sobre a profunda desigualdade das classes sociais que fluem de um modo específico de produção capitalista, manifestando a relação de exploração que se realiza nos tratos do proprietário e do público, que não são como os do comércio onde um perde, outro ganha.

Isto nos leva a repensar a teoria do valor-trabalho em Marx, através da análise da greve dos portuários de Santos de 1998. Nessa greve, pode-se demonstrar a preserıça da exploração, realizando-se pela hermenêutica da tradição.[352]

No Brasil, o atual momento de evolução da economia rememora os primórdios da indústria. Rememora lá, no passado, o corpo de trabalhadores salariados da indústria nascente que era expulso do mercado do trabalho formal – colonos cuja força de trabalho era paga deduzido "aluguéis de fazenda" – justamente por não terem, na realidade, uma face moderna de trabalhadores da sociedade capitalista liberal: trabalhadores com salários acrescidos de direitos sociais, como garantia de individualidades jurídicas e integração ao moderno sistema do trabalho.

---

[352] D'après eux, c'est lá une fraction particulière de la richesse sociale, la valeur d'une certaine quantité de substances dont la *nature* pose à chaque moment les bornes fatales, que la classe travailleuse s'escrime à franchir. La somme à distribuer parmi les salariés étant ainsi donné , il s'ensuit que si la quote-part dévolue à chacun des partageants est trop petite, c'est parce que leur nombre est trop grand, et que en dernière analyse leur misère est un *fait d'ordre social, ert non de l'ordre naturel.* [**grifo** e inversão final da frase de MARX **nosso**]. MARX, 1985, p. 80.

É recorrente a presença do parlamentarismo, na figura do parlamento, produzindo a conexão funcional entre estrutura-classe e sistema de direito. Entretanto, este é um papel que se coloca oculto, mas possível de ser revelado pela presença da ética parlamentar que determina a forma de exploração do trabalho pelo capital. No caso Brasil a exploração realiza-se através da juridificação de relações sociais, no caldo da cultura a fonte histórica dos valores.

O que explica, hoje, pela força da tradição o parlamentarismo – e no parlamento, parlamentares proeminentes que guardam reminiscências das fazendas – sendo uma das causas básicas estruturais do desemprego no País. Nesse caso, até os dias de hoje, a figura do parlamentar tipo rural, se coloca no *front* da produção capitalista como explicação da via singular de capitalismo, posto pela força da tradição. Isto é o que nos adianta o caso dos trabalhadores do Porto de Santos.

No passado, pois, e na tradição, pode-se explicar a plena modernização do País a se realizar ainda presa à fazenda, mas a favor dos interesses da classe industrial – ou da atual classe industrial (mimetizada em classe comercial), acumulando patrimônios através de fundos de comércio – ou fundos de salários metamorfoseados em renda fundiária.

No início de agosto de 1998, 2,7 mil trabalhadores cruzaram os braços e pararam 20 dos 34 navios atracados no Porto de Santos (Brasil), provocando prejuízos estimados em R$ 1 milhão por dia. A causa imediata da greve está nos salários, mas o problema central decorre de uma situação mal resolvida pela privatização. Existem 12 mil homens prestando serviços no porto, mas as empresas privadas que atuam na área portuária garantem que bastam 4 mil trabalhadores para fazer o serviço. A decisão de quantos trabalhadores devem ser contratados não pertence às empresas, mas aos sindicatos através do OGMO (Órgão Gestor de Mão de Obra). O resultado é que o serviço feito em Buenos Aires, por 14 portuários, demanda 50 trabalhadores em Santos. Os operadores privados do porto não querem subir os salários de um contingente de mão-de-obra que consideram excessivo. Daí a greve.[353]

---

[353] Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 051, 19/08/98.

Para nós, o que ocorre no porto de Santos é um fenômeno que nos revela uma modificação radical nas relações do trabalho e como o valor trabalho é incorporado aos meios de produção como valor tecnológico.

Os operadores privados do porto não cobram pelos serviços como acontecia antes da privatização, pelo contrário são os armadores donos dos navios que apresentam a conta definindo um operador para cada navio e criando uma taxa fixa para cobrir custos da movimentação no porto: a THC (Terminal Handling Charge) – e com esta taxa cobrada junto ao frete os armadores compensam a perda do frete e absorvem os ganhos com o aumento da produtividade portuária que, desde o início da privatização, cresceu até 15 vezes de acordo com o produto transportado.

Cremos que seguindo uma pista apontada no caso dos trabalhadores do porto de Santos, a presença da forma-mercadoria que se universaliza indo para além da economia, poderemos chegar ao problema central da discórdia. Ela manifesta o conflito como concorrência entre armadores e embarcadores (exportadores e importadores); logo, um conflito primário entre homem/natureza que se expande em relações sociais, cuja solução (ou busca da unidade dos contrários) só é possível de mediação social através da regulação normativa dos processos do trabalho.

Na verdade, o que acontece em Santos é possível de se explicar através da ação estatal, indutora e reguladora dos processos do trabalho, produzindo a "moralização" do trabalho, através da juridificação das relações sociais. O que pressupõe como alternativa para a saída da crise, a moral contida nas práticas econômicas, sendo a moral compreendida como ação estatal capaz de produzir a interação coordenada dos indivíduos nas atividades do trabalho.

Devido a presença de equipamentos que possuem alto poder de resolução em serviços, tem-se o valor trabalho contido no tempo de trabalho dependente de métodos de organização administrativa, ou seja, tem-se as atividades do trabalho se realizando como racionalização de condutas da vida econômica; logo, tem-se o trabalho compreendido como capacidade individual – capacidade de ordem teórico-cognitiva e, ao mesmo tempo, prático-racional – de ajustamento à atividade coordenada do trabalho.

Tem-se, portanto, o valor trabalho que flui da produção econômica aumentado no seu preço pela exigência de performance para lidar como instrumento do trabalho e, ao mesmo tempo, através dele, se integrar às relações de trabalho sistematizadas na idéia de racionalização administrativa – o preço do trabalho apesar de diminuído no tempo necessário para a execução da tarefa, torna-se mais caro. O que leva a supor que o aumento do preço que expressa o valor trabalho não se coloca como trabalho abstrato social, ou seja, dependente do aspecto quantitativo da mão-de-obra que executa o trabalho e que é medido, fundamentalmente, pelo volume das mercadorias em comparação com o valor trabalho incorporado naquelas mercadorias.

Daí o valor trabalho colocar-se dependente tanto da quantidade de mercadorias necessárias à subsistência do trabalhador, cujo preço natural da mercadoria é determinado como trabalho necessário à sua reprodução, quanto da qualidade das mercadorias, cujo preço corrente – e que, diferente de como Smith pensara, se afasta do preço natural, justamente devido à concorrência. Entretanto, no caso em pauta, o de Santos, o valor trabalho – que corresponde à diferença medida por aquele afastamento – não retorna ao trabalhador. Ele é posto como fenômeno de concorrência entre armadores e embarcadores.[354]

Antes da privatização demorava-se 37 horas para colocar 450 *contêineres* num navio, a média atual está na casa de dez horas. E no, entanto, a THC não reflete os ganhos de produtividade que neste intervalo de tempo estão contidos na capacidade do trabalhador em realizar a tarefa em menor tempo. Além disso, taxas cobradas pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (COFESP), sofreram reduções de até 80% , e no entanto, a THC não reflete, desde sua criação, essas reduções e, em alguns casos, o preço final do serviço portuário até subiu. O que leva a supor que a concorrência estabelecida entre armadores e embarcadores aparece como luta entre empresas pela

[354] Nas *Conferências de Glasgow*, está contido um esboço da teoria do valor na qual existe uma distinção, que retornará em as *Riquezas das Nações*, entre preço corrente e preço natural, e também uma descrição do mecanismo através do qual o preço corrente é sempre sistematicamente conduzido ao preço natural. Dada a natureza da realidade econômica considerada nas conferências, o preço natural de uma mercadoria não pode deixar de se determinar no preço natural do trabalho necessário à sua produção, sendo o *preço natural* definido como o que se mostra suficiente para manter (a um homem) durante o tempo de seu trabalho ou para sustentar os gastos com a educação, e para compensá-lo do risco de não viver o suficiente e de não obter êxito na profissão. O mecanismo que faz coincidir o preço do mercado com o seu preço natural é a concorrência. NAPOLEONI, 1985, p. 49.

posse de capitais anteriormente empregados na produção e que se expressa pela absorção de ganhos de produtividade por uma das concorrentes, com vista a aumentar a margem de lucros, que foram "perdidos" e contabilizados como custo de mão-de-obra.[355]

Este fato nos demonstra o quanto que o preço corrente do mercado se distancia em grandeza do preço natural, logo, não sendo este último determinado como quantidade de tempo de trabalho ou do valor, ou do preço, do trabalho necessário à produção.

Aí, o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria não acrescenta mais um novo valor e não é incorporado aos meios de produção como quantidade de tempo de trabalho abstrato social. Daí que o trabalho incorporado às mercadorias estar produzindo valor como trabalho útil, individual, ou seja, o meio de produção tem a energia do trabalho incorporada na forma de informações científicas ou de valor tecnológico.

Este valor é produzido através de relações (co)operativas no trabalho e colocado para além da consciência do trabalhador; logo, convertido em performance que se manifesta nas habilidades interativas do trabalhador e adequado uso do instrumento do trabalho, que no entanto, gera valor (fora da consciência do trabalhador), porque colocado na forma de relações estratégicas de mercado, ou seja, tem-se o trabalhador coisificado, porque parte integrante do instrumento do trabalho. Este é um aspecto da teoria geral do valor trabalho, que Marx analisou e que não pôde aprofundar porque não viveu os tempos de hoje. Buscaremos detalhá-lo.[356]

Isso só é possível quando as relações de trabalho têm na regulamentação do trabalho – e no modo como o trabalho é realizado – o princípio que orienta a ação produtiva e que lhe dá a direção política expressa por uma divisão social do trabalho que direciona os ganhos de produtividade – no caso do Porto de Santos – no rumo dos interesses gerais capitalistas. Neste caso, as ações produtivas estão sendo orientadas por

[355] "Fico até irritado com as críticas, porque antes da privatização os embarcadores gastavam não só no porto, mas também em estruturas de apoio fora da área do cais." Afirma um funcionário do outro lado da concorrência. Segundo ele, o motivo era que os serviços da Codesp eram tão ruins que as empresas precisavam manter uma estrutura paralela para garantir um mínimo de eficiência. "Com o fim desta estrutura, eles deixaram de gastar em média R$ 150 por *contêiner*." Os embarcadores não negam as melhorias, mas querem o repasse completo dos ganhos. Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 051, 19/08/98.

[356] MARX, 1982a , Livro Primeiro, vol. 1, p. 226-228.

um resíduo que é posto na forma sentimento de moral e que determina a relação grandeza do capital/cifra da população trabalhadora e, com isto, a relação preço/salário, capital adicional ou capital adiantado, ou ainda oferta do trabalho, relação trabalho gratuito e salário pago à mesma população; logo, modifica-se também a forma da remuneração ou do salário.[357]

É, pois, a concorrência entre empresas que permite gerar o lucro do capitalista como capital adicional, mas de modo tal que a renda se realiza como valor trabalho que se incorpora aos meios de produção na forma de regulamentação dos processos do trabalho; logo, no caso em pauta, caso Brasil, as ações produtivas são orientadas por ações racionais nas quais o sentimento moral é formulado através do juízo sobre dados imediatos da experiência, chegando-se até ao absurdo de julgar moralmente o que é considerado a própria fonte do juízo.[358]

Marx não privilegiou, portanto, no seu método a presença de formas simbólicas, com as quais os indivíduos interagiam, no interior da classe, pondo-se em acordo com eles mesmos, elaborando relações estratégico-políticas. Isto implica que as ações produtivas são realizadas como ações de (co)operação no trabalho, concomitante às ações isoladas de natureza instrumental, ou seja, precisamente na articulação dialética entre racionalização e individuação.[359]

Aí, se esclarece a discórdia que aparece no Porto de Santos para "além do salário": ela consiste apenas na concorrência ou luta pela posse de capitais financeiros

---

[357] O salário é meio de pagamento e é pensado por MARX a partir do fundo histórico da acumulação (primitiva) do modo de produção capitalista. Deriva do movimento do dinheiro e da causa que nele se oculta (essência móvel) e que o caracteriza no seu movimento. MARX pensa o salário em duas formas fundamentais *salaire au temps* e *salaire aux pièces*, mas de modo tal que uma das formas esconde o que a outra é na realidade. Neste sentido, o salário é parte constitutiva do movimento dos preços das mercadorias e meio de concorrência entre os capitalistas, sendo o *salaire aux temps* (forma conhecida hoje) o meio de pagamento mais evoluído, em se tratando de compreendê-lo no interior da produção capitalista, ou seja, como conteúdo que dá forma ao que, hoje, se conhece como emprego assalariado. MARX, 1985, p. 39.

[358] Com Hume temos, pois, o grau máximo de reivindicação possível ao empirismo, da autonomia da esfera moral nas confrontações com outras dimensões da vida humana e, em particular, da política. No terreno da filosofia moral, recolher o fruto dessa orientação significa evadir ao empirismo, dada a impossibilidade de derivar o conceito fundamental da moralidade, do dever, da realidade psicológica imediata do pensamento, ou seja, teria implicado na operação posteriormente levado a cabo por KANT. na dialética transcendental. NAPOLEONI, 1985, p. 44.

[359] HABERMAS, 1968.

postos como capitais adiantados, já contabilizados no custo de produção dos armadores e embarcadores. Estes acusam os primeiros de não estarem repassando as reduções nos custos para os donos da carga: "não vemos a cor do aumento da produtividade" garante João Carlos Vilanni, atual vice-presidente do sindicato dos transportadores de carga do litoral paulista e representante de vários importadores.

Ainda está longe a solução para a polêmica. "Isso é o livre mercado, precisamos ter força para reivindicar preços menores", diz Freitas Vale, representante da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Por outro lado, o atual diretor de gestão portuária da Companhia das Docas de São Paulo, acredita que o problema poder ser enquadrado como infração da ordem econômica. A questão já chegou até o Conselho da Ordem Econômica e está sendo avaliada. O conflito deixa claro que ainda falta a fase mais importante na modernização dos portos nacionais: a criação de instrumentos de ordem política que regulem o ambiente empresarial criado com o fim dos monopólios estatais.

Hoje, a sociedade brasileira encontra-se em um nível de desenvolvimento das forças produtivas diferente do passado. O valor-trabalho nos nossos tempos representa-se como idéia geral dos interesses corporativos da sociedade, permitindo ao Estado obter razões de validade para si, através de um significado de idéia de necessidade que se afirmou no processo de formação socioeconômica.

O valor-trabalho incorpora-se às mercadorias como produto final na forma de valor tecnológico, nos levando à correção da medida perfeita do valor através dos efeitos da causa que opera aquela medida: a classe, na qual ações de (co)operação são realizadas como ação estratégica - intermediária entre interação e trabalho [Habermas] – constituindo a síntese mediada pelo trabalho social; logo, a medida do valor é dada como idéia do saber técnico que aparece como *a priori* tecnológico, de modo tal que as técnicas dos afazeres tradicionais adquiridas de modo pragmático, são capturadas como informações científicas e se transformam em valor tecnológico.[360]

[360] RICARDO apud NAPOLEONI, 1985, p. 228.

No caso Brasil, o valor trabalho contido nas mercadorias, devido à especificidade do capitalismo brasileiro, acrescenta um novo valor diferente do valor original, o qual é incorporado aos meios de produção na forma de valor tecnológico através de interpretação do mundo sociocultural, produzindo um saber com o qual indivíduos, na classe, buscam interpretar no mundo a ação do trabalho, através dos elementos religiosos contidos na tradição (virtudes culturais). Daí que a cultura produz um padrão de comportamento com o qual os indivíduos, através da valorização do trabalho, valorizam o capital.

O que reflete mudança substancial do valor que flui da produção econômica, cujo excedente, a mais valia, subtraída da parte do capital que pode variar (capital variável), e que varia na dependência da capacidade reflexiva do trabalhador, ou seja, varia na dependência dos aspectos quantitativos e qualitativos quando da execução da tarefa. Neste caso, é a cultura o elemento explicativo básico do modo de produção capitalista e fator determinante da relação de exploração do trabalho pelo capital.

Isto nos leva a pensar a mudança na história se realizando como moralização do trabalho, envolvendo a formação de consciência segundo princípios universais. Neste sentido, um processo de formação democrática da cultura está hoje substituindo o conceito marxista do trabalho como mercadoria "vendável", ou seja, o trabalhador entra na produção não mais como pressuposto do capital, mas como preposto na condução consciente das suas ações racionais que se desenvolvem em conflito primário com a natureza; logo, o trabalhador não coloca a si mesmo sua ação se desenvolvendo frente a conflitos de natureza econômica ou de interesses de classes, mas frente a conflitos culturais e morais de bem estar de vida (justiça, paz, harmonia), não vendo solução imediata desse problema como realização concreta da tarefa do trabalho.

É recorrente a modificação radical do conteúdo da ideologia, pois esses conflitos só podem ser legitimados pela propagação ideológica da racionalidade técnica organizacional, que dá o sentido à superação das classes, ou seja, superação que vai na direção do acesso ao saber interpretado, sendo compreendida na idéia de significado de necessidade, na forma simbólica de técnica (idéia que não guarda relações com a experiência, ou seja, ilusão [ou ideologia em Kant]. Nesse caso, os conflitos sociais são

resultantes de interpretações de técnicas acumuladas dos afazeres cotidianos, adquiridos de forma pragmática através da interpretações das leis da natureza; logo, quando postas, via burocracia, pelo Estado regulador dos processos do trabalho, na forma de leis da economia, produzem a história.

Marx foi homem de seu tempo. Isto vai explicar seu método centrado na economia, pois ele vai – e não ocorrera ainda o grau de desenvolvimento tecnológico das forças produtivas que caracteriza o nosso tempo – considerar o momento subjetivo do trabalho como alienado ou momento que se realiza além da consciência do trabalhador. Daí ele não considerar o homem no trabalho se separando do objeto – pensando-o em momentos distintos através de ações distintas (razão de natureza dupla) – executando ações racionais (tanto do ponto de vista objetivo e subjetivo) e, com isso, compreender o trabalho como valor social, produzido por interpretação do mundo sociocultural.

Enfim, não considerou o trabalho no qual o homem usufrui, nele participa, mas que lhe é negado os direitos reais de sobrevivência justamente pelo acesso a priori ao saber distorcido pela ideologia – Marx privilegia no seu método o acesso a posteriori ao saber não distorcido pela ideologia – que é gerado como valor tecnológico e que se desenvolve na dialética do trabalho manual e intelectual, de modo tal que um desses tipos de força de trabalho, de acordo com conjunturas, se coloca prioritário, em determinado momento, como fator cultural de valorização do trabalho, e por conseqüência explicativo da relação de exploração; logo, tem-se, aí, a natureza se desenvolvendo através do trabalho pelo conhecimento, que, na evolução da economia evolui através do conhecimento do homem, cuja evolução é dependente do modo como o homem conduz a própria economia.

É sensato afirmar que, no Brasil, momento em que avança o desemprego, massas de trabalhadores são jogadas (ao contrário do que Marx pensara ao analisar a relação de exploração no capitalismo de sua época) para fora do trabalho. Isto devido a um modo específico de produção capitalista brasileiro no qual se tem a classe social tendo

acesso cultural ao saber distorcido pela ideologia; logo, a necessidade de repensarmos a moralidade contida nas atividades econômicas.[361]

No método de Marx a moral revela-se na sua falsidade pelo caminho de superação das classes sociais. Encontra-se aí implícita a denúncia do papel positivo do egoísmo universal (em Smith) e que, aparece, na medida que o capitalismo avança na produção de métodos e técnicas de produção como contradição das forças produtivas e relações de produção (arcabouço metodológico de seu método).

Por sua vez, no caso Brasil, a moral contida nas atividades econômicas revela-se na sua "verdade" traduzida em reivindicações da classe trabalhadora que são amortecidas pela ideologia na conjunção entre conteúdo e forma da ideologia (doutrina jurídica). O primeiro dos termos, o conteúdo, é elaborado pela classe como realidade imaginada; e o segundo aparece em forma de imaginário social, ou seja, aparece como relações hierarquizadas de poder que são postas em função de poder, representando-se no Estado como necessidades oriundas do trabalho, que, no entanto, são interpretadas através de leis postas no ordenamento jurídico.

Isso implica que as reivindicações do trabalho estão a se realizar como ilusão, pois a ideologia tem na economia a fonte alimentadora da razão, que, contudo é realizada pela classe como razão que engana a si mesma, produzindo a realidade através da práxis de natureza dupla. O que nos leva a pensar que o Estado capitalista brasileiro aparece no tempo realizando a dominação carismática funcional sempre com o mesmo conteúdo – pela tradição e pelos elementos religiosos nela contidos - mas através de formas diferentes de legitimação, porque dependente da natureza da ideologia que se modifica no tempo. Por isto a luta de classe reflete ora o todo (como no tempo de Marx), ora parte do seu todo.

O valor trabalho tem, pois (no caso Brasil), tanto ao nível da explicação científica em geral, quanto ao nível da explicação histórica, a força da tradição e que pode ser compreendida, hoje, pela presença dos salários, cujo preço da força do trabalho aparece na forma de *salaires aux pièces* concomitante com o atual avanço do

[361] POCHMANN, 1989.

desemprego. Para Marx, este meio de pagamento evidencia presença de parasitas entre capitalista e trabalhador e o modo de produção capitalista aparece escondendo o fato do valor-trabalho estar sendo gerado não pela capacidade de execução do produtor, mas na forma de trabalho abstrato social.[362]

No Brasil, nos atuais fundos de poupança nacional acumulados nos bancos estão contidos os fundos de salários (*fonds de salaires*). Marx os analisara no passado como aluguel de fazenda (*loyer d'un fermier*) ou como fundos que engordam o patrimônio da classe rural.

A renda fundiária, hoje, no País é transformada em fundos de comércio, devido à transação globalizada da economia, e depende, portanto, dos fundos de poupança nacional acumulados nos bancos; logo o quinhão da classe industrial – que não pertence a ela como direito de produção, pois trata-se da classe que ainda está pelo umbigo ligada ao Estado e de suas benesses depende – guarda caraterísticas que rememora o passado. Aqui, a indústria nasce atarraxada à fazenda e tem no parlamento, através do instrumento das leis que favorece aquela classe, a condição aparente da contribuição que a indústria dá à vida nacional.

Isso implica a presença da força da tradição mascarando a distinção entre força de trabalho e trabalho; logo, escondendo o fato de que aqui o preço do valor-trabalho aparece em forma imaginária, dando sentido à superação das classes sociais e a uma produção da mais valia, diferente daquela pensada por Marx; logo, explicando a atual fase da indústria – modernização consolidada e passagem de indústria moderna à pós-moderna – que repete a tradição naquilo que tem nela de mais imoral, ou seja, o sistema de trabalho que é determinado na sua estrutura básica pelo parlamentarismo, posto como corpo político dos interesses das classes rurais não emancipadas.[363]

---

[362] Le salaire aux pièces semble prouver à première vue ce que ce l'on paye à l'ouvrier soit non pas le valeur de sa force, mas celle du travail déjà realisé dans le produit, et que le prix de ce travail soit determiné non pas comme de le salaire au temps par la fraction valeur journalière de la force de travail/journée de travail d'un nombre d'heures donnée, mais par la capacité d'exécution du producteur. Ceux qui se laissent tromper par cette apparance devraient déjà se sentir ébranlées fortement dans leur foi par ce simple fait que les deux formes du salaire existen l'une à cotê de l'autre, dans les mêmes branches d'industrie. MARX, 1985, p. 37.

[363] Ibid., 1982.

Daí também a explicação da ausência no País, em pleno emergir do século XXI, de um sistema democrático de relações do trabalho. Isso é a prova incontestável de que os conflitos de classes no Brasil aparecem hoje, como antes, não como confronto entre capitalistas e operários, mas como confronto entre governo e classes estéreis – classes comercial exportadora e importadora e industrial – sendo concebido pelas massas, devido aos interesses das elites, como confronto entre governo central e províncias (Estados da Federação).[364]

Hoje, a concorrência, imposta pelo fenômeno da globalização da economia, leva o País a se integrar na Nova Divisão Internacional do Trabalho e a produzir, como no passado, a ilusão democrática ou ilusão que tem seu fundamento na idéia de administração racional da economia. Essa e uma idéia que se expande não só ao Estado, mas a todo o País – todas as instituições privadas ou pública nela se espelham – e que busca representar, através do Estado, o sistema financeiro internacional e sua eficiência na contabilidade do capital – com ele ou "agarrados" nele, os interesses da classe industrial pós-moderna nascente.

Entretanto os interesses dessa classe – que tem como representantes principais representantes parlamentares fantasiados de representantes dos interesses de classes rurais não emancipadas – têm na própria idéia moderna de administração racional da economia, a idéia de domínio concebida e gerada no seio das antigas tribos partidárias; logo, tem-se, no Brasil, o moderno reproduzindo instituições arcaicas e o valor trabalho que tem sua medida de valor ainda pensada como valor das "fazendas" (loyer d'un femier) – ou a medida exata daquilo que se pode extorquir do povo, que, na história, sempre foi massa de manobra das elites, visando à representação política de interesses dos poderosos.

---

[364] POCHMANN, em seu texto, no item *Uma Nova Política para o Trabalho*, aponta como fator principal para conter o avanço do desemprego no País, a introdução de um sistema democrático de relações do trabalho – admite estar este sistema ausente até os dias de hoje – visando evitar a precarização do trabalho, rotatividade e escassos compromissos na ocupação com as metas de produção e venda. Para ele o País precisa comprometer-se a rever as atuais prioridades nacionais para poder estabelecer um novo projeto nacional, capaz de definir as linhas gerais do crescimento econômico com justiça social e de colocar o emprego como uma questão central na agenda nacional. POCHMANN, 1999, p. 23.

Tudo isso nos permite compreender pela força da tradição o atual desemprego estrutural, tendo o parlamentarismo como causa que se oculta no passado, revelando o presente e, com isso, explicando o movimento de metamorfose de mercadoria pela produção da mais valia de forma indireta, ou seja, aquela que se realiza tendo o Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho; logo, a renda fundiária se realizou na história como contratos de natureza pública, postos na forma aparente de contratos privados ou de terceirização de serviços prestados ao Estado.

Hoje, empresas de maior porte constituídas em pools, rememoram a gastança das fazendas ou do ciclo do engenho e jogam, no "cassino" da Bolsa de Valores, globalizada, tendo na figura de *croupiers* os bancos que acumulam os fundos de poupança nacional ou fundos de salários. A classe industrial hoje, rememora a antiga classe rural não emancipada.

É sensato afirmarmos que o tratamento dado pelo atual governo aos problemas econômicos no Brasil tem como estratégia principal o conjunto de expedientes políticos que expressam pela representação política – através do fenômeno do parlamentarismo – a condição que permite ao atual governo ajustar a economia, visando adequá-la à inserção do País à Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Na verdade, pode-se afirmar que – e nossa tese sustenta esta afirmação – o atual governo só se sustentará através de formas de legitimação social que, pela tradição, tem no processo de organização das massas a fonte de legitimação, que é dada pela moral e pelos costumes. Nas massas – é o caso do Brasil – está a fonte de legitimação de estratégias legislativas e administrativas que configuram a atual forma de governo ao modelo sistêmico de Estado totalizador.

Delineia-se, a partir daí, a condição que nos permite apanhar neste determinado momento, a história na sua significação no seu valor objetivo: as constantes reformas do aparelho de Estado que estão a ocorrer, hoje, como no passado, nas quais se criam inúmeras inovações institucionais – que contêm o totem posto parlamentarismo que se oculta no passado e que revela o presente – as quais conformam as ações político-administrativas estatais a circunstâncias econômicas. Quanto à criação de inovações institucionais, o atual governo é pródigo.

Na verdade, a inovação institucional permitiu em momentos de crises sociais uma recomposição do forte aparelho estatal (herança da colonização de Portugal), repondo, pela força da tradição, o aparelho estatal forte ou o Estado "desmilitarizado", caracterizado pela separação entre forma de Estado (regime democrático) e forma de governo totalitário (implícito) – ou modo de administração das coisas públicas (exercício de governo).[365]

Na raiz da tradição, está, hoje, como ontem, a classe social, realizando-se através da representação política – ou pelo corpo político de representação - através de formas de pensamento jurídico romanizadas – ou em formas abstratas jurídicas. O que explica, no atual governo, a expropriação hermenêutica da tradição que se realiza através de pactos tácitos entre governo/sistema partidário e sistema financeiro internacional.[366]

É recorrente o Estado se colocar como fator de (des)organização da cultura – porque deturpado na comunicação entre espaços da política e da economia – organizando-a em torno de intenções contidas nos planos mentais das elites, e, com isso, levando a economia, no atual momento de sua evolução, a realizar segundo interesses dessas mesmas elites.

Nos tempos de democracia, como os atuais momentos em que vivemos, coloca-se de maneira clara o fundamento do tipo de totalitarismo que aqui floresceu , que consiste em gerar a imagem da realidade em crise, para a qual não existem culpados, relegando a segundo plano as reivindicações que não podem ser formuladas no plano da

---

[365] Aqui é interessante registrar os acontecimentos que se colocaram como ante-sala na preparação do golpe de 1937 (no governo provisório de Vargas). O Congresso sob pressão militar aprova o Estado de Guerra (21/03/36); o Senado aprova o uso do Estado de Guerra (30/03/36) e durante este mesmo mês de março (36) realiza-se eleições parciais, nas quais, inclusive, se teve o Integralismo aparecendo na cena política (24 prefeitos e 500 vereadores). Acontecimentos semelhantes também se colocaram como ante-sala para a preparação do Golpe Militar, em 1964, dando início ao período dos governos militares. Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 051, 19/08/98.

[366] A ruptura dos padrões da indústria pré-capitalista, o surgimento da manufatura e da maquinofatura, o mecanismo das crises, emergência das classes sociais fundamentais, suas articulações, transformações, os liames que as vinculam e opõem através das suas lutas e contradições etc. – aí está o diagrama do mundo capitalista. Estas preliminares metodológicas contidas em *A Miséria da Filosofia* em MARX, nos evidencia um diagrama do capitalismo no qual o trabalho simples passa a trabalho abstrato social, mas de modo tal que seu movimento em concreto aparece na forma de imaginário social. O mesmo em MARX, mais tarde, haveria de constatar que o método da exposição apresenta invertida a ordem da investigação. Ver Introdução em MARX, 1982, p. 30.

crise. Creio que isto retrata bem, no momento da evolução da economia, o governo e sua formulação de política econômica.

Daí que inocentes e líderes da causa (também inocentes, mas geralmente culpados), podem, no futuro, de uma hora para outra, perderem a dignidade, sem disso se perceberem, porque reduzidos eles e seus líderes à categoria de criminosos. Seja pela simples ausência de direitos e de individualidade jurídica, como o é no Brasil de hoje, seja por tortura ou por morte, como no passado. Aí o MST, o atual Movimento dos Sem Terra pode representar o ultrapassar dos limites da inocência.[367]

4. 5 Crises periódicas e a marcha cíclica da produção capitalista

No curso da formação da realidade brasileira, devido à singularidade do capitalismo expresso no caminho histórico de construção do Estado, o valor trabalho foi gerado, em diversos momentos da evolução da economia, na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

O parlamentarismo foi fator que determinou a estrutura ocupacional adequada às conjunturas, nas quais o País se inseriu, em especial, na modernização, na Divisão Internacional do Trabalho, subordinando-se o Brasil aos países mais ricos. No caminho de construção do Estado o fenômeno do parlamentarismo esteve sempre presente e se colocou como essência móvel – ou a causa que se oculta no passado, revelando o presente, movimentando a economia.

Daí o valor-trabalho ser posto na forma de valor tecnológico determinando preços das mercadorias. É, portanto, o parlamentarismo a causa básica estrutural do atual avanço do desemprego. Acreditamos poder comprovar nossa afirmação situando, na

---

[367] Neste sentido, o MST representa, hoje, o ultrapassar dos limites da inocência, ou seja, de uma sociedade na qual a política não faz sentido para a grande massa da população brasileira. Neste caso, é bom ficar alerta e lembrar da Conferência de Evilan (1938). Esta conferência, da qual participaram vários países importantes da Europa, reconheceu, que todos os judeus alemães eram apátridas em potencial; e era natural que os países com numerosos grupos minoritários se sentissem encorajados, pelo exemplo da Alemanha, a livrar-se de algumas dessas populações minoritárias. Ver sobre o assunto Conferência de Evilan, em ARENDT, 1990, p. 315.

história, esse fenômeno como determinante da marcha cíclica da produção capitalista, que, no caso Brasil descreve o ciclo de maturação do capital (no decênio 90), na direção da expropriação hermenêutica da tradição.

O que nos dá, tanto ao nível da explicação científica em geral quanto ao nível de explicação histórica, a compreensão do atual momento no qual ocorre uma explosão do desemprego no País. – tomaremos aqui a historiografia como recurso antropomórfico no contexto da tipologia sociohistórico do Estado brasileiro.[368]

O caso de Porto dos Santos nos leva a compreender o atual Estado como lugar no qual se produziu no desenvolvimento histórico geral chances de apropriação de bens materiais; ou seja: compreender a natureza e desenvolvimento do Estado como posse das corporações, sendo esta apropriação regulamentada em atos técnico-jurídicos de representação dos interesses da sociedade, posta pela representação política. Tem-se aí, nessa definição, a condição que permite a exploração do trabalho pelo capital: o Estado Nação brasileiro representado como corpo político de representação dos interesses de classes rurais não emancipadas. Entretanto posse – a propriedade privada apropriada pela expropriação hermenêutica da tradição – diferente de como Marx pensara no século passado para o capitalismo na Europa.

Em se tratando do caso Brasil a posse do Estado pelas corporações se expressa pela prática de autolegislação, tendo como fundo histórico o parlamentarismo que coloca em conexão classe/estamento, determinando a forma do domínio. Está aí o traço cultural que dá à atual forma de governo o seu caráter totalizador – ou de governo que tem o controle social total se realizando pela juridificação das relações sociais.

O Estado brasileiro tem, pois, sua representação política funcional e vai se explicar através de modelo de racionalidade sistêmica e tendente à prática política

---

[368] Atualmente, o desemprego alcança indistintamente todas as regiões do mundo, umas mais que as outras. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 1,1 bilhão de pessoas vivem em condição de subutilização de sua força do trabalho. Essa expressiva magnitude da força de trabalho é penalizada pelo fenômeno do desemprego em massa, sobretudo pelo curso da nova ordem mundial em construção. Ela pode ainda não ser muito evidente, mas tem produzido sinais suficientes para distinguir seus efeitos entre poucas economias que conformam o centro do capitalismo (países ricos) e o conjunto restante das economias que constitui a grande periferia mundial (países pobres). POCHMANN, 1999, p. 27.

hegemônica, mas só se analisa sua evolução quanto ao seu caráter totalitário. Entretanto, ele não está imune aos conflitos que se manifestam como crises econômicas. É neste sentido que o controle das influências que atuam sobre as atividades econômicas tornam-se problemas da balança de pagamentos.

Cremos poder compreender a problemática da balança de pagamentos e o papel da representação política por ela abrangida através das inovações institucionais. Nesse caso, o parlamentarismo é o fator que dá a medida da maturação da reprodução do capital fixo, que leva à reconstituição deste capital pelo capital variável. Encontrando-se aí, contido, na problemática da balança de pagamentos, um dilema de representação política. Podemos explicá-lo pelo que se segue.

Devido ao avanço vigoroso das forças produtivas, que ao nível mundial de uma economia globalizada expande rapidamente os mercados, podemos dizer que no nosso país as mercadorias ofertadas têm se tornado menor do que a demanda efetiva. Esta tem se dirigido nas últimas três décadas a um fundo de recursos reais: mão-de-obra disponível, terra para agricultura, capacidade de importar, capacidade de infra estrutura nos vários ramos de produção etc. A demanda efetiva crescente esgotou esses recursos.

É recorrente o surgimento de tensões inflacionárias que têm provocado constantes reformas do aparelho estatal frente às diversas crises econômicas por que tem passado o País. Esta situação progressiva da demanda efetiva que vem crescendo desde a década de 70, à época do fracasso do "milagre brasileiro", gerou vários momentos de intervenções socioestatais estimulando práticas de governo e de estratégias na busca de alternativas de políticas administrativas, visando, desse modo, debelar a inflação.

Nas últimas décadas do século passado, em determinados momentos a inflação se agravou, como por exemplo em 82/83, produzindo recessão econômica, obrigando o governo a combatê-la. O que foi no seu ponto principal, como sempre, por uma política tradicional fiscal, semelhante as que foram aplicadas por governos nos século XIX.

Justifica, em boa medida, o crescimento do ritmo da demanda efetiva, o fato de que o Brasil, desde à década 70, tem expandido o setor da indústria cultural com o crescimento de empresas de comunicação de massa – TV e outras; que são elementos

responsáveis, além de outros fatores, pelo aumento do consumo, em especial de artigos modernos e sofisticados. Os meios de comunicação de massa têm induzido comportamentos auto comandados através de normas que são interiorizadas, produzindo o agir econômico posto como produção cultural do consumo. Em especial, isto ocorre com intensidade quando se trata de consumo de bens duráveis. Este consumo estimulado pela propaganda e amplamente financiado com fundos provenientes de rendas individuais tem também estimulado o consumo de outros produtos, aumentando-se, assim, o ritmo do crescimento da demanda efetiva que, agora, em fins da década de 90, chega a um ponto bem alto e espantoso.[369]

No atual avanço tecnológico, atingido pelas forças produtivas, o acúmulo do capital não se faz mais em função básica dos produtores imediatos; trabalho e valorização se articulam – através da interpretação do mundo sociocultural, realizando-se a sociedade brasileira capitalista pela cultura que se põe como fonte histórica de valores. A força de trabalho pela qual o capital retira a mais valia não está, hoje, enganchada de imediato à força operativa engendrada das mãos do trabalhador, o que torna os processos do trabalho separados do mediato da ciência econômica conformando-os à "caixa de acumulação do capitalista global."[370]

A caixa de acumulação desse tipo de capitalista é dependente de uma massa de trabalhadores qualificados que possa equilibrar capital e modos de consumo – via educação como adaptação ao comportamento moderado de consumo – e criação de novas tecnologias através do aumento da massa de intelectuais (think panker ou massa

---

[369] Não significa que tenhamos atingido, nestas últimas décadas, uma situação de pleno emprego. A verdade é que a fraca mobilidade da mão-de-obra brasileira, associada ao descaso governamental, a quesitos constitucionais que buscam impedir o abuso econômico, cria pontos de estrangulamento regionais no mercado de trabalho, que, naturalmente, não podem ser abertos por meio de importações. Mas, importante é que o ritmo do aumento da demanda efetiva que vem crescendo nestas últimas décadas cria, em determinadas áreas, uma demanda por força de trabalho maior do que a oferta, o que acarretou em 1973 uma elevação de salários maior do que a prevista pela política oficial do Governo. Pondo um basta à prática governamental de contenção de salários, estratégia estatal de força utilizada na década de 70. SINGER, 1982, p. 154.

[370] Trata-se de um mecanismo de defesa do capitalismo atual, cujo equilíbrio econômico e político tem como condição deste equilíbrio o crescimento da economia "lento", na medida em que o crescimento rápido da economia inviabilizaria a criação de novas tecnologias na medida deste ritmo de crescimento e, com isso, interrompendo a continuidade do processo de produção do valor, já que na duração do ciclo de reconstituição do capital fixo (de acumulação do capital), a força do trabalho intelectual é fator preponderante. CUNHA, 1995.

cinzenta a serviço do capital). No País, a deterioração da classe trabalhadora no último decênio do século passado torna esta tarefa quase que impossível. Isso implica, no futuro, grande revoada do capital especulativo no País.[371]

Isso nos leva a pensar que no decênio 2000-10, no qual a duração da reprodução do capital fixo – ou do novo ciclo de maturação do capital - será diferente do decênio anterior (século passado), caracterizado por numerosas reformas estatais criadoras de inovações institucionais, visando diminuir ainda mais o ritmo de crescimento da demanda efetiva. No país no qual há o *aparthei*-social – Estado e sociedade se colocarão ainda em maior profundidade separados – as possibilidades de explosões sociais aumentarão.

Chegamos, então, ao ponto crucial da problemática da balança pagamentos. No tratamento econômico a ela dispensada pelo atual governo está expressa a natureza e desenvolvimento do Estado, ou seja, o parlamentarismo que desenvolve a economia tendo nele incluído o fundo histórico de natureza política. Fundo histórico, que, contudo guarda um dilema de representação política.

É sensato admitir – o que nos fornecerá o liame entre a teoria de Marx e outras orientações no campo das ciências sociais – que o traço peculiar examinado por nós e que denominamos de matriz histórica, nela contido o instrumento pelo qual o parlamentarismo movimenta a economia (totesmismo sociológico), nos revela este fenômeno como fundo histórico de natureza econômica, que, no entanto, assume sua forma política na figura do parlamento.

Tudo isto nos instiga refletir sobre a atualidade da forma da exploração do trabalho pelo capital tendo o ponto nuclear de fetiche da mercadoria no parlamentarismo, o qual determina a forma de governo parlamentar de gabinete.

---

[371] Hoje, é provável que, em algumas áreas, apesar do desemprego, os salários de trabalhadores mais qualificados estejam subindo muito mais do que pensa o Governo, em relação às porcentagens oficiais de salários fixadas pelo próprio Governo, *oficiosamente,* para funcionários públicos e *oficialmente* para o salário mínimo. Por outro lado, a generalização do *crédito fácil* (ou a expressão nativa da cultura do consumo) para o mercado brasileiro, nacional, independente de regiões de maior e de menor desenvolvimento, é fato que creditamos à ética da aventura, cuja tradição perpassou todos os momentos da nossa história. O certo é que, nos dias de hoje, basta sair de casa e, mesmo com salários arrochados e sem dinheiro, corre-se o risco de voltar para casa com a sacola cheia de mercadorias compradas a crédito. Id. ibid.

O que leva o atual governo a constantes reformas do Estado – antecedem a estas reformas a reunificação do povo em volta do governo. Isto nos permite caracterizar o parlamentarismo – as conseqüentes inovações institucionais que daí derivam – como fator determinante da marcha cíclica da reprodução capitalista.

Daí o parlamentarismo ser a causa que se oculta no passado, revelando o presente ou a essência móvel que oculta no movimento circular do dinheiro o ponto nuclear de fetiche de mercadoria: a figura do parlamento que cria inovações institucionais – normas constitucionais as quais regulam os processo do trabalho. Esse fetiche tem origem na economia, mas manifesta a contradição, que aprece como incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital, ao nível de Estado.

O que caracteriza ao fenômeno do parlamentarismo como fator de determinação do ponto nuclear de fetiche da mercadoria e alavanca do movimento de metamorfose de mercadoria, com isso, produzindo a passagem do trabalho simples em trabalho abstrato social, mas de tal modo que o trabalho em seu movimento em produto concreto aparece na forma de imaginário social. Temos aí definido o conceito de matriz histórica.

Cremos poder definir o papel do parlamentarismo na evolução da economia brasileira nas páginas que se seguem e que podem ser compreendidas como um estudo de conjuntura. Buscaremos através deste estudo a explicação do valor-trabalho, no caso Brasil, sendo gerado como valor tecnológico e incorporado às mercadorias através da expropriação hermenêutica da tradição. A acumulação naquele momento plantada pela tradição é o começo da história da evolução da economia brasileira, posta como ponto de partida para a modernização do País.[372]

Nos primórdios da industrialização o fenômeno do parlamentarismo determinou a formação primária da estrutura ocupacional no País, sendo esta formação fruto de políticas monetárias implementadas pelo estamento burocrático ou o que se pode chamar de corpo científico das elites brasileiras. Compreender, a partir daí, as atividades

[372] Nossa intenção é rememorar as análises de conjuntura de Marx e Engels (New Iork Daily Tribune e Neue Rheinische Zeitung), sobre a Crise Internacional de 1847. MANDEL, 1980, p. 72.

de investimentos (ou de acumulação do capital) e, o conseqüente modo de produção de mais valia e ainda, a duração do ciclo de reconstituição do capital fixo, que no Brasil, se realiza tendo como motor deste ciclo a força da tradição.

Isso nos leva, então, à descrição da marcha cíclica da produção capitalista visando compreender as crises que explicam a duração do ciclo de reconstituição do capital fixo, bem como a relação de exploração que está a ocorrer no atual momento de evolução da economia. O que nos levará a compreensão da matriz histórica como lugar no qual funda, pela tradição, a esfera pública no Brasil.

A atual inserção do País na Nova Divisão Internacional do Trabalho nos instiga a descrever o momento de evolução da economia, visando caracterizar o modo específico de produção capitalista brasileiro frente ao nível de avanço tecnológico das forças produtivas e com isso, situar o País no contexto da globalização da economia. Isso faremos tomando como ponto de partida a evolução da forma de exploração do trabalho pelo capital, que, no atual momento de evolução da economia é posta pela força da tradição. [373]

Em fins do século XX, uma forma de interação global (nos reportamos ao conceito de Habermas, entendido amplamente) provoca no mundo inteiro transformações. Podemos redefini-la segundo nosso objetivo. A globalização consiste no processo em que nações trocam entre si insumos de ordem substantiva e simbólica, no qual entidades locais, umas mais que as outras, conseguem estender a nível mundial sua influência sobre outras entidades locais. Resulta disso que esse fenômeno, quando tratado do ponto de vista da ciência política, põe na ordem do dia a concorrência – luta entre nações e acentua o particular do Estado e este fato pode ser visto como volta à dimensão do nacional em que países buscam prestígio na administração de suas economias enraizadas em pressupostos culturais.

Acompanhando o avanço tecnológico da época em que vivemos, na qual a ciência da economia adquire um estágio de desenvolvimento ímpar, percebe-se um novo

[373] Ora, a concorrência é a realidade. Para dar maior coesão às suas próprias leis, a Economia Política é obrigada a considerar a realidade como acidental e a abstração somente como real. Essa objeção é tanto mais válida aos olhos de Marx, que censura precisamente a Economia política de velar a relação de exploração, contida na instituição da propriedade privada, por trás das considerações jurídico-abstratas. Ibid., p. 44.

aparecer social do fenômeno Estado. A ação político administrativa estatal ganha, a cada dia, foro de política monetária que lhe permite, não sem conseqüências, obter resultados que excedem sua possibilidade de ação fixada no plano institucional e fiscal, posto como controle ou limites dessa ação. Com isso o atual Estado brasileiro tem se caracterizado pelo ultrapassar desses limites e o faz de maneira tal que não se expõe a riscos imediatos de ações que se vinculam aos processos consensuais.[374]

À globalização, fenômeno característico deste século, se associam transformações que afetam nações em sua soberania, devido aos países se colocarem no contexto de interação transnacional. A rapidez com que os fenômenos se difundem por todo o globo produzem mudanças e a história, por assim dizer, «anda mais depressa». De todas as transformações que ocorreram nos chama a atenção um combate entre Estados pela valorização de moedas. Este fato incontestável nos dias de hoje traz como conseqüência os países periféricos se verem diminuídos na capacidade de administração racional objetiva da economia, devido a necessidade que eles têm de elevar o nível de apreciação da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras.

Em países da América Latina, como o Brasil, surgem programas de privatização de empresas estatais, incentivando a proliferação de sociedades anônimas. Essas, em conglomerados de empresas buscam, num campo de intensa competição, salvaguardas políticas para suas atividades empresariais. Esses programas, a nosso ver, têm contido na forma oculta um substitutivo tecnológico como panacéia para a inflação que, no passado, assolou o País. A inflação tem como causa básica o crescimento da demanda efetiva, e isto é o que vem ocorrendo no País nessas últimas décadas. As demandas crescem, por exigência de cultura moderna, cujo consumo é «fixado» pelo hábito como fator histórico e social e, com isso, o País não alcança, na mesma medida do ritmo do crescimento dessa

---

[374] A escola monetarista de hoje baseia-se na teoria quantitativa da moeda formulada por um teorema que estabelece uma relação entre preços e volume de dinheiro e que tem uma longa história no pensamento econômico anglo-saxônico. Um intenso debate que envolve estudos dos problemas de balança de pagamentos tem, atualmente, resultado no confronto de correntes do pensamento econômico monetarista e pós-keynesianos. Um dos pontos principais da discussão se centra na questão de que para os monetaristas a política fiscal se põe *limitada* por quesitos constitucionais que a retardam e que impedem sua aplicação no momento exato no qual ela se faz adequada. ROLL, 1977.

demanda, um desenvolvimento da economia que o leve a uma capacidade de produção capaz de satisfazê-las.[375]

É recorrente a intensificação de práticas de governo, de estratégias e de discussões racionais levadas a público, principalmente através dos meios de comunicação de massa, visando à formação de opinião pública que permita ao governo realizar a realocação de parte do potencial de trabalho, expediente político importante dentre as alternativas para a solução dos problemas decorrentes das recentes e sucessivas crises mundiais. A satisfação das necessidades de ampliação da capacidade econômica, como demanda efetiva, tem-se realizado como necessidades de mercados às custas das classes trabalhadoras, de tal forma que o aumento da grandeza do capital fixo representa a diminuição na mesma medida do aumento dessa grandeza, do capital variável. O que acontece através da modificação radical nas relações do trabalho e da política.

O governo retoma um expediente tradicional que tem caracterizado a evolução da economia na história do Brasil, ou seja, o de um recurso de ordem política que pressupõe a economia monetária se realizando pela perda do valor monetário da riqueza do País reduzido e que, neste, momento envolve problemas de balança de pagamentos. Semelhante à década de 30 dos idos dos anos 1800, o governo tem aquela perda provocada pela entrada de capitais especulativos, estimulando a reunificação do povo em torno de seus líderes políticos, em nome da causa econômica dos interesses maiores capitalistas.[376]

---

[375] A demanda efetiva pode ser compreendida pelo que se segue: As empresas aumentam seus lucros, acumulam capital na forma de lucros retidos e fundos de depreciação e buscam invertê-los na compra de matérias primas, equipamentos, instalação e empregar mais trabalhadores; o sistema bancário recebe estes fundos acumulados e se obriga a financiar os planos das empresas, pois os fundos retidos não geram juros. Os consumidores de renda elevada, envolvidos por propagandas, aumentam o consumo, principalmente de bens duráveis, e este é financiado amplamente com fundos em geral provenientes de rendas individuais. O que leva indivíduos de baixa renda serem *co-participantes passivos* daqueles que têm realmente a condição de bancar os juros em decorrência do consumo. O setor público responde às pressões das empresas, programando amplas inversões em obras de infra-estrutura – transporte, energia e saneamento – e se lança a planos de desenvolvimento regional. O conjunto de todos esses fatores constitui a chamada demanda efetiva. Nos últimos ano, o governo não tem conseguido satisfatoriamente responder às pressões empresariais de exigência de inversões em obras de infra-estrutura, porque se vê demasiadamente envolvido nos problemas da balança de pagamentos, postos como exigência de entrada do País na competição de um mercado aberto mundial no contexto da globalização da economia. SINGER, 1985, p. 155.

[376] Estudo dos problemas que envolvem troca internacional e balança de pagamentos tem assumido importância nos dias de hoje e guarda semelhança com debates travados à época de Ricardo - 1820-30. Isto

Contudo, modificou-se hoje, em relação ao passado, a forma e o conseqüente modo como se produz a reunificação do povo ao redor de seus líderes. Essa se faz através de poderosos meios de comunicação de massa que incentivam a sociedade ao consumo e ao lazer, produzindo o aumento relativo da massa de indivíduos para os quais a política não faz mais sentido. Amplia-se, assim, em valor absoluto o número de inocentes que passam a conviver com líderes políticos, que, no caso Brasil, caracterizam uma dominação carismática funcional. É desta fonte que o Estado produz o conteúdo de tal dominação e, como conseqüência, a idéia mágica – imagem de ter jurisdição para tudo - capaz de realizar um controle social, através de um processo de juridificação das relações sociais.

Está definido, pois, ao nível da explicação científica em geral, o que se pode chamar de movimentos totalitários (Arendt) – deles emergem movimentos de vanguardas – que guardam relações de continuidade com o passado. É através desses movimentos, contíguos e articulados ao sistema partidário, que hoje, como ontem, o Estado tira proveito da interpretação sociocultural do mundo elaborado pela classe, traduzindo-o, na idéia redutora da cultura, em conceito de administração racional da economia.

Isto implica o governo realizar o controle social através do Estado desmilitarizado (destotalitarizado), ou seja, aquele no qual o Exército é aparentemente substituído – quanto à função de monopólio da violência quando da necessidade de intervir nos conflitos intra-partidários – pelo sistema de comunicação da *mass media*. Nos discursos veiculados pelo sistema de comunicação está implícito o que se pode chamar de conteúdo da ideologia ou aquilo que, no dizer de Habermas, é chamado de elemento tecnocrático (a ciência e a técnica como "ideologia") .

No Brasil, país emergente, a economia é operada – e essa é nossa aposta – pela mão invisível do Estado e esta mão vai operar a economia não pelo confronto entre capitalistas e operários, mas pelo confronto entre classes estéreis (comercial e industrial), mas de tal forma que estas classes, em detrimento da classe trabalhadora, buscam paridade de lucros ou ganhos de produtividade numa economia que se realiza através do

---

é o que podemos constatar pelo registro destes debates registrado por Marx e enviado por este a M. J. Roy. "Je donne ci-après les parties de la postface de la deuxième édition allemande, qui on trait au développement de l'économie politique en Allemagne et la méthode employé dans cette ouvrage". Karl Marx. Londres, 28 avril de 1975. MARX, 1985, p. 220.

capital especulativo. Só que, para nós, a contradição das forças produtivas e relações de produção, analisada por Marx, no século passado, assume, hoje, a forma política de incompatibilidade estrutural entre os subsistemas econômico e político, que ilustra o modelo de acumulação que se realiza através de inovações institucionais que entram em contradição com a lógica da valorização do capital.

Para Marx, a contradição – que ele analisou como relação entre forças produtivas e relações de produção – tem o valor qualitativo das mercadorias se subordinando ao valor quantitativo. No entanto a medida perfeita do valor que expressa a variação e que ocorre na relação preço/salário, tem hoje o seu valor de troca medido na relação quantidade do tempo de trabalho no seu aspecto quantitativo, mais um saber incorporado às mercadorias, como relações estratégicas de mercados ou como cálculo econômico racional.[377]

É comum no nosso País, o lucro do capitalista depender do Estado. Esse é fruto da administração racional da economia, já que o lucro obtido, como recompensa política pelo proprietário do capital - contratos milionários, subsídios, recompensas de perdas, benefícios e outros – transforma o "capitalista ativo" em um rentier; logo, a medida perfeita do valor das mercadorias é obtida pelos efeitos políticos das causas econômicas que operam sobre o valor, ou seja, a medida de valor trabalho não está contida só como medida direta do tempo de trabalho incorporado às mercadorias, como pensara Marx.

Modificam-se, assim, as relações oferta e procura do trabalho, preços/salários, e com isso, a análise marxista do Estado pode ser compreendida pelas análise de Marx sobre o antagonismo entre sociedades anônimas e sistema corporativo. Isto ilustra um modelo de contradição no qual há incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital, que se explica como resultado de representação política e processo de formação da vontade soberana. Este processo é produzido no terreno concreto da prática econômica pela classe que se articula ao estamento, de modo tal que a representação política coloca em conexão funcional a classe e o sistema de direito.

---

[377] Ver a respeito do tema medida do valor, Ensaio de David Ricardo – Acerca do valor absoluto e do valor de troca. RICARDO apud Napoleoni, 1985, p. 228.

No Brasil, as diretrizes de políticas econômicas de cunha monetarista atribuem poder intrínseco ao dinheiro e constituem-se em reminiscência da concepção metalista de ontem, fantasiosa, porque pressupõe o País com sua capacidade de exportar e importar plenamente desenvolvida, assim como no passado se pressupunha o País como se não houvesse esgotado as minas que produziam da terra, do natural, a moeda metal. O que rememora, até certo ponto, a política econômica tradicional exportadora do século passado (chegada de D. João VI ao Brasil) e seu resultado, que, tempos depois, se manifestou como reação política centralizadora do poder monárquico.[378]

Lá, como hoje, reduz-se o valor do volume das mercadorias brasileiras pelo artifício de câmbio, instrumento monetário que, via acordo internacional, pressupõe a moeda nacional forte e capaz de competir em condição de igualdade com moedas de outros países mais desenvolvidos. Só que a diferença do ontem está no fato de que o que lá se fazia, ausência de qualquer restrição alfandegária a produtos importados estrangeiros, se substitui hoje por um artifício mágico que sobrevaloriza a moeda nacional pela elevação nominal do seu valor (no mercado interno), que, contudo, assume um valor real no mercado de troca internacional.

Esta mágica hoje se torna possível porque – diferente do passado em que o governo também usava a estratégia de valorização da moeda – o mercado interno brasileiro é mais fortalecido e tem capitais próprios. Além do mais tem o País uma população que o põe como atração de mercados estrangeiros, e, portanto, peça importante no jogo da balança comercial e da competição de mercados globalizados.

As emissões do papel moeda, diferente do passado – década de 1830 ou período de ascensão do café, menina dos olhos da exportação brasileira era – tendo o comércio interno mais fortalecido, tornam-se menos perigosas.[379]

---

[378] FAORO, 1991, vol. 1.

[379] Na Sexta-feira, 14/08/1998, em plena explosão da crise russa o mercado internacional discutiu o Brasil. Os analistas acham que a crise não foi um desastre, porque, no outro indicador-chave da economia, os juros, não se registrou novidade. A paz nesta seara está sendo garantida pela rolagem da dívida interna com títulos pós-fixados, que pagam a variação dos juros de seus períodos de validade e que não apresentam risco para os investidores. Desde maio, quando esses papéis voltaram a ser utilizados pelo Banco Central, eles passaram a carregar quase 42% da dívida pública brasileira, de cerca de R$ 320 bilhões. Contudo, isto traz um problema: se o Brasil tiver de elevar os juros para proteger sua moeda, como fez em outubro, a variação

Além do mais, o papel racional do ouro, substituído pelo papel moeda tem o seu preço corrente de mercado se afastando do seu preço natural, ou seja, daquele preço que permite ao trabalhador a sua própria subsistência e que não traz de imediato para o Estado déficits de legitimação, mas que põe, diríamos, o trabalhador na condição de colocar sua candidatura a assalariado e dependente do próprio Estado (gestor do controle na economia ou elemento do fluxo da moeda legal). Isto devido àquela capacidade de administração racional da economia , pela qual o Estado produz o efeito de magia da técnica, onde se identifica o elemento tecnocrático veiculado pelo sistema de comunicação de massa, que leva a classe a elaborar, uma noção posta em função de poder pelo Estado, refletindo a imagem de que ele (o Estado) tudo pode.[380]

Diferente do passado quando da formação do Estado Nação no seu sentido moderno - permeado de intensas lutas nacionais de caráter separatista – a sociedade brasileira vive momentos de relativa calma política e estabilidade econômica assegurada pela estabilidade de preços. O Estado encontra-se legitimado e capaz administrativamente de conduzir um plano de estabilização econômica ou plano real (moeda nacional). No entanto, a forma de legitimação que tem seu fundamento na estabilização da moeda é ilusória, pois salários correm juntos a preços (um em função do outro) , mas na correlação com o ritmo *optimum* de desenvolvimento econômico; logo, os preços têm neles contidos a produção de valor – com preço corrente afastando-se do preço natural ou de subsistência do trabalhador – independente, portanto, do aparecer na superfície de todo e qualquer conteúdo técnico e político que possa estar contido na estratégia, que conduziu aquela estabilidade de preços.

---

terá que ser integralmente paga aos investidores, causando uma nova explosão do déficit publico. Dinheiro, Revista **Isto É**, 26/08/1998.

[380] Afirma-se igualmente que o recurso a um sistema monetário mais adequado, ainda que altamente desejável, tende a desanimar temporariamente a acumulação e a atividade econômica, deprimindo o setor comercial da comunidade, sendo efeito de uma queda de preços; o senhor Malthus supõe que este efeito será produzido pela queda do preço do cereal. Mesmo que a observação de Hume (segundo a qual a elevação dos preços apresenta um efeito mágico sobre a indústria, e que os efeitos da queda são depressores na mesma proporção) estivesse bem fundamentada, não seria aplicado no caso em pauta: porque todas as coisas que o fabricante sempre adquire são caras como sempre; de barato existiria apenas o cereal e o trabalho, com os quais ampliaria os lucros. Devo observar mais uma vez que a elevação do preço do valor do dinheiro faz baixar todas as coisas, ao passo que a queda do preço do cereal somente faz baixar os salários do trabalhador, elevando conseqüentemente os lucros. A respeito do tema ver David Ricardo- *Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital.* NAPOLEONI, 1985, p. 220-221.

É usual o fato de o Estado utilizar recurso político – o qual tem seu pressuposto na economia monetária que se realiza no contexto de intensos conflitos internacionais – que permita, via intervenções socioestatais, a elevação dos preços das mercadorias nacionais no mercado externo. Isso o atual governo tem feito. No caso, aumento do preço do câmbio – regulador de relações comerciais com o exterior através de artifício de câmbio (banda flutuante) – que, contudo, só terá efeito satisfatório quando se desloca o trabalho para além do nível do trabalho social, ou seja, para o espaço da formação política de vontades e adaptações dessas vontades a utilidades de mercado. Isto o governo tem feito, visando melhorar as condições de competitividade do País no mercado internacional. Daí o Estado buscar razões de legitimação para administração racional da economia, ajustando vontades políticas às utilidades do mercado.

É sensato supor que o fetiche da mercadoria tem o ponto nuclear do movimento de metamorfose da mercadoria aparecendo na forma política, precisamente na forma de governo parlamentar de gabinete; logo – e esta é nossa aposta- aquele fetiche pode ser apreendido na correlação governo/sistema financeiro e sistema partidário. Esta aí a característica básica que configura o modo de condução da economia na forma de governo totalitário. É recorrente ter-se o atual planejamento global da economia se realizando por conteúdos subjetivos – expressos em formas residuais, portanto, nada tendo a ver com uma existência real objetiva – que motivam uma política econômica exportadora, tradicional – caseira porque realocadora de potencial do trabalho (posto pela divisão social trabalho), subtraindo partes do salário da classe trabalhadora (em especial do trabalhador do setor público) e, com isso, desperdiçando energias produtivas.[381]

Daí que os donos do poder ou os que assumem o Estado como sua corporação, não temerem o imperialismo, porquanto este não desenvolverá o País como a Inglaterra se desenvolveu no passado e nem como os Estados Unidos e o Canadá. O

---

[381] Aqui, temos um fato que pode ser comparado com o da África do Sul. Lá a corrida do ouro (em fins do século XIX) só se tornou empresa capitalista completa depois que Cecil Rhodes desapossou os judeus (responsáveis por indústrias e profissões consideradas segundo a opinião "secundárias"), transferiu a política de investimentos para as suas próprias mãos e se tornou a principal figura do Cabo. Setenta e cinco por cento dos dividendos pagos aos acionistas iam para o exterior, em sua maioria para a Grã-Bretanha. Rhodes conseguiu que o governo britânico se interessasse por seus negócios pessoais, persuadiu-o que a expansão e a exportação dos instrumentos de violência eram necessários para proteger os investimentos, e de que tal política era um dever sagrado de qualquer governo nacional. ARENDT, 1990, p. 234.

imperialismo não tirará proveito do País no seu todo, contentar-se-á apenas com o alto rodízio de investimentos num campo específico. O imperialismo sempre se dispôs a abandonar as chamadas leis da produção capitalista e suas tendências igualitárias, contanto, que sejam assegurados os lucros em investimentos específicos.[382]

Isso implica a presença da política monetária corporativa na sua raiz, pois o caráter caseiro visa apenas «limpar a casa» para que interesses capitalistas financeiros mundiais possam se realizar sem os empecilhos políticos que os conteúdos de legitimação elaborados pela classe colocam como limites do Estado. Neste caso, o elemento tecnocrático veiculado pelo sistema de comunicação da *mass media*, ajuda ao governo a espalhar a "verdade", posta no fato de que os serviços públicos são indispensáveis, para o País alcançar o estágio do pós-moderno.[383]

Só que, diferente do passado, a ilusão é posta no programa de privatização das estatais como «substitutivo tecnológico» para a produção da economia, cuja industria é ainda incipiente para o momento de grande avanço das forças produtivas, porque ainda não é capaz de produzir sua própria tecnologia; logo, incapaz de ampliar sua capacidade de exportar e comportar e de responder na atual conjuntura à demanda efetiva. Em nossa

---

[382] Este fato, também, pode ser analogicamente comparado com o caso da África do Sul, caracterizando o conflito entre estrangeiros e boêres sob a forma de anti-semitismo. Os *bôeres* permaneceram donos incontestes do país: sempre que as normas racionais do trabalho da produção entravam em conflito com os interesses raciais, estes últimos saíam vitoriosos. A rentabilidade das estradas de ferro foi destruída da noite para o dia quando o governo despediu 17 mil empregados *bantus* para pagar aos brancos salários que eram 200% mais altos. No Brasil, a estrutura administrativa global de serviços públicos está sendo destruída na sua capacidade de atendimento geral ao público (direitos de cidadania que tais serviços importam) por uma lógica de política econômica na qual "pretos" (funcionários da baixa classe média), operadores "mecânicos" e rotineiros de serviços são substituídos por "brancos" (funcionários intelectualizados da alta classe média) que, encastelados no centro nevrálgico da administração, passam a receber salários gordos ou mais do que a fatia de salários que é retirada dos "negros". Está aí implícita uma lógica que produz a segregação ou a *exclusão* daqueles que não se enquadram na diretriz básica da política econômica ou ao rodízio de investimentos que o País se encaixa. Ibid., p. 235.

[383] Neste ponto, a fala do Ministro da Fazenda no Brasil é esclarecedora: "Estamos apresentando, também, sugestões para que se lide com o caso de insuficiência de desempenho e excesso de quadros do setor público. Estamos apresentando também regime especial do setor público. Todos têm o objetivo de, não só no âmbito federal como também no estadual e no municipal, reconhecer o servidor público dedicado ao seu trabalho com espírito público, que é o objetivo fundamental do servidor nos três níveis de governo e permitir remuneração adequada àqueles que têm estas características e que o setor público possa dispor daqueles que não as têm através obviamente de um processo adequado que está especificado nessa regulamentação". Discurso do Ministro Malan; Programa de Estabilidade Fiscal, **site Internet, Ministério da Fazenda**, 28/10/98.

percepção, esta é uma das causas, senão a principal, do fato de que a balança de pagamentos no Brasil se torna ela própria no ponto de estrangulamento da economia.

O Estado brasileiro atual tem como ponto de estrangulamento da economia algo que poderíamos chamar de *a priori* tecnológicos, ou seja, técnicas ou idéias vendidas pelos países mais avançados, cujo saber nelas contidas os países periféricos não dominam, pelo menos a ponto de torná-las operativas. Essas são cedidas na forma de investimentos estrangeiros, os quais substituem o papel do ouro como equivalente universal, de modo tal que aqueles *a priori* se dissociam inteiramente de seu valor metálico natural, pois, no caso, o dinheiro, a moeda legal, monopólio do governo e que deveria exercer a função de meios de pagamento ou como dizem os economistas de máxima liquidez – e, com isso, melhorar as condições do mercado interno – tem na imagem do dinheiro de crédito internacional a acumulação que se realiza pela metamorfose daquela moeda legal.[384]

Após a euforia das recentes privatizações que ocorreram no Brasil, chega a hora da verdade. Quanto a venda da Telebrás, a maior privatização até agora realizada, as previsões são as de que a desnacionalização desse setor e das suas encomendas industriais causarão, dentro em breve, problemas macroeconômicos tão graves quanto os que estão sendo resolvidos no momento. Dois terços da telefonia fixa e 80% da celular estão sob controle estrangeiro. Segundo especialistas, os operadores estrangeiros que assumiram o controle da telefonia preferem importar equipamentos a comprar de fornecedores brasileiros.

A balança comercial desse setor, já deficitária em US$ 2,5 bilhões, pode acumular um rombo de até US$ 5 bilhões nos próximos dois anos. «Se não houver incentivos para as empresas brasileiras elas serão apenas montadoras», diz um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A entrada das estrangeiras nesse setor terá um impacto forte na balança comercial do País e, para nós, tudo isso implica que o processo

[384] Aqui aludimos apenas ao papel moeda, o dinheiro papel do Estado com curso compulsório. Origina-se diretamente do curso metálico. O dinheiro de crédito pressupõe, ao contrário, condições que ainda não nos são conhecidas no ponto de vista da circulação simples da moeda. MARX, 1982a, livro primeiro, vol.1, p. 141.

de concentração e acumulação do capital, no sentido marxista de sua definição, só é possível através de regras difíceis de se fazer.[385]

A conseqüência disso começa a ficar evidente. Diferente dos idos dos anos de 1830 em que proprietários rurais, extorquidos em suas rendas, se manifestaram politicamente – liderando movimentos separatistas – tem-se, hoje, os proprietários do capital industrial nacional extorquidos no seu capital produtivo pela avalanche mundial da especulação, o que põe o País, mais uma vez, igual no passado, no jogo da balança comercial subordinado às regras do sistema financeiro internacional. O governo já não tem nem os proprietários das terras, estes, hoje, de menor influência econômica e política que no passado e nem os proprietários do capital comercial e industrial como aliados políticos.

Por outro lado, hoje, diferente do passado, eles não são opositores, mas concorrentes no próprio governo. Daí esses proprietários do capital se articularem junto ao governo, via corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas, separando forma da ideologia (considerações jurídico abstratas) do seu real conteúdo, ou seja, das relações hierarquizadas de poder elaboradas pela classe, mas posta pela doutrina jurídica em formas imaginárias. Aquele corpo político constitui o partido da ordem fora do parlamento, ou seja, aparece como fenômeno do parlamentarismo, que, através de atos legislativos, vela uma relação de exploração que coloca a realidade tangível para além dos fenômenos.[386]

---

[385] No caso das privatizações da telefonia a longa distância, essas regras se põem extremamente difíceis de se fazer. A espanhola Telefone que comprou a Telesp - dia 29/ 07/98, uma empresa que, em 1966, comprara a companhia gaúcha CRT, abriu licitação em Porto Alegre para compra de aparelhos telefônicos cujo único vencedor possível, devido às especificações técnicas, era a Anper, de Madrid. A concorrente brasileira Intelbrás que oferecia equipamento equivalente a preços mais baixos pediu ajuda ao BNDES, um dos seus acionistas. A Anatel foi acionada e a licitação suspensa. A herança desse episódio foi uma cláusula incluída na privatização da Telebrás, que obriga as novas montadoras a encomendarem equipamentos brasileiros quando o preço e a qualidade forem equivalentes. "Mas essa é uma regra difícil de se fazer", adverte Aldemar Parola, vice-presidente da Zetax, que, juntamente com a Promom e a Batiq formam o trio de ferro dos fabricantes de equipamentos de telefonia com tecnologia e capital nacional. As três, mais a Alcatel, que utilizam tecnologia brasileira, dominam 35% do mercado nacional de telefonia fixa. Só não sabem por quanto tempo. "As novas regras facilitam a produção no Brasil, com tecnologia de fora", lamenta Parola. Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 50, 12/08/98.

[386] O capital a juros se personifica no capitalista do dinheiro, o capital industrial no capitalista industrial, o capital que propicia renda no senhor da terra como o seu proprietário, finalmente o trabalho no trabalhador assalariado. Entra na concorrência e no processo efetivo da produção sob essas *figuras fixas personificadas por personalidades autônomas*, que, ao mesmo tempo, aparecem como simples representantes das coisas personificadas. A concorrência pressupõe essa exteriorização. [Essas figuras] constituem suas formas naturais encontradas de modo natural-histórico e no seu aparecimento na superfície //929// [a concorrência] nada

Em suma, no Brasil, representação e classe, no conjunto, produz a relação de exploração, ou seja, a inovação institucional que torna possível esta exploração se realizar indiretamente pelo Estado pelo Estado, como indutor e regulador dos processos do trabalho. Nela a exploração do trabalho pelo capital, transformando aquela relação no conjunto de estratégias legislativas e administrativas, que coloca os interesses dos representados em um *corpus* reificado, representado através de figuras fixas personificadas por personalidades autônomas.[387]

4.6 Fundo histórico das práticas econômicas e o imaginário de sociedade burguesa

No Brasil, em diversos momentos de evolução social a renda fundiária aparece "como que invertida no tempo", indicando o sentido da superação das classes sociais pela representação de seus interesses, que são colocados em formas imaginárias no Estado; logo, o sentido da superação é dado pela idéia de administração racional da economia produzindo a imagem de crescimento econômico regulado pelo Estado. Neste sentido, a acumulação vai se realizar de forma indireta e dependente de contratos nos quais o governo se coloca como contratado (*retainer*) e subordinado ao sistema financeiro internacional. Isto nos leva a supor o valor-trabalho no atual momento de evolução da economia se realizando pela expropriação hermenêutica da tradição.[388]

É recorrente a economia no atual estágio de evolução ter os fundos de investimentos e fundos de pensão aparecendo em fundos de comércio, devido a renda fundiária que aparece "como que invertida no tempo" – na descrição de Smith em A riqueza das nações (1776) a renda fundiária se modifica a fundos de comércio, estimulam a manufatura de modo tal que os preços correntes não se afastam de preços naturais ou daqueles preços que provém a subsistência dos trabalhadores – que os fundos

---

mais é do que o movimento desse mundo invertido. Na medida em que, nesse movimento, se impõe a conexão interna, esta parece como uma lei misteriosa. Melhor prova é a própria economia política, ciência que se ocupa de redescobrir a conexão oculta. MARX, 1978, p. 308.

[387] É preciso pois descer das considerações jurídico-abstratas para compreender a natureza da "sociedade civil", o mesmo raciocínio é valido par o domínio do valor, é preciso abandonar o universo das concepções abstratas em favor da realidade, que se põe para além dos dados apresentados à razão sensível. Este é o caso Brasil. CUNHA, 1995.

[388] SMITH, 1983, p. 346.

investimentos (de pensões demais outros) parecem estar indo – evidenciado em tendência – na direção dos fundos de comércio que se transformam em renda fundiária.[389]

No Brasil tanto hoje, como antes, o aspecto subjetivo do método de Smith, em *A riqueza das nações (1776),* tem a moral contida nas práticas econômicas – e que foi também preocupação metodológica de Marx – se manifestando através do ator econômico renda fundiária, apesar de que ele se constitui em aparente renda de comércio em definições diferentes como fundos de pensões e fundos mútuos de investimentos e outros.

Na verdade, tem-se na atual evolução da economia no Brasil – devido a que o País se insere na Nova Divisão Internacional do Trabalho subordinado ao sistema financeiro internacional – a situação que leva o País ao aumento da carga dos impostos, já que nossa renda é fictícia, pois o capital especulativo que aporta no Brasil retorna aos países de origem através das multinacionais aqui instaladas. Significando com isso o absurdo de que somos nós que pagamos os impostos de pessoas jurídicas, lá fora, ou seja, pagamos, fora do País, impostos de empresas multinacionais que investem no Brasil, cujos investimentos diretos do estrangeiro nós não controlamos e que se evadem, diminuindo divisas.

No Brasil em momentos de crise social, como o é o momento no qual vivemos, as elites procuram sustentação política nas massas, e, com isso, obtém das camadas urbanas, precisamente na pequena burguesia, consenso para intervenções socioestatais; logo, nos movimentos políticos e nas vanguardas que deles emergem está a ante-sala que prepara diretrizes de políticas econômicas pensadas e organizadas no plano mental das elites como programáticas dos agrupamentos voluntários [partidos políticos].

É recorrente as atividades econômicas no Brasil se desenvolverem de modo tal que a reciprocidade entre base material existente e forma de organização social e política, ter a mediação na cultura posta como afinidades eletivas entre crença é ética profissional; logo, ser decorrente o controle e regulação da economia nas mãos do Estado, tendo como

[389] Ibid., p. 1983.

fim de controle das influências que atuam sobre essas atividades ações racionais que se orientam através de resíduos, na forma de sentimentos nacionalistas.

Conseqüente a representação política assumir o lugar de feudos – e esta é a herança da cultura política deixada por Portugal – doados pelo governo, na forma da lei, a todos aqueles que se tornaram líderes políticos proeminentes, porque condutores do processo de organização de massas. A doação de feudos pelo governo retrata pela cultura que se coloca como fonte histórica de valores a presença da ética da aventura que permeou a expansão das relações capitalistas no Brasil.

Esta ética percorreu no tempo os diversos estágios de evolução social no Brasil e é dela que se retira orientações político-administrativas estatais, as quais permitem que os interesses de classes, em geral, sejam realizados como interesses da oligarquia.

No desenvolvimento histórico geral, modos e estilos de vida traçados e absorvidos pelas massas foram os da oligarquia, mas de tal forma que as atividades econômicas mediadas pela ética da ventura – caracterizada na prática política pelo tudo que se consegue como benesses junto ao poder – determinaram o modo de produção de governo, que, no caso Brasil, se colocou em moldes da matriz histórica, configurando o caráter da forma de governo: despótico e faccioso.

Desenvolveu-se a partir daí a expansão das relações capitalistas traduzidas na construção do Estado. A sociedade brasileira animada pelo espírito da ética da aventura consegue, em especial nos momentos de crises econômicas, tirar do baú velhas instituições dando a elas roupagens novas. Floresceu no decurso da expansão das relações capitalistas de produção – este é foi o trajeto histórico posto pela tradição no cadinho da cultura – a ordem capitalista mercantil. Aqui, tudo gira em torno de perspectivas de criação de mercados futuros. Daí que se tem a sociedade na qual os mercados giram em torno dos interesses mercantis, produzindo no curso da história, mesmo e até na modernização, estruturas sociais antigas, fossilizadas, e que aparecem como novas.

Na verdade, a cultura que mediou os mercados de Portugal se representa rememorando a tradição. Em Portugal, como no Brasil, a indústria tem dificuldade de integração às sociedades modernas, tanto do ponto de vista de organização social quanto

do ponto de vista da produção econômica. A manufatura, ante-sala da indústria no Brasil – o País inicia a fase germinal de indústria após a Independência [1822] – teve em Portugal a herança do modo de produção econômica.[390]

Das contradições que caracterizaram a manufatura emergiram movimentos políticos nacionalistas que vislumbravam as portas do futuro. Lá, como aqui, a aristocracia não se colocou como governo dos mais livres, constituiu-se em camada intermediária que não diluía o poder do rei, que fazia ponte entre nobreza e povo. Produziu-se, deste modo, a sociedade na qual todos giram em torno da empresa do Rei, sendo este o Senhor absoluto. No Brasil a aristocracia se constituiu como oligarquia.[391]

Isso implica uma forma de representação política que não supera a relação senhor/escravo. O que obriga o Estado – este é o caso do Brasil – a se legitimar através da ética religiosa, a qual produz a fidelidade a benefícios concedidos como benesses do poder. Traço cultural já antecipadamente traduzido, pela tradição, em relações dominantes. Essas relações configuraram a sociedade capitalista brasileira, na qual os interesses gerais capitalistas se produziram na história como interesses da oligarquia.

No caso em pauta, a economia vai se realizar por fora da *polis* ou do espaço público, ou seja, realiza-se no interior do espaço privado ou da *oikos*, mas aparentemente se constituindo como espaço público. É recorrente não se distingir o privado do público – espaço da interação e política ou da construção do mundo comum – quanto a princípios

---

[390] A produção de manufaturados menos refinados que não colocavam o mercado de Portugal em igualdade de competição no mercado internacional com outros países é uma das causas que determinaram a expansão dos mercados. Daí o ampliar dos mercados para o Além Mar (período das grandes navegações), como necessidade de escoar produtos manufaturados de menor qualidade. Ibid., p. 353.

[391] Utilizamos aqui o termo oligarquia no seu sentido tradicional *negativo* de aristocracia, definido por Bodin em *Six livres de la république* (1576). Oligarquia é uma forma de governo em que o domínio é exercido por um pequeno número de dominadores. Em Portugal, os ricos e não os "livres" (*Aristóteles-política)* produziam a forma de governo. Trata-se, portanto, de uma forma viciada de exercício de soberania. Isto nos leva a esclarecer a relação entre oligarquia e elite, conforme o significado moderno do termo, por nós utilizado para fins de pesquisa. Oligarquia é a forma de governo corrompida pelo vício do exercício da soberania, que concentra poder, privilégio e riqueza, na qual a *classe dirigente* ou *elite* se põe como a camada mais esclarecida ou o elemento que contém decisões válidas para toda a comunidade. Em suma, a elite se compõem do *estamento burocrático* – a elite pensante – ou o corpo político pensado como corpo real e concreto de diretrizes de políticas econômicas. CUNHA, 1985.

que orientam ações racionais postas pelos elementos fundamentais da religião contidos na tradição. [392]

É conseqüente, pois, as atividades econômicas e políticas, independentes de sua natureza e função, terem aval de pessoas que desenvolvem ações orientadas pelo princípio de que qualquer intervenção da Igreja e do Estado em caráter de ética e de salvação, é necessidade imperativa posta pela vocação do trabalho. Está aí o gene constitutivo do capitalismo e da dominação social posta pela cultura. [393]

Diferente dos países europeus, mais ao norte - reportamo-nos às análises de Weber sobre a ética calvinista ou formal – aqui o trabalho se realiza através do caráter autoritário da doutrina religiosa. Isso permitiu, ao contrário dos países europeus, a expansão das relações capitalistas na direção da contabilidade do capital, mas não permitiu a burguesia se consolidar como terceiro estado.

No Brasil as classes rurais se assenhoraram do Estado produzindo o domínio – em períodos alternados de fases de ditadura e de "transição democrática" – que até quartos finais do século XX conservou a violência explícita de governos, nos quais o militarismo se colocou como garantia do jogo da democracia. Esta é a característica básica de governos totalizadores, os quais acreditam que a lei do universo é a luta de todos contra todos e de que a expansão é uma necessidade psicológica antes mesmo de ser mecanismo político.

---

[392] La definition du travail comme une activité soumise aux nécessités vitales et au souci de survie individuelle et spécifique nous est aujourd'hui familière, est aussi la définition de l'oeuvre comme la fabrication d'un monde d'artifices faits de main d'homme, de même encore la définition de l'action comme la condition irréductible de toute vie proprement politique. Il est moins aisé de reconnaître les traits temporels permanents assginés à chacun de ces dégrés de la "Victa activa" Comme on vient de faire allusion à l'instant, ils sont tout trois à faire avec la "mortalité" de l'homme. Ver Préface, Paul Riccoeur em ARENDT, 1983, p. 17.

[393] Cette abolition absolue de salut par l'Église et les *sacrements* - que le lhutéranisme n'avait pas développée jusqu'en ses ultimes conséquences - constituait la différence radicale, décisive, avec le catholicisme.(...) Ainsi, dans l'histoire des religions, trouvait son point final ce vaste processus de désenchantement (*Entzauberung*) du monde qui avait debuté avec les prophéties du judaisme ancien et qui, de concert avec le pensée scientifique grecque, rejetait tous les moyens *magiques* d'atteindre au salut comme autant de superstitions et de sacriléges. Le puritan auntentique (...) il enterrait ses proches sans chant ni musique, a fin que ne risquât de transparâitre aucune superstition, aucune crédit en l'éfficacité salutaire de pratiques magico-sacramentelles. *A ética da aventura pode por analogia se considerar como ética contrária à ética calvinista.* Grifos nossos. WEBER, 1964, p. 117.

Enquanto ao estamento pertence o *dominare* ou o assenhorar-se das terras sem governá-las, na comunidade que se constitui em corporações às classes dirigentes ou às elites pertencem o *regnare*, porém, de acordo com modos e estilos de vida da oligarquia, traçados pelo estamento – a real camada dirigente.

É recorrente a presença de um processo de formação da vontade soberana articulado à representação política, caracterizada pelo personalismo. Isto leva a política estatal a ser elaborada a partir da sociedade, refletindo a honra como valor ornamental de características pessoais. Recorrente é também o domínio rural que foi na história do Brasil o viveiro dos caciques das tribos partidárias que não conseguem consenso que permitam o acesso ao poder estatal e, que, por isso, em momentos de crises, aliam-se aos militares. Nesse tipo de domínio os governos se espelham e as massas os contemplam admiradas.[394]

Foi o latifúndio o grande obstáculo que se colocou no momento de formação do Estado nação, genuinamente brasileiro (pós Independência de Portugal), pois, a partir dele, toma forma o parlamentarismo que vai determinar a forma parlamentar de gabinete através de pactos políticos tácitos entre governo e sistema partidário. Foi também o latifúndio o grande obstáculo à modernização do País, que inicia os primeiros passos nas décadas nas primeiras décadas do século XX.[395]

Reproduziu-se no Brasil o que se pode denominar de matriz histórica. Nela presente o modo de produção de governo – ou de administração das coisas públicas – em que o governo articulado ao sistema financeiro internacional, produz, através do parlamento, inovações institucionais, um instrumento político que impulsiona a passagem

---

[394] Esse *regimem* de subordinação econômica ao *landlord* é o que permite o esmagamento das massas urbanas nos prélios eleitorais. Esse pobre diabo, para conservar a proteção do potentado que o ampara e não o deixa morrer à mingua é a ele dedicado como um cão (...). Reserva-lhe o voto e a última bala da carabina, em sinal de gratidão e reconhecimento. (...) é que o latifúndio é a base de sustentáculo de todas as forças partidárias regionais. (...) *O domínio rural é o viveiro de eleitores do cacique das tribos partidárias.* Nele, o coronel coordena massas dispersas, mal presente o aceno do chefe proeminente das oligarquias. [**Grifo nosso**]. ROSA, 1976, p. 118.

[395] O latifúndio é grande obstáculo à vida de relação entre as populações brasileiras. O isolamento de sua existência reflete-se perniciosamente, tanto no plano elevado das aspirações sociais, como no terreno fundamental das trocas comerciais. Economicamente é um empecilho formidável, reduzindo o consumo, não concorrendo para o baratear da produção com o aumento dos mercados. Socialmente é um recinto fechado, segregado, impermeável às correntes ideológicas e um retardador do progresso intelectual. Em todos os aspectos impede a circulação dos produtos ou idéias, aparecendo como entrave ao engrandecimento do País. Ibid., p. 119.

do trabalho simples a trabalho abstrato social, de tal modo que o trabalho em seu movimento em produto concreto aparece na forma de imaginário social.

Isto nos leva a supor que os líderes políticos carismáticos funcionais, representantes da corporação que se apossou do Estado, buscarão, assim como no passado, atrelar ao governo os descontentes do comércio e da indústria. Esses na sua maioria compostos de indivíduos cujos grupos econômicos têm nas reminiscências do passado, a possibilidade de estabelecerem os antigos pactos políticos entre burguesia e oligarquia, portanto capazes de se pactuarem com o governo; logo, demonstrado pelo parlamentarismo a força da tradição ou a representação caracterizada pelo endosso de responsabilidade no trato das coisas públicas, mas como endosso que começa pela conta do outro ou às custas da nação ou ainda de todos.[396]

No Brasil, o fenômeno do parlamentarismo confere ao valor-trabalho a forma de cidadania, mas realizada pela expulsão de pessoas que nela se incluem, ilusoriamente, ou seja, pela inclusão das pessoas nos benefícios gerados pela produção da riqueza social, de modo tal que o crime vem a ser a forma de recuperação de certa igualdade humana ou de igualdade que passa a ser concebida como exceção à norma.[397]

Cremos ser possível identificar no passado o parlamentarismo como fundo histórico se constituindo na essência móvel ou no determinante do curso da evolução da economia; logo determinante do movimento de metamorfose de mercadoria, e, com isso, apontando a direção da superação das classes no sentido inverso da direção pensada por

---

[396] Na década de 70, quando iniciava a luta competitiva dos conglomerados americanos, europeus e japoneses pelo domínio dos novos mercados em expansão, o Brasil tinha posição privilegiada pelo seu tamanho e população como também grau relativamente elevado de industrialização de barganhar – via sistema financeiro internacional – a concessão de financiamentos indiretos em vez de investimentos diretos, já que estes últimos implicam a perda do controle do país sobre eles. O caso do Japão é ilustrativo. Adotou-se lá uma legislação que efetivamente restringiu o investimento direto de capitais estrangeiros. SINGER, 1985, p. 49.

[397] A melhor forma de determinar se uma pessoa foi expulsa do âmbito da lei é perguntar se, para ela, seria melhor cometer um crime. Se um pequeno furto pode melhorar sua posição legal, pelo menos, temporariamente; aí podemos estar certos de que foi destituída dos direitos humanos. Pois, o crime passa a ser, então, a melhor forma de recuperação de certa igualdade humana, mesmo que ela seja reconhecida como exceção à norma. O fato importante é que a lei prevê exceção. Como criminoso mesmo um apátrida não será tratado como qualquer outra pessoa nas mesmas condições. Só como transgressor da lei o apátrida pode ser protegido pela lei. ARENDT, 1990, p. 320.

Marx. em sua metodologia. É conseqüente essa direção indicar, no futuro, a forma de exploração do trabalho pelo capital sendo posta pela tradição, ou seja, produzindo a atual forma da acumulação que se realiza de modo indireto, ou seja, pelo Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho.

Na verdade – esta é nossa aposta – a atual forma de governo é apenas resultante do desenvolvimento histórico no qual a acumulação e a mais valia que daí decorre é realizada pela expropriação hermenêutica da tradição. O que nos leva a explicação tanto ao nível histórico quanto da ciência em geral, da via singular de capitalismo, que, aqui, no Brasil, produziu o movimento de contradição da realidade no qual as leis da natureza foram postas como leis da economia da economia, produzindo a história.

O Brasil no período de 1822-1864 expandia suas relações capitalistas sob o domínio da Inglaterra – polo hegemônico inconteste da geo-política mundial – mas, dependente de financiamentos do exterior. Via-se compelido a adoção de políticas econômicas tradicionais e conservadoras. Durante este período foi estruturado o ordenamento jurídico, de tal forma que o sistema de representação das classes tem no Direito o elemento que recompõe o domínio sob o controle das classes dirigentes.[398]

Por conseguinte, mesmo em uma situação de dependência estrangeira, na década dos anos 1830, em especial, após 07/04 de 1831, com a ascensão do café, menina dos olhos da política exportadora, o País vive intensa euforia assentada na crença de um crescimento industrial. O terreno era propício para empreender-se a passagem de sociedade tradicional a um estágio ulterior – o de sociedade liberal. Levando à implementação de políticas econômicas, realizando- se através da reunificação do povo em torno de seus líderes políticos, produzindo – via representação política – o controle social através de juridificação das relações sociais, que beirava à legislação excepcional.[399]

---

[398] A monarquia constitucional, autoritária, centralizada triunfa pela força e estabiliza-se após longo período de convulsões políticas e sociais. A estabilidade é relativa até no fastígio de 1850-1864. Os 36 gabinetes e 9 dissoluções da Assembléia o provam. Ibid., p. 73.

[399] A queda de Pedro I conclui a transição - independência do Brasil de Portugal - iniciada em 1808. Taxada pelo liberal de esquerda Teófilo Otoni de *journée de dupes* (Dia dos Bobos) por moderada em demasia, ainda assim marca a existência de um Estado brasileiro, separado do português, monárquico, centralizado, com traços autocráticos, mas em mãos de uma elite nativa. Estes traços, contestados num sem-número de

Vivia-se no momento da década de 30 aguda crise agrária e o País não conseguia alçar vôo na direção de um novo estágio de evolução social, porque no campo da economia faltava-lhe capital – e as transações comerciais, à época, o exigia, juntamente com o crédito – e no campo da política econômica faltava-lhe o saber posto como ciência econômica que evoluía, e com ela, métodos de administração racional da economia.

Faltava-lhe, sobretudo, o básico para a expansão de relações capitalistas do tipo liberal, ou seja, um povo integrado à rede de relações capital/trabalho, flexível e de fácil mobilização. O que era exigido pelas necessidades de trocas comerciais, a nível mundial, que se realizavam girando em torno do domínio político e econômico da Inglaterra. Razão de sua dependência do exterior.[400]

No da campo da política interna "faltava-lhe" povo, este não se incorporara aos mercados, impossibilitando a presença de pactos constitucionais que levassem a sociedade brasileira, nos moldes em que se constituíam alguns países da Europa, a uma sociedade liberal. Tudo isso, atrasava o momento em que o País daria o salto em direção ao estágio ulterior de evolução social, a indústria.

O que vai levar, então, o corpo científico das elites que constitui o estamento burocrático, a implementação de políticas macroeconômicas monetaristas – estranhas à cultura da terra, porque próprias de uma concepção do pensamento econômico, tradicional, metalista, dominante, à época, na Europa. Contudo, as políticas econômicas implementadas se puseram de acordo com interesses da oligarquia e da burguesia que, com ela, partilhava o poder.[401]

---

revoltas e revoluções, sobrevivem, com concessões, até o fim do Império. História do Brasil, 500 anos, Revista **Isto É**, p. 52.

[400] Um tratado com a Grã-Bretanha, em 1826, por D. Pedro I, prometia a extinção do tráfico em 1830 e, um anos após, em novembro de 1831, uma lei declara que seriam livres, daí por diante, os escravos que entrassem no País. Providência esta ditada por ingleses e aceita pelos brasileiros, mas só *para inglês ler*. Nunca se importaram tantos escravos como depois do Tratado de 1826. FAORO, 1991 , vol. 1 , p. 327.

[401] Na década de 1830, na Europa, foram intensos os debates econômicos. Marx inclusive deles participou, abordando problemas relacionados com a acumulação do capital: a superprodução e as crises, pondo-se em confronto com a teoria ricardiana, em que, David Ricardo, especialmente, em *Os Princípios* (1817- 1821), não abordava tais problemas, satisfatoriamente. Ricardo, ao estudar o problema das flutuações nas atividades econômicas, atribui às mudanças bruscas que estavam a ocorrer no capitalismo a circunstâncias fortuitas e não a uma causa inerente ao sistema econômico. "A guerra, os impostos, as modas, alterariam a lucratividade relativa de diferentes ramos da produção, tanto no país em que estes fatores atuam, como nos que com ele mantêm relações comerciais. Será necessário *transferir trabalho e capital,* haverá miséria,

Um corpo de idéias veiculado e propagado, intensamente, através de jornais, reunia o povo em torno de líderes políticos, os quais buscavam no sentimento da nacionalidade nativa que emergia, elementos consensuais que permitissem as intervenções socioestatais. Era recorrente a presença de movimentos gerados no âmbito da sociedade, os quais davam o aval a implementação das políticas econômicas que expressavam idéias em um modelo de administração racional da economia de outras terras e culturas.

Práticas de governo, de administração e estratégias legislativas e administrativas associadas a discursos racionais colocavam-se como instrumento de domínio a disposição das elites nativas. Tudo isso fornecia o caldo cultural que tornava possível constantes reformas do aparelho estatal emergindo delas inovações institucionais. Isso em tempos em que proliferavam revoltas separatistas, as quais tinha em suas raízes características étnicas e de caráter nacionalista. O nacionalismo tribal dominava o cenário político.[402]

O que nos autoriza a dizer que os movimentos separatistas emergiam resultantes das políticas exportadoras e importadoras que se subjugavam a interesses estrangeiros; logo, expressando o modelo capitalista estrangeiro (efeito de imitação). Eram os movimentos expressam de expressão nacionalista tribal própria do País de grande extensão geográfica e de enorme diversidade de atores presentes e de diferentes culturas regionais. Iniciavam-se, então, os primeiros passos nativos na direção da construção de um processo de formação de identidade nacional.

---

enquanto o sistema econômico não se adaptar a mudanças de condições. Os países ricos que têm grandes quantidades de capital investidas na indústria manufatureira sofrerão mais com essas mudanças do que os países pobres. E também a agricultura será afetada pelas guerras e pelas vicissitudes que trazem consigo na exportação e importação". ROLL, 1977, p. 178.

[402] Neste ponto, podemos citar como exemplo o Movimento dos Balaios que ocorreu no Maranhão e que exigiu como condição de paz e cessação da revolta revogação das leis dos prefeitos – estes tinham poderes discricionários – e das que organizavam a Guarda Nacional, além de confirmação de postos militares daqueles que participaram da revolta e a expulsão de súditos portugueses. Ali, numa economia que girava em torno do algodão, base da riqueza local, um forte movimento *quilombola* - a província tinha a maior porcentagem de escravos, 67% - contrasta com uma elite portuguesa que resiste a Independência. O Movimento da Balaiada, mesmo sendo um movimento de *extração popular*, recebe apoio estratégico dos liberais do Maranhão, os chamados *bem-te-vis*, do pequeno e ê femero semanário irregular de Estevão Rafael de Carvalho, que anuncia as edições com foguetório. História do Brasil, 500 anos, Revista **Isto É**, p. 65.

Um processo de reunificação do povo em torno de líderes, ajustava ao tempo os interesses da oligarquia, criando, através do cotejo de imagem evocada pelas palavras (jornais e outros meios de comunicação à época) um conjunto de idéias que constituía um real espaço institucional, estruturando todo o corpo nacional em um sistema de corporação. Isto no contexto de que a classe média urbana em ascensão – a burguesia nascente – dividia o poder com a oligarquia.

Porém, na realidade, estava ocultado no papel do parlamentarismo, o real papel da classe social como fator gerador de mudanças na história, pois esse fenômeno constituía o corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas, que, via parlamento, produzia a legislação conformada aos princípios de organização social que nasciam do estamento. Estruturava-se a sociedade capitalista liberal, na qual a idéia de público e privado se coloca distinta aos olhos das massas.[403]

Na verdade, separava-se o que se misturava, ou seja, público e privado espaços que não se distinguiam onde começava um e onde terminava o outro e, com isso, produziam-se chances lucrativas das classes comerciais, na cidade, articuladas a interesses financistas internacionais, em detrimento das classes rurais e dos lavradores e moradores que delas dependiam em suas necessidades de sobrevivência. Produzia-se resultante de sentimentos nacionais que afloravam, as bases consensuais para atos intervencionistas do Estado. No caso em pauta, eram as próprias classes que elaboravam os conteúdos de legitimação, por serem transformadas em massa. Constituía-se, assim, todo um imaginário de sociedade burguesa, que se erguia tendo como substrato a tradição e os elementos fundamentais de religião nela contidos. É comum as culturais regionais mediarem mercados que se ampliava. A vocação para o trabalho é sua condição de ampliação.[404]

---

[403] Pernambuco em meados do século XIX tem o comércio nas mãos dos estrangeiros, em especial dos portugueses (marotos, marinheiros), também especuladores e usurários. O longo governo de Francisco Rego Barros (1837-1844), barão de Boa Vista, consolida este domínio. O clã açucareiro dos Cavalcanti-Rego, inspira uma quadra popular: "*Quem viver em Pernambuco, deve estar desenganado/Que ou há de ser Cavalcanti/ou há de ser cavalgado*". Os Cavalcanti - Rego, formam uma espécie de Bastilha que foi preciso a revolta PRAIERA para demolir. A massa crescente de pobres livres - molambistas, esfarrapados, proletários no dizer da época – artesãos, padres, militares e intelectuais, passa a contestação política e também social da elite agrária. Tem como principal porta-voz o *Diário Novo*, que inspira adeptos, os praieiros, e uma *dissidência baronista* do Partido Liberal, a Praia. Ibid., p. 67.

[404] Esse modo de reprodução autoreferida do espaço público revela o lugar ao qual se recolhe a expectativa de uma auto-organização soberana da sociedade. Com isso, a idéia de soberania popular é dessubstanciada. HABERMAS, 1990b, p. 111.

No Brasil, o processo de transformação de classe social em massa produzia, através da cultura, traços peculiares que conformavam movimentos políticos que emergiam das desigualdades sociais a movimentos totalitários. Daí que a divulgação de idéias contidas no doutrinário liberal que formava a opinião pública, encontrou na tradição o cadinho cultural que a acolheu, tornando o expediente da propaganda via representação política carismática funcional. As idéias liberais colocavam-se em acordo com a cultura que mediava os mercados e concretizavam, no Estado, precisamente no ordenamento jurídico, a imagem das classes sociais. Esta imagem apareciam em formas romanas do pensamento jurídico.

O ordenamento jurídico representava a "mão invisível" que repartia os frutos das atividades econômicas, distribuindo os bens materiais, que se realizavam pairando sobre as classes sociais, porque distribuída através da força legal, monopólio do Estado, segundo posições ocupadas pelas classes na estrutura produtiva. Produzia-se a hierarquia social de acordo com aquelas posições. Reforçou-se, desta maneira, o cerne institucional no qual um "Estado familiar" (herança cultural da colonização portuguesa) garante os privilégios da oligarquia.[405]

Essa é uma forma de dominação que senta raízes na formação do Estado português, em fins do século XIV e que nos revela o caminho de construção do Estado brasileiro, no qual o processo de formação socioeconômico se realiza na dialética da representação política e formação da vontade soberana, através do fenômeno do parlamentarismo. Neste caso, a formação da vontade geral é estruturado como conceito

[405] Je n'applique le terme "division du travail" qu'aux au conditions dans lesquelles une activité est divisée, atomisée en d'innombrables petites manipulations; il ne s'agit pas de la 'division du travail"que procure la espécialisation. On ne peut appeler division cette dernière qu'en admettant que la société est à concevoir comme *sujet unique,* dont les besoins sont satisfaits au moyen des tâches qu'une "main invisible" répartit parmi ses membres. Il en est de même, *mutatis mutandis*, de la notion bizarre d'une division du travail entre les sexes, qui passe même pour originnelle chez certains auteurs. C'est admettre pour sujet unique l'spèce humaine qui aurait réparti ses besognes entre les hommes et les femmes. On trouve cet argument dans l'antiguité (cf. Xénofon, économique, vii, 22) (...) Lántiguité ne semble avoir connu que la specialisation professionelle, que l 'on supposait prédéterminée par les dons, les qualités naturels. Ainsi, les travail des mines d'or, qui occupait des milliers d'ouvriers, était réparti d'après la force et l'habilité. ARENDT, 1961, p. 87.

normativo de espaço público que hipostasia a vontade geral. Na forma de ilusão a vontade geral é colocada como pressuposta vontade soberana. [406]

O parlamentarismo alcançou forma plena no desenvolvimento das forças produtivas e do saber que elas geraram e tem sua origem na Dinastia dos Avis da Casa de Bragança nos idos da década de 1380, quando Portugal inicia a formação do seu Estado Nação no sentido moderno. Faoro vai descrevê-lo na forma desenvolvida no momento da formação do Estado Nação brasileiro (1822-1864).

O parlamentarismo naquele momento se manifesta através do corpo político de representação dos interesses das classes rurais enraizadas na tradição e revela a dominação social que está presente produzindo a ilusão democrática, posta na forma de governo parlamentar de gabinete. Nela a burocracia, que tem no Estado o indutor e regulador dos processos do trabalho, unifica conflitos decorrentes de tensões normativas que expressam a concorrência que se estabelece no mercado.[407]

Daí, os conflitos serem resultantes de concorrência entre burguesia e oligarquia – cujos interesses são representados no Estado no corpo político das classes rurais não emancipadas – conservadores e liberais se entendiam quanto aos seus interesses – (des) ocultando a causa que produz a unificação das forças políticas em torno de diretrizes de políticas econômicas. No caso, o parlamentarismo, que determina o parlamento da classes rural, se constitui na força política que manifesta a unidade da contradição – normas constitucionais e economia tendente a crescimento – que aparece como confronto aparente entre governo central e províncias, na forma de governo parlamentar de gabinete.

Esta forma de governo funciona como unidade força e produz a reunificação das massas – representadas em seus interesses, como interesses da oligarquia e da classe

---

[406] As primeiras minorias, na Europa, surgiram, quando o princípio protestante de liberdade de consciência conseguiu suprimir o princípio *cuius regio eius religio* (de tal região, sua religião). ARENDT, 1990.

[407] No período de 1822 1864, ocorreram 39 gabinetes, comopostos por conservadores e liberais que se alternavam no poder ou estabeleciam aliança, de acordo com conjunturas econômicas e interesses em jogo. Nesse período, ocorreram 9 dissoluções do Parlamento. Isto em momentos em que esses dois grupos partidários não conseguiam se entender, pelo menos o suficente para que um deles tivesse acesso ao poder estatal. História do Brasil 500 anos, Isto É, 1990b.

média urbana – sob o comando do gabinete palaciano conservador de Bernardo Jacinto da Veiga, a quem Antônio Carlos chama de Oligarquia.

Este gabinete, premido pela greve agrária, à época, junta burguesia e oligarquia em torno da empresa do Rei, produzindo e produz a inovação institucional – a volta do Conselho de Estado (1841), suprimido por Feijó (Ato adicional de 1834) – que permite centralizar ações corretivas sobre a economia no Palácio do Imperador.

O parlamentarismo que se manifestou na forma rudimentar no passado pela Lei das Sesmarias – que permitiu em Portugal a burguesia assenhorar da administração municipal, em especial de Lisboa e Porto, fazendo valer sua voz na Corte- revela-se naquele momento, no Brasil, na sua forma desenvolvida. A classe media burguesa em ascensão aliada à oligarquia partilha em conjunto com o Rei (Pedro II) o poder absolutista.

Mas, agora, diferente do passado (lá em Portugal), fazendo valer a *voz das ruas* e não da Corte. Isto porque a elite brasileira já tem como base social classes já constituídas em massa, e com isso, tem também o controle dos movimentos separatistas que ela mesma criara; logo, o caminho da apropriação do poder pela burguesia ser o de ganhar a posse da administração estatal – e benefícios daí gerados - que, contudo, é obra e arte da oligarquia e daqueles que querem mudanças sem perder o *status quo*.[408]

Neste ponto, a descrição de Faoro é reveladora. Vai apanhar na relação governo e províncias, a matriz histórica na qual se funda a esfera pública no Brasil. Nela contida a essência móvel (ocultada), que se revela na relação governo/sistema partidário/sistema financeiro internacional, produzindo a acumulação que se realiza pelo parlamentarismo, ou seja, na forma política. É parlamentarismo, reproduzindo relações produtivas de classes, através de justificativa política. Neste sentido esse fenômeno produz o movimento de movimento de metamorfose de mercadorias, determinando o ponto

[408] On appelera *partage des pouvoirs par un ordre* la situation suivant laquelle des groupements qui, dans leur ordre, sont privilgiées par l'appropriation des pouvoirs seigneuriaux, créent par compromis avec le seigneur des règlements politiques ou admnistratifs (ou les deux ensemble), ou bien des règlementations admnistratives concrètes, ou bien encore des règles de contrôle administratif, et eventuellement vont jusqu'à exercer parfois avec leur propre direction administrative, un pouvoir de commandement propre. WEBER, 1971, p. 315. Économie et société/1.

nuclear de fetiche da mercadoria ou o ponto no qual o valor trabalho se mimetiza em dinheiro.

Vejamos a descrição de Faoro: "as províncias desprezadas pela Corte curtindo exílio dentro do País e insatisfeitas com a Regência, reagem não para se separar ou tornar-se independentes – situação reclamada e imposta como tática de luta sobre promessa de retorno à união uma vez vencedora a causa – mas para gozar de maior proteção do centro. (...) A obstinada, enérgica e arbitrária conduta de Feijó, ajudada pelas armas, não conseguiu pacificar a nação e consagrar a autoridade no respeito ao público. A autoridade não se imporia com a mão de ferro, nem com o esmagamento das províncias.

O campo de aglutinação cultivado entre liberalismo e mando sem contemplações, ensejaria o entendimento e o debate permanente das reivindicações provinciais. O governo, sem ser despótico, não seria fraco. O estuário clama pela rearticulação das peças do sistema político de tutela, tutela e não ditadura ou a ditadura encoberta e amortecida pela tutela. A câmara temporária controlada pelo senado vitalício, seria o *forum* onde as partes em litígio se entenderiam, vigiadas por uma camada social oriunda da aristocracia improvisada e da burocracia superior.[409]

Os estadistas cevados na corte de D. João e D. Pedro I, escaldados nas assembléias de Lisboa (1821-22) e do Rio (1823), experimentados em dez anos de vida parlamentar formariam um bloco de comando, capaz de absorver novas contribuições, mas sem antes domá-las e cunhá-las com o modelo do sistema. Daí emergiria o parlamentarismo à margem da letra da Carta de 1824, de caráter estamental, de inspiração inglesa, mas isento de virtualidades democráticas. Feijó não seria o homem capaz de presidir esta *intente cordiale*, mas incapaz de impedi-la, cederia a chefia da regência (19 de setembro de 1837) a alguém "mais hábil ou mais feliz", merecedor da confiança do poder legislativo. A vitória seria de Bernardo de Vasconcelos, com a instalação do projeto político por ele ideado, presidido pela habilidade de Araújo Lima".[410]

---

[409] FAORO, 1991, vol. 1, p. 320.

[410] Ibid., p. 321.

Tudo isso, produzia a posse dos meios de produção pela tríade governo/sistema partidário e sistema financeiro internacional, que, à época tinha a hegemonia nas mãos da Inglaterra. Entretanto aquela posse se realizava pela força – ou a força legal que se colocava no Estado pela idéia de legítima – porque produzida na articulação classe e estamento. Revela-se, pois, o parlamentarismo como matriz histórica ou lugar no qual se funda pela tradição esfera pública brasileira.

Em suma, a posse dos meios de produção realizava-se como relações de dominação, colocadas, já, antecipadamente como relações dominantes "antes mesmo que qualquer linguagem", porque fundadas pela tradição, que fixava essas relações através de elementos fundamentais da religião. Neste caso, tais elementos traduziam a força da tradição na forma de ordens ou comandos emanados do Estado, estruturando as classe sociais em formas romanas de pensamento jurídico.

É recorrente a classe burguesa aliada a oligarquia, porque articulada ao estamento, produzir pela representação política o movimento de metamorfose de mercadoria, e, com isso, ter-se a subordinação da economia à política – e isto constitui o singular que permitiu a expansão das relações capitalistas no Brasil – através de normas valores e signos que relembravam no passado, tempos da Dinastia dos *Avis*.

Rememoravam-se os direitos domésticos caracterizados como *Droit d'enseigne*; logo, as ordens ou comandos emanados do ordenamento jurídico vão situar a administração racional da economia no *rang* de categoria econômica de classe e o parlamentarismo como fundo histórico de natureza econômica mediato à política.[411]

A administração racional da economia vai representar pela burocracia a idéia geral dos interesses da sociedade, permitindo, deste modo, a produção material e a acumulação que daí deriva, se realizar na forma política. Daí podermos afirmar que a classe no concreto do produção econômica tem o papel – porque desideologizada ou imune à

[411] L'appropriation totale des pouvoirs de commandement sur un groupemment ne se realise d'habitude qu'avec des nuances et des résidus nombreux, selon le genre de ces droits de puissance concédés en fief. Ce qui reste, en règle générale, c'est la différence de condition (*ständisch*) entre celui qui n'est doté que des droits domestiques purement fiscaux *vassal politique* et celui qui l'est de pouvoirs de commandement sur le groupement: souverainété judiciaire (juridction criminnelle surtout) et souverainété militaire (avec droit d'enseigne [*Fahnenlenhen*] en particulieur). WEBER, 1971, p. 339. Économie et société/1.

ideologia – de ajustar o conceito de Estado à administração racional da economia, configurando o corpo político de representação dos interesses das classes camponesas não emancipadas, porque enraizadas na tradição.

Este corpo político é pois a manifestação empírica do fundo histórico de natureza econômica que manifesta a contradição pela forma de governo parlamentar de gabinete, indicando o lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública. Expressa em evidências empírico-jurídicas a matriz histórica se coloca no desenvolvimento histórico geral como essência móvel que oculta no interior do movimento de metamorfose da mercadoria, o ponto nuclear de fetiche da mercadoria, o qual aparece na forma de imaginário social como criação do parlamento em inovação institucional.

Daí, a explicação da dominação estatal de classe sendo realizada pelo Estado, que opera a ideologia através da idéia de administração racional da economia, em tempos diferentes, com o mesmos conteúdos ou elementos religiosos contidos na tradição, mas através de formas de legitimação diferentes; logo esses conteúdos têm sua legitimidade no modo como a classe - fenômeno que acompanha o Estado no tempo – vai traduzir através da cultura a idéia de sociedade que a classe tem de si mesma. Nesse caso, a classe social aparece representada em imagem no Estado e como imagem de si mesma, contudo, ludibriada porque coisificada.

O que nos leva a supor que a classe através da interpretação do mundo sociocultural separa razão teórico-cognitiva e prático-racional, produzindo pela ação estratégica – executada no plano da comunicação dos indivíduos (na dialética da interação e trabalho) – a vontade soberana que legitima a democracia. A cumulação aparece pois na forma de ilusão democrática, posta como imaginário social, expressando o conceito de cidadania como igualdade econômica de todos perante a lei – ou como ilusão da participação de todos na prática de autolegislação. Ilusão que vai aparecer, enfim, na idéia de administração racional da economia Neste sentido, o parlamentarismo constitui-se em fundo de natureza econômica que realiza a economia mediata à política.

Este é um fenômeno que se desenvolveu na história estruturando o imaginário de sociedade capitalista liberal brasileira, de modo tal que representação política coloca em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito. O que nos fornece nos

diversos estágios de evolução social, os princípios de organização social configurados como totem.

Está, pois, definido no plano da explicação científica em geral o que chamamos de parlamentarismo ou matriz histórica – ou ainda o lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública. Esta matriz configura a dominação patrimonial – que não aparece no real concreto na forma de patrimônios, abstratos, em estado puro, ideal – e que, no caso Brasil, manifesta o movimento de contradição da realidade na forma de dominação carismática funcional.

Estamos entendendo por totem o expediente político que denominamos de inovação institucional e que permite ao Estado ultrapassar os limites de possibilidade da ação fixada no plano institucional e fiscal, sem se expor a riscos de déficit de legitimação imediatos, os quais constituem riscos que vinculam a ação estatal aos processos consensuais.

Trata-se de conceito pensado ou de recurso antropomórfico que define a classe como categoria de sensações percebidas pela razão teórico-cognitiva como movimento teórico de reflexão, no qual a classe vê a si mesma representada em imagem no Estado.

Está, pois, definido no plano de explicação científica em geral e no plano histórico o totemismo sociológico como parlamentarismo, ou seja, um conceito – ou instrumento de pesquisa – que nos permite apanhar determinado momento da história na sua significação e no seu valor objetivo a acumulação se realizando na forma política.

Trata-se, em suma, de conceito que nos permite determinar o sentido histórico que é dado pela classe ao espaço do institucional, o público, no qual o culto é representado na forma coletiva de representação dos interesses gerais da sociedade, através de crenças que se articulam ao saber contido nos afazeres cotidianos adquiridos de forma pragmática. Este culto manifesta-se em ritos ou em feixes de práticas rituais que se repetem em intervalos de tempo, constituindo o ordenamento jurídico através de normas consagradas pelos costumes.

Neste caso, a cultura se coloca como fonte histórica de valores e dá àquelas normas o sentido positivo, ou seja, vai conformá-las às intenções contidas nas diretrizes de políticas econômicas a um significado de idéia de necessidades; logo, tem-se contido no totem o traço cultural – que medeia mercados em conjunturas que variam no tempo – que representa o lugar da tradição no qual se funda a esfera pública no Brasil.

O parlamentarismo definido como matriz histórica vai caracterizar a natureza e o desenvolvimento do Estado de acordo com circunstâncias históricos e culturais que mediaram os mercados brasileiros.

Concluindo, podemos dizer que a matriz histórica pode ser concebida como ação de representação coletiva de um estado de coisas, que aparece como ato de representação política articulado à formação da vontade soberana; logo, pode ser compreendida por uma ética parlamentar que tem nela contida a "moral do pensamento de classe". Neste caso, aquela matriz se produz como prática de autolegislação e expressa o processo de formação socioeconômica, que, aqui se realizou através de classes geradas do estamento.[412]

Hoje, como antes – e o pensamento econômico tradicional já confirmara – lucros e salários estão, como sempre, em razão inversa. No caso Brasil, esta lógica se inverte. O que nos leva a buscar o motivo do desemprego estrutural e da diminuição dos salários e o conseqüente aumento dos lucros (ou do capital), ou o processo de acumulação em moldes do que foi analisado por Marx, o qual produz o crescimento do capital fixo sem necessitar de aumento de salários ou de capital variável.

Isto nos leva a reconhecer o valor-trabalho – como Marx o reconheceu – como a própria realidade do modo de produção capitalista, que, no Brasil, aparece em

---

[412] Neste ponto buscamos em Faoro uma citação com a qual esperamos evitar mal entendidos e perplexidades quanto a proposta metodológica que aí está contida. Para Marx e Engels – ciosos do bom emprego do conceito *Stand* – comprometido com a realidade pré capitalista - a burguesia moderna atualmente uma classe, gerou-se do estamento (*terceiro estado* da política francesa) *anfangs selbst feudales stand* (Anti-During). In: MEW (v.20, p. 97,98,152 e 164). Clara, para eles, a distinção entre classe e estamento, que depois se esfumou, em grande parte devido à perplexidades dos tradutores franceses e de língua inglesa, por meio dos quais, no Brasil, se cultivou o pensamento sociológico. "Ver nota rodapé 16 – A Revolução Portuguesa, Faoro (1991, vol. 1. p. 69).

formas de abstrações jurídicas compondo a instituição da propriedade privada, através do fenômeno do parlamentarismo.[413]

No caso, estaremos na metodologia, reconhecendo a necessidade de apreender, na sua globalidade, os motivos políticos que levam agentes econômicos a agir – premidos pela necessidade de sobrevivência – na realidade. O que nos levou a retratar a via singular do capitalismo brasileiro, através dos «olhos de Arendt».[414]

[413] Vale a pena começar por não compreender. Este velho adágio popular se reflete na atitude do jovem Marx que adotará por respeito a teoria do valor-trabalho, elaborada pela Escola Clássica Inglesa de Economia Política e que será levado a perfazer mais tarde. Nos seus primeiros escritos sobre a *Economia Política* ele rejeita explicitamente a teoria do valor trabalho. Entretanto, na *Miséria da Filosofia* ele aceita aquela teoria não menos explicitamente. O que mudou? Na verdade, Marx começa aí a defender Ricardo contra suas críticas e o que aparece em Ricardo como *cinismo*, ele reconhece como realidade do modo de produção capitalista. MANDEL, 1980.

[414] O Congresso de Viena, em 1815, (realizado vinte anos após a partilha da Polônia), já havia tomado medidas para assegurar certos direitos às populações polonesas incorporadas à Russia, Prússia e Áustria, direitos esses que não eram apenas "religiosos". Contudo, é bem característico o fato de que todos os tratados posteriores – o que garantia a independência da Grécia em 1830, o que garantia a independência da Moldávia e da Valáquia, (precursoras da Romênia), em 1856, e o Congresso de Berlim, em 1878, que tratou especificamente da Romênia – falam de minorias "religiosas" e não "nacionais", que receberiam direitos "civis" mas não "políticos". Ver, nota de rodapé - 16, ARENDT, 1990, p. 308.

CAPÍTULO V

A MORAL DA ECONOMIA EM QUESTÃO

5.1 O começo da história ou sobre a matriz histórica

No Brasil, após o Presidente da República ter sido reeleito para um segundo mandato, em outubro de 1998, o governo busca recuperar, através de medidas adninstrativo-burocráticas, déficits de legitimação decorrentes das atuais e constantes crises da economia mundial: a mexicana, a asiática e russa (1997-1998). Na verdade, o Palácio da Alvorada, sede do governo federal, concentra esforços para reconstruir bases consensuais visando obtenção de razões que permitam ao governo adotar medidas institucionais, imediatas, que tornem eficientes as ações intervencionistas socioestatais.[415]

Na atual evolução da economia, tem-se o País privilegiando o monetarismo como doutrina, que, provavelmente, em curto prazo, delineará, ao nível mundial, novo acordo Bretton Woods que vai configurar, em definitivo, em breve pouco tempo, uma

[415] O Palácio da Alvorada, sede do governo, lembra central de ônibus em véspera de feriado. Um entra-e-sai constante de parlamentares e funcionários burocráticos de alto escalão. Tentam-se reconstruir bases para a difícil costura de um pacote econômico atrasado. Busca-se um programa de acerto nas contas públicas cujo debate foi aberto em meio a um clima de decepção e reclamações - cortou-se menos do que o esperado, tributou-se mais do que devido. "Assim não dá, vamos ter que rever tudo", fala o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, tido e havido como o mais forte dos aliados. Porém, o mais significativo quanto às crenças que se espalharam neste período foi o fato de que a equipe econômica do Governo, sabatinada no Congresso, repetiu a "ladainha" de que as propostas de arrocho fiscal, que viriam com as novas medidas institucionais visavam impedir que o setor público continuasse obrigado a buscar cada vez mais dinheiro no mercado financeiro para cobrir rombos do orçamento. Insistiu-se na afirmação de que à redução da dívida pública corresponderá uma queda nos juros. Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 062, 04/11/1998.

nova ordem mundial. Entretanto, essa doutrina tem produzido rupturas com o pensamento econômico tradicional.

Ela traz problemas, tais como tipos de reservas que cada país deve manter para a liquidação final dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e que tem a ver com intenção de assegurar ao nível mundial, nas transações comerciais, o grau de liquidez da economia. Isto devido ao avanço tecnológico das forças produtivas.[416]

Em tempos de economia globalizada, cada país (periférico) aparece como capaz de crédito (imagem ou potencial) ou capaz de produção de tecnologias. Daí o grau de liquidez ser indispensável, em virtude do explosivo aumento das atividades econômicas e de uma capacidade real dos países ricos em produzir tecnologias. É a liquidez da economia o imperativo que orienta a economia mundial globalizada e o situar dos países quanto às políticas econômicas decorrentes de flutuações da balança de pagamentos.

É recorrente o Brasil, premido pela intensa concorrência comercial imposta pela globalização da economia, ter o Estado realizando a economia através de ações estatais intervencionistas, tendo na idéia de administração racional da economia, a condição de produção, circulação e distribuição de bens sociais gerados pelos mercados; logo, se tem o Estado estruturando a produção econômica separando forma de Estado (democrática?) e forma de governo ou modo de administração das coisas públicas.

É certo que precisamos ser cuidadosos quanto à idéia de que a religião possa ser deduzida com base em transformações econômicas. Na verdade, sabemos que inumeráveis circunstâncias não se inserem "dentro de leis econômicas", principalmente processos puramente políticos, para os quais concorrem os costumes enraizados na cultura e fixados pela religião e a moral.[417]

---

[416] ROLL, 1977.

[417] O atual tratamento dos problemas econômicos pela equipe técnico-burocrata do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003 [incluindo segundo mandato] – diretores da burocracia, cujas normas se subordinam aos ditames do sistema financeiro internacional – se assemelha ao fato narrado por WEBER, no qual ele analisa o papel profético de Moisés, cujas leis do direito sagrado dos israelitas pressupunham uma economia monetária que se realizava no contexto de oposição, em que interesses se punham intensamente conflituosos. O que caracteriza o papel profético da equipe, de governo e o papel do parlamentarismo como organização da confederação sob égide de um "Deus" nacional unitário. CUNHA, 1995.

Contudo, não podemos deixar de sustentar que o atual modo de administração racional da economia tem suas raízes fincadas em influências do catolicismo presente na formação do Estado Nação português (1367-1580 [Dinastia de *Avis*]), quando esse ganha as características de Estado no seu sentido moderno.

Cremos estar em Portugal a matriz que produziu pelo passado o futuro – e que aparece hoje – como apareceu no século passado – constituindo a matriz histórica brasileira, e, com isso, nos permitindo inferir o fenômeno do parlamentarismo como dominação carismática funcional, o qual se fundamenta na economia monetária realizando a história como *profession de foi*.[418]

Temos aí o ponto de partida para compreender o papel do parlamentarismo na evolução da economia, como fator que estabelece entre práticas de governo e legitimação democrática, associadas à administração racional, relações definidas de causalidade entre a representação política e o tratamento econômico dispensado pelo governo aos problemas de balança de pagamentos. Esses são problemas que podem ser definidos como dilema de representação política. O que caracteriza o atual momento da evolução da economia brasileira se realizando, via parlamento, através de juridificação das relações sociais, produzindo poder de exceção.

Acreditamos estar presente na atual forma de governo a matriz histórica ou o lugar da tradição no qual se fundou a esfera pública no Brasil. É recorrente, pois, compreendermos o atual modo de produção de governo rememorando a tradição.

Isto nos leva, então, a outra etapa de nossa pesquisa ou à compreensão da presença, nos diversos estágios da evolução da economia no Brasil, do dilema de representação política.

É igualmente usual a compreensão do papel do parlamentarismo, realizando-se através da inovação institucional (instrumento político típico brasileiro), a qual produz, através de juridificação das relações sociais, a contradição da sociedade brasileira.

---

[418] Ibid., p. 193, Économie et société/2.

No caso em pauta, tem-se aquele papel, ilustrando o modelo de contradição entre sociedade anônima e sistema corporativo, que se realiza como incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital.

Na verdade, aqui a indústria (último ato da produção humana da existência [Marx]) se desenvolveu na história quando da passagem do campo para a cidade. Mas, diferente de como Marx pensara, realizou-se pela transformação do Estado de instrumento de Lei em instrumento da Nação. O que revela o papel histórico do fenômeno do parlamentarismo como matriz histórica ou causa que se oculta no passado e que se revela no presente – ou ainda um fenômeno que aparece em todas as fases de evolução social, constituindo, via parlamento, na história da evolução da economia, o corpo político de representação dos interesses de classes rurais.

Cremos poder entender o Estado brasileiro pelo começo da história – tanto pelo começo da história de Portugal quanto pelo começo da formação do Estado nação brasileiro (primórdios da indústria) – pelo aparecer social do Estado que remonta o emergir da burguesia a partir das vilas, como combate entre nações, que relembra a luta entre o senhor e a administração feudal. Localiza-se aí o lugar no qual se plantou a matriz histórica com toda força da tradição. Na verdade, a semente que germinou é fruto da concorrência entre Estados particulares, que exigiu do Estado português, e depois do Estado brasileiro moderno (séculos XIX e XX), o exercício do poder que se realizou através de administração racional ou burocrática e aliança condicionada à razões fiscais com interesses capitalistas de cada época.

É recorrente o Estado brasileiro adentrar ao moderno produzindo poder através da dominação carismática funcional, ou seja, dominação em que os interesses capitalistas, devido a concorrência estabelecida entre Estados diversos, levaram a representação política a colocar em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito. Neste caso, as classes sociais vão ter a representação de seus interesses realizando-se através de «chefes que outorgam feudos», ficando presas ao domínio jurídico e militar, sendo compreendidas ao se estruturarem em *feodalité des bénéfices*.

Patrimonialista quanto ao cerne institucional, mas resultante de combinação de diferentes tipos de dominação.[419]

Tudo isso nos leva a retomar as críticas de Marx a Adam Smith. Esse último tem a abordagem científica e tratamento metodológico dos problemas da economia, que nos leva a pensar que ele não tenha deixado dúvidas sobre o seu pensamento econômico. Isso, ao nosso ver, define, em última instância, a inserção do País à Nova Divisão Internacional do Trabalho. O que nos leva a compreender o Estado hoje pelo começo da história.

No mundo globalizado da economia, a acumulação do capital no Brasil é alta – alta também a concentração – devido a multinacionais (em *pools*) que se espalham em diversas regiões. Os países de maior capacidade de produção tecnológica se beneficiam na troca comercial através de preço elevado das mercadorias exportadas que geram valor tecnológico, o que incrementa o aumento do valor de troca das mercadorias exportadas e importadas.

Explica-se, assim, o fato das multinacionais situadas fora de seus países, a quem os países centrais dirigem seus investimentos, fagocitarem mercados internos no local onde elas se instalam, produzindo mercadorias que são exportadas como mercadorias nacionais, mas às custas de importações de equipamentos e matéria prima de seus países de origem.[420]

Isto, por sua vez, reforça a hipótese de que boa parte dos produtos importados, em especial os de alto teor de tecnologia produzidos pelos países mais

---

[419] Ibid., p. 336.

[420] De cada dez dólares aplicados por multinacionais no Brasil, em 97, quatro foram para empresas de eletricidade, gás e água. Cerca de 10% se destinaram à compra de bancos. Na indústria, os investimentos se concentraram em empresas interessadas no aumento de consumo proporcionado pela estabilidade da economia, em 94. As fábricas de carros e de eletrodomésticos respondem por três quartos dos investimentos industriais. Dificilmente poderia ser diferente. Com a quinta maior população do mundo, o maior atrativo brasileiro é o mercado consumidor e a possibilidade de vender para os vizinhos do Mercosul. "As multinacionais se interessam pelo mercado interno, mas o crescimento da produção favorece as exportações", diz Otávio de Barros, diretor da Sobeet (Sociedade de Estudos Transnacionais). As multinacionais no País aumentaram seus investimentos, mas também aceleraram a importação de equipamentos. A fabricante de computadores *Compaq* exporta metade de sua produção para países da América Latina, mas importa 70% de suas peças. Ainda não temos no Brasil fornecedores de peças com alto teor de conteúdo tecnológico. **Folha de São Paulo**, p. 2-8, 11/10/1998.

desenvolvidos, têm seu valor de troca medido pelo saber contidos naqueles produtos e pelas crenças incorporadas às mercadorias. O que leva o valor-trabalho a ser corrrigido na medida perfeita do valor, ou seja, pelo valor trabalho sendo mensurado, na globalidade, tanto como valor quantitativos quanto qualitativo, mas, no caso Brasil, posto, valorizando o capital, na forma de valor tecnológico.

Aparecem, assim, estratégias legislativas e administrativas visando aumentar a capacidade racional da economia, que passa a se expressar como soluções capazes de resolver problemas de balança de pagamentos.

A atual equipe técnico-burocrata do governo tem dado um tratamento especial ao problema da balança de pagamentos e, com isso, o País tem evitado efeitos indesejáveis da inflação, mas expõe-se a efeitos desastrosos da especulação, fenômeno característico da economia globalizada do fim do século passado. Isso resulta de política econômica na qual se utiliza um artifício de câmbio, visando à integração do País ao atual comércio internacional.

Quando se tem mascarada uma diminuição do valor monetário global da riqueza do País em virtude do aumento do preço do câmbio, o qual põe as mercadorias exportadas menos caras em relação às mercadorias importadas – o pensamento econômico tradicional recomenda o contrário – têm-se uma diminuição da renda nacional, pois a elevação do valor do dinheiro dado pela taxa de câmbio flutuante (no caso em pauta o artifício do câmbio produz a ilusão) faz baixar o preço de todas as coisas, mas a queda dos preços das mercadorias importadas faz baixar somente os salários dos trabalhadores, daí o aumento dos lucros.

Deste modo, o País tem impedido uma redução do valor monetário total da riqueza nacional através do artifício do câmbio, o qual produz um aumento da taxa dos lucros. Contudo, esta perda não aparece devido ao fenômeno ilusório do aumento do valor nominal da moeda nacional que, sobrevalorizada, atinge um valor quase que igual ao das outras moedas valorizadas – devido à imagem em potencial de crédito que eles possuem, por serem países "tecnologizados" – de outros países mais avançados.

Devido à apreciação virtual da moeda nacional que é sobrevalorizada pelo artifício do câmbio, tem-se, ilusoriamente, aumentado o valor global monetário das mercadorias brasileiras e, com isso, o governo tem também aumentado a chance de pagar as importações e o serviço da dívida externa. Isto ocorre devido ao fato de que alguns produtos, no caso os de alto conteúdo de tecnologia, têm um valor maior do que outras mercadorias. O que, em última instância, determina, na verdade, maior quantidade de trabalho para produzi-las, ou seja, maior quantidade de trabalho que, no entanto, está sendo substituída pela importação de tecnologias que se realiza, magicizada, na forma de investimentos estrangeiros diretos e a conseqüente perda do controle que eles acarretam.

No Brasil, esta é, pois, a conclusão derivada da análise, tem-se o aumento ilusório da renda nacional, que deveria ser compensado com o aumento do preço dos salários, o que levaria a estimular a acumulação e a produção de mais mercadorias nacionais dentro de uma lógica racional e de princípios doutrinários liberais que regulam as influências que atuam sobre as flutuações da economia. Isto levaria, então, à resolução do problema de balança de pagamentos de acordo esses princípios através da lógica que esteve contida no pensamento econômico tradicional. Desta maneira, estar-se-ia incentivando a produção econômica e, conseqüente excedentes para a exportação. O que diminuiria os efeitos desastrosos da especulação.[421]

Porém, tal não tem acontecido, os investimentos estrangeiros têm sido aplicados no mercado interno, não como estratégia para a produção de mais mercadorias, mas como estratégia política de obtenção de consenso para ações intervencionistas socioestatais, as quais visam produzir uma imagem de credibilidade do País, expressada como capacidade racional monetária capaz de dar resolubilidade a problemas de balança comercial. É decorrente disso a diminuição do preço dos salários.

---

[421] A dificuldade de o Brasil aumentar rapidamente suas exportações esbarra no perfil dos investimentos feitos no País nos últimos anos . Desde 1994, a estratégia de desenvolvimento brasileira se baseou na atração de investimentos estrangeiros, mas a maior parte dos recursos se dirigiu a empresas do setor de serviços ou voltadas para o fortalecimento do mercado externo, em detrimento do mercado interno. Mais da metade dos investimentos foram direcionados para indústrias de montadoras de veículos (25,3 %) , fábrica de eletrodomésticos (12,7 %) e indústria químico-farmacêutica (19,0 %). Indústrias cujas fábricas na sua maioria se constituem em empresas nacionais instaladas no país. Folha- dinheiro de São Paulo, 11/10/98.

Depreende-se daí que o valor trabalho, incorporado às mercadorias nacionais produzidas, anula a elevação do preço do câmbio, que busca sobrevalorizar a moeda, já que a quantidade de trabalho nelas incorporado como preço de produção tem o valor que já não é igual ao preço do corrente mercado, afastando-se o valor das mercadorias – neles contido o preço corrente ou de mercado, do preço natural ou daquele que garante a subsistência do trabalhador e a reprodução ampliada do trabalho.

Na verdade, isso aumenta o custo social do trabalho, gerador inconteste do valor das mercadorias, cujo dinheiro é nelas incorporado. O que, por sua vez, eleva, necessariamente, para as classes industriais nacionais o custo de produção, acrescido ainda de dificuldades de produção de mercadorias tecnologizadas, tendo, então, o País como resultante, o aumento ilusório da renda nacional, já que o trabalho como mercadoria não tem seu custo incluído e contabilizado no conjunto de fatores que compõem esta renda no estado bruto.

No Brasil, no atual momento da evolução da economia, tudo acontece ao contrário do previsto nos manuais do pensamento econômico tradicional. O governo tem buscado tratamento do problema da balança de pagamentos não só no sentido contrário contido na tradição desse pensamento, mas também no sentido contrário contido na tradição brasileira, na qual as vontades dos agentes econômicos são ditadas mais pelo lado subjetivo do racionalismo – vale em primeiro lugar os sentimentos nacionais corporativistas e não o racionalismo objetivista, não residual, presentes na atual equipe técnico-burocrata do atual governo insensível às questões sociais. O que tem levado muitas pessoas, em especial da categoria dos funcionários públicos, ao desespero.[422]

---

[422] SMITH, em sua obra, descreve inúmeras exemplificações, nas quais os temas econômicos a que se refere não são próprios da sociedade capitalista, mas, na realidade, constituem temas da sociedade mercantil, ou seja, dos produtores independentes que se encontram livremente no mercado. Mas é em David Ricardo que se tem uma análise rigorosa da sociedade capitalista, ou seja, de um economia que corresponde à sociedade capitalista nas três classes de trabalhadores, de proprietários do capital e proprietário de terras. Em Ricardo, essa composição por classes sociais é tão condicionante, no tocante ao desenvolvimento da vida econômica, que esse desenvolvimento somente pode constituir objeto de investigação científica rigorosa se se parte exatamente da consideração do modo pelo qual essas três classes participam do produto social. NAPOLEONI, 1985, p. 86.

Está configurado o cerne da questão da problemática da balança de pagamentos. Nela escondida no racionalismo, em seu lado subjetivo, o dilema de representação política posto pela tradição brasileira. O que explica, no atual estágio de evolução da economia, a presença do parlamentarismo que aponta no presente o passado: a tese, ou seja, a formação socioeconômica na qual a comunalização ou a formação de comunidades é a antítese mais radical da luta do homem contra o homem, mas cuja unidade dos contrários – este é o caso Brasil – se coloca resolvida pelo papel da representação política que coloca em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito.

O parlamentarismo, através de inovações institucionais, produz a ilusão de aparente racionalidade científica que está a conduzir os rumos da economia – e da sociedade que nela se realiza. Daí a contradição entre sociedade anônima e sistema corporativo, ilustrar-se no modelo no qual a valorização do capital aparece como incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital. Podemos compreender este modelo pelo que se segue.[423]

No Brasil atual o baixo valor monetário das mercadorias nacionais no comércio internacional é resultado de déficit da balança comercial, ou seja, de redução da renda nacional. Recorrente a dificuldade crescente em manter o fluxo de capitais especulativos em direção ao País e, logo, um ritmo adequado de exportações.

Explicita-se, deste modo, o baixo valor das mercadorias brasileiras que aparecem na transação internacional configuradas em títulos da dívida garantidos pelo governo. Títulos esses desvalorizados, justamente pela incapacidade de produção tecnológica do País, devido à ausência do corpo de trabalho nacional, pelo qual trabalhadores, compondo, globalmente, mão-de-obra qualificada, conseguiriam produzir

[423] Chegamos aqui à nossa definição do fenômeno do parlamentarismo. Ele se constitui na representação dos interesses de classes que, em momentos de crises econômicas, rememora a tradição, ou seja, se coloca como corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas. Isto leva como conseqüência o fato de que, mesmo em estágios ulteriores de evolução social, se tem a conservação de antigas instituições. É recorrente a evolução da economia aparecer se movimentando na forma política e a história aparecer como que "invertida no tempo". CUNHA, 1995.

mercadorias de sofisticação tecnológica e, com isso, pôr o País em condições de igualdade de competição com outros países capazes de produzir tais tipo de mercadorias.

Frente a essa situação, os títulos brasileiros, desvalorizados em relação a outros títulos dos países mais avançados em tecnologia, tornam-se menos financiáveis nas Bolsas de Valores. Perdem valor de crédito, não têm liquidez, o que obriga o governo, nos momentos de crises da economia mundial, à venda imediata desses títulos, visando fazer o *caixa perdido* dos investidores, evitando-se, deste modo, um prejuízo maior, que poderá vir com a fuga maciça de capitais do País.

Essa é uma estratégia que, até certo grau, diminui a insegurança dos bancos em financiar papéis da dívida brasileira provocada pela fraca credibilidade da economia do País, o que não impede, contudo, que os contratos comerciais brasileiros, a curto e a longo prazo, tenham que ser cumpridos com rigor nas datas dos pagamentos, dificultando, assim, a rolagem da dívida, levando as empresas brasileiras possuidoras dos títulos a diminuírem a margem de lucros.[424]

Daí a desvalorização da moeda nacional no mercado exterior produzir a desconfiança dos bancos e dos investidores quanto à investimentos futuros no País, além de que despertar na finança internacional um instinto de manada que vem acompanhado da fuga de capitais ou interrupção do ingresso de capitais ou do que se pode chamar de ataque especulativo à moeda, ou seja, contratos de empréstimos que não são reciclados por um longo período sem que lhes acrescentem garantias – tipo ajuda FMI e outros.

Na verdade, o valor global ou o volume monetário das mercadorias brasileiras reduziu no exterior, porque diminuiu a diferença do valor monetário das mercadorias que

---

[424] Na sexta-feira, 14/08/98, momento de pique da crise russa, o sistema automático do pregão da Bolsa de São Paulo foi acionado depois de uma queda de 10% no índice Bovespa. Os títulos da dívida externa brasileira, chamados C-Bond, eram negociados a 58% de seu valor de face, nível mais baixo do que o atingido no auge da crise asiática em outubro do ano passado. Para vender estes títulos, o Governo estava oferecendo um prêmio de 1250 pontos acima do valor de referência dos títulos americanos, equivalente a uma remuneração de 11,9% ao ano. Na quinta-feira, 24 horas antes, o prêmio era de 950 pontos. Antes da crise asiática, estava em 450 pontos. Ainda que parte da queda dos C-Bonds seja explicada pela sua utilização intensa no mercado internacional – eles são vendidos na crise porque têm liquidez e ajudam os investidores que perderam dinheiro a fazer caixa rapidamente – o que sinaliza, em boa medida, a deteriorização da credibilidade do País. Dinheiro, Revista **Isto É**, 226/08/1998.

constituem para o País necessidades de mercados, as quais são consumidas, rapidamente, ao nível do mercado interno e externo – tais como equipamentos de alto teor tecnológico. Mas, essas mercadorias fluem com rapidez no mercado mundial globalizado, o que as tornam instantaneamente consumíveis, e caras; logo cresce aquela diferença, no que diz respeito ao valor de troca de todas as mercadorias que são exportadas pelas mercadorias importadas.

Produz-se, assim, no nosso País, a escassez de mercadorias sofisticadas, ou seja, as que têm um valor tecnológico e que são escassas justamente por nossa incapacidade de produzi-las. O que leva a produção econômica brasileira, hoje, a um modelo de acumulação do capital gerado com "sobras de dinheiro" – dinheiro de especulação – devido aumento, cada dia maior, das demandas por matéria prima e equipamentos sofisticados, os quais vão gerar excedentes de exportação, mas somente para os países ricos.

Entretanto, mais importante ainda é o fato de que as mercadorias (importadas dos países ricos), têm nelas contido um valor tecnológico – via troca comercial com o exterior conforme acordos que regulam esta troca – como valor trabalho instituído, ou seja, valor que flui de dispositivos constitucionais (no caso de países pobres), resultado de reformas do Estado e conseqüente inovações institucionais, que permitem o ajuste da economia àqueles acordos.

Essa é uma circunstância que interessa às empresas nacionais – que não querem competição com empresas estrangeiras que "cobrem nossas necessidades" – uma vez que o valor de troca daquelas mercadorias (de sofisticação tecnológica) não se eleva no seu preço apenas proporcionalmente à sua escassez no País, mas duas, três ou quatro vezes mais, conforme o montante da falta; logo, é mais fácil as empresas nacionais se associarem a empresas estrangeiras, formando conglomerados ou *pool* e com isso, entrarem no jogo, também mais fácil de aplicar na Bolsa do que na produção. É recorrente o constante déficit da balança comercial brasileira, posto como déficit cambial menos

financiável e o aumento da dívida externa, e, como conseqüência, o aumento de juros e serviços desta dívida. [425]

Isto leva a diminuir sensivelmente a capacidade de o País exportar e importar mercadorias no volume que atenda o fluxo regular de quantidade de dinheiro especulativo – e manter o bom nível crescimento da economia – que substitui, no atual momento da evolução da economia brasileira, o dinheiro circulante e capaz de manter em bom nível as atividades produtivas do País; logo, a dificuldade de produção no País esta sendo dificultada pela própria balança de pagamentos, a qual se coloca como ponto de estrangulamento da economia.

O Estado brasileiro hoje tem-se adequado às mudanças do trabalho e da política, e abre-se, diferente do passado, para a ampliação da soberania popular, mas, recai em formas de autoritarismo, através de procedimentos burocráticos, na forma de competências técnicas subsumidas às competências jurídicas. Exemplo disso são as medidas provisórias, as quais são justificadas como necessidade de corrigir desequilíbrios da economia, em decorrência de relações de troca modernas.

Supomos poder afirmar que o atual tratamento econômico que vem sendo dado aos problemas de administração da economia é marcado pela tradição e repete a matriz histórica ou o lugar no qual se fundou a esfera pública. Neste caso, a atual forma de governo é fruto de condições históricas e culturais que mediaram os mercados, quando da formação do Estado-nação genuinamente brasileiro no século XIX.

5.2 O lugar da fundação da esfera pública

Cremos poder definir o fenômeno do parlamentarismo como matriz histórica ou lugar, no qual se funda a esfera pública no Brasil e que se fez na história em circunstâncias histórico e culturais próprias da região, fruto de colonização portuguesa. O que nos leva a compreensão da via singular de capitalismo no Brasil, a partir de sua gênese, ou seja, lá nos idos da década de 1380, quando se inicia a Dinastia dos *Avis*.

---

[425] RICARDO apud NAPOLEONI, 1985, p.22-223 e p. 215.

É o fenômeno do parlamentarismo fruto da colonização portuguesa. É possível reconstruí-lo, pelo recurso da historiografia e configurá-lo em um tipo ideal de colonização portuguêsa.

No início dos anos quinhentos, no século XVI, produzia-se o mundo português que parecia anular toda fase de evolução social precedente. Em Portugal, o mercantilismo fluía das políticas econômicas que imitavam o pensamento político corrente do capitalismo que emergia, mas, a relação capital/trabalho – em que a troca de equivalentes dava a condição de burgueses livres – disfarçava, pela burocracia, a luta de classes e esta aparecia como relação social do tipo senhor/escravo própria dos tempos feudais.

A sociedade portuguesa adentrava ao mundo moderno com perda do fundamento de objetividade, típica do pensamento científico grego, ou seja, em sua organização sociopolítica os espaços do público (polis) e do privado (oikos) não eram separados. Havia consolidado o Estado no seu sentido moderno – originário da Revolução Portuguesa, com o surgimento da Dinastia dos Avis (1383-1385) – no qual persistia relações assimétricas semelhantes ao espaço privado da organização da democracia ateniense. Em Portugal, a família, cerne das estruturas sociais que emergiam, modernizavam-se constituindo o Estado na empresa do Rei. O espaço do público não era o espaço, como na antiga Grécia, dos mais iguais, todos eram, ilusoriamente, iguais. Povo e nobreza giravam em torno do Rei e sua empresa era a majestade.

Isso implicava a constituição da monarquia representativa, na qual o Estado obtinha razões de validade para si e em que relações de dominação se realizavam no sentido tradicional do termo *por dentro da polis* ou do espaço público, mas relações essas que eram características de relações próprias do espaço privado da antiga Grécia.

À época das *Grandes Navegações*, devido a circunstâncias históricas e culturais da região, Portugal tinha os modos de produção antigo e moderno coexistindo em harmonia. Os mercados políticos eram mediados por uma cultura religiosa (tipo luterana) – a analogia reporta-se aos estudos de Weber – que produzia o estamento empírico-jurídico. Deste modo, as políticas econômicas não se puseram orientadas predominante por ações racionais objetivas, mas pelo contrário orientadas pelo subjetivismo recôndito na alma do povo português. A ética que mediou os mercados produziu políticas

econômicas, de maneira tal que os lucros, na maioria das vezes, eram sacrificados às exigências da empresa do Rei.[426]

Na verdade, o racionalismo objetivista (próprio de culturas mais ao Norte da Europa) não fazia parte das normas racionais do trabalho e da produção. Normas que visavam a construção do Estado e o aprimoramento de sua função indutora e reguladora dos processos do trabalho. Era o constitucional posto pelo fundamentos religioso contido na tradição, que regia toda uma divisão social do trabalho.

Ali, o estamento burocrático elaborava as políticas econômicas de acordo com os modos e estilos de vida da aristocracia. O estamento burocrático produzia o ordenamento jurídico, como direitos domésticos ou puramente fiscais, subordinando nobreza, burguesia e povo ao patrocínio do soberano. A fidelidade ao chefe se garantia pelo direito romanizado, cuja validade normativo jurídica, vinculada a eventos empíricos, produzia a lei, que, no entanto, era sancionada como privilégio de família.[427]

Os mercados, mediados pela cultura específica da região, produziam o Estado como espaço privado, o qual se disfarçava de público; logo, no espaço do público, os frutos do trabalho se realizavam menos pelo ganho ou rendas e mais pelas benesses do senhor, na figura do Rei; logo se realizava pela burocracia que determinava privilégios ou aqueles que dentro da empresa do Rei tinha direitos a sobrevivência na concorrência. O que nos leva a compreender o nascedouro do Estado Nação português através de

---

[426] FAORO, em sua análise, segue caminho semelhante ao nosso. Entretanto, ele não percebeu que, no mundo português, à época das grandes navegações, a ilusão do aparecer social do fenômeno Estado produzia a economia através de um parlamentarismo que se colocava ainda na forma germinal e não completa. Queremos aqui enfatizar – tendo como testemunho WEBER – que o quê importa na análise do tipo de dominação que se quer caracterizar não é o fato empírico em si, mas o princípio que está por traz da contabilidade do capital. Vem daí que aquele aparecer social do fenômeno Estado não é aprendido de imedito nos dados de pesquisa, e, com isso, o autor vai sustentar nas entrelinhas do seu trabalho a existência de situação feudal que difere Portugal de outros países europeus. O que o leva a caracterizar o Estado na sua formação histórica como patrimonial típico da antiguidade. FAORO, 1991, vol. 1. p. 45.

[427] Nous laisserons aussi de côté le fait que le développement de l'activité communautaire ou par intente tacite fait apparaître constamment des états des choses tout a fait nouveaux, au sujet desquels une décision ne peut pas être prise à l'aide des normes reconnues valables et des moyens logiques usuels de la jurisprudence, ou alors d'une manière seulement apparente et forcée (thèse du moviment du *droit libre*. WEBER, 1971, p. 38.

relações de produção – que se constituíam nos elementos patrimoniais ou de fortuna – reportando a bens de investimentos (economia doméstica) e não à rendas.[428]

Essa característica evidencia a tradição na qual se enraizou o Estado português moderno em seu caráter autoritário: a tradição fixa a autoridade na hierarquia de comando, ou seja, enraíza-se em relações hierarquizadas de poder elaboradas pelo estamento na forma de códigos (honra e família), que absorvidos pelas massas, alimentou o antagonismo entre sociedades anônimas e sistema corporativo, levando a classe burguesa, que daí emergiu, a alianças políticas com a oligarquia. A sociedade portuguesa não conseguiu juntar – vontade soberana de seu povo e razão prática – nem igualdade e liberdade dois conceitos pelos quais podemos pensar a democracia no conceito moderno.

Isso imobilizava a sociedade portuguesa, que não expandia suas relações capitalistas – em moldes de outros países europeus – devido a que os súditos do Rei se colocavam como apátridas (povo sem Estado dentro do Estado). Por analogia podemos comparar os súditos portugueses com os judeus, alemães e austríacos no século XX. Povos que se puseram desenraizados em seu território. Faltou ao Estado português o pacto constitucional que lhe desse o caráter moderno de democracia parlamentar.[429]

Está posta, em síntese, a via singular de capitalismo que ali floresceu. Ele produziu a matriz histórica como conjunto de circunstâncias histórico e culturais que mediaram mercados e que se constitui no traço cultural que vai conduzir o Brasil à construção do Estado, o qual evoluiu caracterizando a formação socioeconômica pela passagem da monarquia à governo despótico.

Devido à herança cultural da colonização portuguesa a vida social e política no Brasil foi interpretada pela força da tradição de Portugal, que, mesmo após o Cristianismo ter sido elevado como fé única do Estado, não separara economia da política. Está aí o gene que explica o papel do parlamentarismo movimentando a economia e se colocando como essência móvel ou mote da contradição que se manifesta, produzindo a incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital. Isto devido a que na

---

[428] WEBER, 1971, p. 221-222.

[429] ARENDT, 1990, p. 70.

gênese ou na estrutura avis-bragantina, público e privado não se distinguem porque a sociedade não separara religião de política.

É recorrente o surgir do espaço público ou lugar de empreendimento econômico, ou seja, o lugar das práticas econômicas realizadas pela justificativa política, determinando através da política o desenvolvimento econômico. Isto implica a produção da sobrevivência na dependência do Estado, devido à característica cultural personalista das elites, dos atores políticos presentes e a evolução da economia sendo compreendida como conceito de espaço público que hipostasia a vontade geral. Implica, em suma, o autoritarismo presente no Estado brasileiro e sua tradição de governo centrtalizador. [430]

No Brasil, o valor-trabalho fluindo da produção econômica vai se realizar como expropriação hermenêutica da tradição, porque na sua gênese é gerado pela classe como fundo religioso a partir do conhecimento do mundo empírico e operativo, mas um mundo sociocultural interpretado pela classe e posto no desenvolvimento histórico geral, via representação política, como direito romano degradado a direito pessoal, porém não reduzido a direito consuetudinário; logo, é sensato supor que a classe define o conceito de política através da tradição, compreendendo o desenvolvimento da economia, a qual tem como substrato na tradição os elementos fundamentais religião. O que leva a compreensão da economia como dinâmica da estrutura estatal e, sobretudo, dependente política. [431]

---

[430] A regência, na impossibilidade de criar um núcleo de províncias, não consegue sustentar o esquema descentralizador de seus primeiros passos, passos logo entorpecidos pelo regresso, saudoso da estrutura avis-bragantina, colorida pelo sistema parlamentar, em uma concessão ao liberalismo, freado, podado e castrado pelo poder moderador. O provincialismo, nos moldes consagrados pelo Ato Adicional, afasta das decisões o centro e os municípios. As províncias jugulam as câmaras municipais e amesquinham as atribuições do presidente, criatura do centro, preso às leis editadas pela assembléia, que lhes prescreve o modo, as atribuições e forma de nomeações. FAORO, 1991, p. 317.

[431] GRAMSCI, ao analisar a formação das classes intelectuais italianas na alta Idade Média, destaca a relação direito canônico/direito romano decorrente do aparecimento do Cristianismo. O primeiro determina uma esfera restrita de obrigatoriedade, sendo obrigatório porque é aceito espontaneamente ou porque é acolhido entre as leis do Estado. Tem-se, então, nos concílios e nos papas o próprio poder legislativo; já o segundo, devido a hegemonia do direito romano, que na sua origem constituiu também direito para súditos dos reinos germânicos, foi degradado a direito pessoal e reduzido a direito consuetudinário (queda do direito romano após as invasões bárbaras e sua redução a direito pessoal e consuetudinário). GRAMSCI, 1982, p. 32.

Isto gerou a produção econômica se realizando através do parlamentarismo, que, na dialética da representação política e formação da vontade soberana, movimenta a economia produzindo a acumulação. A acumulação no Brasil tem o ponto de partida na expropriação hermenêutica da tradição. É resultante econômica do aparente dualismo de poder (plano temporal/plano espiritual), posto pelo Estado brasileiro no molde da tradição portuguesa.

Na verdade, o Estado português, na sua formação, absorvera no passado a hierarquia eclesiástica e, devido à tradição do comércio e do tráfico marítimo – Portugal era um dos centros de comércio marítimo mais antigo da Europa – vai adaptar o Corpus justiniano às necessidades da vida econômica e do comércio que, no início da Idade Moderna, se expandira. O que o levou a buscar no direito romano puro – degradado a direito pessoal e reduzido a direito consuetudinário, e, por isto, colocado em posição de inferioridade – o jus públicum, que, colado ao jus privatum, tem o jus sacrum pagão sendo levado em conta pela pena dos juristas. [432]

Entretanto, no Brasil, fiel à tradição, a matriz histórica mantém seu cerne, mas é copiada no reverso. O que permite a industrialização realizar-se sem os atropelos da classe média urbana – a burguesia em ascensão. Isto devido a que, aqui, a soberania foi presa da constituição da consciência nacional e tem no parlamentarismo a representação do caráter nacional dado pelas classes intelectuais, cuja direção cultural leva a sociedade à passagem de estágios de evolução inferiores a superiores pela "pacificação dos espíritos", ou seja, pela influência da imaginação que projeta a realidade para o campo do imaginário social. Assim, as classes intelectuais são (des)organizadoras da cultura – ou a organizam segundo sociedade burguesa idealizada pelas elites.[433]

---

[432] Nas escolas do Império Romano em Roma, Constantinopla e Berito, ensinava-se somente o direito romano nas duas *positiones* de jus *publicum* e de *jus privatum*; no jus *publicum* estava compreendido o *jus sacrum* pagão, durante o período em que o paganismo foi religião tanto dos súditos quanto do Estado. Com o aparecimento do Cristianismo surgiu o novo *jus sacrum*. Depois que o Cristianismo foi primeiro reconhecido e depois elevado à fé única do Estado, o novo *jus sacrum* teve certamente apoio e reconhecido por parte do legislador laico, mas *não* foi considerado tanto quanto o antigo. O cristianismo se separara da vida social política, se destacara do *jus publicum* e as escolas não mais se preocupavam com sua ordenação; o novo *jus sacrum* tornou-se ocupação especial das escolas inteiramente próprias da *sociedade religiosa*. Ibid., p. 31.

[433] "Educados na admiração da sociedade romana na época do império, deslumbrados pela indubitável superioridade das suas instituições civis sobre as rudes e incompletas usanças tradicionais da Idade Média, os letrados acolhiam com o mesmo culto supersticioso, as máximas da política despótica dos césares" [O

Isto explica a formação da classe média urbana ou a burguesia nacional emergente colocando-se no processo de industrialização (diferente do países do Norte europeu), como força conservadora. Explica também pela formação das classes intelectuais brasileiras o parlamentarismo – e a figura do parlamento determinada segundo interesses da oligarquia – como fator que permite engendrar a indústria através da práticas de governo, de estratégias e de administração. É recorrente o fato de que após Independência do Brasil de Portugal (1822) – momento em que se inicia os primeiros passos da industrialização – a classe intelectual, como representante dos interesses da oligarquia, se colocar vis-a-vis à figura do parlamento como anfitrião do código romano, visando reajustá-lo à nova situação.

Na verdade, o explosivo desenvolvimento das forças produtivas expandia a industrialização, trazendo no bojo do desenvolvimento modos e estilos de vida provenientes dos centros industriais na Europa. Estão nele presentes nesse desenvolvimento os conteúdos de dominação que expropriam a classe do seu saber – ou do meio de sobrevivência – pela idéia de progresso; logo a industrialização no Brasil vai ocorrer através de força-idéia – a priori do saber ou a idéia que não guarda relação com a experiência (a ideologia) – produzindo a partir da realidade imaginada a *unidade-força-classe*, que, contudo, pela força da tradição, vai produzir a realidade como imaginário social. Isso leva o País, no curso do desenvolvimento social, a uma sociedade que se realiza como alucinação imaginada de um ideário burguês.

É necessário, pois, no caso Brasil, ir além dos dados apresentados à razão sensível. No caso em pauta, àqueles dados, é preciso proceder a elucidação hermenêutica das tradição, pois os conteúdos de dominação são produzidos pela classe como fundo ético-religioso que coloca a economia sendo justificada pela política; logo tem-se a sociedade brasileira se desenvolvendo pela "oposição" entre conteúdos elaborados pela classe – que interpreta o mundo sociocultural pela idéia de progresso- e conteúdos políticos com os quais o Estado, busca na idéia de administração racional da economia as

---

Monge de Cister, cap. XVII]. **É diferente, portanto, a formação das classes intelectuais brasileiras, da formação das classes intelectuais italianas**. [GRAMSCI p. 31]. FAORO, vol I, 1991, p. 15. [**Grifo nosso**].

bases consensuais para as ações intervencionistas. Encontra-se contida nessa oposição a contradição base que move a sociedade brasileira e que determina sua formação socioeconômica.[434]

No Brasil, a sociedade burguesa realizou-se apenas no imaginário das elites, ou seja, realizou-se de modo tal que indivíduos estruturados em classe – e de comum acordo entre si – produzem a síntese mediada pelo trabalho social – ação estratégica ou de (co)operação – através de movimento da razão que percebe os objetos para além da ação do trabalho ou da ação orientado segundo dados imediatos apresentados à razão sensível. Só assim podemos compreender o movimento de contradição da sociedade brasileira, na qual o valor trabalho – que aparece na forma de valor tecnológico – se incorpora aos meios de produção como valor (o dinheiro como símbolo da posse), substituindo a auto-reflexão crítica da ciência da economia pelo significado de idéia de necessidade.

Faoro em *Os donos do poder* (1991) apreende o lugar da tradição, no qual se funda a esfera pública brasileira, em Portugal. Precisamente no momento da Revolução Portuguesa. Ali, a matriz histórica brasileira – mesmo não sendo sua intenção primeira – é apreendida no seu movimento de metamorfose da mercadoria, aparecendo como fenômeno do parlamentarismo ainda na forma rudimentar, produzindo um fundo histórico de natureza econômica que exige para seu desenvolvimento a justificativa política. Na verdade, a matriz representa a categoria de trabalho alienado, mas como representação dos interesses das classes rurais emancipadas. Desta maneira ele nos revela a presença do parlamentarismo como totemismo sociológico, ou seja, como parlamentarismo que, pela força da tradição, movimenta até os dias de hoje, a evolução da economia brasileira.

Neste ponto, sua descrição – e que pode ser tomada como recurso antropomófico, conduzindo nossa pesquisa – é esclarecedora. Nele se identifica, com clareza, o fundo histórico de natureza econômica, posto como fenômeno do parlamentarismo. "dispunha o País para o trafico internacional, em meados do século XIII, de assentada economia de sal, de pescado, vinhos, azeite, frutas, couros, cortiça, cujos produtos (tipo trabalho doméstico) lhe proporcionavam os têxteis flamengos e italianos, o ferro da Biscaia, as madeiras do norte, a prata da Europa central e oriental, as especiarias,

[434] HABERMAS, 1968, p. 81.

o açúcar de Portugal além disso, cobria-se de feiras, ardentes e ativas na promoção do comércio interno, já vinculado à navegação internacional.(...) Dos privilégios concedidos para exportar e importar, não se esquecia o príncipe de arrecadar sua parte numa apropriação de renda que só por analogia se compara aos modernos tributos.

No fim do século XIV a *sisa*, devida ao tesouro pelos consumidores na compra e venda e na troca de mercadorias, ocupa o primeiro lugar no orçamento (...) Era o comércio, atestado num fato fiscal, atravessando sob o patrocínio do soberano, todas as camadas da população, estimulado pela organização dos conselhos.[435]

Os fermentos do mercantilismo lançados em solo fértil – e a cultura que mediava mercados assim o permitiu – amaina a aguda crise agrária da época, cujas medidas drásticas adotadas por Afonso IV não conseguiram trazer estabilidade política ao Reino de Portugal. O que inspirou D. Fernando I (1367-1383) à célebre *Lei das sesmarias* (possivelmente em 1375).

Esta aí, supomos, a inovação institucional posta pelo parlamentarismo em sua forma rudimentar, que colocou em movimento o Estado português, permitindo no bojo da crise amortecer as contradições que impedia o crescimento da economia, assentada em princípios do mercantilismo. A Lei das Sesmarias – fincada nos elementos fundamentais da religião – tinha nela escondida o código de honra que estruturava a sociedade portuguesa num cerne institucional familiar. Isto vai permitir a expansão das relações capitalistas mercantis de Portugal, naquela época. [436]

É recorrente o parlamentarismo ser o traço cultural que vai gerar a via singular do capitalismo brasileiro, no qual se tem a classe social elaborando uma noção de poder – relações hierarquizadas de poder – a qual é colocada em função de poder no Estado, através da representação de interesses de classes; logo tem-se a classe pela ação

---

[435] FAORO, 1991, vol. 1. p. 9.

[436] Não é por acaso que a principal inovação a *Lei das sesmarias* levou o Estado a incorporar seu significado e seu valor objetivo em *definitivo* no ordenamento jurídico em acordo com a *ordem social,* caracterizava o estamento ou o modo de participação dos indivíduos nas relações sociais. Essa lei permitiu à burguesia assenhorar-se da administração municipal preponderante em Lisboa e no Porto. Depois incorporada às Ordenações Afonsinas garante a burguesia a sua ascensão social. Ela guarda matiz duplo, nem burguês nem aristocrático. Será, ao não aderir aos interesses do proprietário agrícola, uma vitória burguesa, sem representar o desprestígio da nobreza. Ibid., p. 38.

estratégica – intermediária entre trabalho e interação [Habermas] – produzindo no próprio espaço, no qual ela se estrutura, aquela noção de poder, projetando a sociedade como imagem de si mesma. Tem-se aí o concreto do estamento pensado como corpo real de diretrizes de políticas econômicas, através do estamento burocrático ou o corpo científico das elites. Entretanto, é estamento é a real classe dirigente e ele que determina, em última instância, as idéias que estruturam o Estado.

Daí o domínio total do Estado realizar-se pelos conteúdos elaborados pela própria classe através da prática de autolegislação, que, na dialética da representação política e formação da vontade soberana, produz um conceito normativo de espaço público que hipostasia a vontade geral. O que permite ao Estado imprimir a marca político-partidária às diretrizes de políticas econômicas; assim, o modo de produção de governo no Brasil representa-se na forma de governo totalitário.

Cremos poder reconstruir o caminho da superação das classes sociais. É possível reconstruí-lo utilizando o recurso metodológico do tipo ideal de colonização portuguesa. O que nos leva a configurar a matriz histórica brasileira posta pela tradição.

A intenção primeira é de evidenciar – demonstrada pelo recurso metodológico do tipo ideal (Weber) – o papel do parlamentarismo na evolução da economia e a dominação carismática funcional fixada como matriz histórica pela tradição – em Portugal, nos idos da década de 1380 (marco do governo da Dinastia dos *Avis*) – e que esteve presente nos diversos estágios de evolução social no Brasil configurando o fundo histórico de natureza econômica, que se realiza na sua forma política. Buscaremos identificar a presença do papel do parlamentarismo na evolução da economia no atual estágio de desenvolvimento social.

Resulta daí o fato de que, no Brasil, em momentos de crise social, a falsa oposição (governo/províncias) se coloca resolvida na sua unidade pela aliança temporária entre ralé e a elite. Os líderes políticos que nela apostam seus interesses, tem nas suas mãos a nação e aqueles interesses pairam por cima de todos. Isto nos leva, então – através do recurso da historiografia – a uma descrição do processo de formação socioeconômica no Brasil.

Eis aí a tipologia histórico social do Estado brasileiro, vista na crítica da própria história – em determinado momento de conjunturas política e econômica – evidencia a aproximação dos fatos pensados e imaginados da realidade a fatos que estão a ocorrer, e que, no conjunto, configuram o papel do parlamentarismo na evolução da economia. É recorrente o padrão ideal conceituado como matriz histórica se revelar nos próprios fatos que constituem a realidade pensada e imaginada.

Isso nos leva, então – através do recurso da historiografia, arcabouço teórico básico e constitutivo do método de análise conjetural do Estado (método que adotamos para a análise) a uma descrição do processo de formação socioeconômica no Brasil.

No Brasil, a formação socioeconômica produziu o regime totalitário. Nele encontram-se presentes os inocentes ou aqueles indiferentes à política que não têm condições de avaliar através da experiência o surdo *apartheid*-social, que levou a um tipo de sociedade, na qual a ausência de individualidades jurídicas marcaram todas as fases modernas de evolução social. A violência, tortura e morte, elementos que tem nas próprias instituições o caráter que lhes confere a marca "oficial ", ocorrem para além do público, ou seja, até no espaço privativo do lar; logo, não percebidos por aqueles inocentes que se colocam, no público, como massa. Isso explica o País que, em tempos de anormalidade, tempos de ditaduras, tem os dias mais "normais" do que aqueles vividos como democracia ou dias de "transição democrática"

O domínio realizou-se através da construção do mundo fictício e logicamente coerente, resultado de processos comunicativos, nos quais o conceito de verdade, deturpado, destruiu as capacidades políticas dos indivíduos isolando-os da vida pública. Daí que eles passam a reconhecer no espaço público que habitam e, com, isso, não participam da vida política.

As formas político institucionais são o terror e a ideologia. O terror consiste no próprio indivíduo isolado, descaracterizado quanto aos seus direitos, destruído na sua individualidade e, por isso, destituído de personalidade jurídica. A ideologia complementa e consolida a forma de domínio, pois ela "age" através de discursos técnico-argumentativos – neles contidos o elemento tecnocrático [Habermas] – que vão proclamar a razão prática

que se articula à vontade soberana, como meio político de concentrar problemas e soluções da nação, nas mãos poderosas do Estado. [437]

É recorrente as elites tomarem em suas mãos o destino da nação (ou o próprio Estado Nação) e construírem a sociedade que adentra ao mundo moderno, se construindo como imaginário, ou seja, através de estratégias legislativas e administrativas que levaram a um mundo fictício, fantasmagórico ou mundo posto pela lógica que busca sua coerência através de uma organização social construída, segundo o plano mental das elites. Daí a sociedade ser traduzida em políticas econômicas que, no plano da prática se realiza pelo parlamentarismo na figura do parlamento, através de legislação constitucional que de cima as normas da burocracia, mas segundo princípios de organização social que são elaborados pelo estamento. É relevante o parlamentarismo se colocar articulado a um projeto nacional, intencional, contido nas programáticas de partidos políticos elitistas.

Está configurada a descrição da lógica coativa da ideologia, imposta pelas elites, como condição de formação do imaginário de sociedade capitalista liberal. Decorreu daí o terror, pois, no Brasil os mais fracos, para sobreviverem e não sucumbirem frente ao mundo competitivo de mercados, destinado só às elites, tiveram que se agregar, subordinando-se aos mais fortes. Isso gerou indivíduos excluídos nos seus direitos, isolados na vida pública, produzindo um *apartheid* social, decorrente da separação radical entre Sociedade Civil e Estado.

É recorrente o terror conjugado à ideologia conduzir a sociedade brasileira a um movimento da realidade com dinâmica própria, tendo no comando deste movimento, é claro, as elites. Constrói-se historicamente uma espécie de *darwinismo* social, no qual o naturalismo opera dinâmica da realidade, cabendo às lideranças político partidárias e aos líderes carismático funcionais, que assumem os interesses das classes como interesses de si próprios, o papel de guiar a sociedade no rumo certo do desenvolvimento social.

---

[437] La distinction entre "vita contemplativa" et "vita activa" est ainsi la présupposition implicite de tout l'ouvrage, qui ne sera abordée de front que dans l'ouvrage posthume et inachevé *La vie de l'esprit* . Cette distinction gouverne de haut toutes les distinctions ultérireures: domaine public et domaine privé "et la séquence" "travail, ouevre et l'action". Ces catégories ne sont pas des catégories au sen KANTien du mot, c'est-à-dire des structures anhistoriques. C'est sont bien des structures historiques. Préface de *Contition de l'homme moderne* (Paul Ricoeur). ARENDT, 1983, p. 16.

Colada aos interesses da oligarquia, os interesses da burguesia, essa classe, subjugada ao peso de políticas econômicas traçadas pelo estamento burocrático, tendo seus intelectuais como corpo científico das elites, vai ter no estamento o consentimento para as intervenções socioestatais, e, por aí, o relativo sucesso daquelas políticas. Isto devido ao fato de que valores do estamento refletem modos e estilos de vida da oligarquia, absorvidos pelas massas, constituindo o cimento que amalgama elite e povo, dando substância às ideologias. Está aí a forma do conteúdo da matriz histórica.

Foi este o fator cultural que mediou mercados determinando a configuração do público e privado e a própria articulação da burguesia e oligarquia. A classe burguesa alia-se à oligarquia e junto com ela assume o domínio total do Estado, colocando-se esta classe parte integrante de um corpo político de representação das classes rurais não emancipadas, porque enraizadas na tradição.

Na formação socioeconômica, as condições históricas de reprodução do capital geraram-se enquanto movimentos totalitários. O terreno era propício, pois tem-se uma sociedade atomizada, constituída de massas difusas e a existência de multiplicidade de grupos étnicos e ainda, a diversidade de fatores culturais que proliferam numa grande extensão de terras. Há, contudo, que se distinguir movimentos totalitários de governos totalitários.

Os primeiros guardam a forma que lhes dá o conceito: são compostos de indivíduos organizados em massa, agregados em conformidade com condições históricas e culturais, que os produzem na sua organização. Assim formados, o agregado não consegue alcançar o objetivo de se realizar como ator coletivo, justamente por estar organizado em massa. Já os segundos, definem-se como regime totalitário, cuja forma de governo tem o controle social total sobre a sociedade, através do manejo da lei (constituição), controle este que só é possível devido à presença de movimentos totalitários. Na verdade um não existe sem o outro.

Quando se falam de movimentos totalitários, reportam-se a origens totalitárias do sistema social ou de grupos sociais que, como massa, prescindem de princípios de solidariedade que os unam. Fala-se, precisamente, de classes sociais, constituídas de indivíduos que têm no *status* orientações valorativas da condição econômica, e que,

contudo, as expressam como exercício de cidadania, em individualidades capazes de julgar ações racionais através de processo de auto-reflexão; logo, fala-se, em suma, de classe (no sentido estrito marxista) que se transforma em massa, mas, de acordo com a cultura da própria região. Daí as classes sociais, no Brasil, diferirem, no conceito, devido a circunstâncias históricas e culturais, das classes sociais da Europa.[438]

Lá, o processo de evolução social levou diversos países à expansão das relações capitalistas de produção, devido à ética que permeou aquela expansão. Isto levou aqueles países a uma organização social, na qual se construiu historicamente um conceito de democracia formal burguesa; logo, no decorrer da expansão das relações capitalistas, os governos produziram estratégias legislativas e administrativas que visavam estimular a competitividade nos mercados. No Brasil, deu-se o contrário, desenvolveu-se a organização social como conceito ideal de democracia, emergindo o imaginário de sociedade capitalista liberal, que negou, na prática, os próprios princípios da democracia. Nela esteve ausente o pacto constitucional, daí por que a formação social, se produziu pelo caminho de construção do Estado totalizador.

No Brasil, a expansão das relações capitalistas, como na Europa, realizou-se pelo mero prazer das elites em alcançar, através daquela expansão, a plenitude da natureza pródiga. Mas, no nosso País, esta plenitude é colocada a serviço da oligarquia (e não da burguesia) e foi traduzida pela idéia de administração racional da economia em leis da natureza, que, postas como leis da economia, produziram a história. Na verdade, a cultura religiosa irreverente, produziu o governo irreverente, devido ao colapso das classes sociais que retiraram dos indivíduos a capacidade de julgar ações governamentais, como endosso de responsabilidade do ato mandante. [439]

---

[438] Ou plutôt le temps est posé comme une question, dès lors que l'homme est le seul être qui sait qu'il est "mortel", parce que l'homme est aussi le seul qui *pense* et qui *pense* qui'il est "eternel". Hanna ARENDT n'est se jamais éloignée de cette vision du monde fondamentale – qui est tout aussi bien présocratique qu'hébraique – selon laquelle l'éternité est ce que nous *pensons*, mais que c'est en tant que "mortels"que nous le pensons. Préface de *Contition de l'homme moderne*. (Paul RICOEUR). Ibid., p. 18.

[439] ARENDT, 1990.

A via singular de capitalismo, ao colocar em articulação classe e estamento, coloca a lei geral da acumulação capitalista a se realizar, através daquela articulação, pelo parlamentarismo.

Isto levou a sociedade capitalista brasileira a uma construção do Estado, no seu sentido moderno, expandindo relações capitalistas de produção na direção da rentabilidade do capital.[440]

No Brasil, a indústria (o último ato da produção da existência humana), tinha o progresso da acumulação tendendo a subir as taxas de salários (que levam a diminuição do preço dos salários) ao nível de Estado. A acumulação é, pois, inversamente proporcional à pobreza das cabanas dos "trabalhadores", que, diferente dos proletários ingleses (realidade analisada por Marx, no seu tempo tinha as cabanas, não à distância de oito milhas do local do trabalho, mas nos arredores das fazendas; logo, a acumulação realiza-se como contabilidade do capital e se realiza a exploração do trabalho pelo capital, no primeiro plano da exploração pela política ou mais precisamente, pelo domínio no qual o Senhor se articula ao parlamentarismo. Em suma a exploração do trabalho pelo capital tem como fundamento a influência política do Senhor das Fazendas.[441]

Na Europa uma capacidade autônoma reflexionante, que deu às classes o substrato da cidadania, foi destruída com a introdução de valores formalistas da ética protestante [Weber], que pretendia igualar pessoas quando na verdade elas eram desiguais quanto às posses econômicas e iguais quanto ao *status*. Significa que a moral está contida no âmbito das práticas econômicas; logo, pessoas diferentes quanto à capacidade de julgar as ações dos governos que lhes garantiam, via ordenamento jurídico, direitos de legítimos de produção. No Brasil, aquela capacidade foi destruída com a introdução de valores antiformalistas da ética católica, que pretendia diferenciar quando na verdade elas eram desiguais tanto quanto as posses econômicas, quanto ao *status*. O que implica a moral

---

[440] Combien des propriétaires qui estiment qu'une etable est assez bonne pour des familles ouvrières, et qui ne dédaigent pas de tirer de sa location les plus d'argent possible. MARX, 1985, p. 141.

[441] Ou bien c'est une cabane en ruines avec une seule chambre à coucher, sans foyer, sans latrines, sans fenêtres, sans autre cunduit d'eau que le fossé, sans jardin – et les travalilleur est san défense contre ses iniquités. Ibid., p. 141.

contida no âmbito das práticas políticas e a presença da lei favorece o crime; logo, pessoas iguais (todos inocentes), quanto à capacidade de julgar as ações dos governos que lhes garantiam, ilusoriamente, via ordenamento jurídico, os direitos legítimos de produção. Isto implicou uma dissimulação da profunda desigualdade social existente, e o conseqüente surgimento de um surdo *apartheid* social.[442]

É recorrente o emergir de condições históricas de reprodução social, devido à cultura que mediou os mercados, fundadas em relações hierarquizadas de poder elaboradas pela própria classe. Isto leva ao domínio não percebido – porque resultante de intervenções socioestatais com base na idéia da administração racional da economia – como autoritário, que teve a contrapartida da obediência no personalismo, valorizado como comportamento (a)moral, porque interiorizado como valor que se manifesta através de ações políticas oportunistas; logo, a ação (co)operativa, condição base da síntese mediada pelo trabalho social ou da ação estratégica elaborada pela classe – ação intermediária entre interação e trabalho – não foi capaz de conduzir a construção de um espaço público fundado em ações solidárias.

Depreende-se daí o domínio totalizador que tem sua fundação nas massas, fonte de poder; logo, fonte de poder determinado pelo sistema comunicação da *mass media* – ou instrumento de manipulação das consciências – que dá ao governo sustentação política e o conseqüente controle total sobre a sociedade. Sendo isso possível, devido ser esse controle realizado de tal forma, que ações racionais intervencionistas têm nelas contidas princípios de organização social elaborados pela própria classe, que orientam dando sentido ao poder – vetor que direciona correções das influências que atuam sobre as atividades econômicas – o próprio manejo das regras constitucionais, que, aparentemente, limitam ações estatais no seu excesso de poder.

---

[442] Estamos chamando de *capacidade autônoma reflexionante* um processo de síntese realizado pelos indivíduos na classe, ou seja, uma síntese que, conservando a autonomia da individualidade, torna os indivíduos capazes de julgar ações de natureza instrumental, operatória, através de significados compartilhados que os orientavam nas elaboração da ação estratégica (ou política). A formação do ator coletivo na classe depende das individualidades e dos modos como os indivíduos vêem, interpretam e agem na realidade. Não entendemos o *ator* sem uma intencionalidade das ações de sujeitos que as executam. CUNHA, 1995.

Há que se distinguir também totalitarismo implícito de explícito. O primeiro, como é o caso do Brasil, é produzido por abuso de poder legítimo ou legitimidade como violência consentida – já que o povo separado do convívio das elites não participou dos destinos do território que habitam, a não ser como massa de manobra. Neste caso, o governante tem como súditos escravos por *institutionem*. Mas há também o totalitarismo explícito, como o da Europa – e este Arendt dedicou-se a esmiuçar – produzido pelo uso do poder sem direito, ou seja, por violência explicitamente não consentida, em que um governante tem como súdito escravos por *generationem*. Este último, não se manifestou no Brasil, o que não implica a possibilidade de não se manifestar. [443]

Ambos os tipos de Estados são de natureza totalitária, ao se definirem como forma de governo totalizador, mas, no caso Brasil, a totalitarização do poder foi historicamente validada através de conteúdos de legitimação elaborados pela própria classe, ou seja, um fenômeno que se manifesta como destotalitarização. Nesse caso, tais conteúdos expressam uma ilusão religiosa, que aparece como ilusão democrática. Na verdade, ambos os tipos de Estados totalitários têm suas condições de reprodução social na tradição, precisamente na raiz cultural que amalgama politicamente massa à governos autoritários.[444]

No Brasil produziu-se o peculiar totalitarismo implícito, portanto, diferente do que predominou na Europa no século XX. Entretanto, mesmo sendo diferente, ele guarda a característica que lhe dá o conceito: a destruição das individualidades, demonstrada pela presença de indivíduos destituídos de personalidades jurídicas; logo, excluídos de participação política ou de cidadania. Mas, tanto aqui como lá, o resultado é o mesmo,

---

[443] Ver distinção entre forma de Estado (monarquia,aristocracia e democracia) e forma de governo, em *Six Livres de la République* de Jean Bondin. Esta distinção, que explica o que se pode chamar de destotalitarização (conceito usado por ARENDT para indicar processos de totalitarização atenuados), está presente na obra de Bodin (1546). Jean Bodin apud BOBBIO, 1985.

[444] Mencionei antes o processo de destotalitarização que se seguiu à morte de Stalin (...) Ainda não sabemos se este processo é final ou irreversível, mas já não podemos chamá-lo de temporário ou provisório (...); é inegável que (a política soviética desde 1953) o enorme império policial foi liquidado, a maioria dos campos de concentração foi dissolvida e que não houve mais expurgos de "inimigos objetivos" e que os conflitos entre os membros da nova "liderança coletiva" são resolvidos pela remoção ou exílio e não por julgamentos ostensivos, confissões e assassinatos (...) é verdade que os métodos usados pelos governantes, nos anos que se seguiram à morte de Stalin, ainda obedeciam os padrões estabelecidos por estes após a morte de Lênin: surgiu novamente um triunvirato chamado de "liderança coletiva", termo CUNHAdo por Stalin em 1925e; após quatro anos de intrigas e de luta pelo poder, houve uma repetição do *coup d'État* de Stalin, em 1929, ou seja, a tomada do poder por Nikita Khrushchev, em 1957. ARENDT, 1990, 348.

pois, em ambos os tipos de Estados, está presente o fundamento do totalitarismo, ou seja, a massa ou de indivíduos agregados e incapazes de julgarem práticas de governo, como atos políticos conscientes ou de exercício de cidadania.

Está configurado, pois, o processo de formação socioeconômica brasileira. Neste processo, idéias-forças constituíram-se em ideologias, cujas forças produziram pelas idéias a emancipação da realidade, movimentando massas de acordo com interesses da oligarquia. A ideologia ajustava a consciência das massas à direção rentável do capital, e com isso, amortecia revoltas separatistas, passionais, que buscavam se realizar fora dos planos ou das intenções das elites. Terror e ideologia entrelaçaram-se e criando a atmosfera que conduziu a nação ao imaginário de sociedade capitalista liberal.

A ideologia produziu o imaginário através da *técnica de profecias*, que pode ser resumida pelo que se segue: propagavam-se idéias, estas ajustavam-se à doutrina jurídica, e com isso, criavam-se movimentos controlados pelas elites que organizavam as massas, produzindo o atalho que levava determinados partidos políticos a terem acesso ao poder estatal. Contudo, a profecia não se desfazia da *mentira*, que aparecia aos olhos das massas como conceito de verdade, porque valorizado pela ética parlamentar – e posta a serviço das elites – e fundado nos valores da oligarquia que eram absorvidos pelas massas. [445]

Devido à presença do parlamentarismo funcional, aquilo que aparecia aos olhos das massas como *verdade*, aparecia no plano mental da organização social ideada pelas elites como mentira. O que as levavam a pactos políticos tácitos, que produziam consenso em torno dos interesses, os quais fazia desaparecer – o lado escuro das divergências políticas – o que aparecia aos olhos de todos como confronto entre governo central e províncias.

Criava-se, dessa maneira, o cadinho cultural que levava às *inovações institucionais* – ou o instrumento político legal - que permitiam inserir a mentira no plano da prática política. Movimentou-se, deste modo, no Brasil, a sociedade capitalista liberal, através de mecanismos autoritários que conferiram ao parlamentarismo uma dominação

[445] Id ibid.

carismática funcional, ou seja, a que coloca, via representação política, em conexão funcional estrutura-classe e sistema de direito.

Em suma, a profecia tornava-se *verdade científica* e assumia, traduzida na inovação institucional a forma do instituído ou do racional-legal, já que sua legitimidade aparecia como síntese mediada pelo trabalho social ou como ação estratégica – intermediária entre interação e trabalho – mas como movimento de percepção dos objetos, no qual a lógica *perseguia* sua coerência, adquirindo um significado de idéia de necessidade.

É habitual o País adentrar ao mundo moderno pela instauração de formas radicais de domínio. Formas modernas de tirania, que operam as leis da natureza como leis da economia, produzindo a história.

Engendra daí o medo, este fruto da própria realização da lei do movimento, em que indivíduos atomizados e isolados, e com isso, incapacitados de julgamentos acerca da vida política, vendo a culpa e a inocência se justaporem como valores iguais; logo, para a realização da natureza a lei maior do movimento, os indivíduos podem a qualquer momento serem destruídos em suas individualidades jurídicas, sendo eliminados sumariamente do convívio da sociedade por morte moral, prisão, tortura e, inclusive, até por assassinato oficial.[446]

A Lei Maior (a Carta Política) símbolo da democracia burguesa foi, no Brasil, um simples problema de realização da lei do movimento, por isso, é dispensada a premissa básica do constitucional, ou seja, a de que indivíduos têm direitos garantidos como legalidade ou como *ius naturale*, que garante a contrapartida da obediência A legitimidade volta, então, à fonte original de sagrado – porque expressada pela ética que a expressou na cultura como resultante, no caso Brasil, da religiosidade irreverente.

---

[446] Os judeus, presos nos campos de concentração, não conseguiam distinguir a culpa da inocência e não tinham, então, a condição humana do uso da razão para evitar o perigo. Os presos, nos cárceres da Ditadura de Vargas (1937) e do regime autoritário-burocrático (1964), embora não estivessem em condições tão humilhantes como a dos judeus, encontravam-se em condições semelhantes. A dignidade humana não se mede pelo grau de repressão, mas pela simples destruição das individualidades daqueles que constroem em *interação* o espaço público no qual habitam,ou seja, pela retirada dos indivíduos do convívio normal da vida humana. ARENDT. Id. ibid.

Não obstante, aqui, a legitimidade na sua fonte original expressou-se na sua forma perversa: a divindade é elemento de coesão social, mas não o é limite de contenção de poder. Esta corresponde ao espaço público, que todos podem dele se aproveitar.

A divindade no nosso País, substrato contido na tradição com o qual se legitima a democracia, é pressuposto da cultura enraizada na doutrina religiosa, autoritária (católica), que admite a intervenção do Estado e da Igreja nos assuntos relativos à salvação. Aqui, o Estado e Igreja, são vistos como sagrado apenas no imaginário social, tornando-se, por isto, fonte legítima de excessos e abusos de poder.

5.3 A aliança entre a ralé e a elite

Recentemente, um Programa de Estabilidade Fiscal é colocado em andamento. Nele está contida a estratégia estatal que inaugura nova fase na economia brasileira, redefinindo o papel mais ativo do Estado e do setor público na economia. No entanto, no âmbito dessa redefinição (um processo planejado) o governo pactuado com o sistema partidário busca legitimação na administração racional da economia.[447]

Isso ilustra o modelo de acumulação capitalista no qual inovações institucionais produzem uma incompatibilidade estrutural entre lógica e valorização do capital. Deste modo, recompensas e custos sociais decorrentes do desenvolvimento – que deveriam levar à redução da dependência do exterior – realizam-se através de conceito amplo de democracia, no qual as necessidades são "satisfeitas", através de apelos ou motivações que fazem a sociedade considerar natural o fato de que a técnica – fator de aumento de produtividade – conseguirá a produção necessária para todos.

É recorrente demonstrarmos que, na relação governo/sistema financeiro e sistema partidário, encontra-se presente o fundo histórico de natureza econômica

---

[447] Esta é a razão pela qual volto a insistir, isto não é um pacote, mas um Programa de Estabilidade Fiscal com forte componente estrutural, institucional, de mudança do regime fiscal que estará conosco por muitos e muitos anos, eu espero, décadas à frente, e que representa, ao meu ver, uma solução duradoura para a falta de incorporação da cultura da restrição orçamentária que é corriqueira no mundo desenvolvido há décadas. Ver a respeito na transcrição da fala do Ministro Pedro Malan durante a apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal. **Site internet do Ministério da Fazenda**, 28/10/98.

correspondente a fundos de salários acumulados nos bancos ou ao que poderemos chamar, rememorando análises de Marx, de acumulação primitiva (caso Brasil). Naquela relação se oculta o parlamentarismo – o que nos dá o conceito de essência móvel e das categorias nela contidas(contradição, movimento e totalidade – que revela, pelo passado, o presente como começo da história da evolução da economia.

O que nos explica o papel atual do Estado na intervenção da economia através de relações definidas, no tempo, de causalidade entre classe, Estado e ideologia, permitindo através de um método comparativo de variação concomitante, apreender a essência móvel – que aparece como fenômeno do parlamentarismo – cujo conteúdo ideológico nela contido – ou o que podemos chamar de inovação institucional – é "operado", via burocracia, através de uma forma de governo parlamentar de gabinete.

Utilizaremos, aqui, também como recurso metodológico as análises de Arendt acerca do totalitarismo e, nele, o papel da burocracia como reforço que leva o aprofundamento de uma sociedade marcada por um *apartheid* social. [448]

No Brasil, hoje, como no passado, líderes políticos carismáticos funcionais – porque representantes que colocam em conexão funcional classe e sistema de direito – e toda a ralé que os cercam, formam o que se pode chamar de partido da ordem *fora* do parlamento.

Arendt, em Origens do totalitarismo (1949), busca explicar relações entre governos e sistema financeiro através do antisemitismo como ideologia leiga do século XIX. Cremos que estava implícito na sua intenção evidenciar relações existentes entre sistema partidário – que tem o gene dos atos intervencionistas socioestatais compreendido como evolução da forma de governo monárquico à despótico – e sistema corporativo, que aparece como corpo político de representação das classes articulando Estado aos interesses capitalistas; logo essa é, pois, uma relação que pode ser apreendida através de afinidades eletivas entre crença e ética profissional, muito embora sua intenção primeira era demonstrar relações existentes entre governos e movimentos políticos de natureza étnica, os quais produziam a formação dos Estados no seu sentido moderno.

---

[448] ARENDT, 1990, p. 376.

Para ela, a relação judeus/governos tornou-se frágil após a Revolução Francesa, no momento em que se consolidou muitos dos Estados europeus, cujas transações comerciais exigiam muito mais capital e crédito que jamais dispuseram os judeus da corte dos séculos XVII e XVIII. Na verdade, e esta é para Arendt o ponto central de sua análise, aquela relação tinha algo escondido, e com isso, produzia a ilusão de caráter religioso que era facilitada pela indiferença geral da burguesia no tocante à política em geral e às finanças do Estado, em particular, e isto levou ao surgimento do imperialismo no fim do século XIX, momento em que os negócios capitalistas em expansão já não podiam ser realizados sem a intervenção e o apoio político ativo do Estado.[449]

Destacamos em seu trabalho o fato de que nele se revelam intrincadas relações entre governo/sistema financeiro que, juntos, tendo sua legitimidade dada por movimentos totalitários, conquistam o Estado e o transforma de instrumento de lei em instrumento da nação. O que vai levá-la à compreensão da história moderna por uma análise do surgimento dos Estados Nações europeus, nos quais as classes rurais se emanciparam, quando os povos adquiriram a consciência de serem entidades culturais e históricas e a de ser o seu território um lar permanentemente marcado pela história comum, fruto do trabalho dos ancestrais e cujo futuro dependeria do desenvolvimento de uma civilização comum.[450]

Vivemos, no Brasil neste fim de século XX, tempos de *orgia* financeira. Algo semelhante a meados do século passado – período pós Independência em que emergiu o Estado genuinamente brasileiro. Algo também semelhante às décadas passadas, tempos da Ditadura Militar, em que os subsídios fiscais representaram 6% do PIB, correspondente à metade de 121 bilhões de cruzeiros da receita total do tesouro. Naquele período, dados liberados pelo presidente do Banco Central, demonstraram que os subsídios somados aos incentivos fiscais alcançaram 80,32% dos impostos federais em 1979 e 99,26% em 1980.[451]

---

[449] Ibid., p. 35.

[450] Ibid., p. 260.

[451] O'DONNEL, 1988, p. 334.

Aqueles era ainda tempos em que o Estado salvava da insolvência os empresários brasileiros, devido à má administração e desvio de recursos governamentais. Hoje, na sua maioria eles não precisam mais serem "salvos", pois a concorrência só baterá às portas daqueles que teimam em não concentrar seus capitais, preferencialmente junto a empresas estrangeiras, e a não arrecadar subsídios do governo, que aparecem, diferente do passado, doados, não na forma de terras, mas na forma de facilidades junto ao governo aos *pools* ou conglomerados de empresas.

O interessante é que esse fenômeno não é mais conhecido como subsídio. O governo tenta esclarecer a população que esta fase de privilégios às empresas acabou. Na verdade, o subsídio troca de nome, chama-se leilões de privatizações, que são ofertados de maneira disfarçada, a ponto de empresas comprarem estatais sem "dinheiro no bolso". Bastam a elas o renome e, muitas vezes, terem amigos íntimos nas cercanias do poder.

Nesses tempos de privatizações, é preciso esclarecer o papel da instituição financeira conhecida por todos nós: o Banco. Aqueles que vivem o cotidiano do trabalho, e em especial a classe média, têm com esta instituição intrincadas e dolorosas relações. Seu papel no contexto da política não é tão diferente do passado, porque resultado de política monetária do governo que desestimula o mercado interno – via reforma do dinheiro – através da entrada de capitais especulativos estrangeiros atraídos pelos juros elevados.

Os juros altos prolongados no tempo em decorrência da política monetária com a qual se tenta vencer a atual crise da economia – e a crise é mundial, assim cremos, está apenas começando – faz baixar parte do valor dos ativos bancários, e, com isso, os bancos passam a conceder empréstimos ruins, aumentando, assim, o número de pessoas que não consegue pagar suas obrigações contratuais. Deste modo, os próprios bancos são co-responsáveis pela inadimplência no País, um fenômeno que se constata pela constante divulgação do fato nos meios de comunicação de massa.[452]

---

[452] Inadimplência e prejuízo sempre andam de mãos dadas nos balanços dos bancos internacionais. Os calotes crescem, os lucros diminuem. No Brasil, as coisas funcionam ao contrário. Parece piada de mau gosto, mas a crise de inadimplência que assola o País (há pelo menos R$ 22 bilhões em atraso no sistema financeiro) tem ajudado a aumentar os lucros dos bancos. Rápida olhada nas demonstrações financeiras de 25 instituições, revela-nos que, no primeiro semestre de 1998, elas aumentaram em 71% as provisões contra perdas de crédito, resguardando R$ 1,2 bilhão para cobrir prejuízos. Paradoxalmente, os lucros auferidos por esses grupos cresceram 11,7 %, chegando a R$ 1,213 bilhão entre janeiro e junho. Dá para acreditar? Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 051, 19/08/1998.

A baixa dos ativos bancários levam os bancos a reduzir projetos de investimentos em programas de expansão das empresas, tanto pelo alto custo dos empréstimos e seus conseqüentes riscos, quanto pela atração que eles têm pelos títulos do tesouro, que, postos como títulos renováveis no mercado internacional – ou moeda de cálculo pautada no artifício do câmbio, que busca igualar a moeda brasileira a outras moedas de outros países – são valorizados no exterior, portanto, mais rentáveis que os próprios investimentos.

Frente à insegurança provocada pelas constantes crises da economia mundial, o sistema bancário, diferente das décadas anteriores, quando a inflação não era civilizada – no dizer do atual Ministro da Fazenda (público e notório, porque divulgado em todos os meios de comunicação) – tem os lucros acumulados como capital-ações retidos em fundos de investimentos. Esses retidos não rendem juros, por isso deveriam estar a disposição da nação para financiar planos de expansão das empresas. Entretanto, devido ao fato de que os bancos se vêem ameaçados pela desvalorização da moeda nacional – em especial frente ao dólar, moeda padrão internacional – eles preferem operar com capitais para financiamentos restringindo-se a negociações de títulos e valores realizados através de operações monetárias.

Daí os bancos apostarem no crédito fácil diminuindo as exigências que tornariam os empréstimos mais confiáveis. Reduz-se, assim, o risco de perda, porque o que se perde com a inadimplência ganha-se no jogo da especulação.

Quando os títulos do governo postos no mercado internacional baixam, devido a momentos de pique de crise da economia mundial, aqueles fundos tornam-se menos rentáveis. Daí os bancos buscarem compensações visando aumentar ainda mais a margem de lucros e a conseqüente diminuição de perdas. Promovem, então, o crescimento de fundos neles acumulados (fundos de poupança nacional), diferente das décadas anteriores, em fundos de apreciação da moeda. O que os incitam ainda mais à especulação.

Contudo, isso eles fazem através de justificativa legítima, pois a responsabilidade do desatino do País que não consegue poupar, e, com isso, pagar suas dívidas, é posta, pelo governo central, como erro de governos dos Estados da Federação. A desculpa é que os Estados não conseguem gerir com economia os recursos públicos. Daí

terem os bancos a justificativa que esconde o real papel que eles exercem, ou seja, de antigos agentes do fisco ou cobradores de impostos dos Rei, hoje, cobradores indiretos de impostos provenientes de ajuste fiscal, porque lado a lado com o governo, o qual se articula ao sistema financeiro, compõem as regras do xadrez ou o modo de participação do País no jogo da competição mundial de mercados.

Deste modo, os bancos encontram legitimidade para atos de exorbitância na forma de extorsão a juros, ou seja, legitimidade para elevação descabida dos preços dos empréstimos. Eles têm na justificativa governamental da necessidade de pagar os juros e serviços da dívida externa – cuja origem está na dívida pública dos estados – a condição política que os tornam carrascos do atual processo de exploração do trabalho pelo capital. Este posto na forma de matemática financial que corresponde, na medida exata da falta de ética, a retirada dos meios de sobrevivência, configurando o concreto projeto de exclusão da cidadania.

Neste ponto, não podemos deixar de descrever a artimanha financeira que está contida no uso proliferado do que é, no nosso País, bastante conhecida, a chamada *Tabela Price*. Esta tabela, cujo uso é regulado, em outros países, de acordo com uma ética que rege relações banco/clientes, tem, no Brasil, o papel de instrumento de abuso de poder econômico. Podemos esclarecer isso com um exemplo. No ano passado, os lucros dos fundos acumulados nos bancos, que já tinham sido contabilizados, matematicamente – tomando a diferença entre inflação acumulada em 12 meses (agosto 97/98, de 0,97%) e juros bancários cobrados a 239, 8%, média de juros de cheque especial em julho (como mostrou o PROCOM de SP) – tiveram os lucros acrescidos pela *Tabela Price*. Os bancos visam, com isso, levar todo o risco das perdas para os clientes. O que torna o uso dessa tabela ato vergonhoso.[453]

Na linguagem jurídica, tem-se um *delictum*, pois, os bancos, além de ganharem com a prestação de serviço, aproveitam para lucrar com a diferença entre o custo de captação e de empréstimo, transferindo os riscos das perdas para os clientes. Em outro país, isso seria punido com prisão. Em suma, os juros escondidos naquela tabela se

[453] Id. ibid.

revelam, pois, como ato de extorsão a juros, capitalização de juros sobre juros, proibido pela lei.

Tudo isso leva a ficar comprometidas as já minguadas economias e os parcos salários, principalmente daqueles que se situam na faixa do que poderíamos chamar de classe média, ou seja, dos que têm, em relação à massa pobre, a maioria, salários um pouco mais elevados. Daí que governo, sistema financeiro e bancos tornam-se cúmplices de um processo de exclusão de cidadania, o qual se realiza como fundos de apreciação de moedas (apreciação que só se põe realizada como dinheiro à juros), com os quais se paga o serviço da dívida externa, ou seja, aquele proveniente de dívidas públicas dos Estados. [454]

No papel dos bancos, esconde-se a história política do País, visto que o recorrente é o fato de que frente à depreciação de fundos acumulados, os bancos passam a praticar atos de usura e ao arrepio da Lei (da Carta Política), buscam construir armadilhas para diminuir os riscos de perdas. Mesmo à custa da cidadania. Mas, o que aí se revela, no ato da extorsão a juros – é a própria exclusão da cidadania. Uma vitória de *pirro* que consiste na obstinação de líderes políticos que teimam em ter o povo ao seu lado apenas como massa de manobra. Implica daí que a relação criminosa – que aprofunda o *apartheid* social, num país em que a raça inferior confunde-se com ser pobre – entre governo/sistema financeiro e bancos não se coloca imune aos processos da história.

Realmente este fato não se põe imune à história. Na verdade, na medida em que se avolumam os empréstimos ruins (quem ainda não recebeu oferta de cartão de crédito levante a mão ou permaneça calado como sempre), emerge, concomitante à inadimplência que assola o País – e ainda, na forma surda e cega – movimentos de resgate da cidadania perdida, constituídos de pessoas buscam no Direito, aquilo que é negado pelo ESTADO. Cresce, a cada dia, o número de pessoas que procuram nos diversos estados o PROCOM em busca de seus direitos.

---

[454] Pierre Salama, especialista em América Latina, ao fazer uma análise sobre a origem interna da crise no Brasil, busca demonstrar que a política de juros altos onera consideravelmente o serviço da dívida interna dos Estados. Nessa análise, afirma que o retorno conjuntural a políticas de austeridade implementadas às vésperas das crises, como as anunciadas, recentemente, após o segundo turno das eleições para Presidente da República, aumenta profundamente a pobreza e aniquila brutalmente os raros avanços das primeiras fases de crescimento. Os pobres ficam ainda mais pobres, quem não era passa a ser, e parte significativa da classe média experimenta a regressão brutal de seu poder de compra, devido à redução dos rendimentos do trabalho e à obrigação de saldar suas dívidas. **Folha de São Paulo**, 11/10/1998.

Entretanto o quê está na escuridão, e que é preciso clarear, são os efeitos sociais e políticos da atual política monetária adotada pelo governo central que promove o empobrecimento das unidades da Federação. Eles aparecem ao nível da política como falsa oposição entre governo e províncias (estados), revelando algo que o passado histórico descortina: a presença de um fundo histórico de natureza econômica, que, contudo, se manifesta na forma política.

A conseqüência daqueles efeitos pode ser compreendida pela diminuição dos salários da classe trabalhadora e presença de classes estéreis (comercial e industrial) sobre as quais não recaem a carga bruta de impostos. Quanto à primeira classe, os impostos são cobrados na fonte. No caso das classes estéreis de menor influência ou de menor porte empresarial, como os impostos não são cobrados diretos na fonte, e devido às dificuldades financeiras, já que o governo privilegia só as mais fortes, a concorrência as levam à sonegação. O que não implica que as de maior influência e de maior porte empresarial também não o façam. Quanto às empresas de maior porte, a carga bruta dos impostos nem chega a alcançá-las, pois elas são protegidas por leis que favorecem o crescimento de sociedades anônimas – *pool* ou conglomerados de empresas – cujas leis são engendradas no interior do fenômeno de concorrência, ilustrando o modelo de contradição que retoma, em boa medida, as análises de Marx sobre o antagonismo entre sociedade anônimas e sistema corporativo.

É, pois, fundamentado na análise de Marx que podemos afirmar – e esta é nossa aposta – que a oposição governo e províncias é falsa, ou seja, é "para inglês ver". Ela esconde o fato de que as unidades da federação premidas pelas circunstâncias da crise, têm, que, assim como o governo central, aplicar quase todo montante de arrecadação fiscal no pagamento da dívida externa, sobrando daí quase nada de verbas públicas para aplicar em investimentos de infra-estrutura que promovam o crescimento econômico e o aumento da capacidade produtiva da nação.

Sem se falar, ainda, no fato que isso resulta – o que esclarece o fenômeno da exclusão da cidadania – a carência de verbas públicas para serem aplicadas em programas sociais, tais como educação, saúde etc. – com fins de promover mão-de-obra qualificada,

produtiva, e com isso, possibilitar a entrada de trabalhadores no contexto moderno de novas relações de trabalho.

Na total escuridão, faça-se a luz. Aí, revela-se o que está oculto na relação governo/sistema financeiro e sistema partidário, ou seja, a presença do caldo cultural no qual proliferam movimentos políticos liderados pelas elites, os quais aparecem com maior intensidade em períodos eleitorais: movimentos totalitários. Eles refletem a ética aventureira que se manifesta, em especial, nas províncias, mediando a expansão das relações capitalistas no Brasil.

A conseqüência disso é funesta, o povo (os inocentes), torna-se massa de manobra das elites constituindo movimentos totalitários que reúnem massas em torno de líderes ou troupe de políticos, os quais transformam o sistema partidário em carro-chefe de líderes aventureiros que cercam o líder maior (leia-se: chefe da nação e governadores). É nesse sentido que a oposição entre governo central e províncias é aparente. Ela só se mostra quando se atenta na diferença entre povo e ralé.[455]

Os movimentos da ralé em torno de líderes, especialmente em períodos eleitorais, têm no sistema de comunicação da *mass media* o conteúdo ideológico que os sustentam. Este conteúdo está presente nos estados e é cópia do que está contido no plano mental dos burocratas do governo central. Esclarece-se. O que se propaga e com intensidade (basta ver TVs) é a idéia da entrada de capitais especulativos como necessidade nacional.

O mais funesto, ainda, é que esta idéia tem como conseqüência, no plano da prática política, a perda da soberania nacional – a soberania identifica-se com Estado e o poder nele contido – e com isso, o enfraquecimento do poder Judiciário. Daí que se torna corrupto o Legislativo e forte o Executivo, o qual comanda o País através de normas constitucionais de exceção (com volume de medidas provisórias que se agiganta), visando

---

[455] A ralé, na concepção de ARENDT, é, no fundo, o grupo social no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão difícil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo em todas as revoluções luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo *homem forte*, pelo *grande líder*. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída e odeia o Parlamento onde não é representada. Os plebiscitos, portanto, com os quais os líderes modernos da ralé têm obtido resultados excelentes, correspondem apenas à tática de políticos que se estribam na ralé. ARENDT, 1990, p. 129.

obter Razões de Estado que permitam o controle das influências que atuam sobre a economia. Tudo se passando como se fosse tudo para o bem do povo. Desfaz-se o véu e revela-se a causa básica da exclusão da cidadania.

Os bancos e seus atos de usura são apenas efeitos de outra causa: a presença do fundo histórico de natureza econômica, posto pela tradição como matriz histórica e que tem na forma política a condição de desenvolvimento econômico.

Marx ao visitar Smith em *A riqueza das nações* (1776) busca, em *Introdução à crítica da economia política* (1857), a presença do fundo histórico no qual está contido a moral das práticas econômicas no seu tempo. Ele vê, diferente de Smith, instituições humanas interferindo nas atividades econômicas. Deste modo, vai centrar sua análise econômica na instituição Estado, precisamente nos contratos de locação entre proprietários de terra e rendeiros, que, segundo Smith (1776), anunciava a revolução engendrada do trabalho e das competências que nele formavam a evolução por ele predita. Contudo, vê nesses contratos a classe dominante realizando investimentos de capital, na forma política que se subordinava à economia. Do ponto de vista metodológico isso o leva como passo inicial de suas pesquisas a uma análise tipo conjetural – Marx não abre mão da importância da observação como instrumento metodológico de análise.[456]

Os contratos de locação contêm a condição que permite fluir a acumulação. A acumulação expressa a evolução da economia manifestando-se através de contratos validados como legalidade formal.

Esta legalidade garantia, através de princípios que orientam atividades econômicas, segundo interesses da classe burguesa, a fundação da organização social capitalista, a partir das classes. Isso lhe permitiu melhor compreensão das relações Estado – legalidade/força militarizada e, por aí, a compreensão do domínio das classes rural e industrial sobre a classe trabalhadora. Sendo que a classe industrial, no seu tempo, buscava se consolidar como classe dominante.[457]

---

[456] Ver sobre o assunto em O progresso natural da riqueza e em De que maneira o comércio contribuiu para o progresso das cidades. SMITH, 1983, p. 322-350.

[457] D'une part les agitateurs abolicionnistes faisaient appel aux sympathies populaires, en démontrant par des faits e par des chiffres que ces lois de protection n'avaient jamais protégée le producteur réel. D'autre part la

Ele via o Estado garantindo o domínio das classe rural e industrial, a primeira em decadência, tendo a legalidade e a força militar a serviço dessas classes e, de outro, via o Estado ajustando lógica à valorização do capital, através de leis que favoreciam as classes dominantes. Isto era possível devido à relação existente entre governo/sistema financeiro internacional e sistema partidário.

O que o leva a pensar a presença dos bancos lado a lado com o governo compondo um movimento circular do dinheiro e, com isso, evidenciando o lugar da acumulação: as classes de natureza econômica se estruturando na forma política e se realizando através de estratégias de relações de mercados.

Entretanto, não privilegiando na sua metodologia outras dimensões humanas que também compõem o ato econômico, Marx subordina, do ponto de vista da metodologia, a política à economia e, com isso, não pôde apanhar na análise o constitucional como ponto nuclear do movimento circular do dinheiro, posto pelo aparecer social do fenômeno Estado fenômeno Estado.

Neste sentido, a superação das classes sociais se inverte em relação ao que fora pensado por ele como caminho das ações produtivas que vai do simples ao complexo ou do terreno do trabalho ao Estado ou a relações de produção que se complexificam na medida do avanço das forças produtivas. No caso, tem-se, então um movimento de metamorfose de mercadoria, onde o econômico se subordina ao política e no qual, o momento da produção de valor determina o ponto nuclear em que a mercadoria fetichiza produzindo a acumulação ou os investimentos do capital.

Marx não contempla na sua análise o Estado como lugar da acumulação realizando a economia pela política. Daí que não pode compreender o valor da mercadoria se realizando também independente do tempo gasto de trabalho.

---

bourgeoisie industrielle , écumait de rage quant les aristocrates fonciers venaient dénoncer état des fabriques, que ces oisifs, coeurs secs, corrompu jusq''a la moelle, faisait parade de leur profonde sympathie pour les souffrances des ouvriers de fabrique, et reclamait à haut cris l'intervention de la lègislature. (...) L'aristocratie terrienne avait pour général en chef dans as campagne philanthropique contre les fabricants le comte de Shaftesbury (1844 à 1845). MARX, 1985, p. 134.

Em suma, ele não vê o Estado como momento crítico de transformação da mercadoria – ou aí presente o lugar no qual as classes estruturam-se, e, ao mesmo tempo, lutam tanto entre si, como entre as classes que compõem o conjunto do modo de produção capitalista. Na verdade, ele vê no constitucional – ou nas leis que se colocam como princípios de organização social – apenas o momento em que se ajusta lógica à valorização do capital, que amarra à economia a condição política; logo é conseqüente vê no Estado a forma (e não o conteúdo) da exploração do trabalho pelo capital.

Ele não vê, em suma, nos princípios de organização social e nas leis que regem as instituições, relações sociais antecipadamente já colocadas como relações dominantes, postas pela tradição (antes mesmo que qualquer linguagem). É recorrente sua teoria da mais valia a qual se realiza pelas leis da economia, que se metamorfoseiam na pretendida lei natural da população. Isto é o que deduzimos quando analisamos seus textos que compõem o volume por nós conhecido como *Teorias sobre A Mais Valia* [*Theorien überden Mehrwer*].[458]

Na verdade, Smith, em *A riqueza das nações* (1776), buscou analisar o papel do Estado (ou a inutilidade deste) e o fez através da descrição de um ator econômico a renda fundiária, que anunciava uma revolução da qual participavam, sem ter consciência disso, categorias de comerciantes e artífices. Estes últimos constituíam a figura do trabalhador independente que se associa levando a categoria à operosidade. Ele tinha como objeto principal da análise compreender o progresso que se realizava na correlação comerciantes/artífices, mas as custas dos proprietários rurais que não investiam seu capital na melhoria do cultivo das terras, tendo suas rendas esbanjadas com clientes e dependentes.

---

[458] Si le quantum de travail gratuit que la classe ouvrière rend, et que la classe capitaliste accumule, s'accroît assez rapidement, pour que sa conversion en capital additionel nécessite un supplement extraordinaire de travail payé, le salaire monte, et toutes autres circonstances restant les mêmes, le travail gratuit diminue proportionnellement. Mais dès que cette diminution touche au point où le surtravail, qui nourrit le capital, ne paraît plus OFFErt en quantité normale, une reation survient, une moindre partie du revenu se capitalise, l'accumulation se ralentit et le mouvement ascendant du salaire subit un contrecoup. Le prix du travail ne peut donc jamais s'élever qu'entre des limites qui laissent intactes les bases du système capitaliste et en assurent la reproduction sur une échelle progressive. MARX, Livre I, sections V a VIII, em especial, Flamarion, Paris, 1985, p. 88.

Este foi um fato que levou ao surgimento dos rendeiros que se libertaram dos proprietários de terras, permitindo a expansão do mercado, já que os rendeiros cultivavam terras, povoando lugares distantes, pondo, com isso, o comércio e manufaturas como causa do aprimoramento do campo.[459]

Os rendeiros constituíam, no método de Smith, o problema moral e este foi resolvido do ponto de vista analítico, admitindo esse problema ser resolvido no próprio âmbito das atividades produtivas. O que o levou ao tratamento metodológico no qual uma orientação empírica dualista buscava explicar o sentimento moral (reivindicado por Hume) que se colocava subjacente às atividades econômicas, mas se realizando através de ações racionais que se produziam como agir econômico que era orientado não só pelo egoísmo, mas também pelo altruísmo.

Neste ponto, seu pensamento era contrário ao de Hobbes que admitia que o homem tem as ações racionais orientando-se, objetivamente, segundo interesses.[460]

Marx tem aí o ponto de partida para a crítica da economia política e da moral nela contida. A renda fundiária traduzia o papel histórico dos rendeiros pela política contida no âmbito da economia, assim como pensara Smith, mas pela política que é posta em função da economia. Aquela renda caracteriza a economia como essência subjetiva do trabalho, que é expropriada nas suas energias produtivas como apropriação dos meios de produção, os quais cristalizam-se em propriedade privada, precisamente na forma da estruturação do Sistema do Direito Privado.

Isso se constituía no outro lado do agir econômico (o lado subjetivo da ação racional) e traduzia a moral contida na ação racional do trabalho, que só podia ser explicada pela dialética das forças produtivas e relações de produção. Marx busca

---

[459] SMITH, 1983, p. 350.

[460] Hutcheson, mestre de SMITH, na Universidade de Glasgow reivindicava, também, no terreno da filosofia moral, a originalidade do "*sentimento moral*"; mostrava que todas as ações humanas podem ser referidas a dois objetivos, reciprocamente independentes, isto é, egoísmo e altruísmo, pondo implicitamente em evidência a presença de um dualismo profundo na estrutura psicológica dos homens, dualismo cuja não resolução mostrava-se tanto menos facilmente superável na orientação empirista, quando dois objetivos opostos eram considerados como os dados finais, não analisáveis posteriormente. NAPOLEONI, 1985, p. 45.

compreender a ação político-administrativa e, com isso, o modo como a essência subjetiva do trabalho se concretiza em patrimônio do capitalista.

O problema moral aí contido Marx o aborda, na sua metodologia, através de artifício empírico. Pensa a classe social como conceito-guia de pesquisa conceituando-a como função explicativa da economia política, ou seja, vai pensá-la como conjunto de conceitos que expressa a imaginação da realidade na sua totalidade, contradição e em movimento perpétuo ou na linha do pensamento da dialética de Hegel.

É recorrente a classe se realizar na história através de processo de formação socioeconômica, na qual, classes antagônicas, e em luta, têm na contradição das forças produtivas e relações de produção a acumulação, se realizando pela política, mas tendo sua origem ou *raiz* na economia.

O que o leva a compreender o lucro do capitalista se manifestando como fenômeno político, mas em função da economia. Daí, buscar na legislação que favorecia capitalistas na troca com o comércio exterior, à sua época, a justificativa ideológico-política que lhe explica a forma da exploração do trabalho pelo capital.

Esta forma, no seu tempo, realiza-se análoga ao fato que ocorrera com os rendeiros (descritos como fato econômico ou como ator renda fundiária), que se tornaram libertos dos proprietários rurais através de contratos de locação, e com isso, do domínio de antigas estruturas feudais. Mas, tal como os rendeiros de ontem, (no tempo da análise de Smith), os trabalhadores (mesmo e ainda no tempo de Marx e de sua análise) ficavam presos à renda fundiária.

A moral da economia era, portanto disfarçada em política, ou seja, colocava-se como igualdade econômica de todos perante a lei, porque metamorfoseada em fundos de salários ou naquilo que se denomina de fundos de poupança acumulados nos bancos.

Os contratos jurídico-formais da sociedade burguesa que emergiam e se consolidavam como votoriosa tinham os fundos de salários mimetizados em juros e engordando o patrimônio do capitalista.

Eis o artifício que dá *a fórmula empírica* que está contida no método de Marx. Ele admite explicar a realidade através do modelo hegeliano de análise – a síntese mediada pelo trabalho social elaborada pela classe como síntese *a posteriori* – que lhe aponta o caminho da superação das classes sociais, mas *vai apanhar* a realidade do mundo operativo empírico em elementos *a priori*, tal como conceito de classe social, ideologia e outros. Esses se tornam comprovados através da violência empírica que se manifesta no Estado como resultante de conflitos de classes.

Em suma, considera os conflitos sociais aparecendo na forma política, ou seja, resultantes de administração racional estatal da economia, mas como conflitos que têm sua origem na economia ou que se realizam como conflito de classes. O artifício empírico contido no seu método lhe dá a explicação histórica da falsa moral contida nas atividades econômicas. O que lhe permite compreender a situação dos trabalhadores, já libertos do domínio das antigas instituições feudais, mas adentrando à fase de apogeu do capitalismo indústria presos ao ator renda fundiária, já transformada em fundos de comércio e aparecendo como fundos de ordem financeira.[461]

Estes fundos expressam na forma política (através de leis que favorecia a formação da sociedade anônima) diretrizes de políticas econômicas, que devido a expansão dos mercados dada pelo avanço das forças produtivas buscam a "correção dos desvios da economia" ou o controle das influências que atuam sobre atividades econômicas, através da idéia de administração racional da economia.

No caso, a política é presa de fatores econômicos e aparece na forma de Estado democrático burguês. Na organização social capitalista metamorfoseiam-se os direitos políticos em igualdade econômica de todos perante a lei. Na verdade a liberdade é conferida pela burocracia que favorece – pela textura e interpretação da lei- a concentração de capitais. Deriva daí a crítica – ou o crítico da concepção otimista da

---

[461] Mesmo um rendeiro a título precário, que paga o valor total da terra, não depende totalmente do proprietário. As vantagens pecuniárias que um recebe do outro são mútuas e iguais, e tal tipo de rendeiro não exporá nem sua vida nem sua fortuna a serviço do proprietário. Mas se ele tiver um contrato de locação, durante muitos anos, será totalmente independente do proprietário; e este não deve esperar dele nenhum serviço, mesmo o mais insignificante, além do expressamente estipulado no contrato de locação ou do que lhe seja imposto pela lei comum e conhecida no País. Ver em *De que maneira o comércio das cidades contribuiu para o progresso.* SMITH, 1983, p. 350.

economia[Marx} à teoria do valor de Ricardo, que buscava reformular o pensamento econômico de Smith.

Ele vê na Legislação a condição de deterioração da classe trabalhadora, mas a vê expressando-se como violência empírica ou como exército de reserva. Está aí o problema moral contido nas atividades econômicas : fundos de salários – retirados dos trabalhadores como "excedente" de valor – que se acumulava nos bancos – transformados em dinheiro, cujo dinheiro fluía acrescidos a juros, *indo* para "mãos certas", devido às políticas monetárias e às idéias nelas contidas de administração racional da economia. No caso em pauta, a classe industrial pode dispor ao seu bel prazer da massa das energias produtivas que flui do trabalho.

O político realiza-se, pois, em função da economia e produzia, através do Estado e de legislação elaborada pelo parlamento, imensa massa de trabalhadores que era jogada para "dentro do trabalho", sem o menor preparo, não produzindo a revolução, que, no dizer de Smith o mercantilismo anunciava. Neste ponto, Marx mostra-se crítico à teoria ricardiana, que, inclusive, ganhava adeptos na seara do socialismo.

Ele vê na relação Estado e economia o fundo histórico ou a condição política que permite se realizar a acumulação, mas preferiu enfatizar do ponto de vista metodológico as diretrizes contidas nas políticas econômicas, as quais produziam aquele fundo ao nível da classe.

Daí que na relação economia e política, que não foi enfatizada na metodologia de Marx, aparecia aquilo que estava do "outro lado" do exécito de reserva. O Estado que permitia, via legislação, o uso da massa de trabalhadores, postos, ora para "dentro" e ora para "fora" do trabalho.

Busca revelar o fundo histórico de natureza econômica que emergia das políticas econômicas e que eram influenciadas pelas idéia de Ricardo; logo, o problema moral se constatava – estava contido na concepção econômica *metalista*, colocada como estratégia de relações de mercados internacionais – nas idéias de administração racional da economia. Porém, Marx vai tratar o problema através de um método centrado na economia.

Desse modo, ele "opera" a compreensão da realidade através do modelo de análise de Hegel, mas de tal modo que os conceitos de contradição, totalidade e transformação contínua da realidade "ajustavam" o seu conceito-guia da pesquisa a classe social, a realidade pensada e imaginada.

Ele abandona a possibilidade do uso da razão se realizar de forma dupla, e, com isso, estar presente a ideologia pela qual a classe traduz a realidade através de "erros" cometidos pela própria razão no uso da lógica (a ilusão em Kant), produzindo o imaginário social.

Marx unia conceitos da realidade em movimento ao conjunto de conceitos da realidade imaginada. Misturava no mesmo caldo metodológico Kant e Hegel. Seu conceito guia de pesquisa traduzia a realidade do mundo operativo, empírico, que, no entanto, era compreendida em seu movimento, pela síntese hegeliana a posteriori. Neste sentido, punha o pensamento de Hegel de *cabeça para baixo*.

Somente o aumento do grau de exploração do trabalho pelo capital, decorrente do avanço das forças produtivas que trazia novos métodos e técnicas de produção poria "fim" ao problema moral. O progresso anunciado como revolução das manufaturas que anunciava o emergir da indústria, não era, como Smith pensara, simples problema racional, tendo nele contido a moral que subjazia às atividades econômicas. Qualquer método que coloca aquele problema no âmbito das atividades econômicas (como por exemplo, o de Smith e Ricardo), falseia a realidade.

A economia é, sobretudo, problema de política e tem que ser compreendida ao nível do espaço no qual as classes se estruturam produzindo valor trabalho. Esse valor se incorpora às mercadorias expressando fundos de salários que engordam o patrimônio dos capitalistas, já que esses obtêm excedente maior de produção, vale dizer, o preço de um excedente maior.

Marx elabora, a partir daí, sua teoria da mais valia, que expressa a acumulação, via legislação, mas em fundos de salários. Significando que a acumulação, mesmo assumindo a forma política não prescinde da expansão dos mercados, pois tem no papel do dinheiro que flui da troca comercial o valor trabalho, que é incorporado aos meios de

produção como propriedade privada na forma de Direito Privado. Deixava, com isto, o sentido histórico contido na política econômica: os rendeiros de ontem, hoje, no seu tempo, trabalhadores das cidades, eram agora, mercadorias vendáveis.[462]

Por isso sua crítica às formulações *metalistas* expressas no pensamento econômico liberal tradicional que atribuíam valor intrínseco ao dinheiro e que se colocavam dominantes nas políticas econômicas adotadas pelos Estados "capitalistas". Eram aquelas formulações frutos de análises que fluíam, à sua época, através de debates econômicos que ocorreram nos dias de Ricardo.

Em suma, retoma estudos sobre o movimento de metamorfose das mercadorias, buscando explicar o tratamento, via políticas econômicas, dos problemas de balança de pagamentos – ou do porquê "só se aumenta o preço das mercadorias exportadas que são trocadas por ouro e prata, na qualidade de meios de circulação e não na qualidade daquelas mercadorias."

Marx visava criticar Hume e, com isso, elaborar estratégias teóricas para se contrapor ao pensamento econômico de Ricardo. Denuncia a presença do fundo histórico do qual emergiam práticas governamentais, que feriam princípios de ordem moral contidos nas políticas econômicas *metalistas*, que consolidavam a chamada democracia burguesa liberal.[463]

Tudo isso nos permite apanhar no atual momento da evolução da economia, no contexto do capitalismo particular de Brasil – tomando como recurso o método conjetural de análise do Estado – a moral das atuais práticas econômicas, postas pela

---

[462] Das Kapital, onde MARX retoma as teses principais de seu escrito, *Zur Kritik der poltischen o kônomie*, cujo conteúdo crítico está resumido no primeiro capítulo deste tomo. Nas notas do primeiro capítulo, novas fontes sobre a teoria do valor e teoria do dinheiro. MARX, 1982a, p. 128.

[463] Qualquer pesquisa científica sobre a relação entre quantidade dos meios de circulação e o movimento de preços das mercadorias deve ter como dado o valor do material que constitui o dinheiro. Ao contrário, Hume estuda exclusivamente as épocas de revoluções no valor dos próprios metais preciosos, isto é, revoluções da medida dos valores. A elevação dos preços das mercadorias simultaneamente com o aumento do dinheiro metálico, desde a descoberta das minas americanas, constitui o fundo histórico de sua teoria, ao mesmo tempo que a polêmica contra o sistema monetário e mercantil lhe propicia o motivo prático. A entrada dos metais precisos pode aumentar naturalmente, mantendo-se constante os custos de produção. Por outro lado, a diminuição do seu valor, isto é, do tempo de trabalho necessário à sua produção, mostrar-se-á primeiramente apenas no aumento de sua oferta. MARX, 1972, p. 235.

tradição como matriz histórica. Isto faremos através do recurso da historiografia associado ao argumento da analogia.

5.4 A lei geral da acumulação capitalista ou a garantia antecipada do lucro

A intenção de Marx, ao visitar a obra de Smith (*A riqueza das nações* [1776]), era de explicar o processo de acumulação capitalista (a lei geral acumulação capitalista), que se revelava na história, quando da descrição da renda fundiária que engordava o patrimônio da classe rural. Renda pensada por Smith como não investida no melhoramento das terras (instalações, máquinas agrícolas etc) e esbanjada com clientes e dependentes. Esse fato origina os arredamentos a longo prazo e tem como conseqüência a libertação dos rendeiros do domínio feudal, pois a classe rural não tendo nada a oferecer em troca – por ser não produtiva – entrara em decadência. Ele vai, a partir daí, buscar repensar a teoria do valor trabalho de Smith.

Ele toma como ponto central de sua análise os fundos de salários (*loyer d'un fermier*) que se realizavam graças a contratos de locação, pelo quais os proprietários rurais, à sua época, descontavam dos salários já magros, aluguéis de terra, moradia etc. Vê nesses contratos a condição política que permite a acumulação, condição que tem o ponto nuclear do movimento de metamorfose da mercadoria situado ao nível da classe, ou seja, no espaço das práticas econômicas. Neste sentido, os fundos de salários se colocam como partida, na história, explicada pela renda fundiária que se metamorfoseava em fundos de comércio –compondo fundos de um sistema financeiro – tendo na associação de capitais o conceito do que se pode chamar, no sentido amplo do termo, de sociedade anônima.[464]

Contudo, não compreende a acumulação, na qual o ponto nuclear da mercadoria – ou da mimetização da mercadoria – estava a ocorrer ao nível da classe, tendo aí a condição de sua realização a política. Condição que reveste a política se realizando na dialética da interação e trabalho [Habermas] como ato econômico. Nele contido o *fetiche* da mercadoria (dinheiro como símbolo), cujo valor trabalho se incorpora

[464] Ibid., 1985, p. 135.

aos meios de produção como valor corpóreo ou aumento de patrimônio (dado através de leis que favoreciam a classe rural, comercial e industrial e, com isso, tornando a classe industrial – resultante do último ato da produção humana da existência (classe burguesa ascendente que emergia junto ao crescimento e progresso das cidades), detentoras dos meios de produção com os quais se podia trabalhar, com lucros, as terras dos proprietários rurais, a classe que no caminho da história se colocava, naquele determinado momento, em decadência.

Para Marx, os rendeiros tornaram-se libertos dos proprietários de terras através de contratos de locação – exatamente como descrevera Smith, mas ficaram presos, juntamente com os proprietários de terras, ao novo ator econômico, os fundos de comércio que surgiam nas cidades, em decorrência do crescimento das manufaturas, que traziam no seu bojo, ainda que de forma incipiente, a industrialização.

No caso em pauta, a renda fundiária transformava-se em fundos de comércio e estruturava-se em fundo financeiros, devido aos novos contratos de origem privada, que configuravam a nova sociedade que emergia resultante da passagem do campo para as cidades. No entanto, esse novos contratos se colocavam contra a tradição, ou seja, como quebra de contratos solenes. Explicita-se.[465]

Entre comerciantes e proprietários de terras, e de acordo com a tradição, eram celebrados contratos solenes (a lei era apenas formalidade e ali estava para dar à nova ordem social a sua aparência de democracia). Nesta situação devido ao crescimento das cidades – das manufaturas que se colocavam em acordo com a "gastança" dos priprietários de terras – a classe comercial (mimetizada em classe "financista") se enriquecia, devido à renda fundiária que se transformava em fundos de comércio ou em dinheiro emprestado a juros. De imediato, a renda fundiária aumentava o patrimônio da classe comercial que como burguesia nascente tendia assumir os valores postos pelo estamento a se tornar fazendeira. Na verdade, os *novos* comerciantes mimetizados de

---

[465] Denominam-se, aqui, de contratos solenes ou contrato formal aqueles contratos para cuja formação a lei exige obediência, aos quais resulta nulo. Contudo, é importante frisar que esse conceito se põe, hoje, no contexto do direito positivo, como algo extemporâneo, ou seja, constitui o que se poderia chamar de "contrato garantido pela honra", tendo seu valor jurídico apenas no que toca a interesses materiais das partes envolvidas. **Dicionário Jurídico**, Academia Brasileira de Letras, 1995, p. 196.

financistas comprovam as terras hipotecadas dos fazendeiros. Isso trazia a ilusão do progresso.

Por sua vez, no outro lado da economia, entre proprietários de terras e rendeiros eram celebrados contratos jurídico-formais (a lei não era apenas formalidade, mas instrumento de poder). No caso, a renda fundiária transformava-se em fundos de comércio estruturando o sistema financeiro, que tinha a garantia do lucro devido aos novos contratos de origem privada, que se colocavam contra a tradição, ou seja, como quebra de contratos solenes.

Havia, portanto, a coexistência, segundo interesses das classes detentoras dos meios de produção, de contratos antigos e novos, configurando a nova relação de produção burguesa ou a sociedade capitalista que, no tempo de Marx, consolidava-se como vitoriosa. A conseqüência era uma sociedade que expressava a economia em renda fundiária – que se transformava e que passava a outras mãos dos proprietários de terras aos "financistas das cidades – através de relação política que se manifestava como relação de classe.

Embora ambos os contratos fossem a expressão do modo pelo qual os indivíduos se estruturavam em classes, através de relações de produção, já antecipadas e postas como relações de dominação, os contratos de locação expressavam, em última instância, na relação contratos solenes/contratos jurídico-formais, a contrapartida da obediência que rememorava a fidelidade do vassalo ao senhor feudal, com base na gratidão àqueles que outorgavam feudos.

Está exposto em explicação científica, em geral, o fenômeno parlamentarismo, tendo nele contido o fundo histórico de natureza econômica. Este fundo tem nele implícito a forma política (forma abstrata jurídica) que justifica o empreendimento econômico. Isso nos leva à compreensão, do ponto de vista histórico, da economia evoluindo pela dialética da representação política e formação da vontade soberana, caracterizando a natureza e desenvolvimento do Estado.

O que nos leva a repensar a lei geral da acumulação capitalista no Brasil – sem abandonar a intuição de Marx – através do repensar dos fundamentos teóricos que o levou

a descrição de sua teoria da mais valia, posta como crítica a teoria do valor-trabalho em Smith.

Cremos que através de análise apurada do método de Marx podemos apanhar, no caso Brasil, o valor trabalho na evolução da economia se realizando como processo de remoralização do trabalho. Daí a necessidade de análise apurada do método Marx, tomando como base as atuais transformações do trabalho e da política, visando (re)interpretá-lo em sua teoria da mais valia.[466]

Marx conjuga pesquisa ao tempo em que denuncia a imoralidade capitalista nos tratos do trabalho. Para ele, massas de trabalhadores são jogadas para dentro do trabalho, sem preparo, porque nelas estão ausente as condições cognitivas ou habilidades que permitem o exercício eficiente de produção, habilidades que se exigem mais complexas, na medida em que avançam as forças produtivas, as quais na evolução da economia – resultante do conhecimento do homem que evolui em confronto com a natureza – são expressadas em novas técnicas de produção. Nesse sentido, os preços das mercadorias expressam o valor – ou a objetivação das forças produtivas – como lucro do capitalista e caracterizam o momento subjetivo do trabalho pela expansão da pobreza e dos direitos sociais negados àqueles que são os reais produtores das mercadorias. Esse momento subjetivo é traduzido na diminuição do valor da força do trabalho ou do salário (ponto empírico do método).

Aqui é necessário frisar que, no capitalismo, existem formas intermediárias nas quais a exploração do trabalho exclui o modo capitalista de produção; logo, é sensato supor que outros modos de produção se realizam, concomitante, ao modo de produção capitalista, porém, com fisionomias diferentes do passado. É o caso do trabalho de domicílio moderno, que se coloca na retaguarda da grande indústria moderna.[467]

---

[466] Daí reformularmos as taxas da mais valia [MARX] expressadas em fórmulas: "Ces formules, ne se trouvent qu'un implicitement et inconsciemment dans l'économie politique classique, oú les fomules suivantes jouent *au contraire* un grand rôle (...) Le capital n'est don pas seulement, comme dit Adam SMITH, le pouvoir de disposer d'un travail ; mais el est essentiellement le pouvoir de disposer d'un travail non payé. Está aí uma reinterpretação da *teoria da mais valia* em MARX que nos permite pensar o trabalho do ponto de vista da moral contida nas práticas da economia (remoralização do trabalho). [**Grifo nosso**]. MARX, 1985, p. 21.

[467] MARX, 1982a v. 2, p. 585.

Com o progresso – concebido no desenvolvimento histórico geral como explosão das forças produtivas – criam-se técnicas de produção que levam ao conseqüente aumento de produtividade e, quando o capitalismo se estabelece no seu modo de produção e este se tornou o modo geral de produção, o trabalhador não é mais explorado nas suas energias produtivas só pela jornada do trabalho.

Algo mais é acrescentado ao tempo de trabalho gasto e no qual se produz o valor das mercadorias. A mais valia, agora, passa a depender de fator que vai além do simples metabolismo do trabalhador, o trabalho, passo a passo com o avanço das forças produtivas, já se encontra na fase (plena) de sociedade capitalista liberal e dividido em partes que se distinguem: trabalho excedente e necessário.

A relação de exploração -- a ideologia ainda não se modificara na sua natureza – não se realiza mais como antes. Podemos resumi-la no que se segue: devido ao aumento de produtividade tem-se a conseqüente diminuição do valor da força de trabalho que acarreta queda dos preços das mercadorias e essas não conseguem serem vendidas com margem de lucro, segundo a avareza do capitalista; logo, o capital tem que, necessariamente, diminuir o valor da força de trabalho, já que a taxa de lucro (relação investimentos capital/trabalho ou relação lucro/salário), mantém com o trabalho relação inversamente proporcional ao salário, diminuindo os lucros do capitalista.

É recorrente a exploração se realizar como trabalho excedente ou como energia gasta além do corpo do trabalhador (pelo ritmo intensificado do trabalho), produzindo aumento de produtividade e de lucros do capital. O capital tem no capital adicional – nele contido o lucro anterior ao momento da produção que está ocorrendo - que gerou o lucro excedente, a garantia antecipada do lucro, ou seja, o lucro multiplicado em seu valor – porque gerado anterior à produção – já extraído no seu valor (valor trabalho excedente) em produção antecedente e que, no momento da produção procedente, cresce em proporção geométrica, pois gerado em produções ulteriores não só pelo tempo de trabalho, mas pela intensificação da energia produtiva que gera valor

maior em tempos iguais de trabalho. Daí o fundamento da relação inversa proporcional entre lucro e salário. Esta configurada a mais valia relativa.[468]

Marx desvela em *O Capital* a crença na capacidade da divisão do trabalho desenvolver no âmbito de atividades produtivas as competências individuais e, deste modo, critica o papel social positivo do altruísmo contido no pensamento de Smith. Demonstrava pela mais valia que o valor trabalho resultante do egoísmo universal flui como mel de abelha (alusão à *fábula de Mendeville*) da boca do capitalista; logo, o valor trabalho, gerado pelo trabalho excedente - ou trabalho além das necessidades de sobrevivência do trabalhador – expresso como preço corrente distanciado do preço natural (alusão a Smith), só poderia ser expropriado pelo capitalista como Direito Privado. Neste caso, algo mais, para além da economia, produzia a mágica de engordar os cofres do capitalista.

Com o avanço das forças produtivas e no estágio de alto nível de produção de tecnologias como o que nos encontramos hoje, as atividades de acumulação do capital passam a depender da criação contínua de equipamentos tecnológicos sofisticados. A causa das crises que reside ao mesmo tempo na concorrência capitalista e no atraso que a "procura solvável" das massas deve tomar, necessariamente, sobre a capacidade de produção global capitalista, muda radicalmente o papel do Estado e sua relação com a economia.[469]

O Estado é engajado diretamente na produção e torna-se dependente da entrada de impostos como condição sine qua non de exercício do poder e deriva daí sua função de indutor e regulador dos processos do trabalho. Na verdade, ele entra na trama das relações de produção – jogo entre classes industrial, comercial e trabalhadora - como anfitrião, garantindo as atividades de investimentos (de acumulação do capital), criando condições para produção e circulação das mercadorias.

Em virtude de sua legitimidade, dada pela história e tradição (legislador universal), ele se subverte na sua função e passa a dirigir o jogo da democracia na idéia

---

[468] Ibid., p. 586.

[469] MANDEL, 1980, p. 81.

válida de administração racional da economia, que garante no jogo o vencedor: os interesses gerais capitalistas.

Através de legislações e conforme a necessidade de manutenção de poder, dada pela continuidade de investimentos e acumulação – agora, vital, pois o Estado perde legitimidade quando deixa de ser pensado como legislador universal – o Estado busca a garantia do jogo na burocracia e na capacidade que ela tem de excluir as forças políticas contrárias aos interesses capitalistas, incluindo-as desfavoravelmente nas regras do jogo, ou seja, inclui aquelas forças organizadas e contrárias aos interesses gerais capitalistas, no corpo organizado das políticas sociais. Isso modifica radicalmente a natureza da ideologia, pois os interesses dos dominados passam a se realizar como ilusão – ou idéia que não guarda relação com a experiência.[470]

Por outro lado, no quadro geral da trama das relações de produção, existe o desequilíbrio de forças políticas. Elas entram no jogo somente com aquilo que eles possuem – classes que se posicionam na estrutura produtiva, estruturadas numa rede de relações hierarquizadas de poder. O que leva o Estado a ficar responsável, porque preso à função de legislador universal, pela reprodução da foça viva do capital ou elemento principal de reprodução do capital (resíduo do jogo).

Modifica-se radicalmente a dominação, bem como a forma de legitimação devido ao papel Estado na sua relação com a economia, pois as perdas de parte de rendimentos da população afetam o lado da receita do orçamento público; logo, o Estado tem, nessas perdas, "algo como imposto pago pelo Estado" e passa diretamente a se responsabilizar pela saúde do orçamento público.[471]

A classe trabalhadora constitui nesse jogo a força mais frágil, por ser incapaz de competir com as classes industrial e comercial em igualdade de condições, frente à coordenação política da economia realizada pelo Estado. Modifica-se, também radicalmente, a natureza das reivindicações e o interesse do emprego torna-se função do papel dos sindicatos. Esses se articulam – a realidade o impõe – ao mercado, no qual

---

[470] Neste ponto, nossa tese é contrária a de OFFE. Ele pensa a burocracia como capaz de excluir forças contrárias aos interesses gerais capitalistas. OFFE, 1984.

[471] Id. ibid.

massa de trabalhadores se coloca como vendedores da força de trabalho *ilusória*, já que a força de trabalho intelectual é o motor principal que gira a roda da acumulação. É natural que as reivindicações dos trabalhadores ocorreram ao nível de coalizações sindicais (estratégia política como condição de sobrevivência), e quanto maior a ação organizacional do sindicato, maior o retorno de incentivos políticos e a possibilidade de defender metas de emprego no contexto da política econômica pública.[472]

A exploração do trabalho pelo capital se realiza tendo o Estado como fator de garantia do jogo; logo, a democracia pode ser pensada como ilusão democrática, ou seja, realizando-se pela negação de direitos legítimos de produção, através de acesso ao saber *distorcido* pela ideologia. Nesse caso, a classe pode ser (re)pensada como direito de acesso a competências individuais (qualificação para o trabalho), mas de modo tal que o homem na produção econômica reproduz a si mesmo e a outros, na classe, através da política compreendida na sua totalidade como fato econômico.

A classe social ao se desenvolver em indústria (último ato da produção da existência humana [Marx]), apropria-se da tradição e interpreta o mundo através de modos e estilos de vida trazidos no bojo do desenvolvimento das forças produtivas. É dependente, portanto, de indivíduos que no interior da classe se colocam em acordo com eles mesmos ou ainda dependente do modo como os indivíduos vêm, interpretam e agem no mundo, produzindo a realidade através da razão. Aqui a razão imagina as leis da natureza realizando-se como leis da economia, produzindo a história. Daí é sensato supor que o poder se transforma em domínio através da vocação imposta pelo trabalho (Weber).[473]

A ilusão religiosa, embora o marxismo não tenha feito alusão direta a ela – o que não implica que não esteja presente no trabalho de Marx, implícito, a possibilidade dessa ilusão estar ocorrendo – é provocada pelo aparecer social do fenômeno Estado que

---

[472] Id. ibid.

[473] Il ne pose pas de question ni ne trouve nécessaire d'en poser sur le sens de la pratique matérielle de sa profession à l'interieur du monde *dans son emsemble*, dont la responsabilité ne lui imcombe certes part, mais à son Dieu. Pour lui, il lui suffit d'avoir conscience d'éxecuter la volonté de Dieu dans son activité personnelle rationnelle en ce monde, volonté dont le sens ultime lui est impénétrable. WEBER, 1964.

opera a ideologia em tempos diferentes e em formas diferentes. Neste caso, pode-se supor a dominação social, na qual a classe interpreta o mundo sociocultural projetando a imagem de si mesma na sociedade, ou seja, elaborando os conteúdos de legitimação pela tradição, e, com isso, apontando a direção da superação das classes sociais, no sentido inverso ao que é apontado por Marx, no seu método da economia política.

Daí, sua metodologia – nela presente a direção política articulando investigador e objeto pesquisado – não privilegia a ação de (co)operação que está a ocorrer na classe e que se realiza como ação estratégica (síntese mediada pelo trabalho social) – intermediária entre interação e trabalho. Deste modo, a metodologia de Marx não concebe o movimento teórico de contradição no próprio espaço no qual a classe se estrutura, ou seja, não concebe a síntese *final* se realizando nem a posteriori, segundo modelo de análise hegeliano e nem *a priori* em acordo com o pensamento de Kant.

Tem-se decorrente disso o caminho de construção do Estado diferente daquele que está pensado no materialismo dialético, ou seja, tem-se a libertação ou a passagem do reino das necessidades para o de liberdade realizando-se no próprio momento no qual a classe estrutura relações de produção, através de síntese que interpreta o mundo sociocultural.

No caso, tem-se o Estado – o instrumento legislador universal (Kant) ou instituição que, no dizer de Smith, é inútil, já que a moral está contida no âmbito das próprias práticas econômicas – se realizando na história, na sua forma plena, anterior à dissolução do modo de produção capitalista entranhado em contradição, cuja relação dialética entre produção da existência e coexistência dos indivíduos (construção do mundo público ou comum), é dada por relação de determinação como relações causais internas – próprias de indivíduos em comunicação. Daí, a presença do caminho de construção do Estado, que leva, no quadro do desenvolvimento histórico geral à formação antecipada do Estado.

Marx desenvolveu a teoria da mais valia analisando situações que correspondem a tempos históricos ou a dois estágios de evolução do capitalismo: a sociedade na qual a manufatura – correspondente à organização social, tipo tradicional (entendido o termo no seu sentido amplo) em transição – anunciava a mudança – que se

realizava pelo fenômeno de classe (e da luta de classe daí decorrente) e o emergir da indústria, pensada por ele como tempos de domínio da "máquina sobre o homem". O que levou a analisar, no seu tempo, o capitalismo em sua explosão das forças produtivas. Na sociedade liberal capitalista, ele identificou duas formas de exploração do trabalho pelo capital, as quais foram denominadas de mais valia absoluta e relativa.

A exploração do trabalho pelo capital é compreendida como objetivação das forças essenciais humanas, elemento constitutivo das forças produtivas que traduzia o momento subjetivo da objetivação na resultante histórica, a classe social. Nela contida uma essência móvel que se oculta num conteúdo de natureza econômica (porque energia gasta pelo trabalho), na forma ideológica de Direito Privado, ou seja, como igualdade econômica de todos perante a lei e, que, ilusoriamente, em acordo com competências individuais geradas pelos mercados (alusão a Smith), foi compreendida, na crítica de Marx, como divisão social do trabalho.

É recorrente a propriedade privada ser pensada por ele como apropriação dos meios de produção e se colocar, na sua metodologia, resultante última do movimento da realidade no qual a classe – no momento do movimento teórico de contradição a posteriori, segundo modelo hegeliano de análise – realizava a síntese mediada pelo trabalho social. O caminho apontado pela superação da classe lhe dava a metodologia, nela contida a direção política: a exploração do trabalho pelo capital como consumo de energias produtivas individuais, cujo significado é retirado como valor incorporado à mercadoria – cuja medida do valor é dada pelo tempo gasto de trabalho – pensado como trabalha abstrato social (porque genérico), expressando o lado subjetivo do trabalho (sua essência) pela idéia de direitos legítimos de produção.

Marx criticava a teoria do valor trabalho em Smith e denunciava, com isso, o fato de que competências individuais, próprias de performance do trabalho, se punham negadas no direito real de existência na forma político ideológica de Direito Privado. Neste ponto, sua análise, embora tenha um caminho (método) diferente, é semelhante à de Weber, que denunciou a imoralidade do capitalismo se realizando através de cálculo econômico ou contabilidade do capital, cuja rentabilidade tinha a ação de produção orientada através de compartilhamento de significados culturais; logo, indivíduos se

estruturavam nas suas relações de produção, pode-se deduzir, através de um significado de idéia de necessidade. É recorrente as competências individuais (ou ações racionais do trabalho[individuação]) traduzirem-se obediência e em dominação do racional legal (racionalização).

Por sua vez, para Marx o significado cultural compartilhado pela classe subsumia-se à idéia da técnica, sendo – que escapava das mãos do trabalhador porque pensada para além de sua consciência (alienação) – resultante de competências individuais que se afirmam como relações de produção, mas no mercado. Nesse ponto, Marx e Weber divergem, pois o primeiro vai pensar as relações de produção – nelas contidas a idéia da técnica – reduzindo-as ao ato econômico ou a ações de produção da subsistência e o segundo, a isso se opõe, pensando-as para além da economia.

É sensato, pois, supor que – e com isso cremos não estar longe da verdade – a lógica contida no método de Weber pode ser compreendida como lógica hegeliana – e, deste modo, preservamos a intuição de Marx – ou lógica que traduz significados culturais como idéia da técnica, cujas ações que nela se orientam têm origem na economia. Daí tem-se a lógica apreendendo a violência empírica – manifesta em conflito de classe (entendido este no sentido estrito marxista) – mas compreendendo-a como violência empírico-jurídica, resultante de conflito de classe em caminho de superação (realidade em movimento), no qual o Estado se subordina à ordem social ditada pela economia, mas expressando essa subordinação na forma política.

Essa é uma convergência que produz integração de *corpus* metodológicos diferentes e que nos permite apanhar, na singularidade do capitalismo no Brasil, a presença da matriz histórica, na qual o parlamentarismo movimenta a economia, traduzindo os conflitos sociais – evidenciados como violência empírico-jurídica – em inovações institucionais.

Decorre daí que o trabalho em seu excedente de valor – ou o que é apropriado pelo capital em detrimento do trabalho – pode ser apreendido, no tempo, por um método de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia – pela lógica hegeliana, mas como princípio interno da ciência da natureza. Daí que a lógica hegeliana vai expressar o momento subjetivo das competências individuais no trabalho, no

seu sentido quantitativo de gasto de energia (tempo de trabalho), como um *a priori* ou idéia da técnica que não guarda relação com a experiência. Tem-se, aí, a contradição das forças produtivas e relações de produção se realizando na dialética da interação e do trabalho, mas não como razão formal, mas como faculdade de julgar.[474]

O que leva a uma modificação radical da natureza da ideologia e a compreensão da economia se realizando como evolução do conhecimento através de ação consciente do produtor. Entretanto, este vê a realidade como ilusão (ideologia) ou como imagem de si mesmo projetada na sociedade.[475]

Vivemos hoje o mundo no qual ocorreram mudanças radicais no trabalho e na política, daí, diferente de Marx, vamos pensar o valor trabalho incorporado às mercadorias, cujo valor é expropriado no contexto da hermenêutica da tradição, ou seja, vamos pensá-lo a partir de um vetor de força, no qual a ação estratégica é realizada, desde o início, por um ator que entra na história consciente de sua ação, realizando-a – via ideologia – distorcendo a compreensão da realidade. Neste caso, tem-se um vetor no qual a ideologia tem um sentido positivo.

A classe elabora a síntese mediada pelo trabalho social produzindo na trama das relações de produção uma noção de poder (relações hierarquizadas de poder), que se coloca como núcleo central da explicação do domínio do Estado, no qual a dominação social pode ser interpretada (deuten), através da unidade-razão como contradição entre razão prática e vontade soberana.

O que permite compreender o Estado (verstegen) no seu modo de operar poder como modelo sistêmico totalizador. É recorrente a dominação na qual a economia se realizar na história através da razão não formal; logo, as razões que levam o Estado a se

---

[474] La forme concrète (*gestaltung*) que revêt l Ésprit que nous concevons essentiellement comme Conscience de soi), n'est pas celle d'un individu humain singulier. L'Esprit est essentiellement individu; mais dans l'élément de l'histoire universelle nous n'avons pas affaire à des personnes singulières réduites à leur individualité particulière. Dans l' histoire, l'Esprit est un individu d'une nature à la fois universelle et detérminée ; un peuple (...) Les Esprits populaires à leur tour se distinguent selon la representation qu'ils se font d'eux-mêmes, selon la superficialité ou la profondeur avec laquelle ils ont saisi l Ésprit. HEGEL (1965 p. 80).

[475] La faculté de juger n'pas besoin d'un principe particulier de la refléxion por l'application du premier genre de lois, c'est-à-dire les lois *universelles* de la nature matérielle en général; elle est en effet, alors déterminante, parce qu'un principe objectif lui est donné par l éntendement. KANT, 1993, p. 315.

legitimar se colocam pois como razão *críptica* (Kant). Neste sentido, o Estado só pode ser compreendido, do ponto de vista analítico, pela razão que se põe como dilema ou faculdade de julgar.

Tem-se aí o caminho de construção do Estado, no qual indivíduos ao se agregarem, se estruturando em classes, executam ações que vão na direção do simples ao complexo se colocando ludibriados, porque criam como espelho de si mesmos uma imagem falsa da realidade. Isto significa dizer que, somente uma metodologia que contenha no seu bojo um elemento intermediário – separando fenômeno Estado da *coisa em si* – é capaz de levar à compreensão do Estado e do seu real conteúdo de dominação que o legitima através da relação lógica (razão que visa meios-fins) e racional ou razão-fim para o qual Estado foi instituído, na história, com o fim de produzir uma legislação universal.

Emerge daí o aparelho estatal autônomo que modifica radicalmente o papel das classes sociais como fator de mudança na história; logo, é sensato supor que o fiel da balança do poder gerado pela economia (e que é ocultado) é o real papel político da classe; logo, a dominação estatal de classes é fruto de processo de formação de comunidades, que, ao longo do tempo, transformou classes sociais em massa, devido a que, na fundação da esfera pública, a comunicação – a ação política eficaz que ali se faz – é expandida a espaço de racionalização de condutas da vida econômica.

A classe social é, pois, elemento fundamental na organização social capitalista podendo ser definida como conjunto de atos individuais produtivos que se colocam representados nas práticas de governo através da representação política - só que, diferente do passado a classe, hoje, se encontra desideologizada, ou seja, imune à ideologia, e com isso, seu papel gerador de mudança na história pode ser camuflado. É recorrente práticas de governo buscarem conteúdos de legitimação na idéia de administração racional da economia, explicando (erklären) a presença força de trabalho intelectual, produzindo um fundo de natureza econômica que aparece na forma política.

É comum os conteúdos de legitimação se realizarem na classe através de ação estratégica como resultante de comunicação deturpada entre espaços da economia (privado) e política (público), representando práticas de governo, de estratégias e de

administração, através da representação política; logo, tem-se ações político-administrativas estatais se fazendo na conjunção dos interesses utilitários de mercados na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

Decorre daí um caminho da superação das classes, cuja direção se coloca no sentido inverso do pensado por Marx: a classe realiza a síntese interpretativa do mundo sociocultural, transformando-se de classe em massa.[476]

Isto nos leva a pensar a classe social como fundamento da sociedade na qual os indivíduos se colocam isolados e estranhos ao mundo público, caracterizando a sociedade atomizada nas tarefas de produção da economia e da política. Entretanto isto faremos nos utilizando do método comparativo de variação concomitante entre os fenômenos classe, Estado e ideologia.

Visamos buscar no método comparativo de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia a possibilidade apanhar, no tempo, a correlação parlamentarismo e formação das classes intelectuais, que tem no parlamentarismo (caso Brasil) o elemento que movimenta a economia através da classe social que interpreta o mundo sociocultural através de acesso ao saber distorcido pela ideologia.

Isso implica a contrapartida obediência resultante de processo de legitimação sendo dado pela dialética que articula a lógica que persegue sua coerência, de modo tal que a classe tem, no acesso ao saber, a condição de interpretação de mundo sociocultural, no qual indivíduos interpretam, através da cultura, o valor social do trabalho "como que invertido no tempo" e, no qual, esse valor produz a ilusão, que é posta, tanto no antecedente, como no conseqüente, pelo fenômeno classe social, fato que acompanha o fenômeno Estado no tempo variando com regularidade.

---

[476] Nos campos de concentração, na época auge do nazismo "as chances de sobrevivência de um refugiado famoso aumentam, da mesma forma que um cachorro perdido com *pedigree* sobrevive mais facilmente que um outro cachorro perdido, que é apenas um cão como os demais. Está aí, em nossa opinião, o que ARENDT quer chamar a atenção; ou seja, a possibilidade de uma hierarquia social "funcionar" como ilusão de uma vida normal nos *guetos* "da sociedade aparentemente democrática, na qual os indivíduos transformados em massa são "medidos" como massa, pela perda de individualidade jurídica. Não importa a grandeza dessa perda. ARENDT, 1990, p. 320.

Por conseguinte, no antecedente, o fenômeno Estado e a coisa em si (idéia que ele representa) assemelha indivíduos que não são diferenciados e no conseqüente, estágio ulterior de evolução do sistema social, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e ampliação da espaço de racionalização, o Estado assemelha indivíduos que já se diferenciaram. Está posta a contradição do capitalismo brasileiro (via singular de capitalismo), no qual a classe manifesta a contrapartida da obediência interpretando o mundo através de relações causais internas – própria de indivíduos em comunicação.

A variação regular do fato é dada pela classe social que acompanha, no tempo, o fenômeno Estado, estabelecendo entre vida política e econômica relação de determinação na qual a cultura interpreta o mundo e sua base material existente em reciprocidade com formas de organização social e política, através de relação dialética entre espaços da economia e da política que explica o valor social do trabalho compreendido como noção de poder, posta pelo Estado, em função de poder.

É habitual a cultura – nela contida a tradição e os elementos fundamentais da religião que fundam princípios de organização social, os quais orientam ações racionais e colocam aquela noção de poder, elaborada pela classe, em função de poder.

O que nos leva a supor que, em tempos diferentes, classe e Estado se representam em práticas governamentais pela idéia de administração racional da economia, a qual produz razões de Estado e bases consensuais para intervenção socioestatal, permitindo o controle das influências que atuam sobre as atividades da economia. Em ambos os tempos o resultado é o mesmo, pois o Estado, via ideologia, coloca, através da racionalidade da administração da economia, o conteúdo da ideologia, elaborado pela classe como noção de poder, em função de poder.

É neste sentido que a matriz histórica, plantada em Portugal, tem nela contida a figura do intelectual *vis-a-vis* com os líderes políticos, representando o sistema partidário na figura do parlamento, posto pelo parlamentarismo, que determina o modo de produção de governo, caracterizando-o como dominação carismática funcional e, por conseqüência, evidenciando – no lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública – a formação das classes intelectuais brasileiras.

O que nos permite apreender no desenvolvimento histórico geral (caso Brasil), através de afinidades eletivas entre crenças e ética parlamentar – demonstradas pelo valor-trabalho que se realiza como ilusão, representando a imagem que a classe social tem de si mesma, projetada na sociedade.

Weber, em *L'étique prostestante et l'esprit du capitalisme* (1904), introduz a noção de *Beruf chez Luther* – noção religiosa bíblica que significa imposição ao trabalho imposto por Deus, visando interpretar os reflexos do progresso técnico-científico sobre o quadro institucional das sociedades modernas. Busca, no tempo passado, na correlação reforma religiosa e economia, o peculiar posto em cada configuração histórica, procurando identificar naquela configuração, na ação prático-racional, o motivo ou a causação que orienta condutas racionais da vida. Ele vê, nos atos que expressavam o espírito da Reforma conteúdos sociais que, desordenados, evidenciavam uma reciprocidade entre bases materiais e formas de organização sociais e políticas.[477]

Aponta nestes conteúdos certas *afinidades eletivas* percebidas entre crença religiosa e ética profissional e busca nelas os objetivos de pesquisa, visando elucidar, no modo e direção, do movimento religioso, como essas afinidades influenciam o desenvolvimento da civilização material. O que leva em *Économie et Société* (1971) a conciliar o Estado, tomando como referência a ampliação dos espaços de racionalização forçados pela extensão dos subsistemas do agir racional, com fins de captar no modo de operar poder do Estado relações sociais abertas que se politizam e que expressam a crença religiosa na forma do racional legal, validando a ordem legítima.[478]

O desenvolvimento da civilização material tem na religião o caminho da história que lhe é apontado pela reciprocidade entre sistema de crenças religiosas e trabalho. Neste caso, as leis que se fixam no uso e nos costumes, põem-se orientando condutas racionais de vida conforme divindades éticas e de justiça, totemismo imposto por tabu, que, em comunidades tem os atos humanos repetidos por convenção, que se explica pelos efeitos recíprocos entre ética mágica e ética religiosa, quando no combate incessante

---

[477] WEBER, 1964, p. 81-104.

[478] Ce caractère émotionnel de la foi *ouvert au monde* conciliant relativement indifférent au monde, faisant constraste avec l'ascétisme, est, il vrai, le résultat d'une évolution. WEBER, 1971, p. 340.

pela existência os indivíduos suprimem a fé em detrimento da salvação, de tal forma que os indivíduos buscam melhorar suas chances de sobrevivência pela renovação interior de uma fé vivida como vocação.[479]

Ele quer, em nossa concepção, identificar no conteúdo religioso a forma da ação interativo-estratégica elaborada como processos de legitimidade que expressa possibilidades de sucesso do ato político mandante, o qual começa pela conta do outro ou como endosso da responsabilidade, em que a relação social se orienta segundo conteúdo significativo que a constitui, ou a que se orienta por combate, ou seja, pelos limites das condições que são impostas à ação social. Para ele, este conteúdo pode *variar na forma*, ganhando ou não novas significações, como por exemplo, uma relação política fundada em solidariedade e que pode se transformar em um conflito de interesses. Logo, o que se põe relevante pesquisar é se uma relação que está se transformando constitui uma nova relação que se institui ou se é uma relação que persiste e que não caracteriza um novo conteúdo significativo.[480]

Para Weber, como o sabemos, a relação social se orienta a mais racional possível em finalidade ou em valor e se formula em máximas que os indivíduos esperam ver, em média, observadas pelos pares, com as quais eles orientam sua própria atividade. A chance que os agentes têm, de acordo com necessidades de sobrevivência, de fazer triunfar na relação sua própria vontade carreando para si recompensas sociais, define-se como poder. Decorre daí que, o ato de poder tem como condição a ação (co)operativa orientada pela solidariedade; logo, é transformado em domínio ou em ato que é legitimado por engajamento mútuo, tendo nele contido promessas na forma de intenção ou acordo

---

[479] Ce nouveau sens du mot correspond à une idée nouvelle (...) Sans doute voyons-nous apparâitre dès le Moyen Âge, et même à l'époque hellénistique tardive, les prémiers elements d'une telle évaluation de l'activité quotidienne (...) Mais estimer que les devoirs s'accomplit dans les affaires temporelles, qu'il constitue l'activité morale la plus haute que l'homme puisse s'assigner ici-bas - voila sans conteste le fait absolument noveau. Inéluctablement, l'activité revêtait ainsi une sgnification religieuse, d'oú ce sens (vocation) que prend la notion de Beruf. WEBER, 1964, p. 90.

[480] Nous dirons d'une relation sociale (peu importe qu'elle soit une communalisation ou une association) que'elle est *ouverte* vers l'extérieur, lors en tan que, d'après les reglements en vigueur, on n'interdit à quiconque est effectivement en mesure de la faire, et le désire de participer a l'activité orienteé réciproquiment selon le contenu significatif que la constitue. Nous dirons par contre qu'elle est *fermée* vers l'extérieur tant que, et dans la mesure oú, son contenu significatif ou ses reglements en vigueur excluent, ou bien limitent, la participation, ou la lient à des conditions. L'ouverture et la fermuture peuvent être determinées de façon traditionelle, affective ou rationeelle en valeur ou en finalité. WEBER, 1971, p. 82./1.

racional que garante comportamentos repetidos no futuro na expectativa de que o outro se comportará segundo a intenção acordada.

Weber vê, no desenvolvimento da civilização material, a passagem do romantismo das aventuras para a conduta racional da vida econômica na qual está contida na objetividade racional o contraditório entre crença e racionalismo científico, que leva os homens a não universalização do conhecimento à história, indo na direção do desenvolvimento de condições de racionalidade formal máxima da contabilidade do capital, que aparece como contabilidade técnica do capital. A forma mais racional, a mais perfeita, pressupõe sempre a luta do homem contra o homem.

Isso, em nossa concepção, o instigou a procurar certas afinidades eletivas perceptíveis na relação entre crença religiosa e ética profissional, que se representavam em forma teórico-estratégica e com a qual os agentes econômicos perseguiam fins, que para ele, em última análise, se punham como condição de sobrevivência na luta do homem contra o homem,(communalisation) que, posta como *instância de contrato* força respeito à ordem pela sanção da lei, evitando, pelo exemplo, comportamentos "criminosos" repetidos no futuro, caracterizando assim, o Direito.

Por sua vez, os indivíduos orientarão suas atividades de maneira em parte racional quanto ao fim e em parte racional em valor, ou seja, em parte como agir econômico e em parte, pelo agir político e econômico que se conforma ao legal-racional, segundo expectativa dada por acordo; logo, as atividades humanas orientam-se de modo racional em valor (quantitativo e qualitativo) contido na lei ou como dever a ser respeitado, cujo fim é o de prover as necessidades. Orientam-se de modo tal que não dependem do equilíbrio de procura e oferta do mercado. No caso em pautam o mercado é de, objetivamente, prover necessidades, mas por através de sentimento subjetivo de necessidades que aparece como categoria racional formal ou ato jurídico-legal que se expressa como orientações normativas em instância humana instituída para tal.[481]

---

[481] Dans l'immense majorité de cas, une communalisation revêt d'une manière ou d'une autre, des aspects économiques. (...) Non seulement l'usage écnomique d'intellect,qui est toujours si conscient lorsqu'il s'applique à la conceptualisation, ne constitue évidemment pas une activité économique, mais l'application même du principe esthétique de <l'économie des moyens> n'a rien de commum avec une activité économique et n'est souvent, si on la considère sous l'angle de la rentabilité, que le produit anti-économique au plus haute point d'un travail de refonte et de simplication sans cesse recommencé. Ibid., p. 50.

Daí que a dialética do liberalismo e democracia radical operada pela Revolução Francesa, em que Habermas vê a razão prática em contradição com a vontade soberana, passa a ser compreendida pela dialética da representatividade política e formação da vontade soberana; logo o Estado é interpretado(*deuten*) através de estrutura interna de poder – estrutura intrínseca à instância jurídica ou aparelho ideológico do Estado – e com isso, o espaço público se realiza como conceito normativo de espaço público que hipostasia a vontade geral, contudo, posta como vontade soberana.[482]

Neste caso, tem-se a instância jurídica orientando ações racionais por um dever a ser respeitado e que explica o Estado na sua forma de operar poder pela burocracia através de regras lógico-racionais, movimentando-se na relação práticas econômicas e prática de produção de governo. Produz-se, assim, condutas padrões que validam a ordem legítima, em que as ações racionais se orientam em ações efetivas por afinidades eletivas percebidas entre crenças e ética profissional.

No caso, podemos compreender o Estado como instituição que representa uma instância de contrato, na qual o judiciário, que força o respeito à ordem pela lei, é dispensável; logo, o Estado é não tem um poder de contrato supra estatal e nem se encontra acima da lei, sendo, portanto, é apenas o lugar que, pela punição de práticas econômicas "irracionais" e/ou não-legal-formal, tenta reconciliar e tornar compatível condições de sobrevivência humana, como condições de igualdade e liberdade, unidade e multiplicidade e direito da maioria e direito da minoria, representadas na forma de participação de todos na prática de autolegislação.[483]

---

[482] HABERMAS, 1990b, p. 103.

[483] Les *leges imperfectae* et les "obligations en nature" sont des formes du langage *juridique* dans lesquelles on exprime indirectement les limites ou les conditions de l'application de la contrainte. Une coutume "regissant la circulation" octroyée par contrainte y appartient aussi (Cf. à propos du concept de *bonne coutume* (= coutume "approuvée" et donc sanctionnée par le droit) l'étude de Max Rumelin dans le *Schwabische Heimatgabe fur Th. Haring* (1918). WEBER, 1971, p. 71.

5.5 O papel histórico da representação política

No Brasil, foi construído o ideário de sociedade capitalista liberal. No caminho de construção do Estado, a imagem das classes sociais aparece representada pelo fenômeno do parlamentarismo. Este fenômeno traduz a formação da realidade brasileira que na história produziu o regime totalitário, evidenciado pela presença da oligarquia configurada no corpo político de representação dos interesses das classes rurais não emancipadas – porque enraizadas na tradição – que toma a nação em suas mãos fazendo valer, via burocracia, seus interesses que pairam acima de todos.

Foi este o sentido – determinado pela cultura como vetor que aponta direção da superação das classes sociais – dado pela ideologia, que conduziu a sociedade brasileira na evolução da economia à indústria (último ato de produção humana de existência [Marx]). É recorrente a (des)organização da cultura que organiza o Estado segundo princípios de organização social contidos no plano mental das elites e de "sua" sociedade pensada como liberal.

É decorrente a presença na formação da realidade brasileira da contradição que se realiza através da representação política, tendo na figura do parlamento o ponto nuclear do movimento de metamorfose de mercadoria. Emerge daí o modelo de Estado totalizador concebido como conjunto de atos de legislatura que colocam em movimento o mercado. No caso em pauta, é o Estado indutor e regulador dos processos do trabalho ou elemento que produz acumulação.

Em nosso País, o fenômeno do parlamentarismo aparece nos diversos momentos de evolução social, indicando o vetor que dá a direção à superação das classes sociais pela idéia de administração racional da economia; logo, na evolução da economia, a indústria produz-se como realidade imaginada, posta, pela classe na forma de imaginário social. O que nos revela a industrialização no Brasil sendo produzida pela passagem do trabalho simples da produção econômica a trabalho abstrato social, mas de tal modo que o trabalho em seu movimento em produto concreto aparece representado em imaginário social.

Tanto agora quanto nos primórdios da indústria, esteve presente o parlamentarismo configurando a matriz histórica - nela contida a essência móvel que se oculta no passado revelando o presente, ou seja, o parlamentarismo que determina a forma de governo parlamentar de gabinete e o *modus operandi* da dominação carismática funcional, que tem na burocracia o elemento chave da sociedade brasileira, na qual se aprofundou no decurso da evolução da economia um específico *aparthei* social.[484]

Frente ao caso Brasil, que tem a via singular de capitalismo, torna-se necessário repensar o papel Estado e sua relação com economia – na via singular de capitalismo no Brasil – segundo descrição de Marx em [Introdução à critica da economia política]. Para ele, o Estado na relação com a economia tem o papel visto como problemática da "moral contida nas atividades econômicas".

Nessa relação, está contida, para Marx, a contradição das forças produtivas e relações de produção, cuja "moral" das práticas econômicas capitalistas – vista por ele como moral concreta ou somatória das vontades individuais contidas na classe – aponta a direção da superação das classes sociais.

No Brasil, hoje, o Estado brasileiro não consegue criar inovações institucionais em tempo hábil e, com isso, é obrigado a ultrapassar os limites constitucionais que lhe é posto como controle de excesso do uso do poder. Daí a balança de pagamentos aparecer como dilema de representação política e se revelar como problema de déficit de legitimação, o qual tem a boa medida dada pela intensidade do tempo pelo qual o Estado produz mecanismos legais necessários à reforma do Estado e sua adequação às relações internacionais de mercados.

---

[484] Para ARENDT, a ideologia e o terror constituem a nova forma de governo que ela chama de totalitário, e que aparece e reaparece, no tempo, em formas diferentes e em nuanças diferentes, de acordo com circunstâncias históricas e culturais de determinada região. O terror é definido como realidade transformada em lei do movimento da história ou da natureza. Cremos poder admitir que a burocracia é o substrato que realiza o terror que constitui na exclusão da cidadania. A burocracia executa sem mais delongas as sentenças de morte que a natureza supostamente pronunciou contra aqueles indivíduos que são "indignos de viver" ou o que a história decretou contra as *classes agonizantes*, sem esperar pelos processos mais lerdos e menos eficazes da própria natureza. ARENDT, 1990, p. 518.

A conseqüência é a diminuição do poder de administração racional da economia, já que o Estado consegue ter o controle administrativo eficaz sobre a economia interna e que é dependente de flutuações da economia mundial globalizada. Fica, deste modo, dependente do legislativo, lento no tempo, ao criar inovações institucionais que permitam ao governo ajustar a economia do País às relações internacionais de mercados; logo, tem-se o Estado que não consegue administrar as flutuações das atividades econômicas, que, em última instância, dependem das vontades dos agentes econômicos.

É provável que, dentre as reformas do aparelho estatal recentemente realizadas no Brasil, surjam inovações institucionais nas quais estará contida "a mágica" –, como por exemplo ela esteve contida volta do Conselho dos Ministros e Reforma do Código Penal, caracterizando a reação centralizadora do governo (gabinete Jacinto da Veiga [1841]) – que permitirá, como no século passado, ao atual governo, avançar o País a um estágio ulterior de evolução social: a plena modernização.

Aqui, a inovação institucional pode ser compreendida como um conjunto de atos de representação de classes que estrutura o poder Legislativo, tendo nela ocultado a essência móvel ou o *espírito do capital*. A inovação institucional caracteriza na verdade a essência do fenômeno que nós denominamos de parlamentarismo, que vai determinar o surgimento da forma de governo parlamentar de gabinete.

Isto retrata no fundo do palco – já que a frente se situa a aparência daquilo que se chama forma de governo presidencialista – aquilo que se esconde, ou seja, a dominação carismática funcional. O que nos fornece a explicação histórica do caminho de construção do Estado brasileiro, sendo decorrente da dominação carismática funcional, a qual expressa na relação governo/ sistema financeiro internacional e sistema partidário o *espírito do capital*. Este espírito, no caso Brasil, realiza-se na dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana e se caracteriza por um movimento de metamorfose da mercadoria que aponta a superação das classes sociais no sentido inverso descrito por Marx .

O que nos leva a compreeender no decurso da evolução da economia, o papel histórico da representação política que aparece na figura do corpo político de classes rurais *não* emancipadas.

Os atuais debates econômicos rememoram intensas polêmicas dos tempos de Ricardo que reaparecem no cenário da economia mundial globalizada girando em torno do confronto entre correntes do pensamento econômico *pós-keynesiano* e *monetarista*, mas de tal forma que as políticas monetárias – reminiscências de políticas metalistas de outrora – têm ficado subordinadas a tipos de políticas macroeconômicas, as quais, em linha geral, podem ser abrangidas sob o nome de política fiscal. Esta última vertente tem influenciado a opinião pública a favor da utilização mais intensa dos instrumentos monetários.[485]

Esses debates têm neles contida uma questão nuclear que se escondia no passado, e, que, devido a modificações contemporâneas do trabalho e da política, reaparece, hoje, como problemática de representação. O aspecto subjetivo do método de Smith – a moral contida no problema dos rendeiros e preocupação metodológica de Marx – que recebeu dele um tratamento metodológico econômico, concebido como causa de origem não econômica, ou seja, moral, e que corresponde ao outro lado da renda fundiária – que se transformava em renda financeira – vem à tona nesse fim de século.

Marx, ao evidenciar a presença das classes sociais em conflito refletindo o todo da luta de classes representada em imagem no Estado, não detectou um movimento teórico de contradição configurado em movimento de metamorfose de mercadoria que se realiza na relação força que valoriza o capital e forma da ideologia (doutrina jurídica). Não detectou, portanto, e esta é nossa aposta – a presença da razão que executa movimento de percepção que vai além da ação operativa, construindo a realidade na forma de ilusão. Nesse sentido, é correta a afirmação de que a dominação social no Brasil se realizou através da articulação classe e estamento, de modo tal que a representação política coloca em conexão funcional estrutura-classes e sistema de direito.

Aí, somente um método da economia política que tem nele contido princípios que o fundamentam como método comparativo de variação concomitante entre fenômenos classe, Estado e ideologia pode apreender a relação de determinação entre existência social e política, sendo definida como relação interna – a razão *medium* que produz, na classe, a ação estratégica, intermediária entre interação e trabalho, mas de tal

[485] ROLL, 1977, p. 560.

forma que a razão impõe a si mesma uma causa contrária – que se estabelece em concomitância com a cultura.

Só neste sentido podemos apreender o papel do Estado e a intervenção na economia, compreendendo-o no seu aparecer social, através do fenômeno que o acompanha no tempo, a classe social.

No decurso do desenvolvimento histórico em geral, caso do capitalismo brasileiro, a cultura coloca a classe como produtora de formas imaginárias e ela, a classe, é o fato que varia com regularidade no tempo e dele o Estado depende. A cultura se coloca pois como fonte histórica de valores. O que explica o fato de que hoje, o valor trabalho aparecer na forma de valor tecnológico, determinando o preços das mercadorias e conseqüente o preço dos salários.

Na verdade, a cultura se coloca como vetor que aponta a direção da superação das classes, no contexto da ação estratégica – esta compreendida como síntese mediada pelo trabalho elaborada pela classe – como fator heurístico e formador das vontades políticas. Implica daí o valor das mercadorias se realizando pela contradição da razão prática e vontade soberana, que é posta – este é o fundamento de legitimação da democracia como ilusão do Estado totalizador – como prática de autolegislação.

O que, por sua vez, explica o fenômeno do parlamentarismo como essência móvel que movimenta a economia na figura do parlamento e o valor trabalho aparecendo como expressão de fenômeno jurídico. É esse o caso Brasil.

É recorrente a classe social – que em tempos diferentes produz formas diferentes de legitimação – buscar no tecido social a unificação entre forma de Estado (democrática?) e forma de governo (ou modo de administração racional da economia), procurando encaixar crenças e informações que possam ajustar lógica e coerência, e deste modo, produzindo a ilusão religiosa manifesta pela lógica que persegue sua coerência e que busca emancipar idéia de realidade. Tem-se, em suma, no Brasil, o real papel político da classe como fator gerador de mudanças na história se colocando ocultado no papel do parlamentarismo.

Está caracterizado, do ponto de vista da explicação científica em geral, a forma peculiar de totalitarismo no Brasil que se manifesta através de práticas de governo, que buscam a permanência no poder através de organização de massas. Aqui, a forma de governo totalitário implícito guarda a característica que a distingue da européia, ou seja, a presença do totalitarismo realiza-se como alucinação imaginada da realidade, de modo tal que as leis da economia são postas como leis da natureza produzindo a história.[486]

Isto implica, no caso em pauta, o Estado e classe se constituindo na parede – lugar no qual se produz por encomenda leis que expressam valores da oligarquia – que separa classe e estamento, mas de modo tal que a oligarquia têm no próprio estamento ou nos valores que fluem do interior da comunidade – nela a ordem se constituindo de indivíduos conscientes de pertencerem ao grupo qualificado para o mando – as orientações simbólicas de *status* e a garantia da manutenção dos privilégios das elites.

Deriva daí que as idéias que vão estruturar o Estado são aquelas produzidas na correlação classe e estamento – tendo papel relevante a forma da ideologia ou a doutrina jurídica – e que expressam o domínio através de juridificação das relações sociais.[487]

---

[486] Céline um intelectual, elaborou uma tese simples, engenhosa e imaginária que deu ao racional anti-semitismo francês um pouco da imaginação ideológica que lhe faltava. Afirmava que os judeus haviam frustrado a evolução da Europa como entidade política, causando todas as guerras européias desde o ano de 843 e planejando a ruína da França e da Alemanha, ao incitar uma contra a outra. (...) Sua obra provocou uma apreciação crítica, na *Nouvelle Revue Française*, de Marcel Arland (fevereiro de 1938) que afirma que a posição de Céline é *solide.* Andre Gide (abril de 1938) acha que Céline ao descrever apenas a *specialité* judaica, conseguiu pintar não a realidade, mas a própria alucinação que a realidade provoca. AREDNT, 1990.

[487] É interessante registrar aqui as teses do III Congresso do PCB (1928). Elas demonstram a equivocada análise da IC sobre a *questão nacional*: a) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominando pelo imperialismo, se bem que politicamente "independente"; b) O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração das grandes massas camponesas; (c) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do País – notadamente da indústria pesada - é entravado pelas forças de compressão imperialista; d) Involuntariamente, porém, o próprio *imperialismo* promove certas condição técnicas que favorecem esse desenvolvimento, de que resulta a formação de núcleos industriais (Rio e São Paulo) onde se aglomeram massas proletárias; e) A burguesia nacional, que até certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou complementarmente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terras que estão no poder; f) Em virtude dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se mais a opressão deste último, acentua-se mais a exploração econômica e, conseqüentemente, a radicalização política das massas trabalhadoras do campo e da cidade, inclusive das camadas mais pobres da pequena burguesia; g) De tal sorte a pequena burguesia constitui um fator *revolucionário* de maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado (...) Estas teses demonstram um "efeito de demonstração" e de "imitação" (teoria da modernização e ao *reverso* (ou da parte da unidade contrária) do imperialismo. Elas não levam em conta o desenvolvimento do Brasil mediado por fatores culturais próprios da região **e a posição das massas na estrutura produtiva**. Em especial, não leva em conta a aliança

É recorrente ter-se no desenvolvimento histórico geral, e este foi o caso do Brasil, a burguesia nascente – fruto do desenvolvimento das forças produtivas – aliada à oligarquia. Fecha-se daí o ciclo de maturação do *espírito do capital*, o qual nasce do caldo cultural que o engendra e no qual emergem princípios de organização social – idéias que estruturam as instituições sociais e também o Estado – e o papel histórico reservado a *representação política.*

Manifestou-se aqui o totalitarismo implícito, posto pela força da tradição pela matriz histórica. Um regime que se que se manifestou diferente do totalitarismo que se realizou na Europa, pois, no Brasil, as elites, devido às classes que se articularam ao estamento – e a sociedade calcada em profunda desigualdade social – produziram a forma de governo totalitário, ou seja, aquele no qual as elites ou classes dirigentes – representadas no parlamento por um corpo de representação de classes rurais não emancipadas – têm o controle das atividades de produção ou do social total.

Sob este aspecto, é habitual o governo realizar-se através de estratégias legislativas e administrativas como meios que garantem, através do manejo astucioso da Constituição, o domínio total. Daí a singularidade do capitalismo brasileiro. Nele a presença do sistema de representação como garantia dos privilégios das elites.

A burguesia, no Brasil, diferente de outros países europeus mais ao norte, colocou-se no decurso da evolução da economia como elemento conservador. Isto devido a que, aqui, se tem na dialética interação e trabalho [Habermas] – a dialética da ação racional que traduz os interesses econômicos pela comunicação – a economia se realizando pela ação política eficaz (ou ação própria do espaço político), típica de antigos domínios feudais.

Prevaleceu no País o princípio de prestância em detrimento da competência e a expansão das relações capitalistas se realizou na história como rivalidade, em detrimento do princípio de competição, e com isso, o racional objetivo teve significação secundária.

---

inconteste da oligarquia e burguesia, posta pela tradição e, de modo tal, que, na articulação classe/estamento, a burguesia se colocou como fator *conservador*. [**Grifo nosso**]. REIS, 1991, p. 101.

Aqui a racionalidade que se colocou na expansão das relações capitalistas não tem como objetivo atender as necessidades de demandas e ofertas de mercados.[488]

Nas terras brasileiras, a racionalidade sempre se caracterizou visando ao alcance de metas determinadas pela ética da aventura. Uma ética que comandou a específica expansão capitalista brasileira posta pela tradição: aumentar, a qualquer custo, mesmo que a custa do povo – a quem o Rei sempre "admirou" – a rentabilidade do capital que engorda a empresa do Rei com novas terras e, em especial, com o ouro das minas (caso da colônia Brasil). Isto refletiu-se, claro, nas políticas econômicas de Portugal, depois nas políticas econômicas implementadas na industrialização, após a Independência de Portugal (1822).

A tradição se encarregou, no curso do desenvolvimento histórico geral, de produzir a política econômica na direção da rentabilidade do capital. Fato que aparece em diversos momentos de evolução social ou fato econômico que pode ser pensado como lei repetitiva.

Os mercados foram mediados pela cultura – se orientam pelas ações racionais que se formam na dialética da interação e trabalho – e expressam o valor das mercadorias, posto como valor simbólico; logo tem-se o princípio subjetivo da prestância traduzindo a moral do mercado como "consciência moral da classe". Daí não se ter nas atividades econômicas, devido à ética que permeou as relações de produção capitalista, quaisquer princípios que orientem as ações racionais na direção da competitividade no mercado.[489]

O que nos leva a concluir que, no passado, se revela, no futuro, a sociedade brasileira perpassada pela ética da aventura, preparando o terreno para o País alcançar o novo estágio de evolução social do País – estágio do que se pode chamar de capitalismo (des)organizado. Recentemente funcionários públicos de grande influência política – porque pertencentes ao estamento burocrático ou corpo científico das elites – são

---

[488] HOLANDA, 1994, p. 30.

[489] Está aí um ponto crucial de ordem metodológica que OFFE não esclarece em **Problemas estruturais do Estado "capitalista"** (1994). CUNHA, 1995.

apontados como suspeitos, favorecendo grupos econômicos que participam de leilões da privatização.[490]

Este fato demonstra que semelhante ao passado o modo de condução da economia tem estimulado práticas políticas que diferem das do passado apenas na sua sofisticação. Tais práticas se constroem na esteira de estratégias de relações de mercados – em que grupos econômicos articulados aos interesses gerais capitalistas têm acesso à posse de capitais privados através de benefícios públicos – o *modus operandi* da dominação estatal, à brasileira, por onde a economia se movimenta na direção da rentabilidade do capital. Mas, como ontem, a serviço dos interesses do sistema financeiro internacional.

Isto implica a sociedade tendo na política a condição do movimento da economia e que produz a anarquia do modo de produção capitalista. Essa anarquia se caracteriza por constantes intervenções socioestatais na economia, traduzindo o Estado em forma de instância de contrato - ou lugar da tradição na qual se funda a esfera pública e no qual se realiza a apropriação de bens materiais através de influências políticas.

A propriedade privada concretiza-se como favor estatal dado às corporações, porque se tem o Estado regulamentado por pessoas de bens materiais disponíveis ou pelas influências de poder nelas contidas.

Hoje, no Brasil, os interesses corporativos articulam-se como antes ao Estado, contudo, aparecem na forma de conglomerados de empresas. Eles refletem a representação dos interesses de classes que aparece em imagem no Estado – nos

---

[490]Os agentes fiscais modernos do governo, hoje, transmutados em funcionários do alto escalão do estamento científico-burocrático, distribuem prebendas na forma de favorecimento político a grupos econômicos que participam de leilões no mercado de privatizações. Um escândalo que, em novembro de 1998, ficou conhecido como o caso do grampo. O que pesa sobre a veracidade do fato no que toca às influências políticas que tais agentes, bem como o atual presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, têm devido à sua proximidade profissional com a família do Banco *Opportunity* e se realmente houve ou não tráfico de influências não é o importante. O importante é que, há pouco menos de cinco anos, o banco impressiona pela abrangência de sua presença. Com negócios de R$ 5 bilhões, ele tem tentáculos que abraçam nove empresas recém-privatizadas, manejam alguns dos mais rentáveis fundos de investimentos, dentre eles o mais importante o PREVI do Banco do Brasil, e alcança até um time de futebol, o da Bahia. Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 066, 02/12/1998.

colocando problemas metodológicos associados ao fenômeno de classes sociais – de tal modo que as classes se resolvem na sua unidade através de ações intervencionistas socioestatais. Em suma essa é uma representação que aparece como dilema de representação política, expressando como no passado problema de balança de pagamentos.

Os debates econômicos do passado se caracterizavam pela reflexão acerca de um conjunto das idéias econômicas em que princípios éticos e morais orientavam ações racionais humanas, em especial, as ações intervencionistas socioestatais. Os economistas que deles participaram – inclusive Marx – procuraram situar o problema no quadro do comportamento geral da economia. Mas, os economistas daquele tempo jamais deixaram dúvidas acerca dos princípios que orientam as atividades da economia. Marx os leva em conta quando expõe seu método.

No centro daqueles debates estava a originalidade do sentimento de moralidade – reivindicado por Hume – que subjazia à aplicabilidade de instrumentos monetários, os quais visavam corrigir desequilíbrios da economia, que têm como causa, segundo pensamento econômico liberal, influências de ordem não-econômica. Daí que os debates colocavam na ordem do dia princípios que orientavam as ações racionais estatais, que, para nós, se referiam, no fundamental, ao modelo de análise econômica smithiano, o qual Ricardo visava reformular. Nele estava contido a dualidade de objetivos que envolviam as ações racionais impulsionadas pelo egoísmo e altruísmo (arcabouço metodológico de Smith).

Para tanto, Marx se coloca crítico nos intensos debates econômicos à sua época, nos quais o pensamento econômico de Ricardo era dominante. Para ele, o capital adicional – ou que produz acumulação – se realiza na relação trabalho gratuito/suplemento de trabalho não pago, porém, no contexto de uma mesma população trabalhadora. Daí que não vê o capital se acumulando – e esta é sua crítica aos economistas – devido à relação grandeza do capital (dinheiro), dividido pelo número total da população trabalhadora. [491]

[491] Le rapport entre l'accumulation du capital et le taux de salaire n'est que le rapport entre le travail gratuit, converti en capital, et le supplément de travail payé qu'exige ce capital additionnel pour être mise en ouevre.

Marx vai elaborar a *teoria da mais valia* e, a partir dela, elaborar análise do antagonismo existente entre sociedade anônima e sistema corporativo. Entretanto, o faz pela via de mão-simples – aí a razão da nossa crítica à crítica da economia política – ou seja, o faz no sentido da medida do desenvolvimento das forças produtivas que avançam aguçando interesses de classes, ou seja, na medida da evolução da economia que tem a acumulação decorrente da concentração dos capitais. Ele não pensou a sua teoria da mais valia, também se realizando pela razão que "age" de forma dupla.

As atividades econômicas não são, exclusivamente, atividades laborais, pelo contrário são fomentadas e estimuladas por ações de natureza teórico-cognitiva sem as quais não definiríamos a ciência e técnica Essas atividades são de natureza laborais ou operacionais, oriundas da relação homem e natureza, e se colocam orientadas pela razão teórica de natureza cognitiva

Na verdade, são atividades do trabalho, na classe – e as idéias que as estruturam – que, articuladas às ações prático-racionais, vão se consubstanciar em idéias ordenadoras do Estado. Neste caso, evidencia-se a presença da razão *medium*, pela qual os indivíduos, na classe, produzem as idéias formadoras do Estado, as quais vão ter sua validade – aparecendo em formas abstratas jurídicas, postas, pela representação política, na figura do parlamento.

Todo e qualquer processo de construção da organização social e política é fruto da racionalidade manifestada em sua forma dupla. Podemos, assim, resumi-lo: os homens ao conhecerem melhor o seu mundo mantêm-se numa posição em que o controlam, iniciando, então, movimentos de natureza política que os levam a tecer na trama das relações sociais a estruturação do espaço do privado e do público. Esses espaços são constituídos de estruturas políticas e econômicas, de tal forma que classe e estamento se entrelaçam e se "harmonizam" frente aos conflitos decorrentes do desenvolvimento econômico. Está aí, pois, ao nível da dialética da interação e trabalho, a

---

Ce n'est donc point du tout un rapport entre deux termes indepéndants l'un de l'autre, à savoir, d'un coté la grandeur du capital, et, de l'autre le chiffre de la population ouvrière, mais c'est n'est en dernière analyse qu'*un rapport entre le travail gratuit et le travail payé de la même population ouvrière.* MARX, 1985.

ação política eficaz – própria de indivíduos em comunicação – resultado da "ideologia" posta pela ciência e a técnica [Habermas].

Decorrem daí conflitos que, mesmo tendo sua raiz econômica, levam os grupos sociais a um objetivo racional que se manifesta em lutas políticas desenvolvidas no palco do jogo de interesses e de (co)operação, implicando, pois, o organizar-se politicamente de modo tal que se permita a participação de todos nos destinos do seu território – ou do que se pode chamar de nação.

O que significa que o Estado é compreendido no seu exercício de governo pela dialética da representação política e formação da vontade soberana. Essa compreensão tem como fundamento a racionalidade que manifesta a *ação* da razão na forma dupla – racionalidade técnico-teórica e, ao mesmo tempo, comunicativo-simbólica.

Existe relação causal entre estruturas econômicas, cujo desenvolvimento se dá em virtude do progresso da ciência e da técnica, e estruturas políticas, que, enraizadas em territórios, estabelecem relações entre a troca e o direcionamento político daí decorrente. Para nós, esta é uma relação dialética que implica que, na medida em que os homens ascendem mais ao conhecimento de seu mundo (*homo fabricatus*) e tornam-se, por isto, mais capazes de operá-lo com eficiência, suas relações de troca se expandem quanto a necessidades postas além da sobrevivência.[492]

O que aumenta o consumo e modifica hábitos e estilos de vida. Esta dialética é um processo que se realiza não na via de mão simples, mas pelo uso da razão que produz a interpretação sociocultural do mundo como ação espontânea.

Marx toma emprestado da economia política subsídios importantes para, com eles, realizar a crítica radical da sociedade moderna. Ele denuncia a ordem do direito civil

---

[492] Le concept d'une chose, comme fin naturelle en elle - même, n'est pas ainsi un concept constitutif de l'entendiment ou de la raison; Mais il peut être cependent un concept régulateur pour la faculté de juger réfléchissante, pour guider la recherche sur les objets de ce genre et réfléchir, sur leur principe suprême d'après une analogie éloignée avec notre causalité suivant des fins en général, cette réfléxion servant moins la connaissance de la nature ou de son fondement originaire "*urgrund*" que celle de la faculté pratique rationnelle un nous, en analogie avec laquelle nous considéront la cause de cette finalité. KANT, 1993, p. 300.

como expressão jurídica de relações de produção implicando daí um novo conceito do político que tem seu núcleo central na classe. Entretanto, para nós, este conceito de política se coloca compreendido pela dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana.

Na verdade, Marx identifica na sociedade capitalista a presença de relações de produção que aparecem como relações recíprocas, mas as descarta com base na dialética que centra a compreensão da realidade no uso da razão formal e, deste modo, não privilegia metodologicamente a relação recíproca ou a dialética da representação política e processo de formação da vontade soberana – com isso não identifica a contradição entre razão prática e vontade soberana – que tem a representação política colocando em conexão funcional classe e estamento.

Cremos que a diferença entre a teoria marxista do Estado outras orientações no campo das ciências sociais, é a ênfase que não foi dada por Marx sua metodologia aos elementos que orientam a conduta racional de vida econômica. Em especial, ele não privilegia a questão da racionalidade técnica, a presença do fenômeno de autonomização ou da ação individual "movida" não só por interesses, mas também por motivos que as inspiram. Neste ponto seu conceito de classes sociais não abrange a totalidade das dimensões humanas que orientam as ações racionais.

Certamente, tem-se em sua metodologia a ciência natural associada à história e a mudança se explicando pelo fenômeno de classe. O que significa que a explicação histórica se põe compreendida pela economia ou, melhor dizendo, por um saber que gera atividades instrumentais em que os elementos subjetivos que orientam as atividades humanas são interpretados por um modelo de análise hegeliana.

Marx assume o método de Hegel como começo radical. Abandona distinções entre razão teórica e razão prática ou entre julgamentos do ponto de vista descritivo e de decisões justas de caráter normativo, compreendendo as formas simbólicas contidas na classe como representações concretas, que de modo algum se colocam como absolutas. Na classe, os indivíduos se obrigam à forma de ação estratégica, configurada pela moralidade concreta dada pela vontade coletiva que objetiva o alcance da meta final – ou da síntese hegeliana – não se obrigando a estratégias que os levariam a ter que se pôr, eles

mesmos, em acordo com a estratégia comum ou com o meio de alcançar a satisfação imediata das necessidades individuais.[493]

Isto vai permitir a Marx pensar a síntese a posteriori se realizando mediada pelo trabalho social sendo compreendida como grande política e, por conseqüência, nos autoriza compreender os atos produtivos caminhando na história como atos de representação, mas sem explicação satisfatória das formas simbólicas elaboradas pelos indivíduos contidos no interior da classe. Nesse caminho, história e ciência natural se entrelaçam e os atos do trabalho – singulares – vão na direção de determinação do *em-si-a-outro*, subsumindo-se à racionalidade técnica do capital convertendo o trabalhador em mero e simples meio de produção.[494]

Cremos que, em síntese, está posta a crítica radical da sociedade capitalista realizada por Marx e Engels. Desta crítica nasce a metodologia ou o materialismo dialético, tendo nela contido um caminho e direção política que permite compreender a história por atos humanos do trabalho realizados como processo de formação socioeconômica – em que indivíduos têm a determinação de si na singularidade das relações – que vai na direção dada pela conexão de representação de si com as coisas – o sensível – ao *vir-a-ser*, caracterizado, genericamente, por Marx, como classes sociais na sua forma pura ou físico-econômica.

Entretanto, Marx não privilegiou, na análise do capitalismo, os contornos simbólicos que, presentes na realidade social, se colocam como fatores explicativos de mudanças ocorridas na história. Estes, a nosso ver, foram enfatizados na análise de Hegel.

Acreditamos que, somente quando integramos as metodologias de outros campos das ciências sociais e ciências afins, ao pensamento e à metodologia de Marx, poderemos compreender (e pesquisar) a via singular de capitalismo no Brasil. O que nos levou a pesquisar a via singular de capitalismo como ocorrência de capitalismo, posto na história como "evento único".

---

[493] HABERMAS, 1968, p. 191.

[494] HEGEL, 1994, p. 41.

Promoveu-se aqui no Brasil a mesma dominação que se fez em Portugal. São excluídos da vida democrática os apátridas ou aqueles que são cuspidos da sociedade. Com eles são também cuspidos os líderes que defendem sua causa. Fato que, por analogia, pode ser comparado ao trabalho realizado pela Liga das Nações – *Conferência de Evilan* (1938) – que, por insistência de governos europeus interessados, considerava judeus, alemães e austríacos como apátridas em potencial.[495]

Produziu-se no Brasil o modelo sistêmico do Estado arraigado aos costumes, e com isso, configurou-se a forma de governo que se realizou por um domínio constituído através de movimentos de reunificação do povo em torno de profetas. Povo considerado pelas elites como inferior; logo, carente de proteção especial.[496]

Aqui, a burocracia incorpora a idéia da empresa do Rei como idéia de majestade ou de objeto de adoração pelo povo. O rei provê a satisfação das necessidades e a defesa da comunidade, através do exército legitimado como força legal e que se coloca, na história do Brasil, à disposição da oligarquia. Isto devido a gene da economia capitalista mercantil que aqui se plantou e que metamorfoseia-se em trabalho doméstico, produzindo a expansão das relações capitalista na direção da rentabilidade do capital ou da contabilidade dos donos do poder.

A burocracia expressa o modelo do Estado e o fator ético nele contido, ou seja, a condição que permite que experiências vividas – via racionalização de condutas da vida econômica – se tornem fontes de legitimação de instituições através de razões (postas em formas abstratas jurídicas), as quais são justificadas por totens e subtotens.[497]

Implicando daí o fator ético – contido na doutrina religiosa autoritária, porque fundada em relações de poder (tipo *pater familias*) – que organiza o sentido subjetivo das ações racionais, e, que permite a sociedade interpretar (*deuten*) o mundo sociocultural, de

---

[495] Naquela época, governos europeus interessados lembravam à Liga que o trabalho sobre os refugiados devia ser feito com a maior rapidez possível, temiam que os expulsos da velha trindade Estado-povo-território iniciassem um movimento político crescente. ARENDT, 1990, p. 315.

[496] WEBER, Économie et socité / 2, 1971, p. 194.

[497] Jamais, peu-être, la divinité n'a été plus proche de l'homme qu'a ce moment de l'histoire puisqu'elle est présente dans les choses qui peuplent son milieu immédiat et qu'elle lui est, en partie, immanente à lui même. DURKHEIM, 1960, p. 320.

modo tal que as classes produzem os conteúdos de legitimação que vão validar um governo despótico, que se disfarça em governo democrático. [498]

Constituí-se, assim, a sociedade brasileira através da matriz histórica que plantou as sementes do capitalismo mercantil que, germinadas, configuram o Estado familiar, convertendo-o no inferno da cobiça e da exploração, do gozo da riqueza sem retribuição, tomada dos frutos do trabalho sem suor. Neste sentido, a tradição portuguesa se repete e se manifesta nas diretrizes de políticas econômicas postas pelo estamento burocrático ou o corpo científico das elites – corpo diretor dos processos sociais conduzidos de acordo com valores as oligarquia absorvidos pelas massas.

Tudo isso produziu o surgimento da ilusão religiosa que aparece na forma de ilusão democrática, posta pelo aparecer social do fenômeno Estado brasileiro que comanda, no contexto do imaginário social ou do jogo liberal, a centralização das decisões políticas, dada pela força maior que congrega todos ao redor da empresa: a ética da aventura. [499]

Esta ética reproduz no Brasil o peculiar em cada configuração histórica e se manifesta na manutenção dos privilégios da oligarquia e permanência das elites no poder. É recorrente ações intervencionistas estatais terem na idéia de racionalidade, a idéia valida que legitima o Estado.

Tem-se, aqui, o modelo sistêmico do Estado que é dado pela contradição que aparece como confronto entre conteúdos de legitimação legal (racional-legal) – legislados pelo corpo político de representação política – e conteúdos elaborados pela classe que se enraíza no compartilhar de significados culturais ditados pela ética religiosa; logo, a contradição capital e trabalho aparece e se manifesta na idéia de administração racional da economia. No caso, há o modelo de contradição que aparece como incompatibilidade entre lógica e valorização do capital e que pode ser compreendido através da análise marxista sobre o antagonismo entre sociedades anônimas e sistema corporativo.[500]

---

[498] ARENDT, 1990.

[499] CUNHA, 1996, p. 3.

[500] MARX, 1982a, p. 321.

É recorrente de tudo isso a presença da forma de governo que se explica através de modo de produção de governo que tem o Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho. No caso em pauta, ou no caso Brasil, é conseqüente o sistema político partidário se colocar como ponto de partida para fundamentação de um conceito de Estado "capitalista" brasileiro – ponto explicativo central de conceito de Estado corporativo [Marx] e que, contudo, aparece na história (caso Brasil) na forma de governo parlamentar de gabinete, [Weber], constituindo o núcleo do Estado totalitário [Arendt].

Está posto o núcleo de argumentação que nos leva ao decurso de nossa tese a um desafio: a verificação, no plano histórico – ou da formação histórica da realidade brasileira – da gênese do capitalismo brasileiro. Esta gênese passa pela análise do valor trabalho e industrialização no Brasil, tendo o Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho. Um caso histórico de intervencionismo socioestatal.

No caso em pauta, o valor trabalho, determinante da relação de exploração que se realiza pelo Estado, pode ser demonstrada, através do papel do parlamentarismo e do histórico da representação política, que, através de inovações institucionais movimentam a economia. O que leva o Estado à dominação carismática funcional, de modo tal que o Estado totalizador tem na juridificação das relações sociais, como resultante de processo de (des)organização da cultura, a possibilidade do domínio como controle social total. Este é o caso Brasil.

5.6 A moral da economia e a juridificação das relações sociais

Podemos dizer que o atual artifício do câmbio – alternativa número um do governo e que lhe dá a possibilidade de estabilidade econômica e política – tem seu preço: a relativa perda de controle das influências que atuam sobre as atividades econômicas, devido ao dilema de representação política. Precisamente devido à dificuldade de obtenção de bases consensuais – consenso dos partidos políticos sobre um projeto de desenvolvimento social e de seus representados como avalistas para as reformas estatais – de modo a permitir o País ajustar-se às relações internacionais de mercado. É recorrente disso a tendência do Estado para ultrapassar limites fixados no plano institucional e fiscal.

O que se confirma no fato de que o governo atual produz normas constitucionais de urgência (de exceção), conhecidas como medidas provisórias, visando adequar a economia aos novos tempos, e com isso, tornando-a dependente do sistema financeiro internacional.

Em momentos de crises sociais, o governo produz o poder de exceção. Este tem a garantia de legitimidade nas propostas apresentadas como emendas constitucionais pelo congresso – tradicional a forma de apropriação recursos do povo através de impostos – em caráter de emergência. Entretanto, antecede-se a essas propostas a intensa veiculação, via sistema de comunicação da *mass media*, de idéias que visam através da propaganda de massa, formar opinião pública contra normas constitucionais já consagradas – tidas sempre, mesmo que elaboradas em tempos recentes, como defasadas e que, no entanto, se revelam na aparência como tal, porque opostas aos interesses gerais capitalistas.[501]

No caso Brasil, a problemática de balança de pagamentos se configura na dificuldade de produzir de tecnologias, criando obstáculo que não permite às empresas nacionais competirem em igualdade de condições no mercado internacional, já que os títulos da dívida pública se tornam subvalorizados nesse mercado. Frente a demandas de mercadorias sofisticadas em tecnologias, exigência do mundo moderno e complexo da economia, os países periféricos – e o Brasil o é – se vêem em desvantagem no jogo de balança de pagamentos.

O País tem um baixo teor de conteúdos tecnológicos devido a sua incapacidade de produção de tecnologia. Daí sua inadequação na inserção da economia globalizada neste momento de vigoroso de avanço das forças produtivas. Isso coloca as mercadorias de alto teor tecnológico escassas no mercado interno e *caras* no mercado

[501] A Constituição brasileira de 1988 prescreve juros anuais de até 12%. Esta norma tem sido criticada, melhor dizendo, tem sido, nestes últimos anos, motivo de galhofa em discursos racionais *modelados* e postos nos meios de comunicação, os quais a consideram responsável pelo atraso do País em relação a países *mais avançados* em sua organização social. Esta norma permitiu, recentemente, a criação de *Leis de defesa do consumidor* que, devido às crises atuais da economia mundial, têm sido quase que o único expediente jurídico, contribuindo para a defesa do cidadão, frente à onda avassaladora de juros extorsivos cobrados pelas empresas financeiras. Desta maneira, adequada aos costumes e consoante com a *moral* da terra, perpassada historicamente pela ética da aventura, aquela norma não é, assim, tão absurda como faz crer o que se divulga e o que se alardeia nos meios de comunicação, o doutrinário econômico de um país de imaginário liberal. CUNHA, 1995.

externo, levando o País a ficar na dependência de capitais especulativos que aqui aportam, contudo, já na condição de voláteis, pois sua chegada visa aumentar divisas e compor reservas como meio de liquidação final da balança de pagamentos; logo, o Estado busca elaborar como recurso último, um sistema monetário adequado a capitais especulativos. É recorrente o déficit de legitimação e o intensificar as alternativas que buscam, através de práticas de governo, de estratégias e de administração, associadas a discursos técnico racionais, obter consenso para ações intervencionistas socioestatais.

Deste modo, pode-se dizer que, onde a concorrência atua livremente e a produção de mercadorias não está limitada pela natureza, a dificuldade ou facilidade da produção estabelecerá, em última instância, o valor de troca das mercadorias. Esta dificuldade pode ser compreendida pelo que se segue: a riqueza do País aumentou com a redução dos preços das mercadorias devido ao aumento do preço do câmbio, fictício, um artifício ditado por aqueles que têm interesse na nossa enorme dívida pública. Eliminou-se, assim, através de regras acordadas entre parceiros comerciais internacionais a inflação não civilizada. Esta mostra-se, agora, no dizer do Ministro da Economia, civilizada.

Desta forma, a verdade aparece como ilusão, mas na forma de alucinação imaginada de um ideário burguês: o preço das mercadorias no País têm baixado e segundo o atual presidente aumentou o poder de compra do povo e este até compra o pão e mata fome, mas este preço só é baixo porque o capital especulativo substitui o capital produtivo, significando com isto, que a fome mudou de categoria.

A fome expressa-se como ilusão e manifesta-se nas taxas altas de desemprego, na baixa do poder de compra da classe média que vê, hoje em dia, seus salários "estancados" e sobretudo no fato de que o povo – aquele que, como no século passado, só entrava na economia como massa de manobra – agora, se coloca como massa que até para a manobra política é dispensável. Os modernos meios de comunicação de massa substituiu o povo na sua função política.

Isso nos instiga, com os olhos nos tempos de hoje, a revisitar Smith em a *A Riqueza das Nações* (1776) e a repensar a *Teoria da Mais Valia* de Marx, descrita em a

Introdução à critica da economia política, visando compreender a produção da mais valia no caso específico do Brasil.[502]

A intenção é a de repensar o problema da moral – reivindicado como sentimento de moralidade por Hume – que no método de Marx, foi posto como moral concreta, ou seja, como somatória empírica das vontades individuais. Isto devido a que a moral pensada por Marx foi formulada em dados imediatos da experiência ou como problema empírico.

A renda fundiária, transformada em capital, aparece, hoje, no Brasil, na forma de conjunto de sociedades anônimas, e com isso, tem-se garantido o crescimento do capital devido a fundos de salários acumulados nos bancos. No caso, o capital tem engordado o patrimônio das classes comercial e industrial – fantasiadas em classe rural ou donos de propriedades rurais – que se mimetizam em "classes financistas", cujo lucro do capital flui através dos bancos em fundos de amortização.

Nessa transformação, oculta-se toda uma intrincada relação que articula governo/sistema financeiro internacional (e bancos seu prolongamento)/sistema partidário; logo, é sensato afirmar – e o argumento da analogia nos esclarece – que a classe trabalhadora transformou-se de trabalhadores em rendeiros de ontem. Os fenômenos aparecem "como que invertidos no tempo".

Na verdade, diferente de como Marx os viu à sua época, os fundos de salários acumulados nos bancos aparecem expropriando o trabalhador, através de fundos de amortização – rememoram antigos contratos de locação e "aluguéis de fazendas" – logo, logo, devido a natureza desses fundos, (postos na forma de terceirização de serviços pelo Estado), tem-se uma imensa massa de trabalhadores jogada "para fora" do trabalho, caracterizando o fenômeno por nós conhecido por desemprego estrutural. Neste ponto, o sentido da superação das classes sociais apontado por Marx, no seu método, inverte-se.

---

[502] Com esta *Introdução*, MARX inicia seus apontamentos econômicos dos anos 1857 a 1858, publicados em conjunto em 1938, em Moscou, sob o título de *Grundrisse der Kritik polistschen Okönomie*. O título acima não é original de MARX, tratam-se de manuscritos deixados por ele, encontrados em 1902 e publicados por Kautiski. MARX, 1978, p. 104.

Isto nos permite compreender a classe social como fator gerador de mudança na história e afirmar que o político, mesmo tendo seu conceito fundamentado na economia e concebido a partir da classe [Marx], determina a evolução da economia – este é o caso Brasil – através de corpo político de representação de classes, no qual as classes aparecem representada nos seus interesses na forma ilusória de prática da autolegislação.[503]

O que nos leva a demonstrar o papel do parlamentarismo na evolução da economia – na trilha do pensamento de Habermas, mas com "olhos" de Arendt e de sua crítica ao marxismo – como vetor que dá a direção da unidade da força-classe e que aponta a superação das classes sociais através de um corpo político de representação dos interesses das classes camponesas não emancipadas – caso Brasil.

É usual a presença no desenvolvimento histórico geral do modo de produção capitalista do movimento de metamorfose da mercadoria, que se inverte quanto ao ponto nuclear do movimento circular do dinheiro – a base metodológica de método de Marx – produzindo por ilusão a mimetização da mercadoria; logo, inverte-se também o caminho da superação das classes sociais. O que nos leva a pensar na presença de um corpo político de representação das classes, movimentando a economia através da política.

Hoje, no mundo globalizado da economia, eles voltam a aparecer e expressam um valor trabalho que se incorpora aos meios de produção como fundos de amortização, permitindo aos governos – indutores e reguladores da economia – pagar juros e serviços da dívida externa, através daqueles fundos acumulados nos bancos.

Desta maneira – e no caso Brasil isto explica mais satisfatoriamente o gene do seu intervencionismo estatal – tem-se rendas do capitalista engordadas (expressando-se em patrimônio ou naquilo que o dinheiro compra , transformando-o de "capitalista ativo" em mero *rentier*, ou seja, aquele que tem capital produtivo metamorfoseado em especulativo, gerando acréscimo de patrimônio corpóreo – cuja riqueza social é devida à *prebendas* recebidas do Estado, mas na forma de leis que favorecem os interesses gerais capitalistas.

---

[503] HABERMAS, 1990b.

Daí ser a proliferação de sociedades anônimas em aglomerados de empresas condição posta na contradição capital/trabalho para a concentração de capitais. Isto se coloca como necessidade histórica de continuidade do modo de produção capitalista específico brasileiro. O Brasil mesmo quando em estágio superior de desenvolvimento social, como é o de hoje, promove alterações na estrutura da demanda agregada, através de revisão do papel do Estado na economia. O País hoje, rememora, pela força da tradição o passado. Na verdade, esse processo – nele contido a inovação institucional instrumento pelo qual o parlamentarismo movimenta a economia – expressa pelo passado a causa que nele se esconde.

Em Portugal, à época das Grandes Navegações, a burguesia gerava do estamento e se construía o imaginário de sociedade burguesa, o qual se realizava através de mercados que eram mediados por uma ética anticalvinista, a qual ligava o povo ao Rei, pela mágica da fé. A coerência da lógica entre idéia e realidade produzida pela razão era retirada da predestinação religiosa. Esta revela o caráter autoritário da doutrina religiosa que orienta as ações racionais na direção de Deus e não na direção dos homens. Implicando daí a doutrina que por princípio admitia a utilidade da intervenção da Igreja e do Estado em matéria de ética e de salvação.

Neste sentido, a ética religiosa leva Portugal à construção do Estado patrimonial. Nesta construção todo o povo, por sua característica cultural emotiva, se envolvia. Tudo pela causa do Rei e de sua empresa. Esse era o lema que inspirava o corpo político dos interesses de classes; logo, também o estamento burocrático. Este traço define melhor, do ponto de vista histórico, o *espírito do capitalismo* português ou a ética que mediou a expansão de relações capitalistas e que determinou a direção política para a Colônia.

É recorrente Portugal se colocar dependente do exterior, tanto nos modos e estilos de vida (efeito de fenômeno de imitação) quanto a financiamentos de políticas econômicas que se realizavam ao contrário de regras racionais objetivas que levavam a ciência da economia ao desenvolvimento *continuum* de forças produtivas. Isto em tempos em que o desenvolvimento daquelas forças exigia novos métodos de produção e a

racionalidade técnica na qual se embutia a necessidade de adequar políticas econômicas mercantilistas ao novo *espírito do capital* que emergia, mesmo ainda na fase mercantil.

A empresa do Rei crescia, mas não crescia com ela o povo – este não participava dela dos seus lucros. Isto levou Portugal a implantar políticas econômicas na colônia na direção política diferente de outros países europeus, pois, no caso em pauta, as decisões das políticas macroeconômicas não se fizeram com base em dados, exclusivamente, empíricos, mas como prestação de contas à empresa do Rei, ou seja, na forma de empreendimento econômico que exigia justificação de natureza política.

No caso em pauta, o trabalho abstrato social analisado por Marx em que ele conceitua a mercadoria no em seu duplo caráter valor-de-uso e produção de valor, se inverte no movimento em produto concreto; logo, a mercadoria se resolve na sua unidade através de trabalho prestado ao Estado e o trabalho passa a ser consumido socialmente como produção de valor que passa a valor-de-uso, o qual entra diretamente no consumo social, inscrevendo – na forma institucional e legal – a mercadoria na categoria de trabalho alienado ao Estado, sendo esta a categoria que determina a porção maior do produto social que se transforma em produto excedente e a parte maior do produto excedente sendo fornecida e consumida sob formas refinadas e mais variáveis e que se insere no contexto de políticas econômicas que passavam pela lógica da valorização do capital.[504]

Em Portugal, o cálculo econômico racional expandia a empresa do Rei estruturando relações de poder. Deste modo, a economia se desenvolvia através de políticas econômicas mercantis traçadas pelo estamento burocrático. Este colocava em movimento a burocracia – via políticas que privilegiavam os trabalhadores burocráticos – e a garantia da legitimidade realizava-se através de funcionários do fisco que faziam o liame político entre povo e Rei. Portugal colocava girando em torno do Estado a ralé, ou seja,

---

[504] La dette publique opère comme un des agents les plus énergique de l'accumulation primitive. Par un coup de baguette, elle doue l'argent improductif de la vertu reproductive et le converti ainsi en capital, sans qu'il ait pour cela à subir les risques, les troubles inséparables de son emploi industriel et même de l'usure privée. Les créditeurs publics, à vrai dire, ne donnent rien, car leur principal, métamorphosé en effets publics d'un transfert facile, continue à fonctioner entre leurs mains comme autant de numéraire. (...) Dès leur naissance les grandes banques, afflublées de titres nationaux, n'étaient que des associations de spéculateurs privés s'établissaient à côté des gouvernements et, grâce aux privilèges qu'ils en obtiennent, à même de le prêter l'argent du public. MARX, 1985, p. 200.

pessoas, categorias e classes que juntavam migalhas (sobras de poder e dinheiro) obtidas como benesses junto ao poder constituído.

A conseqüência é que em torno da empresa do Rei giravam a nobreza, burguesia e o povo; todos tinham seu poder na dependência da Coroa. Diferente de outros países europeus, a camada média não dividia com o Rei o poder. O Rei simplesmente através de sua empresa se apropriava dos produtos – vale dizer do excedente da produção, na forma indireta.

Por isso, à época das Grandes Navegações, no Estado português estava contida a matriz histórica que rememorava a tradição dos tempos do nascimento da Dinastia dos *Avis*. Estava ali contido a matriz ou lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública portuguesa. Produzia-se, então, nos tempos da navegação de que todos participavam da construção da nação, cujo prestígio manifestava-se no espírito aventureiro, de tal forma que os elementos culturais que mediavam os mercados traduziam o mundo português (no particular), mas com significado cultural (universal) que era interpretado por todos como significado da civilização humana que florescia.

Em Portugal, uma representação foi posta em seu valor puro e simples de direitos apropriados por todos aqueles que, através de benesses concedidas pelo Rei, tornaram-se detentores de privilégios porque transformados em funcionários da sua empresa. Neste sentido, relações próprias do espaço privado da *oikos*, que na Antiguidade se caracterizava por relações de domínio (senhor/escravo), avançaram sobre o espaço público realizando-o através de comandos legítimos que vão estruturar relações sociais válidas somente para os *iguais* em seus *status*.[505]

No domínio da família – como foi o caso português – a liberdade não existe, pois o chefe não consegue estabelecer relações de igualdade próprias do espaço político; logo, o caminho tomado pelas ações produtivas não podia ser outro, a não ser a construção do Estado autoritário. É recorrente o ressurgir da democracia, que repete a tradição como condição de participação no governo – ou participação de todos em

[505] Par représentation nous entendons principalement de fait dejà examinée, qui veut que l'action de certains membres du groupement (représentants) soit imputée aux autres ou bien que'elle doive être considérée par

condições de igualdade no exercício de governo – através de representação que se realiza por comandos "legítimos" que estruturam no Estado o Direito válido só para amigos e familiares.[506]

É recorrente também a história se realizar através do movimento da razão em que a lógica – que produz o movimento das forças produtivas – quando aplicada ao mundo empírico se constitua num imaginário social (a lógica que emancipa idéia da realidade); logo, é sensato admitir uma relação definida de causalidade entre classe, Estado e ideologia. Esta relação fornece a direção ou o sentido da participação política (ou de não participação de todos), colocando o português na sua raiz totalizador, ou seja, produzindo a forma de governo em que este tem o controle total da sociedade exercido pelo manejo das leis. O que implica se situar no constitucional o substrato da administração racional da economia ou o fator que regula as influências que atuam sobre as atividades econômicas.

Tem-se aí caracterizado o fundo de natureza econômica no caso português. Trata-se de um movimento de metamorfose de mercadoria no qual o trabalho simples de produção da mercadoria passa a trabalho abstrato social, de modo tal que seu movimento em produto concreto aparece representado na forma de governo parlamentar de gabinete, que se desenvolve na história em sua forma plena como ato de compreensão do mundo, análogo ao ato político da Polis na Antiguidade.[507]

Está aí posta a natureza que explica o desenvolvimento do Estado português. No caso, é sensato supor a explicação da forma de governo que se realiza pelo trabalho articulado à interação (aqui reportamos aos estudos de Habermas), como fundo de natureza econômica que determina na forma política o movimento metamorfose da

---

ces derniers comme "legitime" et que, les liant, elle devienne en fait. Économie et société /1. WEBER, 1971, p. 381.

[506] Mais elle prend un caractère de représentation (*représentation d'ordre*) (et peu même, de ce fait, être parfois considérée comme telle) pour autant que l'effet du consentement à un acoord de caractère d'ordre [standisch] sur la personne du détenteur du privilège agit sur les strates non privilégiées. Id. ibid.

[507] En cas d'absence de partage matériel (effectif) des pouvoirs, ce système signifie l'appropriation de la totalité de la puissance par les états - mayors de partis. Les postes de direction, masi souvent aussi, dans une large mesure, les postes de fonctionaires deviennent les benéfices des partisans: *gouvenement parlamentaire de gabinet*. Ibid., p. 383.

mercadoria. Esse determinado pelo modo de interagir dos homens em acordo com a natureza, tendo nas leis da economia as leis da história.

Emerge daí o parlamentarismo como causa que se oculta no passado e que se revela no presente, expressando contradição em relação causal interna (própria de indivíduos em diálogo, em comunicação), traduzindo o que chamamos de totemismo sociológico – ou conceito-guia ou instrumento de pesquisa que nos permite apanhar em determinado momento da história sua significação e seu valor objetivo.

Trata-se esse conceito de um conjunto de leis que regem as instituições privadas, produzindo a ilusão democrática através de controle social que se realiza como processo de juridificação de relações sociais; logo, ilusão que é posta pela doutrina jurídica na forma de inovação institucional. É a inovação resultante do reaparelhamento do Estado e se constitui na estratégia que visa o melhoramento da infra-estrutura produtiva.

Está definido, pois, o totem: conjunto de leis que regem instituições se constituindo no empreendimento econômico que exige justificativa de natureza política. Ele define a matriz histórica como lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública. Trata-se, portanto, o totem de um molde da colonização portuguesa que produziu como herança cultural, a matriz histórica brasileira.

Nela, o trabalho simples abstrato da produção de mercadorias passa a trabalho abstrato social, mas, de modo tal que seu movimento em produto concreto vai aparecer na forma de imaginário social. É diferente, portanto, o processo de formação socioeconômica brasileiro. Nele está presente o molde que indica o lugar da fundação da esfera pública, ou seja, um movimento de metamorfose de mercadoria, no qual o parlamentarismo se coloca implícito, caraterizando no plano da explicação histórica a matriz histórica da sociedade brasileira – herança cultural da colonização de Portugal – e, conseqüente, a via singular de capitalismo.[508]

---

[508] Durante o processo do trabalho, o trabalho se transmuta de ação em ser, de movimento ao concreto. (...) Falamos em trabalho, ou seja, no dispêndio da força vital do fiandeiro durante uma hora , porque o trabalho de fiar só interessa, aqui, como dispêndio da força de trabalho e não como *trabalho especializado.* (**Grifo nosso**). MARX, 1982a, Livro Primeiro, vol. 1.

mercadoria. Esse determinado pelo modo de interagir dos homens em acordo com a natureza, tendo nas leis da economia as leis da história.

Emerge daí o parlamentarismo como causa que se oculta no passado e que se revela no presente, expressando contradição em relação causal interna (própria de indivíduos em diálogo, em comunicação), traduzindo o que chamamos de totemismo sociológico – ou conceito-guia ou instrumento de pesquisa que nos permite apanhar em determinado momento da história sua significação e seu valor objetivo.

Trata-se esse conceito de um conjunto de leis que regem as instituições privadas, produzindo a ilusão democrática através de controle social que se realiza como processo de juridificação de relações sociais; logo, ilusão que é posta pela doutrina jurídica na forma de inovação institucional. É a inovação resultante do reaparelhamento do Estado e se constitui na estratégia que visa o melhoramento da infra-estrutura produtiva.

Está definido, pois, o totem: conjunto de leis que regem instituições se constituindo no empreendimento econômico que exige justificativa de natureza política. Ele define a matriz histórica como lugar no qual se funda pela tradição a esfera pública. Trata-se, portanto, o totem de um molde da colonização portuguesa que produziu como herança cultural, a matriz histórica brasileira.

Nela, o trabalho simples abstrato da produção de mercadorias passa a trabalho abstrato social, mas, de modo tal que seu movimento em produto concreto vai aparecer na forma de imaginário social. É diferente, portanto, o processo de formação socioeconômica brasileiro. Nele está presente o molde que indica o lugar da fundação da esfera pública, ou seja, um movimento de metamorfose de mercadoria, no qual o parlamentarismo se coloca implícito, caraterizando no plano da explicação histórica a matriz histórica da sociedade brasileira – herança cultural da colonização de Portugal – e, conseqüente, a via singular de capitalismo.[508]

---

[508] Durante o processo do trabalho, o trabalho se transmuta de ação em ser, de movimento ao concreto. (...) Falamos em trabalho, ou seja, no dispêndio da força vital do fiandeiro durante uma hora , porque o trabalho de fiar só interessa, aqui, como dispêndio da força de trabalho e não como *trabalho especializado.* (**Grifo nosso**). MARX, 1982a, Livro Primeiro, vol. 1.

Isto implica que somente um método comparativo de variação concomitante é capaz de descrever o processo de formação socioeconômica, no qual as ações racionais desenvolvidas nos espaços do público e do privado, correspondem, respectivamente, ao espaço do trabalho e da política, produzindo na relação Estado e sociedade a passagem do dinheiro da forma simples à complexa, mas de modo tal que o fetiche da mercadoria aparece na forma de imaginário social.

O que nos instigou a demonstrar, através do aprofundamento de estudos acerca dos textos de Marx sobre *A Teoria da Mais Valia* (*Theorien überden Mehrwer*), que Marx pensara a acumulação se realizando como ato econômico, mas na forma política – e isto constitui o corpo teórico central dos seus estudos sobre a contradição entre sociedade anônima e sistema corporativo – tendo nela contido o fetiche da mercadoria ou o dinheiro como símbolo. Só que ele não privilegiou na metodologia, o valor trabalho se incorporando aos meios de produção como valor corpóreo ou como aumento de patrimônio.[509]

Esse é o ponto de partida da nossa crítica à critica da economia política e que nos instiga a reinterpretar, no seu método, a acumulação e a produção da mais valia, visando explicitar o modo de produção econômica capitalista, no contexto da via singular de capitalismo no Brasil. O que, por sua vez, nos autoriza a também dizer, com base na crítica de Arendt sobre o marxismo, que Marx ficou preso à armadilha metodológica que estava contida no seu método, ou seja, preso à centralidade econômica de seu método.

Neste ponto – e aí está o escopo da nossa crítica à crítica da Economia Política – os rendeiros – e aqui se faz alusão a Smith, cuja obra *A Riqueza das Nações*, Marx visitara – tornaram-se libertos dos proprietários de terras, através de contratos de locação assim como Smith descrevera, mas ficaram presos ao novo ator econômico que surgia nas cidades, em decorrência do crescimento dos fundos de salários com os quais se aumentava o patrimônio da classe burguesa emergente, porque celebrados como ruptura de contratos solenes, assim como Marx descrevera.

---

[509] MARX sobre a **Teoria da mais valia** em MARX (1985).

Hoje, no mundo globalizado da economia, eles voltam a aparecer e expressam um valor trabalho que se incorpora aos meios de produção como fundos de amortização, pemitindo aos governos – indutores e reguladores da economia – pagar juros e serviços da dívida externa, através daqueles fundos acumulados nos bancos.

Desta maneira – e no caso Brasil isso explica mais satisfatoriamente o gene do seu intervencionismo estatal – tem-se rendas do capitalista engordadas (expressando-se em patrimônio ou naquilo que o dinheiro compra, transformando-o de "capitalista ativo" em mero *rentier*, ou seja, a aquele que tem capital produtivo metamorfoseado em especulativo, gerando acréscimo de patrimônio corpóreo – cuja riqueza social é devida à prebendas recebidas do Estado, mas na forma de leis que favorecem os interesses gerais capitalistas.

Daí ser a proliferação de sociedades anônimas em aglomerados de empresas, condição posta na contradição capital/trabalho para a concentração de capitais. Isto se coloca como necessidade histórica de continuidade do modo de produção capitalista, quando em estágio superior de desenvolvimento da tecnologia, que permite alterações na estrutura da demanda agregada, através de revisão do papel do Estado na economia.

Porém, o que era negativo para Marx – para ele a classe se realizava politicamente pelo acesso ao saber não distorcido da ideologia – pois os rendeiros (outra alusão a Smith) se libertavam das arcaicas instituições que configuravam o antigo domínio feudal, podemos hoje pensá-lo como positivo, interpretando os princípios de organização social e as leis que regem as relações sociais, através das classes que se realizam politicamente pelo acesso ao saber distorcido pela ideologia.

Hoje, aqueles rendeiros de ontem se transformam em capitalistas do tipo *rentier* e ficam presos na própria armadilha, ou seja, presos à renda fundiária (como alternativa de exploração), levando a um tipo de domínio que põe a administração racional da economia a serviço da exploração do trabalho pelo capital. Uma exploração que, para Marx, se realizava através de fundos de salários, os quais têm o fundo histórico na renda fundiária, que à época feudal, metamorfoseava-se em fundos de comércio.

Aquela renda hoje mudou, mas apenas quanto à classe que ela se põe a servir, ou seja, não mais à classe industrial, mas a classe comercial, que se coloca na dependência de fianaciamentos tendo o lucro ilusoriamente "realizado" na forma de dinheiro a juros. Tal como no tempo de Marx, mas se realizando em tempo de radicais trasnformações do trabalho e da política.

É recorrente, então o surgir, hoje, de novos contratos – daí sendo produzido nova relação de produção, típica burguesa, em que princípios de organização social ajusta-se ao modo de produção – amarrando, diferente do tempo de Marx, a acumulação à política, que, contudo expressa a relação econômica – ou de classe – pelo constitucional. Este é o nosso principal argumento de nossa reinterpretação de Marx, pois a acumulação expressa – no caso de se Ter uma concepção de ideologia que "age"no sentido positivo, o modo pelo qual os indivíduos se estruturam em classes, mas através da obediência – fidelidade do vassalo ao senhor feudal com base na gratidão – àqueles que outorgavam feudos.

Marx vai elaborar a partir dos contratos de locação próprios de seu tempo – os quais apareciam na forma de loyer d'un femier (fundos de trabalhos) o antagonismo existente entre sociedade anônima e sistema corporativo, que se realiza – via mão-simples – ou seja, no sentido da medida do desenvolvimento das forças produtivas que avançam aguçando os interesses de classes e, que, em decorrência disso, tem-se a concentração dos capitais.

Para ele, essa relação constituía-se em instituições democrático-republicanas ou instrumento político partidário que tinha como função enfraquecer o antagonismo das classes. Entretanto, aquelas instituições não conseguiam evitar a luta de classes, e com isso, a transformação da sociedade.[510]

[510] O caráter peculiar da social democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio de não acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar este objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Este conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. MARX, 1978, p.350.

Marx não atentara, portanto, para este outro lado da questão, devido a que ele não pode perceber (o que nós hoje podemos) que, em tempos diferentes, o Estado tem o aparecer social no qual os dados – o corpo empírico- da análise – não conseguem apreender com profundidade a realidade social. Daí não consegue captar aquele aparecer social, no qual a dominação de classe se realiza na forma de dominação carismática funcional, ajustando – via representação política – ideologia à lógica da valorização do capital.[511]

Isso implica uma reanálise dos contratos de locação que surgiam entre proprietários de terras e rendeiros e uma posição socioeconômica dos rendeiros diferente da que Smith descrevera, visando compreender as relações do campo e cidade e como o progresso das cidades contribuía para aquele. Na verdade, os contratos se realizavam na forma de instância de contrato (a forma simples jurídica que produzia a posse) – ou o que Marx vai denominar de essência subjetiva do trabalho – e deles emergia a instituição que se poderia chamar de Estado – no seu sentido amplo, a superestrutura denominada por Marx – garantindo obediência através da força dos aparelhos de repressão.

O que nos leva supor que os Estados-nações em seu desenvolvimento constituíam-se no corpo político das classes camponesas – isto é, proprietários rurais – e que os exércitos nacionais tinham a garantia de permanência nestes Estados, apenas e enquanto elementos de representação da classe rural.

A relação sistema partidário e sistema corporativo – Marx disso não se esquecera – é de natureza política, mas que tem raízes na economia e decorre da luta de classes. No entanto, devido à ilusão produzida pelo aparecer social do Estado no seu tempo, não lhe permitiu perceber que o *espírito do capital* se manifestava como corpo político, através de conteúdo de dominação não específico. Isso passava ao largo da conscientização (?) ou da compreensão da classe trabalhadora, à época de Marx – daí se

---

[511] Deves fixar-te também no *movimento circular*, sensívelmente visível naquele progresso, no qual o homem se repte a si mesmo na procriação, e, portanto, o homem permanece sempre sujeito. (...) Digo-te apenas, abandona tua abstração, sê conseqüente e, se ainda, se pensando o homem e a natureza como *não existentes*, pensas /XI/ pensa-te a ti mesmo como não existente, pois tu também és natureza e homem. Ibid., p. 15.

seguiram grandes revoluções – que emergia em conseqüência do desenvolvimento industrial.[512]

Restou ao Exército o papel que sempre cumpriu, ou seja, o de ter o monopólio da violência, podendo, assim, intervir, nos momentos de crise social, sendo elemento de resolubilidade de conflitos intrapartidários. Entretanto, o Exército ganhou, nos novos tempos, um colaborador nessa função: os movimentos de vanguardas. Estes expressam suas idéias através dos meios de comunicação de massa, tendo contido nesse sistema de comunicação o elemento tecnocrático (a técnica e a ciência como "ideologia" [Habermas]), que leva as classes a elaborarem, no terreno do cotidiano do trabalho relações hierarquizadas de poder (noção de poder), que é posto em função de poder, pelo Estado. O que nos permite reinterpretar Marx, tendo como ponto de partida sua análise sobre o movimento de 1948.[513]

Concluindo, podemos afirmar que, no tempo de Marx, a acumulação ocorria tendo o ponto nuclear do movimento circular do dinheiro, expressando o modo de administração racional da economia, que permitia aquela acumulação se realizar através de fundos de trabalho acumulados no banco como dinheiro a juros, que, contudo, aparecia na forma de renda fundiária. Esta renda engordava o patrimônio da classe industrial – devido à força militarizada que impunha à força-legal o caráter autoritário do Estado.

---

[512] Entretanto, *o estado de espírito* não tem nenhum conteúdo político específico e pode se voltar tanto para a direita como para a esquerda. A trajetória de Mussolini, de militante da esquerda a lider facista exemplifica a guinada de uma para outra de forma adequada. Mas a este respeito, também, é preciso fazer distinções cuidadosas. A ira ante a regularidade e o filistinismo da sociedade burguesa não era uma característica geral das fileiras baixas do nacional socialismo. (...) A propaganda e a arte nazista eram completamente "saudáveis" e reconfortantes. Este impulso em favor da restauração das virtudes tradicionais distingue marcadamente o movimento nazista das rebeliões estudantis e do levante da cultura juvenil durante os anos 60. MOORE, 1987, p. 585.

[513] Em fevereiiro de 1849, a reconciliação foi comemorada com banquetes. Foi elaborado um programa comum, foram organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a firma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim, surgiu a social democracia. A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes tirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmos elementos da velha Montanha, porém mais fortes numericamente. Em verdade, ela tinha se modificado, no curso do desenvolvimento, com a classe que representava. MARX, 1978, p. 350.

As leis constitucionais traduziam aquele patrimônio na forma de posse (meios de produção), cuja produção de valor era subtraída dos contratos jurídico-formais, que reduziam os salários já magros na forma de aluguéis – terra, alimentação, moradia e outros. Produzia-se, desta maneira, a acumulação, através de fundos de salários, que, contudo, realizava-se a posse como relação jurídica simples. Neste caso, a correlação governo/sistema financeiro e bancos – expressava intrincada relação entre sistema partidário e movimentos políticos.

O que nos leva a ver, hoje, nos fundos acumulados nos bancos, fundos de salários que realizam a concentração e acumulação do capital, por meio de fundos de amortizações – operação jurídica na qual sociedades anônimas, de fundos disponíveis, sem redução do capital, distribuem por todos os acionistas ou por alguns deles, a título de antecipação, somas de dinheiro que caberiam às ações, em caso de liquidação.

Neste caso, a parcela que vai além do tempo necessário à sobrevivência do trabalhador é subtraída – compondo o valor trabalho como capital adicional ou o que contém escondido a mais valia – do salário do trabalhador através de um processo de auto-objetivação (reificação da produção capitalista), mas na forma de figuras fixas, personificadas por personalidades autônomas.[514]

Todavia, isto nos deixa uma pista que vai esclarecer a atual forma de governo e o seu modo de administração das coisas públicas, que se realizam em molde sistêmico de Estado totalizador. Essa pista – nós a encontramos no interior das análises de conjunturas de determinados momentos da história do País (descrito anteriormente) – nos permite chegar à causa básica da atual problemática da balança de pagamentos, que aparece como dilema de representação: o parlamentarismo, que se coloca como essência móvel (oculta), movimentando, via parlamento, a economia, produzindo a relação de exploração através de juridificação das relações sociais.[515]

---

[514] Ibid., p. 308.

[515] Pour la terminologie que nous avons adopter ici (par commodité) on ne serait en fait appeler "droit" un ordre que n'est garanti extérieurement que par les expectations de la réprobation ou par de représailles de la part des victimes, qui és donc garanti de manière conventionnelle et par de considérations d' intérêt, sans qu'íl existe une instance dont l'activité serait *spécialement* orientée vers son mantien . Toutefois, le contraire peut être valable pour une terminologie juridique. WEBER, 1971, p. 314.

Este processo expressa a atual problemática da balança de pagamentos, sendo a causa que se esconde no passado, o que nos ajuda, esclarecendo-o pelo presente e, com isso, projetando o futuro (do passado).

CONSIDERAÇÃO FINAL

No Brasil, na modernização – período escolhido por nós como ponto nuclear de verificação da presença do Estado (des)organizado pela ética da aventuras – as classes intelectuais burguesas *coladas* ao parlamentarismo tiveram papel relevante na formação das elites, concorrendo, de modo decisivo, na Revolução de 30, para a consolidação da aliança entre classe média burguesa – a burguesia em ascensão – e oligarquia.

Na verdade, foi na modernização, que o País assume a face moderna, caracterizando, no avanço das forças produtivas, o aprofundamento da industrialização. Paradoxalmente, não ocorre o mesmo em relação ao cerne institucional. Estagnado, centrado na família. É a partir de 1930 que aparece com clareza o Estado *desmilitarizado*, configurando a forma de governo destotalitarizada.

A partir daí, acirram-se as contradições entre modos e estilos de vida trazidos na esteira da industrialização e economia tendente a crescimento e o Estado projeta-se em imagem da sociedade, em sua forma plenamente desenvolvida de alucinação imaginada da realidade. A alucinação provocada pela realidade (caso Brasil) é posta como imaginário do ideário burguês e rememora a tradição se constituindo na matriz histórica.

Nossa pesquisa nos permite, agora, com base nas análises nas quais enfocamos a moral da economia ou o começo da história do capitalismo brasileiro, proceder uma análise final, visando demonstrar o papel da *Educação* na organização da *Cultura*, que, colado ao parlamentarismo, aparece separando o necessário do contingente, ou seja, separando forma de Estado (democrática ?) de modo de administração das coisas públicas

(destotalitarizado). É neste sentido que o capitalismo brasileiro constituiu-se na história em um *evento único*.

No Brasil, durante a grande crise da economia mundial globalizada (1977), algo novo se consolidou. Algo que vinha sendo gerado desde a Segunda Guerra Mundial, quando o campo da economia passou a «comandar» de modo diferente o processo de acumulação do capital, que tem aumentado na sua produtividade, através de tecnologias modificadas e direcionadas a utilidades. Tecnologias – em se falando do conjunto global do capitalismo atual – que antes se aplicavam a setores estratégicos militares e que, posteriormente, foram repassadas para o setor de produção de bens civis, engendrando a atual «produção tecnologizada» do modo de produção capitalista.

Isto levou a uma mudança na balança do poder gerado pela economia, posta pelo fenômeno de interdependência da ciência e técnica, o qual, vem, em especial na última década de 1900, caracterizando a marcha da produção capitalista pelas oscilações cíclicas do movimento da economia. Essas oscilações produzem as crises que, em última análise, são decorrentes do nível ou estágio no qual a técnica é pensada como relação estratégica de mercado e posta como valor universal na forma de valorização da moeda.

Decorre daí que as crises econômicas não têm mais como causa básica, como Marx pensara no século passado, a superprodução de mercadorias. As crises, agora, se colocam administradas pelas políticas monetárias, cuja racionalidade nelas contida não consegue pôr "sob controle" todas as influências que atuam sobre as flutuações das atividades econômicas. As crises, hoje, têm como causas o baixo teor de conteúdos tecnológicos armazenados pelos países mais avançados. O movimento da economia globalizada os requerem num alto teor de conteúdos tecnológicos em proporções cada vez maiores em relação à capacidade que esses países têm de produzi-los.

É recorrente os atuais teores de conteúdos tecnológicos – que não conseguem serem produzidos no ritmo intensificado de produtividade posto por equipamentos de alto nível tecnológico – acumulados pelos países centrais exercerem o antigo papel que a super produção tinha no contexto do desenvolvimento das forças produtivas. Significando, com isso, que a contradição entre forças produtivas e relações de produção tem na cultura – ou

na interpretação do mundo sociocultural na classe (ou da ação estratégica por ela realizada como síntese) – a ideologia modificada na sua natureza.[516]

Há necessidade imperativa e constante de os países mais ricos produzirem tecnologia em uma velocidade ideal e adequada ao fluxo de capitais especulativos, que, na maioria das vezes, é mais veloz que a capacidade desses países de produzirem tecnologia. Isso se coloca como obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo que se realiza, hoje, numa fase intensa de interação comercial transnacionalizada. Neste caso, o comércio exterior, ainda como no passado, tem como benefício principal (e como sua única vantagem) exportar o excedente da produção para o qual não existe demanda, trazendo de volta, em troca, outras mercadorias necessárias ao País. (alusão Smith).

Potanto, a estratégia sugerida por Ricardo em seu ensaio – *Acerca do valor absoluto* e do *valor de troca* (inacabado), em que ele vê necessidade de uma política fixa para evitar que a escassez de alimentos no País possa prejudicar a balança comercial em razão das más colheitas, vale, na mesma medida, para a escassez de tecnologia que um país possa ter e que, no caso Brasil (país periférico) não é de modo algum simples problema de conjuntura econômica.[517]

Hoje, no Brasil, dois terços da telefonia fixa e 80% da celular estão sob o controle do estrangeiro. Os operadores estrangeiros vão preferir importar equipamentos de suas nações de origem em vez de comprá-los de fornecedores brasileiros. Isto coloca os países produtores de tecnologia na obrigação de renovar, na mesma medida da velocidade do fluxo dos capitais especulativos, cujo "retorno de lucros" sustentam, em seu país de origem, com sua mão-de-obra especializada, o teor de suas tecnologias, já que a escassez destas no País corre o risco de elevar o valor de troca desses equipamentos não apenas proporcionalmente à sua escassez, porém duas, três ou quatro vezes mais.[518]

---

[516] Essa evasão, por assim dizer, do particular (que em si mesmo é insignificante) para o universal, do qual KANT deriva o sentido da história, não é peculiar a KANT (...) O maior pensador a este respeito é Espinosa (...) Mas, também, encontra-se repetidamente em KANT a noção de que as guerras, catástrofes, o mal ordinário ou a dor são necessários para a produção da cultura. Sem eles, os homens decairiam em estado bruto da mera satisfação animal. ARENDT, 1983, p. 36.

[517] RICARDO apud NAPOLEONI, 1985, p. 193.

[518] Ibid., p. 215.

A Nortel, fornecedora de equipamentos da maioria das empresas de telefonia que estão se instalando no Brasil, tem a intenção aumentar a base instalada para atender a telefonia fixa. No entanto, seu representante é enfático quanto à estratégia de mercado: «a intenção da empresa é importar enquanto desenvolve tecnologia». Isso, é claro, no País de origem da própria empresa. Por outro lado, a balança comercial do setor, que estava deficitária em US$ 2,5 bilhões, pode acumular *o rombo* de até US$ 5 bilhões nos próximos dois anos. Fato que está levando o Brasil a incluir cláusulas no edital de privatizações que obrigam as operadoras estrangeiras de telefonia a encomendarem equipamentos brasileiros, quando o preço e a qualidade forem equivalentes, e, com isso, evitar-se o risco de que as empresas nacionais se tornem simples montadoras.[519]

Cremos ter entrado no século XXI em um novo ciclo decenal de maturação do capital. Nos anos vindouros, a Nova Divisão Internacional do Trabalho comandará no Brasil a escala de nossa taxa de desemprego, malgrado qualquer esforço do governo. Ela se revelará no comando do avanço do desemprego no País e, sobretudo, determinará atuação mais intensificada do papel do parlamentarismo no processo de reconstituição do capital fixo e, por tabela, a reunificação do povo em torno de seus líderes carismáticos funcionais e a reificação da economia pela regulamentação dos processos do trabalho.

Nesta perspectiva, isto levará o valor-trabalho que flui das energias do trabalhador brasileiro e que, no decênio 2010, vai se internacionalizar, compondo com trabalhadores associados em nível internacional uma grande massas de trabalhadores que provavelmente poderá produzir a resistência – aí não se pode descartar uma revolução, no sentido estrito do conceito, muito embora esta possa ocorrer em dimensões diferentes do passado – buscando interromper o ciclo de maturação do capital.

No Brasil, não será fácil quebrar a resistência do parlamento no qual se oculta – ainda que de forma metamorfoseada – o corpo político dos interesses das classes rurais não emancipadas (reminiscência do domínio rural), que teimam em não libertar os indivíduos do domínio tradicional. Na verdade, esse corpo político, este é o caso do Brasil, produz, via parlamento, inovações institucionais e essas visam, pela força da tradição, manter o Estado desempenhando o comando da economia, garantindo seu papel de

[519] Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 050, 12/08/98.

prover saídas exteriores ou "saída de substituição", já que se tem a indústria brasileira marcada pela especulação e muito menos pela expansão real da produção.[520]

No Brasil, nos dias de hoje, representantes das classes rurais (metamorfoseados em representantes da *nova classe industrial*) têm na força da tradição o militarismo como recurso último de conservação do poder, quando este se coloca ameaçado por crises agudas da economia; logo, o comando do Estado pode desempenhar papel a saídas exteriores. Não se pode descartar o enxame de inovações institucionais legítimas e consentidas como solução extra para problemas de balança de pagamentos. Sob este aspecto, pode levar a política para além do âmbito da frágil democracia ocidental, através de aliança política não tácita entre governos e cartéis da droga. Estes senhores, donos destes cartéis, constituem-se em cidadãos respeitáveis e exercem na atualidade, ainda, papel secundário na marcha cíclica da produção capitalista. Entretanto, no cadinho da cultura (des)organizada, caso Brasil, eles são aceitos pela sociedade e se tronam elementos "foras-da-lei-constitucionalizados".

Esta problemática está na ordem do dia; na América Latina, movimentos extra-legais de oposição aos governos buscam apoio nos cartéis marginalizados, devido estes cartéis aparecerem na surdina como constitucionalizados. Este fato pode se explicar como efeito de imitação, que tem correspondência nos países ricos e nos seus modos de se comportarem no contexto da economia globalizada.

O que leva os países pobres, na figura dos governantes, à sanha de aprimorar o conhecimento que lhes permitam o nível desejado administração racional da economia, visando a valorização da moeda nacional. É comum, nesses países, parlamentos gerarem leis constitucionais, visando adequar a economia regional às regras do xadrez impostas pela globalização. Provocando no capitalismo global o aprofundamento da concorrência e de seus efeitos nas economias dos países em geral.

---

[520] Aqui, se rememora o estudo de conjuntura de MARX e ENGELS sobre a Crise Internacional, publicado em 1850. O termo saída é original de *Rosa de Luxemburgo* que o chamará de "papel de saída de substituição" que os comandos de Estado podem desempenhar em relação as saídas exteriores. Os fornecimentos ao exército e o desenvolvimento da indústria de guerra compensaram amplamente (na crise de 1847) o recuo das exportações para a Austrália. MARX reconheceu isto, já que classifica os anos de 1854 e 1855 entre os anos de prosperidade, no volume III de **O capital**. MANDEL, 1980, p. 79.

Não podemos, subestimar, portanto, os efeitos estimulantes da Queda do Muro de Berlim (1989) sobre a atual economia globalizada. O que não implica apologia do socialismo real, mas apenas a necessidade de repensar o marxismo tanto no campo da teoria como no campo da metodologia (está aí nossa fonte inspiradora). Aquele fato aprofundou as desigualdades entre países ricos e pobres e contribuiu, e muito, para a formação da Nova Divisão Internacional do Trabalho.

No caso do Brasil, durante o decênio 90 (século XX), o capitalismo ao nível mundial, matura o capital, compondo ciclo de crises, que aparecem menos disruptivas que no passado, devido ao momento de "saturação tecnológica" dos países ricos. O que não significa ausência de crises da produção que são devidas ao capital que exige, hoje, o elevado e constante ritmo de produção com alto teor de tecnologia.

O intercâmbio comercial internacional permite a chegada ao País, de máquinas sofisticadas, pensadas e criadas no seu teor de tecnologia nos países de origem, que exigem, para a manutenção do valor das mercadorias que a criação daquelas máquinas sejam ininterruptas e que constantes saberes sejam nas máquinas incorporados. Tornando-as, portanto, mais "mágicas" e desejáveis; logo aumentando em níveis altíssimos a oferta de mercadorias. O que gera conseqüência de uma demanda maior.

Não obstante, a recomposição do capital ao nível global, nesse decênio, foi desastrosa para o Brasil. Como país pobre teve que dar sua contribuição à recomposição do capital, que, em seu crescimento vertiginoso, torna cada dia mais fora do "controle" de instituições internacionais que o administram.

O País teve, pois, que renovar os fundamentos nos quais o capital, hoje, repousa: dispositivos constitucionais nacionais. Na verdade, a integração do País à Nova Divisão Internacional do Trabalho "exigiu" constantes reformas do aparelho estatal, em especial no governo Fernando Henrique (1995-1999), visando à adequação da economia e de sua estrutura ocupacional àquela divisão. O País teve que se ajustar às regras do xadrez que compunham a nova ordem mundial.

Isso determinará o papel para a administração racional da economia no próximo decênio [2001-10], diferente do papel que, no passado, exercia os fornecimentos

do Exército à indústria, ou seja, a indústria passara a fornecer ao Exército o conhecimento nela gerado. O que implica o capitalismo globalizado ter como alternativa de maturação do capital no próximo decênio, dentre as saídas de exportação a *grande saída*, ou seja, a *morte* dos princípios que regem as democracias ocidentais – ou morte do frágil princípio liberal da democracia ocidental.

O capitalismo continua, portanto, sujeito, assim como Marx pensara, dependente da maturação do capital (que ocorre em decênios) que se renova durante o ciclo das crises, pois essa renovação é indispensável para recompor o capital no período de crises, e no caso do capitalismo atual, recompô-lo no seu alimento que o sustenta, nos dias de hoje, a necessidade de constante produção tecnológica que deve se realizar no mesmo ritmo da circulação mundial de capitais especulativos. O capitalismo, tal como no passado, precisa das crises. Só que hoje ele é mais dependente do que se pode chamar de "grandes saídas".[521]

Neste caso, a América Latina que é o *habitat* de países de frágeis democracias pode se colocar como *celeiro* do mundo. Evidenciando nisso, novos rumos da economia global no decênio [2001-10], ou seja, o deslocar do eixo do comércio internacional da direção do Oriente, Hong Kong, Malásia etc – vitrine, no decênio anterior, muito embora em crise, do domínio imperialista incontestável do capital global – na direção daqueles países. O que aprofundaria ainda mais, em nível gritante, os conflitos sociais, devido a dificuldades que têm esses países de conviverem com a democracia.[522]

Para finalizar, poderíamos, no caso do Brasil, levantar uma dificuldade. Aqui, na cultura que mediou os mercados não se estabeleceu o princípio de competição. O que

---

[521] Na revisão da conjuntura econômica de MARX e Engels, em 1850, eles dão importância ao que chamam de "grandes saídas de além-mar", para a situação econômica da Grã-Bretanha (e da indústria européia em geral). Isto nos leva ao uso deste termo, no atual desenvolvimento globalizado da economia. Ibid., p. 73.

[522] A revisão de conjuntura sobre a crise Internacional de 1847, começada no *plano ferroviário*, se estende à seguida ao *plano monetário* e *comercial* onde é agravada pelas séries de más colheitas das batatas na Irlanda, França, nos Países Baixos e na Bélgica, em 1845 e 1846. MARX e ENGELS dão, assim, uma importância pronunciada à interação entre a indústria e a agricultura, no mecanismo do ciclo da produção capitalista. Eles dão também uma importância pronunciada aos fenômenos puramente monetários e ao papel-chave que desempenham na gênese da crise. Ibid., p. 74.

aumenta o risco da quebra do princípio que rege a democracia liberal. Neste caso, o decênio [2001-10] anuncia novas crises da economia. Não implicando que seus efeitos, sentidos na política, se realizem na mesmo direção das que se realizaram na década passada.

Além do mais, as empresas no Brasil não são *adultas* e não conseguem entrar na competição mercado internacional aberto, que exige como condição de entrada o requisito *idoneidade*.

Aqui, o cadinho da cultura produziu a ausência de qualquer princípio que possa reger as leis de mercado. Vingou, no Brasil, o regime destotalitarizado que se coloca sob o comando do Estado "desmilitarizado". O que aumenta ainda mais o risco da quebra de princípios que regem a democracia liberal ocidental. Tudo isso pode nos levar a caminhos que não gostaríamos de trilhar.

Por fim, podemos dizer que, aqui, proprietários do capital, ao se inserirem na nova ordem de relação de produção burguesa (do Brasil pós-Independência de Portugal aos dias de hoje) – ou na ordem na qual a renda fundiária desenvolveu-se na plenitude em fundos de comércio, e por isso, em fundos de investimentos em geral – transformaram a renda fundiária em capital devido a contratos de origem privada, que, apareceram na forma de terceirização ou de prestação de serviços ao Estado, através de contratos que se colocaram como quebras de contratos solenes, ou seja, no confronto com a tradição.

O que nos autoriza a dizer que os comerciantes das cidades no Brasil, no curso da história, se transformaram, no tempo, em proprietários do capital – comerciantes que ao assumirem valores da oligarquia se transformaram em "bons fazendeiros", porque aplicaram dinheiro, com lucros, em terras despovoadas (alusão a Smith).

Os atuais fundos de poupança acumulados nos bancos assumem o papel histórico semelhante ao que coube à renda fundiária no passado. Eles são, na verdade, fundos de amortização com os quais se paga – indiretamente, com a renda da classe trabalhadora, hoje, no País, quase extinta – o serviço da dívida pública (juros e amortizações); logo, os impostos de uns, daqueles que não têm salários elevados, facilitam a produção e o consumo de outros, ou seja, daqueles que têm a posse dos meios de

produção econômica e que têm os salários mais elevados, o que lhes permite consumir o que é produzido ou ainda engordar seu patrimônio .

Na verdade, os fundos de amortização – que deveriam financiar planos de expansão das empresas e estarem à disposição do governo para promover programas de inversões públicas em obras de infra-estrutura – são canalizados na sua maior parte para pagamento de serviços e juros da dívida externa. Em suma, o governo com o dinheiro da população, em geral – através de tributações abusivas – paga a dívida externa, cuja dívida resulta de gastos que foram feitos pela minoria.

O que nos leva a supor que os proprietários atuais do capital financeiro internacional e seus complementos nacionais, constituídos de fundos de investimentos que se acumulam no sistema bancário, o qual não os utilizam em programas de expansão das empresas, substituem os antigos proprietários das terras na sua opulência gerada pela acumulação da riqueza social (à época do surto do café 1820-1929). Entretanto, hoje diferente do passado, os proprietários do capital não pertencem mais a uma determinada "classe social".[523]

Marx já revelara no passado esses fundos como *fonds du travail* ou parcela do capital fixo que se modifica de acordo com conjunturas e que se põe como capital adicional a serviço da exploração do trabalho pelo capital. No caso Brasil – esta é a aposta – o capital adicional se realiza de tal modo que o Estado transforma o "capitalista ativo" num mero *rentier*, significando com isto que os lucros não derivam da exploração direta das energias produtivas do trabalhador. Neste caso, a mais valia toma a forma de benefícios públicos, como por exemplo, subsídios, deduções de taxas, contratos milionários etc, os quais se metamorfoseiam em benefícios privados.

---

[523] Dentre os fundos de pensão no Brasil, a PREVI assume importância. Aviões? A Previ, Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil, fabrica. É dona de quase 29% das ações da Embraer. Mineração? Ela é sócia controladora da Vale do Rio Doce, tem 22% da Acesita e quase um terço do grupo Paranapanema. Combustível? Tem 18% da distribuidora Ipiranga. Celulose? Tem 22% da Rioceli e boa parte da Aracruz. Energia Elétrica? A Previ produz. São seus 21% da GTD, a Excelsa privatizada. E 23,6% da Guaraniana, antiga estatal de energia da Bahia. Divide ainda o controle da gaúcha Rio Grande Energia e da Companhia Paulista de Força e Luz. Apesar de ser formalmente uma instituição privada, tem seu Presidente e parte de seus dirigentes indicados pelo governo, por meio da estatal patrocinadora do fundo, o Banco do Brasil. É sempre o Planalto, sede do governo, que decide quem serão os homens fortes da Previ. Revista **Isto É**, n. 067, 09/12/1998.

Em síntese, tratam-se, portanto, os fundos de amortização de fundos de poupança nacional, porém postos em andamento através da violação direta de contratos solenes – está aí na administração racional da economia, a moral contida nas práticas econômicas que relembra em Smith a *Fábula das Abelhas* – já que os direitos reais de garantias dos contratos (alma gêmea do Capital contemporâneo) são, na verdade, engodos, ou seja, são os próprios títulos do governo subvalorizados no exterior, devido, justamente, à ausência de um corpo de trabalho nacional (caso Brasil) como conjunto de mão-de-obra qualificada. É neste sentido que o parlamentarismo produz o *fetiche* da mercadoria e projeta o futuro.[524]

O artifício do câmbio – alternativa de cunho político, já que sua aplicabilidade em tempo hábil depende do legislativo (ou de medidas provisórias) – posto como controle de câmbio e que só é possível devido a regulações constitucionais que lhe dão substância, diminuiu os efeitos perniciosos da inflação, tornando-a, conforme opinião do Ministro da Economia, civilizada, pois à medida que se tem o aumento do preço do câmbio pela elevação nominal da moeda, não se impondo restrições a muitos produtos de importação, no sentido de pôr as mercadorias nacionais menos caras em relação à importação, tem-se a ilusão, como já dissemos, do aumento momentâneo da riqueza do País.

Por conseguinte, uma riqueza produzida através do dinheiro barato que leva à melhoria da classe comercial e industrial, que vivem às expensas de rendas fixas e à deterioração da classe trabalhadora, na qual indivíduos nela contidos vêem seus salários diminuídos sem qualquer razão objetiva para tal, ficando o trabalhador na contingência de candidato a assalariado, sendo o trabalho escasso para a maioria.[525]

---

[524] RICARDO apud NAPOLEONI, 1985, p. 224.

[525] Uma pesquisa da consultoria Price Waterhouse/Coopers, divulgada em 19/10/98, mostra que, na média, os empresários estão pessimistas e dispostos a reduzir investimentos e folhas de pagamento até o fim do ano. Outro levantamento feito pelo Bicbanco confirma que empresários cortaram encomendas para o Natal, planejando demissões e reduzem suas expectativas para 99. O fator oportunidade fica evidente quando, em meio a tanta nuvem negra, centenas de empresas ignoram o cenário adverso e tocam para frente seus planos de expansão. Na prática, as pesquisas não batem com a realidade de muitos setores, que desistiram de acompanhar as ameaças recessivas e faturam alto. Tal é o caso da gigante americana Sara Lee, pelo mercado nacional de café, avaliado em US$ 6 bilhões, após a aquisição de duas outras empresas, Café do Ponto e Seleto, essa empresa passou a ocupar a segunda posição no *ranking* das empresas de café no Brasil, atrás apenas da Cia. União com US$ 150 milhões de faturamento. Dinheiro, Revista **Isto É**, n. 061, 28/10/98.

Na verdade, o Estado brasileiro tem estimulado as empresas privadas nacionais a entrarem no mercado acionário, buscando manter a posição econômica de competitividade do País no mercado internacional e, por aí, sua posição de poder legitimada que só se é possível pelo crescimento do processo privado de acumulação e dos fundos de poupança dos quais ele depende. O que impõe ao País o recorrer a investimentos estrangeiros, visando à melhoria das atividades econômicas e fortalecimento do mercado interno, como meio que permite competitividade das empresas nacionais, em concorrência num mercado mundial aberto.[526]

Desta forma, a balança de pagamentos torna-se ponto nuclear de estrangulamento da economia, devido a setores nos quais a produção exige alto teor de conteúdos tecnológicos, cuja ampliação da capacidade de importação só pode ser aumentada a pequeno prazo através de capitais especulativos que fluem do exterior para o País.[527]

Isso leva a diretrizes de políticas macroeconômicas subordinadas a investimentos estrangeiros que só podem ser pensadas como aplicação voltada para setores do mercado interno, nos quais multinacionais instaladas no País predominam, ou seja, para setores de automóveis, eletrodomésticos, computadores e outros, cujas mercadorias são de grande consumo por exigência da cultura de pós-modernidade. É recorrente os grupos econômicos em concorrência expressarem o econômico como

---

[526] O Brasil, ainda, está na infância do processo de mercado aberto que funciona a contento em empresas, por exemplo, dos Estados Unidos, por uma metodologia de administração que privilegia a reputação, cuja responsabilidade tende a ter retorno acionário compatível com esse tipo de gestão. Isto ocorre em países nos quais as empresas que precisam emitir papéis ADRs dão atenção a quem vai comprar o papel, garantindo, assim a sua liquidez. No Brasil , a privatização tira alguns gigantes das estatais do mercado acionário, mas, como as empresas não poderão se financiar por débito do setor público, é certo que a única maneira de o fazer, a longo prazo, será através do mercado acionário. Para fazê-lo, terão que cuidar de sua reputação. Dinheiro, **Isto É**, n. 052, 26/08/98.

[527] [479] A marcha cíclica da produção capitalista hoje (medida da maturação da reprodução do capital fixo) corresponde a momentos de crises que levam **o capital** à reconstituição do capital fixo às custas do capital variável, tendo o Estado como indutor e regulador dos processos do trabalho. Hoje, não é a superprodução a principal causa da crise, mas a especulação. A maturação do capital fixo corresponde às necessidades que têm o capital de realizar constantes e contínuas criações de novas tecnologias como condição de produção de valor que aparece hoje na forma de valor tecnológico. A reconstituição do capital fixo se coloca pois na dependência da reprodução e ampliação do capital variável (o trabalho intelectual é o que alimenta o capital). É neste sentido que a especulação provoca perturbações no valor-de-troca das mercadorias. Esta lei pode ser demonstrada nos seus efeitos pela *explosão do desemprego em massa no conjunto do país* no decênio 90. [Ver trabalho de POCHMANN, 1999, p. 5.]. CUNHA, 1995.

noção de ganho; logo, é conseqüente a retração do mercado interno e às dificuldades de sobrevivência dos capitalistas nativos.

Daí podermos avaliar o Estado quanto as necessidades imediatas e urgentes de oferta ou procura de bens, visando a criação de novos mercados que têm essas necessidades satisfeitas pela inovação institucional, principal estratégia para alcançar mercados futuros; logo, a expansão dos mercados é uma conquista que resulta de ações intervencionistas socioestatais, que são validadas por conteúdos de legitimação elaborados pela classe social como noção de poder – relações hierarquizadas de poder, que são postas, via representação, no Estado, em função deste poder. O Estado – e esta é a função da ideologia que se modificou, no tempo, na sua natureza – apenas tira proveito desta situação.[528]

É usual a sociedade capitalista brasileira ser compreendida pela representação do todo que constitui as partes, na dialética das partes que formam o todo ou os fenômenos diversos que aparecem desordenadamente constituindo o aparecer social.

Isso implica que, para conhecer a sociedade, temos que começar pelo que não há de concreto e real nos dados, ou seja, pela política que hoje nada mais é do que a dinâmica estrutural do Estado e que movimenta a economia de modo tal que a comunidade – nela contidas as partes estruturadas em classes sociais – é, na verdade, a base ou o sujeito de todo ato social da produção. O que corrobora com nossa hipótese que buscamos comprovar no curso da tese, ou seja, a de que é o parlamentarismo a causa básica do atual desemprego estrutural.

No Brasil, o atual desemprego tem na forma parlamentar de gabinete – ou forma de governo destotalitarizado o determinante que manifesta na forma empírica esse fenômeno. Entretanto, uma forma de governo que nunca como antes, no País, aparece como Estado "desmilitarizado". Para tanto, o fenômeno do parlamentarismo encontra terreno propício para florescer.

---

[528] O que nos leva a pensar – assim como no passado MARX e ENGELS pensaram – que, no decênio 90-2000, o papel *autônomo* do fator monetário revelou-se nas numerosas falências de empresas brasileiras. Empresas brasileiras de maior porte (sobreviventes!) não tiveram como alternativa a não ser se subordinaram a conglomerações de *pools,* nas quais empresas multinacionais detêm o poder econômico. [Ver estudos de conjuntura de MARX & ENGELS]. MANDEL, 1980, p. 78.

Aqui, ele é, em última instância, a causa do desemprego. Ele se coloca *oculto*, mas pode ser revelado pelo passado, como estando presente no atual projeto governamental de pós-modernização. Um governo que rememora tempos que vão de Vargas (1937) aos governos militares(1964). Certamente, nossa afirmação revela outra dimensão da análise, ou seja, a presença do Estado "desmilitarizado" já na forma plena desenvolvida.

É pois a força da tradição a causa que determina, em última instância, a estrutura ocupacional adequada a atual inserção do País na Nova Divisão Internacional do Trabalho. A Educação tem aí explicado seu papel na (des) organização da cultura.

No Brasil, a estruturação do Estado teve a presença surda educação – porque fator de desideologização das classes – que aparece na industrialização manifestando-se, através das classes intelectuais, colada ao parlamentarismo. O que leva a supor a educação sendo fator capaz de tematizar contradições da sociedade brasileira, levando indivíduos, na classe, a uma interpretação da representação de seus interesses, que são postos no Estado, através da representação política como idéia geral de interesses da sociedade. Isto dá sentido histórico às corporações que no Brasil são *donas* do Estado. Neste ponto nos colocamos em confronto com a crítica de Offe a Habermas.[529]

Este autor, em *O Capitalismo Organizado* (1989), ao analisar o modelo sistêmico do Estado (*Welfare State*), busca compreender o Estado – sua análise se limita ao Estado da Alemanha Ocidental – quanto ao real conteúdo de legitimação legal. No entanto, mesmo avançando em explicativos que vão além da economia, utiliza-se de metodologia centrada na economia, seguindo a tradição do marxismo.

Ele não apreende na análise – cremos que devido à crítica que faz ao modelo do agir comunicativo [Habermas] – transformações da política e do trabalho que deslocaram a contradição de forças produtivas e relações de produção para o nível da periferia do sistema (nível sociocultural), produzindo a modificação da *natureza* da ideologia; logo, desloca-se também o eixo de análise que visa explicar a relação poder, acumulação e organização do Estado.

---

[529] GONZALES, 1989.

Daí não pensar a possibilidade de presença do Estado que desorganiza a cultura – como é o caso do Brasil. O que nos leva a supor a relação poder/acumulação – e a relação educação/estrutura socioeconômica capitalista realizando-se pela cultura como princípio educativo que se coloca como vetor que aponta a direção da superação das classes sociais. Isso devido à presença da razão que ilude a si mesma – fator de imunidade das classes sociais frente à ideologia – e que coloca a si mesma, uma causa contrária.

Este é um ponto de ordem metodológica que Offe não esclareceu em *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* (1984). O que nos permite repensar, no contexto do caso Brasil, o papel da Educação articulando, na dialética da interação e trabalho, a lógica e caminho da ação produtiva, para chegar a sua coerência (a ideologia em [Arednt]).

No caso em pauta, podemos, então, conceituar como corpo político das classes camponesas não emancipadas – conceito de arendtiano que reformulamos, segundo nosso objetivo de pesquisa – como conjunto de instituições privadas articuladas ao Estado, que corresponde ao *corpus* de interesses de classes que compõe o conjunto de elementos que determinam a forma-mercadoria; logo, determinando, o ponto nuclear do movimento circular do dinheiro, no qual aquela forma metamorfoseia-se em mercadoria, caracterizando seu *fetiche*.

O que dá sentido histórico ao papel da Educação como mediador da cultura política, (des)organizando a cultura e colocando-a como elemento integrante na forma de dominação social.

No Brasil, as classes camponesas ganharam as cidades, mimetizaram-se em classe burguesa, constituindo-se em um corpo político de representação. Este corpo tem relevância nos primeiros passos da industrialização, pois, o capitalismo brasileiro modela sua face moderna a partir daí. Constrói o imaginário de sociedade burguesa, de modo tal que se estrutura uma organização social liberal capitalista, emergindo da sociedade tradicional, sem que indivíduos se libertem das arcaicas instituições de domínio.

Tal é o caso do Brasil, em que esteve presente no desenvolvimento histórico geral, a matriz histórica, posta pela força da tradição – ponto de partida da formação

socioeconômica capitalista – que produziu valor-trabalho realizado como expropriação hermenêutica da tradição.

Essa matriz com raízes em Portugal (herança cultural da colonização) tem nela contido o parlamentarismo, que, no decurso da evolução da economia, vai explicar – na figura de corpo político dos interesses de classes rurais não emancipadas – a forma da expropriação hermenêutica da tradição. É recorrente, no caso em pauta, o real conteúdo da legitimação legal realizar-se na classe social, quando da elaboração da ação estratégica – ação intermediária entre interação e trabalho [Habermas].

O que nos leva a repensar a Educação como fenômeno capaz de erodir as relações capitalistas de produção, questionando a ordem ética e normativa da sociedade. Na verdade, a Educação, no Brasil – devido a função de desideologização das classes sociais – tematiza as contradições do capitalismo. Aqui, a Educação manifesta a mediação da cultura política, generalizando interesses contidos na forma-mercadoria para além da economia.[530]

É possível, pois, – e isso queremos ressaltar – pensar o fenômeno da Educação como processo de remoralização do trabalho – ou pensá-lo como instrumento que oculta a moral contida nas atividades políticas – diferente de como Smith pensara – tendo a moral se realizando no âmbito do Estado. O que leva ao repensar a educação e sua articulação com a estrutura socioeconômica social capitalista.

Sob este aspecto, este é o caso Brasil, a manifestação da Educação na indústria, último ato da produção humana da existência [Marx], aparece surda e, na medida da alucinação imaginada da realidade, ou seja, na medida das classes sociais que constroem a imagem de si mesmas projetada na sociedade e colocada, no Estado, em forma imaginária.

Cremos que Offe não atentou para o fato de que as transformações contemporâneas da política e do trabalho, ao deslocar a contradição forças produtivas e relações de produção para o nível da periferia do sistema (nível sociocultural), deslocam também o eixo de análise que visa à explicação da relação poder/acumulação e organização do Estado. Isto devido à mudança da natureza da ideologia. É habitual não

[530] O que nos leva, então, a não concordar com Offe. OFFE, 1984.

apanhar na análise o real conteúdo da legitimação legal se realizando pela classe como ação estratégica – ação intermediária entre interação e trabalho.[531]

A crítica que ele faz ao modelo do agir comunicativo de Habermas não lhe permitiu ênfase metodológica no papel da ação estratégica como um dos momentos do processo da racionalização (conceito com o qual Habermas aproxima o pensamento de Weber a Marx). O que nos leva ao repensar da capacidade de a Educação erodir relações capitalistas de produção, questionando a ordem ética e normativa da sociedade.

Isto nos permite retrabalhar o fenômeno da Educação como elemento heurístico – ou princípio formador de vontades políticas – e, com isso, integrá-la ao método da economia política de Marx, mas de modo tal que, nessa integração, esteja contido a educação que se coloca como processo de remoralização do trabalho.

Aqui, as classes sociais aparecem na medida exata da construção do Estado como instrumento da corporação, ou seja, da transformação Estado de instrumento de lei em instrumento da nação. Neste sentido, nossa tese pede a verificação do papel da Educação na preparação e qualificação da mão-de-obra, no atual momento da evolução da economia.

É recorrente podermos pensar a organização do Estado, a relação poder/acumulação, bem como a relação educação/estrutura socioeconômica capitalista através da cultura como princípio educativo – vetor que aponta a direção da superação das classes sociais.[532]

O que nos permite apanhar a problemática do atual avanço do desemprego no País, pela Educação que se coloca como fator de compreensão da conexão profunda entre Estado e representação política, como redentora de postos de trabalho que são gerados no sistema ocupacional, devido ao seu papel de qualificação de mão-de-obra. Esta ilusão se

---

[531] Na lógica dos estudos da cultura, é perfeitamente justificável a análise de qualquer aspecto da vida coletiva. De fato, se admitirmos que a cultura é – ou deva ser, pois seria preciso admitir, pelo menos hipoteticamente, casos de culturas *desorganizadas* ou contraditórias – um todo orgânico que tem um sentido, qualquer que seja o aspecto analisado, chegaremos sempre à mesma configuração ou aos mesmos elementos fundamentais. LEITE, 1983, p. 78.

[532] CUNHA, 1996.

deve ao fato de a Educação aparecer escondida sob a idéia de que o simples crescimento econômico gera emprego para todos.[533]

Deste modo, a Educação aparece como fundo ideológico, não revelando, naquela conexão, a incongruência entre intenção contida nas políticas públicas para o trabalho e as políticas monetárias que estão se realizando através pela tríade governo/sistema partidário e sistema financeiro internacional.

Por isso é que, nesse sentido, a Educação se manifesta surda, não sendo ouvida nos espaços de comunicação entre interação e trabalho, quando da elaboração da ação estratégica, produzindo o acesso dos indivíduos, na classe, ao saber distorcido pela ideologia.

[533] Desde a década de 1970, o mundo tende a refletir as mutações técnico-produtivas que marcam maior insegurança no emprego e elevada concorrência na população ativa. Novos conhecimentos científicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados, estes com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades adicionadas ao trabalho. POCKMANN, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1983.

_____. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Damara, 1983a.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BAETHGE, Martin. Trabalho, socialização, identidade – a crescente subjetivação normativa do trabalho. In: **Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito**. (Org.) Werner Market. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1980.

BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de política**. Vol. 2. Brasília: UNB, 1991.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 4. ed. Brasília: UNB, 1985.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e batalhas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

CERRONI, Umberto. **La liberdad de los modernos**. Barcelona: Martinez Roca, 1972.

CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Ética**. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

COLLIER, David . Resumo do modelo autoritário-burocrático. In: **O novo autoritarismo na América Latina**. (Org .) David Collier. São Paulo: Vértice, 1982.

CUNHA, Reinaldo. Fomação política e construção de identidade coletiva. In: **Movimentos sociais nos anos 90**. (Org.) Raimundo B. Junior, Teresina: CEPAC, 1993.

_____. Política e racionalidade. In: **Contemporaneidade e política**. (Org.) Raimundo Santos, Reinaldo Cunha, Luis Flávio C. Costa. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, 1994.

_____. Razão e política: a cultura como princípio educativo. Revista **RBPE-INEP**, Brasília, n. 182/ 183, p. 38-97, 1996.

_____. Educação como fenômeno de mediação política no capitalismo contemporâneo. Fortaleza: Faculdade de Educação, UFC, 1995. (Mimeo).

_____. Vérification de la présence de l'éthique de l'aventure dans les pratiques politiques brésiliens.Faculté de Sciences de L'Éducation. Département d'administration et politique (Projet de Stage). Québec-Canada: Université Laval, 1996a. (Mimeo).

DICIONÁRIO JURÍDICO. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1995.

DURKHEIM, Emile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. 3. ed. (1994). Paris:Quadrige-Presses Universitaires, 1960.

_____. **Les règles de la méthode sociologique**. 8. ed. (1995). Paris: Quadrige-Presses Universitaires de France, 1937.

ELSTER, John. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. Revista **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989, p. 163-204.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Global, 1984. (Coleção bases).

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 9. ed. São Paulo: Globo, vol . I e II, 1991.

FRANCIS, Paulo. **Trinta anos esta noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de antígona** – a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1992.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

GAURAUDY, Roger. **Para conhecer o pensamento de Hegel**. Porto alegre: LP&M, 1983.

GINSBURG, Carlo. Morelli, Freud e Sherlock Holmes: pistas e método científico em Carlo Ginsburg. **Theory and society**, I de gids 7, 1979. (Trad. Marta Sofri Innocenti). (Trad. Anna Davin). Londres, History Worshop Journal, n. 9, 1980.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONZALES, Francisco. Razão e política: entrevista com Claus Offe. Revista **Lua Nova**. São Paulo, n.19, nov. 1989, p. 81-86.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HABERMAS, Jurgen. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Conaissance et intérêt**. Paris: Éditions Gallimard 1976 (pour la traduction française e la préface)

_____. **Técnica e ciência enquanto ideologia**. W. Benjamim, Horkheimer, Adorno e Habermas – textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores).

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

_____. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

_____. Revolução francesa e sobrevivência popular. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Marco, 1990b.

_____. **La thechnique et la science comme idéologie**. Paris: collection Tel-Gallimard, 1973. (Trad. française de Technik und wissenschaft alls ideologie, Frankfurt am Main, 1968).

HAGUETTE, Tereza. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1989.

HAMEL, Thérèse. **Une siècle de formation des maîtres au Québec**. Québec: Cahiers du Québec, 1995.

HEGEL, Georg. **La raison dans l'histoire**. Paris: Éditions 10/18, 12 avenue d'Italie, Librairie Plon, 1965. Noveau tirage, juillet, 1995. (Imprimé en Angleterre par Cox Wyman, LTD).

_____. **Concept préliminaire de la philosophie**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

HOBBES, Thomas. **De cive – elementos filosóficos a respeito do cidadão**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

IANNI, Octavio. **Marx sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, v. I e II, 1991. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Critique de la raison pratique**. Paris: Gallimard, 1985. (Collection Folio/ Essais).

_____. **Critique de la faculté de Juger** . Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1993.

_____. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KIMEL, Michael. Carlo Ginzburg, The Ceese and the Worms. In: **Theory & Society**. New Iork , vol. 11, n. 4, July 1982.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

LEITE, Dante. **O caráter nacional brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOWI, Michael. **Ideologias e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1985.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MAQUIAVEL, Niccoló. **O príncipe**. São Paulo: Cultrix, 1992.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores).

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. **O capital** . 7. ed. São Paulo: Diffel, v.1, 2, 1982a.

_____. **Le capital** . Paris: Flammarion, livre I - sections V a VIII, 1985.

MARX, K . & ENGELS, F . **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.

_____. **A ideologia Alemã -** I capítulo seguido de Tese sobre Feuerbach. Lisboa, 1981.

MOORE, Barrington. **Injustiça**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. **Smith, Ricardo, Marx**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

O'DONNEL GUILLERMO et alii. Introdução aos casos latino-americanos. In: **Transições do regime autoritário**. (Editores) Guillermo O'Donnel, Philippe C. Schmitter, Laurence Whitehead. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. (Editores) Guillermo O'Donnel e Philippe C.Schmitter. São Paulo: Vértice, 1988b.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

_____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação - Contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. In: Revista **Educação & Sociedade**. n. 35/ 9-57 , abril , 1990.

_____. Choosing One or the Other. In: **Theory & Society**. New Iork , vol. 11 , n. 4, July, 1982.

PASCAL,George. **O pensamento de Kant**. Petrópolis: Vozes, 1983.

PIAGET, Jean. As operações lógicas e a vida social em Jean Piaget. **Estudos sociológicos**, Rio de Janeiro: Forense, 1973.

_____. **Introduction à l'épistemologie génétique**. Vol. III, Paris: PUF, 1975.

_____. **Logique et connaissance scientifique**. Paris: Gallimard, 1967.

POCHMANN, Marcio. **Subsídios à primeira semana nacional universitária e primeira conferência nacional universitária**. Brasília, setembro de 1999. (Documento elaborado para o CRUB).

POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo**. Belo Horizonte: Paz e Terra, 1975.

_____. **Conjeturas e refutações**. Brasília: UNB, 1980.

REIS, Fábio. Mudança, racionalidade e política: problemas básicos de teoria e método na ciência sociopolítica contemporânea. In: **A ciência política nos anos oitenta**. Bolivar Lamounier (Org.). Brasilia: UNB, 1982.

_____. Direitos humanos e sociologia do poder. Questões da democracia e do socialismo. São Paulo: **Lua Nova**, vol. 4, n. 3, julho/setembro, n. 15, 1988.

_____. **Política e racionalidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1984.

REIS, Daniel et al. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROLL, Eric. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Nacional, 1977.

ROSA, Virginio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ROSS, Ian. **Adam Smith**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, Wanderley. Práxis liberal no Brasil: proposta para reflexão e pesquisa. In: **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978a.

_____. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978b.

SINGER, Paul . **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Economistas).

_____. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEBER, Max. **Sociologia**. (Org.). Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme**. Paris: AGORA, Librairie Plon, 1964. (Cet ouvrage est la traduction de Gesammelte Aufsatze zur religionssoziologie - Tubingen, Morhr, 1947).

_____. **Économie et société / 1** - les catégories de la sociologie. Paris: AGORA, Librairie Plon, 1971. (Le présent ouvrage est la traduction de Max Weber, Wirtschaft und Gesellschaft (Tubingen, Mohr, 956)et de Max Weber, Rechtssoziologie (Neuwied am Rhein, Luchterhand, 1967).

_____. **Économie et société 1/2** - L'organisation et les puissances de la société dans leur rapport avec l'économie. Paris: AGORA, Librairie Plon, 1971. (Le présent ouvrage est la traduction de Max Weber, Wirtschaft und Gesellschaft (Tubingen, Mohr, 1956) et de Max Weber, Rechtssoziologie (Neuwied am Rhein, Luchterhand , 1967).